

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
DOUTORADO EM HISTÓRIA

Fernanda de Santos Nascimento

A IMPRENSA PERIÓDICA MILITAR NO SÉCULO XIX: POLÍTICA E  
MODERNIZAÇÃO NO EXÉRCITO BRASILEIRO (1850-1881)

Porto Alegre  
2015

Fernanda de Santos Nascimento

A IMPRENSA PERIÓDICA MILITAR NO SÉCULO XIX: POLÍTICA E  
MODERNIZAÇÃO NO EXÉRCITO BRASILEIRO (1850-1881)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul como requisito parcial e último para a obtenção do grau de Doutor em História na área de concentração de História das Sociedades Ibéricas e Americanas.

Orientador: Prof. Dr. René Ernaini Gertz

Porto Alegre

2015

### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

N244i Nascimento, Fernanda de Santos

A imprensa periódica militar no século XIX: política e modernização no exército brasileiro (1850-1881) / Fernanda de Santos Nascimento – 2015.

473 f.

Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul / Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas / Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2015.

Orientador: Prof. Dr. René Ernaini Gertz

1. Imprensa – Brasil – História. 2. Brasil – História – Império, 1840-1889. 3. Exército – Brasil – História. 4. Brasil – História Militar. I. Gertz, René Ernaini. II. Título.

CDD 355.00981

Fernanda de Santos Nascimento

A IMPRENSA PERIÓDICA MILITAR NO SÉCULO XIX: POLÍTICA E  
MODERNIZAÇÃO NO EXÉRCITO BRASILEIRO (1850-1881)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul como requisito parcial e último para a obtenção do grau de Doutor em História na área de concentração de História das Sociedades Ibéricas e Americanas.

Aprovada em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. René Ernaini Gertz (Orientador)  
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

---

Prof. Dr. Leandro Pereira Gonçalves  
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

---

Profa. Dra. Ana Paula Almeida Lima  
Universidade de Passo Fundo

---

Prof. Dr. José Miguel Arias Neto  
Universidade Estadual de Londrina

---

Profa. Dra. Carla Renata Antunes de Souza Gomes  
Centro Universitário La Salle

## **AGRADECIMENTOS**

Escrever uma tese não é um esforço individual. Sem o apoio e a compreensão de instituições de pesquisa, amigos, familiares e professores o trabalho seria infinitamente mais difícil de conceber, além de não contar com uma série de questões que somente estes elementos agregam.

Agradeço, em primeiro lugar, ao Cnpq, que me concedeu uma bolsa de pesquisa, e permitiu que eu me dedicasse integralmente à produção deste trabalho e a participação em congressos e seminários, durante meu período de doutoramento.

Este trabalho não poderia ser concluído sem apoio de meus pais, Sergio e Girlene Nascimento, que ao longo destes quatro anos compreenderam minhas ausências e faltas no cotidiano familiar, sobretudo nos meses finais de trabalho.

Agradecimento também a todos os meus amigos que acompanharam este processo. A Maitê Peixoto, que além de grande amiga, segue também este mesmo caminho de produção e conhecimento; a Diego Dal Bosco, pelas infinitas conversas sobre os dramas acadêmicos e filosóficos que costumam intrigar pessoas como nós; a Ana Paula Almeida Lima, que tive a grata oportunidade de conhecer nos corredores da PUCRS, e por quem nutro um respeito muito grande. Devo também a outra Ana Paula, de sobrenome Andrade Lima de Jesus, que desde a graduação alegra meus momentos de tristeza e me ajuda a compreender o difícil papel da vida.

Aos colegas que se tornaram amigos ao longo desta caminhada e que somente a pós-graduação pode nos dar; afinidades de pesquisa, de interesses e de história nos uniu, abrindo espaço para uma gostosa convivência.

Preciso agradecer especialmente ao Prof. Dr. René Gertz que acolheu este trabalho em um momento de crise, tropeços que ocorrem na longa caminhada de uma pós graduação.

Por último, a Michelle Ferraz, que acompanha esta caminhada desde a graduação, e me ajuda com paciência e compreensão, renovando meus sentimentos e minhas expectativas todos os dias.

*O militar é o regenerador das sociedades antigas e modernas; é o crente obedecendo aos princípios; o mártir sacrificando-se pela fé; o paladino que guerreira em favor da paz; o braço de ferro sempre levantado contra o atentado e violação ao direito e às instituições; é finalmente, uma vida necessária para a defesa e a glória dos estados. (O Soldado e o Marinheiro, edição n. 6, p.1)*

## RESUMO

O objetivo deste trabalho é compreender a existência da imprensa periódica militar durante o século XIX, no Brasil. A imprensa militar pode ser definida como todo e qualquer impresso produzido por militares, e que se destine, invariavelmente, ao público militar. Para tanto, foram traçados dois objetivos específicos: fornecer dados para a concepção de um campo relacionado à percepção da imprensa periódica militar como fonte e objeto de pesquisa durante o Brasil do Oitocentos; e compreender como o discurso veiculado pelos periódicos, sobretudo durante o Segundo Reinado, tem relação com a institucionalização das forças armadas nacionais. A análise de conteúdo foi o método escolhido para a organização das fontes documentais. Assim, é possível compreender a existência da imprensa periódica militar através de algumas considerações que perpassam esta análise: a imprensa militar deve ser compreendida no processo de formação do Estado brasileiro e de profissionalização das forças armadas; e também pelo caráter cientificista que dominou os estudos durante o século XIX. Partindo destes pressupostos fundamentais, é possível inferir que os redatores buscaram criar um discurso positivo, baseado em analogias e oposições, durante o século XIX, esforçando-se para definir e caracterizar a classe militar neste período. Logo, a imprensa militar não pode ser caracterizada como um efetivo espaço de oposição política ao governo imperial, mas sim, como espaço de construção de um discurso definidor das características militares, durante o século XIX.

Palavras-Chave: Exército, Imprensa Militar, Segundo Reinado.

## **ABSTRACT**

The objective of this work is to understand the existence of the military periodical press during the nineteenth century, in Brazil. The military press can be defined as any form produced by military and destined invariably to the military public. So, were two specific objectives outlined: to provide data for the design of a field related to the perception of military periodical press as a source and object of research during the nineteenth century in Brazil; and understand how the discourse conveyed by the journals, especially during the Second Empire, is related to the institutionalization of national armed forces. Content analysis was the method chosen for the organization of documentary sources. Thus, it is possible to understand the existence of the military periodical press through some considerations that underlie this analysis: the military press must be understood in the process of Brazilian state of training and professionalization of the armed forces; and by the scientist character that dominated the studies during the nineteenth century. Based on these fundamental assumptions, we can infer that the drafters sought to create a positive speech, based on analogies and oppositions, during the nineteenth century, struggling to define and characterize the military class in this period. Therefore, the military press cannot be characterized as an effective political opposition space to the imperial government, but as construction space of a defining speech of military characteristics, during the nineteenth century.

**Key Words:** Brazilian Army, Military Press, Second Empire.



## QUADROS

Quadro 1 - Periódicos catalogados em 1879 na Biblioteca da Marinha .....	45
Quadro 2 - Impressos militares da I fase da imprensa periódica Militar .....	59
Quadro 3 - Periódicos identificados na segunda fase da imprensa periódica militar (1851-1899) .....	86
Quadro 4 - Características militares no periódico <i>O Militar</i> (1854/1855) .....	103
Quadro 5 - Curso / Número de articuladores .....	121
Quadro 6 - Colaboradores do <i>Indicador Militar</i> e Respectivas Unidades .....	122
Quadro 7 - Curso e quantidade de militares formados .....	137
Quadro 8 - Colaboradores da <i>Alvorada</i> e as respectivas unidades .....	138
Quadro 9 - Periódicos analisados e as categorias de análise .....	178
Quadro 10 - Quadro comparativo entre as características militares e políticas em <i>O Militar Briosso</i> (1855) .....	217
Quadro 11 - Quadro Comparativo entre as características militares e políticas em <i>O Soldado</i> (1881) .....	219
Quadro 12 – Quadro sinótico das características militares - sobre a Classe Militar nos periódicos .....	228
Quadro 13 - Relação de Oficiais e respectivo posto no <i>Indicador Militar</i> .....	239
Quadro 14 - O "abandono" nos periódicos militares da segunda fase .....	289

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>Parte I</b>	
<b>A IMPRENSA PERIÓDICA MILITAR NO SÉCULO XIX</b>	
<b>1 ASPECTOS DA IMPRENSA PERIÓDICA MILITAR NO SÉCULO XIX</b> .....	29
1.1 A imprensa militar .....	33
1.2 A Primeira Fase (1833-1849) .....	58
1.3 A segunda Fase .....	74
<b>2 A CONSOLIDAÇÃO DA IMPRENSA PERIÓDICA MILITAR</b> .....	94
2.1 A Consolidação e os anos 1850 .....	96
2.2 Uma inclinação Profissional – O <i>Indicador Militar</i> e a <i>Alvorada</i> .....	118
2.3 A Imprensa periódica militar no norte do país .....	139
2.4 A Guerra do Paraguai e suas consequências na Imprensa Militar .....	146
2.5 O processo de análise e organização dos periódicos .....	174
<b>Parte II</b>	
<b>SOLDADOS E MARINHEIROS: A CLASSE MILITAR NO SÉCULO XIX</b>	
<b>3 A CLASSE MILITAR</b> .....	183
3.1 A instituição Militar brasileira no século XIX: o exército .....	185
3.2 A <i>Classe Militar</i> : a definição de um grupo e suas características .....	202
3.3 As características da classe militar .....	226
<b>4 UMA ESCRITA DE SI: AS CARACTERÍSTICAS DA CLASSE MILITAR</b> .....	242
4.1 A Honra e o Brio militares .....	244
4.2 A imprensa militar e a pátria .....	264
4.3 A classe militar e o abandono .....	285
4.4 A política e a classe militar: os militares como administradores .....	304
4.5 A classe militar: uma classe definida pela imprensa periódica militar ...	319

<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	323
<b>REFERENCIAS</b> .....	329
<b>APÊNDICE A</b> - Anúncios do <i>Indicador Militar</i> no <i>Diário do Rio De Janeiro</i> durante o ano de 1863 .....	339
<b>APÊNDICE B</b> – Características em <i>O Militar</i> (1854-1855/1860) .....	341
<b>APÊNDICE C</b> - Quadro sinótico das características Militares em <i>O Militar</i> (1854-1855) .....	348
<b>APÊNDICE D</b> - Quadro sinótico das características Públicas/Políticas Em <i>O Militar</i> (1854-1855) .....	349
<b>APÊNDICE E</b> - Quadro comparativo características Militares e Políticas em <i>O Militar</i> .....	350
<b>APÊNDICE F</b> – Ocorrência da palavra <i>pátria</i> em <i>O Militar</i> (1854-1855/1860) .....	351
<b>APÊNDICE G</b> – Ocorrência da palavra <i>nação</i> em <i>O Militar</i> (1854-1855/1860) .....	354
<b>APÊNDICE H</b> – Ocorrência da palavra <i>honra</i> em <i>O Militar</i> (1854-1855/1860) .....	357
<b>APÊNDICE I</b> – Ocorrência da palavra <i>brioso/brio</i> em <i>O Militar</i> (1854-1855/1860) .....	361
<b>APÊNDICE J</b> – Características em <i>O Militar Brioso</i> (1855) .....	364
<b>APÊNDICE K</b> - Quadro sinótico das características militares em <i>O Militar Brioso</i> (1855) .....	370
<b>APÊNDICE L</b> - Quadro sinótico das características políticas em <i>O Militar Brioso</i> (1855) .....	372
<b>APÊNDICE M</b> - Quadro comparativo das características Militares e Políticas em <i>O Militar Brioso</i> (1855) .....	374
<b>APÊNDICE N</b> - Ocorrência da palavra <i>pátria</i> em <i>O Militar Brioso</i> (1855) .....	375
<b>APÊNDICE O</b> - Ocorrência da palavra <i>nação</i> em <i>O Militar Brioso</i> (1855) .....	379
<b>APÊNDICE P</b> - Ocorrência da palavra <i>honra</i> em <i>O Militar Brioso</i> (1855) .....	385
<b>APÊNDICE Q</b> - Ocorrência da palavra <i>honrada/ honrado</i> em <i>O Militar Brioso</i> (1855) .....	389
<b>APÊNDICE R</b> - Ocorrência da palavra <i>brio/ brioso</i> em <i>O Militar Brioso</i> (1855) .....	392
<b>APÊNDICE S</b> – Características em <i>Indicador Militar</i> (1862) .....	394
<b>APÊNDICE T</b> - Quadro sinótico das características militares no <i>Indicador Militar</i> (1862) .....	399
<b>APÊNDICE U</b> - Quadro sinótico das características políticas no <i>Indicador Militar</i> (1862) .....	400
<b>APÊNDICE V</b> - Quadro comparativo das características militares / políticas no <i>Indicador Militar</i> (1862) .....	401
<b>APÊNDICE W</b> - Ocorrência da palavra <i>pátria</i> no <i>Indicador Militar</i> (1862) .....	402

<b>APÊNDICE X</b> - Ocorrência da palavra <i>nação</i> no <i>Indicador Militar (1862)</i> .....	407
<b>APÊNDICE Y</b> - Ocorrência da palavra <i>honra</i> no <i>Indicador Militar (1862)</i> .....	410
<b>APÊNDICE Z</b> - Ocorrência da palavra <i>brio/brioso</i> no <i>Indicador Militar (1862)</i> .....	413
<b>APÊNDICE AA</b> – Articulistas do <i>Indicador Militar (1862)</i> .....	415
<b>APÊNDICE BB</b> – Autores e seus respectivos artigos no <i>Indicador Militar (1862)</i> .....	423
<b>APÊNDICE CC</b> – Características em <i>O Soldado e o Marinheiro (1869)</i> .....	427
<b>APÊNDICE DD</b> – Quadro sinótico das características Militares em <i>O Soldado e o Marinheiro (1869)</i> .....	429
<b>APÊNDICE EE</b> – Quadro sinótico das características Públicas/Políticas <i>O Soldado e o Marinheiro (1869)</i> .....	430
<b>APÊNDICE FF</b> – Quadro comparativo das características Militares/Políticas <i>O Soldado e o Marinheiro (1869)</i> .....	431
<b>APÊNDICE GG</b> – Ocorrência da palavra <i>pátria</i> em <i>O Soldado e o Marinheiro (1869)</i> .....	432
<b>APÊNDICE HH</b> – Ocorrência da palavra <i>nação</i> em <i>O Soldado e o Marinheiro (1869)</i> .....	435
<b>APÊNDICE II</b> – Ocorrência da palavra <i>honra</i> em <i>O Soldado e o Marinheiro (1869)</i> .....	437
<b>APÊNDICE JJ</b> – Características em <i>O Soldado (1881)</i> .....	439
<b>APÊNDICE KK</b> - Quadro sinótico das características Militares em <i>O Soldado (1881)</i> .....	445
<b>APÊNDICE LL</b> - Quadro sinótico das características políticas em <i>O Soldado (1881)</i> .....	446
<b>APÊNDICE MM</b> - Quadro comparativo das características militares/ políticas em <i>O Soldado (1881)</i> .....	448
<b>APÊNDICE NN</b> – Ocorrência da palavra <i>pátria</i> em <i>O Soldado (1881)</i> .....	449
<b>APÊNDICE OO</b> – Ocorrência da palavra <i>nação</i> em <i>O Soldado (1881)</i> .....	452
<b>APÊNDICE PP</b> – Ocorrência da palavra <i>honra</i> em <i>O Soldado (1881)</i> .....	454
<b>APÊNDICE QQ</b> – Ocorrência da palavra <i>brio/ brioso</i> em <i>O Soldado (1881)</i> .....	456
<b>APÊNDICE RR</b> – características na <i>Tribuna Militar (1881/1882)</i> .....	457
<b>APÊNDICE SS</b> – Quadro sinótico das características Militares na <i>Tribuna Militar (1881-1882)</i> .....	460
<b>APÊNDICE TT</b> – Quadro sinótico das características Políticas na <i>Tribuna Militar (1881-1882)</i> .....	461
<b>APÊNDICE UU</b> – Quadro comparativo das características Militares / Políticas na <i>Tribuna Militar (1881-1882)</i> .....	462
<b>APÊNDICE VV</b> – Ocorrência da palavra <i>pátria</i> na <i>Tribuna Militar (1881/1882)</i> .....	463

<b>APÊNDICE WW</b> – Ocorrência da palavra <i>nação</i> na <i>Tribuna Militar</i> (1881/1882) .....	466
<b>APÊNDICE XX</b> – Ocorrência da palavra <i>honra</i> na <i>Tribuna Militar</i> (1881/1882) .....	469
<b>APÊNDICE YY</b> – Ocorrência da palavra <i>brio</i> na <i>Tribuna Militar</i> (1881/1882) .....	471
<b>APÊNDICE ZZ</b> – Articulistas do periódico <i>Alvorada</i> (1879) .....	472

## INTRODUÇÃO

*Terminando, não podemos deixar de dirigir duas palavras à ilustrada redação do Indicador Militar. (...) Possa a redação sempre seguir os passos que tem tão prudentemente trilhado, e contar muitos anos de existência, a despeito das muitas contrariedades, que um caminho glorioso ordinariamente oferece. Não desanimem, continuem, porque evidentemente este serviço que prestam ao país, sustentando, alimentando e animando o seu principal elemento de ordem, segurança, tranquilidade e fortuna, não passará despercebido. Se não for hoje, será amanhã. Nós o asseguramos.*

Indicador Militar, n. 22, p. 422, 1862.

Em 1862, os articulistas do periódico *Indicador Militar* consideravam o Exército um elemento de ordem, segurança, tranquilidade e fortuna. Todos estes elementos relacionam-se com a própria existência de um Estado político, sobretudo, a ordem e a segurança. O Exército, portanto, é a única instituição capaz de manter a ordem em tempos de crise. A ordem pode ser externa, mas, muitas vezes, está relacionada também com o elemento interno. Ou seja, o Exército é um elemento de ordem externa, mas, principalmente, interna. O que levou os redatores militares a definir a instituição dessa forma?

Sem dúvida, em 1862, contava o Exército com uma série de serviços militares prestados – externos e internos. O Exército, desde a independência, esteve envolvido nas lutas de independência na Bahia, nas lutas do período regencial, nas revoltas liberais dos anos 1840, e, também, nos confrontos fronteiriços da região do Prata, como a guerra contra Oribe e Rosas, em 1851. Portanto, a instituição gozava, às vésperas da guerra contra o Paraguai, de um intenso histórico de lutas e batalhas. Isso não significava, no entanto, que a instituição estivesse preparada para enfrentar a guerra que espreitava no horizonte, e que, dentro em pouco, iria iniciar. Mas, por outro lado, a falta de preparo não significava – por parte do oficialato – a incompreensão da função do Exército na sociedade. Disso, os redatores dos periódicos muito conheciam, e, por consequência, escreviam.

Logo, é possível observar durante o segundo reinado uma série de assertivas similares em relação ao papel e à função das instituições armadas nacionais na sociedade. O campo preferido para a exposição destas ideias foi a imprensa. Foi através da imprensa que muitos oficiais militares, tanto do Exército quanto da Marinha, divulgaram suas ideias e concepções a quem se interessasse. Mas os escritos eram, em geral, direcionados ao público especificamente militar, identificado pelos redatores dos periódicos como a “classe militar”.

A ocorrência destes periódicos especificamente militares no campo da imprensa nos levou a definir a existência de uma exclusiva imprensa periódica militar durante o Oitocentos, no Brasil. Ou seja, os militares procuraram levar ao campo da imprensa as suas ideias e preocupações, sobretudo, através da publicação de periódicos especificamente militares. Marcamos aqui, portanto, a existência desta imprensa como um campo de pesquisa, primeiro com relação à história da imprensa e, depois, com relação à história da própria instituição militar no Brasil. Assim, a existência de periódicos militares no século XIX é um padrão, que se intensifica a partir de 1850, e se consolida como uma imprensa periódica efetivamente militar.

Portanto, o objetivo central desta tese é investigar e compreender a existência da imprensa periódica militar no Brasil, durante o Segundo Reinado. A principal hipótese de trabalho é a percepção de que a imprensa militar não se configura como um espaço de efetiva oposição política ao Império, durante o segundo reinado. Configura-se como um espaço de discussão de valores, de construção de discursos sobre o que é *ser* militar, em um período em que o próprio Estado brasileiro, e

mesmo a instituição militar, ainda não estão consolidados. Logo, a imprensa militar possibilitou aos redatores com ela envolvidos, responder uma série de questões relacionadas, efetivamente, ao papel e à caracterização da classe militar na sociedade brasileira do Oitocentos. É assim, por exemplo, que os militares se caracterizavam, por volta de 1855, como briosos, honrados, cômicos de seus deveres constitucionais, e exemplo de obediência e sofrimento nas páginas do periódico *O Militar Brioso*. Até 1882, marco temporal desta tese, serão encontradas assertivas similares nos periódicos aqui analisados.

A análise está inserida na perspectiva da nova história militar brasileira. A história tradicional considerava a história militar episódica e restrita ao relato de batalhas e biografias pessoais de grandes líderes militares. A nova história militar busca redirecionar o foco de análise para as relações entre a sociedade e as forças armadas nacionais. É ingênuo pensar que a história de uma instituição armada possa estar afastada das perspectivas que guiam a própria investigação histórica: “seria difícil, portanto, tratar a história militar como algo inerentemente distinto da história mais ampla da sociedade de onde soldados e oficiais são recrutados”.<sup>1</sup>

A tendência surgiu na América do Norte, no início dos anos 1970. Houve, naquele período, uma preocupação em aglutinar os estudos de historiadores profissionais civis com os estudos e as perspectivas de uma história militar tradicional, que buscava na história lições de vitória para os conflitos do futuro. A nova história militar surgiu, assim, em uma série de conferências e seminários na Escola Superior do Exército americano, cujo objetivo principal era tratar a história militar como um campo mais amplo, a partir da ideia “do militar como uma projeção da sociedade (...), do relacionamento do militar com o Estado, das instituições militares e do pensamento militar”.<sup>2</sup> No Brasil, o assunto ganha maior projeção a partir dos anos 2000, quando Celso Castro, Vitor Izecksohn e Hendrik Kraay lançam a obra *Nova História Militar Brasileira*. No entanto, perspectivas de análise que levem em conta a relação entre a instituição militar e a sociedade podem ser observadas desde os anos 1970, sobretudo a partir dos estudos pioneiros de Edmundo Campos Coelho e José Murilo de Carvalho.

---

<sup>1</sup> CASTRO, Celso. KRAAY, Hendrik. IZECKSOHN, Vitor (org.). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 12.

<sup>2</sup> WEIGLEY, Russel F. (org.). *Novas dimensões da História Militar*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981, p. 25.



A historiografia brasileira acostumou-se a pensar os militares somente como agentes de intervenção política. Assim, observamos na produção historiográfica a frequente preocupação para a questão: por que a instituição militar, no Brasil, se tornou um agente político interventor? A questão não deixa de ser importante para a compreensão do processo histórico brasileiro, mas ao preocupar-se somente com a intervenção, acaba por reduzir as possibilidades de pesquisa. Alguns autores mais recentes preocupam-se com esta questão, acentuando o fato de que nossa historiografia é essencialmente civilista, relegando a leitura sobre militares a somente um ponto de vista – ou de investigação.<sup>3</sup>

Nesse sentido, destacamos a questão da imprensa periódica militar. De qual imprensa estamos falando? Qual o lugar de produção desta imprensa e seus objetivos? Embora exista grande produção acadêmica naquilo que tange à imprensa como um todo, poucas pesquisas se dedicam ao estudo de jornais e periódicos militares – fonte rica para a melhor compreensão da temática militar.<sup>4</sup>

A existência da imprensa militar durante o século XIX é relevante para os estudos sobre a instituição militar no Brasil. Os militares configuram-se, nesse sentido, como uma elite letrada em um país com graves deficiências educacionais. A formação propiciada pela Escola Militar permitia aos oficiais o acesso à cultura letrada e aos debates políticos mais recentes encetados na Europa. Além disso, o desenvolvimento da imprensa no século XIX e sua percepção, por parte dos militares, como campo de combates e debates torna possível a existência desta imprensa militar e sua relação com a defesa dos interesses em prol da classe militar.

---

<sup>3</sup> ARIAS NETO, José Miguel. Revista Marítima Brasileira: 1851-1855: A liberdade de pensamento na Marinha imperial e o projeto de nação no século XIX. *Revista Brasileira de História Militar*. Ano III. N. 8, Agosto de 2012, p. 4- 29.

<sup>4</sup> Destacamos: SCHULZ, John. *O Exército na Política*. Origens da Intervenção Militar (1850-1894). EDUSP: São Paulo, 1994 e SOUZA, Adriana Barreto de. *O Exército na Consolidação do Império*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999. DUDLEY, William S. Institutional Sources of Officer Discontent in the Brazilian Army, 1870-1889. *Hispanic American Historical Review*, v. 55, n. 1, February 1975, p. 44-65. CAPELLA, Leila. *As malhas de aço no tecido nacional: A revista A Defesa Nacional e o Serviço Militar Obrigatório*. Dissertação de mestrado, apresentada no programa de Pós-Graduação em História da UFF. Niterói, 1985. CIDADE, Francisco de Paula. *Síntese de três séculos de literatura Militar Brasileira*. BIBLIEX: Rio de Janeiro, 1953. NASCIMENTO, Fernanda de Santos. *A Revista A Defesa Nacional e o projeto de modernização do Exército brasileiro (1931-1937)*. Dissertação de Mestrado, PUC/RS, Porto Alegre, 2010. BARONE, Adelaide Cristina Brandão. *O discurso sobre o golpe de 1964 e o regime militar: análise da revista A Defesa Nacional (1990-2004)*. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro, UFRJ, 2010.

Desta forma, a análise da imprensa militar suscita no pesquisador uma série de perguntas cujo objetivo final é problematizar o objeto de estudo. Em primeiro lugar, o que é esta imprensa militar? Qual o lugar de produção desta imprensa e seus objetivos? Quais os eixos principais de discussão desta imprensa? E de que forma os eventos políticos influíram na produção de periódicos militares e nos assuntos neles discutidos?

Na historiografia, a imprensa periódica militar encontra espaço de pesquisa em duas obras principais: no livro de John Schulz denominado *O Exército na Política* e na obra de Adriana Barreto de Souza *O Exército na Consolidação do Império*. Ambas as pesquisas discutem o papel e o impacto das discussões do periódico *O Militar*, na cidade do Rio de Janeiro, em meados do século XIX. Para Schulz, a publicação inaugura, na história da instituição militar, um período de contestação da jovem oficialidade, a partir de uma fonte impressa. O autor ressalta que é significativa a existência de *O Militar*, durante os anos de 1850. O autor tenta estabelecer uma conexão entre a carreira de onze generais republicanos e sua possível participação como redatores de *O Militar*. Entre estes, Schulz ressalta Benjamin Constant, Floriano Peixoto e Sólon Ribeiro, que estudaram na Escola Militar durante seu período de crise, nos final da década de 1850, coincidindo com a publicação de *O Militar*.<sup>5</sup> A década de 1850 marca, portanto, a participação ativa da oficialidade militar em assuntos políticos, principalmente através de canais próprios de comunicação.

Para Adriana Barreto, as discussões iniciadas por *O Militar* são inúmeras e as “abordagens dos temas propostos pelos artigos é de importância fundamental para a compreensão das bases de formulação, senão do que se costuma denominar pensamento militar brasileiro, ao menos de uma de suas principais vertentes”.<sup>6</sup>

William Dudley e Hendrik Kraay também fazem uso desta imprensa, mas novamente aqui não como objeto, mas essencialmente como fonte para solidificar o ponto de vista da pesquisa. Kraay, em trabalho sobre as lutas de independência na Bahia e os conflitos políticos resultantes da luta entre as elites regionais, destaca o papel dos militares neste momento de crise e luta.<sup>7</sup> Informa o aparecimento de um

---

<sup>5</sup> SCHULZ, op. cit., p. 39.

<sup>6</sup> SOUZA, op. cit., p. 154.

<sup>7</sup> KRAAY, Hendrik. *Race, State and Armed Forces in independence-Era Brazil*. California: Stanford University Press, 2001, p. 158.

periódico denominado *O Militar*, inserido na primeira fase da imprensa, e envolvido nas lutas políticas regionais. Dudley utiliza a *Tribuna Militar*, periódico editado a partir de 1881, para demonstrar a descrença da oficialidade em relação às políticas do governo imperial, sobretudo naquilo que tange ao interesse militar.<sup>8</sup> No entanto, as análises destes trabalhos não levam em consideração a existência de uma imprensa periódica militar e os periódicos analisados não estão inseridos dentro de uma perspectiva mais ampla. Defendemos, portanto, a necessária inserção destes periódicos em uma perspectiva mais ampla, de existência de uma imprensa periódica exclusivamente militar, durante o século XIX, e que vai influenciar consideravelmente a existência destes periódicos.

Exceção feita a José Miguel Arias Neto, que, em recente projeto de pesquisa, busca compreender o discurso da *Revista Marítima Brasileira* (RMB), dedicada aos assuntos da Armada imperial.<sup>9</sup> A pesquisa demonstra como o periódico surge em um momento de crise institucional, e é fruto da reunião de oficiais da Armada interessados na criação de um espaço público de discussão dos interesses navais. Assim como os periódicos militares, a RMB terá sua existência não oficial configurando-se como discurso institucional somente em 1881. Para Arias Neto é necessário estabelecer a existência e a própria atuação da imprensa periódica militar para a melhor compreensão e contextualização dos periódicos nos processos de análise.

É importante assinalar a maior necessidade da discussão não apenas da produção desta imprensa militar, mas também dos conceitos utilizados na maioria dos estudos sobre a temática militar. Embora a obra de Samuel Huntington seja esclarecedora em relação à definição do profissionalismo militar, é necessário problematizar sua definição a partir da realidade militar brasileira do século XIX.<sup>10</sup> Em segundo lugar, as definições de Erving Goffman para uma instituição total, em

---

<sup>8</sup> DUDLEY, op. cit. p. 44-65.

<sup>9</sup> ARIAS NETO, José Miguel. Imprensa Militar no século XIX: um balanço preliminar. *Revista Navigator*, v. 9, p. 55-64, 2013. ARIAS NETO, José Miguel. *Revista Marítima Brasileira: 1851-1855 - A Liberdade de Pensamento na Marinha Imperial e o Projeto de Nação no século XIX*. *Revista Brasileira de História Militar*, v. 8, p. 4-29, 2012. ARIAS NETO, José Miguel. Imprensa Militar nos Oitocentos: A Revista Marítima Brasileira 1851-1855. In: *Anais 9º Encontro Nacional de História da Mídia: História da Comunicação ou História da Mídia Fronteiras Conceituais e Diferenças*, 2013. Disponível em <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/9o-encontro-2013/artigos/gt-historia-da-midia-imprensa/imprensa-militar-nos-oitocentos-a-revista-maritima-brasileira-1851-1855> Acesso em 25/05/2014.

<sup>10</sup> HUNTINGTON, Samuel. *O Soldado e o Estado*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1996.

geral utilizada como aporte conceitual nas diversas pesquisas, também precisa ser problematizada a partir da realidade militar do século XIX no Brasil.<sup>11</sup> É difícil compreender a instituição armada no XIX como uma instituição totalizante. Nesse sentido, a definição mais abrangente de Mary Douglas nos parece mais adequada, temporalmente, aos objetivos deste trabalho, sobretudo naquilo que tange aos processos de formação institucional.<sup>12</sup> Morris Janowitz também fornece importantes elementos de análise utilizados aqui, assim como Alfred Vagts.<sup>13</sup> O estudo destes pesquisadores, em menor ou maior grau, é aqui utilizado como marco teórico e analítico em nossa análise.

Importante ressaltar que a pesquisa identifica, através do discurso dos periódicos militares, um intenso *spirit de corps* com relação à questão da “classe militar”. É significativo, por exemplo, que em 1855 os redatores do periódico *O Militar Brioso* se ufassem de pertencer “à briosa classe Militar”<sup>14</sup>, e que, em 1862, os redatores do *Indicador Militar* compreendessem que o oficial tivesse “(...) três gloriosos incentivos de sublimes feitos – a honra de sua bandeira, a honra do corpo a que pertence, a honra de suas dragonas”.<sup>15</sup> Os redatores dos periódicos aqui analisados insistem, a todo momento, em caracterizar a força armada, e, com isso, caracterizar também a sua função, como instituição permanente da sociedade e como órgão estatal. É possível perceber, assim, a importância do discurso na caracterização da oficialidade brasileira do Oitocentos. Portanto, a imprensa militar nos parece crucial para a definição de um discurso sobre *ser e pertencer* à classe militar.

Ganha destaque o discurso de oposição efetuado, a todo tempo, pelos jornais aqui analisados. Ou seja, em busca de caracterizar a classe militar, os redatores buscam fazer um jogo de analogias e oposições com outra classe pertencente à realidade social e política do Oitocentos: a classe política. Neste jogo, as analogias ganham destaque, num processo descrito por Douglas como codificação de informações.<sup>16</sup> Para uma instituição existir é necessário codificar informações e se legitimar através de um discurso, partindo de analogias e oposições com a razão e a

<sup>11</sup> GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

<sup>12</sup> DOUGLAS, Mary. *Como pensam as instituições*. Porto Alegre: Instituto Piaget, 2012.

<sup>13</sup> JANOWITZ, Morris. *O Soldado Profissional*. Rio de Janeiro: GRD Editora, 1967. E também VAGTS, Alfred. *History of Militarism*. Civilian and military. London: Hollis e Carter, 1959.

<sup>14</sup> *O Militar Brioso*, ano I, edição n. 7, de 11 de abril de 1855, p. 1.

<sup>15</sup> *Indicador Militar*, ano I, edição n. 10, de 16 de maio de 1862, p. 160.

<sup>16</sup> DOUGLAS, op. cit., p. 71 e seguintes.

natureza. O resultado é um discurso que confere às instituições uma identidade de si. E. P. Thompson também compreende a formação de analogias e oposições como necessária para a formação de uma identidade de classe.<sup>17</sup> Logo, a classe militar de meados do século XIX utiliza a imprensa para definir, em termos de discurso, aquilo que é ser e pertencer à classe militar no Brasil.

Embora a definição de classe Militar por parte dos autores do periódico seja flexível, incorporando a Guarda Nacional e as polícias urbanas, por exemplo, é possível perceber o esforço, por parte dos redatores, em diminuir o alcance da definição, englobando apenas o Exército e a Marinha como pertencentes a classe militar. Analisando as intenções profissionalizantes do corpo de oficiais pelo viés do *Indicador Militar* (1862), fica difícil compreender o papel da Guarda Nacional como membro da “classe militar”. Da mesma forma, não nos parece que as frequentes reclamações sobre os mecanismos de promoção no interior da classe militar – efetuadas principalmente entre os anos de 1850 e 1860 – tivessem relação com o Corpo de Permanentes (tropa policial da corte). Logo, nos parece possível que, embora a classe militar tivesse conflitos com relação aos seus integrantes, o discurso dos periódicos voltava-se, prioritariamente, aos membros da Marinha, e, em especial, ao Exército.

O jogo de oposições ganha destaque, na historiografia, com a Questão Militar. Embora não seja objetivo deste trabalho investigar os anos finais da monarquia e sua conseqüente queda, é necessário aqui um adendo, que tem estrita relação com o objeto prioritário desta pesquisa. A historiografia só reconhece a presença de um espírito militar na oficialidade pelo viés da queda do Império. Ou seja, é somente nas análises que priorizam o elemento republicano e a queda da monarquia que se encontram assertivas sobre o espírito militar. Uma concepção comum da historiografia brasileira sobre a instituição militar é que foi somente com o fim da Guerra do Paraguai que se desenvolveu, no Exército brasileiro, um espírito de corpo e uma autoestima ligada ao fato de *ser militar*. Ou seja, tais sentimentos seriam conseqüência da dura campanha contra o Paraguai.<sup>18</sup> Ora, a análise dos periódicos

---

<sup>17</sup> THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária*. A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 12.

<sup>18</sup> IZECKSOHN, Vitor. *O Cerne da Discórdia*. A Guerra do Paraguai e o núcleo profissional do Exército. Rio de Janeiro: E-papers. 2002. Também CASTRO, Celso. *Os Militares e a República*. Um Estudo sobre a ação política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995. COSTA, Wilma Peres. *A espada de*

ajuda a elucidar esta concepção: em que pese a importância do conflito paraguaio no afastamento simbólico entre militares e o poder monárquico, esta pesquisa indica a existência de um forte *spirit de corps* relacionado, sobretudo, ao específico *metier* militar, no discurso dos oficiais dos periódicos aqui analisados.

Oliveira Viana, na sua tradicional leitura da queda do Império, reconhece a existência do espírito de classe e de honra entre os militares brasileiros, que sintetiza sob a denominação de “psicologia militar”. Para Viana, os militares brasileiros possuem um “sensível espírito de corpo e um vivo pundonor profissional”.<sup>19</sup> É durante – e após – a Guerra do Paraguai que se intensifica, entre os militares, um sentimento de distinção de classe. Para Viana:

(...) nos meios militares, no último quartel do Império, havia generalizada esta convicção de fundamento duvidoso, de que os homens de farda eram “puros”, “sãos”, “patriotas”; ao passo que os civis – os “casacas”, como desdenhosamente chamavam – eram corruptos, “podres”, sem nenhum sentimento patriótico. Daí uma certa mentalidade salvadora, engrandecida pela sugestão da caudilhagem platina, com a qual os maiores do nosso Exército, durante o ciclo guerreiro do Paraguai, haviam mantido um convívio muito íntimo.<sup>20</sup>

Para Viana, a convicção de superioridade existia entre os militares, mas isso não significa que tal convicção tivesse ampla relação com a realidade. Por outro lado, o autor compreende que uma maniqueísta classe política foi capaz, de forma hábil, em mobilizar estes sentimentos de classe em torno de seus interesses, culminando com o envolvimento de militares na queda da monarquia. Não é objetivo aqui discutir as asserções pontuais de Viana, mas destacar como o autor compreendeu a questão da psicologia militar.

Alguns anos mais tarde, Nelson Werneck Sodré acentuou que a guerra do Paraguai caracterizou melhor a oficialidade militar e alterou, na opinião do autor, profundamente a estrutura social do Exército.<sup>21</sup> A questão militar, para o autor, tem

---

*Dâmocles: o Exército, a guerra do Paraguai e a crise do Império.* São Paulo: HUCITEC, 1996 e DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra.* Companhia das Letras: Rio de Janeiro, 2002, entre outros.

<sup>19</sup> VIANA, Oliveira. *O ocaso do Império.* Brasília: Edições do Sendo Federal, 2010, p. 116.

<sup>20</sup> VIANA, op. cit., p. 117.

<sup>21</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *A História Militar do Brasil.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 143 e 144.

relação com duas questões: a posição secundária do Exército na política imperial após o conflito com o Paraguai; e a influência do republicanismo e do abolicionismo entre os oficiais. O incidente com Sena Madureira e com Cunha Mattos não foram (e não despertaram) ações de indisciplina entre a oficialidade. Foram, antes de tudo, demonstrações de que a classe militar “não serviria mais à classe dominante escravista”, demonstrando, assim, a sua insatisfação com o poder político e a própria monarquia. Sodré avalia a participação de militares na imprensa antes da questão militar, mas de forma muito incipiente, sobretudo após a Guerra do Paraguai.

Raymundo Faoro, influenciado provavelmente pelas ideias de Viana, compreende que foi somente nos últimos 15 anos da monarquia que se desenvolveu a convicção de que os homens de farda eram puros e patriotas, enquanto os civis eram políticos podres e corruptos.<sup>22</sup> A guerra do Paraguai não criou incompatibilidades, mas acentuou os problemas existentes entre a Coroa e o Exército. Não fala do espírito militar ou da honra militar. Mas acredita que a morte de Caxias e Osório, por exemplo, expoentes tradicionais do Exército, auxiliou no estado de indisciplina do corpo de oficiais dos anos 1880. Os republicanos, divididos também em federalistas e inimigos da coroa, foram sagazes em conceder aos militares um lugar que a coroa negava: a participação política.

Por fim, Heitor Lyra compreendeu que a honra militar – uma característica muito forte da instituição – era elástica e volátil e, por isso, determinou a crise denominada “questão militar”.<sup>23</sup> Para o autor, foi a ação dos bacharéis no interior da instituição militar que solidificou, nos anos finais da monarquia, a corrente ideia de que a classe militar era superior à classe civil, em atributos e qualidades. A ideia tem origem na incompreensão dos militares em relação ao papel dos civis na sociedade, de acordo com Lyra.

Assim, a historiografia solidificou a ideia de que os militares – até a Guerra do Paraguai – não se caracterizavam como uma classe e que a crise decorrente do conflito paraguaio é que vai intensificar esta caracterização. Ora, o discurso dos periódicos aqui analisados indicam exatamente o contrário: os redatores parecem, a

---

<sup>22</sup> FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. Formação do patronato político brasileiro. 3ª ed. São Paulo: Globo, 2001, p. 540.

<sup>23</sup> LYRA, Heitor. *História da Queda do Império*. Tomo II. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1964, p. 36.

todo tempo, insistir em caracterizar a classe militar e, com isso, estabelecer uma identidade institucional, em momentos em que o próprio Estado – e a nação brasileira, por consequência – careciam de definições e caracterizações específicas.

O marco temporal definido para análise tem íntima relação com o objetivo principal do trabalho. Ao longo da pesquisa, foram identificadas duas fases da imprensa periódica militar: uma primeira, que se estende da intensificação da imprensa periódica no Brasil até o final dos anos 1840, caracterizada principalmente pela falta de periodicidade dos periódicos e de um discurso coeso naqueles que foram identificados como pertencentes a esta fase; e uma segunda fase, que consolida a existência da imprensa periódica militar, a partir de 1850, com o lançamento da *Revista Marítima Brasileira*. A partir de 1850, a preocupação dos militares que se dedicam à imprensa é fazer dela um espaço de debates e discussões, um lugar voltado às questões específicas da classe militar. É um período profícuo para a imprensa militar, com a identificação de aproximadamente 27 jornais, entre 1851 e 1899, que se definem como órgãos da classe militar. Logo, optamos por inserir nossa análise entre os anos de 1850 e 1882, período em que destacamos a existência de uma série de periódicos voltados à classe militar.

Para tanto, a tese foi dividida em duas partes. A primeira parte busca situar o campo da imprensa periódica militar e assegurar sua existência. Os periódicos militares durante o século XIX formam um padrão, sendo observados aproximadamente 35 periódicos exclusivamente militares, entre 1833 e 1899. O número não pode ser desprezado; indica um forte interesse, por parte de redatores militares, em levar debates ao campo público da imprensa. Logo, a primeira parte busca identificar hipóteses para a existência da imprensa periódica militar, bem como buscar as influências que permitiram o desenvolvimento desta imprensa específica no Brasil.

A segunda parte da tese busca analisar os periódicos escolhidos para esta pesquisa, através de uma análise categórica. Dividida em dois capítulos, busca definir os principais contornos da definição de classe militar pelos redatores dos periódicos e das características desta classe. Os periódicos analisados são: *O Militar*, de 1854, *O Militar Brioso*, de 1855, *Indicador Militar*, de 1862, *O Soldado e o Marinheiro*, de 1869, *Alvorada*, de 1878, *Echo Militar*, de 1878, *O Soldado*, de 1881 e a *Tribuna Militar*, também de 1881. Todos estes periódicos possuem maior



periodicidade e maior circulação, e serão objeto de análise desta pesquisa. Todos estão arquivados na Hemeroteca da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, em coleções bastante ricas.

O trabalho conta ainda com um rico apêndice metodológico que possibilitou a análise aqui efetuada. Baseado nos princípios da análise de conteúdo como forma de organização e quantificação de dados impressos, a pesquisa criou categorias de análise que foram aplicadas a todos os periódicos aqui estudados.<sup>24</sup> As quatro categorias criadas foram: a) características militares; b) características políticas; c) características do periódico; d) características da nação. Em todos os periódicos foram localizados trechos que foram distribuídos nas quatro categorias de análise. O resultado foi organizado em quadros sinóticos e comparativos que possibilitaram uma maior compreensão do esforço dos redatores em caracterizar a classe militar em oposição à existência da classe política. Foi observado, ainda, o uso específico de algumas palavras no discurso dos periódicos analisados, como *pátria*, *nação*, *honra* e *brio*, que nos possibilitaram compreender o significado concedido, no discurso, a estas palavras. Ao destacarmos o acompanhamento principal das palavras analisadas (as palavras à que se refere o texto ou que possam ser inferidas pelo leitor) foi possível compreender melhor o contexto e o significado das palavras analisadas. Nesse sentido, destacamos, por exemplo, o uso da palavra *brio* como substitutivo da palavra *honra* pela maior parte dos redatores dos periódicos analisados, no sentido de característica militar, como forma deliberada de destacar a importância desta característica no meio militar do Oitocentos.

Portanto, todo o material produzido está anexado ao final deste trabalho, compondo um rico apêndice, que completa a síntese textual e permite ao leitor compreender a ideia-chave que estrutura este trabalho, qual seja: o discurso da imprensa militar buscou, durante a segunda fase aqui assinalada, definir e caracterizar – através de analogias e oposições – a classe militar, durante o século XIX. Logo, o discurso não deve ser compreendido somente como uma oposição à classe política, mas sim como definidor da própria classe militar, cuja oposição

---

<sup>24</sup> Exceção ao *Echo Militar* e o *Alvorada*. Ambos os periódicos, embora constem da pesquisa, não puderam passar pelo criterioso processo de análise pela falta de edições arquivadas na Hemeroteca da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro. Foram localizadas três edições do *Echo Militar*, e somente uma edição do periódico *Alvorada*.

adquire um significado simbólico dentro do esforço de conferir à instituição uma identidade de si.

Assim, o primeiro capítulo busca estruturar e compreender a existência da imprensa periódica militar no Brasil do Oitocentos. Para tanto, a pesquisa identificou duas fases distintas de existência desta imprensa: a primeira fase corresponde ao período pós-independência até, aproximadamente, o final dos anos de 1840. Os periódicos localizados neste interregno se caracterizam pela falta de periodicidade, pela elasticidade do discurso e também pela relação com o momento político em que estão inseridos. Assim, os periódicos são influenciados primeiro pelas revoltas regenciais, e, em seguida, pelas revoltas liberais, após a maioridade de Pedro II. A segunda fase aqui identificada parte do pressuposto de uma imprensa periódica militar mais estruturada, com jornais mais duradouros e com periodicidade mais organizada.

O segundo capítulo vai tratar, especificamente, dos periódicos utilizados nesta pesquisa: *O Militar* (1854), *O Militar Brioso* (1855), *Indicador Militar* (1862), *O Soldado e o Marinheiro* (1869), *Echo Militar* (1878), *Alvorada* (1878), *O Soldado* (1881) e *Tribuna Militar* (1881). Seu objetivo é apresentar estes periódicos, seus autores e o contexto em que tais publicações estão inseridas. O capítulo busca, assim, contextualizar a existência destes periódicos dentro da perspectiva da imprensa periódica militar.

O terceiro capítulo, inserido já na segunda parte do trabalho, busca compreender a definição de “classe militar” dada pelos redatores dos periódicos durante o período aqui analisado. É necessário compreender, no tocante a esta análise, que os militares não podem ser vistos como um grupo uno e indivisível; logo, o capítulo busca compreender a impossibilidade de uniformização subjacente à denominação “militares”, ressaltando, a todo tempo, as possíveis clivagens internas da instituição.

O último capítulo vai tratar de algumas características que os redatores militares imprimem à classe militar: a classe é honrada e briosa, a classe é patriótica, a classe é abandonada e a classe é a mais apta para administrar o país. Tais características se destacam no discurso dentro da categoria “características militares”, e chamam a atenção do pesquisador pelo elevado número de ocorrências no discurso dos periódicos. É possível perceber, portanto, o esforço dos redatores

em conceder características específicas à classe militar. Embora os redatores não busquem criar ou inventar tradições militares, estão, a todo tempo, buscando definir as características de *ser e pertencer* à classe militar, no século XIX.

Os periódicos escolhidos para esta pesquisa possuem uma peculiaridade: a maioria foi editada por militares do Exército. Assim, a pesquisa irá focar, sobretudo, no Exército imperial. A Marinha desenvolveu, como instituição irmã, aspectos similares, mas não deve ser interpretada com as mesmas ferramentas ou da mesma forma que o Exército. É possível perceber também que, durante a segunda fase da imprensa periódica militar, muitos periódicos foram desenvolvidos e voltados especificamente aos militares da Marinha nacional. Portanto, a pesquisa está focada, principalmente, no Exército.

Todos os periódicos consultados fazem parte do acervo da Hemeroteca da Biblioteca Nacional. A maioria está em fase de digitalização, para compor o acervo da Hemeroteca Digital Brasileira, projeto da Biblioteca Nacional, cujo objetivo principal é possibilitar à população e aos pesquisadores, acesso ao amplo acervo de jornais e periódicos da instituição.<sup>25</sup> Também foram consultados os acervos do Museu de Comunicação Hipólito José da Costa, em Porto Alegre, e da Secretaria de Cultura do estado do Amazonas que, em parceria com o governo estadual, trabalha na manutenção de um acervo digital de livros e periódicos, disponível on-line.<sup>26</sup> Para a composição desta tese foram ainda consultadas as bibliotecas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, da Universidade de São Paulo e da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

---

<sup>25</sup> O portal da Biblioteca Nacional oferece uma série de informações aos pesquisadores e interessados na história da imprensa do Brasil. Disponível em <http://hemerotecadigital.bn.br/>.

<sup>26</sup> O Museu de Comunicação Hipólito José da Costa fornece, on-line, um catálogo de todos os periódicos inventariados em seu acervo, porém a consulta precisa ser feita *in-loco*, pois o Museu ainda não disponibiliza a digitalização dos materiais ao pesquisador. Disponível em <http://www.museudacomunicacao.rs.gov.br/site/>.

A Secretaria de Cultura do Amazonas está empenhada em garantir a conservação e o acesso da população ao acervo de diversas instituições de cultura estaduais. Disponibiliza, assim, através de seu portal, acesso a diversos livros e periódicos já digitalizados. Disponível em <http://bv.cultura.am.gov.br/portal/>.

## Parte I

### A IMPRENSA PERIÓDICA MILITAR NO SÉCULO XIX

*A imprensa militar não pode ser indiferente a um fato que por si só exprime quanta importância vai de dia para dia ganhando o nosso exército, importância que, incontestavelmente, lhe é dada pelo chefe do estado, que veste o uniforme militar. Diário do Rio de Janeiro, 10 de junho de 1864, Edição n. 160, p. 1.*

A epigrafe acima, extraída do *Diário do Rio de Janeiro*, pressupõe duas questões importantes: primeiro, a existência de uma imprensa militar; segundo, a necessidade de tal imprensa se posicionar diante de fatos que, de alguma forma, impactam na existência do Exército brasileiro. A citação ganha destaque justamente por estar publicada em um jornal tradicional e de grande circulação da Capital do Império. Partindo deste pressuposto – da existência de uma imprensa militar – esta parte, constituída de dois capítulos, irá investigar a existência desta imprensa e atribuir a ela características e hipóteses dentro da lógica de análise da imprensa periódica brasileira no século XIX. Desta forma, seu objetivo é atribuir à imprensa periódica militar um *status* de objeto e campo de estudo, definindo os contornos de análise desta pesquisa.

## **Capítulo 1**

### **ASPECTOS DA IMPRENSA PERIÓDICA MILITAR NO SÉCULO XIX**

*Hoje que a classe militar pode advogar seus interesses em um jornal especial, e quando já as questões militares soem ser discutidas científica e racionalmente no vasto campo da imprensa, cometeríamos uma cobardia recuando ante qualquer dificuldade.* Indicador Militar, n.14, p. 262. (1862)

Tradicionalmente, os militares brasileiros têm se dedicado ao estudo dos problemas da guerra e de sua própria instituição. Estes estudos, muitas vezes conduzidos de forma independente, nos fornecem dados importantes para interpretar não apenas a história da instituição militar em nosso país, mas também sua função em nossa sociedade. Desde a independência, os militares acumularam importante produção intelectual através da publicação de jornais, folhetos, livros e revistas. A produção deste tipo de material tem uma provável relação com duas condições específicas: a existência de estudos voltados para a profissão militar desde o século XIX, sintetizados pelos cursos da Real Academia Militar – posteriormente Escola Militar, responsável pela formação de técnicos militares – e a intensa e duradoura participação de militares em comissões de pesquisa – tanto no século XIX quanto no século XX. Estas condições possibilitaram aos militares o acúmulo de conhecimento

prático e teórico, cuja consequência pode ser observada na intensa produção intelectual do período.

Os militares brasileiros tiveram, em sua maioria, um objetivo comum ao longo do tempo: buscaram levar sempre o debate da defesa para a sociedade, e, ainda, inseri-lo na pauta de debates no meio político. Ainda assim: por mais que, muitas vezes, os periódicos militares tecessem ampla crítica política ao governo, permaneceram sempre legalistas em sua manifestação, mantendo-se fiéis ao discurso da ordem. O legalismo constitui-se, assim, como uma forte característica dos militares brasileiros.

Portanto, o pesquisador dessa história tem à sua disposição um rico manancial de obras produzidas por militares brasileiros, nos últimos dois séculos. As obras podem ser, grosseiramente, divididas em duas categorias distintas: aquelas de caráter oficial<sup>1</sup>, produzidas com objetivos institucionais (relatórios e estudos, por exemplo), e aquelas de caráter não oficial, produzidas fora do arcabouço institucional - mas seguramente influenciadas pela existência e pelos valores institucionais. Partindo deste princípio, pode o pesquisador estender seus objetivos para a própria análise de uma história intelectual dos militares, campo que ainda não recebeu a devida atenção.

A figura do militar letrado é tradicional em nosso país. Liga-se, provavelmente, às concepções modernas e científicas pelas quais a formação militar passou, no final do século XVIII e início do século XIX. No último quartel do século XVIII entendia o Conde de Lippe que a instrução científica era de extrema importância para os oficiais militares. Para ele:

A guerra não é para os oficiais um ofício; é uma ciência e cada um dos seus ramos requer estudos especiais; a experiência é uma prática cega que, por modo algum, dispensa a instrução prévia das teorias científicas; a ignorância em coisas de guerra dá lugar à presunção vaidosa ou a apreensões frívolas, e é certo que, na presença de inimigo hábil, a ignorância dos recursos da arte é igualmente funesta aos valorosos e aos fracos; a falta de instrução tolhe a verdadeira

---

<sup>1</sup> Podemos destacar, atualmente, a existência de uma série de revistas e repartições institucionais do Exército brasileiro, por exemplo: conta o Exército com a Biblioteca do Exército, repartição que desde a década de 1940 publica oficialmente literatura de interesse militar. Através da Biblioteca do Exército, é publicada ainda hoje a revista *A Defesa Nacional*. Conta o Exército também com publicações institucionais – como a revista *Verde-Oliva* - e científicas – como a *Revista Militar de Ciência e Tecnologia*, além de outros órgãos institucionais.

inteligência do espírito; as luzes adquiridas pelo estudo são tão necessárias para saber obedecer como para comandar.<sup>2</sup>

É necessário compreender que, além da influência da industrialização e dos novos armamentos, o Iluminismo ofereceu também às nascentes forças armadas profissionais o aporte teórico necessário à compreensão do *métier* militar. Carl von Clausewitz, um dos teóricos militares mais importantes do século XIX, compreendeu a necessidade de ser um oficial militar instruído em termos teóricos e práticos. É o conhecimento e a instrução que, na opinião de Clausewitz, irão diferenciar um oficial general de outro, no campo de batalha.<sup>3</sup> O ensino passa a ter uma importância fundamental, reflexo positivo do maior profissionalismo dos exércitos em expansão.

É nesta ótica que destacamos a existência de uma imprensa periódica militar brasileira. Esta imprensa pode ser localizada tanto no século XIX quanto no século XX, e a historiografia sobre forças armadas no Brasil pouco se deteve em sua existência. Recentemente, os estudos de José Miguel Arias Neto destacam a existência desta imprensa militar como objeto de estudo e necessária análise, inserida em contextos específicos do Brasil oitocentista.<sup>4</sup> As frequentes intervenções militares na história brasileira, notadamente desde 1889, atraíram o olhar do investigador para as instituições militares e sua relação com a política e a sociedade, ao longo do tempo histórico, mas, em geral, relacionando as análises aos momentos de intervenção.<sup>5</sup>

---

<sup>2</sup> Citado por SANTOS, Murilo. *O Caminho da Profissionalização das Forças Armadas*. Rio de Janeiro: Gráfica Editora do Livro, 1991, p. 56.

<sup>3</sup> CLAUSEWITZ, Carl von. *Da Guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 2010, p. 49 e seguintes.

<sup>4</sup> ARIAS NETO, José Miguel. Imprensa Militar no século XIX: um balanço preliminar. *Revista Navigator*, v. 9, p. 55-64, 2013. ARIAS NETO, José Miguel. Revista Marítima Brasileira: 1851-1855 - A Liberdade de Pensamento na Marinha Imperial e o Projeto de Nação no século XIX. *Revista Brasileira de História Militar*, v. 8, p. 4-29, 2012. ARIAS NETO, José Miguel. Imprensa Militar nos Oitocentos: A Revista Marítima Brasileira 1851-1855. In: *Anais 9º Encontro Nacional de História da Mídia: História da Comunicação ou História da Mídia Fronteiras Conceituais e Diferenças*, 2013. Disponível em <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/9o-encontro-2013/artigos/gt-historia-da-midia-imprensa/imprensa-militar-nos-oitocentos-a-revista-maritima-brasileira-1851-1855> Acesso em 25/05/2014.

<sup>5</sup> A historiografia clássica sobre militares no Brasil ainda é pautada pelas análises das intervenções na era republicana. Destaca-se, nesse sentido, por exemplo: CASTRO, Celso. *Os Militares e a República*. Um Estudo sobre a ação política. Rio de Janeiro. Zorge Zahar, 1995. COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*. São Paulo: Forense, 1976. COSTA, Wilma Peres. *A espada de Dâmocles: o Exército, a guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo: HUCITEC, 1996. SCHULZ, John. *O Exército na Política*. Origens da Intervenção Militar (1850-1894). São Paulo. EDUSP, 1994. STEPAN, Alfred. *Os Militares na Política*. São Paulo. Artenova, 1975. Recentemente, a Nova História Militar tem buscado ampliar os debates, abarcando outras áreas da

A imprensa periódica militar, dentro dos estudos sobre a instituição militar no Brasil, pode ser caracterizada como uma fonte e como um objeto de pesquisa. Como objeto, são múltiplas as possibilidades de pesquisa e de investigação. Entre os objetivos aqui traçados, está o de demonstrar como a imprensa militar foi fundamental para o desenvolvimento de um discurso em relação à existência da própria instituição militar. Foi através da imprensa que os militares demonstraram sua insatisfação com a sociedade e a política imperial durante o reinado de D. Pedro II. A imprensa militar, manteve-se sempre legalista em seu discurso, um discurso pautado pela ordem política e social, embora fizesse críticas contundentes aos governos de diversos períodos. A ação destes militares letrados surge, portanto, como marco fundamental para a construção de discursos, reforçando seu papel na sociedade oitocentista.

As reflexões sobre a formação do estado e o papel da força militar na legitimação do estado, servem de referência teórica para se pensar o caso brasileiro e de inspiração das indagações que norteiam este trabalho. A preocupação em periodizar, tão típica do historiador, prende-se ainda ao intuito de se esclarecer um determinado objeto. Embora a periodização possa, muitas vezes, criar empecilhos teóricos, ela facilita a compreensão de determinado objeto em um espaço-tempo. Arthur Lovejoy destaca que, muitas vezes, a história teve vários episódios contados em separado, mas o que realmente interessa é a relação desses episódios, “com um único complexo de ideias que as atravessa”, e suas relações, que precisam ser narradas.<sup>6</sup>

As tentativas de compreensão das sucessivas intervenções militares levam, assim, a uma profusão de obras que procuram, desde o marco temporal de 1889, respostas para as seguidas intervenções na história. Desta forma, uma significativa produção militar é deixada de lado, ou sua existência não é percebida dentro de um contexto maior e mais específico – como é o caso de alguns periódicos, que são estudados de forma isolada. É assim por exemplo que John Schulz analisa três periódicos militares do século XIX, sem inseri-los em uma lógica dentro da história da imprensa. As pesquisas sobre *A Defesa Nacional* – importante revista editada por

---

história como gênero, ciência, tecnologia, e história social. Consultar: CASTRO, Celso; KRAAY, Hendrik; IZECKSOHN, Vitor (org.). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

<sup>6</sup> LOVEJOY, Arthur O. *A grande cadeia do ser: um estudo de história de uma ideia*. São Paulo: Palíndromo, 2005, p. 9.



militares, desde 1913 – também seguem este padrão de análise, ou seja, a produção é deslocada de um contexto específico da imprensa militar.

Por outro lado, no próprio campo dos estudos sobre a imprensa pouca atenção se deu à existência e à produção de impressos pelos militares brasileiros (ao referirmo-nos à palavra “militares”, incluímos aqui também os membros da Marinha do Brasil). Nesta ótica, a maioria das pesquisas produzidas está temporalmente localizada na produção militar do século XX.<sup>7</sup> Desta forma, constitui-se em objeto – e campo de pesquisa – a imprensa periódica militar no Brasil, tanto no século XIX, quanto no século XX. Logo, algumas questões tornam-se relevantes, e pontuam, de forma geral, este trabalho, sobretudo naquilo que tange à imprensa militar entre as décadas de 1850 e 1880. Como se configurou a imprensa periódica militar neste período? Quais foram seus principais pontos de interesse? E como se caracteriza esta imprensa militar durante o século XIX?

## 1.1 A imprensa militar

A imprensa periódica militar insere-se no estudo da imprensa no século XIX, e partilhará, assim, muitos aspectos comuns de caracterização da imprensa no século XIX. A discussão historiográfica sobre imprensa no Brasil é vasta. Ao menos desde a década de 1990, estudos sobre a imprensa têm sido conduzidos, sobretudo, a partir da ótica possibilitada pela nova história cultural.<sup>8</sup> Seja como fonte ou como objeto de

---

<sup>7</sup> No período republicano, destacamos as seguintes pesquisas, por exemplo: CAPELLA, Leila. *As malhas de aço no tecido nacional: A revista A Defesa Nacional e o Serviço Militar Obrigatório*. Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1985. CIDADE, Francisco de Paula. *Síntese de três séculos de literatura Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1953. NASCIMENTO, Fernanda de Santos. *A Revista A Defesa Nacional e o projeto de modernização do Exército brasileiro (1931-1937)*. Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em História da PUC/RS. Porto Alegre, 2010. BARONE, Adelaide Cristina Brandão. *O discurso sobre o golpe de 1964 e o regime militar: análise da revista A Defesa Nacional (1990-2004)*. Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.

<sup>8</sup> Referimo-nos aqui a algumas obras do vasto repertório de análise da imprensa no Brasil: LUSTOSA, Isabel. (org.) *Imprensa, história e literatura*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008. MARTINS, Ana Luiza. LUCA, Tania Regina (org.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto,

pesquisa, a imprensa oferece ricas possibilidades de pesquisa em diversos temas e perspectivas, dentro da história.<sup>9</sup> Observa-se, no entanto, a falta de estudos específicos sobre a imprensa periódica militar, que surge no Brasil de forma concomitante com a imprensa periódica.

Por imprensa militar, compreendemos a ampla gama de jornais e, posteriormente, revistas publicadas por militares, e destinados, principalmente, ao público militar. Importante assinalar que a existência desta imprensa não está restrita à existência de um impresso específico, ou seja, ela se configura existente mesmo quando os militares escreviam em periódicos não-militares. Entre os anos de 1863 e 1864, por exemplo, *O Diário do Rio de Janeiro* publicou, sucessivamente, duas colunas denominadas “Apontamentos Militares” e “Noticiador Militar”. Embora tais colunas não tivessem periodicidade, sua existência coloca a imprensa como um campo de debates para os militares se expressarem, constituindo-se tais colunas em prolongamento da imprensa militar. *O Diário* também manteve, entre 1854 e 1855, outra coluna intitulada “Revista Militar”. Portanto, era comum a participação de militares na imprensa, de uma forma geral. A existência de uma imprensa própria militar seria a lógica consequência de processos que já ocorriam na imprensa comum.

Logo, a imprensa militar tem seu surgimento concomitante à imprensa no Brasil. No campo da história da imprensa, a produção periódica pode ser entendida como um gênero recorrente, onde revistas e jornais eram publicados sem casas editoriais próprias, tornando a folha impressa um “espaço legitimador do impresso”.<sup>10</sup> As tipografias, que se espalharam pelo território do Império após a supressão do monopólio de impressão pela Impressão Régia, em 1811, foram as responsáveis pela circulação da maioria dos periódicos no século XIX. O desenvolvimento dessa produção periódica foi tão profícuo que existiam, em São Paulo, no final do século XIX, cerca de 1.500 títulos sendo publicados. Logo, os periódicos possuem um caráter

---

2008. BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Marcia (org.). *Impresso no Brasil*. Dois séculos de livros brasileiros. São Paulo: UNESP, 2010. DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves. (org.) *Política, nação e edição*. O lugar dos Impressos na construção da vida política. São Paulo: Annablume, 2006. MOREL, Marco. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. E ainda as clássicas obras de análise da imprensa de SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: INTERCOM; Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011. FONSECA, Gondin da. *Biografia do jornalismo carioca 1808-1908*. Rio de Janeiro: Quaresma, 1941.

<sup>9</sup> LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 111 a 153.

<sup>10</sup> MARTINS; LUCA, (org.), op. cit., p.9.

de fonte primária inegável, pois trazem dados de todos os tipos sobre o desenvolvimento social no período em que se inserem os jornais e as revistas.

De forma sintética, observamos que a imprensa chega, oficialmente no Brasil em 1808, com a vinda da família real e a instalação da Imprensa Régia. A partir de setembro de 1808, passa a circular no Rio de Janeiro a *Gazeta do Rio de Janeiro*, impresso na Imprensa Régia. Alguns autores destacam a importância deste fato para a colônia: foi uma janela que abriu o Brasil para o mundo, do ponto de vista cultural. De início, a Imprensa Régia tinha por objetivo publicar atos oficiais do governo português na Colônia, mas logo passou a publicar os títulos mais variados possíveis. A Imprensa Régia publicou, aproximadamente, 1.428 livros e folhetos de diversos tamanhos, incluindo edições que eram, pela primeira vez, impressas em língua portuguesa.<sup>11</sup> Foi a Imprensa Régia, que em 1817, publicou pela primeira vez a carta de Pero Vaz de Caminha, esquecida até então no Arquivo da Torre do Tombo, em Portugal.<sup>12</sup> Com a Independência do Brasil, a Imprensa Régia tornou-se Imprensa Nacional.

Até então, os historiadores localizaram pequenas tipografias no Recife e no Rio de Janeiro no século XVIII, mas que não resistiram à coerção das autoridades portuguesas. De forma comprovada, a primeira tipografia brasileira foi instalada em 1747 pelo português Antônio Isidoro da Fonseca, no Rio de Janeiro. Fonseca era editor em Lisboa, e sua mudança para o Brasil pode ter relação com a expansão aurífera e o crescimento econômico observado no período. Dadas as proibições legais relegadas à Colônia, em poucos meses foi expedida a ordem, através do Conselho Ultramarino, de sequestro de todas as letras de imprensa que fossem encontradas no

---

<sup>11</sup> A discussão sobre quantas obras a Imprensa Régia de fato publicou é extensa na historiografia. Alfredo do Valle Cabral arrolou, ao final do século XIX, cerca de 1.251 títulos publicados, baseado em suas pesquisas nos arquivos da Imprensa Nacional, da Biblioteca Nacional e na imprensa do período de existência da Imprensa Régia do Rio de Janeiro, ou seja, de 1808 a 1822. CABRAL, Alfredo do Valle. *Annaes da Imprensa Nacional do Rio de Janeiro de 1808 a 1822*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1881. Ana Maria de Almeida Camargo e Rubens Borba de Moraes, dando continuidade à pesquisa de Cabral chegaram a 1.428 títulos. CAMARGO, Ana Maria de Almeida; MORAES, Rubens Borba de. *Bibliografia da Imprensa Régia do Rio de Janeiro 1808-1822*. São Paulo: Kosmos, 1993. 2 v. Mais recentemente, a tese de Simone Cristina Mendonça de Souza discute a publicação de livros do gênero de romance pela Imprensa Régia do Rio de Janeiro. SOUZA, Simone Cristina Mendonça de. *Primeiras impressões: romances publicados pela Imprensa Régia do Rio de Janeiro (1808-1822)*. Tese de Doutorado, apresentada no Programa de Pós-Graduação em Teoria e História Literária da UNICAMP. Campinas, 2007.

Disponível em <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000416452&fd=y>.

<sup>12</sup> MINDLIN, José. Imprensa Régia: seus significados e suas realizações. In: BRAGANÇA; ABREU (org.), op. cit., p. 20.

território do Brasil.<sup>13</sup> Fonseca foi o grande prejudicado pela ordem do Conselho Ultramarino, cujo objetivo principal era limitar a circulação de obras não autorizadas pela coroa portuguesa em território colonial.

Para Nelson Werneck Sodré, a imprensa no Brasil, até a independência, não pode ser considerada uma imprensa brasileira; o surgimento da Imprensa Régia, em 1808, para o autor, é apenas um marco temporal do surgimento de prensas no Brasil, mas não um marco do início de uma imprensa brasileira em território brasileiro. Para o autor, até a independência, a imprensa é caracterizada como áulica, isto é, uma imprensa moderada pelos interesses da Corte joanina no Brasil, e que não se envolvia diretamente com os problemas políticos da administração dos Bragança. Tal imprensa tinha um problema fundamental: a liberdade, que era regulada e censurada pelo governo de D. João VI. Após a independência, o autor compreende o surgimento de uma imprensa mais brasileira, justamente por inserir-se nas disputas e discussões políticas advindas da independência.<sup>14</sup>

A censura, iniciada em 1808 com a instalação da Imprensa Régia atuava baseada em critérios religiosos, morais e políticos. A censura agiu também no auxílio do monopólio às impressões na Corte: até 1821, a Imprensa Régia foi a única tipografia com autorização para funcionar na cidade do Rio de Janeiro. O monopólio tinha relação com a censura, pois restringia a publicação de folhetos que pudessem, por ventura, criticar a situação política da Corte. Esta censura só foi formalmente abolida por decreto de D. Pedro I, em 1827. Em relação ao território brasileiro, a Imprensa Régia teve o monopólio das impressões, até 1816. Neste ano foi concedida a autorização a Manoel Antônio da Silva Serva para que instalasse uma tipografia em Salvador. No entanto, a Imprensa Régia monopolizava ainda os impressos no Rio de

---

<sup>13</sup> BRAGANÇA, Aníbal. Antônio Isidoro da Fonseca e Frei José Mariano da Conceição Veloso: Precursores. In BRAGANÇA; ABREU (org.), op. cit., p. 27 e 28. Em relação aos territórios de colonização espanhola do continente europeu, a imprensa teve no Brasil uma aparição tardia. A historiografia tradicional entende que tal atraso tinha ligações com as diversas proibições portuguesas para a impressão de textos no território do Brasil. Bragança, no entanto, coloca sua versão em contraposição a esta corrente. Para o autor, no caso de Antônio Isidoro da Fonseca, a ordem de sequestro dos bens tipográficos tem real ligação com os interesses comerciais de livreiros no Porto e em Lisboa. Se por um lado a ordem tinha relação com interesses comerciais, por outro ligava-se ainda a insistência do monopólio comercial efetuado por Portugal em relação ao Brasil, dadas as possibilidades que a instalação de uma tipografia poderia significar. Em 1750, Isidoro Fonseca requer ao rei a suspensão da proibição e conseqüente autorização de funcionamento de sua tipografia, mas o requerimento é negado.

<sup>14</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. EDIPUCRS: Porto Alegre, 2011, p. 88 e 89.

Janeiro. Somente em 1821, quando se torna Imprensa Nacional, é que o monopólio de impressões foi abolido. Laurence Hallewell relaciona a abolição do monopólio com o excesso de impressões efetuadas pela Imprensa Nacional, além da política liberal imposta pelas Cortes de Lisboa.<sup>15</sup> Entre 1821 e 1822, somente na cidade do Rio de Janeiro, seis tipografias anunciavam seus serviços nos jornais e livrarias da cidade.<sup>16</sup>

A expansão tipográfica não beneficiou somente os impressos periódicos; beneficiou também um mercado livreiro em expansão, através do surgimento de livrarias no Rio de Janeiro. A maioria dos livreiros era estrangeira, sobretudo franceses. Por volta de 1823, existiam no Rio de Janeiro cerca de 13 livrarias.<sup>17</sup> Em 1824, chega a mesma cidade o livreiro francês Pierre Plancher, trazendo uma centena de livros editados, além de prensas tipográficas. Plancher foi o primeiro livreiro a editar uma coleção das leis e decretos do Brasil, em um momento delicado da construção nacional de um país recém independente. Os livros eram os mais variados, passando por Alexandre Dumas, Montesquieu, D’Alambert, Ricardo e Benjamin Constant. Plancher também obteve a autorização para editar a Constituição de 1824, um dos sucessos editoriais, que era vendida a baixo custo.<sup>18</sup>

O francês era uma das principais línguas do mercado editorial de livros, neste período. A língua francesa tornara-se o idioma internacional das elites culturais ocidentais, assim como a França passou a ser vista como uma metrópole cultural. Os franceses eram donos do comércio cultural do Rio de Janeiro, e assim permaneceram por muitas décadas.

Plancher vendeu, em 1832, sua tipografia para outro conterrâneo: Júlio Constâncio de Villeneuve, e em 1848 a Tipografia de Villeneuve contava com três prensas mecânicas, quatro manuais e oitenta empregados. Esta tipografia possuiu a primeira prensa mecânica da América Latina, a primeira rotativa e, mais tarde, a primeira linotipo, conforme informações de Hallewell.<sup>19</sup>

A história da imprensa no século XIX trabalha com alguns marcos fundamentais de ruptura: a efervescência das primeiras gazetas do Brasil independente, os

---

<sup>15</sup> HALEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: EDUSP, 2012, p. 122.

<sup>16</sup> ABREU, Marcia. Duzentos anos: os primeiros livros brasileiros. In BRAGANÇA; ABREU (org.), op. cit., p. 65.

<sup>17</sup> HALEWELL, op. cit., p. 126.

<sup>18</sup> MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos. Imprensa, atores políticos e Sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: HUCITEC, 2005, p. 59.

<sup>19</sup> HALEWELL, op. cit., p. 160.

pasquins que explodem no complexo período regencial, a imprensa abolicionista e a nova imprensa do final do século. Tais marcos constituem, em linhas gerais, a história da imprensa no Brasil. Embora tais rupturas não possam ser generalizadas para todo o território brasileiro, a divisão orienta o pesquisador na busca de particularidades e especificidades do seu próprio objeto.

Sodré, um pioneiro em estudos de imprensa, divide a história da imprensa no Brasil, genericamente, em dois períodos distintos: o período chamado de imprensa artesanal e o período chamado de imprensa industrial. Para o autor, o período da imprensa artesanal no Brasil persiste até a virada o início século XX, quando o movimento industrial e a ascensão do capitalismo monopolista tomam conta da imprensa. A divisão, esclarece o autor, é fruto mesmo da sua opção pela análise dialética: a divisão, que pode parecer arbitrária ao estudioso mais profundo, quando vista no conjunto do desenvolvimento histórico do país, ganha mais sentido. Para nós, a obra de Sodré tem importância por se tratar de um trabalho de grande abrangência sobre a história da imprensa. Recentemente, lembramos a obra de Marialva Barbosa, que tentou traçar, novamente, uma análise mais ampla do processo de criação e desenvolvimento da imprensa no Brasil.<sup>20</sup> Embora o surgimento da história cultural tenha aproximado os estudos de imprensa, a maior parte dos trabalhos ganha em produção e pesquisa, mas perde em contexto, por reduzir somente à história de um pequeno período específico ou de um periódico específico. Esta pesquisa busca dois objetivos: consolidar a imprensa periódica militar como um objeto e campo de estudo dentro dos estudos sobre a imprensa brasileira no século XIX; e apresentar alguns periódicos desta imprensa militar e sua relação com o desenvolvimento histórico e social do Brasil do oitocentos.

Por outro lado, Sodré entende que, dentro de cada período, houve diversas fases da imprensa brasileira. A primeira fase, do período pós-independência e da regência, foi caracterizada por uma imprensa de combate; a segunda fase, por uma imprensa mais literária e fecunda em termos técnicos, sobretudo após a maioridade. Para Sodré, a nova fase de agitação da imprensa, similar ao período regencial, é após a Guerra do Paraguai. O autor entende que a imprensa dos anos 1850 e 1860 era mais literária do que política: “Porque, na Corte e em sua imprensa, persistia o

---

<sup>20</sup> BARBOSA, Marialva. *História cultural da Imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

*incontrastado* domínio da vazia oratória parlamentar e dos insipientes movimentos literários nos jornais que mal faziam recordar a vibrante imprensa da Regência. (...)”.<sup>21</sup> Sodré parece identificar ainda uma terceira fase no período imperial, a partir do final da década de 1870 e, mais precisamente, no início de 1880: um retorno à vívida imprensa do período regencial, não copiando exatamente os seus termos, mas assemelhando-se na questão dos debates políticos. Para o autor, neste período, a regra era “pôr em dúvida, analisar, combater. Combater a pretensa sacralidade das instituições; da escravidão, da monarquia, do latifúndio”.<sup>22</sup> O republicanismo e o abolicionismo irão dominar os intensos debates da imprensa do período.

Para os objetivos deste trabalho, podemos considerar duas fases, a rigor, da imprensa periódica no século XIX: a primeira fase da chegada da Imprensa Régia até a maioria, caracterizada por uma sociedade em transformação, ainda tributária do antigo regime. Esta imprensa pode ser descrita como panfletária, ligada às intensas lutas políticas originárias num primeiro momento, da Independência e, posteriormente, dos embates relacionados aos grupos conservador e liberal, no contexto político do período regencial.

Uma segunda fase pode ser identificada após a maioria de D. Pedro II (1840) e a restauração do poder centralizador monárquico. De acordo com Morel, o debate político neste período esmorece, “no bojo de uma ação conjugada de repressão e incorporação de agentes políticos sob a égide do Estado imperial”.<sup>23</sup> Ocorre uma estabilização da imprensa, a partir de órgãos que lentamente constituem-se como empresas. A despolitização – de caráter panfletário – deste período incorpora ainda um discurso de caráter mais conservador, relacionado ao apogeu do Império brasileiro e do Partido Conservador no poder.

De uma forma geral, a imprensa periódica do século XIX pode ser definida como uma imprensa de combate. Ela difere, em vários aspectos, da imprensa que irá se estabelecer com força no início do século XX, fruto das transformações tecnológicas e econômicas que caracterizam este século.<sup>24</sup> Muitas vezes, durante o

---

<sup>21</sup> SODRÉ, op. cit., p. 295 e 296.

<sup>22</sup> SODRÉ, op. cit., p. 346.

<sup>23</sup> MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In MARTINS; LUCA, (org.), op. cit., p. 43.

<sup>24</sup> A imprensa do século XX será caracterizada, sobretudo, pela existência de grandes casas editoriais, que transformam em lucro a sua atividade. A diferença se estabelece a partir das transformações tecnológicas e econômicas que passam a influenciar a imprensa, não mais como um espaço de combate, mas agora como porta-voz dos interesses de elites econômicas e institucionais. É o caráter

século XIX, um único indivíduo se valia da palavra impressa, arcando com os custos de impressão, a fim de expor suas ideias e críticas. Nesse sentido, como bem apontou Luca, “o caráter doutrinário, a defesa apaixonada de ideias e a intervenção no espaço público caracterizam a imprensa brasileira de grande parte do século XIX”.<sup>25</sup> A imprensa configurava-se, desta forma, como um espaço de embates, e não como processo cujo interesse final é o lucro. O objetivo final era, através da imprensa, interpor-se nos debates da sociedade. Essa constatação converge com o discurso dos periódicos militares do século XIX: seus redatores caracterizavam a imprensa como campo de lutas e embates. É sintomático, portanto, que, em 1855, os redatores de *O Militar Briosso* - periódico editado por alguns militares - tenham descrito sua ação como um estorvo ao governo:

O governo que procura por todos os meios e modos acabar com a imprensa, porque ela muito e muito o incomoda (...) tem-se contentado em hipocritamente perseguir um ou outro cidadão que está na sua dependência e supõe ter parte na redação de algum periódico. (...) *O Militar Briosso* continua pois, como antes da deportação do seu distinto camarada (...) e continua assim o periódico que tanto os tem incomodado, por ser o verdadeiro eco da classe militar (...).<sup>26</sup>

O estudo da imprensa periódica militar nos sugere, portanto, duas fases distintas, localizadas entre 1833 e 1899. A **primeira fase**, entre 1833 e 1849, relaciona-se com a divulgação de impressos de caráter mais político, envolvidos nos debates políticos suscitados pelos momentos de crise do período: a abdicação de Pedro I, as revoltas regenciais e as revoltas liberais após a maioridade de Pedro II influenciaram o surgimento dos periódicos. Nesta fase, os jornais militares, em geral, estão ligados às lutas de poder locais ou regionais, e pouco tem de militar em seu caráter. A maior parte das publicações são anônimas, e podem ser caracterizadas como pasquins. Independente da ligação política, no entanto, todos os periódicos deste primeiro

---

empresarial que mais define a imprensa do século XX, caracterizada ainda pela grande circulação e pela capacidade de influir na vida nacional. Neste sentido, o trabalho pioneiro de Maria Helena Capelato e Maria Lígia Prado contribuiu, não apenas para a valorização da imprensa como objeto de pesquisa, mas também para a melhor compreensão das possibilidades de análise textual dos periódicos. CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia Coelho. *O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de S. Paulo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

<sup>25</sup> LUCA, op. cit., p. 133.

<sup>26</sup> *O Militar Briosso*, ano I, n. 15, de 19 de junho de 1855, p. 4.



momento mantêm seu caráter legalista, reafirmando o discurso da ordem e do apoio às instituições monárquicas. Configura-se, portanto, a primeira fase da imprensa periódica militar.

A partir de 1850 até o final do século é possível distinguir uma **segunda fase** da imprensa periódica militar. Esta fase é caracterizada pela existência de uma imprensa mais organizada, cujo objetivo principal é configurar-se como um espaço consolidado de discussões das demandas militares, através de uma rede de periódicos que, muitas vezes, coexistem no mesmo período. Nesta fase, os periódicos tendem a se afastar das discussões políticas, abrindo espaço para discussões de caráter técnico militar, utilizando a imprensa militar internacional como modelo. Em muitos casos, é possível conhecer os redatores destes periódicos, e seu objetivo central era configurar-se como um *órgão* das classes militares. Durante a segunda fase, observamos ainda a existência de uma rede de periódicos militares, fato que não foi observado na primeira fase. Além de muitos periódicos existirem simultaneamente, muitos percebiam a existência do outro, em citações recorrentes. A segunda fase torna-se, assim, bastante diferente da primeira.

É necessário apontar que o surgimento da imprensa periódica militar no Brasil acompanha também uma tendência internacional de aprimoramento profissional militar, consequência da modernidade e da própria institucionalização das forças militares, aliado ainda à influência do cientificismo e da ilustração. Portanto, a existência de periódicos militares era uma tendência mundial. Na França, em 1824, surgiu o *Journal des Sciences Militaires*, publicado por membros de L'Academie Royale de Sciences Militaires de Suède, além de membros de outras instituições científicas. Neste período:

O terreno comum a esta elite intelectual de cientistas militares deixou-se seduzir por um imaginário científico e literário do progresso civilizacional das viagens científicas que fazia a espaços além fronteira ou pelo próprio progresso da Ciência. A cultura científica e literária fazia parte de uma incomensurável árvore de conhecimentos que cresciam harmoniosamente.<sup>27</sup>

---

<sup>27</sup> ASSIS, José Luís. Ciência e Literatura na Revista Militar (1849-1910). Ciência, Cultura e Sociedade – Discursos de Saberes Científicos. *Revista Militar*. Edição de outubro de 2006. Disponível em [http://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art\\_id=140](http://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art_id=140). Acesso em dezembro de 2012

No ano seguinte, em 1826 surgiu o periódico *Le Spectateur Militaire*, também na França. Em edição de 1835, lembravam os editores a missão do periódico, que já alcançava a marca de 10 anos de existência:

Le Spectateur tornou-se uma rica mina que pode ser explorada por longo tempo. (...) Le Spectateur tem entendido a extensão de sua missão; ele sentiu que nenhuma especialidade agora podia dispensar esta alta filosofia que liga todos os ramos de estudos: está constantemente empenhado em servir à ciência e às ideias progressistas e, sem deixar as conveniências ele está pronto para reformar e revisar, gosto que caracteriza a época atual.<sup>28</sup>

Também em Portugal, em 1849, surgiu a *Revista Militar*, comandada, principalmente, por jovens tenentes de engenharia. O lançamento da revista foi noticiado no *Diário do Rio de Janeiro*, em 24 de fevereiro de 1849. Através de seu correspondente jornalístico em Lisboa, publicava o *Diário* constantes informes e trechos da *Revista Militar* portuguesa, em suas páginas. A revista era mantida por vários sócios que custeavam o valor às suas expensas. Para os editores “a única utilidade (...) é a satisfação de ver preenchida uma lacuna que nos deslustrava, a de não haver em Portugal um jornal militar; mas é justo que se saiba que esta utilidade está sendo obtida à custa de bem penosos sacrifícios, não só pecuniários (...)”.<sup>29</sup> Além das despesas financeiras, os editores também conviviam com o acúmulo de trabalho nas repartições e corpos aos quais pertenciam. Tal periódico surge com objetivo de publicar as atividades militares e a instrução adequada de que necessitava o exército português. As revistas militares, tanto francesas quanto portuguesas, eram divididas em grandes tomos, com artigos específicos de diversas áreas do conhecimento, como topografia, geografia, engenharia, história e letras. Em geral, os periódicos europeus

---

<sup>28</sup> Livre tradução da autora. *Le Spectateur Militaire, recueil de science, d'art e d'histoire militaires*. Publié sous la direction de M. Noirot: Prospectus; Table des principaux articles publiés dans les 15 premiers volumes du Spectateur (de 1826 a 1834). Disponível em <https://play.google.com/store/books/details?id=V7tKAAAACAAJ> Trecho original: “(...) le Spectateur est devenu une mine abondante qu'on pourra long temps et utiliment exploiter (...) Le Spectateur a compris toute l'étendue de sa mission; il a senti qu'aucune spécialité ne pouvait maintenant se passer de cette haute philosophie qui lie et cordonne toutes les branches d'études: il s'est constamment attaché à servir la science et les idées progressives, et, sans sortir des convenances, il s'est prêté à ce goût de réforme et d'examen qui caractérise l'époque actuelle”.

<sup>29</sup> ASSIS, op. cit., p. 7.

eram publicados em tomos, três ou quatro vezes ao ano, distribuídos em sessões temáticas, abrangendo assuntos de pertinência científica e histórica.

No primeiro volume da *Revista Militar* de Portugal houve a publicação de 67 artigos, alguns dos quais de extrema complexidade, fruto de estudos desenvolvidos pelos militares. Tratava-se de uma publicação técnica, pedagógica, científica, literária e militar. Dividida em seções, a *Revista Militar* de Portugal não guarda similaridades com os periódicos militares brasileiros; mas sua existência é significativa, pois demonstra o avanço técnico científico do período, e a importância da ciência para os homens militares do século XIX. Em seu primeiro ano de existência, a *Revista Militar* publicou apenas artigos de militares portugueses, com o objetivo de estimular o hábito da leitura e da escrita entre os jovens oficiais.

Para os redatores do periódico português, sua existência preenchia uma lacuna na imprensa, que até então não possuía um periódico de caráter técnico e militar. Tal periódico seria de suma importância, pois “aos militares não se requeria apenas a bravura no campo de batalha, mas antes era indispensável o estudo e o saber em situações que exigiam algo mais do que o simples automatismo”.<sup>30</sup> Em geral, tais periódicos serviam para aproximar as novidades do campo militar aos oficiais, e também como forma de estimular a produção intelectual em busca do desenvolvimento profissional da força militar.

A existência de uma imprensa periódica militar no exterior não era desconhecida dos militares brasileiros, e deve mesmo ter servido de influência para o surgimento da imprensa militar brasileira, sobretudo, a partir da segunda fase. Configurava-se, portanto, uma rede da imprensa militar, baseada em dois pilares: na internacionalização dos escritos, oriundos dos países-modelo, cujas forças armadas eram maiores e mais organizadas; e a nacionalização dos escritos dos militares brasileiros, que circulavam através de redes de acesso, proporcionadas pela constante troca de serviço dos militares entre as diversas províncias do Império.

Em *O Militar* (1854), uma das justificativas para o seu aparecimento é, justamente, a existência de periódicos similares em outros lugares do mundo.<sup>31</sup> Ainda *O Militar*, informa existir na França um jornal especial da artilharia, chamado *O*

---

<sup>30</sup> ASSIS, op. cit., p. 7.

<sup>31</sup> *O Militar*, ano I, n. 1, de 14 de julho de 1854, p. 1.

*memorial de Artilharia*, editado por uma comissão nomeada pelo governo, e distribuído a todos os oficiais artilheiros. O redator ressalta que os artigos são escritos pelos oficiais destas armas, e que há concursos onde se escolhe o melhor, que é objeto de prêmio. Para o redator “isto anima, influi e causa emulação entre os oficiais da Artilharia, que, desejosos de sobressaírem aos seus camaradas, são forçados a estudar, e por esta forma instruírem-se e adquirirem conhecimentos que se tornem uteis ao seu país”.<sup>32</sup>

Em 1862, o periódico *O Indicador Militar* cita a *Revista Militar* de Portugal.<sup>33</sup> A mesma revista é ainda citada em 1881, pelos redatores da *Tribuna Militar*. O redator refere-se ao aniversário de 33 anos da *Revista Militar*: “Além do Atlântico vemos uma classe amparar a um periódico que trata de si, animando-o ao ponto de mantê-lo por 33 anos”.<sup>34</sup>

Em 1869, *O Soldado e o Marinheiro* faz uma referência ao conceituado *Army and Navy Journal*, publicado por militares americanos, desde 1863.<sup>35</sup> E em 1881, o periódico *O Soldado* traz uma transcrição sobre a *Revista Militar y Naval*, publicada pelo segundo ano consecutivo na Argentina, em Buenos Aires.<sup>36</sup>

É possível ainda avaliarmos a internacionalização dos escritos de militares de outros países através do *Catálogo Metódico da Biblioteca da Marinha*, publicado em 1879, no Rio de Janeiro.<sup>37</sup> Além do Catálogo oferecer uma lista dos livros depositados na Biblioteca da Marinha, trazia também informações sobre as revistas militares disponíveis em seu acervo. A Biblioteca foi instituída em 1846, no ministério de Holanda Cavalcanti. O catálogo foi organizado pelos dois bibliotecários responsáveis pelo acervo: Sabino Eloy Pessoa e Luiz Philippe de Saldanha da Gama. Ambos tiveram sólida carreira militar na Marinha, e Eloy Pessoa se destaca por ter sido o redator, em 1851, da *Revista Marítima Brasileira*.<sup>38</sup> O quadro abaixo traz todas as

<sup>32</sup> *O Militar*, ano I, n. 17, de 31 de março de 1855, p. 2.

<sup>33</sup> *Indicador Militar*, ano I, n. 23, de 1º de dezembro de 1862, p. 437.

<sup>34</sup> *Tribuna Militar*, ano I, n. 24, de 22 de setembro de 1881, p. 2.

<sup>35</sup> *O Soldado e o Marinheiro*, ano I, n. 4, de 30 de outubro de 1869, p. 4.

<sup>36</sup> *O Soldado*, ano I, n. 16, de 6 de maio de 1881, p. 2.

<sup>37</sup> PESSOA, Sabino Eloy; GAMA, Luiz Philippe de Saldanha. *Catálogo Metódico da Biblioteca da Marinha*. Rio de Janeiro: Tipografia Esperança, 1879.

<sup>38</sup> ARIAS NETO, José Miguel. Imprensa Militar nos Oitocentos: A Revista Marítima Brasileira 1851-1855. In: *Anais 9º Encontro Nacional de História da Mídia: História da Comunicação ou História da Mídia Fronteiras Conceituais e Diferenças*, 2013. Disponível em <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/9o-encontro-2013/artigos/gt-historia-da-midia-imprensa/imprensa-militar-nos-oitocentos-a-revista-maritima-brasileira-1851-1855> Acesso em 25/05/2014.

revistas e periódicos militares catalogados na biblioteca da marinha, de acordo com o catálogo de 1879:

*Quadro 1: Periódicos catalogados em 1879 na Biblioteca da Marinha*

TITULO	PAÍS/CIDADE	ANO
O Brazil Marítimo	Rio de Janeiro / Brasil	1853 - 1854
Le Spéctateur Militaire	Paris / França	1855 - 1859
Revista Marítima Brasileira	Rio de Janeiro / Brasil	1851 - 1855
British Army Despatch and Nautical Standard	Londres / Inglaterra	1855 - 1856
The Nautical Magazine	Londres / Inglaterra	1856 - 1858; 1863 -1864; 1872-1878
The Nautical Magazine	New York / Estados Unidos	Outubro de 1855; Março a Dezembro de 1856; Março a Setembro de 1857; Janeiro, Março a. Dezembro de 1858.
Journal des Sciences Militaires des Armées de Terre et de Mer	Paris / França	1857 - 1865
Revue de la Maritime et coloniale publication du Ministère de la Marine et des colonies de France	Paris / França	1861 - 1878
O Indicador Militar	Rio de Janeiro / Brasil	1863 - 1864
Journal des Armes spéciales et de L'état-major	Paris / França	1863 - 1867
Army and Navy Journal	New York / Estados Unidos	1874 - 1878
Revue d'artillerie	Paris / França	1872 - 1878
Revista Marítima Italiana	Roma / Itália	1875 - 1878

Fonte: *Catálogo Metódico da Biblioteca da Marinha*. Rio de Janeiro: Tipografia Esperança, 1879.

Pelo quadro, temos uma miscelânea de periódicos publicados no exterior, e que chegavam, de alguma forma, até os oficiais das forças armadas brasileiras. Dos 13 periódicos catalogados na Biblioteca da Marinha, 5 eram franceses, demonstrando como a França tinha influência na concepção de exércitos profissionais. É significativo que, ao lado dos periódicos franceses, os periódicos editados no Rio de Janeiro ocupassem o segundo lugar no catálogo da biblioteca. Dos três periódicos, dois eram

publicações voltadas à Marinha brasileira (*O Brasil Marítimo* e a *Revista Marítima Brasileira*). O outro era o *Indicador Militar*, um importante periódico editado por membros do Exército, que irá congrega ao menos 34 articulistas em seus dois anos de existência. Chama atenção ainda a existência de periódicos ingleses, norte-americanos e um italiano.

Outro dado interessante: os periódicos catálogos estão inseridos na segunda fase da imprensa periódica militar, o que corresponde as ideias iniciais de caracterização deste período. Mesmo a biblioteca sendo organizada a partir de 1846, percebe-se a existência de um grande número de periódicos produzidos entre 1851 e 1858. Este dado reforça a tese de que, é a partir da década de 1850, que ocorre a consolidação da imprensa periódica militar como espaço de disputas e debates. Voltaremos a este ponto mais adiante em nossa análise.

Em relação às redes de nacionalização dos escritos, vemos, por exemplo, em 1855, o redator de *O Militar Briosso* receber uma carta do redator do jornal *O Rio Grandense*, publicado na cidade de Rio Grande (RS).<sup>39</sup> O lançamento de *O Militar* (1854) foi acompanhado pelos redatores da *Revista Marítima Brasileira*, e por eles referido como “um periódico dedicado aos interesses do exército ou antes da classe militar, em que justa e dignamente se compreende a marinha”.<sup>40</sup> O periódico *O Brasil Marítimo*, editado a partir de 1854 na Bahia, era lido e reproduzido pelos redatores da *Revista Marítima Brasileira*.<sup>41</sup> Em janeiro de 1879, uma edição do jornal *Echo Militar*, publicado na província do Amazonas, anuncia o recebimento de outras duas publicações: A *Revista Militar Brasileira*, editada no Rio de Janeiro<sup>42</sup>, e a *Alvorada*, periódico editado no Rio Grande do Sul, entre 1878 e 1879: “Da ilustrada redação da Alvorada, recebemos os números de 3 a 9 acompanhados de uma atenciosa carta de um dos seus distintos redatores. Cordialmente agradecemos e saudamos aos ilustres colegas e mais uma vez fazemos votos pela prosperidade e triunfos de tão esclarecido quão valente e denodado paladino”.<sup>43</sup>

<sup>39</sup> *O Militar Briosso*, ano I, n. 15, de 19 de junho de 1855, p. 1.

<sup>40</sup> *Revista Marítima Brasileira*, ano IV, n. 1, de 20, de julho de 1854, p. 5. Cita ainda, em edição de abril de 1855, ter acesso as edições de *O Militar*, discutindo, inclusive, um dos textos publicados pela citada revista. *Revista Marítima Brasileira*, ano IV, n. 18, de 5 de abril de 1855.

<sup>41</sup> *Revista Marítima Brasileira*, ano IV, n. 16, de 1º de março de 1855, p. 5-8.

<sup>42</sup> A presente pesquisa não encontrou referências sobre este periódico, embora os redatores do *Echo Militar* informem o recebimento da 5ª edição do periódico. Como a referência do *Echo* é de janeiro de 1879, inferimos que a *Revista Militar Brasileira* tenha começado seus trabalhos em 1878.

<sup>43</sup> *Echo Militar*, ano II, edição n. 1, de janeiro de 1879, p. 1.

Consta ainda que o *Echo Militar* possuía um correspondente em Porto Alegre, o 2º tenente Manoel Antônio da Cruz Brilhante, que publicou uma nota sobre o lançamento do *Echo Militar* no *Jornal Mercantil* de Porto Alegre.<sup>44</sup> Em 1881, um jornal alemão de Porto Alegre publicou uma nota sobre a existência de *O Soldado*, acusando o recebimento da primeira edição, que foi enviada pelo redator.<sup>45</sup> Também em 1881 registrava *A Tribuna Militar* o recebimento da quarta edição da *Revista Marítima Brasileira*, correspondente ao mês de outubro.<sup>46</sup> É ainda a *Tribuna* que informa o envio de muitas edições de seu periódico para a Escola Militar e para o ajudante do Exército, o Marquês da Gávea.<sup>47</sup> Em setembro de 1881, a *Tribuna Militar* saúda o aparecimento na imprensa da *Gazeta Militar* da Bahia, também denominado órgão da classe militar: “É com satisfação que recebemos a aparição do colega com quem pretendemos acampar juntos e formarmos os *camaradas de combate* que hão de repelir o choque da *cavalaria* dos indiferentes. Nunca fugir à luta dizendo: *o inimigo nos tem cercado*”.<sup>48</sup>

A imprensa poderia servir ainda de espaço para o requerimento de outros militares, dando publicidade a fatos que, até então, estavam restritos à vida dos quartéis. Em 9 de maio de 1881, uma carta assinada pelos “*militares do Amazonas*” é escrita e enviada à redação de *O Soldado*, pedindo providências em relação às ações do Coronel José Ângelo de Moraes Rego. A carta acusa o oficial de uma série de ações contra outros oficiais, e até contra civis, mantidos presos no quartel de Corumbá. As acusações são muitas, e os militares do Amazonas trazem diversas provas do comportamento inadequado deste oficial, solicitando providências. “Para isso, contamos com o poderoso auxílio da imprensa moralizadora – e por isso dirigimos a nossa palavra à vós, dignos combatentes da arena jornalística”.<sup>49</sup>

É ainda importante assinalar que a imprensa do Rio de Janeiro também dava publicidade a estes jornais: durante a década de 1850, o *Correio Mercantil* vai publicar uma série de notas sobre o lançamento dos periódicos *O Militar* e o *Militar Briosso*,

---

<sup>44</sup> Manoel Antônio da Cruz Brilhante era filho de um militar de mesmo nome. Sentou praça em 1871, na arma de cavalaria, por influência de seu pai. Foi 2º tenente em 25 de maio de 1878 e 1º tenente em 27 de agosto de 1880, por ter completado o curso de infantaria e cavalaria na Escola Militar de Porto Alegre, de acordo com o regulamento de 1874. IN *Almanak do Ministério da Guerra no ano de 1881*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1881, p. 88.

<sup>45</sup> *O Soldado*, ano I, edição n. 12, de 22 de abril de 1881, p. 2.

<sup>46</sup> *Tribuna Militar*, ano I, edição n. 29, de 9 de outubro de 1881, p. 1.

<sup>47</sup> *Tribuna Militar*, ano I, edição n. 10, de 4 de agosto julho de 1881, p. 1.

<sup>48</sup> *Tribuna Militar*, ano I, edição n. 22, de 15 de setembro de 1881, p. 1.

<sup>49</sup> *O Soldado*, ano I, n. 24, de 3 de junho de 1881, p. 4.

assim como *O Diário do Rio de Janeiro*, nos anos de 1860, vai publicar notas sobre o lançamento das edições do *Indicador Militar* (apêndice A).

Assim, existia uma rede de contatos possibilitada aos redatores da imprensa militar, tanto pelo conhecimento de periódicos estrangeiros quanto pela referência aos periódicos nacionais. Marco Morel definiu a forma dinâmica como os vocabulários políticos circulavam e eram repetidos pela sociedade, relacionando-se entre si e com o outro, levando à transformação e à interferência dos espaços públicos.<sup>50</sup> Constituiu-se, assim, a imprensa militar como integrante de um espaço público dedicado à discussão de ideias e valores sobre a instituição militar na sociedade brasileira do oitocentos.

A existência dos periódicos militares, tanto no exterior quanto no Brasil, pode ser vista como consequência da profissionalização das forças armadas ocorrida durante o século XIX. E esta profissionalização tem relação não apenas com o cientificismo do período, mas também com a própria centralização do Estado moderno.

Esta foi uma tendência mundial, derivada do surgimento dos estados nacionais europeus, no século XVII, e do aumento da burocratização do estado. A historiografia já consolidou a ideia de que é indissociável a formação dos exércitos modernos e do próprio estado moderno. Ressaltou ainda a importância dos processos militares na consolidação deste processo. Para Robert Nisbet, a história dos valores ocidentais e da própria sociedade ocidental exige que a guerra seja trabalhada como ponto de análise na formação da filosofia ocidental. A civilização ocidental tem sido, de acordo com o autor, em toda a história humana a única orientada para a guerra, dominada pela guerra e militarista. Isso não significa que guerra e militarismo sejam a essência dos valores e da cultura ocidental; mas sua existência, durante quase 3 mil anos de história ocidental deixa clara sua importância. Para o autor, a prioridade do Estado político no mundo ocidental e a politização da vida nos últimos três séculos são influência persistente da guerra e dos seus valores, existindo permanente e íntima proximidade entre a guerra e o Estado.<sup>51</sup>

---

<sup>50</sup> MOREL, *As Transformações...* p. 60.

<sup>51</sup> NISBET, Robert. *Os filósofos sociais*. Brasília: Univ. de Brasília, 1982, p. 24.



A formação dos estados nacionais se dá na perspectiva de criação do Estado, ente abstrato, que busca a centralização política, administrativa, judiciária e militar de um território. A primeira tarefa a cumprir pelos novos estados modernos é a regulação do uso privado da violência. E por dois motivos: primeiro, por questões de ordem interna para conseguir a obediência dos súditos e, segundo, por fatores externos, na busca de respeito pelos outros estados nacionais.

A criação do Estado moderno, como o conhecemos hoje, foi consequência de uma série de fatores ocorridos na Europa ocidental, entre a crise do feudalismo e a centralização dos estados – sobretudo Inglaterra e França, sob a figura de um monarca. Para Martin van Creveld, “o sistema de governo que surgiu na Europa entre 1337 e 1648 ainda era, na maioria dos aspectos, totalmente pessoal. O Estado na forma de entidade abstrata, com sua própria *persona*, separada da *persona* do governante, ainda não existia”.<sup>52</sup>

Para o autor, é entre 1648 e 1789 que a pessoa do governante e o Estado foram separados em entidades distintas. Esta separação será reflexo de quatro acontecimentos exclusivos da Europa ocidental, e que foram exportados, décadas mais tarde, para outros territórios. São eles: a ascensão da estrutura burocrática emancipada do controle real e da sociedade civil; o fortalecimento desta estrutura e o domínio sobre a sociedade, através de impostos e fronteiras bem definidas; a criação de forças armadas para uso interno e externo, possibilitada pela criação desta estrutura burocrática; e a estruturação de uma teoria política que acompanhou este processo e o justificou.<sup>53</sup>

Logo, uma das características mais importantes do Estado moderno é sua territorialidade. O estabelecimento de limites territoriais exigiu um corpo de funcionários organizado para lidar com os territórios fronteiriços. A existência de legados oficiais para o tratamento exterior trouxe a necessidade do desenvolvimento de uma burocracia de apoio. A invenção da prensa também contribuiu para o desenvolvimento da burocracia. Entre 1550 e 1650, vários monarcas foram obrigados a criar arquivos centrais para dar conta da organização dos papéis que agora eram produzidos com muito mais facilidade. A territorialização do Estado possibilitou o maior controle sobre a população, e este controle teve, como consequência, a criação

---

<sup>52</sup> CREVELD, Martin van. *Ascensão e declínio do Estado*. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 177.

<sup>53</sup> CREVELD, op. cit., p. 180.

de um sistema de tributação. O sistema de tributação foi o que possibilitou aos nascentes reinos, transformados em Estados, buscar uma forma de renda para as despesas públicas. O processo permitiu também uma melhor separação entre a ideia de *rei* e de *país*. Houve uma separação entre as propriedades públicas e aquilo que pertencia ao rei, e que era de caráter privado. Essa separação foi fundamental para solidificar a ideia de Estado.

Durante a Idade Média, não existiam exércitos regulares, e a guerra era uma atribuição do senhor feudal. O renascimento urbano e financeiro vai alterar as relações sociais entre vassallos e suseranos, diminuindo a ação tática das tropas comandadas por senhores feudais. Para John Keegan, a contratação de mercenários foi uma forma de diminuir o impacto das transformações sociais; mas mesmo tais tropas, fiéis ao dinheiro e ao senhor que lhes pagava, causaram transtornos aos soberanos.<sup>54</sup>

A territorialização dos estados e a existência de uma burocracia possibilitou a criação de exércitos permanentes, a partir do final do século XVII e início do século XVIII, quando as forças mercenárias são absorvidas pelos recém criados exércitos permanentes ao serviço dos reis. Com isso, as patentes militares não eram mais vendidas, e o recrutamento de soldados passou a ser uma atribuição do Estado. A centralização do recrutamento, por outro lado, favorecia a disciplina e a homogeneização dos corpos de soldados. Com isso, foram criadas as academias militares, com objetivo de formar uma oficialidade militar homogênea. Todas estas reformas, sobretudo a última, serviram para tornar os oficiais militares empregados ao serviço do Estado. Os bandos de mercenários indisciplinados desapareceram por completo, no início do século XVIII.

O processo de monopolização da violência pelos estados modernos europeus dentro do seu território só se completa no século XIX. A forma de regulação da violência privada buscava atingir um sem número de ações e também a formação de forças policiais permanentes, como forma de eliminar a existência da violência privada. Na Europa, a formação dos estados nacionais e a busca pela centralização dos poderes estatais altera a sociedade, criando constantes embates entre o poder local e o poder central. “O nascimento dos modernos estados europeus correspondeu,

---

<sup>54</sup> KEEGAN, John. *Uma história da guerra*. São Paulo. Companhia das Letras, 2006, p. 31.

antes de tudo, a um longo processo de destruição de um vasto e variado conjunto de poderes e unidades políticas preexistentes”.<sup>55</sup>

Para Max Weber, “o desenvolvimento do Estado moderno é iniciado através da ação do príncipe. Ele abre o caminho para a expropriação dos portadores autônomos e privados do poder executivo que estão ao seu lado”. Ou seja, a formação do Estado ocorre a partir da expropriação dos meios políticos e militares do privado para o público.<sup>56</sup> Logo, na clássica concepção weberiana, “o Estado moderno é uma associação compulsória que organiza a dominação. Teve êxito ao buscar monopolizar o uso legítimo da força física como meio de domínio dentro de um território”.<sup>57</sup> Portanto, o estudo da força armada é, em síntese, um estudo da própria formação e constituição do Estado, já que a existência de forças armadas profissionais é inseparável do processo de formação do Estado moderno. O Estado, de acordo com Weber, possui o monopólio da violência e da força. Esse monopólio é resultado de um processo histórico que envolve o desarmamento das forças rivais do estado, ou seja, das forças armadas que estejam sob o controle de agentes privados. Baseado nos processos históricos europeus, o processo tem relação com o armamento do Estado e a necessidade de desarmamento da sociedade. É somente através desta relação, que o Estado vai se consolidar como monopolizador da violência. Segundo Weber:

Com essa finalidade, o Estado combinou os meios materiais de organização nas mãos dos seus líderes, e expropriou todos os funcionários autônomos dos estamentos, que antes controlavam esses meios por direito próprio. O Estado tomou-lhes as posições e agora se coloca no lugar mais elevado.<sup>58</sup>

Wilma Peres Costa acentua que o monopólio não é *dado*, e sim *resultado* de um processo anterior. Acentua também que a *legitimidade* deste movimento é resultado “de um processo que pode ter êxito à proporção que o Estado demonstre

---

<sup>55</sup> MENDES, Fábio Faria. *Recrutamento Militar e Construção do Estado no Brasil Imperial*. Curitiba: Argumentum, 2010, p. 13.

<sup>56</sup> WEBER, Max. A Política como Vocação. In: *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: LTC, 2002, p. 58.

<sup>57</sup> WEBER, op. cit., p. 59.

<sup>58</sup> Ibid., p. 59.

ser mais eficaz do que os agentes privados para manter e reproduzir as relações de dominação presentes na sociedade”.<sup>59</sup>

Por outro lado, a guerra acentua a necessidade cada vez mais evidente de diálogo entre a coroa e os súditos, e pode decidir em favor de um regime – fortalecendo-o – ou atuar de forma negativa, acelerando sua queda. A revolução militar ocorrida nos séculos XVI e XVII forneceu a oportunidade para a ampliação das pretensões regulatórias do Estado, além de criar forças militares até então inimagináveis no contexto feudal. O aumento na quantidade de homens envolvidos forçou o surgimento de novas relações, baseadas na disciplina e na hierarquia.

No entanto, os estados em formação não foram capazes de exercer sua autoridade diretamente, dada a precariedade das bases estruturais e morais da administração, recorrendo a alianças de poderes locais. Até a Revolução Francesa nenhum Estado foi capaz de manter sua autoridade somente pelas armas, recorrendo, frequentemente, às alianças políticas que viabilizaram sua existência. Para Nisbet:

Da comunidade militar surgiu, em grande parte, o Estado político territorial, soberano, centralizado. (...) houve outras organizações também, que tomaram como modelos a disciplina, o comando centralizado, a arregimentação racionalizada e o coletivismo dos acampamentos militares. Entre essas organizações estão as espécies de fábricas que substituíram as guildas, na Europa pós-medieval, as casas de correção, prisões, asilos e mesmo as escolas públicas. Da mesma maneira, certos grupos religiosos adotaram princípios militares de organização e ação.<sup>60</sup>

Por último, no desenvolvimento da filosofia militar ocidental, ocorreu a *totalização* da guerra, ou seja, a concepção de que o conflito envolve agora toda a nação, ocorrendo entre nações que utilizam todo o seu potencial contra os recursos da nação inimiga. É a evolução total das concepções da arte da guerra, simbolizada pela existência de grandes tratados escritos por oficiais militares europeus. O exemplo mais famoso é de Carl von Clausewitz, que em meados do século XIX escreveu *Da Guerra*, obra teórica que expõe as modernas concepções da guerra e sua relação intrínseca com a política. Junto com Clausewitz, tantos outros teorizaram a guerra

---

<sup>59</sup> COSTA, op. cit., p. 28.

<sup>60</sup> NISBET, op. cit., p. 39.

como, por exemplo, o franco suíço Antoine-Henri Jomini e o Arquiduque Charles da Áustria.

A criação das forças armadas nacionais e estatais deu margem ao surgimento de outras instituições também, como por exemplo, as polícias. Por sua vez, a força policial deu origem ao sistema carcerário e, assim, as forças armadas foram o caminho naturalmente escolhido para encaminhar muitas pessoas consideradas como transgressores da sociedade: “tanto as forças armadas quanto os reformatórios eram tidos como meio de livrar a sociedade dos transgressores – inclusive, não raro, criminosos condenados à morte e perdoados – e ao mesmo tempo continuar utilizando a sua mão de obra”.<sup>61</sup> Com a criação das forças armadas permanentes, da estrutura policial e da estrutura prisional o Estado moderno estava, praticamente, pronto.

No Brasil, a formação do Estado incluiu, antes de tudo, a organização de um exército profissional, começando pela adoção de um código militar (Código do Conde Lippe, em 1767), e, posteriormente, de uma Academia Militar (1811), instituição que deveria propagar o *ethos* militar nos jovens desejosos de seguir a carreira das armas. Este *ethos* militar é baseado, de forma geral, nas noções de honra, patriotismo, virilidade e camaradagem. Para Castro:

A profissionalização e a burocratização dos exércitos modernos levaram, através da relativa autonomização da instituição militar em relação à sociedade, ao surgimento de questões no relacionamento entre civis e militares. Elas estão presentes, em maior ou menor número e grau, na história de todos os países. Através de conflitos políticos e oposições simbólicas com os civis, a instituição militar de cada país desenvolveu um *ethos* específico, embora mantendo elementos comuns a todos os países.<sup>62</sup>

Costa entende que a formação estatal europeia não serve como modelo para a formação latino-americana, mas fornece dados importantes para a análise do processo em território brasileiro. As nações independentes latino-americanas surgiram a partir da crise do antigo sistema colonial. Esta formação apresenta contexto distinto daquele europeu, mas foi marcado pelo resultado dos

---

<sup>61</sup> CREVELD, op. cit., p. 239.

<sup>62</sup> CASTRO, Celso. *Os militares e a república: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995, p. 97.

acontecimentos na Europa. As novas nações latino-americanas surgiram da ruptura com as metrópoles ibéricas, e emergiram em um mundo com estados nacionais já consolidados. Embora no plano econômico-político as revoluções de Independência da América Latina tenham um sentido global, a forma pela qual se extinguiu o monopólio metropolitano resultou em diferentes estruturas sociais e políticas.<sup>63</sup>

Embora a unidade do Brasil não tenha surgido com a independência, e sim após anos de lutas regionais, a monarquia apresentou a unidade sempre como sua obra, comparando-a à fragmentação e ao caudilhismo existente nos vizinhos platinos. A historiografia, por algum tempo, consolidou esta versão, e Oliveira Vianna surge, possivelmente, como o intelectual mais influente a adotar este discurso.<sup>64</sup> Por outro lado, a integralidade do território e a centralização do poder imperial podem ser explicadas também pela escravidão: somente um regime político centralizado teria condições de manter a escravidão, que se torna uma instituição do próprio estado imperial.

Nesse contexto, o estudo da instituição militar possui considerável importância na história brasileira. De fato, a historiografia sobre a instituição militar no Brasil tem crescido a cada dia, embora o campo de trabalho ainda enfrente preconceitos e dificuldades.<sup>65</sup> Em um contexto marcado pela ditadura civil-militar dos anos 1960, as décadas seguintes contribuíram com importantes pesquisas sobre a instituição militar.

Até o início da ditadura civil-militar, a maioria das obras históricas e literárias sobre o Exército brasileiro restringia-se, em sua maioria, a temáticas memorialistas. A maioria dos livros era escrita por militares, e ligava-se ainda a uma concepção de história episódica militar, dando ênfase às narrativas de batalhas e memórias de serviço de militares já reformados. A partir da década de 1970, e a emergência da discussão política contemporânea brasileira, os historiadores passaram a se preocupar de forma mais pontual com o papel dos militares na sociedade brasileira, e

---

<sup>63</sup> COSTA, op. cit., p. 33. Para maiores informações sobre a formação dos Estados latino-americanos consultar: CHIARAMONTE, José Carlos. *Nación y Estado em Iberoamerica*. El lenguaje político em tempos de las independencias. Editorial Sudamericana: Buenos Aires, 2004.

<sup>64</sup> VIANA, Oliveira. *O ocaso do Império*. Brasília: Edições do Sendo Federal, 2010.

<sup>65</sup> Destaca-se aqui, por exemplo, a fundação, em 2007, da Associação Brasileira de Estudos em Defesa – ABED, preconizada principalmente por historiadores e cientistas políticos interessados na temática de defesa e história militar. Também em 2007, ocorreu o primeiro simpósio temático sobre militares em um Simpósio Nacional de História – ANPUH, realizado na cidade de São Leopoldo. Desde então, conta o Simpósio Nacional com simpósios temáticos recorrentes sobre história militar, militares e sociedade e sobre a questão atual da defesa.

na sua formação na história do Brasil. Nesse sentido, a maioria dos estudos preocupava-se em balizar, teorizar e interpretar a ação dos militares no período republicano, demonstrando ainda uma preocupação com temas que estão relacionados às constantes intervenções militares registradas na política, desde 1889.

A década de 1970 foi, provavelmente, uma década primordial para as análises relativas ao Exército brasileiro. Primordial porque, em pleno período ditatorial, alguns pesquisadores debruçaram-se em reflexões relativas à relação entre os militares e a sociedade brasileira. Data deste período as obras de José Murilo de Carvalho, Edmundo Campos Coelho e Alfred Stepan - um brasilianista que, com o olhar longínquo do estrangeiro, pôde visualizar de forma mais clara a intrínseca trama de problematizações envolvidas nas relações civis-militares. Destaca-se também a extensa obra de outro americano: Frank D. McCann, que forneceu dados muito interessantes para a interpretação da história da instituição através da perspectiva organizacional.

Ainda hoje é possível determinarmos a importância destes trabalhos em termos analíticos, mesmo com a vasta produção sobre o assunto, efetuada a partir destes clássicos, por cientistas políticos, sociólogos e historiadores. É sabido que na historiografia sobre militares a concepção materialista rompeu com uma série de barreiras analíticas, mas esbarrou em dificuldades teóricas, ao se levar em conta a realidade política brasileira. A obra de Nelson Werneck Sodré sobre a instituição militar, embora seja um clássico da historiografia, peca, muitas vezes, em apresentar os militares como *instrumento* de uma classe social.

Tal interpretação, na década de 1970, foi substituída por outra, de origem norte-americana, que apresenta a instituição como um organismo único dentro da sociedade. Logo, a perspectiva *organizacional*, ao problematizar a instituição como organização, é capaz de ampliar o leque teórico da análise. A ênfase na organização não exclui, de forma alguma, a interação desta com o ambiente externo. Ao contrário, é capaz de compreender de que forma estes pontos se influenciam mutuamente, e como é possível transformá-los no núcleo de análise da pesquisa. Esta perspectiva foi introduzida no Brasil através dos estudos de Edmundo Campos Coelho e José Murilo de Carvalho, e acaba por guiar a maior parte dos pesquisadores.

A análise instrumental não leva em conta as especificidades da instituição militar, tentando, a todo momento, traçar paralelos com a sociedade civil e suas

divisões. Para Coelho, é necessário também atentar que tais interpretações não concebem a instituição armada como possuidora de objetivos e interesses distintos dos grupos e das classes do mundo civil, ou seja, não reconhecem esta premissa. É necessário compreender que a instituição militar possui seu próprio tempo histórico, onde se transforma, se adapta ou simplesmente permanece, num constante temporal de transformação. Para Coelho, três processos conexos marcam a evolução do Exército: a) o peso dos interesses próprios da instituição como fatores de seu comportamento político; b) a autonomia, cada vez maior, em relação ao sistema social; c) um fechamento progressivo à sociedade civil.<sup>66</sup>

É necessário, ainda, compreender o papel da instituição militar na sociedade, seu nível de profissionalização e seu necessário afastamento da vida política. Para Mary Douglas, instituição é o termo utilizado para designar qualquer agrupamento social legitimado. Pode ser uma família, um jogo ou uma cerimônia. Pode possuir uma autoridade legitimadora, baseada numa figura pessoal, ou difusa, baseada em algum princípio de fundação. Desta forma, as instituições possuem diversas características. As instituições possuem suas próprias ideias fundadoras e existem para organizar a sociedade.<sup>67</sup>

De acordo com Nisbet, “a comunidade militar, formada para qualquer finalidade mais ampla, é uma forma de comunidade muito intensa e evocativa”.<sup>68</sup> A organização militar possui, portanto, um sentido de comunidade e integração muito fortes, sobretudo em momentos de crise. A instituição militar é, ainda, a consagração da violência e a legitimidade das ações violentas baseadas em seus próprios fins, ou seja, a violência é sua finalidade. Embora a sociedade conheça a violência de outras formas – a violência familiar com fins disciplinares, por exemplo – é somente no ambiente militar que a violência é legitimada e justificada. Portanto, a instituição militar pode ser caracterizada por “atribuir legitimidade à violência e atribuir aparência de união à índole da violência”.<sup>69</sup>

---

<sup>66</sup> COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*. São Paulo: Forense, 1976, p. 26.

<sup>67</sup> DOUGLAS, Mary. *Como pensam as instituições*. Porto Alegre: Instituto Piaget, 2012, p. 69 a 83.

<sup>68</sup> NISBET, op. cit., p. 26.

<sup>69</sup> NISBET, op. cit., p. 28.



Para Costa, no caso brasileiro, foi o Exército que viabilizou a centralização do Estado, após as reformas regenciais.<sup>70</sup> Foi contra as revoltas ocorridas neste período que o Exército desempenhou seu primeiro papel de relevo após a independência.<sup>71</sup> É necessário ainda enfatizar a natureza distinta das duas forças armadas existentes neste período: a Guarda Nacional era uma instituição civil concebida como instrumento para retirar do Estado os meios de coerção. Como força não profissional, poderia atuar tanto em prol de interesses privados como em prol de interesses públicos. As reformas centralistas de 1850 objetivavam, principalmente, o caráter privado da Guarda: ao passar ao Estado a nomeação dos comandantes, diminuía-se o peso da Guarda como força armada a serviço das elites regionais. Buscava-se fortalecer a existência do Exército, instituição ligada diretamente ao estado.

Portanto, identificamos a existência de uma imprensa periódica militar no Brasil, durante o século XIX, que acompanha as tendências internacionais de profissionalização das forças armadas e também o desenvolvimento da própria imprensa como um todo. Duas fases foram identificadas, constituindo-se esta imprensa em fonte e objeto de pesquisa. Algumas hipóteses, portanto, foram construídas para a análise deste objeto. As hipóteses não se configuram como dado, e são resultado único da pesquisa aqui desenvolvida. São elas:

- a) Em um primeiro momento, a imprensa militar surge de forma anônima, influenciada pelo momento histórico nacional e dedicada, sobretudo, à discussão de questões políticas e requerimentos militares;
- b) No segundo momento, a imprensa passa a se identificar com ideais mais claros de modernização militar, tornando-se importante veículo para a disseminação, entre os militares, de novas ideias políticas e militares. Pode ser caracterizada, sobretudo, pelo aparecimento de jornais e periódicos assinados. No entanto, tal não se configura como regra: quando a situação política é agravada, a tendência é o aparecimento de periódicos parcialmente anônimos;

---

<sup>70</sup> Ato Adicional de 1834, O Código de Processo de 1832 e a criação da Guarda Nacional (1831). O objetivo destas reformas era a descentralização do poder político do estado e, principalmente, esvaziar o princípio autoritário que emanava da figura do Imperador. O Ato Adicional ampliava o poder político das províncias e sua própria autonomia; o Código de Processo influía na possibilidade das elites locais reformularem a organização judiciária do país, complementando a figura do juiz de paz, estabelecida em 1827; e, por último, a Guarda Nacional competia com as atribuições legadas ao exército, diminuindo a capacidade de monopólio da violência pelo estado central, visto que os comandos da Guarda Nacional estavam ligados às elites locais.

<sup>71</sup> COSTA, op. cit., p. 54.

- c) A imprensa militar tem relação com momentos de crise da história nacional e, sobretudo, com momentos de crise institucional na maioria dos casos. E, em momentos de exceção, surge com ideal profissionalizante;
- d) A imprensa militar tem relação com um contexto internacional, de profissionalização dos exércitos e de debate de concepções científicas em voga na sociedade do século XIX;
- e) A imprensa periódica militar tem, entre outros objetivos, construir discursos sobre o que é *ser* militar, em um período em que o próprio Estado brasileiro ainda não está consolidado. Nesse sentido, não se configura exatamente como um espaço de oposição política, mas sim como um espaço para a discussão pública de valores e de construção de discursos.

Todas estas hipóteses serão exploradas durante esta pesquisa e nos capítulos seguintes. A seguir, faremos uma exposição de ambas as fases da imprensa periódica militar identificadas em nossa pesquisa.

## 1.2 A Primeira Fase (1833-1849)

Nosso estudo identifica o surgimento da imprensa periódica militar a partir da década de 1830, mais especificamente em 1833, com lançamento do periódico chamado *O Torto da Artilharia*, cuja referência é desconhecida, bem como sua periodicidade. A coleção da Biblioteca Nacional conta com apenas uma edição deste periódico. O ano de 1833 marca o lançamento de uma série de periódicos com sugestivos títulos e conteúdos militares: *O Militar no Rio de Janeiro*, *Cidadão Soldado*, *O Soldado Aflicto* e *O Militar*.

Na cidade de Ouro Preto, em 1833, foi registrada a existência de um periódico intitulado *O Tareco Militar*, cuja periodicidade também é desconhecida. Estes periódicos estavam envolvidos nas lutas políticas, reflexo da abdicação de D. Pedro I. Dedicavam-se, portanto, a discussões políticas que tinham relação com a Abdicação

de D. Pedro I (1831) e pelo advento do período regencial. Estavam, assim, inseridos no contexto histórico e político da primeira fase da imprensa periódica militar no Brasil.

Posteriormente, localizamos outro periódico publicado em dezembro de 1839. Chamava-se *O Militar*, e foi publicado no Maranhão. Entre fevereiro e março de 1849, circulou, também no Rio de Janeiro, *O Soldado Brasileiro*. Nesta primeira fase, os periódicos se dividem em dois momentos: durante a década de 1830, a maioria está ligada aos conflitos advindos da Abdicação de Pedro I e as regências instituídas, sobretudo a primeira; e, num segundo momento, quando estão ligados às revoltas provinciais, como é o caso de *O Militar*, do Maranhão, e *O Soldado Brasileiro*, este último relacionado com as revoltas liberais do final da década de 1840. Todos estes periódicos tiveram, provavelmente, circulação e periodicidade bastante restrita, fato que se deduz, pela falta de edições arquivadas na Biblioteca Nacional. Na tabela abaixo, é possível acompanharmos o número de periódicos até aqui identificados:

*Quadro 2: Impressos militares da I fase da imprensa periódica militar*

<b>Título</b>	<b>Período</b>	<b>Tipografia</b>	<b>Cidade de Publicação</b>	<b>1ª Edição</b>
O Torto da Artilharia	1833	Tipografia Paraguaçu de D. F. Pinto.	Rio de Janeiro	Quarta Feira, 6 de novembro de 1833.
O Militar no Rio de Janeiro	1833	Tipografia de Miranda e Carneiro.	Rio de Janeiro	10 de setembro de 1833
O Cidadão Soldado	1833	Tipografia Americana, de J. P. da Costa, rua do Hospício 160.	Rio de Janeiro	Sábado, 16 de novembro de 1833
O Soldado Afflicto	1833	Tipografia do Diário, de N. L. Vianna.	Rio de Janeiro	19 de novembro de 1833
O Militar	1833	?	Salvador	?
O Tareco Militar	1833	Tipografia de Leybaud	Ouro Preto	27 de julho de 1833

O Militar	1839	Tipografia Imparcial Maranhense	Maranhão	Dezembro de 1839
O Soldado Brasileiro	1849	Tipografia Brasiliense, Rua do Sabão, 114	Rio de Janeiro	22 de fevereiro de 1849

FONTE: A autora (2014).<sup>72</sup>

Através desta tabela, é possível extrairmos alguns dados sugestivos: com exceção de três periódicos, todos os outros foram publicados na cidade do Rio de Janeiro. A capital do Império configura-se como um rico espaço de sociabilidade política neste período. Para Marco Morel:

A cidade do Rio de Janeiro é integrante dos espaços públicos em transformação, considerando a polissemia da expressão, que pode designar também espaços físicos. Estes, como se sabe, possuem dimensão política e são determinantes para se compreender o desenho da nação que se forjava. Trata-se não de considerar um estudo de geopolítica, nem de retomar ultrapassados determinismos geográficos, mas de apontar traços marcantes na conformação desse espaço de poder e de suas implicações na esfera cultural e política.<sup>73</sup>

Desta forma, a cidade do Rio de Janeiro, como sede do governo central da América Portuguesa, em 1763, e, posteriormente, Capital do Reino Unido de Brasil, Portugal e Algarves (1816), torna-se sede da Corte Imperial no Brasil independente, centralizando a vida política, administrativa e cultural do país. Os quarteirões de comércio do centro da cidade congregavam as elites letradas da época, em cafés, livrarias e tipografias, centros de circulação de livros e impressos. Além disso, a cidade possuía uma série de dispositivos militares: a Real Academia Militar, criada em 1811, o Campo de Santana, com quartéis de infantaria, artilharia e cavalaria, o Ministério da Guerra, o Quartel Militar da Corte, os diversos fortes na Baía de Guanabara, além de

<sup>72</sup> Alguns destes periódicos já foram levantados em pesquisa por José Miguel Arias Neto e apresentados em tabela similar: ARIAS NETO, José Miguel. Imprensa Militar no século XIX: um balanço preliminar. *Revista Navigator*, v. 9, p. 55-64, 2013.

<sup>73</sup> MOREL, *As Transformações...*, p.151.

unidades da Marinha de guerra. Configurava-se, assim, uma cidade e uma capital efervescente, onde diferentes atores políticos e sociais concebiam sua atuação.

Outra informação sugestiva é que a maioria destes periódicos foi publicada em 1833, ou seja, antes da morte de D. Pedro I em Portugal. Portanto, estavam de alguma forma ligados aos intensos debates políticos resultantes da abdicação, e muitas vezes eram publicados com apenas uma edição. Para Sodré, o auge da imprensa deste período está localizado entre 1832 e 1833, quando surgia um novo pasquim quase diariamente, no Rio de Janeiro.<sup>74</sup> O período, marcado pelas intensas lutas políticas, reflete uma instabilidade que influencia diretamente este tipo de imprensa. Observam-se pasquins ainda depois da maioridade, mas sua força e quantidade é pequena, com o gênero já em decadência.

É também um período de consolidação da própria independência do país, marcado pelas experiências de uma modernidade política aliada ao liberalismo. De acordo com Morel, tal modernidade deve ser entendida como “transformações de valores culturais e políticos que, ainda assim, se davam num quadro híbrido, agregando permanências e tradições, que muitas vezes tinham até um peso maior”.<sup>75</sup>

Outro dado que podemos perceber através da tabela: todos os periódicos trazem em seu título alguma palavra que remete à profissão das armas. O título servia, neste caso, para demonstrar ao leitor qual era o *lugar* de fala do redator e de quais assuntos, majoritariamente, o periódico iria tratar. Mesmo sendo escrito por militares reformados, como admite ser o redator de *O Tareco Militar*, ainda assim o periódico era destinado a um público específico. O título, neste período de análise, ganha destaque, justamente por definir o lugar de fala dos redatores. O mesmo ocorre, por exemplo, com os periódicos inseridos na diversidade de tendências políticas observadas neste momento, como *O Caramuru*, *O Exaltado*, *O Constitucional*, *O Republico*, *A Mulher do Simplício ou a Fluminense Exaltada*. Tais periódicos indicavam, em seu título, a tendência política da qual faziam parte ou a tendência à qual se constituíam opositores.

Sodré considera a imprensa deste período como pasquineira e panfletária, caracterizada por sua linguagem injuriosa e grosseira, dirigida sempre a ataques

---

<sup>74</sup> SODRÉ, op. cit., p. 247.

<sup>75</sup> MOREL, *As Transformações...*, p. 98.

personais e à narração de acontecimentos espetaculares. Tecnicamente, possuía formato in-4º, quatro páginas em regra. Outra característica importante dos pasquins era a epígrafe, elemento que informava, muitas vezes, os objetivos do periódico. Sua venda era realizada nas próprias tipografias, ou em lojas de livros indicadas. O título referia-se sempre a pessoas ou acontecimentos notórios, podendo ser pandego ou sério. Alguns exemplos se encontram na imprensa periódica militar: *O Torto da Artilharia* ou o *Tareco Militar* são exemplos deste tipo de pasquim, ambos editados em 1833. Normalmente, o autor era mantido em anonimato. Em geral, estes periódicos eram compostos de apenas um texto. O pasquim era composto de apenas um autor, que era também redator e impressor. Este, poderia estar a serviço de seus próprios interesses ou dos interesses de outrem, mas era, invariavelmente, responsável por toda a publicação da folha.

*O Tareco Militar* é um destes exemplos. Foi lançado em Ouro Preto, em 1833, e publicado pela Tipografia de Leyraud. *O Tareco Militar* possui dois números arquivados na Hemeroteca da Biblioteca Nacional, respectivamente, a primeira edição e a edição de número 10. Assim como outros periódicos do período, este não é assinado, configurando sua escrita de forma anônima. A leitura nos permite inferir que o periódico possuía apenas um autor, pois seus textos são escritos sempre em primeira pessoa. O próprio redator se intitula *Tareco*, como se estivesse a representar um personagem. A epígrafe estava presente, e sintetizava o espírito do jornal: “Vinde chimangos, vinde nazários, que o Tareco alerta está”. Já no parágrafo de abertura, o articulista explica que não é nem *chimango*, nem *nazário*:

É natural que algum curioso me pergunte: Pois que vem Vm. ca buscar, senhor tareco, se não pertencia a um dos dois partidos, que beligerão? Que venho! Eu lhe digo: sou Brasileiro e venho tomar o meu lugar.<sup>76</sup>

Neste período, muitos dos periódicos publicados fazem referência às diversas alcunhas adotadas para liberais e conservadores. *Chimango* era uma denominação para os liberais, enquanto *Nazário* era uma denominação dos conservadores. Aos conservadores também eram destinadas as alcunhas de *Corcundas* e *Pedristas*. O

---

<sup>76</sup> *O Tareco Militar*, 27 de julho de 1833, p. 1.

autor não se identifica com nenhum dos grupos, mas se coloca como ponto de oposição a ambos.

O lugar ao qual se refere o autor, no final da frase, é sua posição como militar. Embora esclareça que trocou a farda pela enxada há algum tempo, o autor define sua posição como soldado, pronto a encerar as correias e amolar a espada, justificando sua posição pelos “meus ciúmes por essas coisas que se chamam patriotismo, brio militar, etc.”.<sup>77</sup> Entende que tanto chimangos quanto nazários estão apenas tirando vantagem dos confrontos, e da crise política estabelecida pela abdicação de D. Pedro I. Para o autor, a questão é simples: “o Soldado contenta-se em ser soldado; mas quer ser bem tratado: quer pão, pano e Chefes honrados e valentes, e não *direitos* emprestados agora e *negados* em 1828”.<sup>78</sup>

*O Soldado Aflicto* parece também ser um periódico que se adequa a descrição dos pasquins do período. Lançado em novembro de 1833, no Rio de Janeiro, o periódico era editado pela Tipografia do Diário, de N. L. Vianna. O impresso é composto de quatro páginas, e é assinado, ao final da última página, somente por *Juvenal*. A coleção da Biblioteca Nacional registra somente a primeira edição. O título do jornal faz curiosa lembrança a outro, editado na Corte, chamado *O Brasil Aflicto*. *O Soldado Aflicto* traz, ao longo de suas quatro páginas impressas, várias denúncias de assassinatos de redatores de jornais, como o caso da morte de Clemente José de Oliveira – redator de *O Brasil Aflicto* – e do Alferes José Joaquim Ribeiro Moreira, irmão do redator do *Jornal do Comércio* da Bahia, igualmente assassinado dias antes de seu irmão. Considera que o momento é de perigo e de crise.

De fato, neste período ainda existem os reflexos da abdicação de D. Pedro I, na forma de intensas lutas políticas, não apenas no âmbito do poder central, mas também em âmbito local. *O Soldado Aflicto* circunscreve-se, neste período de crise, apontando dedos para os inimigos da pátria, que são reconhecidos, igualmente, como inimigos da ordem e das leis, ligados aos grupos oposicionistas ao poder central. Seu caráter – embora a pesquisa careça de mais exemplares para confirmar, de fato, tal inferência – parece ser estritamente político, e menos militar. Circunscreve-se ao debate militar, ao dar ampla notícia ao falecimento do Alferes Moreira, assassinado em novembro de 1833, na Bahia. O editor Juvenal conclui que o soldado, como militar,

<sup>77</sup> *O Tareco Militar*, 27 de julho de 1833, p. 1.

<sup>78</sup> *O Tareco Militar*, 27 de julho de 1833, p. 3.

é também um cidadão. E que a existência deste personagem está ligada à própria sorte do Estado. Conclui Juvenal que se o Estado for “escravo, [o soldado] será tão bem escravo, ou opressor: livre, ele será livre [o soldado] e desempenhará o mais honroso dos deveres o – SUSTENTAR A ORDEM E AS LEIS” [grifo no original].<sup>79</sup>

Em 1833, também é lançado *O Torto da Artilharia*, cujo título acompanha ainda a descrição *Ofensivo e Defensivo*. Este periódico também se enquadra na descrição aqui sugerida por Sodré: possui uma epígrafe, um nome jocoso, formato in 4º e um texto corrido. A epígrafe é sugestiva:

*Ora taques, ta-taques  
E vamos tafular  
Viva quem pode e sabe  
Bem Cyprianisar*<sup>80</sup>

Quem assina a epígrafe se autodenomina *O Caolho*, e sugere, ao longo do texto, que *O Torto da Artilharia* é uma continuidade de um outro periódico, chamado *O Caolho da Artilharia*. O texto do periódico é corrido, e se refere a uma série de abusos perpetrados por oficiais militares, como o comando efetuado pelo Brigadeiro Paula. De forma injuriosa, remete-se a outro oficial, chamado tenente Pereira Monteiro, que parece ter defendido Paula das acusações publicadas em outro periódico. O redator acusa ainda alguns oficiais de guardarem “não só os soldos d’alguns oficiais, como até (...) reter as etapas de alguns soldados de sua companhia”.<sup>81</sup> O texto é confuso, e remete a uma série de acontecimentos, cuja influência repousa nas discussões políticas do período. Em outro momento, o redator oferece um conselho jocoso aos seus leitores: “sejam chimangos, se não quiserem ser perseguidos”.<sup>82</sup>

O periódico apresenta duas referências ao grupo dos liberais, comuns neste período: o conselho para que todos se tornem *chimangos*, para não serem perseguidos, e a referência a Cipriano Barata, na epígrafe que abre a edição. Ora, chimango era uma das diversas alcunhas dadas aos liberais. E a referência a Cipriano Barata é sugestiva: Cipriano era uma das emblemáticas figuras do grupo dos liberais

<sup>79</sup> *O Soldado Aflicto*, 19 de novembro de 1833, p. 4.

<sup>80</sup> *O Torto da Artilharia*, n. 1, de 6 de novembro de 1833, p. 1.

<sup>81</sup> *O Torto da Artilharia*, n. 1, de 6 de novembro de 1833, p. 3.

<sup>82</sup> *O Torto da Artilharia*, n. 1, de 6 de novembro de 1833, p. 3.



exaltados, e passou, durante o período regencial, longos anos na cadeia, de onde publicava o periódico *O Sentinela da Liberdade na Guarita do Quartel General de Pirajá*, e outros periódicos com título similar.

Marco Morel conduziu extensa pesquisa sobre as identidades políticas do período entre a abdicação de Pedro I e a Maioridade de Pedro II. Embora não se possa falar na existência de partidos políticos – a exemplo daquilo que conhecemos hoje – naquele período, é possível perceber, através dos debates suscitados pela imprensa, “os primeiros passos no sentido de uma reflexão sobre as formas de organização política”.<sup>83</sup> Um partido político significava estar agrupado em torno de um líder por meio da imprensa ou em determinados espaços de sociabilidade, de forma que os grupos ficavam conhecidos por alcunhas. O imaginário liberal dos anos 1830 criou três grupos políticos diferentes, identificados como Moderados, Exaltados e Caramurus. Todos os grupos partiam das concepções criadas pela Revolução Francesa, mas a interpretação que faziam delas era diferente. O impasse político girava em torno de uma série de concepções, inclusive o impasse sobre o herdeiro da monarquia estabelecida no país. A Revolução Francesa e suas criações são parte do debate político pós-independência, e o movimento francês ofereceu as linhas demarcatórias para as discussões políticas no país.

Os liberais exaltados tinham uma leitura própria da Revolução Francesa (1789), sobretudo naquilo tange às questões de cidadania e liberdade, trazidas à discussão pelo movimento francês. O grupo dos exaltados obteve amplitude nacional entre o fim do Primeiro Reinado e o período regencial, sobretudo através da imprensa. O grupo político acabou se desmembrando como consequência da repressão política sofrida, como também pela adesão de vários líderes aos governos do Segundo Reinado.

Sodré considera que a imprensa panfletária e pasquineira do Rio de Janeiro durou até 1838, aproximadamente. Perdeu força com a morte de D. Pedro I, já que muitos destes periódicos, de existência meteórica, estavam associados ao movimento restaurador; perde força também, porque o movimento conservador, identificado pela historiografia como *regresso conservador*, passa a ocupar a maioria nas câmaras legislativas, garantindo uma maior repressão aos movimentos políticos liberais.

---

<sup>83</sup> MOREL, *As Transformações...*, p. 64.

Cresce, no entanto, a imprensa das áreas de conflito regional, debatendo-se entre a fidelidade ao Rio de Janeiro e a fidelidade às lideranças rebeldes.<sup>84</sup>

Outros periódicos, no entanto, se afastaram deste modelo, como é o caso do *Militar no Rio de Janeiro*. Sua segunda edição data de 10 de setembro de 1833, e a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro possui apenas esta edição, em seu acervo de periódicos raros. Nela, é possível identificar o desejo de alguns militares em tornar públicas algumas de suas ideias em relação à sua própria instituição. Embora o periódico tenha o tom de denúncia, quando se refere ao estado de abandono moral, disciplinar e material do Exército imperial, seu discurso é pautado por uma narrativa que acentua o caráter de lealdade ao monarca menino Pedro II e a constituição política do Estado brasileiro.

O periódico apresenta o projeto de uma Sociedade Militar, cujos autores são todos militares de alta patente.<sup>85</sup> Destacam-se, por exemplo, o Tenente General José Manoel de Moraes, que foi o último ministro da guerra do reinado de D. Pedro I, continuando sua administração até julho de 1831. Também o Marechal de Campo Antônio Manoel da Silveira Sampaio, português de nascimento e, envolvido com os negócios da guerra no reinado de D. Pedro I, é um dos proponentes do projeto.<sup>86</sup> Os outros militares são Francisco José de Souza Soares d'Andrea, Conrado Jacob de Niemeyer e Manoel Theodoro de Araújo Azambuja. Todos estes militares tiveram destaque também como políticos e administradores, não somente durante o período regencial, mas também durante os primeiros anos do reinado de D. Pedro II.

*O Militar no Rio de Janeiro* surge em um momento de crise institucional. Registra o periódico que em nenhum país do globo existe uma política militar “votada ao desprezo ou entregue à nulidade, a excetuarmos o Brasil, onde se julgou inútil, ou nociva sua existência [a da classe militar], depois de se haver arrancado utilidade da

---

<sup>84</sup> SODRÉ, op. cit., p. 200.

<sup>85</sup> A Sociedade Militar foi fundada, efetivamente, em agosto de 1833 com o objetivo de ser uma sociedade de ajuda mútua destinada aos militares. Seu projeto de fundação foi publicado na primeira edição de *O Militar no Rio de Janeiro*, e também na segunda edição. A entidade pretendia ainda o retorno de D. Pedro I ao Brasil e ao trono. In: SILVA, Adhemar Lourenço da. *As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas*. PUCRS, 2004. Tese de Doutorado, p. 116 e 117.

<sup>86</sup> SOUZA, Adriana Barreto. *Trajetórias, redes e práticas políticas: os conselheiros do Conselho Supremo Militar e de Justiça (Rio de Janeiro, 1808-1922)*. Disponível em <http://www.iict.pt/pequenobreza/arquivo/Doc/t8s2-03.pdf>. Acesso em 18/05/2013.

sua coadjuvação”.<sup>87</sup> Para o autor do artigo, as políticas de descentralização do estado implantadas pelo primeiro governo regencial repercutem de forma negativa.

De fato, a estratégia da descentralização tem início já em 1827, quando é aprovada na câmara a lei de 15 de outubro de 1827, que cria o cargo de juiz de paz. Este juiz era um leigo, escolhido por eleição na Paroquia local, para trabalhar em funções similares ao juiz de fora, ou seja, aos juízes de direito. Para os preconizadores da descentralização, a criação do juiz de paz tinha como objetivo criar focos de apoio político locais em detrimento à posição tradicional de autoridade judicial representativa do Imperador.<sup>88</sup> A reforma judiciária foi concluída em 1832 com o código de processo criminal. Outras medidas acompanham estas: a criação da Guarda Nacional em 1831, e o Ato Adicional, de 1834. Estes processos tinham como objetivo inicial a descentralização do poder político do Estado. O Ato Adicional ampliava o poder das províncias e sua autonomia política; o Código de Processo aumentava a autonomia e o poder das elites, ao reformular a organização judiciária do país, fortalecendo a figura do Juiz de Paz, eleito localmente, e que concentrava as atribuições policiais e judiciárias. E, por último, a Guarda Nacional, que competia nas atribuições de defesa junto com o Exército. No entanto, era uma força mais tendente a atuar em processos locais e em prol do poder privado.

Ao mesmo tempo, os redatores de *O Militar no Rio de Janeiro* parecem ainda estar confusos em relação a sua lealdade ao ocupante do trono monárquico: o brigadeiro Francisco José de Souza Soares d'Andrea respondeu ao Conselho Militar sobre sua participação na Sociedade Militar e pela participação em conspiração pelo retorno de Pedro I ao Brasil.<sup>89</sup> Somente a morte de D. Pedro I, em Portugal, no ano de 1834, afasta o fantasma da restauração de um Império português. No entanto, cresce a ameaça de dissolução nacional e as revoltas regionais, expondo o poder e os interesses das elites locais, demonstrando o descontrole do Estado, e a incapacidade de resolver a instabilidade política.

Marco Morel acentua que as Regências reforçaram a prática de um governo forte e de um Estado monárquico centralizado, buscando evitar a revolução e a

---

<sup>87</sup> *O Militar no Rio de Janeiro*, 10 de setembro de 1833, p. 4.

<sup>88</sup> SOUZA, Adriana Barreto. *O exército na consolidação do império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999, p. 35.

<sup>89</sup> SILVA, Alfredo P. M. *Os Generais do Exército Brasileiro, 1822 a 1889*. Rio de Janeiro: M. Orosco & Co., 1906.

desagregação do território, após a Abdicação de Pedro I. Nesse sentido, o período pode ser visto como um “ensaio ou laboratório de experiências” políticas e sociais em torno das definições e divisões de poder.<sup>90</sup>

Mesmo pertencendo à primeira fase da imprensa periódica militar, *O Militar no Rio de Janeiro* tem um discurso bastante curioso, com elementos discursivos que estarão presentes, de forma contínua, nesta imprensa, a partir da década de 1850. É assim, por exemplo, que os fundadores da Sociedade Militar definem o indivíduo militar como alguém que “preza a glória e liberdade da Pátria, que deseja ver estável o Trono do Monarca, que tem interesse na boa ordem”.<sup>91</sup> As referências à glória militar e a Pátria estarão bastante presentes na segunda fase da imprensa militar. Em outro momento, o orador define os indivíduos militares como “MILITARES briosos, e que não podem ser indiferentes à honra e glória da pátria” [grifo no original].<sup>92</sup> Como veremos, o brio, assim como a honra, será um elemento importante do discurso militar, na fase seguinte da imprensa militar.

Hendrik Kraay informa a existência de outro periódico, no mesmo período, chamado *O Militar*. Tal periódico circulou em Salvador, entre 1833 e 1834, e era publicado pela Sociedade Militar de Salvador, fundada no final do ano de 1832.<sup>93</sup> Os membros da Sociedade de Salvador formaram um grupo de oposição contra as reformas regenciais. O periódico declarou que os últimos dois anos foram um triste período de aniquilação do exército brasileiro que tanto havia defendido o país. Uma petição assinada por 124 oficiais foi encaminhada à legislatura provincial, denunciando os impactos negativos da série de reformas implantadas pela administração regencial: a redução da administração militar provincial, a eliminação do comandante de armas provincial, o aumento do soldo das polícias provinciais, em detrimento do aumento do soldo do Exército e a criação da Guarda Nacional.

Em um segundo momento, registramos o aparecimento de um periódico ligado às revoltas provinciais, já em 1839. Trata-se de *O Militar*, publicado no Maranhão. Impresso pela Tipografia Imparcial Maranhense, o periódico parece estar inscrito nas escaramuças políticas locais, sobretudo relacionadas à revolução da Balaiada. Do

<sup>90</sup> MOREL, *As Transformações...*, p. 135.

<sup>91</sup> *O Militar no Rio de Janeiro*, 10 de setembro de 1833, p. 3.

<sup>92</sup> *O Militar no Rio de Janeiro*, 10 de setembro de 1833, p. 4.

<sup>93</sup> KRAAY, Hendrik. *Race, State and Armed Forces in independence-Era Brazil*. Stanford University Press: California, 2001, p. 158.

*Militar* existe apenas uma edição nos arquivos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, cujo número de páginas é incerto. Como de costume, o jornal se coloca como legalista, no cenário de confronto político. Narra, nas primeiras páginas, a cerimônia efetuada por ocasião da chegada de tropas imperiais no vilarejo de Itapecuru-Mirim.<sup>94</sup> A região, rodeada de fazendas, convulsionava com uma insurreição de escravos, que obrigaram os proprietários a fugir de suas propriedades. As tropas, sob comando do Tenente Coronel Francisco Sergio de Oliveira, foram recebidas aos gritos de “vivas a S. M. o Imperador”. Entre os comandantes militares, constava também o Major José Tomaz Henriques. Este já havia participado, entre 1834 e 1835, da repressão aos cabanos alagoanos.<sup>95</sup> A vila de Itapecuru-Mirim foi a sede das Forças Expedicionárias imperiais que se deslocaram do Pará, da Bahia e de Pernambuco em direção ao interior maranhense.

Nas páginas seguintes do periódico, existem sinais de animosidade entre o comandante das forças expedicionárias imperiais – o tenente Coronel Francisco Sergio de Oliveira e o presidente da província do Maranhão, Manoel Felizardo de Souza e Melo. O caráter político da folha toma aqui toda a sua dimensão: através da publicação de uma carta, de autoria de Oliveira, e endereçada, na forma de ofício a Souza e Melo, os editores procuram apresentar a imagem de Oliveira como militar honrado e digno, servidor dos interesses da pátria. Criticando, assim, a administração e as decisões de Souza e Melo, os editores entendem que “a sua falta de franqueza em refrear ímpetos ousados vai ser suprimida pelo Militar”.<sup>96</sup> Ou seja, entendem que uma suposta incompetência política de Souza e Melo só poderá ser sublimada pelo braço militar.

O *Militar* clama ainda pela honra e pelo brio militares: entende que, de diversas formas, são os militares acossados ou pelo poder político ou pela imprensa, e disso devem se defender. O discurso, embora refira-se sempre a episódios isolados envolvendo militares e governo ou militares e imprensa, tem a pretensão de ser universal, ou seja: o objetivo não é apenas defender a honra de um militar específico,

---

<sup>94</sup> As tropas expedicionárias foram enviadas da Bahia e estavam sob comando do Tenente Coronel Francisco Sergio de Oliveira. A vila de Itapecuru-Mirim foi a sede das tropas expedicionárias que dali deveriam partir para combater os rebeldes escondidos nas fazendas da região. Para mais informações sobre a Balaiada, consultar: DIAS, Claudete Maria Miranda. *Balaaios e Bem-te-vis: aguerrilha sertaneja*. EDUFPI: Teresina, 2010. JANOTTI, Maria de Lourdes. *A Balaiada*. Brasiliense: São Paulo, 1984.

<sup>95</sup> LINDOSO, Dirceu. *A utopia armada. Rebeliões de pobres nas matas do tombo real*. EDUFAL: Maceió, 2005, p. 361.

<sup>96</sup> *O Militar*, 11 de dezembro de 1839, p. 13.

mas sim demonstrar as características positivas que caracterizam o militar como um todo. O periódico maranhense se coloca, desta forma, no centro de uma crise política – a revolução da Balaiada, e no centro da defesa de uma honra militar. Seu surgimento está relacionado a um período de crise, portanto.

Por último, registramos nos arquivos da Biblioteca Nacional o periódico *O Soldado Brasileiro*, cujo primeiro número é lançado em 22 de fevereiro de 1849, na cidade do Rio de Janeiro. Este periódico surge após um período sem registro de publicações no arquivo da Biblioteca Nacional. O período é de crise política no país, fruto das lutas entre liberais – luzias e conservadores. Os editores de *O Soldado Brasileiro* entendem que a crise é grave, e colocam-se, politicamente, contra o gabinete liberal. O periódico pretende agradar aos militares, por ser filho da “sinceridade, verdade e desinteressado patriotismo”.<sup>97</sup> Para os editores, a imprensa é o campo para a defesa dos interesses militares. A publicação se coloca ao lado dos saquaremas, pois é o partido “que mais tem contribuído para seu aumento, engrandecimento e respeito [do Exército]”.<sup>98</sup> O Partido Liberal é, nesse sentido, acusado da quase aniquilação do Exército, depois da abdicação de D. Pedro I. Embora o texto seja bastante exaltado, os editores lançam uma advertência aos turbulentos e anarquistas do Império: os militares não irão permitir a existência de conspirações e de turbulências políticas.

Ao longo das quatro páginas do primeiro exemplar, *O Soldado Brasileiro* se coloca contra as revoluções de Pernambuco e de São Paulo (1849), insistentemente contra a política liberal. A primeira edição termina com um verso jocoso comparando a honra de ser soldado com a forma de ser liberal. Com sete estrofes, o verso insinua que ser brioso, honrado e legalista de nada serve. Em contraposição, pouco é necessário para ser liberal, cujas últimas estrofes assim proclamam:

Para sermos Brasileiros  
Para sermos liberais  
A feição dos catucás  
É preciso muito mais

É preciso ser rebelde  
Cometer crimes sem susto  
Matar gente sem motivo

<sup>97</sup> *O Soldado Brasileiro, jornal político e militar*, 22 de fevereiro de 1849, p. 1.

<sup>98</sup> *O Soldado Brasileiro, jornal político e militar*, 22 de fevereiro de 1849, p. 1.

Derrocar o trono augusto.<sup>99</sup>

Não existe em *O Soldado Brasileiro* nenhuma indicação sobre o seu editor ou editores, nos três exemplares existentes na hemeroteca da Biblioteca Nacional. Na segunda edição, o autor refere-se a si mesmo, ao dizer que “sou soldado, tenho assistido às guerras da Independência e do Império, meus bigodes estão curtidos pelo chamusco da pólvora”.<sup>100</sup> Tal afirmação nos permite inferir que seu editor era um militar antigo, pelas referências as reformas liberais do período regencial escritas na primeira edição. Assim como outras publicações, *O Soldado Brasileiro* é totalmente legalista, e contra os insidiosos que pretendem derrubar o governo imperial. Seu discurso varia entre o positivo e o negativo, criando antíteses facilmente perceptíveis. O soldado militar é brioso, honrado, leal ao governo e fiel ao monarca D. Pedro II. Os liberais e os rebeldes de Pernambuco são a antítese negativa do soldado: turbulentos, revolucionários e traidores da pátria.

Aqui já se encontra a associação entre a força militar e a existência de um Estado político, consequência do próprio desenvolvimento das forças militares profissionais. Para o redator, as forças armadas são claramente “o sustentáculo da monarquia, da liberdade e da ordem”.<sup>101</sup> As comparações que o redator faz entre os episódios de 1849 e aqueles ocorridos no período regencial, após a Abdicação de Pedro I, são recorrentes: entende que a primazia liberal do período regencial foi bastante negativa para os assuntos militares. A última edição presente na hemeroteca da Biblioteca Nacional assim termina:

Nas fileiras do exército Brasileiro não entra a traição, a rebeldia e disto vós mesmos tão convencidos estais, que o aniquilastes, quando pretendestes arvorar o estandarte da anarquia, reduzindo os militares à sorte do mendigante: sabeis pois, que onde quer que a rebelião, a anarquia ousar aparecer em campo, aí aparecerão os bravos Soldados Brasileiros para a aniquilarem: às armas! Fogo nos anarquistas.<sup>102</sup>

<sup>99</sup> *O Soldado Brasileiro, jornal político e militar*, 22 de fevereiro de 1849. p. 1.

<sup>100</sup> *O Soldado Brasileiro, jornal político e militar*, 3 de março de 1849, p. 1.

<sup>101</sup> *O Soldado Brasileiro, jornal político e militar*, 3 de março de 1849, p. 1.

<sup>102</sup> *O Soldado Brasileiro, jornal político e militar*, 28 de março de 1849, p. 4.

A passagem retoma as críticas ao primeiro período regencial, cujas ações políticas são relacionadas ao aniquilamento do exército. Retoma ainda, as rebeliões liberais ocorridas no final da década de 1840, numa tentativa de demonstrar a ingerência liberal nos negócios políticos, e sua conseqüente influência. O texto, mais uma vez, demonstra a oposição do redator aos políticos liberais, sua insistência na legalidade do Exército brasileiro, e o combate aos recentes acontecimentos em Pernambuco, no ano de 1849. Esta pequena análise não deixa de revelar outro ponto importante: os periódicos possuem um discurso voltado aos princípios conservadores, afastando os princípios liberais. Mesmo aqueles, como *O Tareco Militar*, que diziam não tomar partido de nenhum dos grupos do jogo político, apoiavam projetos convergentes ao conservadorismo político: o aumento do centralismo político e o discurso da ordem, como sustentáculo do desenvolvimento.

*O Soldado Brasileiro* encerra um período da imprensa periódica militar caracterizada, sobretudo, pela falta de discussão de assuntos propriamente militares. Embora muitas vezes tais periódicos se coloquem como militares, sobretudo por se identificarem com a classe militar, seu discurso tende ao político. Tais jornais tiveram uma vida bastante curta, e possivelmente também sua circulação: *O Soldado Brasileiro* publicizava suas novas edições através de jornais de maior circulação na cidade do Rio de Janeiro. Tais periódicos eram, muitas vezes, redigidos por somente uma pessoa, e caracterizados pelas rápidas aparições. No entanto, revelam disputas internas na instituição militar, sua intensa relação com a política no âmbito local e nacional, e também a existência de um *esprit de corps* entre os militares, isto é, de uma corporatividade comum a todos os profissionais. A noção de corporatividade é entendida aqui no sentido que Samuel Huntington emprega na caracterização de uma força armada profissional.<sup>103</sup> Tal noção é muito importante para a caracterização e a formação do próprio corpo militar como instituição. Voltaremos ao assunto nos capítulos seguintes.

Essa introdução sobre a imprensa militar é importante, sobretudo, pela falta de estudos específicos sobre a imprensa periódica militar, no período imperial. Através

---

<sup>103</sup> HUNTINGTON, Samuel. *O Soldado e o Estado*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1996.



deste esboço, é possível tentarmos estabelecer algumas características desta imprensa específica.

Observamos que os periódicos militares impressos até o final da década de 1840 são, em geral, caracterizados pelo intenso debate político em que estão inseridos. Em geral, estes periódicos são publicados em momentos de crise política, em um contexto de conflitos locais ou regionais. É o caso, por exemplo, de *O Militar do Maranhão* (1839) e também de *O Soldado Brasileiro* (1849), cujas edições iniciais foram impulsionadas pelos debates políticos resultantes da Balaiada – no caso de *O Militar* – e da revolução Liberal, no caso de *O Soldado Brasileiro*. Embora inseridos em contextos históricos próprios, e, em geral, de crise política, tais periódicos possuem em comum não apenas a corporatividade sintetizada por um *esprit de corps*, mas também pelo caráter legalista destacado nas páginas dos diferentes periódicos.

Embora todos se coloquem como jornais militares, os assuntos militares são quase ou nada referidos neste período. Com exceção de *O Militar no Rio de Janeiro*, que busca lançar os estatutos da Sociedade Militar, os periódicos aqui referenciados acabam se envolvendo com a política local, sem ao menos expor algum motivo militar para sua existência além do próprio título. Neste caso, observamos, em geral, o surgimento do discurso da honra militar, em contraposição com aspectos negativos, que comumente são encontrados na sociedade. Basta remeter, novamente, à leitura de *O Soldado Brasileiro*, quando busca caracterizar os políticos liberais: enquanto o soldado militar é honrado, fiel e mantenedor da ordem, o político liberal é rebelde, traidor e anarquista. Tal antagonismo, presente no discurso de alguns destes periódicos, será importante para formalizar o discurso sobre si dos próprios militares, legitimando o lugar do militar na sociedade, e formando um discurso – em geral positivo – sobre a atuação do militar no meio civil.

Pela leitura, também é possível inferir que a maioria destes periódicos era editado por somente uma pessoa – o redator. A escrita, muitas vezes em primeira pessoa, permite tal constatação. No caso, por exemplo, de *O Tareco Militar*, o autor deixou claro que é o único responsável pela edição de tal periódico.

Portanto, podemos caracterizar este período como a primeira fase da imprensa periódica militar no Brasil. A produção do período de 1833 a 1849 é caracterizada por periódicos de curta duração – muitas vezes contando com apenas uma ou duas

edições de circulação restrita, e, em geral, inseridas nos debates políticos locais e regionais. Nesse sentido, estão em sua maioria ligados à corrente conservadora. Este período acompanha o próprio desenvolvimento do Estado imperial brasileiro, e as crises políticas advindas do intenso embate entre elites locais e regionais, sintetizados pelos confrontos no período regencial, pela crise política da maioria e pela plena existência do gabinete liberal. É necessário assinalar, no entanto, que os periódicos aqui apresentados não esgotam o assunto e não representam a totalidade daquilo que é a imprensa periódica militar do período, podendo, eventualmente, novos títulos serem adicionados ao levantamento preliminar aqui existente.

### **1.3 A segunda fase**

Observamos, portanto, a existência de uma segunda fase da imprensa periódica militar, a partir de 1850, e que se estende, provavelmente, até o final do século XIX. Esta fase se apresenta de forma mais rica ao pesquisador, pois possui uma série de periódicos disponíveis para a pesquisa. Nossa pesquisa se concentra, justamente, na segunda fase da imprensa militar, e o período de pesquisa contemplado por nossa análise será de 1850 a 1882. Mas, de forma geral, podemos estabelecer algumas características comuns desta segunda fase da imprensa militar.

Dois pontos principais caracterizam este período: primeiro, a circulação e a periodicidade dos impressos aumenta, e, como consequência do contexto histórico, os debates suscitados tem maior relação com a instituição militar em si e também com a política de forma mais nacional; segundo, alguns destes periódicos tentam se aproximar dos padrões estabelecidos no exterior para a imprensa militar. É significativa, por exemplo, a existência, entre 1862 e 1863, do periódico *Indicador Militar*, cujo objetivo principal era discutir, em forma de artigos escritos por militares, questões estritamente militares. É nesta segunda fase que a imprensa periódica militar brasileira vai se inserir no importante debate cientificista e tecnológico que dominará as discussões ilustradas a partir de meados do século XIX. A variedade de

publicações observada neste período pode também ter relação com a diversidade de grupos no interior do Exército brasileiro, ao longo da segunda metade do século XIX.

Mas por que esta imprensa mais especializada só é identificada a partir de 1850? O período é, tradicionalmente, conhecido pela historiografia como o apogeu do período monárquico, marcado por um dos gabinetes mais longos do Segundo Reinado. O período que inicia em 1848, e se estende até 1853, concentra uma série de reformas que consolidam o estado monárquico brasileiro. Três hipóteses são levantadas para o desenvolvimento da imprensa militar neste período: o desaparecimento das revoltas internas, finalmente encerradas com a vitória do governo sobre os praieiros pernambucanos, em 1848; uma maior profissionalização do Exército, consolidada através de seguidas reformas efetuadas pelo gabinete conservador, sobretudo durante o ministério de Manuel Felizardo de Sousa e Melo (1849-1853); e o desenvolvimento de uma cultura intelectual baseada no racionalismo e no cientificismo do século XIX.

A imprensa militar nesta segunda fase parece ter intensa relação também com o grau de instrução dos redatores dos periódicos. Em alguns casos, como no *Indicador Militar* (1862), 76% do corpo de redatores possuía cursos da Escola Militar. A porcentagem se repete em outra publicação de 1878, o periódico *Alvorada*, editado na província do Rio Grande do Sul. Os estudos propiciados pela Escola Militar têm, assim, estrita relação com a imprensa militar. A Escola foi descrita como uma “ilha” de formação intelectual em um Rio de Janeiro cuja população era, em sua maioria, analfabeta.<sup>104</sup> A instrução era um privilégio de poucos, e a Escola possuía uma educação de excelência. Assim, a formação intelectual não compreendia:

Somente a instrução propriamente dita, mas o embasamento teórico e metodológico para o seu funcionamento. Há muito a ser analisado quando falamos em formação. As aulas de matemática não eram somente aulas de aritmética e geometria, e sim o contato com um sistema filosófico de se pensar o mundo de forma racionalizada. Os professores ao proferir aulas de física e astronomia ofereciam aos seus discípulos o envolvimento com uma concepção moderna de observar o universo. Os discursos dos militares da segunda metade

---

<sup>104</sup> SCHULZ, op. cit., p. 31.

do século XIX estão impregnados de sinais próprios da revolução científica (...).<sup>105</sup>

Portanto, a maioria dos redatores eram egressos dos cursos da Escola Militar ou de outras escolas militares fundadas no final da década de 1850. O grau de escolaridade dos redatores e suas ligações com estabelecimentos de ensino militar constitui-se como forte característica da imprensa militar do período.

Logo, é possível que a especificidade histórica brasileira tenha condicionado o aparecimento de periódicos militares de mais fôlego somente na década de 1850 - momento de maior centralização e estabilidade política. A inexistência de periódicos militares alinhados com um ideal de profissionalização militar antes de 1850 pode estar relacionada com a instabilidade institucional e política característica do período. É possível que este silêncio militar seja explicado pela tumultuada conjuntura política e econômica vivenciada pelo Império, nas duas décadas posteriores ao processo de independência. Nesta fase, o Estado se via ameaçado pelas revoltas centrífugas, e pela crescente pressão inglesa pelo fim do tráfico de escravos.

Referimo-nos aqui ao complexo período pós-independência, quando o Exército brasileiro estava dividido entre portugueses e *brasileiros*, e quando ainda dependia dos serviços prestados por mercenários europeus. Ou seja, o período de 1821 a 1831 marca a transição política, a busca pela autonomia, pelo governo brasileiro, e o afastamento do perigo do retorno português. É cumprido o processo de autonomização política. No entanto, após este período, inicia-se uma fase de transição interna, que marcará profundamente a construção do Estado nacional. Para Costa, a construção do Estado brasileiro é posterior à fase de revolução da independência.<sup>106</sup> Após a Abdicação de D. Pedro I e o início das revoltas regenciais, o Exército brasileiro esteve envolvido em diversos conflitos internos, além das escaramuças fronteiriças. Com a maioridade de D. Pedro II e o período de instabilidade que seguiu à sua coroação, a situação do Exército ficou ainda mais caótica. De acordo com Costa:

---

<sup>105</sup> LIMA, Ana Paula Almeida. *Engenheiros fardados no Império: A modernidade no pensamento dos egressos da escola militar*. Tese de doutorado apresentada no Programa de Pós-Graduação da PUCRS. Porto Alegre, 2013, p. 100.

<sup>106</sup> COSTA, op. cit., p. 47.

A dinâmica do período que se estende de 1831 até aproximadamente a metade do século, dinâmica marcada por revoltas populares e por conflitos intra oligárquicos de tendência centrífuga e até mesmo secessionista, é de fundamental importância para se entender os movimentos correlatos em direção à construção do Estado e à organização do exército profissional, que se adensam nos anos 40 e 50.<sup>107</sup>

Com a relativa tranquilidade instaurada no início da década de 1850, após a vitória em 1851 contra Oribe e Rosas e a pacificação do interior brasileiro, os militares puderam se dedicar à construção intelectual da instituição militar. Como estes periódicos eram de caráter privado, crises externas ou internas poderiam determinar o seu fim; o afastamento de oficiais era uma ameaça constante, e também o era a ameaça dos conflitos externos. Portanto, os anos iniciais da década de 1850 forneciam um ambiente propício ao surgimento de uma imprensa periódica militar.

O período de paz externa e interna entre 1850 e 1864 produz um ambiente favorável às iniciativas de participação na imprensa aos oficiais militares. Em períodos de conflito e crise, é difícil organizar, enquanto em períodos de paz a estabilidade proporcionada incentiva ações, como a publicação dos jornais, por exemplo. A guerra, para Clausewitz, representa uma situação limite, onde as circunstâncias ordinárias da vida são suspensas pela onipresença do perigo.<sup>108</sup> É relevante, nesse sentido, a quantidade de publicações de militares, tanto no período imperial quanto no período republicano nos tempos de paz ou de relativa tranquilidade nacional.

Por outro lado, a segunda fase da imprensa periódica militar pode ter relação com um grau maior de profissionalismo militar ocorrido no interior das forças armadas brasileiras. Morris Janowitz destaca que o processo de profissionalização das forças armadas, em um contexto europeu, é lento e gradativo, permeado de interrupções e reviravoltas.<sup>109</sup> Embora o processo tenha início no século XVII, e graus diferentes de profissionalização possam ser encontrados no século XVIII, é somente no século XIX que o processo se consolida. O profissionalismo, portanto, tem relação com a formação dos Estados políticos europeus, e é uma característica distintiva da cultura ocidental. Além disso, a noção de profissionalismo tem ligação também com o momento histórico e com a sociedade em que uma força armada está inserida. Desta

---

<sup>107</sup> Ibid., p. 47.

<sup>108</sup> CLAUSEWITZ, op. cit., p. 83.

<sup>109</sup> JANOWITZ, Morris. *O Soldado Profissional*. Rio de Janeiro: GRD Editora, 1967, p. 14.

forma, uma pergunta se faz prudente: o que significa o profissionalismo militar, e como pode ele ser entendido no Brasil do século XIX?

Para Janowitz, uma profissão é definida por três elementos distintos: pela qualificação específica que se faz necessária à sua existência; pela criação de uma identidade grupal – um sentimento de *pertença*; e pela existência de um sistema de administração próprio. Por consequência da função à qual se destina – e por possuir o monopólio da violência e ser seu reproduzidor, a organização militar é rigidamente estratificada e autoritária.<sup>110</sup>

Samuel Huntington observou outras características da profissão militar: a especialização, a responsabilidade e a corporatividade. Tais elementos estão associados à existência de modernas forças armadas, amparadas pelo profissionalismo militar. A especialização tem relação com o ensino, ou seja, com o grau de educação e experiência prolongada de um indivíduo em determinado meio. A educação é de natureza intelectual, e pode ser preservada pela escrita. É esta característica que distingue a técnica profissional de uma técnica aprendida: profissões aprendidas fazem parte do ambiente social, e integram um conjunto de aprendizagens de uma sociedade específica. É assim com um artesão, por exemplo. Huntington esclarece que a educação profissional consiste em dois momentos distintos: o primeiro, quando o lastro cultural e intelectual da profissão é comunicado; e o segundo, quando as habilidades e o conhecimento especializado são comunicados. A responsabilidade tem relação com o monopólio de habilidades que impõem ao profissional realizar seus serviços quando a sociedade exige. E por último, a corporatividade, que se relaciona ao sentimento orgânico e de autoconsciência que domina o grupo. Este sentimento de *pertença* terá relação com a disciplina, o estudo, o treinamento e a convivência dentro do grupo.<sup>111</sup> No entanto, estas características, tanto as levantadas por Janowitz quanto as levantadas por Huntington, se referem ao contexto político do século XX, embora possam, de alguma forma, serem adaptadas ao XIX.

No século XIX, ocorreram dois momentos de profissionalização dos exércitos europeus: durante as Guerras Napoleônicas, quando muitos países criaram suas escolas militares; e no último quartel do século, quando a Prússia aglutina uma série

---

<sup>110</sup> JANOWITZ, op. cit., p. 18.

<sup>111</sup> HUNTINGTON, op. cit., p. 26 a 29.

de elementos que tornaram suas forças armadas poderosas. As características atuais são fruto da evolução de uma série de relações da instituição armada ocorridas ao longo do século XIX, chamadas por Huntington de instituições da vocação militar. São elas: a) exigências para o acesso ao oficialato; b) meios de ascensão profissional; c) o caráter da educação militar; d) a natureza e o grau de desenvolvimento do estado maior; e) o *esprit de corps* do oficialato e a competência geral do corpo. Durante o século XIX, foi o exército prussiano que mais se adequou a estas características, sobretudo por volta de 1875. Portanto, é possível determinarmos que o conjunto destas características define uma força armada profissional do Oitocentos, sobretudo a partir da segunda metade do século.

Mas, e a existência (ou inexistência) de uma ou outra característica, torna um exército menos profissional? O profissionalismo é resultado de uma série de ações que, durante o século XIX, são ainda muito recentes, estão em processo de consolidação e são fruto do próprio desenvolvimento do Estado. Portanto, não podemos considerar o Exército brasileiro uma força armada profissional, nos termos definidos e propostos para o século XX. Por outro lado, se adequarmos as perspectivas de evolução da força ao longo do século XIX em direção ao profissionalismo, podemos compreender o Exército brasileiro como uma instituição *em busca* de um grau de profissionalismo.

Portanto, o Exército brasileiro é, no século XIX, uma instituição com algumas características profissionais, sobretudo o ensino especializado, a existência de uma lei de acesso ao oficialato e um forte sentido de corporatividade, sobretudo a partir de meados do século. As transformações no interior do Exército são crescentes, mas durante o século XIX, em dois momentos, elas serão mais significativas: durante a década de 1850, quando ocorre o centralismo e a reforma do Estado proposta pelo gabinete conservador, estendendo-se tais reformas até o final da década; e após a Guerra do Paraguai, sobretudo entre 1870 e 1881. No entanto, ressalta-se a falta de um estado-maior com atribuições bem definidas durante o século XIX, e que só irá se consolidar no primeiro quartel do século XX.<sup>112</sup> Para Adriana Souza:

O Exército do Segundo Reinado não configura uma corporação, uma instituição moderna com uma estrutura organizacional fechada e

---

<sup>112</sup> MAGALHÃES, João Batista. *A Evolução Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1998, p. 319 a 321.

imersa numa rede interdependente de poder e, portanto, as relações que mantem com a sociedade não podem ser avaliadas a partir da clássica cissura que opõe militares a civis. É importante lembrar que Manuel Felizardo, Caxias e o tão pouco citado Pedro de Alcântara Bellegarde coordenaram o Ministério da Guerra nos três principais gabinetes conservadores, realizando um trabalho de difusão dos princípios políticos regressistas que, dada a coordenação e unidade de suas ações, ganhou consistência, completando-se a cada gestão. Considerados em conjunto, esses ministros permaneceram na direção do ministério da Guerra por um período sequenciado de nove anos, coincidindo o seu término em 1857, com a estabilização política do império.<sup>113</sup>

As medidas de concentração do poder central, iniciadas na década de 1840 e continuadas na década de 1850, terão papel fundamental na formação do Exército brasileiro: a mudança no ensino, a burocratização da carreira e a criação de um corpo de oficiais gradativamente conscientes das necessidades militares e das próprias instituições políticas nacionais são consequências das reformas ocorridas neste período. Muitos autores consideram a força armada brasileira profissional, a partir de meados do século XIX, quando o país possui uma rede estruturada de ensino militar.<sup>114</sup> De fato, contava neste período o Exército brasileiro com uma Escola Militar no Rio Grande do Sul, uma escola prática na Praia Vermelha (Escola Central) e a Escola Militar – futura escola politécnica, onde o ensino teórico era ministrado. Além disso, a lei de promoções de 1850 acentuou o caráter profissional da força militar, ao exigir critérios rígidos de promoção, como antiguidade e instrução, abolindo o sistema aristocrático, que permitia a oficiais bem relacionados atingir os postos mais altos. Este mecanismo acelerou a transformação social e intelectual do corpo de oficiais. Os filhos da elite passaram a se dedicar às profissões liberais, onde a ascensão era mais rápida, e dependia menos do esforço, sendo compensada pelas alianças políticas. A carreira militar tornava-se, assim, pouco atrativa para esta elite.<sup>115</sup> Para Schulz, embora a lei de 1850 ainda possibilitasse o favoritismo e a política, ela estabeleceu requisitos mínimos de tempo de serviço e educação que aprimoraram a transformação social e intelectual da oficialidade.<sup>116</sup>

---

<sup>113</sup> SOUZA, op. cit., p. 43.

<sup>114</sup> Referimo-nos aqui a John Schulz, Murilo Santos, Wilma Peres Costa e Adriana Barreto de Souza, todas referenciadas ao longo deste trabalho.

<sup>115</sup> COSTA, op. cit., p. 63.

<sup>116</sup> SCHULZ, op. cit., p. 27.



O regresso conservador atuou, ainda, na busca pela homogeneidade, na padronização da carreira militar, “levando o oficialato a se afastar gradativamente dos círculos políticos imperiais e a abandonar postos que antes ocupava”.<sup>117</sup> A padronização da carreira será efetuada em bases meritocráticas. Logo, tomava o Estado brasileiro medidas necessárias para a reordenação de seu âmbito administrativo, medidas que acompanhavam tendências mundiais de reorganização do Estado. Para Janowitz, “na Europa Ocidental à medida que a qualificação tornou-se a base para o recrutamento e promoção, o monopólio aristocrático da oficialidade diminuiu. Nos Estados Unidos pode se demonstrar um processo equivalente, ainda que as linhas sociais tenham sido mais fluídas”.<sup>118</sup>

Com a nova lei de promoções, os oficiais deixaram de ser uma força privilegiada tradicional, transformando-se em uma corporação profissional e racional. Três índices demonstram essa passagem para a profissionalização: o declínio da elite dentro do generalato, a padronização da carreira militar e o declínio da participação dos militares no parlamento, durante os últimos anos do Império. Para Santos, quando eclode a Guerra da Tríplice Aliança, o Brasil possuía um corpo de oficiais totalmente profissionalizado e militarizado, dada a estrutura de ensino existente e consolidada no país.<sup>119</sup> No entanto, é necessário tomar esta afirmação com algumas ressalvas: embora a lei de promoções tenha regulado o acesso ao quadro de oficiais, ainda era costume utilizar-se de ligações pessoais para a ascensão na carreira. Também a estrutura do ensino militar contemplava, com mais atenção, somente a Escola Militar situada na Corte. As outras escolas sofriam com as precárias instalações e a falta de professores, sobretudo no sul do Brasil. Por outro lado, as instâncias administrativas militares tinham, também, o costume de conceder postos honorários a pessoas civis: em 1864, Libanio da Cunha Mattos, funcionário civil do Ministério da Guerra, foi aposentado com o título de Coronel pelo Marquês de Caxias.<sup>120</sup> Por ocasião da Guerra do Paraguai o Exército foi obrigado a conceder postos da oficialidade aos civis recém integrantes do corpo – como aos componentes dos batalhões de Voluntários da Pátria, por exemplo. Por estes motivos específicos, consideramos a instituição militar brasileira do Oitocentos uma instituição em busca de um grau de

---

<sup>117</sup> SOUZA, op. cit., p. 57.

<sup>118</sup> JANOWITZ, op. cit., p. 18.

<sup>119</sup> SANTOS, op. cit., p. 77.

<sup>120</sup> O caso será comentado no segundo capítulo deste trabalho.

profissionalismo que fosse similar as instituições correlatas do exterior. Pode-se considerar, portanto, um grau de profissionalismo rudimentar neste período, simbolizado, sobretudo, por uma lei de acesso ao oficialato, um ensino militar e sua exigência para a promoção da carreira, e algum grau de *esprit de corps* entre os militares brasileiros.

Observa-se ainda, durante este período, o maior desenvolvimento de uma cultura cientificista e racionalista, fruto da ilustração presente na sociedade brasileira. O movimento não é uma especificidade nacional: é somente no século XIX que a concepção de ciência adequada à guerra é consolidada. Até então, a maior parte dos estudiosos, sobretudo durante o século XVIII, concentrava suas pesquisas na história militar, utilizando como exemplos os períodos áureos do império romano e da Grécia clássica. Esta literatura carecia da concepção de ciência militar como um ramo de conhecimento específico. A competência militar era uma atribuição especial, vista como uma vocação, fruto de elementos subjetivos, que não poderiam ser transmitidos nem ensinados.<sup>121</sup> A mudança começa a ocorrer com a consolidação do ensino militar, e de formas mais democráticas de acesso à carreira. Basta lembrar que, na França, a imprensa militar surge já na segunda metade do século, e se consolida pouco tempo depois.

O século XIX foi profícuo em pensadores militares: na Alemanha se destacaram Carl von Clausewitz, Karl Wilhelm von Willisen, Georg Heinrich von Berenhorst, Gerhard von Scharnhorst e o general von Lossau, entre outros. Na literatura francesa, destacam-se Antoine Henri Jomini, Maurice de Saxe, Ardant Du Picq e Alfred de Vigny.<sup>122</sup> Pela facilidade linguística – e a própria influência da cultura francesa na sociedade brasileira do Oitocentos, os militares brasileiros terão acesso à literatura militar preferencialmente francesa. Novamente, o catálogo da Biblioteca da Marinha pode nos oferecer algumas informações sobre a literatura disponível para os militares brasileiros, durante o século XIX. Sob a rubrica “Arte Militar”, era possível ter acesso às obras de Paixhans: *Constitution Militaire de la France*; Marechal Marmont: *L'esprit des institutions militaires*; Gay de Vernon: *Traité élémentaire d'art militaire et de fortification*; General Bardin: *Dicionário do Exército Francês* e Gaillard: *Etude sur le service de l'intendance militaire en' campagne*.

<sup>121</sup> HUNTINGTON, op. cit., p. 48.

<sup>122</sup> SCHNEIDER, Fernand. *História das Doutrinas Militares*. DIFEL: São Paulo, 1975, p. 68 a 79.

O cientificismo exerceu fascínio em alguns grupos da oficialidade brasileira formada pela Escola Militar, sobretudo após os estatutos propostos pelo General Jerônimo Francisco Coelho, que criaram o título de bacharel e doutor para os alunos que completassem o curso da Escola Militar. Para Jenovah Motta, esta reforma criou o tipo híbrido do militar-bacharel ou militar-doutor, no interior do Exército.<sup>123</sup> A matemática, que já era vista como um dos estudos que conduziam à razão plena, passa a ter um significado complexo a partir deste período: “a matemática é conceituada como valor essencial na formação de estudos mentais e de predisposições psicológicas (...) dela se espera o desenvolvimento da razão, o impulso do espírito rumo à meditação e ao amor do conhecimento sólido”.<sup>124</sup> Para Ana Paula Almeida, “quando a referência é o perfil de militar que estudava na Escola Militar no século XIX, fala-se em cientificismo, culto à ciência ou mesmo cultura científica. Ou seja, a formação acadêmica é compreendida como forma de equivaler os oficiais militares aos bacharéis em direito, deixando-os no mesmo nível bacharelesco dos ‘legistas’”.<sup>125</sup>

Estas três hipóteses consolidam a existência da segunda fase da imprensa periódica militar, a partir de 1850. Mas quais as características desta segunda fase, e como ela difere da primeira fase aqui identificada?

É a partir de 1850 que os periódicos possuem uma periodicidade maior, chegando a ter uma existência prolongada em alguns casos. Os periódicos também tendem a se afastar de discussões de cunho político, reafirmando, a todo tempo, este ponto como uma de suas características principais. Os redatores também têm maior interesse por discussões de cunho profissional, destacando a existência de uma preocupação com os avanços tecno-científicos ocorridos em território europeu. Alguns periódicos se destacam, também, por terem autoria definida, sendo possível ao pesquisador conhecer e traçar a grande rede de colaboradores que contribuíam com seus escritos. Durante este período, destaca-se também a existência de amplos debates, na imprensa periódica do Rio de Janeiro, entre militares, convencendo o uso da imprensa como espaço público, categoria sem a qual torna-se difícil

---

<sup>123</sup> MOTTA, Jeovah. *Formação do oficial do Exército*. BIBLIEX: Rio de Janeiro, 1998, p. 69.

<sup>124</sup> MOTTA, op. cit., p. 79.

<sup>125</sup> LIMA, op. cit., p. 146.

compreender a existência dos periódicos, na complexa sociedade brasileira oitocentista.

Outro aspecto importante: os periódicos, em geral, se identificavam como porta vozes dos interesses da *classe militar*. Estes periódicos não se configuram como institucionais, ou seja, não eram uma publicação oficial do Exército ou da Marinha, e eram compostos de uma parcela muito pequena da oficialidade. Não raro, eram escritos e editados somente por um redator, como é o caso de *O Militar Brioso*. Ainda assim, todos chamam para si a representatividade institucional, e acreditam sintetizar todos os interesses dos grupos militares. Esta é uma das relações mais importantes existentes nesta imprensa militar, e será discutida com maior profundidade no terceiro capítulo de nossa tese.

É assim que se pronunciavam, por exemplo, os redatores de *O Militar Brioso*, em 1855, quando consideram sua publicação “o verdadeiro eco da classe militar”<sup>126</sup>, o “órgão dos sentimentos da classe nobre e sofredora”<sup>127</sup>, um órgão cuja “missão é árdua, porém justa”<sup>128</sup> e “que acompanhe os movimentos e alterações que for mister lembrar”.<sup>129</sup> De forma similar, se comportam os redatores de *O Militar* (1854), ao se referirem sobre o periódico como o “único campeão na imprensa da nobre classe, defensora dos direitos e dignidade da nação”<sup>130</sup>, também descrito “como órgão sincero da nobre Classe do mesmo nome”<sup>131</sup>, e como “único órgão que pugna pela dignidade da classe militar”.<sup>132</sup>

Também os redatores do *Indicador Militar* acreditavam que o periódico representava os legítimos interesses de uma classe “tão digna de respeito e consideração pela completa abnegação que faz do mais precioso direito do homem – a liberdade”.<sup>133</sup> Em 1881, os redatores de *O Soldado* se definiam como os representantes da opinião militar.<sup>134</sup>

---

<sup>126</sup> *O Militar Brioso*, ano I, n. 15, de 19 de junho de 1855, p. 4.

<sup>127</sup> *O Militar Brioso*, ano I, n. 2, de 7 de março de 1855, p. 1.

<sup>128</sup> *O Militar Brioso*, ano I, n. 1, de 28 de fevereiro de 1855, p. 4.

<sup>129</sup> *O Militar Brioso*, ano I, n. 1, de 28 de fevereiro de 1855, p. 4.

<sup>130</sup> *O Militar*, ano I, n. 11, de 12 de janeiro de 1855, p. 6.

<sup>131</sup> *O Militar*, ano I, n. 13, de 13 de fevereiro de 1855, p. 3.

<sup>132</sup> *O Militar*, ano II, n. 69, de 29 de dezembro de 1860, p. 4.

<sup>133</sup> *Indicador Militar*, ano I, n. 8, de 16 de abril de 1862, p. 121.

<sup>134</sup> *O Soldado*, ano I, n. 3, de terça-feira 22 de março de 1881, p. 1.

Em relação à imprensa, era comum os redatores utilizarem expressões do *métier* militar para designar sua posição: sentinela, trincheira, luta, alvo e combate eram expressões regularmente utilizadas para denominar sua função na imprensa. Tais expressões tinham duplo sentido: informavam o *lugar* de fala dos redatores, e demonstravam, também, de que forma a imprensa era compreendida pelos redatores.

Em 1862, por exemplo, o *Indicador Militar* torna-se um espaço de franqueza e sinceridade, local de embates e combates em prol dos interesses militares. É assim que alguns articulistas entendem o espaço possibilitado pelo *Indicador*, na imprensa. Alguns articulistas entendem a escrita do artigo como uma forma de protesto, como uma forma de fazer ver ao poder imperial que seus cidadãos não estão fazendo a crítica pela crítica – mas que criticam e oferecem soluções esperando atenção. Exemplo desta afirmação são as assertivas constantes de alguns oficiais, pinçadas em meio aos textos sobre assuntos estritamente militares:

Permita-nos portanto que **também digamos com franqueza** o que pensamos a respeito das causas que tem havido para a decadência de nossa artilharia e que para o diante ousemos lembrar o que cumpre fazer para que ela tenha a consideração e importância precisa [grifos do autor].<sup>135</sup>

(...) queiram fazer nossos camaradas de arma, de **um protesto antecipado** que fazemos, para que, como previmos, quando um dia a dura necessidade obrigue os poderes do estado a volver para nós os olhos reclamando nossos serviços, não se estranhe a nossa imperícia e fraqueza (...) [grifos do autor].<sup>136</sup>

E se (...) ousamos aparecer na liça da publicidade, é para **ecoar o grito de alerta** nos arraiais silenciosos da mocidade esperançosa [grifos do autor].<sup>137</sup>

(...) que devemos àqueles que se dignaram convidar-nos a prestar esse fraco contingente **à folha que tem por fim tornar patentes as necessidades do Exército brasileiro**, a que nos desvanecemos de pertencer [grifos do autor].<sup>138</sup>

<sup>135</sup> *Indicador Militar*, ano I, n. 9, de 1º de maio de 1862, p. 150.

<sup>136</sup> *Indicador Militar*, ano I, n. 15, de 1º de agosto de 1862, p. 277.

<sup>137</sup> *Indicador Militar*, ano I, n. 14, de 16 de julho de 1862, p. 262.

<sup>138</sup> *Indicador Militar*, ano I, n. 20, de 16 de outubro de 1862, p.378.

A participação na imprensa, portanto, é um protesto antecipado, é um grito de alerta, um direito e um cuidado para com as candentes questões militares que, precisam ser resolvidas, na opinião dos redatores. A imprensa é, assim, vista pelos militares como uma arena de discussão aberta aos debates, e a participação de militares nesta arena é vista como um direito necessário.

A importância atribuída à imprensa aqui é uma característica do Oitocentos: a imprensa se configura como um espaço realmente público, que pode se dedicar a qualquer tipo de questão, desde os interesses de classes específicas da sociedade, até o bem comum.

O quadro abaixo sintetiza os periódicos levantados até o momento, em nossa pesquisa, e que possuem relação com grupos militares:

*Quadro 3: Periódicos identificados na segunda fase da imprensa periódica militar (1851-1899).*

<b>Título</b>	<b>Período</b>	<b>Tipografia</b>	<b>Cidade de Publicação</b>	<b>1ª Edição</b>
Revista Marítima Brasileira	1851 - 1855	Tipografia de Nicolau Lobo Vianna, Rua D'Ajuda, 57.	Rio de Janeiro	1º de março de 1855.
O Brazil Marítimo	1854 - 1859	Tipografia do Jornal da Bahia	Bahia	1º de dezembro de 1853
O Militar	1854 - 1855	Tipografia de Silva Lima, Rua São José No. 8; A partir do número 14, na Tipografia Americana de José Soares de Pinho, na rua da Alfandega, n. 210.	Rio de Janeiro	14 de julho de 1854
O Militar Brioso	1855	Tipografia de Silva Lima, Rua São José No. 8.	Rio de Janeiro	28 de fevereiro de 1855

O Militar	1859-1863	Tipografia Americana, de José Soares de Pinho, rua da Alfandega, 197.	Rio de Janeiro	Janeiro de 1859.
Annaes Marítimos	1861	Tipografia de Nicolau Lobo Vianna, Rua D'Ajuda 79	Rio de Janeiro	14 de maio de 1861.
O Indicador Militar	1862 – 1863	Tipografia de Nicolau Lobo Vianna e Filhos, Rua D'Ajuda 79	Rio de Janeiro	1º de janeiro de 1862
O Voluntário	1865	Tipografia de Jequitinhonha	Diamantina-MG	Janeiro de 1865
O Soldado e o Marinheiro	1869	Tipografia J.A dos S. Cardoso, Rua Gonçalves Dias, 60.	Rio de Janeiro	9 de outubro de 1869
Gazeta Naval	1877	Imprensa Industrial Rua Nova do Ouvidor, 20	Rio de Janeiro	1º de dezembro de 1877
Echo Militar	1878 - 1879	Tipografia da Província, Rua do Imperador	Manaus - AM	?
Revista Militar Brasileira	1879 - ?	?	Rio de Janeiro	?
Alvorada Órgão Consagrado aos interesses militares	1878 - 1879	Tipografia do Comercial	Rio Grande - RS	?
O Soldado	1881	Tipografia de A. dos Santos, na Rua 7 de Setembro, n. 56 até número 28, depois na Tipografia da Rua de São José, 47.	Rio de Janeiro	Março de 1881
Revista Marítima Brasileira	1881 - 1889	Lombaerts e C. Editores, Rua dos Ourives, 7.	Rio de Janeiro	Julho de 1881
Gazeta Militar (Bahia)	1881 - ?	?	Bahia	Setembro de 1881

O Marinheiro	1881	Tipografia Literária, 131	Rio de Janeiro	Dezembro de 1881
Tribuna Militar	1881 - 1882	Tipografia da Tribuna Militar, Rua 7 de Setembro 56.	Rio de Janeiro	Julho 1881
Revista do Exército Brasileiro	1882 - 1889	Tipografia da Revista do Exército Brasileiro, rua da Alfandega 268.	Rio de Janeiro	Janeiro de 1882
Escola Militar, Revista do Club Acadêmico	1881 - 1883	Tipografia Literária, Rua 7 de Setembro 131	Rio de Janeiro	Julho de 1881
O Nihilista: Órgão do Exército, da Marinha e dos trabalhadores.	1880 - 1883	?	Rio de Janeiro	?
Echo da Marinha	1888	Tipografia Rua da Imperatriz	Paranaguá - PR	Março de 1888
O Echo Militar: órgão do Collegio Militar.	1891	?	Rio de Janeiro	
Revista Primeiro de Maio – Escola Militar do Ceará	1891	Tipografia Universal – Cunha, Ferro e Cia.	Ceará	Junho de 1891
O Soldado: revista militar, científica e litteraria. / da Escola Militar	1894	?	Rio de Janeiro	?
O Brazil Militar	1895 - 1896	?	Rio de Janeiro	1º de setembro de 1895
A época, revista militar, científica e litteraria	1895	?	Belém	16 de junho de 1895
A Palavra: revista militar e litteraria luz e união.	1895	?	Para	15 de setembro de 1895

FONTE: A autora.<sup>139</sup>

<sup>139</sup> Alguns destes periódicos já foram levantados em pesquisa por Miguel Arias Neto e apresentados em tabela similar In: ARIAS NETO, José Miguel. Imprensa Militar no século XIX: um balanço preliminar. *Revista Navigator*, v. 9, p. 55-64, 2013.



Através da tabela, podemos traçar algumas linhas gerais sobre a segunda fase da imprensa periódica militar. Foram levantados aqui 28 periódicos. Este número não é único: trata-se somente dos periódicos identificados até este momento, em nossa pesquisa. Logo, é possível compreender que os periódicos não são escassos neste período, e constituem um padrão durante o segundo Império. A imprensa periódica militar obedece, assim, a um padrão de existência, configurando-se como um espaço único de discussão, e também como importante campo de pesquisa. Não temos informações exatas sobre todos os periódicos, e aqueles em que as informações são escassas ou inexistentes estão simbolizados por “?”, em um dos campos.

Destes periódicos, podemos extrair uma informação valiosa quanto a sua localização geográfica: 67% dos periódicos foram lançados e escritos no Rio de Janeiro. Por outro lado, 32% dos periódicos foram impressos em outras províncias, sobretudo as províncias do norte. Do total, 6 periódicos foram publicados nestas províncias, que hoje se dividem na região Norte e Nordeste.

O Rio de Janeiro, assim como na primeira fase, desponta novamente como localização privilegiada para o desenvolvimento da imprensa militar. As razões já foram exploradas anteriormente, destacando-se a relação da cidade com o espaço público e com a sociedade imperial. A Corte possuía também um ambiente cultural proporcionado pelo grande número de tipografias localizadas na cidade, estimulando este tipo de produção. Outro dado interessante: a maior parte dos periódicos publicados situa-se entre 1880 e 1899, com destaque para a década de 1880, que concentra cerca de 8 publicações. A alta porcentagem de periódicos neste período não deve ser estranha ao pesquisador: relaciona-se com o conturbado contexto de ocaso do Império e nascimento da República.

Parece claro que a quantidade de publicações obedecesse também à variedade de grupos dentro da instituição militar. É evidente que existiam diversos grupos dentro da instituição, com interesses diferentes e visões de mundo diferentes. Embora os grupos tivessem aproximações em determinados assuntos, certos fatos demonstravam a clara diferença existente entre eles.

Em 13 de janeiro de 1883, Floriano Peixoto foi promovido ao posto de general. O jornal *O Nihilista* criticou esta decisão, acusando Peixoto de utilizar de personalismo

para alçar o cargo. O evento culminou em crise, só resolvida em fins de fevereiro de 1883, com a reforma de um oficial que se revoltou com o caso.<sup>140</sup> Sobre *O Nihilista*, Schulz acredita que era escrito por algum grupo radical dentro da instituição militar. Seu desaparecimento, em 1883, coincide com a remoção de um oficial militar, Carlos Affonso, da Comissão de Melhoramentos, por conta de desafetos pessoais com o Conde D'Eu. Também a *Tribuna Militar*, por exemplo, publicou em muitas edições uma série de críticas à nomeação de Ernesto da Cunha Mattos para a Comissão Telegráfica, no sul do país. Muito antes do discurso de Simplício Rezende que acusou Cunha Mattos de ser um informante dos paraguaios enquanto preso, noticiava já a *Tribuna* esta informação.<sup>141</sup> Embora os periódicos se colocassem como representantes da classe militar, eram bastante críticos em relação aos seus membros, sobretudo quando questões políticas permeavam os debates.

A variedade de grupos estava possivelmente relacionada também aos grupos políticos, divididos, genericamente, entre liberais e conservadores, mas cuja diferenciação ultrapassava muito mais o mero substantivo político. A quantidade de ministros da guerra que esteve à frente do Ministério entre os anos de 1870 e 1883 demonstra como a permanência em cargos políticos dependia de ligações e favores pessoais.<sup>142</sup> É significativo também como a transferência de oficiais da Capital para o interior e vice-e-versa podia refletir, na maioria das vezes, desentendimentos políticos ou de mudanças no cenário político.

Entre os anos de 1850 e 1860, surgem personagens interessantes, e que merecem algum comentário nesta análise: as tipografias. Na tabela apresentada, duas tipografias se repetem, sugerindo espaços de sociabilidade de militares. Em 1855, a Tipografia de Silva Lima era responsável pela edição de *O Militar* e *O Militar Briosso*. A tipografia de Nicolau Lobo Vianna foi responsável pelos periódicos *Revista Marítima Brasileira*, *Anais Marítimos* e o *Indicador Militar*, entre os anos de 1850 e 1860. Importante assinalar que, já nos anos 1830, a tipografia de Lobo Vianna era

---

<sup>140</sup> SCHULZ, op. cit., p. 96 e 97.

<sup>141</sup> "Só no Brasil, um ex-major Cunha Mattos, que entregou uma fortificação artilhada e protegida que comandava, que foi o único prisioneiro de guerra a libertar-se enquanto seus companheiros morriam, que já andou ameaçando o governo com documentos do *arquivo de seu pai*; que tirou o seu curso com péssimas habilitações, e que faz obras de engenharia como o quartel de Santa'Anna; só no Brasil tão famigerado oficial podia alcançar uma promoção por merecimento e a direção de mais importante comissão de engenharia militar do país". *Tribuna Militar*, ano I, edição n. 10, de 4 de agosto de 1881, p. 3.

<sup>142</sup> Entre 1870 e 1883 foram 14 ministros da Guerra. Alguns perduraram apenas por meses.

responsável pela impressão do periódico *O Soldado Aflicto*. Nicolau Lobo Vianna adquiriu as prensas tipográficas por volta de 1830, e deu continuidade à publicação do *Diário do Rio de Janeiro*, que havia sido fundado em 1821. A tipografia tornou-se uma das mais importantes da Corte, tanto pela impressão do *Diário* quanto pela impressão de livros e periódicos. Em 1850, a viúva de Lobo Vianna vendeu o *Diário*, mas a tipografia permaneceu, e acabou sendo administrada pelos filhos. Durante a década de 1850, esta era uma das tipografias mais importantes do Rio de Janeiro.<sup>143</sup>

Também se repete a tipografia de *O Soldado* (1881) e da *Tribuna Militar* (1881). Quando *O Soldado* já acumulava cerca de 24 edições, a mesma tipografia passa a publicar a *Tribuna Militar*, inclusive com a mesma diagramação de *O Soldado*. As tipografias passam a unir não apenas militares em seu interior, mas também administradores e tipógrafos interessados nos possíveis lucros que uma associação poderia conceder.

A repetição destas duas tipografias sugere ao pesquisador a existência de redes de contato entre os militares interessados em participar das discussões na imprensa. No caso da tipografia de Lima Silva, que foi usada de forma concomitante para a publicação de dois periódicos, é possível que os redatores de ambos tivessem se conhecido, ou mesmo que fossem amigos; é possível que o redator de *O Militar Briosso* tenha recorrido a mesma tipografia para poder se aproximar das redes de contato possibilitadas por militares já inseridos na imprensa. A tipografia de Lobo Vianna poderia permitir, igualmente, um acesso ao contexto da imprensa aos redatores militares.

A imprensa periódica militar estimulou ainda a publicação de livros pela oficialidade do Exército. Em 1863, o capitão Antônio José do Amaral publicou o *Indicador da Legislação Militar*, uma compilação de leis, decretos e portarias referentes a organização da instituição militar, influenciado pelo sucesso de seus escritos nas páginas do *Indicador Militar*. Também através do *Indicador*, outro militar dá publicidade aos seus escritos: Conrado Maria da Silva Bittencourt, que escreveu um livro sobre a artilharia a cavalo, em 1863. Em 1881, depois de uma série de artigos publicados na *Tribuna Militar*, o Capitão Wenceslau Freire de Carvalho resolveu publicar uma obra intitulada *Noções da arte militar* – a tradução de um original em

---

<sup>143</sup> HALLEWELL, op. cit., p. 123.

francês. Ainda em 1881, João Carlos Lobo Botelho, capitão da arma de artilharia, publicava *Nosso estado militar – ligeiros reparos*, sendo noticiado também pela *Tribuna*. No início da década de 1880, o Tenente Joaquim Alves da Costa Mattos publicava dois livros de temática militar, intitulados *o Nosso Estado Militar* e *o Curso de Arte Militar*, sendo este último uma tradução do francês, escrita pelo General Idelphonse Favé.

A imprensa periódica aglutina, portanto, militares interessados em desenvolver o *métier*, além de possibilitar canais próprios de comunicação e sociabilidade entre os militares, durante todo o período de sua existência. Os periódicos tornam-se espaços de divulgação e discussão das obras escritas e publicadas pelos militares. Não é coincidência, portanto, que em 1882 o ministro da Guerra, Franklin Dória, expediu um decreto criando a Biblioteca do Exército.

Em 1851, é lançado o primeiro periódico militar da segunda fase: *A Revista Marítima Brasileira*. Configura-se como a primeira publicação de longa duração de uma instituição militar, na segunda metade do século XIX. A revista era dividida em duas partes: uma parte denominada oficial e uma parte sob o título de *Revista*, que individualizava a forma de apresentação dos conteúdos. O redator principal na primeira fase da *Revista Marítima Brasileira* foi Sabino Eloy Pessoa, que em 1862 irá integrar o corpo de articulistas do *Indicador Militar*, e será o bibliotecário responsável pelo lançamento do catálogo da Biblioteca da Marinha, em 1879.<sup>144</sup>

A imprensa periódica militar da segunda fase busca, portanto, se aproximar de uma tendência internacional de aprimoramento militar. Embora a maioria dos periódicos acabe não emulando completamente os congêneres estrangeiros, existe, ainda assim, uma tentativa, por parte de alguns redatores, em constituir um pensamento militar genuinamente brasileiro. A segunda fase é, portanto, polissêmica e rica em significados.

No início deste capítulo expusemos algumas hipóteses para a existência da imprensa periódica militar no Brasil oitocentista. Daremos prosseguimento à

---

<sup>144</sup> ARIAS NETO, José Miguel. Imprensa Militar nos Oitocentos: A Revista Marítima Brasileira 1851-1855. In: *Anais 9º Encontro Nacional de História da Mídia: História da Comunicação ou História da Mídia Fronteiras Conceituais e Diferenças*, 2013. Disponível em <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/9o-encontro-2013/artigos/gt-historia-da-midia-imprensa/imprensa-militar-nos-oitocentos-a-revista-maritima-brasileira-1851-1855> Acesso em 25/05/2014.

exploração destas hipóteses nos capítulos seguintes, apresentando os periódicos que foram escolhidos para análise neste trabalho.

Portanto, esta pesquisa irá se dedicar à análise de alguns periódicos publicados durante a segunda fase da imprensa militar: *O Militar*, publicado em 1854, e com duração até 1863; *O Militar Briosso* publicado durante o ano de 1855; *O Indicador Militar* de 1862; *O Soldado e o Marinheiro* de 1869; *O Echo Militar* de 1878; a *Alvorada* de 1879; *O Soldado* de 1881; e a *Tribuna Militar*, também de 1881. Todos estes periódicos possuem maior periodicidade e maior circulação. Estes periódicos, caracterizados como segunda fase da imprensa militar, são o objeto central desta pesquisa, e serão apresentados no capítulo seguinte.

## CAPÍTULO 2

### A CONSOLIDAÇÃO DA IMPRENSA PERIÓDICA MILITAR

*Não é no começo d'uma nação, não é quando todos seus elementos organizadores ainda estão em desordem, não é quando mesmo essa nação ainda luta por um lugar entre as outras nações, que devemos tirar-lhe a força que a faça respeitar, a força que presida à sua concreção, a potência neutral que mantenha em equilíbrio aqueles elementos organizadores; e quando pelo seu progresso a nossa Nação tenha atingido a posição de primeira ordem que deve ocupar entre as outras, essa força ainda mais necessária lhe será para conservar seu posto na vanguarda das nações cultas.*

Alvorada, 1º de março de 1879, n. 5, p. 4.

Durante o século XIX, as forças armadas eram vistas como a principal instituição estatal, responsável pela soberania e pela manutenção de uma ordem interna e também externa. Eram ainda sinônimo de progresso científico e tecnológico. Os países-modelo europeus, como França e Alemanha, sintetizavam o ideal a perseguir: mantinham numerosas forças armadas, possuíam um sistema organizado de acesso à carreira, e cultivavam tradições centradas na honra e nos nascentes nacionalismos.

Além disso, as forças armadas europeias sintetizavam o conhecimento científico através da publicação constante de livros, jornais e revistas. A imprensa periódica militar era sinônimo de pleno desenvolvimento das forças armadas, resultado de um constante processo de aprimoramento e de profissionalismo militar.

Neste contexto, quais eram os periódicos militares existentes no Brasil, na segunda fase da imprensa militar? Quem eram seus redatores? Como afirmamos no capítulo anterior, a década de 1850 foi um período profícuo para a consolidação da imprensa periódica militar. É a partir deste período que novas características são agregadas a esta imprensa: os periódicos possuem uma longa periodicidade, muitas vezes seus redatores estão identificados, os textos procuram se afastar da discussão política, aproximando-se da tendência europeia de periódicos militares. Registra-se aqui o início de nova fase da imprensa militar, resultado de três processos distintos que se encontraram em desenvolvimento: a estabilidade política que acompanhou a reestruturação do Estado sob a égide conservadora e que consolidou um período longo de paz interna, as reformas efetuadas no âmbito militar, que permitiram o desenvolvimento de um maior grau de profissionalismo, e o discurso científico ilustrado do período. Estes processos influenciaram e marcaram o desenvolvimento da segunda fase da imprensa militar.

A década de 1850 marca a estabilização política do império brasileiro, além da consolidação do café como principal produto de exportação do país. Consolida, ainda, uma elite política letrada ligada à terra e à agricultura escravista. Para Mattos:

Os anos cinquenta não se teriam distinguido apenas pela estabilidade política, simbolizada pela Conciliação; assinalam-nos também a extinção do tráfico negreiro intercontinental, as bem sucedidas intervenções militares na área platina, a liquidação da onerosa herança ibérica dos limites; e ainda mais, a regularização das comunicações por vapor com a Europa, ao lado dos inúmeros empreendimentos que demonstravam o avanço do “progresso” e as conquistas da “civilização” – como a construção das vias férreas e os melhoramentos urbanos, aos quais o nome de Mauá quase sempre aparece associado.<sup>145</sup>

---

<sup>145</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São. Paulo: Hucitec, 2004, p. 24.

Os termos “civilização”, “utilidades”, “luzes”, “razão” e “progresso” são comumente empregados nos discursos veiculados pela imprensa e pela própria elite letrada do país. O Brasil está inserido no mundo moderno, inserção sintetizada pela adoção de um regime constitucional, pelo respeito à ordem e às leis, e também pela existência de instituições nacionais. No entanto, as concepções de progresso e civilização copiadas da Europa deveriam ser reelaboradas no Brasil, adequando-se às realidades nacionais. Basta lembrar que, mesmo com a extinção do tráfico negreiro em 1850, o Brasil continuava a ser um país escravista. Concomitante a este processo, estava o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro esforçando-se para a criação de um discurso nacional.

Neste, capítulo iremos apresentar os periódicos selecionados para esta pesquisa, buscando inseri-los no contexto da imprensa periódica militar, apresentando suas principais características e seus redatores, quando estes podem ser identificados. Apresentaremos, portanto, os seguintes periódicos: *O Militar* (1854-1863), *O Militar Brioso* (1854), *O Indicador Militar* (1862), *O Soldado e o Marinheiro* (1869), *O Echo Militar* (1878), a *Alvorada* (1879), *O Soldado* (1881) e a *Tribuna Militar* (1881-1882).

## **2.1 A Consolidação e os anos 1850**

*O Militar* não se configura como a primeira publicação de oficiais das forças armadas, neste período, mas é, possivelmente, a primeira publicação de longa duração de oficiais do Exército brasileiro, tendo perdurado por um ano e acumulado 23 edições, até julho de 1855. Existiu em um período profícuo da imprensa militar, e de forma concomitante a outros periódicos: *A Revista Marítima* (1851-1854), o *Brasil Marítimo* (1854-1859) e *O Militar Brioso* (1855). Os aspectos gerais de *O Militar* já



foram discutidos pela historiografia, e, por isso, não iremos nos deter muito em suas características gerais.<sup>146</sup> Mas é necessário esclarecermos sua periodicidade.

Embora a historiografia corrente dedique duas versões à cronologia desta publicação, sugerimos uma nova versão. John Schulz entende que *O Militar* foi uma publicação que teve dois momentos distintos, marcados por crises, no interior da Escola Militar.<sup>147</sup> Schulz separa, portanto, dois períodos: 1854-1855 e 1860-1861. No primeiro momento, o autor ressalta que a publicação surgiu com o intuito de fazer pressão contra o projeto de lei apresentado na Assembleia em relação ao casamento militar. No segundo momento, já na década de 1860, Schulz entende que a publicação reaparece por conta de nova crise na Escola Militar, voltada, desta vez, ao tratamento dado pelos professores aos alunos.<sup>148</sup> Por outro lado, Adriana Barreto de Souza entende que *O Militar* teve uma circulação restrita, e durou apenas um ano, de julho de 1854 a julho de 1855.

É possível que tenha existido aqui uma pequena confusão, fruto do processo próprio de arquivamento da Biblioteca Nacional. Na hemeroteca desta instituição existe somente uma entrada para a publicação *O Militar* nos anos de 1850, com datas diferentes, sugerindo que seja o mesmo periódico. As edições foram arquivadas em intervalos de tempo: de 1854 a 1855, com 23 edições; e de 1860 a 1861 com 4 edições, como se o período de 1860 fosse uma continuação do periódico anterior.

John Schulz considerou que fosse a mesma publicação, em fases diferentes. Logo, é provável que o autor tenha incorrido em erro, dada a catalogação da própria Biblioteca Nacional. Assim, é possível considerarmos como duas publicações diferentes, embora incorressem no mesmo título – *O Militar* – e tivessem a mesma tipografia das últimas edições do primeiro período. Em termos de organização e quantificação da segunda fase da imprensa periódica militar, consideraremos *O Militar* como duas publicações diferentes e publicadas em períodos diferentes. Assim, as 4 edições arquivadas na hemeroteca da Biblioteca Nacional são de uma publicação

---

<sup>146</sup> O periódico foi trabalhado por SCHULZ, John. *O Exército na Política. Origens da Intervenção Militar (1850-1894)*. São Paulo. EDUSP, 1994. Também por SOUZA, Adriana Barreto. *O Exército na Consolidação do Império*. Um estudo histórico sobre a política militar conservadora. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999. E, ainda, por LIMA, Ana Paula Almeida. *Engenheiros fardados no império: A modernidade no pensamento dos egressos da escola militar*. Tese de doutorado apresentada no Programa de Pós-Graduação da PUCRS. Porto Alegre, 2013.

<sup>147</sup> SCHULZ, op. cit., p. 38.

<sup>148</sup> SCHULZ, op. cit., p. 49.

diferente, cuja aparição na imprensa deve ter ocorrido por volta de dezembro de 1858 ou janeiro de 1859.

Algumas pistas levam a essa conclusão, embora tanto no Arquivo Nacional (RJ) quanto na Biblioteca Nacional (RJ) exista um claro na documentação relacionada ao periódico *O Militar*. Enquanto a Biblioteca Nacional arquivou os dois períodos como sendo o mesmo periódico, o Arquivo Nacional só possui cópias do primeiro *O Militar*, do período de 1854-1855.

É na obra de Godin da Fonseca que encontramos a primeira pista da existência de dois periódicos diferentes, porém com o mesmo título. Neste livro, sobre a imprensa periódica no Rio de Janeiro, Fonseca indica a existência de *O Militar* no ano de 1854. Embora o autor coloque entre parênteses a informação de que o periódico durou até 1855, não retoma sua existência quando faz o levantamento dos periódicos lançados no ano de 1860.<sup>149</sup> Por outro lado, o *Correio Mercantil* em 21 de janeiro de 1860 informa a publicação da edição de n. 24 com os seguintes artigos: “O aviso de 9 de janeiro”, “oficiais desempregados” e “brinde”.<sup>150</sup> O mesmo periódico *Correio Mercantil* do Rio de Janeiro informa, em edição de 18 de abril de 1860 o lançamento do número 32 de *O Militar*, com o seguinte índice de artigos publicados: “O aviso de 9 de janeiro”, “Necessidade do jornal militar”, “demissão do tenente Palha”, “Perdões” e “Correspondência Particular do Militar”.<sup>151</sup> Esta edição não consta dos Arquivos da Biblioteca Nacional, cuja numeração, para o ano de 1860, inicia na edição de número 68, de 22 de dezembro de 1860.

O período de 1860 é considerado pelos editores de *O Militar* como ano II da publicação. Logo, podemos inferir que a publicação tenha se iniciado entre dezembro de 1858 e janeiro de 1859. Não é impossível afirmarmos que se trata da mesma publicação do período de 1854-1855: embora guarde o mesmo título e as mesmas características tipográficas – justificadas pelo uso da mesma tipografia, não é possível identificarmos como sendo a mesma publicação. Logo, para efeitos de quantificação da imprensa periódica militar, consideramos *O Militar* como sendo dois periódicos distintos: um, publicado entre 1854 e 1855, cujo término da publicação pode estar relacionado com a transferência para a Bahia do redator de *O Militar Brioso*,

---

<sup>149</sup> FONSECA, Gondin da. *Biografia do jornalismo carioca 1808-1908*. Rio de Janeiro: Quaresma, 1941, p. 323 e 331.

<sup>150</sup> *Correio Mercantil, Instrutivo, Político e Universal*, edição n. 21 de 21 de janeiro de 1860, p. 3.

<sup>151</sup> *Correio Mercantil, Instrutivo, Político e Universal*, edição n. 107, de 18 de abril de 1860, p. 3.

ocorrida em julho de 1855; e outro, cuja publicação se inicia entre dezembro de 1858 e janeiro de 1859, tendo perdurado até pelo menos, 1863.

Novas pistas são trazidas pela imprensa do Rio de Janeiro. Em maio de 1863, o capitão Antônio José do Amaral consegue publicar, pelas prensas do *Diário do Rio de Janeiro*, sua obra intitulada *Indicador da Legislação Militar*, um compêndio de leis, decretos e avisos ministeriais para o Exército. O *Diário do Rio de Janeiro*, além de informar a publicação, reproduz também trechos do *Indicador Militar* e de *O Militar*, que saúdam a publicação e as boas intenções do autor.<sup>152</sup> Ainda o *Diário do Rio de Janeiro* informa também a publicação do n. 123 de *O Militar*, com os seguintes artigos: “o diretor do arsenal de guerra da Corte”, “batalhão de artilheira da guarda nacional da Corte”, “cale-se o exército, falem as petas”, “publicação a pedido”.<sup>153</sup>

Por último, encontramos referência ao periódico *O Militar* no *Dicionário Bibliográfico Português*, de 1867. Na página 194, o autor se refere ao número 139 de *O Militar*, referido ao ano de 1863.<sup>154</sup> Na pesquisa efetuada na Biblioteca Nacional, não existe referência, além do periódico maranhense, outro intitulado *O Militar*. Logo, durante a quantificação da existência da imprensa periódica militar durante o XIX, localizamos quatro periódicos com o mesmo título: *O Militar*, localizado por Hendrik Kraay e publicado em Salvador, a partir de 1833; *O Militar*, publicado no Maranhão em 1839; *O Militar*, publicado no Rio de Janeiro entre 1854 e 1855; e, novamente, *O Militar*, publicado no Rio de Janeiro entre 1858/1859 até 1863, pelo menos.

A ocorrência de títulos repetidos não deve causar surpresa ao pesquisador: basta lembrarmos como, muitas vezes, tanto o título quanto o subtítulo do periódico identificavam o lugar de fala dos redatores. Tanto na primeira fase quanto na segunda fase da imprensa periódica militar aqui identificada, é possível percebermos esse padrão em relação aos títulos dos periódicos: em geral, as palavras utilizadas tinham relação direta com o objetivo último do periódico: consagrar-se como impresso voltado – e escrito – exclusivamente para militares. Importante ressaltar ainda que, em todas as edições existentes na Biblioteca Nacional, não existe registro de publicidade nas revistas, logo, toda a sua receita dependia dos assinantes.

<sup>152</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, edição n. 126, de 9 de maio de 1863, p. 2.

<sup>153</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, edição n. 68, de 10 de março de 1863, p.1.

<sup>154</sup> SILVA, Inocencio Francisco. *Dicionário Bibliográfico Português*. Estudos de Inocencio Francisco da Silva aplicáveis a Portugal e ao Brasil. Tomo oitavo. Lisboa: Imprensa Nacional, 1867, p. 194.

*O Militar* foi lançado em 14 de julho de 1854. Publicava-se duas vezes por mês, e era vendido na Tipografia de Silva Lima, na cidade do Rio de Janeiro. Não existem, na capa, informações sobre os editores. O periódico aceitava publicar artigos de forma gratuita, desde que centrados no programa do jornal. A redação não se responsabilizava pelas publicações nem pelas doutrinas nela contidas. O tipógrafo é o mesmo do *Militar Briosso*, publicação que surge alguns meses depois, no início do ano de 1855, sendo concomitante com a existência de *O Militar*.

Para os redatores do periódico, a imprensa foi escolhida como forma de propagar ideias porque é uma “alavanca dos direitos, sem exceção alguma de todos os indivíduos, como de todas as sociedades; em todos os tempos, como em todos os países”.<sup>155</sup> A publicação de um periódico era justificada, portanto, por existir no meio militar um pequeno movimento de indignação que “obriga-nos a esquecer quão pouco cabedal possuímos para entrarmos na arena da imprensa com o único fim de pugnarmos pela nossa causa, pela justiça a que temos direito, pelos benefícios que de razão competem à Classe Militar”.<sup>156</sup>

Quem eram os redatores de *O Militar*? Com persistência, pesquisamos em alguns jornais periódicos do Rio de Janeiro em busca desta valiosa informação. John Schulz sugeriu que fossem jovens militares, alunos da Escola Militar. Para Schulz, é significativa a existência de *O Militar*. Onze dos quarenta militares que se tornaram generais na República, estudaram no Rio de Janeiro, no mesmo período da crise na Academia Militar. Entre eles estavam Benjamin Constant, Floriano Peixoto e Sólton Ribeiro que estiveram na Escola Militar no período de 1860-61, na segunda fase de *O Militar*. Para Schulz, “embora não seja possível determinar quais desses homens participaram da publicação ou da agitação política, é bastante provável que esses futuros generais tenham sido profundamente afetados pelas duas crises na Academia Militar”.<sup>157</sup> Para Adriana Souza, os elementos presentes na análise da revista corroboram esta visão, de que fossem os redatores alunos da Escola Militar.<sup>158</sup> Também Ana Paula Lima se dedica a esta questão, ressaltando que a identificação dos redatores como alunos da Escola Militar permite problematizar o papel da

---

<sup>155</sup> *O Militar*, ano I, edição n. 4, de 26 de agosto de 1854, p. 1.

<sup>156</sup> *O Militar*, ano I, edição n. 5, de 12 de setembro de 1854, p. 7.

<sup>157</sup> SCHULZ, op. cit., p. 39.

<sup>158</sup> SOUZA, op. cit., p. 156.

formação militar propiciada pela Escola no tumultuado ambiente político da década de 1850.<sup>159</sup>

Não iremos pormenorizar demais esta questão, mas é possível inferir que, ao invés de alunos, fossem os redatores lentes ou funcionários da Escola Militar. A intensa pesquisa nos periódicos da segunda fase da imprensa militar demonstra uma clara ligação entre os funcionários da Escola Militar (e posteriormente das escolas regimentais criadas pelo regulamento de 1860) e a publicação de periódicos. Essa ligação pode ser considerada um padrão: ocorre com a redação de *O Militar Briosso* (publicado no mesmo período de *O Militar*), com a redação do *Indicador Militar* (1862), o *Soldado e o Marinheiro* (1869), e com a redação da *Alvorada*, publicado em Rio Grande (RS), em 1878. Se pensarmos os periódicos ligados à Marinha, esse padrão irá ocorrer também na *Revista Marítima Brasileira* (1851). Ou seja, os oficiais que estavam a cargo destas publicações eram ilustrados, e geralmente tinham alguma ligação com a educação militar: ou receberam educação militar formal, ou estavam de alguma forma ligados a Escola Militar, como lentes, repetidores ou funcionários. Sugerimos, portanto, que *O Militar* fosse uma publicação redigida por algum lente da Escola, ou por outro militar qualquer, que tivesse algum dos cursos oferecidos pela Escola. É possível ainda que o periódico fosse redigido por apenas uma pessoa, embora não possamos confirmar esta informação.

Em seu número inicial, os redatores de *O Militar* justificam sua existência:

Nossas palavras não serão embelezadas com a eloquência do retórico, com o fraseado que presta ao talento uma prática de longos anos; mas a santidade de uma causa, o futuro de uma importante Classe da sociedade, não darão às almas nobres valor para compenetrarem-se dos ideais que tem sua força na justiça, sua nobreza na civilização?.<sup>160</sup>

Os redatores entendem que “de há muito que sentimos a necessidade da publicação de uma folha, em que sejam tratadas as questões militares”.<sup>161</sup> Entendem que não basta, para o país continuar no progresso, a sã razão dos povos para constituir-se em grande nação. Um dos motivos para a publicação do periódico é a

<sup>159</sup> LIMA, op. cit., p. 109 e 110.

<sup>160</sup> *O Militar*, ano I, edição n. 1, de 14 de julho de 1854, p. 1.

<sup>161</sup> *O Militar*, ano I, edição n. 1, de 14 de julho de 1854, p. 1.

existência de periódicos similares em outras partes do mundo. Tal fato é importante, pois demonstra a ligação que tinham os militares brasileiros com as últimas tendências europeias. Os redatores finalizam o artigo inicial com uma intensa caracterização de si:

Nossas ideias são muito fixas, nossas convicções muito profundas, nossos caracteres muito independentes (...) fiéis mantenedores da constituição, amigos devotados da monarquia, nunca de nossa pena se ouvirá essa virulência de palavras, que profanando o santuário da imprensa, desacredita o princípio da autoridade”.<sup>162</sup>

As assertivas presentes neste texto inicial são muito importantes, sobretudo naquilo que tange ao sentimento de classe; primeiro, porque o texto percebia diferenciação entre a instituição militar e a instituição governamental, distinguindo os primeiros como importante elemento da sociedade. Necessário ressaltar ainda a reafirmação do ideal monárquico, mantenedor da ordem imperial, pelos redatores. Segundo, porque indica a existência de um *esprit de corps*, isto é, de uma corporatividade comum a todos os profissionais.<sup>163</sup> O *esprit de corps* pode ser entendido como:

A valorização dos aspectos que são comuns ao grupo, seguida da disposição de preservá-los e defende-los, por mais adversas que sejam as circunstâncias. Acrescente-se a isto o processo decisório, baseado na hierarquia, mas com nítida participação grupal verticalizada.<sup>164</sup>

Para os redatores, a publicação do periódico é quase como uma missão, cuja tarefa é delicada, e requer, além de dedicação, amor à profissão: “como Militares, julgamos um dever comunicar aos nossos camaradas todas as ideias em benefício e melhoramento do Exército, embora sejam elas acanhadas”.<sup>165</sup> Na segunda edição os redatores fazem uma profícua e sintética caracterização de sua função: “O que é o

<sup>162</sup> *O Militar*, ano I, edição n. 1, de 14 de julho de 1854, p. 1.

<sup>163</sup> HUNTINGTON, Samuel. *O Soldado e o Estado*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1996, p. 28.

<sup>164</sup> SANTOS, Murilo. *O Caminho da Profissionalização das Forças Armadas*. Rio de Janeiro: Gráfica Editora do Livro, 1991, p. 28.

<sup>165</sup> *O Militar*, ano I, edição n. 2, de 20 de julho de 1854, p. 2.

Militar? É a honra, a fidelidade, o desinteresse”.<sup>166</sup> O quadro abaixo apresenta uma síntese da caracterização efetuada pelos redatores sobre as características de um militar e sua instituição. Tais características serão analisadas de forma mais completa nos próximos capítulos desta tese.

*Quadro 4: Características militares no periódico O Militar (1854/1855).*

<b>Sobre a Classe Militar</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1). O Exército é fiel à nação e as suas instituições;</li> <li>2). Os militares são fiéis mantenedores da constituição e amigos devotados da monarquia;</li> <li>3). Vive no abandono e na orfandade;</li> <li>4). É esquecida de forma criminosa;</li> <li>5). A Classe Militar é a melhor garantia de ordem e integridade da nação;</li> <li>6). A Classe militar está esquecida, abandonada e menoscabada desde 1831;</li> <li>7). A Classe Militar, sobre a qual pesa o mais oneroso serviço, só pode lobrigar no futuro a miséria e o abandono para si e para sua família;</li> </ol>
<b>Sobre o Militar</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1). A única riqueza e o único patrimônio do militar é a honra;</li> <li>2). A franqueza e a sinceridade são características inerentes à nobreza de caráter do militar;</li> <li>3). O militar é a honra, a fidelidade, o desinteresse;</li> <li>4). É obediente;</li> <li>5). Despreza a riqueza material;</li> <li>6). O Militar é o verdadeiro amigo de sua pátria, é o melhor de seus filhos é um mártir pronto sempre para ir ao sacrifício;</li> <li>7). É mal pago, mal vestido, mal nutrido e por fim esbordado, em contraposição ao juramento de verter seu sangue em prol das instituições fundamentais do país;</li> <li>8). Possui um uniforme que em toda a parte infunde respeito e consideração, mas que no Brasil anda associado a ideia de miséria e aviltamento;</li> </ol>
<b>Sobre o Soldado</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1). O soldado é brioso e honrado;</li> <li>2). O soldado é infeliz sem proteção ou é vagabundo desmoralizado;</li> <li>3). O amor à pátria é a santa e nobre característica do soldado;</li> </ol>
<b>Sobre a Instituição Militar</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1). O Exército e a Armada têm missões altas e especiais; tem deveres nobres e desinteressados;</li> <li>2). É uma corporação que ganha o seu pão a troco de suor, sacrifícios e sangue;</li> <li>3). Tem por missão a defesa da ordem e a manutenção das instituições;</li> </ol>

<sup>166</sup> *O Militar*, ano I, edição n. 2, de 20 de julho de 1854, p. 4.

	4). É um elemento indispensável para a segurança, prosperidade e existência das nações;
--	-----------------------------------------------------------------------------------------

FONTE: A autora (2013).

As informações presentes no quadro oferecem uma rica possibilidade de análise. Através delas, é possível inferir o importante papel cumprido pela imprensa militar, durante este período, configurando-se não apenas como oposição, mas como um espaço público de discussão e divulgação de ideais militares. As características definidas sobre o que é ser militar e como se comporta a instituição militar são fundamentais para a institucionalização do grupo dentro do próprio estado. Mary Douglas demonstra como é fundamental às instituições conferirem identidades próprias para si. A formação de uma identidade tem relação com algumas classificações que são produto de interações sociais. Para a autora “(...) para que o discurso seja possível, as categorias básicas têm de ser acordadas. Só as instituições podem definir a semelhança”.<sup>167</sup> No capítulo seguinte, trataremos de forma mais pormenorizada estas questões. Mas é importante ressaltar que *O Militar* torna-se um importante foco dessa discussão, não observada nos periódicos ligados à primeira fase da imprensa militar, descrita no primeiro capítulo desta pesquisa.

O periódico surge em um contexto político, social e militar único neste período. A década de 1850 é uma década importante para o Brasil. Economicamente, o Império descobriu o valor do café, e conseguiu alcançar a paridade cambial entre a libra esterlina e a moeda brasileira. O país passava por um forte surto de crescimento, impulsionado pelas exportações de café, algodão e, em menor escala, a borracha e o cacau. Em 1849, tomou posse como Ministro da Guerra Manoel Felizardo de Souza e Mello, político e lente da Academia Militar, que ficou no cargo até 1853. Souza e Mello realizou uma profunda reforma na lei de promoções, estabelecendo rigorosos princípios de antiguidade bem como prêmios por instrução, além de ter reformado o ensino militar.

John Schulz, em seu estudo sobre a política militar, refere que os militares, por volta de 1850, já eram de opinião que o Brasil deveria implantar indústrias, estradas de ferro, educação generalizada e abolir a escravatura. Tais ideais eram inspiradas

<sup>167</sup> DOUGLAS, Mary. *Como pensam as instituições*. Porto Alegre: Instituto Piaget, 2012, p. 79.



nas recentes conquistas europeias, sobretudo os modelos econômicos de França e Inglaterra.<sup>168</sup> Estas opiniões, em sua maioria publicadas em *O Militar*, eram fruto da instrução que os militares recebiam na Academia Militar, e do acesso que tinham a informação e ao contexto mundial.

A última edição de *O Militar* do ano de 1855 registrada na Biblioteca Nacional é de 19 de julho de 1855. É em julho que se encerra também outras duas publicações: *O Militar Brioso*, cujo redator acabou transferido do Rio de Janeiro para o interior da Bahia, e a *Revista Marítima Brasileira*. É possível que os redatores de *O Militar* tenham encerrado a publicação por um período, coagidos pela transferência do redator do outro periódico. O serviço militar nas afastadas províncias era visto como castigo, ou mesmo como retaliação do governo imperial, na maioria dos casos. A título de transferência, muitos militares eram mandados para as províncias do norte ou do sul do país, afastadas do burburinho político da Corte no Rio de Janeiro. É uma coincidência interessante que as últimas edições arquivadas de ambos os periódicos sejam do mesmo mês.

Outro periódico surge de forma concomitante com *O Militar*. Também impresso no Rio de Janeiro, e na mesma tipografia de *O Militar*, surge em 28 de fevereiro de 1855 o periódico *O Militar Brioso*. Sua publicação é efêmera e se estende até 3 de julho de 1855. Embora existam sinais de que esta edição não seja a última, ainda não foi possível localizar edições deste periódico em outros arquivos. Portanto, a coleção da Biblioteca Nacional é composta de 16 edições, de 28 de fevereiro de 1855 a 3 de julho de 1855. O *Correio Mercantil*, do Rio de Janeiro, informa, na edição de 8 de março de 1855, o lançamento da edição n. 2 de *O Militar Brioso* e da edição de n. 13 de *O Militar*. É também o *Correio Mercantil* que em edição de 13 de julho de 1856 traz importante informação sobre o periódico *O Militar Brioso*. O jornal informa que o capitão Umbelino Alberto de Campos Limpo foi o redator de *O Militar Brioso*.<sup>169</sup>

---

<sup>168</sup> SCHULZ, op. cit., p. 18.

<sup>169</sup> *Correio Mercantil, Instrutivo, Político e Universal*, de 13 de julho de 1856, p. 2: “Atenção: Acha-se preso na Fortaleza da Lage, segundo nos informam, o Sr. Capitão Umbelino Alberto de Campos Limpo, redator do periódico que existiu na Corte *O Militar Brioso*. Dizem-nos que esta prisão é devida a ter aquele capitão organizado na Bahia uma sociedade para tratar da nacionalização do comercio a retalho. Queremos duvidar de semelhante arbitrariedade. Julgamos que o Sr. Caxias não quererá assim nodar a brilhante administração que tem feito (da *Pátria*)”.

A informação é valiosa, porque *O Militar Brioso* era uma publicação anônima. A maioria dos periódicos deste período é publicada de forma anônima, ou sem informações diretas sobre seus redatores. Umbelino Alberto de Campos Limpo era oficial de 1ª classe do Estado Maior. Sentou praça no Exército em 16 de junho de 1844. Em 25 de março de 1845, foi promovido a Alferes. Entra também para a Academia Militar, tornando-se, após 7 anos de curso, bacharel em matemática. Completou o curso de Engenharia, de acordo com os regulamentos de 1845, e em 1851 ingressou no corpo de Estado Maior de 1ª Classe. Em junho de 1852, foi promovido a 1º tenente, e enviado para o Rio Grande do Sul. Retorna ao Rio de Janeiro pouco depois, e uma edição do *Correio Mercantil* informa que Campos Limpo havia sido preso, por ocasião do período eleitoral – e por ser opositorista, de acordo com o jornal, em 23 de outubro de 1852.<sup>170</sup> Em 1854, uma edição de *O Militar* informa que Campos Limpo foi preso pela segunda vez, e enviado à Fortaleza de Sta. Cruz, por ordem do Visconde do Paraná<sup>171</sup>. Para os redatores de *O Militar*, em 1854, a prisão foi um evento arbitrário:

Mas o fato de sua prisão arbitrária existe, essa prisão tem de ser averbada em suas fés de ofício, e é contra esse arbítrio, contra essa injustiça que nós reclamamos, não só em nome do Exército, mas do País que, nos governos representativos, deve ser informado do que se passa na gerência dos negócios públicos. Os nossos camaradas não sofreram somente a prisão mas ainda foram, um demitido do emprego em que se achava, outros transferidos de Batalhão.<sup>172</sup>

Em 14 de abril de 1855, eleva-se ao posto de Capitão. É neste período que Campos Limpo passa a escrever e publicar *O Militar Brioso*. A publicação, permeada de críticas ao governo imperial e à situação política e econômica brasileira, atrai a atenção dos poderosos da Corte: Campos Limpo é transferido, em julho de 1855, para Sincorá, região afastada da província da Bahia. Sua transferência acaba com a experiência na imprensa. *O Militar Brioso* deixa de ser publicado. Mas Campos Limpo

---

<sup>170</sup> *Correio Mercantil, Instrutivo, Político e Universal*, de 24 de outubro de 1852, p. 1: “Acaba de ser recolhido à fortaleza de Santa Cruz um distinto oficial do Exército, Sr. Umbelino Campos Limpo, unicamente porque relacionado com amigos pertencentes à oposição, com eles comunga nas mesmas ideias. Já não é só um crime os oficiais do exército intervirem nas eleições sendo opositoristas; já também crime o serem amigos dos opositoristas e terem as suas mesmas ideias”.

<sup>171</sup> *O Militar*, ano I, edição n. 5 (suplemento ao Militar N. 5), de 12 de setembro de 1854, p. 8.

<sup>172</sup> *O Militar*, ano I, edição n. 5 (suplemento ao Militar N. 5), de 12 de setembro de 1854, p. 8.

continua sua batalha pessoal, envolvendo-se com a política local. É preso pela terceira vez, e enviado ao Rio de Janeiro em julho de 1856, por estar, supostamente, envolvido na criação de uma sociedade de nacionalização do comércio na Bahia, conforme nos informa o *Correio Mercantil, Instrutivo, Político e Universal*. Inocentado, Campos Limpo permanece no Rio de Janeiro, e entre 1858 e 1859 foi secretário da Escola Central. Em setembro do mesmo ano, pediu exoneração e foi empregado no Arquivo Militar, como engenheiro desenhista.

No início da década de 1860, o oficial envolve-se de forma mais profunda com a política. Em 1861 foi demitido por ordem do Ministro da Guerra.<sup>173</sup> O periódico *A Actualidade* informa que esta foi uma decisão política, por Umbelino ter relação com forças oposicionistas ao governo. De fato, tentava Umbelino entrar para a política. Candidatou-se a deputado para o círculo da Corte pelo Partido Liberal, conforme informações do *Correio Mercantil*.<sup>174</sup> Em junho de 1863, candidata-se novamente, desta vez ao 3º distrito, e é relacionado a liberais históricos. A carreira política parece não deslanchar. Em novembro de 1863 Umbelino é Major Graduado, do corpo de Estado Maior de 1ª classe. Esteve na Guerra do Paraguai como Major, participando dos combates da Batalha de Curuzu, no início do mês de setembro de 1866.<sup>175</sup> Foi Cavaleiro da Ordem de Cristo, por ocasião dos serviços prestados no Paraguai, em março de 1867.

É bastante interessante o fato de Campos Limpo pertencer ao corpo de Estado Maior do Exército. Assim como os engenheiros e artilheiros, o Corpo de Estado Maior era composto por militares que cursavam a Escola Militar. Muitos, como Campos Limpo, eram engenheiros transferidos para o corpo de Estado Maior. Já acentuamos aqui como estes militares eram possuidores de grande cultura intelectual, sendo a Escola Militar percebida como um ambiente profícuo nesse sentido. É importante

---

<sup>173</sup> As informações sobre a carreira de Umbelino Alberto de Campos Limpo foram retiradas de diversas fontes: *Almanak Militar para o ano de 1861*. Organizado na Repartição do Ajudante-General. Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert, 1861. P. 38. Também do *Almanak Administrativo Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro, organizado e redigido por Eduardo Laemmert* dos anos de 1851 a 1856. Os Almanques estão disponíveis neste endereço: <http://www.crl.edu/brazil/almanak>

<sup>174</sup> *Correio Mercantil e instrutivo, político e Universal*, edição n. 13, de 13 de janeiro de 1861, p. 2. *Correio Mercantil e instrutivo, político e Universal*, edição n. 178 de 27 de junho de 1863, p. 2. *Correio Mercantil e instrutivo, político e Universal*, edição n. 77, de 18 de março de 1867, p. 2.

<sup>175</sup> AZEVEDO, Moreira de. *Rio da Prata e Paraguay*. Quadros Guerreiros. Eduardo e Henrique Laemmert: Rio de Janeiro, 1871, p. 110.

assinalar também que a ocorrência de militares ligados aos “corpos científicos” e com passagem pela Escola Militar nos periódicos deste período é bastante significativa.

A trajetória pessoal de Campos Limpo pode ter relação com as profundas críticas por ele dirigidas à política imperial, nas páginas do periódico *O Militar Brioso*. A leitura cuidadosa do periódico deixa perceber as principais questões levantadas pelo autor em relação à meritocracia, a função do militar na sociedade, às perseguições políticas e à realidade enfrentada pelos oficiais militares naquele período. Mais do que um registro, *O Militar Brioso* é um compêndio de críticas à política imperial, e à crise instalada pelo gabinete da Conciliação. O periódico é ainda fonte de um inesgotável discurso sobre a própria instituição armada e todas as características que devem ser atribuídas a ela.

*O Militar Brioso* era publicado uma vez por semana, e podia ser adquirido na Tipografia de Silva e Lima, na cidade do Rio de Janeiro. Na capa de *O Militar Brioso*, não existem informações sobre os seus editores. Todos os artigos eram publicados de forma anônima. A publicação era em formato folhetim, com 4 páginas em geral, publicadas frente e verso. Sua sede era a própria tipografia, e o tipógrafo tinha o poder de assinar os recibos para a venda unitária ou assinaturas mensais do periódico. Recebia, também, os artigos para publicação.

Quando nos referimos aqui a “militares”, existe a consciência de que a instituição não é una e existem clivagens internas, sobretudo de pensamento. Adriana Souza levantou também a questão da nomenclatura, que pode ser um erro analítico que envolve o tema.<sup>176</sup> O termo “militares” pode levar a um absoluto, generalizando momentos históricos importantes sob uma única referência conceitual. É necessário ter a consciência de que, em última instância, os periódicos não refletiam a totalidade do pensamento dos militares englobados na instituição. Essa assertiva é muito importante, e será lembrada sempre que necessário na análise aqui efetuada.

---

<sup>176</sup> Este tema voltará a ser debatido em nosso próximo capítulo. Para Adriana Barreto Souza: “a nomenclatura *militares* constitui o primeiro problema analítico que envolve o tema. A presença do termo sedicioso ou a construção de uma imagem desorganizada do papel dos militares nos tumultuados anos da regência é uma constante em clássicos da literatura especializada e em toda sorte de manuais escolares. Acusados de envolvimento em inúmeras revoltas que caracterizam o período, os militares transformam-se num absoluto ao qual todos os historiadores acabam por render-se ao longo de sua narrativa”. SOUZA, Adriana Barreto. *O Exército na Consolidação do Império*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999, p. 19.

Importante também lembrarmos que, embora tenhamos descoberto quem era o editor de *O Militar Brioso*, não é possível tomarmos Umbelino Campos Limpo como seu único redator. A folha recebia, continuamente, colaborações de outros militares. Desta forma, iremos nos referir sempre a “redatores”, ao invés de “o redator”, no singular.

Em 16 de abril de 1855, uma coluna intitulada “Resenha Militar”, publicada no *Diário do Rio de Janeiro*, informava o lançamento do periódico *O Militar Brioso*. De acordo com o autor:

No Brasil, pelo menos a muitos anos que a classe militar não se fazia ouvir por órgão próprio, por falta de um jornal propriamente militar, que trouxesse a luz os variados acontecimentos que tem lugar nessa grande família brasileira. A classe militar como que vegetava esquecida, atirada para um canto do imenso teatro da sociedade brasileira, figurando apenas como bastidores maquinalmente movidos conforme as mutações de cena<sup>177</sup>.

A classe militar é descrita como uma parte da grande família brasileira. É também esquecida e abandonada, fato que justifica a aparição da imprensa militar, na figura de *O Militar Brioso*. Para o colunista da *Resenha Militar*, é justo que a classe militar troque a espada, dos tempos de luta, pela pena “(...) erguida em prol da justiça e das conveniências da sociedade em geral”.<sup>178</sup> Existia, até aqui, um vazio e a “imprensa militar veio quiçá bem preencher”.<sup>179</sup>

O colunista informa ainda a existência de *O Militar*, apelidado como *Antigo Militar*; que contava, até aqui, quase um ano de existência. Mas o colunista identifica aqui uma diferença entre as duas publicações: enquanto *O Militar* é descrito como uma folha que trata de assuntos puramente militares – cita, por exemplo, alguns artigos tratando de aspectos técnicos da artilharia – *O Militar Brioso* é descrito como uma folha que mistura “as questões militares com as de todos os cidadãos, ou mais explicitamente, trata[n]do e advoga[n]do os direitos (...) dos cidadãos militares”.<sup>180</sup> Ainda de acordo com o colunista, quer *O Militar Brioso* a constituição brasileira

<sup>177</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, edição n. 104, de 16 de abril de 1855, p. 1.

<sup>178</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, edição n. 104, de 16 de abril de 1855, p. 1.

<sup>179</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, edição n. 104, de 16 de abril de 1855, p. 1.

<sup>180</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, edição n. 104, de 16 de abril de 1855, p. 1.

irrestritamente executada, tornando a representação nacional acessível a todas as classes da sociedade brasileira. Conclui o autor: “finalmente já o país pode conhecer como pensa o exército e saber o que vai por essa classe onde tudo era segredo, ou melhor falando, mistério”.<sup>181</sup>

Logo, *O Militar Brioso* clama a si a missão de expressar *como pensa* o exército, e quais os seus principais interesses. Para tanto, denomina-se um órgão das classes militares, cuja função era clara: tornar conhecidos os palpitantes desejos da *classe militar*, de forma que o periódico se tornasse a própria voz da instituição. Este desejo – e essa missão – foi expresso repetidas vezes, em diversas passagens do periódico. Para os redatores, a missão era considerada “árdua, porém justa, e tão justa que contamos desde já atingirmos ao nosso fim que não é outro senão levantarmos a nossa classe do abatimento e desprezo em que jaz e reivindicar”.<sup>182</sup> Os redatores também esclarecem que “(...) quando tomamos a pena juramos sufocar em nossa alma todos os sentimentos do medo, que pudessem obstar nossos pensamentos (...)”.<sup>183</sup> Aliás, como levantado no capítulo anterior, esta é uma das principais características da imprensa militar neste período, e será explorada convenientemente no próximo capítulo.

Embora tenhamos a informação de que Umbelino Alberto de Campos Limpo fosse seu redator, a publicação recebia continuamente textos e contribuições de seus leitores, e que eram periodicamente publicadas. A partir da edição de número 7, surgem textos escritos por leitores de *O Militar Brioso*. Um destes leitores considera a publicação um órgão da classe militar, que é “cada vez mais digno de ser lido e atendido por sua solidez de argumentação, boa-fé, e imparcialidade”.<sup>184</sup> Na mesma edição, o redator se desculpa por não poder publicar todas as contribuições que estão chegando à redação do periódico. O periódico não fica restrito somente à Corte: na edição de n. 15, o redator recebe uma carta do redator do jornal *O Rio-grandense*, publicado na cidade de Rio Grande, na província do Rio Grande do Sul. A carta, além dos seus propósitos, nos mostra que o alcance de *O Militar Brioso* não era restrito à Corte, embora a maior parte de seus leitores deveria ali residir.

<sup>181</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, edição n. 104, de 16 de abril de 1855, p. 1.

<sup>182</sup> *O Militar Brioso*, ano I, edição n. 1, de 28 de fevereiro de 1855, p. 1.

<sup>183</sup> *O Militar Brioso*, ano I, edição n. 5, de 28 de março de 1855, p. 4.

<sup>184</sup> *O Militar Brioso*, ano I, edição n. 7, de 11 de abril de 1855, p. 2.

Dois leitores foram assíduos colaboradores do periódico, a partir da edição de N. 7 até o final da publicação: J. M. S. V, em textos direcionados especificamente ao Marquês do Paraná, chefe do gabinete ministerial, e G. S, em alguns textos nas edições finais da publicação. Outros militares utilizaram alcunhas para não serem descobertos, como foi o caso de *O Estacionário*, que assinou um texto sobre a questão das promoções.

*O Militar Brioso* surge neste contexto intrincado da política e da sociedade imperial. No primeiro número, o redator demonstra o programa pelo qual irá propugnar a revista:

O que não queremos são os abusos de quem quer que seja, desconceituando a constituição, impedindo a ação benéfica das instituições e das leis. Queremos que todas as classes sejam igualmente consideradas nas posições oficiais e que não sejam por mais tempo excluídas pela classe dos Srs. Magistrados que conquistaram todas as posições. Queremos que o povo e nós sejamos livres, segundo a constituição e as leis, na escolha dos representantes do país, e que a justiça não continue a vender-se por votos. Queremos que o povo seja julgado por seus pares como os magistrados o são pelos magistrados, e nós Militares o somos pelos nossos, e que o povo não seja privado do júri para ser julgado só pelos magistrados ou pelos Militares quando isso convier aos governantes. Queremos não ser embaraçados na escolha de nossas consortes. Queremos finalmente que os direitos políticos e civis da classe Militar bem como os do povo cuja causa abraçamos como nossa, sejam respeitados e que a constituição e as leis sejam entre nós uma realidade e não uma mentira.<sup>185</sup>

O surgimento de *O Militar Brioso*, para seu redator, é uma exigência do tempo; é, além disso, uma adição à Classe Militar. O periódico foi impresso na mesma tipografia que *O Militar*, tornando a própria tipografia um espaço de sociabilidade de militares. Campos Limpo havia sido referido pelo *Militar*, quando foi preso em uma sessão da câmara legislativa. É possível que os redatores de ambos os periódicos se conhecessem. Além disso, *O Militar Brioso* não era a única participação de Campos Limpo na arena da imprensa: localizamos no *Diário do Rio de Janeiro* uma coluna, em 1855, intitulada *Resenha Militar* assinada por Campos Limpo.<sup>186</sup> A *Resenha Militar* era uma coluna constante no *Diário do Rio de Janeiro*, e deveria receber colaborações de

<sup>185</sup> *O Militar Brioso*, ano I, edição n. 1, de 28 de fevereiro de 1855, p. 1.

<sup>186</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, edição n. 104, de 16 de abril de 1855, p. 2.

muitos militares, pois também foi localizado o nome de Vicente Ferreira da Costa Piragibe como autor.<sup>187</sup> Piragibe, como veremos, foi um dos editores responsáveis pelo *Indicador Militar*, publicado em 1862. A coluna era também denominada *Revista Militar*, e encontramos sua publicação já em 1854, no *Diário*. Os militares, portanto, participavam dos debates, também através da imprensa comum, na falta de periódicos estritamente militares.

Para Schulz, os oficiais da década de 1850 já eram reformistas, provavelmente consequência da instrução que recebiam na Escola Militar e do acesso que tinham à informação e ao contexto mundial. Tanto *O Militar* quanto *O Militar Brioso* divulgavam a necessidade de reformar a sociedade brasileira, com vistas à modernização social e econômica. Para o autor “o exército brasileiro envolveu-se na política porque a oficialidade acreditou que certos aspectos básicos do exército e da sociedade precisavam ser reformados”.<sup>188</sup>

Ainda na primeira edição, ao referir-se ao próprio periódico, escrevem os redatores que “já era tempo, e mais que tempo do *Militar Brioso* pugnar por seus direitos de seus concidadãos, não deixando entregue à uma só classe da sociedade a direção do país, a causa comum das outras classes”.<sup>189</sup> Provavelmente aqui, os militares se colocam como *políticos*. É inegável que, mesmo sendo a opinião de apenas *um grupo* dentro da instituição – sendo-nos impossível avaliar a adesão da maioria dos militares a esta opinião, é fato, porém, que esta opinião vai se tornar sólida na instituição. Ou seja, é a partir daqui que os militares se colocam como grupo importante na formação do país, não apenas na defesa externa, mas principalmente na defesa dos interesses internos. A ideia que o texto passa é de que os militares consideram-se como *classe* acima de quaisquer interesses e grupos políticos no estado. “O Militar é um cidadão como qualquer outro tendo de mais e a seu cargo o ônus de sustentar a ordem pública e as regalias de todos os brasileiros”.<sup>190</sup> Os militares compreendem seu papel na defesa das instituições brasileiras e na defesa do povo, em caso de agressão externa; completam o raciocínio expondo que não

---

<sup>187</sup> Piragibe também escreve no *Diário do Rio de Janeiro*, edição n. 100, de 12 de abril de 1855, p.1 e 2.

<sup>188</sup> SCHULZ, op. cit., p. 31.

<sup>189</sup> *O Militar Brioso*, ano I, edição n. 1, de 28 de fevereiro de 1855, p. 1.

<sup>190</sup> *O Militar Brioso*, ano I, edição n. 1, de 28 de fevereiro de 1855, p. 2.



devem, por isso, servir de instrumento de vinganças e caprichos de grupos políticos que não visam ao bem geral, e somente trabalham pelo seu egoísmo:

O Militar serve à sua pátria e ao seu soberano pela consciência de que é digno de toda a consideração, que seus serviços serão justamente remunerados, que não jazerá no desprezo o mais insuportável: e é porque ele não tem sido devidamente lembrado, devidamente considerado, que não pode continuar a abafar em seu valoroso peito a ingratidão dos homens que monopolizam os direitos das diversas classes da sociedade e com especialidade da classe Militar.<sup>191</sup>

Vemos aqui a importância que os militares dão para o orgulho de classe, demonstrando uma forte consciência de classe. Pedem ainda que uma aurora mais animadora e risonha tenha início, respeitando, de fato, os brios da classe militar e o gozo dos direitos constitucionais. O apêndice K fornece um resumo das características militares entendidas pelos redatores de *O Militar Brioso*. Tais características serão melhor exploradas no próximo capítulo desta tese.

Por política, entendemos aqui a asserção de Max Weber. Para o autor, política é um vocábulo naturalmente amplo, que compreende qualquer tipo de liderança independente em ação.<sup>192</sup> Para Weber, uma questão politicamente determinada, por exemplo, quer dizer uma luta pelo poder, na defesa de interesses sobre a manutenção, distribuição ou transferência de poder. Uma ação política, portanto, é determinada na luta pelo poder: “Quem participa ativamente da política luta pelo poder, quer como um meio de servir a outros objetivos, ideais ou egoístas, quer como o poder pelo poder, ou seja, a fim de desfrutar a sensação de prestígio atribuída ao poder”<sup>193</sup> Mesmo que os militares envolvidos na escrita de *O Militar Brioso* desejassem se afastar da política, sua própria posição os enquadra como políticos.

A segunda edição de *O Militar Brioso* é bastante significativa. Indica, na página inicial, um imbróglio causado pelo nome escolhido pelo periódico: “Mais de uma pessoa tem cuidado enxergar no título da nossa folha uma intriga!”<sup>194</sup> Acentua que “nosso fim, como se depreende facilmente do nosso programa, não é desunir, é pelo

<sup>191</sup> *O Militar Brioso*, ano I, edição n. 1, de 28 de fevereiro de 1855, p. 2.

<sup>192</sup> WEBER, Max. A Política como Vocação. In: *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: LTC, 2002, p. 55.

<sup>193</sup> WEBER, op. cit., p. 56.

<sup>194</sup> *O Militar Brioso*, ano I, edição n. 2, de 7 de março de 1855, p. 1.

contrário, estreitar mais, se é possível, os laços de amizade e confraternização que devem haver em todos os membros da família Militar brasileira”.<sup>195</sup> Pela preocupação e colocação dos editores, o título foi visto por alguns como jocoso e irônico. Provavelmente, esta não foi, de fato, a ideia inicial dos editores. Em nossa interpretação, o título *O Militar Brioso* pode ter ligação muito mais com o sentimento de classe e, conseqüente orgulho de classe, do que de forma jocosa. Os redatores se justificam: “O Militar brasileiro, exemplo de obediência e sofrimento, não nutre ideia alguma alheia ao bem estar de sua classe, o que deseja, sim, é fazer compreender aos poderes do Estado que sofre, sofre imensamente: que não tem os meios de acudir às suas próprias necessidades da vida”.<sup>196</sup> Nesse sentido, o próprio fato do vocábulo “militar” estar sempre escrito com inicial maiúscula, demonstra a tentativa de diferenciação através, mas não somente, do orgulho e da consciência de classe. Os redatores colocam-se ainda como “sendo órgão dos sentimentos da classe nobre e sofredora”.<sup>197</sup> Portanto, entendemos que o título não tem caráter jocoso, e sim, de classe, como discurso e como caráter.

Os redatores de *O Militar Brioso* foram bastante críticos em relação à administração do ministro da guerra Sousa e Melo, que esteve à frente da pasta de guerra entre os anos de 1849 e 1853. Um dos tópicos principais era, justamente, a Campanha de 1851 contra Oribe e Rosas, e as dificuldades do Exército brasileiro em avançar na direção do inimigo. Os redatores contam que o General Caxias foi forçado a demorar a marcha à espera de tropas, fardamentos e pólvora, pois o Exército não tinha pólvora para defender-se ao chegar à fronteira oriental. Como conclusão, caso o exército inimigo tivesse atacado de forma ofensiva, sobriam apenas espadas e baionetas aos militares brasileiros. A culpa foi atribuída à gestão Sousa e Melo, um militar honorário, que não era oficial do Exército: “(...) fazerem de um homem que nunca foi senão lente, capitão honorário, oficial superior do Exército, e por isso mesmo que não era Militar, e era incapaz de o ser, fizeram-no *Ministro da Guerra!*”.<sup>198</sup> A imprudência, conta o autor, custou caro nas fronteiras do Estado Oriental. Em outro artigo, as críticas reproduziam o mesmo tom:

---

<sup>195</sup> *O Militar Brioso*, ano I, edição n. 2, de 7 de março de 1855, p. 1.

<sup>196</sup> *O Militar Brioso*, ano I, edição n. 2, de 7 de março de 1855, p. 1.

<sup>197</sup> *O Militar Brioso*, ano I, edição n. 2, de 7 de março de 1855, p. 1.

<sup>198</sup> *O Militar Brioso*, ano I, edição n. 3, de 14 de março de 1855, p. 1.

também julgamos chegada a época de mostrar ao país para que se previna do perigo em que esteve a honra de suas armas e a vida de seus soldados na guerra oriental de 1851, tudo devido: primeiro, a incapacidade de um certo ministro da Guerra, paisano militarizado pela política exclusivista dos togas, a esse renegado de ambos os partidos, ao qual o país deve em grande parte o caos em que inda se acha o Exército, a retirada de alguns moços que hoje lhe faria honra e o afastamento de tantos oficiais carregados de serviços e qualidades, a que, finalmente devemos tantas vidas sacrificadas na guerra civil do Maranhão, filha de sua incapacidade político administrativa e militar.<sup>199</sup>

Em outro trecho, um leitor deixa sua opinião sobre Sousa e Melo:

É assim que o Sr. Manoel Felizardo, a quem de direito só cabia uma farda de capitão honorário, por isso que era Lente da Escola Militar, por estratagemas seus e ajudado em parte por pessoa de quem ele já não depende e para quem não olha, (...) acha-se hoje oficial de fileira, escolhido por merecimento e preterindo oficiais (...) que se acham estacionários na 2ª classe do Estado Maior (...).<sup>200</sup>

Além de Sousa e Melo, o ministro Pedro de Alcântara Bellegarde também foi criticado pelos redatores, em tom bastante enérgico.<sup>201</sup> De acordo com os redatores, Bellegarde saiu “da macia cadeira de lente para o paraíso da diplomacia, e desta para o céu aberto do ministério onde se guia pela vereda do *arbitrário irresponsável*, não tendo prestado um só dia de serviço prático como oficial superior durante a paz, e nunca em posto algum no de campanha”.<sup>202</sup> Em outra passagem, um leitor crítica Bellegarde, “(...) que entrou para o ministério debaixo de tão belos auspícios, tem (...) perdido todo o prestígio esperado, não conservando a força de vontade e o caráter independente que sempre o acompanharam (...)”.<sup>203</sup>

Em outra passagem, intitulada “Comédia Governativa” pergunta o autor qual a função de Bellegarde no Ministério da Guerra, se “o exército continua desmantelado, o país não o apoia, se não quer prestar-nos o único serviço que esperávamos de V.Ex.

<sup>199</sup> *O Militar Briosso*, ano I, edição n. 4, de 21 de março de 1855, p. 1.

<sup>200</sup> *O Militar Briosso*, ano I, edição n. 8, de 21 de abril de 1855, p. 8.

<sup>201</sup> Pedro de Alcântara de Bellegarde foi engenheiro militar formado pela Academia Militar em 1827. Ministro da Guerra de 6 de setembro de 1853 a 14 de julho de 1855, tendo criado o batalhão de engenheiros. Membro fundador do IHGB.

<sup>202</sup> *O Militar Briosso*, ano I, edição n. 7, de 11 de abril de 1855, p. 4.

<sup>203</sup> *O Militar Briosso*, ano I, edição n. 8, de 21 de abril de 1855, p. 8.

peça sua demissão”.<sup>204</sup> O autor do artigo em momento algum critica o ministro da guerra em tons pessoais, ou seja, a crítica é sempre voltada ao fator profissional. Termina o artigo afirmando que “faça-se a devida justiça ao Sr. Ministro da Guerra que apesar de tudo, é e sempre será homem honrado e honesto como sempre; quanto a administração é pena que não sirva para isso”.<sup>205</sup>

A última edição do periódico é de 3 de julho de 1855. Sua interrupção pode ter relação com a transferência de seu redator, Umbelino Campos Limpo, para a região de Sincorá, na província da Bahia. As transferências por motivos políticos eram, até então, comuns no período. O próprio jornal informa, na edição de n. 15, que um dos redatores foi transferido para Sincorá, na província da Bahia. O *Almanak Laemmert* para o ano de 1856 informa que Campos Limpo foi para a Bahia.<sup>206</sup> É possível, portanto, que o oficial ao qual a notícia se refira seja, de fato, Campos Limpo. O fato é descrito pelos redatores como “uma deportação para o Sincorá, a título de comissão”. Assim se refere o periódico ao ocorrido:

O governo que procura por todos os meios e modos acabar com a imprensa, porque ela muito e muito o incomoda (...) tem-se contentado em hipocritamente perseguir um ou outro cidadão que está na sua dependência e supõe ter parte na redação de algum periódico. Sonhou, por sem dúvida, o gabinete atual, que um jovem militar, moço de reconhecido talento e de esperanças para o país e classe a que pertence, era o redator do *Militar Briosso*, que se tem sustentado e sustenta-se a despeito da vontade e perseguição hipócrita do ministério; e então ruminou um meio de pôr termo à sua aparição (...).<sup>207</sup>

Para os redatores, os ministros se esqueceram de que, além deste nobre oficial, outros faziam parte do periódico, e que “sua ausência poderia ser suprida e reparada e continuar assim o periódico que tanto os tem incomodado, por ser o verdadeiro eco da classe militar”.<sup>208</sup> Embora o texto traga a heroica mensagem de que a publicação permanecerá, mesmo com a transferência de Campos Limpo, o resultado foi o esperado: a última edição arquivada na hemeroteca da Biblioteca

<sup>204</sup> *O Militar Briosso*, ano I, edição n. 14, de 9 de junho de 1855, p. 4.

<sup>205</sup> *O Militar Briosso*, ano I, edição n. 14, de 9 de junho de 1855, p. 4.

<sup>206</sup> *Almanak Administrativo Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro, organizado e redigido por Eduardo Laemmert* para o ano de 1856, p. 239.

<sup>207</sup> *O Militar Briosso*, ano I, edição n. 15, de 19 de junho de 1855, p. 4.

<sup>208</sup> *O Militar Briosso*, ano I, edição n. 15, de 19 de junho de 1855, p. 4.

Nacional é a de número 16, de 3 de julho de 1855. Se avaliarmos mais de perto o discurso político de *O Militar Brioso*, não causa espanto a transferência de Umbelino de Campos Limpo para Sincorá.

A transferência de Campos Limpo parece ter alterado toda a estrutura da imprensa periódica militar no Rio de Janeiro. No momento em que *O Militar Brioso* anuncia a transferência de um de seus redatores para a Bahia, havia outros dois periódicos sendo concomitantemente publicados na corte: *O Militar* e a *Revista Marítima Brasileira*. Ao todo eram, portanto, três periódicos militares que coexistiam e criavam, entre si, uma rede de contatos entre os militares participantes da imprensa militar. Curiosamente, todos os periódicos suspendem a sua publicação no mês de julho de 1855, após a transferência de Campos Limpo para Sincorá e a supressão de *O Militar Brioso* na imprensa carioca. O fato parece demonstrar a fragilidade da imprensa periódica militar neste período que cede a possíveis pressões políticas para a sua supressão. Indica, ao mesmo tempo, a intensa coexistência destes periódicos e o esforço intelectual, efetuado pelos redatores, para manter a publicação dos periódicos em um ambiente politicamente hostil.

O agravamento das tensões geradas pela exposição de militares na imprensa fez com que fosse expedido pelo Ministério da Guerra o Aviso 273, em 1859. O Aviso de 4 de outubro de 1859 determinava a punição de qualquer membro do Exército que recorresse à imprensa “para provocar conflitos e desrespeitar seus superiores”.<sup>209</sup> Esclarece o lançamento do aviso que muitos militares estão censurando seus superiores ou discutindo “objetos de serviço militar”, cuja consequência só pode ser “o enfraquecimento da disciplina e respeito”. Embora o aviso não se refira exatamente à imprensa militar, seu objetivo é claro: obstar a constante participação de oficiais na imprensa. Neste período, os militares se expressavam seguidamente na imprensa do Rio de Janeiro, em geral, de forma anônima.<sup>210</sup>

---

<sup>209</sup> *Colecção das Decisões do Governo do Império do Brasil 1859*. Typografia Nacional: Rio de Janeiro, 1859, p. 251 e 252.

<sup>210</sup> São muitas as manifestações de descontentamento na imprensa do Rio de Janeiro sobre a situação militar. Consultamos principalmente o *Correio Mercantil, Instrutivo, Político e Universal* para embasar esta afirmação. Na edição de 4 de maio de 1859, por exemplo, existem duas publicações “A Pedido” em relação a Escola Militar de Rio Pardo e a falta de estrutura, e mesmo de professores nesta instituição. Ou ainda, na edição de 11 de abril de 1859, nota sobre o abandono da classe dos militares reformados.

A década de 1860 inicia, e, com ela, uma nova aurora na imprensa periódica militar. Buscando os benefícios da imprensa, não apenas como combate, mas também como difusão de conhecimentos, inicia um grupo de militares a publicação de um periódico eminentemente militar cujo título era *Indicador Militar*.

## 2.2 Uma inclinação profissional – O *Indicador Militar* e a *Alvorada*

O periódico *Indicador Militar* pode ser considerado o primeiro periódico de cunho profissional escrito por oficiais do Exército brasileiro. O periódico era denominado *Gazeta* pelos seus editores, e tinha publicação quinzenal. Tem, na obra de Gondin da Fonseca, seu lançamento registrado no ano de 1862. Consta no *Dicionário Bibliográfico Cearense*, do Barão de Studart, que seu editor era o Coronel Vicente Ferreira da Costa Piragibe, militar do corpo de Estado Maior de 1ª classe do Exército, cujos estudos na Academia Militar foram concluídos em 1841.<sup>211</sup> Consta ainda no *Dicionário Bibliográfico Português* que Piragibe era assíduo colaborador do *Indicador Militar*.<sup>212</sup>

A existência do *Indicador Militar* torna ainda mais interessante e relevante o estudo da imprensa periódica militar: é o único periódico que pode ser comparado aos seus congêneres internacionais.

O *Indicador Militar* teve 24 edições, durante o ano de 1862. Foi publicado ainda durante todo o ano de 1863, configurando-se um segundo ano da publicação. No entanto, a coleção da Hemeroteca da Biblioteca Nacional possui apenas as edições do número 3 em diante, do ano de 1862. Do ano seguinte, 1863, só temos o registro da imprensa, sobretudo do jornal *Diário do Rio de Janeiro*, que frequentemente

<sup>211</sup> Os historiadores dedicados aos estudos da história cearense utilizam até hoje as informações biográficas disponíveis na obra do Barão de Studart. Todas as informações referentes a Vicente Ferreira da Costa Piragibe foram retiradas desta obra. In: STUDART, Guilherme. *Dicionário Bibliográfico Cearense*. Editora da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 1980. Reimpressão facsimilar da primeira edição de 1910. Também em <http://www.ceara.pro.br/cearenses/listapornomedetalhe.php?pid=32163>

<sup>212</sup> SILVA, Inocêncio Francisco. *Dicionário Bibliográfico Português*. Imprensa Nacional: Lisboa. 1870, p. 64.

veiculava notícias e publicidade do *Indicador* (apêndice A). Ao término do ano de 1862, o *Indicador Militar* lançou um índice para seus assinantes, contendo todos os títulos dos artigos publicados, em suas 24 edições, ao longo do ano.

Durante o ano de 1862, Piragibe foi o diretor do periódico. A partir de 1863, foi substituído pelo Major Francisco da Costa Araújo e Silva, que passou a ser o diretor do *Indicador*. Araújo e Silva participava ativamente da redação do *Indicador*, sendo responsável pela publicação de vários artigos. A troca justifica-se pelo estado de saúde de Piragibe: desde o início do ano de 1862, o oficial enfrentava problemas de saúde, conforme informação veiculada no próprio *Indicador Militar*.<sup>213</sup> De forma oficial, em dezembro de 1862 requereu, com urgência, licença para se tratar na Europa. O Barão de Studart informa, em seu *Dicionário*, que Piragibe estava com grave problema de visão. À época, Piragibe era Coronel e Diretor Geral de Guerra, ligado diretamente ao gabinete do Ministro da Guerra, Marquês de Caxias. A viagem não trouxe benefícios aos problemas de saúde, e Piragibe requer, em 1864, a aposentadoria.

A pesquisa nas edições do *Indicador Militar* informou a participação de outros dois oficiais na edição da gazeta: O Major Isaltino José de Mendonça Carvalho, como tesoureiro, e o Major Francisco da Costa Araújo e Silva, também da redação. Mendonça de Carvalho era igualmente oficial do corpo de Estado Maior de 1ª classe do Exército e bacharel em matemática pela Escola Militar. De todos os 126 artigos publicados no *Indicador* no ano de 1862, Mendonça de Carvalho não assinou nenhum. O outro redator, o Major Francisco da Costa Araújo e Silva, do Corpo de Engenheiros e doutor em matemática, foi responsável pela publicação de 10 artigos em diversos números do *Indicador*.

Em 1863 o *Indicador Militar* teve 23 edições, sendo a última publicada em 24 de dezembro de 1863. Em 3 de março de 1864, publica-se uma nota no *Diário do Rio de Janeiro* informando o término de publicação do *Indicador Militar*:

Por grande decepção acaba de passar a classe militar: o seu único órgão na imprensa, e que tão eloquentemente bradava pelos interesses dela, calou-se; e o que é mais, desapareceu quando cheio de vida, indicava ideias necessárias e uteis para o melhoramento e felicidade do exército, muitas das quais iam sendo adotadas pelos poderes competentes.<sup>214</sup>

<sup>213</sup> *Indicador Militar*, ano I, edição n. 9, de 1º de maio de 1862, p. 1.

<sup>214</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, edição n.º 62, de 3 de março de 1864, p. 1.

A notícia, sob o título de “Noticiador Militar”, aplaudia a iniciativa dos oficiais que durante dois anos se dedicaram a publicação da revista. De acordo com o texto, “nessa revista não apareceu um só artigo transcrito ou traduzido de outras revistas ou folhas: neste ponto foi além das que se publicam na Europa, e é a única que disso se pode gabar”.<sup>215</sup> Temos aqui novamente a referência aos periódicos europeus que se constituíram como exemplo e influência aos militares brasileiros. O *Diário do Rio de Janeiro* foi um grande apoiador da classe militar, de acordo com o autor; e seguiria sendo, permitindo a continuação do *Indicador Militar* de forma indireta, através da publicação de uma coluna intitulada “Noticiador Militar”, durante o ano de 1864. Para o autor, “o jornalismo é essencialmente civilizado, e quando com especialidade se destina à uma classe, serve não só para ilustrá-la, como para fazer refletir a sua inteligência por isso que profundamente sentimos a morte da gazeta militar, que existia entre nós”.<sup>216</sup>

O *Indicador Militar* existiu por dois anos, entre 1862 e 1863, configurando-se como uma publicação de um grupo de oficiais militares. Todos os dados aqui referidos serão somente do ano de 1862, já que as edições do 2º ano não foram localizadas, em nossa pesquisa. Por trazer em todos os artigos publicados o nome dos respectivos autores, é possível traçarmos um quadro bastante interessante, tanto da formação quanto da origem dos articulistas do *Indicador*.

Ao todo, o periódico contou com 34 colaboradores identificados, entre as edições do ano de 1862 e 1863. Destes, 10 militares trabalhavam na Escola Militar ou como professores ou como funcionários. Ainda do total, 10 militares faziam parte do Corpo de Engenheiros e 8 militares eram do corpo de Artilharia – as armas científicas. Em geral, a maioria dos articulistas da gazeta tinha cursos na Escola Militar. O apêndice AA traz todas as informações que conseguimos reunir sobre os articulistas do periódico.

O quadro abaixo, com a listagem dos cursos dos articulistas do *Indicador*, traz ricas informações para nossa análise. De todos os 34 articulistas, 26 possuíam cursos da Escola Militar, ou seja, cerca de 76% dos redatores. Destes, 42% eram bacharéis em matemática e 15% eram doutores em ciências físicas e matemáticas, totalizando

---

<sup>215</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, edição n.º 62, de 3 de março de 1864, p. 1.

<sup>216</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, edição n.º 62, de 3 de março de 1864, p. 1.



cerca de 57% do corpo de articulistas. O restante estava dividido entre a engenharia, a artilharia, o estado-maior, a cavalaria e a infantaria.

*Quadro 5: Curso / Número de articulistas*

<b>Curso / habilitação científica</b>	<b>Quantidade de articulistas</b>
Doutor em Matemáticas	4
Bacharel em Matemáticas	11
Curso incompleto de Engenharia	1
Curso da Arma de Artilharia	5
Curso de Estado Maior	2
Curso incompleto de artilharia	1
Curso Cavalaria	1
Curso Infantaria	1
<b>TOTAL</b>	<b>26</b>

FONTE: A autora (2014).

O *Indicador Militar* demonstra, nesse sentido, forte influência dos militares formados pela Escola Militar. Citamos, no início deste trabalho, que a produção intelectual dos militares brasileiros teria prováveis relações com duas condições específicas: a existência da Escola Militar, importante centro aglutinador de conhecimento e experiências, que, a partir da década de 1850, tem seus cursos vinculados à possibilidade de ascensão profissional na carreira militar; e a intensa participação de militares em comissões de pesquisa, ora ligadas ao Ministério da Guerra, ora ligadas a outras exigências do Estado imperial. Desta forma, a imprensa foi o espaço escolhido para a discussão de questões e problemas por uma significativa parcela letrada da sociedade brasileira. A imprensa militar, portanto, parece ter uma forte ligação com a Escola Militar, já que a maioria dos seus redatores foram egressos dos cursos militares. Lembremos que, em 1855, o periódico *O Militar Brioso* era editado também por um ex-aluno da Escola Militar.

O número é significativo, pois representa mais da metade do total de colaboradores do *Indicador Militar*. Não se pode deixar aqui de levar em consideração a obrigatoriedade de estudos na Escola Militar, a partir das reformas de Felizardo Souza e Mello efetuadas no início da década de 1850. No entanto, é importante ressaltar que, de acordo com o *Almanak Militar* do ano de 1861, a maioria dos oficiais sentou praça no Exército brasileiro antes das reformas efetuadas por Felizardo Souza e Mello.

Ressalta-se, ainda, a participação de um bacharel civil como colaborador do periódico, e dois membros da Marinha brasileira. Nesse sentido, o *Indicador Militar* torna-se um periódico plural, que tentou absorver a totalidade da representação militar. Tal totalidade é indicada pela existência de membros do Exército de quase todos os corpos, além de membros da Armada, e um significativo membro civil, funcionário do Ministério da Guerra.

O *Indicador Militar*, ao ser analisado desta forma, toma proporções significativas para o estabelecimento de uma história intelectual do Exército brasileiro: indica o esforço de um núcleo de oficiais em aproximar o Exército dos preceitos praticados pelos exércitos europeus. A busca do profissionalismo é percebida através de vários artigos que expõem, não apenas os problemas do Exército, mas também, em grande parte, a sua solução.

O próximo quadro sintetiza de quais unidades eram provenientes os colaboradores do *Indicador Militar*. A maior parte dos colaboradores fazia parte dos corpos científicos do Exército, o corpo de Engenheiros militares e o corpo de Artilharia.

*Quadro 6: Colaboradores do Indicador Militar e Respectivas Unidades*

	NOMES	TOTAL
<b>Corpo de Engenheiros Militares</b>	<b>ARAÚJO</b> , Antônio José de. Tenente Coronel. (Professor Extraordinário da Escola em 1858).	10
	<b>BRITO</b> , Pedro Torquato Xavier de. Major do Corpo de Engenheiros.	
	<b>EWERARD</b> , Patrício Antônio de Sepúlveda. Brigadeiro graduado do corpo de Engenheiros Militares.	
	<b>FERREIRA</b> , Miguel Vieira. 2º Tenente do Corpo de Engenheiros. <b>MAIA</b> , Ernesto Gomes Moreira. Capitão do	

	<p>Corpo de Engenheiros. (<b>Professor de Desenho da Escola Central</b>).</p> <p><b>PEREIRA</b>, Paulo José. Major do Corpo de Engenheiros.</p> <p><b>RAPOSO</b>, Francisco Antônio. Tenente Coronel do Corpo de Engenheiros. (<b>Lente da Escola Militar</b>).</p> <p><b>SILVA</b>, Francisco da Costa Araújo e. Major do Corpo de Engenheiros.</p> <p><b>RODRIGUES</b>, Domingos José. Capitão de Engenheiros.</p> <p><b>DELIMAL</b>, Porfírio. Major Honorário do Corpo de Engenheiros. Encarregado da fabricação de Pólvora na Fábrica de Pólvora de Estrela.</p>	
<b>Escola Militar</b>	<p><b>CARVALHO</b>, José Carlos de. Major Honorário, doutor, lente catedrático da Escola Militar.</p> <p><b>EMERICH</b>, Maximiliano. Major Honorário. Instrutor de 1ª Classe da Escola Militar.</p>	2
<b>Artilharia</b>	<p><b>ALENCASTRO</b>, José Maria de. Capitão de Artilharia.</p> <p><b>AMARAL</b>, Antônio José do. Capitão de artilharia. (<b>repetidor da Escola Militar</b>).</p> <p><b>BACELLAR</b>, João Roberto da Cunha. Capitão de Artilharia.</p> <p><b>BITTENCOURT</b>, Conrado Maria da Silva. Capitão de Artilharia. (<b>Ajudante da Escola Militar em 1861</b>).</p> <p><b>CUNHA, Joaquim</b> Antônio Ferreira da. Capitão de Artilharia.</p> <p><b>MATTOS</b>, Ernesto Augusto da Cunha. Tenente de Artilharia.</p> <p><b>RIBEIRO</b>, Felício Paes. Capitão de Artilharia.</p> <p><b>EWBANK</b>, Luiz Henrique de Oliveira. Capitão de Artilharia. (<b>Oficial de Ordens da Escola Militar.</b>)</p>	8
<b>Infantaria</b>	<p><b>PEIXOTO</b>, Francisco Maria dos Guimarães. Capitão de Infantaria.</p>	1
<b>Estado Maior</b>	<p><b>EWERARD</b>, Raymundo Máximo de Sepúlveda. Capitão Graduado.</p> <p><b>COSTA</b>, João de Souza da Fonseca. Tenente Coronel do corpo de Estado Maior da 1ª Classe.</p> <p><b>PIRAGIBE</b>, Vicente Ferreira da Costa. Estado Maior de 1ª Classe.</p> <p><b>SILVA</b>, Domingos de Araújo e. tenente do corpo de estado maior de 1ª classe. (<b>Repetidor Efetivo da Escola Central.</b>)</p>	4

<b>Cavalaria</b>	<b>BRASIL</b> , Antônio Leite. 2º Cadete 1º Sargento do 3º Regimento de Cavalaria Ligeira. <b>FERNANDES</b> , Ataliba Manoel. Tenente da cavalaria. (Instrutor de 2ª Classe de Cavalaria. Mestre de Equitação na Escola Militar.)	3
<b>Saúde</b>	<b>CARVALHO</b> , Manoel Feliciano Pereira de. Cirurgião Mor do Exército. Pereira de Carvalho foi cirurgião-mor do Corpo de Saúde do Exército, com a patente de Brigadeiro. <b>MACEDO</b> , Manoel do Rego. Médico, lente da Academia Imperial de Medicina, Cirurgião Mor. de Divisão do Corpo de Saúde do Exército e médico do hospital militar da guarnição da Corte, no Rio de Janeiro.	2
<b>Armada</b>	<b>ACHÉ</b> , P. H. Tenente Honorário da Armada. <b>PESSOA</b> , Sabino Eloy. Capitão Tenente da Armada Imperial.	2
<b>Civis</b>	<b>CHAGAS</b> , Francisco Manoel das. Bacharel. Chefe da seção da primeira diretoria geral da secretaria de estado do Ministério da Guerra.	1
<b>Outros</b>	<b>LIMA</b> , Cypriano da Rocha. Tenente Coronel, comandante do Batalhão do depósito, no Rio de Janeiro. <b>VIANNA</b> , Antônio de Castro. Major do Corpo de artífices.	2
	<b>TOTAL de COLABORADORES</b>	34
	<b>DO TOTAL QUE TINHAM LIGAÇÃO DIRETA COM A ESCOLA MILITAR/ Estabelecimentos de Ensino</b>	10

FONTE: A autora. (2013).

Na coleção da Hemeroteca da Biblioteca Nacional, não existe a primeira edição do *Indicador Militar*. Mas é novamente o *Correio Mercantil* do Rio de Janeiro que traz relevantes informações sobre a existência do periódico. Em 22 de dezembro de 1861, um anúncio nos classificados do *Correio Mercantil* informa que, a partir do mês de

janeiro, irá ser publicada uma gazeta quinzenal “dedicada exclusivamente a tratar de objetos militares”. O anúncio indica que, a quem interessar, as assinaturas serão efetuadas na tipografia de Nicolau Lobo Vianna Filhos. Da mesma forma, se receberão artigos para publicação.<sup>217</sup> O mesmo anúncio foi publicado também no *Diário do Rio de Janeiro*, em 24 de dezembro de 1861.<sup>218</sup> Buscavam os redatores do periódico dar a maior publicidade possível ao seu lançamento.

Em 19 de janeiro de 1862, informa o *Correio Mercantil* que “alguns oficiais do exército compenetrados da conveniência de espalhar por seus camaradas o conhecimento de tudo quanto possa ser-lhes útil na carreira, resolveram publicar uma gazeta sob o título *Indicador Militar*”.<sup>219</sup> Em seguida, são copiados trechos do programa do *Indicador*, publicado na primeira edição do periódico.

A informação é relevante por não termos acesso, pela coleção da Biblioteca Nacional, ao programa da gazeta, publicado na primeira edição. Eis alguns trechos do programa:

Esta gazeta será meramente didática, doutrinal e noticiosa de matérias que tenham intima relação com o progresso e melhoramento dos variados objetos, que abrange a gerencia dos negócios militares em qualquer circunstância, **com absoluta exclusão de questões relativas à política do país, em qualquer sentido, e debaixo de qualquer ponto de vista.** Seu principal objeto será promover que sejam mantidas e reforçadas a disciplina e a subordinação do exército; e tratará promiscuamente do recrutamento, organização militar, instrução teórica e prática, promoções e outras recompensas de serviço; jurisprudência criminal; higiene militar; armamento, equipamento, fardamento, vencimentos pecuniários e munições de guerra e de boca; fortalezas, fortificações, quartéis, hospitais, penitenciárias, arsenais, depósitos de artigos bélicos, fábricas e mais estabelecimentos militares. Ocupar-se a também de tudo quanto disser respeito a engenharia militar, as ciências acessórias que se ensinam nas escolas do exército e às colônias militares. Publicará todos os projetos, memórias, correspondências e notícias que tratarem exclusivamente de qualquer dos pontos acima indicados: **não dará porem publicidade aos escritos que (embora relativos a tais pontos) descerem a personalidades, provocantes de rivalidades, ciúmes e despeitos ou tenderem a fazer estremecer por qualquer modo a disciplina, a subordinação, e a fraternal camaradagem**

<sup>217</sup> *Correio Mercantil e Instrutivo Político e Universal*, edição n. 338, de 22 de dezembro de 1861, p. 4.

<sup>218</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, edição n. 351, de 24 de dezembro de 1861, p. 3.

<sup>219</sup> *Correio Mercantil e Instrutivo Político e Universal*, edição n. 19, de 19 de janeiro de 1862, p. 2.

**que devem caracterizar os militares de todas as hierarquias** [grifos do autor].<sup>220</sup>

A gazeta irá se ocupar de assuntos totalmente militares. Exclui, com isso, o debate político de suas páginas. Este era, provavelmente, um princípio necessário para que todos os artigos fossem assinados, ou seja: além de aumentar a circulação de colaboradores, esta medida impedia que oficiais fossem perseguidos por suas opiniões políticas, como exemplo já ocorrido durante a edição de *O Militar Briosso*. É necessário lembrar também a existência do aviso 279, de outubro de 1859, que proibia os oficiais de participarem da imprensa de forma inapropriada. Por outro lado, o afastamento dos assuntos políticos implicava uma legitimidade ao periódico, cujo objetivo era ser um órgão da classe militar.

O Major José Carlos de Carvalho, lente catedrático da Escola Militar, conta em artigo publicado na edição de n. 15 do *Indicador*, que desde 1857 tentavam alguns lentes da Escola Militar a criação de um instituto de discussão e de uma gazeta: “era nosso pensamento que se publicasse desde logo uma gazeta dedicada exclusivamente a propagar a instrução no exército, e advogar os interesses do mesmo exército e da armada”.<sup>221</sup> Conta que o *Indicador Militar* surgiu pensando na possibilidade de suscitar entre os oficiais “discussão sobre as importantes questões relativas à existência e ao aperfeiçoamento desta força”.<sup>222</sup> Informa ainda que, em 1858, o General Jerônimo Francisco Coelho, encarregado de confeccionar o regulamento da escola prática do Campo Grande, pediu aos capitães Antônio José do Amaral e Francisco Carlos Luz que se insistisse na ideia de criação da gazeta e do instituto. O capitão Antônio José do Amaral também será, em 1862, um dos articulistas do *Indicador*, com 9 artigos publicados. A lista completa de artigos e seus respectivos autores pode ser visualizada no apêndice BB.

Os articulistas muitas vezes iniciavam seus artigos com uma ode à existência do *Indicador*, e a necessária aparição da gazeta na arena da imprensa. A participação deveria ser, assim, uma demonstração não apenas de apreço pela instituição militar, mas também como um dever do próprio militar:

---

<sup>220</sup> *Correio Mercantil e Instrutivo Político e Universal*, edição n.19, de 19 de janeiro de 1862, p. 2.

<sup>221</sup> *Indicador Militar*, ano I, Edição n. 15, de 1º de agosto de 1862, p. 274.

<sup>222</sup> *Indicador Militar*, ano I, Edição n. 15, de 1º de agosto de 1862, p. 275.

Fomos um daqueles, que muito aplaudiram a aparição do *Indicador Militar*, que veio representar na imprensa legítimos e bem entendidos interesses de uma classe tão digna de respeito e consideração pela completa abnegação que faz do mais precioso direito do homem – a liberdade: festejamo-lo por vir promover a emulação e brios militares, consolidando os bons princípios e apertando mais os laços fraternais entre os que pagam ao país o tributo de sangue, e pois cumpre-nos também aproveitando da franqueza com que ele larguea suas páginas, **ir concorrendo com o nosso contingente, posto que fraco, a fim de ter todo o incremento desejável** [grifos do autor].<sup>223</sup>

(...) que devemos àqueles que se dignaram convidar-nos a **prestar esse fraco contingente à folha** que tem por fim tornar patentes as necessidades do Exército brasileiro, a que nos desvanecemos de pertencer [grifos do autor].<sup>224</sup>

Não nos exorta a fatuidade; move-nos, sim, **o desejo de contribuir com o nosso pequeno contingente** para a sustentação de um jornal, de tantas esperanças para o exército [Grifos do autor].<sup>225</sup>

Hoje porem que o – *Indicador Militar* – nos faculta suas colunas, tendemos que **não nos podemos furtar ao dever de concorrer para o bem de nossa classe**, sem incorrer no conceito de pouco zelosos por ela [grifos do autor].<sup>226</sup>

Tanto os articulistas, quanto a própria redação, percebiam o *Indicador* como um periódico que representava toda a classe militar, bem como seus interesses. Os articulistas sentiam-se compromissados com o periódico e com a própria instituição militar. Sua participação era vista como um dever que precisava ser sustentado, dignificado pela participação nas páginas do periódico.

Mas essa não era a opinião de todos os militares. Embora os periódicos da segunda fase sempre se coloquem como fiéis representantes da classe militar, é necessário, para o pesquisador, ter a consciência de que esses periódicos não significavam exatamente aquilo que pretendiam. Não podemos assim tomar o discurso da fonte como fato, mas, sim, compreendê-lo dentro uma lógica maior. Já

<sup>223</sup> *Indicador Militar*, ano I, Edição n. 8, de 16 de abril de 1862, p. 121.

<sup>224</sup> *Indicador Militar*, ano I, Edição n. 20, de 16 de outubro de 1862, p. 378.

<sup>225</sup> *Indicador Militar*, ano I, Edição n. 5, de 1 de março de 1862, p. 80.

<sup>226</sup> *Indicador Militar*, ano I, edição n. 9, de 1º de maio de 1862, p. 144.

nos referimos a esta característica dos periódicos, no capítulo anterior, e no próximo capítulo discutiremos com mais atenção essa questão específica.

Assim, rapidamente surgiu na imprensa do Rio de Janeiro a insatisfação de outros militares em relação a existência do *Indicador*. Seu surgimento suscitou também a polêmica em torno do aviso expedido pelo Ministério da Guerra, em 1859, que proibia a participação de militares na imprensa. Em 11 de fevereiro de 1862 é publicado no *Diário do Rio de Janeiro* um texto, na seção “Correspondência”, comentando um artigo da edição n. 2 do *Indicador*. Não temos acesso a esta edição específica do *Indicador* – a coleção da BN começa a partir da 3ª edição, mas é possível compreender a crítica do correspondente pelos dados trazidos em sua carta. O correspondente não se identificou, mas demonstrou a insatisfação com a publicação do periódico, acusando-o de ser como um evangelho: “O *Indicador* logo no seu programa mostrou-se avesso às controvérsias, exprimindo-se de modo que parece dotado de infalibilidade e com o fim de imprimir nos seus escritos o caráter de evangelho”.<sup>227</sup> O correspondente entende que a infalibilidade tencionada pelos redatores do *Indicador* é duvidosa. Sua queixa é direcionada ao Major Honorário J. C. de Carvalho, um dos articulistas do *Indicador* e professor da Escola Militar. Na edição seguinte, Carvalho responde à provocação, insinuando que o correspondente não possuía argumentação e que sua crítica fora puramente maldosa.<sup>228</sup> O cerne da discórdia era, justamente, a participação de militares na imprensa. Carvalho, ao que parece, explicou a existência do Aviso 273, e também utilizou artigos da Constituição para justificar a necessidade da proibição de militares na imprensa, sobretudo quando a participação implicava em opiniões políticas. Basta lembrar que, na apresentação do *Indicador* ao qual tivemos acesso, consta que “seu principal objeto será promover que sejam mantidas e reforçadas a disciplina e a subordinação do exército”.<sup>229</sup>

Em 21 de fevereiro de 1862, outro militar recorre ao *Diário do Rio de Janeiro* para expressar sua insatisfação com o *Indicador Militar*. A coluna foi assinada pelo pseudônimo de *Soldado*. O assunto era ainda o mesmo: a participação de militares na imprensa. O *Soldado* dirige sua insatisfação também ao texto do Major J. C. de Carvalho:

---

<sup>227</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, edição n. 42, de 11 de fevereiro de 1862, p. 3.

<sup>228</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, edição nº 43, de 12 de fevereiro de 1862, p. 2.

<sup>229</sup> *Correio Mercantil e Instrutivo Político e Universal*, edição nº 19, de 19 de janeiro de 1862, p. 2.



Felizmente nem as honras de uma discussão merece semelhante *dedicação* ao poder sacrificando os direitos daqueles de quem se diz procurador o ilustre redator, e até hoje todos vão escrevendo o que pensam, como acontece a S.S. que vai continuando a ceder os direitos dos outros conservando os seus e usando-os para sua comodidade e avanço.<sup>230</sup>

A fala do correspondente é reveladora. Demonstra que, embora o *Indicador* se portasse como porta-voz da classe militar, assim não era visto por muitos outros militares que não estavam de acordo com o seu projeto. O correspondente insinua também que o redator Carvalho poderia obter alguma vantagem na redação do periódico, usando-o para “sua comodidade e avanço”.

Assim, a proposta do *Indicador* não parece ter sido compreendida por alguns militares. O mesmo correspondente continua as críticas em direção a todos os participantes do *Indicador*:

A circunstancia de Fuão ser coronel e Beltrão capitão ou major, nada adianta, pois as boas ideias podem vir de outros que tenham outros postos ou nenhum; e a assinatura dos artigos, apenas pode recomendar um nome à autoridade: é claro que poucos se recomendarão mostrando o que há de mal e ensinando o que se deve fazer de bom; é provável que vá continuando o sistema de cada um se ir recomendando para seu bem alegando o que se fez e o que se quiser fazer.

O *Indicador Militar* inaugurou uma nova tendência na imprensa militar: publicar um periódico que contasse com a participação de muitos militares, e que os artigos fossem devidamente assinados, voltados exclusivamente às questões militares e não políticas. No entanto, a crítica do correspondente vai exatamente contra essa nova tendência, entendendo que a assinatura dos artigos só pode servir de benefício aos próprios autores. Em seguida, o correspondente reafirma esta posição, lembrando aos “Srs. Signatários de artigos, que elogiando o poder se agrada aos poderosos, ferindo

---

<sup>230</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, edição nº 52, de 21 de fevereiro de 1862, p. 2.

a opinião pública e o direito dos fracos, se desagrada à nação e à classe, que, felizmente, já os conhece e mais os conhecerá daqui por diante”.<sup>231</sup>

Não temos muitas informações sobre o periódico em 1863; porém, algumas informações publicadas no *Diário do Rio de Janeiro* fornecem elementos valiosos para nossa análise. Consta que, na edição 21 do *Indicador*, houve a publicação de quatro artigos, sendo três de articulistas que, até então, nos eram desconhecidos: Ernesto Augusto da Cunha Mattos, 2º tenente de artilharia, Paulo José Pereira, major de engenheiros e Pedro Torquato Xavier de Brito, Major do corpo de Engenheiros. A presença destes oficiais, que não estavam atuando no *Indicador* em 1862, permite-nos inferir que o periódico agregou, em seu segundo ano, novos militares que não haviam participado da publicação no ano anterior; indica também a alta adesão e a força com que o periódico atingiu a camada de oficiais do Exército.

A presença de Ernesto Augusto da Cunha Mattos é reveladora: em 1886, Cunha Mattos foi detido por 48 horas, por usar a imprensa para expor questões militares, que seriam contrárias ao Aviso 273, de 1859, atualizado em 1875.<sup>232</sup> Era a “Questão Militar”, que estava em andamento e, até ali, Cunha Mattos havia sido um exemplar servidor do Exército Brasileiro.<sup>233</sup> Descendia de uma família de militares: seu avô havia sido o Marechal Raymundo José da Cunha Mattos, militar português que

---

<sup>231</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, edição nº 52, de 21 de fevereiro de 1862, p. 2.

<sup>232</sup> Em 1875 o governo imperial faz uma atualização no regulamento disciplina do Exército. Entre algumas mudanças ganhava destaque, novamente, a relação com a imprensa. O novo regulamento disciplinar era uma atualização do Aviso Ministerial de 1859, que previa punição aos militares que participassem de discussões na imprensa. O novo regulamento previa que: § 7º Dirigir qualquer petição em objeto de serviço, ou queixar-se contra o superior, sem ser pelos tramites legais, ou dar queixa caluniosa. § 8º Publicar qualquer representação que tenha feito contra seu superior, sem permissão da autoridade a quem a mesma representação for dirigida. § 9º Usar do direito de representação em termos não comedidos, ou, em vez de recorrer a esse meio legal, censurar o seu superior por quaisquer escritos, ou impressos. § 10. Provocar pela imprensa conflitos ou rixas com seus camaradas. Decreto 5.885 de 8 de março de 1875, disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-5884-8-marco-1875-549868-publicacaooriginal-65402-pe.html> Acesso em 18/12/2014.

<sup>233</sup> A Questão Militar é definida pela historiografia em geral como os acontecimentos ocorreram entre agosto de 1886 e maio de 1887, opondo militares e governo. Alguns autores encontram ecos de oposição consolidada dos militares um pouco antes, mas, a rigor, este é um período de radicalização aberta dos militares contra o governo imperial. Cunha Mattos é acusado por um deputado da província do Piauí de ter entregue aos paraguaios informações sobre as tropas brasileiras, durante o período em que esteve preso na Guerra de 1865. Cunha Matos reage na imprensa, defendendo sua honra de militar e seus brios. É punido pelo Ministro da Guerra, deputado Alfredo Chaves, que o manda prender por dois dias. A imprensa republicana da Corte e também das províncias tem importante papel na amplificação da defesa de Cunha Mattos. Maiores informações em CASTRO, Celso. *Os militares e a república: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

em 1814 foi transferido para o Brasil e, que, em 1822, toma parte da causa brasileira.<sup>234</sup> Raymundo da Cunha Mattos foi um dos fundadores do IHGB, em 1838.

Em 1863, o periódico continuou angariando desafetos na imprensa periódica do Rio de Janeiro. O conselheiro Libanio Augusto da Cunha Mattos, pai de Ernesto Augusto, publicou diversas colunas no *Diário do Rio de Janeiro*, intituladas “Apontamentos Militares”. Em diversos momentos, Libanio faz duras críticas à existência do *Indicador*, questionando, inclusive, sua eficácia como instrumento de estudo aos militares brasileiros. Embora não fosse militar – foi feito por Caxias Coronel Honorário em 1861, seu descontentamento demonstra que nem todos aplaudiam a existência do *Indicador* na arena da imprensa. Tal questão reforça a necessidade de compreendermos o Exército como uma instituição plural, que abrigava em seu interior uma série de grupos com distintas opiniões.

Libanio da Cunha Mattos nasceu em Pernambuco, em 1816, enquanto seu pai, Raymundo, lutava contra os articulistas da Revolução Pernambucana. Por influência de seu pai, entrou para a Secretaria da Guerra, como adido, e três anos depois foi nomeado primeiro oficial do Ministério da Guerra. Libanio era, em 1849, oficial maior do Ministério, e em 1860 chegou a diretor geral da repartição da Guerra, tendo trabalhado com os ministros Antônio Manoel de Mello (1847/1848), João Paulo dos Santos Barreto (1848), Manoel Felizardo de Souza e Melo (1848 – 1848/1853), Pedro de Alcântara Bellegarde (1853/1855) e Sebastião do Rego Barros (1859/1861). Embora nunca tenha se tornado militar, Libanio estava cercado de militares e de assuntos militares. De 1856 até 1866, foi sócio ativo do IHGB. Em 1857, seu primogênito, Ernesto Augusto da Cunha Mattos, sentava praça no Exército, com a idade de 14 anos. Em 1861, Libanio foi aposentado pela segunda administração do Marquês de Caxias, fato que muito o incomodou.<sup>235</sup> A rusga, possivelmente, era política; a partir de março de 1863, Libanio Cunha Mattos passa a assinar seguidos artigos na seção “Correspondência” do *Diário do Rio de Janeiro*. Em diversas ocasiões, Cunha Mattos demonstra seu desagrado com a administração Caxias, e suas críticas atingem também o *Indicador Militar*.

---

<sup>234</sup> RODRIGUES, Neuma Brilhante. *Nos caminhos do Império: a trajetória de Raimundo José da Cunha Mattos*. Tese de Doutorado apresentada no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília. Brasília, 2008, p. 3.

<sup>235</sup> *Revista trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo XXIX. B. L. Garnier Editor. Rio de Janeiro, 1866, p. 487 e 488.

Cunha Mattos era leitor do *Indicador Militar*, mas não acreditava na boa intenção dos seus articulistas e redatores. Em um artigo sobre um escândalo ocorrido no 1º batalhão de Infantaria, estacionado na Corte e conhecido como Batalhão do Imperador, escreve Cunha Mattos:

Ultimado este escrito, atrevo-me a pedir ao Exm. Sr presidente do Conselho de 2 de março [Caxias], com aquela humildade que S. Ex. me conhece, se digne a atender para o que se passa na repartição da guerra, não obstante a remoção da pedra de escândalo! Não se fie S. Ex no *Indicador Militar*. Eu também acreditei ser ele ótimo regulador em assuntos em que é técnico e enganei-me. A tempestade brame e o mercúrio desse barômetro não tem descido um único milímetro.<sup>236</sup>

Referia-se Cunha Mattos a um incidente que ocorreu com o dito batalhão, cujas cenas principais se desenrolaram nas páginas do *Diário do Rio de Janeiro*. Comandado pelo Tenente Coronel Magalhães Castro, chegou ao *Diário* uma denúncia de que este comandante tinha, por costume, xingar e admoestar oficiais subalternos, além de recorrer ao chicote para punir as praças de pré. O escândalo rendeu diversas cartas ao *Diário*, tanto do Comandante quanto dos seus subalternos. O próprio *Diário* diversas vezes se manifestou, e a questão se encerrou alguns dias depois.

Ao ser exonerado do Ministério da Guerra, Cunha Mattos recebe o título de Coronel honorário do Exército Brasileiro. O fato lhe causa profunda insatisfação, e o faz questionar a decisão, assinada pelo Marquês de Caxias: “S.Ex. terá a bondade de me explicar como se faz coronel por merecimento no estado maior de primeira classe a quem nunca desde 2ª tenente até coronel saiu de secretarias, a quem nunca praticou (...) um só reconhecimento de posições inimigas ou teatro de operações”.<sup>237</sup>

O questionamento é feito diretamente a Caxias, demonstrando, de alguma forma, o descontentamento de Cunha Mattos com este tipo de ocorrência. E conclui: “Não importa. Seguramente lucrarei qualquer dia uma preleção de *mel com manteiga* no *Indicador* sobre os deveres do corpo de estado-maior em França, na Prússia ou na Áustria” (grifo no original). Referia-se aqui a um artigo publicado no *Indicador*, na edição 19 do ano de 1862. De acordo com Cunha Mattos, “ahi se lê um *profundo* artigo sobre códigos militares temperados com mel e manteiga” (grifo no original). O artigo

<sup>236</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, edição nº 154, de 6 de junho de 1863, p. 2.

<sup>237</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, edição n. 172, de 22 de junho de 1863, p. 2.

em questão, escrito por Piragibe, discutia a necessidade de um novo código penal militar, que não estivesse baseado na rigidez da pranchada e dos processos investigativos arbitrários, muitas vezes dirigidos por discordâncias políticas entre os envolvidos.

Em agosto de 1863, volta novamente Cunha Mattos a criticar o *Indicador*. O ponto da cizânia tem relação com a campanha de 1851 e a capacidade de marcha da infantaria brasileira na campanha. Mattos se refere a um artigo, escrito por Raymundo Everard – e publicado no *Indicador*, que relata sua experiência pessoal na Campanha de 1851, com marchas forçadas diárias de 14 a 18 léguas castelhanas em perseguição ao inimigo.<sup>238</sup> Cunha Mattos, utilizando as escalas métricas, conclui que a marcha era de quase 70 quilômetros por dia. Sua dúvida é: se as tropas marchavam a essa velocidade, como Caxias levou 28 dias para ir de Santana ao Passo de Polancos, distantes entre si cerca de 297 quilômetros? Conclui Mattos: “Do contrário será indispensável concluir-se que o *Indicador Militar*, longe de servir de astrolábio por onde se regule o estado do exército (...) faz concorrência as facetas produções de José Daniel”.<sup>239</sup>

A referência ao português José Daniel Rodrigues não é acidental: Cunha Mattos coloca o *Indicador Militar* na mesma posição dos escritos do poeta português, cujas obras tinham um tom satírico e humorístico.<sup>240</sup> Não restam dúvidas, portanto, para Cunha Mattos, de que o *Indicador Militar* fosse uma obra satírica, entremeada de detalhes ficcionais, disfarçados sob a alegação de ser uma publicação voltada ao Exército.

---

<sup>238</sup> Publicado no *Indicador Militar*, edição n. 9, entre as páginas 146 e 149. Assim se expressa Everard, na página 147: “e na primavera da vida, com as divisas no braço, o rifle em punho, a pé, descalço, e no estado quase de nudez, marchei perto de 400 léguas quando fiz a última campanha do Estado Oriental, sem que se anuviasse meu rosto e minha saúde se alterasse, nem a de meus colegas em iguais ou idênticas circunstâncias, sendo parte daquela distância percorrida em diurnas marchas forçadas de 14 a 18 léguas castelhanas, em perseguição do inimigo; muitas vezes faltos de alimentos para ressarcir nossas extenuadas forças e até privados de saciarmos a sede na água que a natureza espontaneamente nos oferecia nos diversos arroios e sangas por onde passávamos, e até tomado por passatempo o que todos com razão considerariam como o mais insano trabalho, iludido ou modificado pelo capricho inerente à classe, amor da pátria e ambição de glória, que lhe são inatas”.

<sup>239</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, edição nº 200, de 29 de agosto de 1863, p. 2.

<sup>240</sup> Maiores informações sobre o poeta podem ser consultadas em FERREIRA, Maria Isabel Lopes. *José Daniel Rodrigues da Costa (1755/56-1832): um autor a serviço da educação dos povos*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa, 2011. Disponível em <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/6787>. Acesso em 25/10/2014

A publicação do *Indicador* também influenciou oficiais a publicarem seus próprios escritos: em 1862, o capitão Antônio José do Amaral copilou todas as leis, avisos e regulamentos militares sob o título *Indicador da Legislação Militar do Brasil*, para que servisse de guia aos oficiais militares. A obra foi publicada em duas partes pelas prensas do *Diário do Rio de Janeiro*, em maio de 1863. A última publicação deste tipo havia sido feita por Raymundo Cunha Mattos, por volta de 1832. A legislação militar foi descrita da seguinte forma:

A legislação militar é um caos onde ninguém se entende; não é um código presidido por um princípio de unidade e método; não é um corpo de leis que se renova com as incessantes modificações porque o progresso e a civilização fazem passar as ideias. Nada disto. A legislação militar é um amálgama de disposições antiguíssimas, desclassificadas e sem sistema, formando um corpo de extravagantes.<sup>241</sup>

Outro capitão também aproveitou as colunas do *Indicador* para dar publicidade a sua obra: Conrado Maria da Silva Bittencourt escreveu *Instruções para o serviço das peças de campanha de artilharia a cavalo*, descrita como algo “útil para a nobre classe [militar]”.<sup>242</sup> Tais obras compreendem um esforço por parte dos militares brasileiros em produzir uma literatura própria, almejando sua independência dos escritos estrangeiros. Ao menos, esse é o desejo expressado pelos articulistas do *Indicador*, em vários momentos. A obra de Bittencourt é recebida desta forma, descrita como uma necessidade “para nos constituirmos independentes de auxílios estrangeiros”.<sup>243</sup>

O *Indicador* pode ser considerado um periódico de sucesso, que conseguiu, de forma conveniente, reunir muitos militares em torno do seu projeto, seja atuando como colaboradores ou diretamente como redatores. Sua existência demonstra o interesse de uma parcela do oficialato do Exército em promover mudanças na instituição, baseados, não apenas no conhecimento desenvolvido durante a carreira, mas

---

<sup>241</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, edição nº 115, de 13 de maio de 1863, p. 2.

<sup>242</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, edição nº 338, de 11 de dezembro de 1862, p. 2.

<sup>243</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, edição nº 338, de 11 de dezembro de 1862, p. 2.

também, baseados nos conhecimentos adquiridos pelo estudo. A maioria destes oficiais era bilíngue, e o francês era a língua majoritária.

Com estes dados, é possível inferir que estes oficiais eram extremamente cultos. Afora as diversas citações em francês e latim nas páginas do *Indicador*, foram registradas citações de Edmond Beauverger, Benjamin Constant, Flávio Vegécio, Conde de Montalembert, Aristóteles e Madame de Staël. No campo militar, recorre-se a Napoleão e Antoine-Henri Jomini, estrategistas e teóricos militares. O acesso a esta literatura era propício no Rio de Janeiro da década de 1850-1860.

Por volta de 1857-1858, a Livraria Garnier lançou no Rio de Janeiro obras de Alexis de Tocqueville, Jules Michelet, Saint Simon, Auguste Comte, François Guizot, Benjamin Constant além dos autores clássicos como Maquiavel, Montesquieu e Platão.<sup>244</sup> Os livros, bem como o catálogo, eram produzidos em língua francesa. Somente a partir de 1863, a Garnier passaria a editar livros em português. Os catálogos de lançamentos possuíam, inclusive, uma seção dedicada aos assuntos militares, denominada “Arte Militar e Marinha”. Se nas seções relacionadas à política, administração e direito as obras mantinham uma inegável atualidade com as discussões encetadas à época, podemos supor que sob a rubrica “Arte Militar e Marinha” as obras publicadas seguissem o mesmo exemplo. De acordo com Dutra, a presença de tais autores garantia uma legitimidade política aos discursos da elite política brasileira, que “estava às voltas com problemas similares àqueles tratados por algumas das obras aqui referidas e dezenas de outras, que na mesma linha povoam o catálogo de 1857”.<sup>245</sup> Ou seja, a elite brasileira estava inserida nos debates levantados pelos livros editados em seus diversos temas abordados, desde a garantia da ordem pública, teorias de governo, debates acerca do imbróglio eleitoral e mesmo sobre a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre.

Assim, o *Indicador Militar* torna-se exemplo de um periódico de sucesso que congregou militares de diversas formações e que possibilitou, ao pesquisador, acesso à rede de militares colaboradores, do periódico através, do sistema de autoria dos

---

<sup>244</sup> DUTRA, Eliana de Freitas. Leitores de Além mar: a editora Garnier e sua aventura editorial no Brasil. In: BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Marcia (org.). *Impresso no Brasil. Dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: UNESP, 2010, p. 72 a 77.

<sup>245</sup> DUTRA, op. cit., p. 74.

artigos. O *Indicador* segue, desta forma, um padrão internacional de periódicos militares, ligado a questões majoritariamente profissionais.

Outro periódico similar ao *Indicador Militar* foi publicado na cidade de Rio Grande, zona portuária da província do Rio Grande do Sul. O periódico chamava-se *Alvorada*, e sua publicação ocorreu entre 1878 e 1879. A distância temporal que separa os dois periódicos é grande. Teria sido o *Indicador* uma influência para o surgimento de outro periódico similar? Não podemos responder satisfatoriamente a esta questão, mas dificilmente os periódicos possuem alguma ligação entre si, sobretudo pela longa distância que os separa. No entanto, o *Alvorada* guarda algumas similaridades com o *Indicador*, sobretudo naquilo que tange à formação do seu quadro de colaboradores.

Infelizmente, nossa pesquisa só localizou uma edição do periódico, datada de 1879.<sup>246</sup> A existência de apenas uma edição inviabiliza uma pesquisa mais extensa sobre as intenções, e mesmo as opiniões dos colaboradores da *Alvorada*. Mas as informações que ele traz na capa constituem uma rica fonte de informações ao pesquisador, e fornecem dados que corroboram as hipóteses de pesquisa deste trabalho. Assim, algumas considerações serão efetuadas sobre a *Alvorada*.

A *Alvorada* intitulava-se *órgão consagrado aos interesses militares* e estava sob a direção de Julião M. Tavares. Assim como a maioria dos periódicos da segunda fase da imprensa militar, advogava ser, através de seu subtítulo, um representante da classe militar. Embora seu diretor não fosse militar, o periódico possuía 11 colaboradores, todos militares. Afirma, desta forma, sua legitimidade enquanto periódico especializado, voltado para a discussão das questões de um grupo específico da sociedade brasileira.

Todos os colaboradores possuíam os respectivos sobrenomes estampados na capa. Assim como no *Indicador* foi possível descobrir quem eram esses militares (apêndice ZZ). O periódico não publicava textos assinados por alcunhas, pseudônimos ou anônimos. Na edição de n. 5, afirmava ao “Sr. Nemo que não publicaremos o artigo, aliás bem elaborado, que se dignou dirigir-nos, sem que nos

---

<sup>246</sup> A Biblioteca Nacional possui a edição n. 5 de 1879, ano II. A mesma edição faz parte do acervo da Biblioteca Pública do Rio Grande do Sul, e também do Museu de Comunicação Hipólito da Costa, em Porto Alegre. A edição digitalizada da Biblioteca Nacional possui um carimbo da Biblioteca Pública do Rio Grande do Sul, indicando que o acervo pode ter sido compartilhado pelas instituições no passado.



diga quem é, pois não queremos que a Alvorada se afaste do seu programa”.<sup>247</sup> Desta forma, a autoria dos artigos era parte fundamental do programa do periódico. Portanto, todos os textos encaminhados para a redação deveriam ser assinados.

Era impresso na Tipografia do Comercial, jornal da cidade de Rio Grande. Em 1879, data da edição a que temos acesso, estava em seu segundo ano, conforme informações da capa. Tinha formato in 4º e os textos eram divididos em duas colunas. A edição era composta de oito páginas. O periódico *Alvorada* publicava, além de textos dos colaboradores, também textos dos assinantes.

A maioria dos colaboradores possuía algum estudo específico militar. O quadro abaixo sintetiza a formação específica e a quantidade de militares que a possuíam.

*Quadro 7: Curso e quantidade de militares formados*

Curso	Quantidade de Militares
Bacharel em ciências físicas e matemáticas	3
Curso de Estado-Maior	1
Curso de Infantaria e Cavalaria	3
Curso incompleto	1
Sem curso	3

FONTE: A autora (2014).

O número de militares que possuíam os cursos científicos da Escola Militar equivalia ao número de militares que possuíam o curso de infantaria e cavalaria. E mais: o curso de infantaria e cavalaria era aquele oferecido pela Escola Militar de Porto Alegre. Dois colaboradores eram professores da Escola Militar de Porto Alegre. Seguindo a tendência do *Indicador*, 72% dos colaboradores tinham, portanto, uma formação educacional militar. Ainda do total, sete militares participaram da Guerra do Paraguai e muitos receberam promoções por atos de bravura no campo de batalha. Cinco colaboradores sentaram praça no Exército por ocasião da guerra. O Paraguai impactou assim a vida destes homens, alterando mesmo a configuração do próprio Exército.

<sup>247</sup> *Alvorada*, ano I, edição n. 5, de 1º de março de 1879, p. 8.

A maioria dos colaboradores do *Alvorada* estava no Rio Grande do Sul, embora houvesse alguns residentes no Rio de Janeiro, e um militar residente em Santa Catarina. O quadro abaixo demonstra, de forma resumida, a unidade de pertencimento dos colaboradores e a sua localização geográfica.

*Quadro 8: Colaboradores da Alvorada e as respectivas unidades*

	<b>NOMES</b>	<b>PROVINCIA</b>
<b>Corpo de Engenheiros Militares</b>	<b>DANTAS</b> , Francisco Clementino de Santiago: Comissão de engenheiros.	Rio Grande do Sul
	<b>GUIMARÃES</b> , Carlos Eugenio de Andrade.	Rio de Janeiro
<b>Escola Militar do Rio Grande</b>	<b>LIMA</b> , Francisco Teixeira Peixoto de Abreu e.	Rio Grande do Sul
<b>Infantaria</b>	<b>BUENO</b> , Franco. 13º Batalhão de Infantaria.	Rio Grande do Sul
	<b>CÂMARA</b> , João Pedro Xavier da. 17º Batalhão de Infantaria	Santa Catarina
	<b>CAMPELLO</b> , José de Miranda Ferreira. 3º Batalhão de Infantaria	Rio Grande do Sul
	<b>COSTA</b> , João Severiano Maciel da. 10º Batalhão de Infantaria	Rio de Janeiro
	<b>GUIMARÃES</b> , Arthur Oscar Andrade: 3º Batalhão de Infantaria	Rio Grande do Sul
	<b>VASCONCELLOS</b> , José Bernardino de. 13º Batalhão de Infantaria.	Rio Grande do Sul
<b>Estado Maior</b>	<b>TORRES HOMEM</b> , Joaquim de Salles: Servindo no Arquivo Militar.	Rio de Janeiro
<b>Cavalaria</b>	<b>ALENCAR</b> , Carlos Augusto Peixoto de. 5º Regimento de cavalaria	Rio Grande do Sul

FONTE: A autora (2014).

Enquanto no *Indicador* a maioria dos articulistas pertencia ao Corpo de Engenheiros Militares e ao corpo de Artilharia, na *Alvorada* a maioria dos colaboradores pertencia ao corpo de infantaria. A ligação da imprensa militar parece ter mais relação, portanto, com o nível educacional dos redatores, do que com o corpo ou arma a que pertenciam. A constatação tem também uma relação geográfica: na

Corte, os oficiais estavam mais próximos da Escola Militar, e tendiam a concentrar os seus estudos nas armas consideradas “científicas”. Nas províncias do sul, por outro lado, os oficiais se dedicavam aos estudos das armas menos nobres, como a infantaria e a cavalaria. Pensavam os militares da Corte e mesmo muitos ministros militares, que as províncias sulistas deveriam ser responsáveis pela formação de militares destas armas. Não é coincidência que as escolas regimentais do regulamento de 1860 foram instaladas no Rio Grande do Sul.

O *Indicador Militar* encerra uma publicação única observada neste período na imprensa militar. Iniciativa similar só voltará a existir em 1882, com o lançamento da *Revista do Exército Brasileiro*, concebida em termos similares ao *Indicador*. O intervalo de duas décadas foi preenchido com outras publicações, conforme é possível observar no quadro exposto no primeiro capítulo deste trabalho. De fato, os periódicos militares sempre estiveram presentes na imprensa, tornando-se um fato constante no império do Brasil.

### **2.3 A Imprensa periódica militar no norte do país**

Registramos no levantamento aqui efetuado que a maioria dos periódicos da segunda fase foi publicado no Rio de Janeiro. A Corte constituía-se como um centro administrativo e militar, sobretudo pela existência da Escola Militar. Constituía-se ainda como um polo tipográfico, reunindo oficinas de qualidade, na parte central da cidade. Ainda assim é relevante perceber que a imprensa periódica militar não esteve restrita ao Rio de Janeiro: alguns periódicos de sucesso foram publicados fora da Corte. Apresentamos aqui algumas sugestões em relação ao periódico *Alvorada*, que, embora tendo apenas uma edição arquivada na Biblioteca Nacional, forneceu interessantes informações para nossa análise. Caso similar parece se constituir com o *Echo Militar*, publicação iniciada no final do ano de 1878, em Manaus, na província do Amazonas.

Temos poucas edições do *Echo*, assim como da *Alvorada*. Mas com suas poucas edições, é possível extrairmos informações bastante relevantes para esta

análise. Como já afirmado anteriormente, a imprensa militar não se constitui como exceção durante o século XIX. Ela acompanha, além de um padrão internacional de desenvolvimento das forças armadas, a própria institucionalização do Exército brasileiro. Surgida muitas vezes em momentos de crise, a imprensa militar constituiu-se como espaço de discussão e de troca de experiências aos militares com ela envolvidos.

A Biblioteca Nacional possui apenas uma edição, mas a primeira e a terceira edições foram localizadas no acervo da Secretaria de Cultura do estado do Amazonas. A primeira edição é de 1º de outubro de 1878. Assim como outros periódicos, seu subtítulo é “periódico consagrado aos interesses da classe militar”. A publicação é mensal, e a primeira edição possui 16 páginas. O periódico oferecia assinaturas para Manaus, e também para o interior da província, destacando a possibilidade de assinaturas e envios para fora da província do Amazonas.

Embora os editores não fossem identificados na primeira página, o *Echo Militar* era fruto do trabalho de oficiais do 3º Batalhão de Artilharia a Pé, da província do Amazonas. O batalhão estava localizado em Manaus, e sofria, de acordo com os redatores, da falta de oficiais e soldados em seus efetivos, além de sérios problemas estruturais. Ao final da primeira edição, uma nota informava que todas as correspondências deveriam ser enviadas ao 1º tenente Pedro Guilherme Alves da Silva. O oficial havia sentado praça em 5 de janeiro de 1867, e em dezembro de 1878 tornou-se capitão do 1º regimento, 2ª bateria do 3º batalhão de artilharia a pé.<sup>248</sup> Silva tinha o curso de Artilharia da Escola Militar, de acordo com os regulamentos de 1874. O capitão repete um padrão já muito conhecido dos militares estudados nesta pesquisa: era um egresso da Escola Militar. Outros colaboradores identificados não seguiam o mesmo padrão, embora fossem oficiais.

Na primeira edição, a redação informa que a inspiração para o surgimento do *Echo Militar* está em outros dois periódicos: *A Revista Militar* e *A Alvorada*, ambos de 1878. Em relação ao primeiro, não encontramos nenhuma informação, nem na Hemeroteca da Biblioteca Nacional, uma das coleções mais completas de periódicos brasileiros. *O Alvorada* já foi aqui citado, e era publicado em Rio Grande, província do Rio Grande do Sul. Portanto, havia uma circulação destes periódicos, que

---

<sup>248</sup> *Almanak do Ministério da Guerra no ano de 1878*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1878, p. 69.

influenciaram oficiais da guarnição do Amazonas a lançarem seu próprio periódico e discutirem as questões relativas à instituição da qual faziam parte. “À *Revista Militar* e a *Alvorada* luzeiros guias surgidos no espaço, precursores desta quadra de reação, após um longo entorpecimento o *Echo Militar* cumprimenta e sincero desejo nutre de que sempre matizada das mais odoríferas e mimosas flores seja a estrada que cada um tiver de percorrer”.<sup>249</sup> Ainda no mesmo texto, a redação esboça uma espécie de programa, embora não tenha efetivamente denominado assim o texto:

O *Echo Militar*, pois, apresenta-se ao público, tendo por objeto sustentar e defender os interesses da força pública, respeitando sempre as conveniências e bem estar da nação; estudar suas leis e instruções, discutindo-as quando for possível para que melhor sobressaiam as reformas de que carece e a possibilidade de sua prática; examinar se a organização atual do exército satisfatoriamente corresponde as necessidades de uma guerra sucedânea à descrença de uma paz descuidosa; indagar se os estabelecimentos de educação superior ou elementar, se as repartições administrativas ou encarregadas de fornecerem o material que lhe é indispensável estão montadas como devem e se finalmente é tolerável ou bom o tratamento que recebem as praças nas enfermarias e hospitais”.

O programa apresenta aspectos caros e importantes aos militares, sobretudo as questões concernentes à organização. Muitos dos oficiais do 3º de Artilharia foram soldados na Guerra do Paraguai, e haviam presenciado a desorganização das forças de terra e mar durante o conflito. O Exército carecia mesmo de uma organização concreta, e era fruto de um amontoado de leis e regulamentos, algumas ainda datadas do século XVIII. Por isso, acreditavam os redatores do *Echo Militar* a necessidade de discussão dos parâmetros legais que pautavam a existência da instituição militar no Brasil. Embora a constituição de 1824 estabelecesse os princípios básicos de existência da força militar, todas as questões de organização deveriam ser reguladas por decretos ou leis específicas. Muitas destas leis jamais foram criadas, e questões como o código penal militar, por exemplo, nunca foram reguladas por uma lei específica. Vivia então o Exército brasileiro sob um código penal militar português do século XVIII.

---

<sup>249</sup> *Echo Militar*, ano I, edição n. 1, de 1 de outubro de 1878, p. 4.

A culpa pela falta de regulamentos específicos só podia ter relação com o poder legislativo do Estado imperial. Para os redatores, o abandono da instituição militar em relação a sua organização só poderia ser fruto “do pouco zelo e interesse que revelam, ao tratarem de assunto de tão magna importância”.<sup>250</sup> A constatação era óbvia, e ainda mais dolorosa aos oficiais de serviço na afastada província do Amazonas: o 3º de artilharia estava assoberbado de trabalho, porque a maioria dos oficiais estava de licença na Corte, e a legislação militar acabava por ser completamente nula em relação a regulação das licenças.

O *Echo Militar* apresenta-se ainda como um periódico sem cor política: seus redatores insistem que o maior interesse do grupo é pugnar pelos direitos e interesses da classe militar, e que, como tal, não possuem interesses políticos. O periódico, portanto, está voltado às “questões relativas à classe cujos direitos advoga; e por completa incompetência e falta de recursos abstém-se inteiramente de tomar parte em polêmicas estranhas ao seu programa”.<sup>251</sup> O afastamento da política, em muitos casos, poderia ser também uma resposta às constantes pressões enfrentadas pelos militares, de acordo com sua filiação ou interesse político. Mesmo com a lei de promoções de 1851, muitas transferências, permanências e mesmo postos hierárquicos eram obtidos através de ligações políticas. Por certo, anunciar-se como não político deveria reverter em alguma garantia aos redatores. Ao menos, assim deveriam compreender os militares que se dedicavam as discussões na imprensa.

A redação convidava também todos os militares a participem da publicação, enviando sugestões de trabalhos e encetando discussões nas páginas do periódico. A primeira edição é composta inteiramente por oficiais do 3º de Artilharia, assinando os textos somente com a primeira inicial do nome. Com auxílio de uma tabela contendo a relação dos oficiais do batalhão reproduzida pela própria redação, pudemos, com sucesso, identificar os articulistas desta edição.

O alferes Bernardino de Senna Diniz escreveu, na primeira edição, justamente um artigo sobre o batalhão. Estava, no início de 1878, como adido militar na província do Pará, à disposição do governo provincial. Quando sua transferência para o 3º de Artilharia foi anunciada Diniz ouviu dizer de um colega, que retornava da Corte, que o

---

<sup>250</sup> *Echo Militar*, ano I, edição n. 1, de 1 de outubro de 1878, p. 3.

<sup>251</sup> *Echo Militar*, ano I, edição n. 1, de 1 de outubro de 1878, p. 3.

3º batalhão estava sendo dissolvido, dada a penúria pelo qual passava.<sup>252</sup> Diniz conta que não se espantou: e honra em seu texto a memória do batalhão. O alferes esteve na Guerra do Paraguai, pois o *Almanaque Militar* informa a concessão da medalha de bravura da Guerra para Diniz. A guerra fê-lo Alferes por bravura, e pertencia ao corpo de Estado-Maior.<sup>253</sup>

Outro texto publicado na mesma edição foi assinado pelo 2º tenente Antônio José Barbosa, comandante interino da 2ª e 3ª bateria do 3º batalhão. Barbosa também havia lutado na Guerra do Paraguai: sentou praça em 22 de fevereiro, e em 27 de setembro de 1871 era já segundo tenente da artilharia. Ao contrário de Pedro Guilherme da Silva, redator do periódico, Barbosa não possuía nenhum curso da arma de artilharia.<sup>254</sup> Havia se formado nos campos do Paraguai, assim como uma boa parcela da oficialidade que permaneceu em serviço após a Guerra.

O lançamento do *Echo Militar* parece ter causado uma reação negativa na imprensa amazonense. O editorial da terceira edição, do mês de dezembro de 1878, esclarecia e também rebatia as acusações impetradas pelo *Jornal do Amazonas*. Por aquilo que o texto indica, teria o *Jornal do Amazonas* feito uma dura crítica à publicação do periódico exclusivamente militar. Entre seus comentários, o *Jornal* sugeriu que os militares não deveriam se misturar com estas atividades, porque acabariam militarizando a situação. Como exemplo, cita a participação de alguns militares como administradores públicos sugerindo que, além de militarizarem a administração, costumavam cometer muitos erros políticos.

Para o redator, tais afirmações constituíram-se como afrontas a toda a classe militar. A questão do militar como administrador político muito irritou a redação, que se empenhou em mostrar que os militares têm condição igual – ou até melhor, de dirigir os negócios administrativos do Estado. Para a redação, a participação na imprensa era o erguimento da classe contra a “dolorosa injúria que se lança à face de uma classe inteira, cujas partes, somente tem concorrido, senão para serem contempladas no país como leais e proveitosos servidores, em todo e qualquer ramo de administração pública (...)”.<sup>255</sup>

---

<sup>252</sup> *Echo Militar*, ano I, edição n. 1, de 1 de outubro de 1878, p. 11

<sup>253</sup> *Almanak do Ministério da Guerra no ano de 1878*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1878, p. 37.

<sup>254</sup> *Almanak do Ministério da Guerra no ano de 1884*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1884, p. 67.

<sup>255</sup> *Echo Militar*, ano I, Edição n. 3, de 1º de dezembro de 1878, p. 34.

Diz o redator em relação a existência do periódico militar:

Mas, se ainda assim, alguma pessoa estiver persuadida de que é estranha ao nosso plano de proceder, a matéria de que vamos ocupar, pedimos que lhe consulte por algum tempo o seu bom senso, e então verá que nunca é intempestiva a defesa apresentada por um cidadão, quando ouve maldizer-se a sua pátria.<sup>256</sup>

A existência do periódico, portanto, atendia à necessidade de discussão e amplificação das questões militares para a arena da imprensa. O *Echo Militar* é o primeiro periódico que registramos na longínqua província do Amazonas. Logo, sua aparição deve ter realmente intrigado a elite política e administrativa local.

O *Echo Militar* chegou a contar com um correspondente em Porto Alegre, como nos informa em sua primeira edição do ano de 1879: o 2º tenente Manoel Antônio da Cruz Brilhante. O *Jornal Mercantil*, em Porto Alegre, lançou uma nota por intermédio de Brilhante, anunciando o lançamento do jornal em Manaus. As conexões estabelecidas pela imprensa militar eram muitas. Basta lembrarmos que o *Echo* informa ter sido fruto da influência de outros dois periódicos que chegaram aos oficiais redatores, vindos, respectivamente, do Rio de Janeiro e de Rio Grande.

Embora o serviço postal do império fosse ainda deficiente neste período, as constantes referências entre os periódicos demonstram o interesse dos redatores em acompanhar os últimos lançamentos, e, ao mesmo tempo, dar publicidade a seus próprios periódicos. Quem faz constantes reclamações sobre os serviços prestados pelo correio imperial era a *Tribuna Militar*. O envio dos periódicos para áreas afastadas do centro de produção parecia ser uma das dificuldades impostas à existência da imprensa periódica militar. Em 1881, encontramos uma série de reclamações em relação ao atraso dos correios na entrega dos jornais em outras províncias, e mesmo no Rio de Janeiro, reclamado pela *Tribuna Militar*. Embora muitos destes periódicos ultrapassassem as fronteiras da Corte, o serviço de entrega era frágil e demorado, fazendo com que os periódicos chegassem sempre atrasados em outras províncias. O periódico *Tribuna Militar* publicou uma carta escrita por um assinante que, mudando-se de Minas Gerais para São Paulo, acusava o atraso e o não recebimento

---

<sup>256</sup> *Echo Militar*, ano I, Edição n. 3, de 1º de dezembro de 1878, p. 33.



de seus exemplares. Os redatores, por sua vez, justificavam a demora pelo serviço dos correios, dando como exemplo o serviço prestado na própria Corte: para entregar na Escola Militar da Praia Vermelha, as edições levavam até três dias para percorrer a distância do largo da Carioca ao morro da Urca.<sup>257</sup> A demora, no entanto, não refreava o desejo dos redatores de diversos periódicos a enviarem seus jornais para fora de suas províncias de origem, tanto edições gratuitas quanto edições destinadas a assinantes.

Já referimos no primeiro capítulo que a imprensa militar possuía duas redes de contatos, uma nacional e outra internacional. Através dos escritos que chegavam do exterior, os militares se inteiravam das novidades no campo militar, sobretudo aquelas ligadas ao desenvolvimento dos exércitos europeus. Pelas redes nacionais de contatos, os militares veiculavam os anúncios de outros periódicos, e criavam uma intensa participação entre os pequenos núcleos. É necessário lembrar também que muitos periódicos existiram de forma concomitante, e eram referidos uns pelos outros.

Não temos informações em relação ao término do *Echo Militar*, ou mesmo quantas edições foram publicadas em 1879. Mas é interessante assinalá-lo como um periódico que se desenvolveu afastado da Corte, sede administrativa do império, e que apresentou, por isso mesmo, dificuldades iniciais. Além da crítica negativa efetuada pelo *Jornal do Amazonas*, sofria também o *Echo* com um péssimo serviço tipográfico, sendo observada, ao longo da leitura, uma série de erros de impressão bastante incomuns nos periódicos do mesmo período observados no Rio de Janeiro.

O assunto principal das três edições do *Echo* foi a administração pública efetuada por militares. Nos próximos capítulos, iremos nos deter sobre este ponto. Embora muitos dos oficiais do 3º de Artilharia fossem veteranos da Guerra, esta não foi o assunto principal do periódico. No entanto, a Guerra serviu de pano de fundo para outros periódicos militares, apresentados a seguir.

---

<sup>257</sup> *Tribuna Militar*, ano I, edição n. 26, de 29 de setembro de 1881, p. 1.

## 2.4 A Guerra do Paraguai e suas consequências na imprensa militar

Durante a Guerra do Paraguai, registramos no Rio de Janeiro o aparecimento de um periódico dedicado às classes militares, com a primeira edição publicada no início de outubro de 1869. O periódico surge em um momento de crise: o exército paraguaio já havia sido derrotado, mas Solano López ainda estava vivo. A última batalha, ocorrida em agosto de 1869, foi contra uma tropa de velhos e adolescentes recrutados à força pelos obstinados comandantes de López. O exército paraguaio não tinha mais condições de oferecer uma resistência concreta aos militares brasileiros. Após a batalha, López foge com algumas centenas de soldados para o interior, sendo perseguido até a morte por tropas brasileiras comandadas pelo Conde D'Eu. A morte de López ocorreu somente em março de 1870, quando o acampamento paraguaio em Cerra Corá foi surpreendido pelas tropas brasileiras.

A guerra parece ter produzido dois efeitos, encontrados na imprensa militar, depois do seu término: primeiro, um forte impacto nos soldados brasileiros. Foi, até então, o mais longo conflito experimentado pelas tropas nacionais. A utilização de voluntários e alistados junto às tropas de linha produziu durante, e depois da guerra, uma multidão de feridos e mutilados, que, não servindo mais para o serviço, foram desligados do Exército. A guerra e os sacrifícios por ela impostos aos soldados também levou à percepção, por parte dos envolvidos, da falta de gratidão do império para com seus servidores.

Em segundo lugar, a guerra parece produzir nos militares brasileiros uma maior necessidade de participação política. Se antes de 1860 observamos na imprensa periódica militar discursos nesse sentido – sobretudo em *O Militar Briosso* (1855), depois da guerra a invocação de participação dos militares na política será ainda maior. Para o redator de *O Soldado e o Marinheiro*, se o Exército tivesse sido preparado, a guerra teria durado menos tempo, e o inimigo paraguaio não pensaria em invadir o país: “E de certo não teríamos lamentado tão sensíveis perdas devidas ao entusiasmo, ao valor, ao heroísmo sim, mas desacompanhados da imprescindível disciplina e da instrução característica das tropas aguerridas”.<sup>258</sup> A participação de

---

<sup>258</sup> *O Soldado e o Marinheiro*, ano I edição n. 3, de 23 de outubro de 1869, p. 2.

militares na política deveria servir para dar maior impulso às políticas voltadas às forças armadas.

Estes dois pontos parecem ser os polos principais do discurso de *O Soldado e o Marinheiro*. Alguns destes pontos irão retornar com força na década de 1880, sobretudo a questão da valorização dos voluntários que participaram da Guerra do Paraguai.

Assim como outros periódicos da imprensa militar, *O Soldado e o Marinheiro* não assume nenhuma denominação política. O autor tenta, com isso, afastar possíveis enganos ou mesmo fatos que possam prejudicar sua carreira, caso a autoria do jornal fosse descoberta. Declara, para tranquilizar seus leitores e opositores:

*O Jornal Militar* [acredito que refere-se aqui a si mesmo] é uma neutralidade armada. Essa declaração serve para tranquilizar o governo a bem definir a nossa posição, o fim da empresa. Debaxo desta circunspeção intelectual, sobre o domínio desta restrição que nos permite liberdade de discutir, não parvoejaremos em frívolas dissertações, e tratando de estudar os meios de que o governo deve utilizar-se, não nos impomos só nos propomos a contribuir com o que soubermos.<sup>259</sup>

O periódico *O Soldado e o Marinheiro* foi lançado em 9 de outubro de 1869, na cidade do Rio de Janeiro. O jornal carioca *A Reforma* informa na edição de 10 de outubro de 1869 a publicação do primeiro número do periódico. De acordo com *A Reforma*, o periódico militar não possui cor política, é escrito em boa e decente linguagem, e propõe advogar os interesses da classe militar.<sup>260</sup> De fato, *O Soldado e o Marinheiro* anuncia-se como jornal militar, subtítulo impresso logo após seu título principal. O periódico era impresso na Tipografia de J. A dos S. Cardoso, na rua Gonçalves Dias, n. 60. Era distribuído na Livraria Dapont & Mendonça, na mesma rua, onde se podia comprar as assinaturas ou as edições avulsas. A partir da sexta edição, o periódico passa a ser vendido pela livraria de Nicolao Alves, ainda na mesma rua. Algumas edições foram anunciadas no jornal *A Reforma*, na seção de anúncios. Na coleção da Hemeroteca da Biblioteca Nacional constam 7 edições do periódico, entre 9 de outubro de 1869 e 21 de novembro de 1869.

<sup>259</sup> *O Soldado e o Marinheiro*, ano I edição n. 6, de 12 de novembro de 1869, p. 4.

<sup>260</sup> *A Reforma*, Órgão democrático, ano I, n. 126, de 10 de outubro de 1869, p. 1.

Também o periódico *Diário do Rio de Janeiro* informa, em edição de 10 de outubro de 1869, o lançamento da edição de *O Soldado e o Marinheiro*. De acordo com o *Diário*, o periódico militar é “o novo campeão da imprensa, propondo-se a investigar as causas do abandono de uma classe que só é lembrada para morrer pela pátria e nunca para viver por ela”.<sup>261</sup> A publicidade do periódico militar, em ambos os jornais diários do Rio de Janeiro, nos permite inferir que a publicação do lançamento fosse a pedido dos redatores de *O Soldado e o Marinheiro*, com o objetivo de divulgar o lançamento do novo periódico.

*O Soldado e o Marinheiro* não possui assinatura em nenhum artigo, ou mesmo indicação de quem era o seu redator. No entanto, a leitura acurada nos permite inferir que o mesmo indivíduo era redator e editor do jornal. A exceção da escrita parece ser a coluna “Crônica”, sempre publicada na última folha de *O Soldado e o Marinheiro*. O texto apresenta-se como uma carta, escrita por um leitor e sem um assunto específico a tratar. Diferentemente dos outros periódicos até aqui apresentados, *O Soldado e o Marinheiro* não apresentou um programa, na primeira edição, pelo qual se pautar. Sua única consideração é com a defesa dos interesses da classe militar, antecipando que a folha não possui nenhuma vinculação política específica. O redator não quer dizer que sua fala não é política; mas defende a ideia de que sua folha não priorizará nenhuma tendência específica.

A partir da leitura é possível ainda inferir que o redator é dotado de grande ilustração. São frequentes as referências a pensadores gregos, romanos e também aos autores do iluminismo francês. Em várias passagens o redator recorre à história para dar mais força aos seus argumentos. É interessante como o autor recorre seguidas vezes à figura do historiador:

**O moralista clássico e o historiador imparcial** registrarão os feitos heroicos de um exército, na máxima parte composto de cidadãos que espontaneamente tomarão o cartucho, abandonando as doçuras da vida privada [grifos do autor].<sup>262</sup>

**O Brasil oferece à conscienciosa missão do historiador uma fase longa**, continuada e triste em que vê-se a frouxo e a flux a mão que

<sup>261</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, ano 52, edição 277, de 10 de outubro de 1869, p.1.

<sup>262</sup> *O Soldado e o Marinheiro*, ano I, edição n. 5, de 7 de novembro de 1869, p. 4.

ergue-se alta na defesa do território da pátria, abaixar-se humilde pedindo pão [grifos do autor].<sup>263</sup>

A classe militar, tão trabalhada em perigos e na defesa da pátria, não tem ainda, que o saibamos nós, um futuro garantido. Não temos cor política; não acusamos este ou aquele partido, **porque ante os olhos do historiador patriota e sincero todos** eles foram e continuam a ser os culpados. Não se protege a indústria, que é a vida de um estado, não se anima a agricultura, que é manancial de recursos, não se auxiliam as artes, as letras, não se promove a instrução, não se entusiasma os cometimentos nobres, não se faz nada. A culpa onde está? No governo de ontem, no de hoje e em todos que hão de vir [grifos do autor].<sup>264</sup>

Ao longo da pesquisa sobre este periódico, identificamos seu redator: Eduardo de Sá Pereira de Castro, tenente reformado do Exército. Embora seu nome não figure na capa do periódico ou em qualquer outra seção, encontramos tal informação no *Dicionário Bibliográfico Português*, de Innocencio Francisco da Silva.<sup>265</sup> O biógrafo indica que Pereira de Castro foi o redator de *O Soldado e o Marinheiro*, e que o periódico teve 12 edições, sendo a última publicada em 19 de fevereiro de 1870. O redator sentou praça no Exército em 1842, e torna-se alferes-aluno da Escola Militar, em 1847. Torna-se bacharel em matemáticas e ciências físicas pela Escola Militar, e em 1859 foi reformado por decreto. Foi lente interino da Escola Militar, antes do bacharelado, posteriormente adjunto do curso preparatório e repetidor da cadeira de história e geografia. Foi sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e publicou, até sua morte, em 1872, uma série de livros e compêndios.<sup>266</sup> Em 1869, quando passa a ser publicado na Corte *O Soldado e o Marinheiro*, era repetidor da disciplina de francês da Escola preparatória anexa à Escola Militar, no Rio de Janeiro.<sup>267</sup>

Todas as inferências anteriores, baseadas na pesquisa sobre o periódico, possuem, portanto, validade frente à descoberta de quem era o redator do periódico. Innocencio Francisco da Silva faz um comentário na entrada sobre Pereira de Castro:

<sup>263</sup> *O Soldado e o Marinheiro*, ano I, edição n. 1, de 9 de outubro de 1869, p. 3.

<sup>264</sup> *O Soldado e o Marinheiro*, ano I, edição n. 2, de 16 de outubro de 1869, p. 3.

<sup>265</sup> SILVA, Innocencio Francisco da. *Dicionário Bibliográfico Portuguez*. Tomo Nonno. Imprensa Nacional: Lisboa, 1870, p. 444 e 445.

<sup>266</sup> BLAKE, Augusto Victorino Alves de Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1893, p. 256.

<sup>267</sup> *Almanak do Ministério da Guerra*. Tipografia Nacional: Rio de Janeiro, 1871, p. 19.

recebeu das mãos do próprio autor uma série de cópias dos seus escritos, alguns conhecidos do grande público e outros não, como a redação de *O Soldado e o Marinheiro*.

É importante notar que *O Soldado e o Marinheiro* era a voz de um grupo militar que aspirava à participação na política. Nesse sentido, é necessário compreender que cada jornal pertencia a um grupo distinto de militares. Ou seja, os periódicos eram as vezes formados por um grupo ou por até um redator, correspondendo a ideais distintos. Os jornais querem se colocar como órgãos da classe militar, apresentando a instituição sempre como una e indivisível. Mas a variedade de jornais publicados no período, a falta de periodicidade na maioria deles e as diferenças observadas na redação e nos objetivos de cada periódico conduzem à ideia de que cada um respondia a interesses distintos, dentro da instituição militar.

O objetivo maior de *O Soldado e o Marinheiro* é demonstrar como os militares podem ser excelentes administradores, e como devem ter participação na política. Embora o discurso entre um ideal militar e um ideal político não seja tão ríspido e radical quanto foi o discurso de *O Militar Brioso*, sempre que os militares são apresentados como exemplos de administradores ou políticos, todas as características apresentadas são, invariavelmente, positivas. Ou seja, o ideal deste grupo era a participação política direta dos militares, tanto no poder quanto na administração.

Por outro lado, *O Soldado e o Marinheiro* adiciona um novo adjetivo à classe militar, na sua construção discursiva: o caráter desinteressado ou abnegado. Ou seja, a classe militar, no discurso positivo do jornal, não possui ambições políticas. Por outro lado, a participação na política figura, para os redatores, como um direito da classe militar, uma classe que é ilustrada e detentora de títulos acadêmicos.

O título do periódico informa ainda a sua definição de classe militar, composta pela figura do soldado – representando o Exército – e pela figura do marinheiro, representando a Marinha. Ambos deveriam se unir em torno dos interesses da classe militar, advogando suas prioridades na imprensa. Para o autor, tanto o Exército quanto a Marinha experimentam o abandono das autoridades e a falta de recursos e organização. Embora alguns artigos contemplem a Marinha, a maioria acaba versando sobre o Exército, instituição à qual pertenceu o redator.

A falta de apoio institucional para os escritos militares é também observada pelo redator: frente à existência de periódicos oficiais no exterior, contava o Brasil somente com a iniciativa de alguns militares que, de vez e outra, dedicavam-se aos estudos e à divulgação de seus ideais, na arena da imprensa. É esta imprensa um campo de luta, uma justa e necessária contenda, a fim de suprir a falta de um noticioso militar na Corte:

Sem apoio oficial, lutando contra o indiferentismo sistemático de alguns estadistas, e com a animadversão dos ambiciosos paisanos que usurpam direitos da classe militar, teremos, em todos os tons, acintosas demonstrações de ilegítima reprovação à nossa empresa; porem essa exceção, esse pequeno número de alguns despeitados, em seu próprio nome encontra a sua nulidade.<sup>268</sup>

O discurso de *O Soldado e o Marinheiro* lembra as lutas de uma geração anterior: o discurso político, alarmista e forte de *O Militar*. Opondo-se à proposta do *Indicador Militar*, cujo afastamento dos assuntos políticos era a regra principal, *O Soldado e o Marinheiro* não ficava restrito à seara militar: trazia informações sobre a necessidade da modernização militar, mas também a modernização do império brasileiro. O surgimento do periódico é marcado também como uma forma de protesto, exposta pelos seus articulistas, através do incessante discurso da desvalorização da classe militar. Ao incorporar já no título também o marinheiro, o periódico propõe ser universal, destinado aos interesses da classe militar. De fato, em sua primeira edição ao lado do título, define-se como *jornal militar*. Pergunta um autor, na primeira edição do periódico: “E qual será a causa do abandono de uma classe que só é lembrada para morrer pela pátria, e nunca para viver com Ela? Será a deficiência de conhecimentos que inabilita para as altas funções do Estado?”<sup>269</sup>

Dos periódicos destinados a esta pesquisa, a maioria possui um discurso alarmista e de protesto, ligado, sobretudo, às vicissitudes da carreira militar. Na verdade, nos parece que somente o *Indicador Militar* conseguiu, com sucesso, afastar-se destas disputas políticas, incorporando ao seu programa um estrito objetivo:

<sup>268</sup> *O Soldado e o Marinheiro*, ano I, edição n. 7, de 21 de novembro de 1869, p. 3.

<sup>269</sup> *O Soldado e o Marinheiro*, ano I, edição n. 1, de 9 de outubro de 1869, p. 1.

trabalhar pelo bem comum da classe militar, mas de forma oposta àquela até então utilizada por grupos descontentes. O *Indicador Militar* demonstrava seu descontentamento sugerindo soluções aos problemas através de um prisma estritamente militar, e, quando necessário, econômico, ao levar em conta os problemas econômicos do Estado imperial.

*O Soldado e o Marinheiro* foi um periódico de curtíssima duração na imprensa carioca: sua primeira edição é de 9 de outubro de 1869, e a última, registrada na Hemeroteca da Biblioteca Nacional, é de 21 de novembro de 1869, edição de número 7. No entanto, informa Innocencio da Silva que recebeu das mãos do redator 12 edições, sendo que a última foi de 19 de fevereiro de 1870. Não tivemos acesso às últimas edições, e, portanto, só podemos fazer suposições para compreender o término da publicação. É possível que, sendo editorado por apenas uma pessoa, o periódico não tenha tido condições de se manter. Os periódicos não costumavam ter uma grande tiragem, embora tivessem boa circulação, e dependessem somente das assinaturas. *O Soldado e o Marinheiro* não destinava páginas a publicidade, assim como a maioria dos periódicos militares observados até aqui. Destinava-se, portanto, somente à discussão dos assuntos de interesse da classe militar. É possível também que a ligação do redator com a Escola Militar tenha impossibilitado sua experiência na imprensa como redator anônimo de um periódico.

O periódico guarda ainda uma intensa relação com a Guerra do Paraguai: ainda que seu redator jamais tenha ido aos campos de batalha, existe o esforço de historiar a guerra, sobretudo através do olhar de seus participantes. A guerra é, portanto, o pano de fundo de *O Soldado e o Marinheiro*. A tentativa de escrever os relatos da Guerra pode indicar a participação de mais algum redator ou colaborador. Mas pode também ser uma iniciativa do próprio Pereira, influenciado pelos relatos encontrados na imprensa carioca. Os campos do Paraguai tornam-se, assim, um lugar de glória e sacrifício. A coluna “Crônica” refere-se exatamente desta forma: O cronista – podendo ser ou não Pereira - conta que no Rio de Janeiro a imprensa diz que “o soldado no Paraguai cobre-se de glória e morre no campo da honra coberto de moscas”.<sup>270</sup> Para o cronista, isto não é verdade. Conta, então, a história de um jovem de São Luís, que se alistou na Marinha, e morreu por conta da batalha de Humaitá. “(...) duas balas

---

<sup>270</sup> *O Soldado e o Marinheiro*, ano I, edição n. 1, de 9 de outubro de 1869, p. 4.



buscaram guarida em seu corpo e o bravo marujo morreu sem chorar nenhuma lágrima nem soltar um grito. Morrem assim os heróis”.<sup>271</sup> Em seguida, o autor pergunta como se morre no Rio de Janeiro? “Morre-se por tudo, menos de glória. Aí é que se morre coberto de moscas”.<sup>272</sup> O texto faz, claramente, uma crítica à forma como a guerra vem sendo tratada. A “Crônica”, que permanece ao longo de várias edições, traz pequenas anedotas de voluntários na guerra. O objetivo é sempre o mesmo: uma contraposição entre a Corte – aviltada – e os campos do Paraguai – gloriosos.

Para o redator, a Guerra só se completa com a morte de López pelas tropas brasileiras: “a guerra há de findar, mas não por decreto”.<sup>273</sup> A insistência neste ponto leva o autor a pensar que “se a guerra tinha de acabar por decreto, porque não se concluiu com as vitórias de *Lomas Valentinas*? Para que mais vítimas e mais despesas e com sacrifício de um augusto nome?”.<sup>274</sup>

*O Soldado e o Marinheiro* é, assim, um periódico fruto da crise institucional do Exército no final da Guerra do Paraguai e da crise política estabelecida no Império, nos meses finais da guerra, sobretudo a partir da caçada de López. É o único periódico catalogado que foi escrito durante o período da guerra.

Um dos eixos centrais de *O Soldado e o Marinheiro* – a questão do abandono militar e do tributo de sangue que, passado o conflito não é mais valorizado – será o tema central de outro periódico, publicado a partir de 1881. Embora seja relevante a distância temporal de uma década, em 1881 a questão da valorização dos soldados volta novamente à arena da imprensa. O impacto da guerra, como dito antes, foi importante para o desenvolvimento desta questão.

Em 13 de março de 1881, é lançado, no Rio de Janeiro, o periódico *O Soldado*. A capa informa que o periódico é o “órgão destinado aos interesses das classes militares”, cujo redator em chefe é o Alferes honorário do Exército Cândido Reinaldo da Rocha. O título de Alferes Honorário permite inferir que Reinaldo da Rocha foi do corpo de Voluntários da Pátria, durante a guerra do Paraguai. Nascido em 1842, contava Reinaldo da Rocha com 23 anos quando se alistou no corpo de Voluntários da Pátria, em 1865. O *Almanak do Ministério da Guerra* para o ano de 1881 informa

<sup>271</sup> *O Soldado e o Marinheiro*, ano I, edição n. 1, de 9 de outubro de 1869, p. 4.

<sup>272</sup> *O Soldado e o Marinheiro*, ano I, edição n. 1, de 9 de outubro de 1869, p. 4.

<sup>273</sup> *O Soldado e o Marinheiro*, ano I, edição n. 6, de 12 de novembro de 1869, p. 4.

<sup>274</sup> *O Soldado e o Marinheiro*, ano I, edição n. 4, de 30 de outubro de 1869, p. 2.

que Reinaldo da Rocha ganhou suas honras de Alferes Honorário em 25 de junho de 1873, e tinha residência fixa no Rio de Janeiro. Nesta época, o Alferes era empregado no Asilo dos Inválidos da Pátria, na ilha do Bom Jesus.<sup>275</sup>

Mas Reinaldo da Rocha tinha também conhecimentos de tipografia. *O Diário do Rio de Janeiro* informa que, em 1876, era Rocha votante da Corte e tipógrafo de profissão.<sup>276</sup> Portanto, a publicação de *O Soldado* tinha relação com dois episódios distintos da vida de Reinaldo da Rocha: os conhecimentos tipográficos que possuía e a sua atuação como Voluntário da Pátria na Guerra do Paraguai.

O jornal propunha ser publicado duas vezes por semana, sempre às terças e às quintas. Aceitava contribuições que fossem convergentes ao programa publicado na primeira edição. Era impresso na Tipografia de Augusto Santos, na rua Sete de Setembro n. 56. A primeira edição conta com textos escritos pelo próprio redator ou por avisos e decretos citados de outros jornais. Exorta à participação de militares neste novo periódico, cujo objetivo é “convencer aos inimigos das nossas classes – que somos mais adeptos da civilidade do que aqueles que pensam que as armas só se prestam a defesa da tirania”.<sup>277</sup>

O artigo de fundo da primeira edição foi intitulado “nossa missão”. Traz, em resumo, quais são as intenções da publicação:

Como uma luz opaca, sem outra pretensão que não a de defender os interesses do exército e armada, e das demais classes militares, vem hoje o *Soldado* ocupar um espaço na imprensa do país. Mais adestrados aos manejos das armas do que as lutas do pensamento, nos apresentamos modestamente, conquistando um lugar no meio dos combates da palavra escrita.<sup>278</sup>

Nota-se aqui as referências ao *métier* militar, considerando a participação na imprensa como um combate. O autor informa que o jornal não possui nenhuma coloração política, e que é guiado somente pelos interesses militares. Constitui-se, assim, como órgão de legítima defesa dos direitos militares. A existência do jornal é

<sup>275</sup> *Almanak Militar*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional 1881, p. 319.

<sup>276</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, edição n. 21, de 23 de janeiro de 1877, p. 1.

<sup>277</sup> *O Soldado*, ano I, edição n. 3, de 22 de março de 1881, p. 1.

<sup>278</sup> *O Soldado*, ano I, edição n. 1, de terça-feira 13 de março de 1881, p. 1.

consequência dos prejuízos que tem sofrido a classe militar, de acordo com o autor. Tais prejuízos impactam diretamente nos interesses da classe, que se sente esquecida e abandonada pelo poder imperial. Para o autor, as reformas e os regulamentos decretados pelo governo são uma ilusão, pois não passam de promessas não cumpridas: “nos iludem com promessas hipotéticas para garantirem a sua estabilidade, com a força de nossas armas. Reconhecem a nossa utilidade e calcam os nossos interesses. Somos, finalmente, uma classe olhada com o indiferentismo de todos”.<sup>279</sup> *O Soldado* precisa ser compreendido a partir do lugar de fala do seu autor principal: Reinaldo da Rocha, editor e redator do jornal era Alferes honorário, ou seja, Voluntário da Pátria durante a Guerra do Paraguai. Rocha foi um dos milhares de brasileiros que engajou no serviço da pátria por influência da lei de criação do corpo de Voluntários da Pátria. É difícil compreender ou mesmo analisar as motivações que levaram milhares de homens a se voluntariar em 1865, após o decreto de criação do corpo de Voluntários.

A primeira onda de recrutamento ocorrida entre dezembro de 1864 a maio de 1865 mobilizou um contingente substancial, que serviu para a expulsão das tropas paraguaias do Rio Grande do Sul, e para a invasão do Uruguai. Nesta primeira fase, foram formados muitos batalhões de voluntários influenciados, talvez, pela invasão do território brasileiro e por uma forte onda de patriotismo. Muitos foram os exemplos de campanhas patrióticas neste primeiro período, tanto para a formação dos corpos de voluntários quanto para arrecadação de fundos para a campanha. A guerra era vista como um evento rápido e passageiro, e o exército paraguaio não era percebido como uma ameaça. A partir de 1866, os relatórios provinciais enviados à Corte detalham as dificuldades em formar os corpos de voluntários, demonstrando uma resistência ao recrutamento por parte da população.<sup>280</sup>

É possível compreender também que, além da onda de patriotismo, a motivação tenha surgido das promessas pecuniárias feitas pelo decreto, fornecendo parte da motivação a homens civis que se tornaram soldados nos campos do Paraguai.

---

<sup>279</sup> *O Soldado*, ano I, edição n. 1, de terça feira 13 de março de 1881, p. 1.

<sup>280</sup> IZECKSOHN, Vitor. Resistencia ao recrutamento para o Exército durante as guerras civil e do Paraguai. Brasil e Estados Unidos na década de 1880. *Estudos Históricos*, n. 27, 2001, p. 91.

O decreto previa, além da criação do corpo, as vantagens oferecidas aos homens que se engajassem a partir dali como Voluntários.<sup>281</sup> Os soldados perceberiam, além do soldo, um adicional diário de \$300rs, além de um abono, quando dessem baixa no serviço. Deveriam receber também terras em colônias agrícolas ou militares, e teriam direito a empregos públicos, gozando vantagem sobre candidatos que não tivessem servido ao corpo de Voluntários. Pelo decreto, os Voluntários deveriam ter um *status* diferenciado, tanto durante a guerra quanto no seu término. Após o final da guerra, no entanto, as promessas do decreto não abarcaram todos os voluntários. Alguns receberam os abonos, e conseguiram empregos públicos. Mas a maioria encontrou dificuldades financeiras, com o final da guerra e o desligamento do Exército. O redator adverte que, por isso mesmo, a missão do periódico era fazer “sentinela nas fronteiras da opinião. A nossa linha de conduta está traçada; a nossa missão está sintetizada em duas palavras: batalhar e reagir!”.<sup>282</sup>

Entre os objetivos do periódico estava a discussão do Decreto de criação do corpo de Voluntários da Pátria, além de outros assuntos como: advogar a reforma da legislação militar; reclamar das arbitrariedades de que eram vítimas os militares; denunciar todos os casos de nomeações de paisanos, quando deveriam ser de oficiais reformados, honorários e da Guarda Nacional; defender os direitos das viúvas de militares; dar publicidade a todas as reclamações fundamentadas que forem enviadas. Este era, em suma, o programa de *O Soldado*: “Eis o programa que traz o *Soldado* para se alistar no batalhão da imprensa. Fazendo acampamento no campo do jornalismo, o *Soldado* estará alerta e ao primeiro toque correrá em auxílio dos companheiros que sofrerem”. Novamente referências ao *métier* militar eram feitas através de palavras como batalhão, acampamento, alerta e toque.

*O Soldado* clama pela classe militar. Mas quem é a classe militar a que tanto se advogam direitos requeridos pelo periódico? O próximo capítulo tratará deste assunto, mas é possível observarmos como a noção de *classe militar* é extensível a todos os grupos que participaram da Guerra do Paraguai. *O Soldado*, portanto, precisa

---

<sup>281</sup> Decreto n. 3.371, de 7 de Janeiro de 1865, disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3371-7-janeiro-1865-554492-publicacaooriginal-73111-pe.html>

<sup>282</sup> *O Soldado*, ano I, edição n. 1, de 13 de março de 1881, p. 1.

ser entendido como um periódico inserido no contexto de crise de um grupo específico: os oficiais honorários da Guerra do Paraguai.

Ao redator, não escapou o burburinho de que *O Soldado* era um periódico de caráter político, voltando aos interesses de algum militar em específico. Em sua quarta edição, esclarece o redator que “no espírito de alguns camaradas pairam ideias de suspeição acerca do objetivo de nossa folha acreditando-se que é ela (...) o eco de algum candidato militar”.<sup>283</sup> Esclarece, no entanto, que este não é o objetivo do periódico. *O Soldado* não atende às demandas de nenhum grupo político, senão aos interesses da classe militar.

*O Soldado* se parece muito com outros dois periódicos de período anterior: *O Militar* e o *Militar Brioso*. Seu texto é crítico, aguçado e permite inferir a tensão existente entre o governo e os grupos militares. O discurso de *O Soldado* converge nas questões de abandono e desrespeito para com a classe militar, acrescida de um novo detalhe: a Guerra do Paraguai. O conflito vai aprofundar o descontentamento dos militares através do discurso militar com a política imperial.

Para Schulz, embora os jornais publicassem constantemente suas opiniões políticas, não parecem estar ligados a grupos como positivistas ou republicanos. O discurso que “interessava aos oficiais era a moralização da política e da burocracia – bandeira de todos os grupos de oposição brasileiros – o progresso e o atendimento das queixas do próprio exército”.<sup>284</sup> De fato, *O Soldado* afirma, em diversos momentos, que não tem cor política ou que não responde a nenhum grupo político específico. Assim como outros periódicos militares da segunda fase, *O Soldado* tem por programa não estar ligado a nenhum grupo político característico.

Os constantes apelos de colaboração trazem um novo membro ao corpo de redação, a partir da 5ª edição. A redação era composta, até então, somente por Reinaldo da Rocha. O Major honorário Raymundo Duarte Bezerra torna-se também redator e proprietário de *O Soldado*. Assim como Reinaldo da Rocha, Bezerra também era um militar do corpo de Voluntários da Pátria. O oficial alistou-se logo após a publicação do aviso de criação do Corpo, em 1865. Foi designado ao 26º Corpo de Voluntários da Pátria, criado para a província do Ceará.

---

<sup>283</sup> *O Soldado*, ano I, edição n. 5, de 29 de março de 1881, p. 3.

<sup>284</sup> SCHULZ, op. cit., p. 90.

Em 1875, foi concedido o título de Major honorário ao então capitão reformado (honorário) Raymundo Duarte Bezerra.<sup>285</sup> Natural da província do Ceará, o oficial esteve envolvido nas campanhas do Paraguai como voluntário do Corpo de Voluntários da Pátria. Raymundo alistou-se como soldado, e a guerra o tornou Capitão. Foi elevado a Major no final do conflito, ao receber sua dispensa militar. Foi cavaleiro da Ordem da Rosa, por ação dos combates de 16 e 17 de abril e de 2 e 24 de maio de 1866, quando se dá a invasão do Paraguai, e a Batalha do Tuiuti, a mais importante batalha campal do conflito.<sup>286</sup> Pelas ações desempenhadas nesta batalha, recebeu também a Medalha de Bravura da Guerra do Paraguai, quando era capitão do 1º batalhão de infantaria pelos combates de 11 e 21 de maio de 1866.<sup>287</sup> Pelos serviços prestados na Guerra, foi ainda Oficial da Ordem da Rosa, em 1870.<sup>288</sup> Foi cavaleiro da Ordem de Cristo, e recebeu a Medalha de Campanha do Paraguai com 5 passadores, indicando a participação em todos os anos do conflito.

Aparentemente, Duarte Bezerra foi reformado após os serviços prestados na guerra. De acordo com o periódico *A Reforma*, em 1874 estava Raymundo Bezerra denunciando irregularidades no comando do Asilo dos Inválidos da Pátria, e que, por conta disso, teria sido preso, e encaminhado a fortaleza de São João.<sup>289</sup> Consta ainda nos anais da Biblioteca Nacional que, em 1885, o major Raymundo Duarte Bezerra seria proprietário de outro periódico intitulado *O Grito do Povo*.<sup>290</sup> A experiência como voluntário na guerra marcou profundamente a vida do major honorário: a maioria dos textos publicados por ele em *O Soldado* tem relação com o corpo de Voluntários da Pátria e sua experiência na guerra.

Estes textos são críticas vorazes à forma como o governo imperial tratou os seus voluntários. O próprio Bezerra se coloca como vítima de uma crença cruel que o levou aos campos sangrentos do Paraguai: a crença nos valores da pátria e na figura da majestade imperial. Bezerra conta que, aos 26 anos, respondeu ao chamado de recrutamento que chegou em sua vila, em 7 de janeiro de 1865: “Eu, que então supunha ter pátria, e idolatrava a pessoa augusta do meu Soberano, abandonei meus pais velhos e suas lágrimas (...) prometi com juramento defender minha pátria até

<sup>285</sup> Informação retirada do jornal *A Reforma Órgão Democrático*, de 27 de Junho de 1875, p. 2.

<sup>286</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, edição n. 206, de 30 de agosto de 1866, p. 1.

<sup>287</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, edição n. 188, de 10 de junho de 1869, p. 1.

<sup>288</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, edição n. 106, de 17 de abril 1870, p. 1.

<sup>289</sup> Informação retirada do jornal *A Reforma Órgão Democrático*, de 23 de Setembro de 1873, p. 4.

<sup>290</sup> *Anais da Biblioteca Nacional*. Vol. 85, 1965, p. 64.

verter por ela o sangue da vida!".<sup>291</sup> Raymundo serviu durante os cinco anos da guerra, e foi ferido em uma ocasião, permanecendo no hospital por 10 dias. "Naquele tempo (...) eu me julgava feliz; tinha pago o meu tributo de sangue, concorrido para a glorificação da pátria, honrando a coroa de Vossa Majestade".<sup>292</sup> Raymundo diz que perdeu tudo na guerra; perdeu seus bens, abandonados em sua cidade natal, e perdeu sua família. É indiscutível a descrença deste oficial na figura imperial bem como seu descontentamento em relação ao tratamento recebido após o retorno ao Brasil. Os artigos de Raymundo Bezerra sobre o corpo de Voluntários da Pátria são também constantes e incisivos.

A transformação ocorrida pela Guerra do Paraguai é visível nas folhas do periódico: solicitava-se aos voluntários da pátria, oficiais honorários e praças, que estavam desempregados, que comparecessem à sede da redação, para dizer a quanto tempo estavam desempregados. Nesse sentido, O periódico parece se colocar como porta voz dos Voluntários da Pátria que, de alguma forma, sentiam-se injustiçados pelo serviço prestado durante a guerra do Paraguai. Publica, por exemplo, carta de Pedro Oscar Lisboa, tenente honorário do Exército que sentia-se injustiçado por ser preterido diversas vezes, em nomeação. Era Lisboa escriturário da secretaria da fazenda da província do Paraná, quando saiu do serviço para ser incorporado ao Exército, como Guarda Nacional. Em 1868, voltou da guerra, sendo desligado por questões de saúde. Foi enviado, em comissão, para trabalhar como escriturário da alfândega em Rio Grande, onde trabalhou até 1874. Desde então, reclama ter sido vítima de perseguição política.<sup>293</sup>

É possível inferir que *O Soldado* tenha encontrado terreno fértil para se estabelecer. A edição de número 7 informa que a folha passou a pertencer a uma associação, denominada "Rocha, Bezerra e Cia", com capitais estabelecidos. Recebeu também novo sócio: Augusto dos Santos, tipógrafo que fazia a impressão do periódico. Desta forma, os oficiais honorários estavam a cargo da redação do periódico, enquanto Augusto dos Santos estava responsável pela impressão e pela administração da folha. O periódico passa a dedicar uma folha completa aos anúncios publicitários e informes pagos.

---

<sup>291</sup> *O Soldado*, ano I, edição n. 7, de 3 de abril de 1881, p. 2.

<sup>292</sup> *O Soldado*, ano I, edição n. 7, de 3 de abril de 1881, p. 2.

<sup>293</sup> *O Soldado*, ano I, edição n. 8, de 8 de abril de 1881, p. 4.

Em junho de 1881, a sociedade se desfaz: Augusto dos Santos, o tipógrafo, encerra sua participação ,e, com isto, desfaz a sociedade. O periódico não informa o motivo da dissolução, dizendo apenas que Augusto dos Santos não é mais membro do grupo. O periódico já estava na edição de número 26 nesta época. O término da sociedade foi crucial para o desenvolvimento de *O Soldado*: na edição de número 28 informam os redatores a troca de Tipografia. Os problemas parecem ter início com o fim da sociedade, e irão determinar o desaparecimento do periódico. Em um comunicado ao público, os redatores informam o desejo de adquirir uma tipografia própria, para que pudessem alterar a periodicidade da folha para até três vezes por semana. Informam ainda que, por hora, irão se manter na Rua São José, de forma temporária. Os redatores reforçam o compromisso com a publicação: “Não temos em vista resultados lucrativos; os nossos maiores desejos é [sic] servir bem à classe de que somos órgão e concorrer, o quanto estiver ao nosso alcance, para prestar ao país os serviços que o patriotismo nos aconselhar”.<sup>294</sup>

A edição de n. 30 informa uma nova tipografia, localizada na Rua de S. Pedro. As trocas ocasionam prejuízos aos assinantes e aos colaboradores do jornal. Em nota, os redatores pedem que os assinantes que não tem recebido com regularidade a folha, reclamem na nova tipografia. O formato permanece o mesmo, mas não é mais impresso o nome dos redatores na capa.

A dissolução da sociedade de *O Soldado* ocorre na mesma época em que outro periódico militar surge no Rio de Janeiro: a *Tribuna Militar*, lançada em 3 de julho de 1881. A *Tribuna* era impressa na mesma tipografia inicial de *O Soldado*, a tipografia da rua 7 de Setembro. É possível que Augusto dos Santos, proprietário da tipografia, tenha desfeito a sociedade com os redatores de *O Soldado*, para iniciar uma nova, com os redatores da *Tribuna Militar*. Em pouco tempo, a tipografia de Augusto dos Santos torna-se a Tipografia da *Tribuna Militar*, que, além do periódico, oferecia diversos serviços tipográficos, através de anúncios publicados na imprensa carioca.

A última edição de *O Soldado* arquivada na hemeroteca da Biblioteca Nacional informa que o periódico possui uma nova tipografia, na Rua do Senador Pompeu. Esta edição é publicada quase dois meses depois da última. O atraso indica uma provável crise vivida pelos dois redatores. Desde o fim da sociedade com Augusto dos Santos,

---

<sup>294</sup> *O Soldado*, ano I, edição n. 28, de 28 de junho de 1881, p. 1.



esta é a terceira tipografia que os redatores procuram. O artigo de fundo explica os motivos do atraso da publicação:

*O Soldado* não desapareceu, e vamos explicar os motivos que nos forçaram a interromper temporariamente a sua publicação. Lutávamos com algumas dificuldades para fazer face às grandes despesas que acarretam um jornal, cuja impressão era feita em uma tipografia de obras. As nossas condições não ofereciam garantias para formar a estabilidade de uma publicação regular, mas por outro lado tínhamos a facilidade de fazer aquisição de uma pequena oficina, o que acabamos de conseguir. Vencemos as maiores das dificuldades e hoje poderemos publicar com regularidade *O Soldado*.<sup>295</sup>

Embora a nota informe a aquisição de uma prensa tipográfica pelos redatores, o periódico provavelmente desapareceu. Esta é a última edição arquivada na Hemeroteca da Biblioteca Nacional, e não encontramos maiores informações sobre o periódico. A constante troca de tipografia deve ter influído negativamente no fluxo de assinantes e colaboradores do periódico. A presença do periódico *A Tribuna Militar* deve ter impactado também a existência de *O Soldado*. Embora os redatores de *O Soldado* saúdem o lançamento da *Tribuna*, o oposto não parece ocorrer: os redatores da *Tribuna* não fizeram menção à existência de *O Soldado*, em suas páginas.

Um colunista anônimo de *O Soldado* explicou, de forma metafórica, porque o periódico sumiu de forma repentina. Assim, o autor faz relações com a vida da caserna: *O Soldado* estava com os soldos e a *etape* atrasados, sem armas e munição, sem uniformes. Pediu licença ao comandante, e deu voltas pela vida; retornou fortalecido, de armas em punho “cheio de coragem, valente e pronto para o combate”.<sup>296</sup> O autor termina a passagem assim: “Fiquem certos de que agora *O Soldado* tem um quartel bem armado, não temerá inimigo algum; venham que o encontrarão em campo”.<sup>297</sup> Por fim, informa o autor: “Tudo volta a campo como era; o mesmo *Soldado*; escritores, ainda que fracos, os mesmos”.<sup>298</sup> Quem assina a coluna é o *Petit Caporal*. Esta era, aliás, uma das características do periódico: os colunistas assinavam sempre com pseudônimos suas colunas, sendo-nos impossível sua

<sup>295</sup> *O Soldado*, ano I, edição n. 36, de 13 de outubro de 1881, p. 1.

<sup>296</sup> *O Soldado*, ano I, edição n. 36, de 13 de outubro de 1881, p. 3.

<sup>297</sup> *O Soldado*, ano I, edição n. 36, de 13 de outubro de 1881, p.3.

<sup>298</sup> *O Soldado*, ano I, edição n. 36, de 13 de outubro de 1881, p. 3.

identificação. Eram os colunistas os mesmos redatores? Ou eram colaboradores externos ao jornal? É possível que os colunistas sejam, na verdade, dois: Candido Reinaldo da Rocha e José Pimentel.

Desde o início do periódico, duas colunas foram criadas e assinadas por pseudônimos: o Furriel passou a assinar na 1ª edição uma coluna humorística, *O Sentinela* passou a assinar uma coluna de “Variedades”. *O Sentinela* tornou-se *Impelten*, na 6ª edição, seguido de *K-lado*, na edição n. 11, *Clarim*, na edição n. 11 e *Petit Corporal*, na edição n. 14. A escolha de uma escrita anedótica parece ter sido a preferida pelos redatores. Em algumas edições, chegam a existir até 3 textos anedóticos. Os textos tinham sempre relação com a vida da caserna, e geralmente eram apresentados na forma de diálogo. Informavam, escondidos pela forma jocosa, as realidades políticas do governo imperial, as disputas de interesse observadas na Corte, o impacto da política nos quartéis e o abandono da instituição militar.

*O Soldado* recebia matérias de colaboradores que também assinavam com pseudônimos. Um texto sobre a situação fronteiriça em Bagé (RS) foi assinado por *um brasileiro*, por exemplo. Em outra edição, um texto sobre a saúde no Exército e os hospitais militares foi assinado pelo *farmacêutico*. *A justiça* assinou um texto sobre política.

Mas o periódico contou também com a colaboração de outros dois militares que assinaram seus textos: o capitão honorário Joaquim Silvério de Azevedo Pimentel e o Coronel do Corpo de Engenheiros Paulo José Pereira. Pimentel, assim como os demais redatores, era oficial honorário do Exército, tendo servido no 42º Corpo de Voluntários da Pátria, formado por homens da Província de São Paulo. O oficial serviu durante toda a Guerra do Paraguai, tendo sido Cavaleiro da Ordem de Cristo, Oficial da Ordem da Rosa e recebedor da Medalha de Campanha da Guerra do Paraguai com passador de 5 anos.<sup>299</sup> Pimentel assinava, em geral, poemas e cartas enviados ao *Soldado*. Assinava também algumas das colunas anedóticas sob o pseudônimo *Impelten*.<sup>300</sup>

<sup>299</sup> *Almanak Militar*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional 1880, p. 80. Também no *Diário do Rio de Janeiro*, edição n. 111, de 21 de abril de 1870, p. 1.

<sup>300</sup> Na edição n. 10 da *Tribuna Militar*, Pimentel assina um texto que na edição n. 13 de *O Soldado* foi publicada sob o pseudônimo de *Impelten*. Isso nos sugere que Pimentel fosse *Impelten*. *Tribuna Militar*, ano I, edição n. 10, de 4 de agosto julho de 1881, p. 2.

Paulo José Pereira havia sido um dos articulistas do *Indicador Militar*, escrevendo diversos textos nas edições 17, 20, 21 e 22 do ano de 1863.<sup>301</sup> No entanto, a maioria dos textos publicados em *O Soldado* haviam sido publicados no *Indicador Militar*, entre 1862 e 1863. Os textos de Pereira não eram apreciados pelos leitores: na edição de n. 25, um leitor enviou um recado ao oficial: “Amole meu coronel, com tuas publicações – Vai ao *jornal do comercio* deitar tais amolações”. A nota foi assinada pelo *Majori*. A redação do periódico publica, na edição seguinte, a reprodução de uma carta de Paulo José Pereira. A carta refere-se aos seus escritos, publicados desde a segunda edição de *O Soldado*, e que receberam algumas críticas anônimas, em diversas edições. O autor afirma que confia na redação de *O Soldado*, e envia novos escritos para a publicação, cujo objetivo é demonstrar o seu apreço e eterno trabalho enquanto militar do Brasil. Mas os novos escritos continuam sendo escritos antigos, produzidos entre 1860 e 1870, sobre diversos assuntos militares.

A década de 1880 é vista pela história da imprensa como um período de ruptura nos debates e no próprio cenário editorial do país. As discussões políticas são temperadas com o republicanismo e o abolicionismo, assuntos então em voga, e que impulsionam a publicação de uma série de periódicos políticos. De fato, se compararmos *O Soldado* com os periódicos militares anteriores, a primeira diferença será a veiculação de anúncios publicitários. Enquanto os jornais aqui estudados até 1870 careciam de anúncios ou não davam prioridade à publicidade como uma fonte de renda – sobrevivendo exclusivamente das assinaturas, *O Soldado* dedica uma folha inteira aos anúncios publicitários de lojas e serviços do Rio de Janeiro. A publicação tem, portanto, uma pequena fonte de renda com os anúncios. É possível que este novo cenário tenha implicado no término da sociedade com o tipógrafo Augusto dos Santos. A *Tribuna Militar*, lançada logo depois, difere bastante de *O Soldado*.

Schulz, em sua breve análise da imprensa militar da década de 1880, mostra que, genericamente, as discussões encetadas pelos oficiais nas páginas dos jornais *O Soldado* e a *Tribuna Militar* poderiam ser divididos em “reformas nacionais” e “reformas de corporação”.<sup>302</sup> Talvez esta não seja a divisão mais adequada para a análise, afinal, os periódicos diferem substancialmente um do outro e possuem

---

<sup>301</sup> *O Soldado*, ano I, n. 5, de 29 de março de 1881, p. 4.

<sup>302</sup> SCHULZ, op. cit., p. 97.

objetivos também diferenciados. *O Soldado* tem ligação com um aspecto único: a participação de ambos os redatores no Corpo de Voluntários da Pátria e a busca pelos privilégios tolhidos pelo governo imperial, após a guerra. Compreende, também, a busca pela integração da classe militar, identificada pelos autores como a garantia da estabilidade e da liberdade do país. *O Soldado* ganha, neste contexto, uma expressão maior àquela que foi identificada por Schulz.

*A Tribuna Militar*, por outro lado, apresenta características diferentes. O jornal foi lançado em 3 de julho de 1881, ao contrário daquilo que foi catalogado na Biblioteca Nacional. Consta no acervo da biblioteca que a primeira edição é de 7 de julho, mas nesta edição foram ajuntadas 6 páginas, das quais uma possui a data de 3 de julho e a outra não possui data. A edição de 7 de julho tem várias rasuras, incluindo uma na primeira página, que impede saber o número exato da edição. Mas consideramos que a edição de 7 de julho é a de n. 2, pois não traz nenhuma notícia sobre o programa, ou mesmo sobre o lançamento da *Tribuna Militar*, e agradece a vários jornais da Corte por terem noticiado o aparecimento do periódico: “A nossa aparição nos arraiais da imprensa, foi saudada com benignidade pelos órgãos autorizados dela, como sejam: *Jornal do Comercio, o Cruzeiro, O Trabalho, Diário do Brasil e a Gazeta de Notícias*”.<sup>303</sup> Ora, não se pode noticiar algo antes que aconteça. Da primeira edição, existe apenas uma página solta, sem identificação de número, apenas com a data de 3 de julho de 1881. As rasuras impedem a leitura.

O periódico se anunciava como “Órgão das Classes Militares e dos interesses gerais do país”. Já no título podemos observar que a *Tribuna* não era apenas um órgão voltado aos interesses militares; tencionava ser também um órgão de interesses do país, atraindo não apenas o público militar, mas também um público civil. O administrador era J. A. de Castro Miranda que não era militar. Portanto, o periódico não estava sob a direção de um militar, mas sim de um civil. O periódico oferecia ainda uma ampla página para a publicação de anúncios e uma parte para a publicação de editoriais e textos especiais, que também eram cobrados. A tipografia é a mesma de Augusto dos Santos, localizada na rua Sete de Setembro n. 56. Torna-se, assim, a *Tipografia da Tribuna Militar*, coincidindo com a saída de Augusto dos Santos da

---

<sup>303</sup> *Tribuna Militar*, ano I, edição n. 2, de 7 de julho de 1881, p. 1.

sociedade com os redatores de *O Soldado*. A pergunta que fica é: eram os redatores de *O Soldado* os mesmos da *Tribuna Militar*?

A segunda edição está bastante corrompida, faltando pedaços em várias páginas e difícil de ler. A configuração é a mesma de *O Soldado*: o periódico está dividido em cinco colunas, inicia com um artigo de fundo e tem, inclusive, as mesmas seções que *O Soldado* tinha antes de trocar de tipografia. Algumas colunas são assinadas pelos mesmos pseudônimos existentes em *O Soldado*, como o *Príncipe de Obá II* e o *Impelten*. A *Tribuna* publica também textos já publicados em *O Soldado*, como foi o caso dos textos sobre o Ministério do Visconde de Pelotas.<sup>304</sup> Ainda na segunda edição, registramos um texto de Joaquim Pimentel, que também publicou em *O Soldado*, e um texto anedótico, similar aos textos publicados no *Soldado*, sugerindo mais algumas similaridades entre os periódicos.

William S. Dudley sugere que a *Tribuna Militar* tenha sido uma continuação de *O Soldado*, que finalizou sua publicação alguns meses depois.<sup>305</sup> No entanto, a última edição de *O Soldado* é de 13 de outubro de 1881, quando *A Tribuna* já contava com 30 edições. Não nos parece possível, portanto, que um jornal seja continuidade do outro. O desaparecimento de *O Soldado* pode ter relação com a crise da sociedade com Augusto dos Santos, como parece indicar a sucessão de tipografias que são utilizadas pelos redatores após o término da sociedade. É possível ainda que Augusto dos Santos continuasse recebendo textos direcionados à redação de *O Soldado* após o término da sociedade e os publicasse na *Tribuna Militar*. É possível ainda que o tipógrafo tivesse os originais dos textos já publicados em *O Soldado* e os repetisse na *Tribuna* para preencher a falta de redatores. Isto explicaria os textos sobre o Ministério

---

<sup>304</sup> O primeiro texto sobre a má administração do Visconde de Pelotas está no n. 24 de *O Soldado*, de 3 de junho. O segundo texto, já vem na edição n. 25, de 7 de junho. O terceiro, está na edição n. 26, de 10 de junho de 1881. O quarto texto está na edição n. 27, de 17 de junho de 1881. O quinto texto está na edição 28, de 28 de junho de 1881. É a primeira edição após o fim da associação com Augusto dos Santos, dono da Tipografia da rua Sete de Setembro. Na edição 28, ainda constam como redatores o Alferes Rocha e o Major Bezerra. O sexto texto está na edição n. 30, de *O Soldado*, de 12 de julho de 1881. É o último texto publicado da série Visconde de Pelotas. Esta edição traz uma nota sobre a publicação da *Tribuna Militar*. É a partir desta edição que *O Soldado* não traz mais o nome dos redatores na capa. Entre as edições n. 29 e 30 de *O Soldado*, é lançada a *Tribuna Militar*, em 7 de julho. O texto é o mesmo publicado na edição n. 25 de *O Soldado*. A sequência de textos permanece na *Tribuna* depois de encerrada a circulação de *O Soldado*.

<sup>305</sup> DUDLEY, William S. Institutional Sources of Officer Discontent in the Brazilian Army, 1870-1889. *Hispanic American Historical Review*, Vol. 55, n. 1, February 1975, p. 60-61.

do Visconde de Pelotas que foram reproduzidos na *Tribuna* e que já haviam sido publicados em *O Soldado*.

Embora visualmente similar ao *Soldado*, a *Tribuna* ao longo das edições vai se tornando um periódico menos radical. Mantém ainda alguma relação com o Corpo de Voluntários da Pátria, sugerida pela publicação de alguns textos sobre o conflito, escritos por voluntários que estiveram envolvidos em combate e também pela publicação de folhetins, durante algumas edições. Mesmo que alguns folhetins não tenham relação com assuntos militares, o primeiro publicado tem direta relação com o Corpo de Voluntários. Dividida em seis atos, o título do folhetim é “Dois mutilados: drama ultra histórico”. Retrata uma passagem entre um capitão e um recruta. O folhetim narra a história de um recruta que jura a bandeira. Pelo seu juramento e pelas promessas de grandes ganhos pelo governo, o recruta vai para a guerra, junto com seu capitão. Na cena seguinte, é castigado por estar com o uniforme sujo e rasgado; a culpa é do governo, brada o recruta, dizendo que não recebe soldo há muitos meses; o capitão confere então um duplo castigo pela sua audácia. Na cena seguinte, ferido e no hospital, tem o recruta a perna arrancada por culpa da infecção. A última cena desdobra-se na rua, quando o recruta encontra-se pedindo esmola, e acaba por esbarrar no capitão, que sem um braço, sugere que ambos se tornem gatunos, para não morrer de fome. O folhetim é uma clara alusão ao Corpo de Voluntários da Pátria, sobretudo quando se refere à motivação do recruta: o juramento à bandeira, e as promessas de grandes ganhos feitas pelo governo.

Assim como a maioria dos periódicos militares – se não todos – a *Tribuna Militar* não é uma folha política, no sentido de estar ligada a um partido ou grupo político. Em um texto sobre a eleição da câmara legislativa escrevem os redatores: “A *Tribuna Militar* não tem partido, e assim como louva o bem, censura o que por ventura desagrade ao espírito público. Não é governista, mas também não é oposicionista”.<sup>306</sup> Como vimos no capítulo anterior, esta parece ser uma das principais características da imprensa periódica militar, na segunda fase. Embora é possível compreender que a existência de diversos periódicos no período tenha relação com diferentes grupos políticos, dentro da instituição militar, os periódicos sempre se anunciam como não políticos. A declaração, no entanto, não os torna menos políticos por isto: a própria

---

<sup>306</sup> *Tribuna Militar*, ano I, edição n. 4, de 14 de julho de 1881, p. 1.

inserção do grupo no cenário da imprensa periódica significa, em síntese, uma posição política.

A exceção ocorre na edição n. 32, quando a redação pede aos seus assinantes e leitores que votem em um candidato militar para a câmara legislativa de 1882. O coronel Catão Augusto dos Santos Roxo se candidatou, e foi descrito como um homem enérgico e preparado “para estudos sérios no sentido do bem do país e da classe”.<sup>307</sup> Ainda assim, os redatores acentuaram que o periódico “não tem cor política, nem toma parte nas lutas dos partidos militantes. Adota a bandeira da classe militar e há de morrer abraçada a ela, em defesa do bem geral do país”.<sup>308</sup> Com o período de eleições aberto, a *Tribuna* publica ainda informes sobre as candidaturas de Senna Madureira, de Joaquim Silvério Pimentel e do chefe de divisão da Marinha Arthur Silveira da Motta.

Alguns colaboradores de *O Soldado* parecem ter migrado para *A Tribuna*, sobretudo depois que o primeiro deixa de ser publicado pela primeira vez, entre os meses de julho e setembro de 1881. Um dos colaboradores, cujo pseudônimo era *Ilem-Pent* (um anagrama de Impelten, nome que era usado nas colunas de *O Soldado*), informa que:

*A Tribuna Militar* dirige-se a todas as senhoras bonitas da corte e roga-lhe que leiam com interesse o que ela lhes der em suas colunas, porque se é certo que as moças bonitas gostam das fardas douradas dos *tenentes*, assim como desprezam aos *coronéis* por imprestáveis e inservíveis, procurem convencer aos seus afeiçoados primos, que assinem a *Tribuna*. Se assim fizerem, prometo-lhes um romance amoroso, cheio de Alfredos e Júlios.<sup>309</sup>

*Impelten*, como vimos, era Joaquim Pimentel, um oficial honorário da Guerra do Paraguai que havia contribuído também para *O Soldado*. A fala de *Impelten* – agora *Ilem-pent* – demonstra que o periódico estava voltado não apenas aos militares, mas também aos primos civis das jovens senhoras bonitas da Corte. Esta informação não é apenas uma anedota ou uma passagem irônica, mas se reflete na própria

---

<sup>307</sup> *Tribuna Militar*, ano I, edição n. 32, de 20 de outubro de 1881, p. 1.

<sup>308</sup> *Tribuna Militar*, ano I, edição n. 33, de 23 de outubro de 1881, p. 1.

<sup>309</sup> *Tribuna Militar*, ano I, edição n. 4, de 14 de julho de 1881, p. 1.

publicação: já a partir da 4ª edição da *Tribuna* passa a publicar pequenos informes da cidade do Rio de Janeiro, como mortes, prisões, sepultamentos ou até notícias sobre os bondes carris da cidade. Nos outros periódicos estudados nesta pesquisa, não constamos este tipo de notícia sendo veiculada. É, portanto, uma particularidade da *Tribuna Militar*. A partir da sexta edição, o periódico passa a publicar folhetins românticos, que nada tem de militar.

A tipografia da *Tribuna Militar* parece ter alcançado relativo sucesso no Rio de Janeiro, pois em agosto de 1881 – pouco mais de um mês após seu lançamento – acaba se mudando para outro endereço, instalando-se na Rua da Carioca n. 31. A mudança de todo o maquinário para um espaço maior foi justificada pelo “interesse que tem inspirado a nossa folha ao público”, de acordo com a redação.<sup>310</sup> Com a troca de endereço, a redação exprime, mais uma vez, os objetivos da publicação. Como não tivemos acesso à primeira edição – cujo exemplar está rasurado na Biblioteca Nacional – as informações são relevantes. O projeto da *Tribuna Militar* é, de uma forma geral, similar a todos os projetos dos periódicos da segunda fase da imprensa militar: seu principal argumento é a defesa dos interesses da classe militar, partindo da necessidade de existência de um periódico voltado especificamente aos militares. Mas a *Tribuna* advogará também pelos direitos dos militares, sobretudo em relação aos vencimentos e ao cumprimento do decreto n. 2105 de 8 de fevereiro de 1873.<sup>311</sup> Defenderá, ainda, o bem estar da classe, suas imunidades e seu prestígio. A conclusão é de que:

Ficará por esse modo a classe militar com um órgão de publicidade próprio, que a represente condignamente no país e fora dele, e com uma fonte inesgotável de onde partam as inspirações de tantas cabeças pensantes da mesma classe, que por falta de recurso desta ordem não acham saída senão na imprensa alheia, que muitas vezes não as compreende. Além de tudo isso, a classe militar do Brasil não tinha um órgão seu.<sup>312</sup>

---

<sup>310</sup> *Tribuna Militar*, ano I, edição n. 12, de 11 de agosto de 1881, p. 1.

<sup>311</sup> O decreto determinava um substancial aumento nos soldos de oficiais e praças de pret do exército, além de contemplar também voluntários que ainda estivessem engajados no Exército. O decreto, no entanto, nunca foi cumprido, e o governo imperial nunca obedeceu às tabelas de aumento fixadas pelo decreto. É somente em 1887, com as crises derivadas da Questão Militar, que o governo imperial irá conceder parte deste aumento, regulado em 1873.

<sup>312</sup> *Tribuna Militar*, ano I, edição n. 12, de 11 de agosto de 1881, p. 1.



O redator não é militar, e o periódico destina uma folha inteira para a publicação de anúncios em todas as edições. É possível que o redator tenha enxergado na classe militar um nicho para expandir seus negócios tipográficos ou editoriais. Com a troca de endereço e a expansão da área tipográfica, espera o redator contar com o apoio de mais militares para aumentar a periodicidade da folha de duas para três vezes por semana.

A redação esforça-se para fazer jus ao subtítulo do periódico. Entre anúncios, notícias da cidade do Rio de Janeiro e romances em forma de folhetim, publica algumas notícias militares relevantes. Na coluna intitulada *Instruções Militares* o periódico publica, por exemplo, uma tradução de *Noções da Arte Militar*, cujo original é em francês, traduzido por Wenceslau Freire de Carvalho, capitão do 10º Batalhão de Infantaria. Publica também algumas instruções militares sobre esgrima e também sobre o fuzil, além de alguns estudos de instrutores da Escola Militar. Reproduz ainda alguns textos da *Revista Marítima Brasileira*.

A Guerra do Paraguai é, ainda, um tema recorrente no periódico. Além de José Pimentel, que escreve constantemente sobre algumas de suas memórias de participação na Guerra, o periódico refere-se também a José Bernardino Bormann, militar voluntário da pátria que em 1881 publicava algumas passagens sobre a Guerra na imprensa carioca.

Somente em setembro de 1881, é que completa-se a mudança da Tipografia para o novo endereço. A nova impressão teve forte acolhida na imprensa carioca, sendo reproduzida pelas páginas da *Tribuna*. Os redatores, orgulhosos, transcrevem os elogios recebidos do periódico *Horizonte*, publicado no Espírito Santo. A nota reconhece a *Tribuna Militar* como órgão legítimo das classes militares e honra a sua aparição na imprensa do Brasil: “A representação da classe militar na imprensa vem demonstrar que o Brasil não receia guerra alguma; que atravessa um período de completa paz, único estado que o fará progredir e desenvolver-se. A *Tribuna Militar* representante imediata dos interesses da classe militar, satisfaz a uma palpitante necessidade”.<sup>313</sup>

---

<sup>313</sup> *Tribuna Militar*, ano I, edição n. 19, de 4 de setembro de 1881, p. 1.

A existência da *Revista Militar* de Portugal parece ter impactado bastante a redação da *Tribuna Militar*. Em 1881 a revista portuguesa comemorou 33 anos de edição ininterrupta, fazendo a redação da *Tribuna* se questionar sobre esse acontecimento. Como era possível uma publicação ter tanta perenidade? Por que os militares brasileiros eram incapazes de manter uma publicação similar? Em três edições consecutivas, o aniversário da revista portuguesa é referido. Para os redatores “a vida dos jornais militares tem sido sempre efêmera, apesar dos melhores esforços empregados”.<sup>314</sup> Embora o redator admita que muitos esforços foram feitos no passado, nenhum conseguiu, evidentemente, transpor um período relativo de sucesso e existência. De fato, se levarmos em consideração os períodos de existência dos jornais anteriores, sua periodicidade varia entre poucas edições a até alguns anos de existência contínua. Os periódicos com até um ano de existência são a maioria, de acordo com o quadro 2, discutido no primeiro capítulo deste trabalho. O redator da *Tribuna Militar* refere-se ainda a Argentina, que mantém órgãos militares de importante renome. A comparação com a Argentina é sempre latente, sobretudo pelo país ter sido um frequente adversário do Brasil durante os anos da monarquia. Para alguns, argumenta o redator, a imprensa traz, como consequência, um corpo indisciplinado de oficiais. No entanto, o que causa a indisciplina não é a imprensa e sim a falta de autoridade e justiça dentro da instituição, na análise do redator. “Em segundo lugar, todo o jornal militar para se sustentar tem necessidade de ser prudente e respeitador, porque a maioria do nosso exército é ordeira e subordinada”.<sup>315</sup> Ainda em 1880 os oficiais estão sob o Aviso ministerial 273 de 1859, que proibia que oficiais militares se manifestassem em público. Embora o aviso nunca tenha sido revogado, sua utilidade tinha relação com interesses políticos, sobretudo. É o caso das cartas de Cunha Mattos e Sena Madureira, que desperta a chamada Questão Militar. Ou seja, o interesse em regular a participação dos militares era inteiramente político.

Dos periódicos aqui analisados, a *Tribuna Militar* ganha destaque por trazer uma série de editoriais e artigos sobre aspectos estritamente militares, em um primeiro momento. Noticia a modernização de equipamentos observada na Europa, a

---

<sup>314</sup> *Tribuna Militar*, ano I, edição n. 25, de 25 de setembro de 1881, p. 1. A *Revista Militar* de Portugal existe ainda hoje, contando, portanto, com 166 anos de existência. A Biblioteca do Exército português está trabalhando pela digitalização dos volumes publicados durante o século XIX. Maiores informações podem ser consultadas no site da revista: <http://www.revistamilitar.pt/index.php>

<sup>315</sup> *Tribuna Militar*, ano I, edição n. 25, de 25 de setembro de 1881, p. 1.

necessidade da construção de mais arsenais no Brasil, a importância das linhas de ferro para o rápido deslocamento de efetivos militares em caso de guerra dentro do território brasileiro. Para os redatores, a vitória na Guerra do Paraguai foi consequência da impossibilidade de ataque do exército paraguaio, durante um longo período, que permitiu o reabastecimento e o reagrupamento das tropas brasileiras.<sup>316</sup> A Guerra deveria servir de exemplo das dificuldades a serem enfrentadas e resolvidas pelo poder central em relação às questões militares: a dificuldade do recrutamento de voluntários, a falta de uniformes e munições, a demora nos deslocamentos das tropas – feitos sempre *a pé*, a falta de equipamentos e mesmo de oficiais habilitados ao serviço. Recebendo uma série de informes de oficiais tanto do Rio de Janeiro quanto de outras províncias, esperavam os redatores da *Tribuna* “dar a nossa folha a latitude que sua especialidade reclama. Se com estes oficiais outros se dignarem de ajudar-nos temos fé que a *Tribuna Militar* deixará de ser uma enorme interrogação para tornar-se uma realidade no meio do nosso esclarecido jornalismo”.<sup>317</sup> Assim, embora a *Tribuna* destinasse muitos caracteres a assuntos não militares, quando se referia a eles ganhava em qualidade e relembra um pouco as discussões encetadas pelo *Indicador Militar*, quase vinte anos antes. Talvez, a exemplo da *Revista Militar* de Portugal procurasse a *Tribuna* não a forma rígida de uma revista, mas a possibilidade de ser um periódico com conteúdo útil ao *métier* militar.

O esforço, portanto, tem relação não apenas com a criação de uma imprensa especificamente militar em meio a imprensa comum, mas também com a criação de um espaço de discussão necessário à instituição militar. Através das demandas publicadas, podiam os redatores especificar os limites da *classe militar*, seus interesses, seus direitos e deveres. O uso de palavras como *combate* e *arena* ao se referir sobre a imprensa tem relação com a criação deste espaço de discussão, mas também com a necessidade de estimular os oficiais a participar das publicações, seja através de colaborações ou através das assinaturas. Para os redatores da *Tribuna*, é “fato incontestável ser o estudo, nas fileiras do nosso exército, nulo e quiçá negativo. Não se lê, não se procura ler porque não há nada que alimente, que estimule, que torne o cultivo intelectual uma função das melhorias da carreira militar”.<sup>318</sup> Esta era

---

<sup>316</sup> *Tribuna Militar*, ano I, edição n. 20, de 8 de setembro de 1881, p. 1.

<sup>317</sup> *Tribuna Militar*, ano I, edição n. 28, de 6 de outubro de 1881, p. 2.

<sup>318</sup> *Tribuna Militar*, ano I, edição n. 19, de 4 de setembro de 1881, p. 2.

uma das justificativas para a existência e a insistência de periódicos voltados especificamente à classe militar. Na opinião dos redatores, o Exército não poderia voltar “ao estado intelectual que precedeu à campanha do Paraguai”.<sup>319</sup>

Mas com a chegada das eleições das câmaras provinciais e da câmara nacional, a política inunda as páginas da *Tribuna*. Os editoriais passam a focar os candidatos militares, apresentando seus interesses, e o programa pelo qual lutavam na arena da política. Acusa a imprensa do Rio de Janeiro de sabotar as campanhas militares, ao sugerir que alguns candidatos militares não possuíam uma trajetória ilibada. Inicia também a publicação de uma série de artigos sobre economia, que terão continuidade no segundo ano de publicação do periódico. Aqui parece existir uma diferenciação na linha editorial da *Tribuna*: a partir da edição n. 32 os artigos têm mais coloração econômica e política e a área militar passa a ser um assunto menos comentado. Os anúncios também diminuem enquanto a área de texto aumenta. A participação do periódico nas eleições através da divulgação das candidaturas militares parece ter confundido alguns leitores. Em meados de novembro de 1881, os redatores esclarecem novamente que o jornal não tem cor política, não sendo propriedade de nenhum interesse político específico. Os redatores acentuam a independência política do periódico:

(...) ergue-se a *Tribuna Militar* como a espada da justiça em defesa do direito da nação e como uma ameaça ao desregramento de seus vícios. Nossa missão é manter a ordem de cousas, defender a integridade e inviolabilidade das leis. Quando forem atacados tais princípios, então, se a paixão cegar os partidos, nós nos colocaremos de permeio, e aquele que melhor buscar acolher-se as instituições, nos terá a seu lado, seja qual for sua cor política. Em uma palavra: advogamos os direitos das classes militares, e não obedecemos senão à consciência do nosso dever. Qualquer que seja o governo, desde que respeite e faça respeitar as instituições juradas achar-nos-á a seu lado.<sup>320</sup>

Em 1882 inicia a *Tribuna Militar* um segundo ano de publicação. Os redatores informam que se mantêm fiéis ao programa estabelecido no primeiro número da publicação, em 1881. Os redatores informam ainda que enviaram diversas edições

<sup>319</sup> *Tribuna Militar*, ano I, edição n. 19, de 4 de setembro de 1881, p. 2.

<sup>320</sup> *Tribuna Militar*, ano I, edição n. 40, de 17 de novembro de 1881, p. 1.

para oficiais militares, na esperança de que se tornem assinantes e fortaleçam os interesses da classe militar. A coluna instrução militar volta a ser publicada, depois de muitas edições fora da impressão. Neste segundo ano diminuem os artigos militares, sendo substituídos por informes de promoções, alterações militares e reformas. O periódico continua a publicar também os folhetins românticos e as poesias. Perde, portanto, a qualidade dos textos militares publicados em 1881.

Foram publicadas 52 edições em 1881, e 20 edições em 1882. Em fevereiro, a *Tribuna* começa a publicar pedidos de colaboração e auxílio para sua manutenção. Na edição n. 16, pede o apoio da classe militar, para que possa continuar na arena da imprensa trabalhando pelos direitos militares. As últimas edições registram uma baixa participação de colaboradores, sobretudo daqueles que até então compunham sempre o periódico, como Joaquim Pimentel. Registra-se somente uma publicação na coluna Instrução Militar, que se estende por várias edições, e se apresenta como uma tradução de uma obra francesa efetuada por um oficial. A publicação parece perder o fôlego durante o ano de 1882. Neste mesmo ano foi fundada a *Revista do Exército Brasileiro*, organizada por três militares.<sup>321</sup> É possível que a *Tribuna Militar* tenha sido prejudicada com o lançamento do novo periódico.

Não sabemos se a edição de número 20 é a última efetivamente publicada da *Tribuna Militar*. Mas dada a tradição dos periódicos desaparecerem da mesma forma que apareciam, isto é, sem qualquer aviso, é possível que a *Tribuna* tenha encerrado sua participação na imprensa, por volta desta edição.

---

<sup>321</sup> A *Revista do Exército Brasileiro* foi organizada por aviso do Ministério da Guerra em 17 de janeiro de 1882. Eram seus editores responsáveis os maiores do corpo de engenheiros Alfredo Ernesto Jacques Ourique e Antônio Vicente Ribeiro Guimarães e o capitão Francisco Agostinho de Mello Souza Menezes. A revista foi o primeiro periódico institucional do Exército brasileiro, acompanhando assim uma tendência que estava também na Marinha, com a *Revista Marítima Brasileira*, publicada desde 1881. A revista teve, assim, a função de institucionalizar o Exército. A revista era mensal e durante seus 7 anos de existência teve sempre os mesmos editores. Mais informações, consultar: OLIVEIRA, Rodrigo Perez. A publicação de narrativas testemunhais de veteranos da Guerra do Paraguai na Revista do Exército Brasileiro: o projeto de construção de uma memória oficial (1882-1888). *ARS História*. V. 1, n. 2, jul.-dez. 2010, p. 98-113. Disponível em [http://www.ifcs.ufrj.br/~arshistorica/dezembro2010/doc/arshistorica02\\_a12.pdf](http://www.ifcs.ufrj.br/~arshistorica/dezembro2010/doc/arshistorica02_a12.pdf) Acesso em 25/10/2014. Consultar também OLIVEIRA, Rodrigo Perez. *A imprensa oficial do Exército brasileiro entre a 'questão militar' e a consolidação da República oligárquica: um estudo comparativo*. In: Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH-RIO. Disponível em [http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1332700733\\_ARQUIVO\\_artigoparaanpuhregional-2012.pdf](http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1332700733_ARQUIVO_artigoparaanpuhregional-2012.pdf) Acesso em 25 de junho de 2013.

Assim como outros períodos, a década de 1880 registra a existência de uma série de periódicos concomitantes. Enquanto era publicada a *Tribuna Militar*, registramos a existência de *O Soldado*, da *Revista Marítima Brasileira*, da *Gazeta Militar* e da *Revista do Exército Brasileiro*. Como referido no primeiro capítulo deste trabalho, a existência de periódicos militares não é uma exceção durante o período imperial, e sim uma regra: a imprensa periódica militar constitui-se, portanto, como um espaço de discussões e divulgação de assuntos militares. Composta, na maioria dos casos, por militares configura-se como um importante acesso intelectual aos militares brasileiros do período, que utilizaram suas páginas para compor discursos sobre a necessidade de modernização política e militar do país, além de estruturar seus principais interesses. A imprensa torna-se um espaço de configuração da própria identidade militar neste período definindo, em suma, como é *ser militar* no século XIX.

## 2.5 O processo de análise e organização dos periódicos

A análise e organização dos periódicos será efetuada a partir da proposta da Análise de Conteúdo. Este método de categorização e análise permite um olhar abrangente sobre o objeto de pesquisa sem, no entanto, reduzi-lo. Já nos referimos aqui como a preocupação com a imprensa foi desenvolvida pela nova história cultural, tornando possível a elaboração de uma história através da imprensa. Tal história configura-se num emaranhado de proposições influenciadas, sobretudo, por novas formas de análise ligadas ao discurso e a estrutura linguística.

A análise de conteúdo sofreu algumas críticas, sobretudo frente ao avanço da análise de discurso.<sup>322</sup> No entanto, a análise de conteúdo foi muitas vezes mal interpretada pelos seus críticos: o objetivo principal desta análise é configurar-se como método de organização e categorização de fontes, em busca de um olhar que seja global e específico ao mesmo tempo. No Brasil, seu uso não foi muito difundido nas

---

<sup>322</sup> ROCHA, Décio. DEUSDARÁ, Bruno. Análise de Conteúdo e Análise de Discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória. *Revista ALEA*, volume 7, número 2. Julho-dezembro 2005. p. 305 a 322.

ciências humanas, embora tenha ganhado espaço nas ciências duras através dos mecanismos de *text-mining*.<sup>323</sup>

O objetivo desta pesquisa, como referido anteriormente, é investigar o discurso dos periódicos militares e sua transformação no período de 1850 a 1880. Temos interesse maior em três eixos principais de análise: o discurso relacionado à política; o discurso relacionado à própria instituição militar, como instituição partícipe do Estado brasileiro; e, por último, o discurso relacionado ao papel da imprensa periódica militar na visão dos seus redatores.

Para analisar o periódico, a categorização do texto foi efetuada, procurando elementos relacionados à própria instituição militar, ao governo e à política, e a imagem que os editores tinham de si, como redatores do periódico. Tal categorização foi baseada na proposta de análise de conteúdo.<sup>324</sup> O fichamento, acompanhado da categorização, permitiu ter uma ampla visão dos assuntos e opiniões veiculadas pelo periódico. Considerando-se o periódico um vestígio do passado que sobrevive no presente do historiador, sua análise e interpretação nos permite uma visão complementar, tanto da sociedade quanto da própria instituição militar naquele período.<sup>325</sup>

A Análise de Conteúdo é uma técnica de interpretação de textos que pode ser utilizada para toda a forma de registros escritos, e não escritos como documentos, discursos, jornais, periódicos, entrevistas, filmes e livros. Sua abordagem sistemática permite que o investigador tenha acesso a diversos dados sobre seu objeto de pesquisa e sobre os fenômenos da vida social que contextualizam seu objeto no tempo e no espaço. Portanto, esse método combina não apenas a produção de dados, mas também sua interpretação e análise, tornando-o complexo em comparação a

---

<sup>323</sup> Neste sentido, podemos citar os trabalhos de CONSTANTINO, Núncia. Pesquisa histórica e análise de conteúdo: Pertinência e possibilidades. *Estudos Ibero-Americanos*. Junho 2002. MORAES, Roque. Análise de Conteúdo: possibilidades e limites. In: ENGERS, M. E. A. (org.) *Paradigmas e Metodologias de pesquisa em Educação*. EDIPUCRS: Porto Alegre, 1994. P. 103 a 111. GUERRA, Isabel Carvalho. *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo*. Sentidos e formas de uso. Estoril: Príncipia Editora, 2006. Os recursos possibilitados pelo uso da tecnologia na produção de pesquisa têm elevado o valor da análise de conteúdo, travestida agora de uma nova nomenclatura: o text-mining ou a mineração de dados. Este recurso tem sido amplamente utilizado para estabelecer perfis de consumo, por exemplo.

<sup>324</sup> A análise de conteúdo é problematizada por BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2007. KRIPPENDORFF, Karl. *Metodología de análisis de contenido*. Teoría e Práctica. Barcelona: Paidós, 1990. OLABUÉNAGA, José Ignacio Ruiz. *Metodología de La investigación cualitativa*. Bilbao: Universidad de Deusto. 1999. Entre outros.

<sup>325</sup> Para Oakeshott, a história é inferida de vestígios que sobrevivem no presente do historiador. OAKESHOTT, Michael. *Sobre a História e outros ensaios*. Rio de Janeiro: TopBooks, 2003.

outras técnicas de investigação. Por estas características, tal método pode e deve ser empregado nos estudos em ciências humanas, principalmente em história.

Compreende-se, portanto, como uma técnica de análise da linguagem verbal. Por linguagem verbal, entende-se a capacidade de expressão humana. O estudo da linguagem está estritamente ligado às ciências humanas, e é, em geral, de caráter subjetivo e interpretativo. Sendo a linguagem oral ou escrita e considerando que a linguagem oral passa obrigatoriamente por um processo de escrita para investigação, a análise de conteúdo tem por objeto todo texto escrito que possui sentido. Logo, a análise de conteúdo é uma técnica de análise textual.

É com a obra de Laurence Bardin, no Brasil, que a Análise de Conteúdo passa a ser difundida. Na obra, quase um manual para a aplicação do método, Bardin explora as diversas possibilidades de uso do método, ressaltando sua pertinência aos estudos de imprensa, educação e psicologia social. A obra de Bardin é um marco ao definir, de maneira mais global, o sentido da Análise de Conteúdo.

Compreende-se então que todo o tipo de técnicas que procuram sistematizar e explicar o sentido de mensagens comunicativas (impressas, faladas, pintadas...) pode ser considerado como Análise de Conteúdo. De fato, Bardin esclarece que “não existe o pronto-a-vestir em análise de conteúdo (...) a técnica de análise de conteúdo adequada ao domínio e ao objetivo pretendidos tem que ser reinventada a cada momento”.<sup>326</sup> Ou seja, o método é adaptável à problemática de cada pesquisador, e, nesse sentido, complementar a outras formas de exploração teórica ou empírica do material.

A AC debe enterderse como um conjunto de mecanismos capaces de producir *preguntas*, y no como uma receta para obtener respuestas. O, dicho de outro modo, há de concebirse como um procedimiento destinado a desestabilizar la inteligibilidad inmediata de la superficie textual, mostrado sus aspectos no directamente intuibles y, sin embargo, presentes.<sup>327</sup>

---

<sup>326</sup> BARDIN, op. cit., p. 26.

<sup>327</sup> NAVARRO, Pablo. DÍAZ, Capitolina. Análisis de Contenido. In: DELGADO, J. M. GUTIÉRREZ, J. (org.). *Métodos y técnicas cualitativas de investigación em ciencias sociales*. Madrid: Editorial Síntesis, 1995, p. 182.



Desta forma, o caráter exploratório da análise de conteúdo é aqui evidenciado como um dos seus melhores benefícios. Bardin se refere, constantemente, a “análises de conteúdo”, pois o termo é abrangente para uma série de técnicas e procedimentos investigativos, tanto quantitativos quanto qualitativos. A autora esclarece ainda que a análise de conteúdo se destaca como método, por utilizar procedimentos sistemáticos e objetivos para descrever o conteúdo das mensagens.

Para Navarro e Díaz o recurso da categorização é bastante indicando principalmente a pesquisadores que trabalham com corpus de análise extensos e variados.<sup>328</sup> A categorização pode ser feita de forma semântica (temática), sintática (estrutura da linguagem), léxico (classificação de palavras) e expressivo (perturbações da linguagem). Em geral, para as mídias impressas, a forma semântica é a mais utilizada. Classificar os elementos em categorias significa aproximá-los por aquilo que os objetos têm em comum, ou seja, pela sua aproximação. O sistema de categorias tem por objetivo condensar os dados brutos e fornecer índices que seriam invisíveis quando dos dados brutos. Classificar e categorizar é um processo importante para os objetivos da pesquisa.

Nesse sentido, foi efetuada a categorização dos periódicos sob o título de “características”. Em todos os periódicos, são pinçados elementos que são categorizados em três características distintas: 1) características Militares; 2) características do Periódico 3) características Políticas; 4) características da nação. Todo o material coletado e organizado pode ser consultado no apêndice metodológico anexado ao final deste trabalho. O quadro abaixo é um exemplo sintético das assertivas que compõem cada categoria, coletadas nos periódicos durante o processo de análise e fichamento.

---

<sup>328</sup> NAVARRO; DÍAZ, op. cit., p. 194.

Quadro 9: Periódicos analisados e as categorias de análise.

Periódico	Características Políticas	Características Militares	Características do Periódico	Características da Nação
<b>O Militar (1854-1855)</b>	“(…) corrupção e mais corrupção; e o que não for eleições, de certo não ocupará a mente, as previsões, as vistas de um tal governo” (n. 6, p. 2).	“(…) não pode pugnar pelo que o Militar mais preza, pelo seu único patrimônio, sua única riqueza, a HONRA!” (n. 1. p. 4).	“A publicação de um periódico Militar era uma necessidade de longo tempo sentida: sua aparição veio pois encher um vazio que só achava explicação no descrédito a que tem sido conduzida a imprensa (...)” (n. 6 p. 8).	“(…)E não concluiréis que a este respeito o Brasil é a antítese das nações civilizadas?” (n. 2, p. 4).
<b>O Militar Brioso (1855)</b>	“O quanto tem sido eles [políticos] fatais ao país e favoráveis à meia dúzia de saltimbancos que sem trabalho querem esbanjar os dinheiros públicos, julgando muito lícito e honroso roubar a nação a bem de seus próprios interesses” (n. 11 p. 2).	“(…) da nobre e honrada classe militar, tão mal estipendiada, tão sobrecarregada de serviços, tão exposta a punições quais as que sofrem o soldado Brasileiro! Tao falta de recursos e tão cheia de despesas; classe onde parecia unicamente o merecimento deveria imperar e onde a proteção debaixo da capa desse mesmo merecimento tanto se aninha!” (n. 11, p. 4).	“(…) sua missão é mais alta e mais nobre, é uma luta de opiniões que vai agitar seus prelos”. (n. 1, p.1)	“(…) a necessidade de um útil desenvolvimento que coloque a nação no ponto culminante de progresso (...)” (n. 9, p. 1)
<b>Indicador Militar (1862)</b>	“Fomentar o trabalho, aumentar por todos os modos as forças produtivas do país, promover o bem estar geral do povo, eis os mais importantes deveres dos altos poderes do Estado” (n. 3, p. 45).	“(…) e o exército (...) será o mais forte sustentáculo da Independência do país e a mais eficaz garantia da ordem” (n. 6, p. 86).	“Hoje que a classe militar pode advogar seus interesses em um jornal especial, e quando já as questões militares soem ser discutidas científica e racionalmente no vasto campo da imprensa, cometeríamos uma cobardia recuando ante qualquer dificuldade” (n. 14, p. 262)	“Medidas casuísticas são fatais pela instabilidade que acarretam, multiplicidade que as confundem, tergiversação que as enrama e morte prematura que as surpreende. Os homens pela nação, As resoluções pela nação. A nação pela nação” (n. 5, p. 74).

<p><b>O Soldado e o Marinheiro (1869)</b></p>	<p>“(…) cedem ainda uma vez o passo à indébita influência da classe que entre nós tudo tem sabido monopolizar!” (n. 3, p. 1).</p>	<p>“(…) uma classe tão distinta pela nobreza de seu desinteresse e pelo heroísmo da abnegação com que rasga as próprias veias, e lava com seu sangue as nodoas de qualquer afronta porventura irrogada à honra da pátria” (n. 1, p. 1).</p>	<p>“Nem os ministros da guerra, nem os respectivos comandantes, nem os jornais, acertaram esta ideia, a qual temos o dever de apresentar, porque este jornal não vem a polémica senão para suprir lacuna na história desta guerra, e defender os soldados e marinheiros, a corporação militar, enfim, a armada e o exército” (n. 4, p.3).</p>	<p>“Em uma pugna de honra como esta, em que tantos heróis levantaram os braços brandindo as armas em defesa dos brios da nação (...)” (n. 4, p. 3).</p>
<p><b>Tribuna Militar (1881)</b></p>	<p>“A <i>Tribuna Militar</i> nunca cogitou de achar uma ocasião em que pudesse louvar governo algum no Brasil, pelo desanimo com que viu sempre fugir a moralidade do lado em que todos os governos se achavam. A indiferença pelo que é útil tem sido norma dos governos que nos tem regido (...)” (n. 4, p. 1).</p>	<p>“A Classe militar, que não tem tido preponderância no país, não obstante contribuir com o mais penoso tributo, o de sangue, desceu à mais mesquinha posição durante o nefasto governo do Sr. Visconde de Pelotas” (n. 8, p. 2).</p>	<p>“Ficará por esse modo a classe militar com um órgão de publicidade próprio, que a represente condignamente no país e fora dele, e com uma fonte inesgotável de onde partam as inspirações de tantas cabeças pensantes da mesma classe, que por falta de recurso desta ordem não acham saída senão na imprensa alheia, que muitas vezes não as compreende. Além de tudo isso, a classe militar do Brasil não tinha um órgão seu” (n. 12, p. 1).</p>	<p>“A batalha é um grande drama em que engajasse a sorte de uma nação e que termina pela vitória ou pela derrota” (n. 6, p 3).</p>
<p><b>O Soldado (1881)</b></p>	<p>“O governo de vossa Majestade, com rara exceção de um ou outro dos respectivos <i>septemvros</i>, de longe em longe, é o balcão onde se almoeda a dignidade cívica, onde se merca e desonra o brio brasileiro”</p>	<p>“(…) nosso valente e infeliz exército, que, em divisões de injustiças e brigadas de ingratidões, estendeu linha de acampamento, de fileiras abertas, sobre os escarpados montes da margem</p>	<p>“O <i>Soldado</i> foi criado para defender os nossos interesses comuns, e neste campo procurará manter a moderação na linguagem, a verdade na exposição dos fatos e o patriotismo na</p>	<p>“E a vossa coroa também pesa, porque ela representa a Nação, cuja felicidade está depositada na consciência da cabeça que a sustém”.</p>

	(n. 10, p. 2)	direita da opressão dos governos” (n. 10, p. 3).	manifestação dos pensamentos” (n. 4, p. 1).	(n. 2, p. 1).
--	---------------	-----------------------------------------------------	------------------------------------------------	---------------

FONTE: A autora. (2013).

Todos os periódicos passaram pelo mesmo processo de análise, e alguns dados trabalhados podem ser observados no apêndice metodológico anexado ao final deste trabalho. A exceção foram os periódicos *Echo Militar* (1878) e *Alvorada* (1878,) que, pelo reduzido número de edições, não possibilitaram uma análise mais profunda de seus objetivos. No entanto, estes periódicos foram incorporados e citados nesta pesquisa em alguns momentos, por representarem a existência da imprensa periódica militar fora da cidade do Rio de Janeiro, local de maior ocorrência de periódicos, durante a segunda fase aqui caracterizada. As tabelas de conteúdo, de síntese e os índices dos periódicos foram todos produzidos a partir da leitura e do fichamento dos jornais. A busca pela categorização permitiu a esta pesquisa expandir as possibilidades de pesquisa e da própria evolução da análise, como sintetizado em nossa introdução.

Nos capítulos seguintes, as categorias serão analisadas, na tentativa de compreender o discurso dos periódicos militares inseridos na segunda fase da imprensa periódica brasileira. A preocupação com o desenvolvimento de ideias e concepções através das transformações no contexto histórico do período, é o guia principal desta pesquisa. Como afirmado anteriormente, o trabalho procura contribuir para os estudos de imprensa da história brasileira, sobretudo naquilo que tange à problemática estabelecida pela existência de uma imprensa militar.

## Parte II

### SOLDADOS E MARINHEIROS: A CLASSE MILITAR NO SÉCULO XIX

*Como sou amante da classe militar, por isso sempre procurei saber tudo quanto em nosso país se diz e se faz em benefício desta classe, de quem ainda se não tem bem compreendido a grandeza de sua missão na sociedade, mormente entre nós, onde ela tem sido o primeiro sustentáculo de nossas instituições políticas: a vista disto sempre fiz empenho em alcançar o jornal militar, que na corte se publica, porque este periódico leva a peito advogar a causa dos defensores da pátria e clamar contra os abusos e injustiças de que eles tem sido vítima. O Militar Briosso, edição n. 15 de 19 de julho de 1855, p. 2.*

Uma das características mais importantes da imprensa periódica militar de segunda fase é a insistência, por parte dos redatores, em considerar sua publicação uma fiel representante dos interesses da classe militar. Em que pese a consciência de que, de fato, a realidade poderia ser diferente do discurso, ainda assim é interessante assinalar o fato de que esta característica seja comum a todos os periódicos. De 1851 a 1882, todos aqueles escolhidos para análise da pesquisa se identificam com esse discurso. Como é definida a classe militar pelos redatores? O

objetivo da segunda parte desta tese é tratar da instituição militar no século XIX, mais especificamente, o Exército brasileiro no século XIX. O discurso dos periódicos é, portanto, mobilizador no sentido de conceder significados à classe militar e à própria instituição militar, nas páginas dos periódicos.

### 3 A CLASSE MILITAR

*Desde a mais alta antiguidade tem sido sempre a Classe Militar honrada, respeitada, bem compensada de seus sacrifícios e julgada a mais útil e necessária a uma nação (...)* O Militar, edição n. 5, página 5 (1854).

*O Exército não é um autômato, não é só um instrumento de guerra e reação; é mais do que isso. É a garantia das liberdades populares, da ordem, da segurança e da tranquilidade do povo.* O Soldado, edição n. 1, página 2 (1881).

As assertivas que abrem este capítulo estão separadas por quase trinta anos de diferença; no entanto, revelam entre si uma total complementariedade naquilo que tange às definições e características da classe militar. Num primeiro momento, a classe militar é honrada e respeitada, ao mesmo tempo em que é útil e necessária a uma nação. Em 1881, entende-se que o Exército não é um autômato, mas sim o garantidor da ordem e da segurança do povo.

Em que pese a diferença temporal entre ambas as assertivas, o objetivo deste capítulo é justamente explorar a construção de algumas ideias pelos redatores dos periódicos militares, ao longo do período aqui estudado. É bastante relevante, por exemplo, que, em 1855, o redator de *O Militar Briosso* considerasse o Exército um elemento de ordem e dignidade nacional enquanto, o redator de *O Soldado*, em 1881,

considerasse praticamente a mesma coisa.<sup>1</sup> A comparação enseja alguns questionamentos. Como é formado o discurso ao longo do tempo? Quais são as características atribuídas e necessárias a um militar do século XIX, na opinião dos redatores dos periódicos?

Este capítulo dirigirá foco, essencialmente, sobre a análise efetuada nas fontes de pesquisa. A análise foi construída tendo em mente duas preocupações principais: a organização de ideias expostas nos periódicos sobre que é *ser* militar, e como se caracteriza a classe militar neste período, através do discurso dos periódicos. A categoria de análise atribuída a estas ideias principais foi denominada “Características Militares”, conforme o apêndice metodológico anexado ao final deste trabalho. Esta categoria é consequência da análise de conteúdo efetuada sobre os periódicos que compõem esta pesquisa, conforme enunciado nos capítulos anteriores. Esta categoria de pesquisa foi aplicada a todos os periódicos aqui estudados, e a síntese das ideias de cada um foi condensada e sintetizada em quadros comparativos. O objetivo principal dessa análise será compreender o discurso dos periódicos através do período compreendido por esta pesquisa, buscando suas similaridades, diferenças e transformações.

Houve mudança no discurso, por influência dos diferentes contextos históricos? É possível que exista similaridade no discurso, mesmo após a Guerra do Paraguai? A guerra é considerada, pela maioria dos autores, como um “divisor” relevante neste período.<sup>2</sup> É a guerra que aglutina os militares como força política opositora da Monarquia, conforme a história tradicional. Assim, este capítulo buscará compreender melhor essas afirmativas, contrastando-as com o discurso dos periódicos, buscando convergências e divergências em relação ao discurso sobre *ser e pertencer* a classe militar, no século XIX.

---

<sup>1</sup> Lê-se em *O Militar Brioso*, na edição n. 4, de 21 de março de 1855, página 1: “Segundo, às miseráveis economias que entre nós (...) se fizeram e inda se fazem à custa do Exército e da armada, desses dois grandes elementos da paz, da ordem e da dignidade nacional”. Em 1881 lê-se em *O Soldado*, em sua primeira edição, página 1: “Nós que somos os legítimos defensores da pátria; nós, que constituímos a garantia da ordem; nós, que somos os sustentáculos da dignidade e honra nacionais, não podemos ficar indiferentes ao movimento que se opera”.

<sup>2</sup> Vários autores compartilham da visão de que, é somente após a Guerra do Paraguai, já nos anos 1870-1880, que os militares irão adquirir uma consciência de *classe* ou uma identidade de grupo. Para John Schulz, é o período pós guerra que transformou significativamente a relação dos oficiais com a instituição militar, reforçando principalmente sua identidade de grupo. SCHULZ, John. *O Exército na Política*. Origens da Intervenção Militar (1850-1894). São Paulo. EDUSP, 1994, p. 76.



### 3.1 A instituição militar brasileira no século XIX – o Exército

O Exército brasileiro foi um produto do processo de independência, em 1822. Até a independência, não existia, a rigor, um Exército brasileiro. Para um redator do periódico *O Militar Briosso* (1855) o nascimento da classe militar brasileira ocorreu no Ipiranga, no grito de independência ou morte de D. Pedro I, pois o grito “(...) impeliu nossos bravos camaradas às províncias onde as aguerridas falanges metropolitanas com sua disciplina e reconhecida intrepidez não puderam conter o ímpeto marcial de nossa nascente classe militar já tão patriótica”.<sup>3</sup>

E a instituição que surge, em 1822, é um amálgama das instituições portuguesas transferidas para o Brasil, primeiro como colônia, depois como Reino Unido. Logo, a tradição portuguesa teve impacto significativo sobre a formação das tradições militares brasileiras. A primeira, foi produto de duas fases históricas importantes de Portugal: o período de expulsão dos mouros, quando a sociedade como um todo estava alerta à ameaça de conflitos; e o período das grandes navegações, quando, além de soldados, os portugueses eram também estadistas a serviço do capitalismo estatal.<sup>4</sup> Os próprios redatores dos periódicos tinham consciência da importância da influência do exército português na formação do Exército brasileiro. Para um articulador do *Indicador Militar*, em 1862:

A herança de respeito e veneração à soberania da bandeira sobre o espírito do soldado, a herança que nos legou a cavalheirosa nação portuguesa, ainda se conserva intacta entre nós, porque a hidra da reforma e do desprezo do que recebeu de nossos avós o batismo da suprema adesão, ainda não poluiu com sua baba impura, peçonhenta e sacrílega esse artigo do nosso credo militar.<sup>5</sup>

Embora o profissionalismo militar seja uma recorrência do século XIX – sobretudo a partir de meados do século, tal prerrogativa não pode ser totalmente

---

<sup>3</sup> *O Militar Briosso*, ano I, edição n. 7, de 11 de abril de 1855, p. 2.

<sup>4</sup> HAYES, Robert. *Nação Armada*. A Mística Militar Brasileira. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1991, p. 12.

<sup>5</sup> *Indicador Militar*, ano I, edição n. 10, de 16 de maio de 1862, p. 158.

aplicada às forças armadas brasileiras, conforme discutimos no capítulo anterior. Janowitz ressalta que:

Nesse sentido, o aparecimento de um exército profissional – e, especificamente, de uma oficialidade profissional – tem sido um processo lento e gradativo, com muitas interrupções e reviravoltas. Oficiais mercenários existiam no século XVI e formas rudimentares de profissionalismo eram claramente discerníveis nos primórdios do século XVIII. Contudo, não se pode falar do aparecimento de uma profissão militar integrada senão depois de 1800.<sup>6</sup>

Uma profissão, ressalta o autor, é mais que qualificação específica adquirida através de intenso treinamento. Como afirmado anteriormente, é também o desenvolvimento de um sentido de identidade grupal e de um sistema administrativo. Assim, os movimentos são complementares e dependem um do outro: a administração reforça o caráter burocrático e estatal da instituição militar; o discurso, reforça seu caráter de classe e identidade.

No Brasil colonial, a própria estrutura administrativa foi influenciada por uma característica essencialmente militar. A ameaça representada pelos índios e também pelos exploradores de outras nacionalidades determinou essa organização, derivada das ordenações afonsinas. A estrutura burocrática e administrativa se fundiu com a estrutura militar, responsável não apenas pela defesa, mas também pela administração do território. A partir de 1548, foram criadas as milícias para a defesa dos núcleos urbanos, normalmente treinadas e comandadas por membros das ordenanças militares. As ordenanças, por sua vez, eram tropas paramilitares, ligadas, em geral, aos governadores gerais e aos donatários das capitanias hereditárias.<sup>7</sup>

Em 1548, chega no território colonial a primeira tropa do exército regular português. A força estava a serviço oficial dos interesses da coroa portuguesa, e sobrepunha-se em poder às milícias e as ordenanças. No entanto, até a invasão holandesa, esse exército transformou-se em uma força desorganizada e não padronizada. Os efetivos eram locais, compostos em sua maioria por índios e nativos

---

<sup>6</sup> JANOWITZ, Morris. *O Soldado Profissional*. Rio de Janeiro: GRD Editora, 1967, p. 14.

<sup>7</sup> MAGALHÃES, J. B. *A Evolução Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: BIBLIX, 1998, p. 118.

brasileiros. As atribuições desta força não uniformizada eram, em geral, a construção de fortes, edifícios públicos e policiamento urbano. Em meados do século XVII, o exército estacionado no Brasil foi reorganizado segundo a lógica espanhola, tendo as unidades paramilitares como auxiliares.

No século XVIII, como consequência da descoberta das Minas, o sistema de ordenança (tributário ainda das primeiras décadas de colonização no século XVI) foi substituído pela milícia. O objetivo do governo central em Lisboa era entrosar a elite brasileira com o exército regular, fortalecendo os laços de lealdade. Foram criados regimentos especiais para os senhores de engenho e os membros da elite colonial, com características simbólicas que lembravam a aristocracia portuguesa. Os oficiais das milícias eram autorizados a portar espadas e montar cavalos, atributos simbólicos ligados, originalmente, à nobreza europeia. Fazer parte da milícia substituíva, ainda, o serviço no exército regular.

A criação das milícias foi uma tentativa de atrair os privilegiados e os nobres ao serviço militar. Já no século XVIII, a população era refratária ao serviço militar, pois os salários eram baixos, pagos geralmente com atraso, e o tempo de serviço obrigatório se estendia por dez anos. Com a descoberta das Minas, houve uma atração pelo garimpo e o esvaziamento dos acampamentos militares. O governo central em Lisboa tentou também, através da criação da graduação de cadete, atrair os filhos das elites sociais para o exército, mas a oferta não deu certo.

Com a intensificação dos conflitos com os espanhóis ao longo do século XVIII, Portugal transferiu maiores contingentes militares para o Brasil, criando um problema em relação aos oficiais nativos. Em 1727, um decreto real proibiu que nativos ultrapassassem o posto de 2º tenente, evitando assim a possibilidade de elementos nativos subverterem o exército regular.

Foi durante a administração Pombal (1750-1777) que uma tentativa maior de organização das forças terrestres no Brasil ocorreu. Oficiais superiores europeus foram contratados para organizar as tropas nativas, em serviços como infantaria, artilharia e cavalaria. Foi criado também o primeiro código militar organizado, escrito pelo Conde de Lippe. O novo código estruturou a forma de organizar e disciplinar as

forças terrestres portuguesas, estendendo-se para a colônia.<sup>8</sup> Importante acentuar que o código de Lippe permaneceu em vigor – com algumas mudanças - até 1895. Na colônia, as forças ainda se dividiam entre as milícias, as ordenanças (tributárias ainda do século XVI) e o exército regular.

A transferência da família real portuguesa para o Brasil e o estabelecimento da Corte na colônia teve importante impacto na reorganização militar. À época de D. João VI, o exército estava completamente desorganizado, sobrepondo-se em funções com as milícias e as ordenanças. A iniciativa mais importante foi a criação da Real Academia Militar, em dezembro de 1810. De acordo com Hayes, “os oficiais da força deveriam ser preparados para um grande *papel na sociedade* e o curriculum era tão grande e abrangente que foi difícil encontrar professores qualificados para cumprir o programa”.<sup>9</sup>

A criação da Real Academia Militar insere-se em dois contextos históricos: um contexto mundial, de criação de escolas militares tanto na Europa como nos Estados Unidos; e um contexto nacional, de criação de estabelecimentos de ensino superior no Brasil. Na França, surgem as diversas escolas para formação de oficiais, que no final do século XVIII serão responsáveis pela formação de um grupo com capacidade e conhecimento técnicos incontestáveis. A engenharia ganha status de arma independente, tornando-se elemento importante para a formação do exército francês. Inicia-se assim um processo de institucionalização militar, baseado em processos intelectuais e cognitivos, e, através de uma profissionalização, baseada no estudo formal.

---

<sup>8</sup> MAGALHÃES, op. cit., p. 75. As penas e os castigos corporais foram definidos pelo regulamento de infantaria de 1763, que substituiu alguns artigos do regulamento de 20 de fevereiro de 1708. Alguns artigos com as punições:

“1763. - O § 3º do capítulo 11 do regulamento de infantaria de 1763 declara, que as culpas leves cometidas por descuido e inadvertência serão castigadas com 20, 30 ou 50 pancadas, dadas com a espada de prancha ou metido o réu em prisão a pão e água, ou fazendo-lhe montar guarda sem lhe competir, ou carregando-o de armas, uma e muitas horas: os quais castigos leves se darão sem conselho de guerra.

1764. - No § 3º do capítulo 10 do regulamento de cavalaria de 25 de Agosto de 1764 acrescenta-se depois da palavra -hora- as seguintes: *ou pondo-o no tornilho 4, 6, 8 horas ou mais até 24.*

O § 4º declara que nenhum oficial subalterno poderá contudo dar no soldado sem ordem, nem impor lhe nenhum dos castigos acima mencionados; salvo quando estiver comandando um posto destacado; e então fará uso da sua autoridade; mas sempre com a moderação necessária, por que há de ser responsável da sua conduta a este respeito”. In: AMARAL, Antônio José do. *Indicador da Legislação Militar*. 2ª Edição. Tipografia Nacional: Rio de Janeiro, 1872, p. 296.

<sup>9</sup> HAYES, op. cit., p. 32.

No Brasil, a Academia Militar foi, por muito tempo, a única escola de engenharia do Império. Na década de 1850, o ensino militar entra em fase de profissionalização e ampliação. A Academia Militar foi transformada em duas escolas: na Escola Militar, na Praia Vermelha, em 1857; e a Escola Central, no largo do São Francisco (na antiga Academia), para os cursos teóricos. Em 1860, fundam-se escolas regimentais fora da Corte, para os estudos de cavalaria e infantaria. Somente em 1874, a Escola Militar da Praia Vermelha possui o monopólio de todos os cursos militares superiores, inclusive o de engenharia.

Com a vinda da família real, houve a transferência de grandes contingentes do exército regular português para o Brasil. A presença destes oficiais desgostou a oficialidade nativa, e causou um alto grau de insatisfação. Os oficiais portugueses recebiam tratamento melhor naquilo que concerne às promoções e aos vencimentos. O atrito entre as duas oficialidades, uma nativa e outra portuguesa, levou a percepção, pelos oficiais portugueses, de que o elemento nativo poderia ser um conspirador em potencial, e tornou-se política oficial a limitação de promoções aos oficiais nativos.

À época da independência, o exército era um misto de forças portuguesas integradas ao exército nativo, oficiais nativos, oficiais portugueses, auxiliados pelas milícias e ordenanças - herdadas do recente passado colonial. O conjunto militar era heterogêneo e contraditório em relação a sua organização e função na sociedade.

Sinteticamente, do início da colonização até a independência, o Brasil não possuía uma força armada homogênea e organizada. As dificuldades administrativas e burocráticas das primeiras décadas do período colonial impuseram a criação das ordenanças, sob ordem dos donatários das capitanias; a instalação dos governos gerais e a infiltração pelo interior brasileiro, a partir do século, XVII criou as milícias, com maiores oportunidades e privilégios às elites sociais. Durante o século XVIII, o exército regular era a força mais fraca e desorganizada da administração colonial. De acordo com Hayes, “os oficiais do exército não eram considerados profissionais nem se julgava que dispusessem de papel significativo na administração, daí lhes advindo uma condição secundária e de apatia”.<sup>10</sup>

Logo, o exército que saiu das lutas da independência não era institucionalmente maduro. E contava ainda com uma força de mercenários estrangeiros recrutados por

---

<sup>10</sup> HAYES, op. cit., p. 36.

D. Pedro I, em 1823. Sua organização primária estava registrada na Constituição de 1824, que entre os artigos 145 e 150 estabelecia os fundamentos jurídicos das forças armadas brasileiras. As questões de disciplina, organização, soldos, quadros e promoções ficaram condicionadas à regulação através de um conjunto de leis específico que deveria englobar todas estas questões. Isso nunca foi criado, ficando tais questões reguladas por um conjunto solto de decretos, avisos ministeriais e decretos-lei, que, muitas vezes, confundiam-se entre si. O Exército foi, portanto, constituído de três armas (cavalaria, artilharia e infantaria), um estado maior geral, um corpo de estado maior e um corpo de engenheiros.

A lei de recrutamento dos quadros militares – e a conseqüente promoção – foi criada em 1824. A maior parte das promoções dependia de avaliações subjetivas, que seguiam ainda a tradição portuguesa da lei de promoções pombalina, de 1764. A precariedade e a inexistência de padrões profissionais ao Exército foram um problema durante o primeiro reinado. Institucionalmente o Exército era fraco, uma aglutinação de oficiais nativos e portugueses, mercenários estrangeiros e voluntários das lutas de independência. O exército regular convivia ainda com as ordenanças e as milícias, herdadas da administração portuguesa. Este último problema só foi resolvido com a criação da Guarda Nacional, em 1831, que absorveu as milícias e as ordenanças, sob uma nova denominação.

Com o período regencial, não houve sistematização nas reformas e organizações do Exército. Além disso, os conflitos do período, sobretudo a Farroupilha, impediram que se procedesse, metodicamente, à reorganização da força, empenhada em resolver o conflito no sul. A criação da Guarda Nacional, no período regencial, pode ser vista como uma forma da continuação da polaridade de poderes entre as antigas milícias coloniais e o exército regular, pois a lei extinguiu as milícias e ordenanças.

A falta de regulamentos específicos para cada arma fez com que, no início da década de 1850, uma série de reformas fosse efetuada. A maioria dizia respeito à adoção de regulamentos estrangeiros a cada arma específica. Para a cavalaria, foram adotados os regulamentos de Beresford, de Zagalo para a infantaria e do Marquês de Barbacena para as instruções com espada.<sup>11</sup> Os regulamentos e as leis careciam de

---

<sup>11</sup> MAGALHÃES, op. cit., p. 282.

organização específica, e mesmo de versões impressas, para que pudessem ser usados pelos oficiais na instrução dos soldados. Em 11 de outubro de 1842, uma imperial resolução determinava a reimpressão de alguns capítulos do regulamento de infantaria de 1763 para uso e consulta das tropas; somente em 1872, a resolução foi cumprida, com a impressão da obra *Indicador da Legislação Militar*, escrito e organizado pelo então Tenente Coronel Antônio José do Amaral, graduado do Estado Maior de Artilharia e lente da Escola Militar.<sup>12</sup> Amaral foi um dos articulistas do periódico *Indicador Militar* (apêndice AA) e uma de suas grandes preocupações de carreira foi, justamente, a falta de compêndios organizados de regulamentos e de material didático para a Escola Militar.

Em 1862, um articulista do *Indicador Militar*, tenente de cavalaria, indica que o Exército brasileiro adotou *ipsis literis* o regulamento de cavalaria do General Lord Beresford, também utilizado pelo exército português. Para o manejo de espada recorrem-se às instruções do Marquês de Barbacena (instruções provisórias seria o título correto, de acordo com o autor). No entanto, mesmo as instruções provisórias não forneceram uma base uniforme de instruções. O texto revela a variedade e multiplicidade dos regulamentos do Exército: cita ainda o autor que os regulamentos relativos ao uso de lança pela cavalaria do Rio Grande do Sul foram adotados em 1851, e são de Raimondo Montecuccoli – italiano do século XVII. O texto faz críticas à adoção dos sistemas estrangeiros, sobretudo a profusão de mandamentos e a falta de outros.<sup>13</sup>

Em *O Militar* (1854), um redator também escreveu a favor da necessidade de organização do Exército brasileiro. Para o autor, um território que se quer “tomar os foros de grande nação” precisa, pois, de um Exército e uma Armada

---

“1850 - O decreto n. 705 de 5 de outubro de 1850 mandou adoptar para a arma de artilharia as instruções organizadas pela comissão de prática de artilharia para o serviço das diferentes bocas de fogo, e montadas em reparos a Onofre; regulando para a artilharia montada as instruções organizadas pelo marechal de Campo João Carlos Pardal, e para as manobras das baterias de campanha Guarda Real francesa; para a arma de cavalaria o regulamento do marechal General Lord Beresford, aprovado para o exército português por decreto de 6 de março de 1816; para a de infantaria o sistema de Bernardo Antônio Zagalo, Oficial do exército português” IN AMARAL, Antônio José do, op. cit., p. 234. O Marechal William Beresford foi comandante em chefe do Exército Português desde 1809 até a revolução liberal de 1820. Beresford reorganizou a estrutura militar, introduzindo hospitais regimentais, equipes de saúde e também o sistema de ordens do dia. No Brasil, esteve entre 1816 e 1820 quando reorganizou as tropas do Reino.

<sup>12</sup> AMARAL, Antônio José do. *Indicador da Legislação Militar*. 2ª Edição. Tipografia Nacional: Rio de Janeiro, 1872.

<sup>13</sup> *Indicador Militar*, ano I, edição n. 15, de 1º de agosto de 1862, p. 279 a 282.

“convenientemente organizados, (...) considerados como uma das bases de engrandecimento de qualquer potência e desenvolvido mais ou menos segundo sua posição geográfica”.<sup>14</sup> O autor descreve a situação atual do Exército brasileiro, tendo como ponto de origem a organização e a instrução: “é sua organização defeituosa, sua composição de partes nocivas e muito atrasada se acha mesmo a instrução prática de que urgentemente precisa”.<sup>15</sup> Para o autor, escrever é prestar “um serviço ao país e aos nossos companheiros (...), a fim de por ele despertarmos capacidades que com seus escritos venham ilustrar aos nossos Militares”.<sup>16</sup> O autor aponta que não existe uma doutrina unificada sobre a forma de atuação da cavalaria. Os regimentos de 1ª linha do Exército seguem as instruções de Beresford, os batalhões da Guarda Nacional seguem as instruções do Visconde de Barbacena e os corpos de 2ª linha seguem ainda instruções das ordenanças portuguesas. Para o autor, “o hábito de não procurarmos por nós mesmos, melhorar o nosso desenvolvimento de instrução, tem feito que, servindo-nos de instruções feitas para a Europa, e em épocas remotas, venham introduzir vícios, nos nossos já viciados regimentos”.<sup>17</sup> Entende o autor que a falta de unidade de doutrina e a falta de adaptação destas doutrinas para a realidade brasileira são entraves para o desenvolvimento da arma.

Também a arma de artilharia ganha, em *O Militar*, críticas a sua desorganização. Para o autor:

A completa desorganização em que entre nós se acha a Arma de Artilharia tão poderosa e importante na guerra, o abandono em que se acham os corpos desta arma, de tal modo a tem desconceituado, que até mesmo alguns de nossos Chefes, ou por minimamente coerentes com as ideias retrogradadas que tanto predomínio exercem no país, ou por falta de instrução e conhecimento especial da Arma, a menosprezam e rebaixam. No estado atual da ciência e da arte da guerra, desconsiderar deste modo uma arma tão importante como a Artilharia, é o maior dos absurdos, incúria e desleixo que presidem a todos as nossas causas, sobretudo as que dizem respeito à Classe Militar.<sup>18</sup>

<sup>14</sup> *O Militar*, ano I, edição n. 9, de 30 de novembro de 1854, p. 4.

<sup>15</sup> *O Militar*, ano I, edição n. 9, de 30 de novembro de 1854, p. 4.

<sup>16</sup> *O Militar*, ano I, edição n. 9, de 30 de novembro de 1854, p. 4.

<sup>17</sup> *O Militar*, ano I, edição n. 9, de 30 de novembro de 1854, p. 4.

<sup>18</sup> *O Militar*, ano I, edição n. 17, de 31 de março de 1855, p. 1.



O redator informa que no Brasil existe uma Comissão prática de Artilharia, mas que é forçado “a dizer que as suas obras perdem por demasiado misteriosas, pois que ainda ninguém as viu nem conseguiu apreciar o fruto de suas elucubrações”.<sup>19</sup> Refere-se ainda a instruções do marechal Pardal para a artilharia, e adotadas pelo Exército. De origem francesa, as instruções originalmente datavam de 1824 e, por isso, julgava o autor serem antiquadas para o Exército brasileiro dos anos 1850. Adotadas em 1851, pelas reformas efetuadas por Manoel Felizardo, informa o autor que:

A ordem ministerial foi completamente burlada; até ao presente ainda nem um batalhão segue semelhantes instruções e a nobre Comissão prática de Artilharia que pelo governo foi encarregada de as traduzir, ainda não teve tempo de apresentar o seu trabalho, apesar de terem decorrido 4 anos. Por ai se vê o progresso em que marchamos.<sup>20</sup>

A Escola Militar, embora fornecesse educação, estava virtualmente afastada da instrução militar. As matérias militares, entre 1850 e 1860, estavam reduzidas aos anos finais do curso. A instrução prática, tanto na escola quanto na tropa, era inexistente.<sup>21</sup> Em 1852, ocorreu uma manobra e uma instrução prática de artilharia nos campos do salitre (próximo à Lagoa Rodrigo de Freitas, no Rio de Janeiro), por ordem do ministro da guerra. Tanto *O Militar* (1854) quanto um articulista do *Indicador Militar* (1862) trazem registro do ocorrido, e ambos asseguram que uma manobra similar jamais foi posta em prática. Em *O Militar*, segundo o redator, consta que foi nas manobras do Salitre que “a maior parte de seus oficiais [da artilharia] foi pela primeira vez exercitar-se em atirar ao alvo com peças de calibre 3 e 6 e um obus de 5 ½ polegadas, boca de fogo que lhes era quase desconhecida”.<sup>22</sup> Ou seja, embora os oficiais desta arma científica ficassem seis anos na Escola Militar, nada, ou pouco sabiam sobre o funcionamento prático de um canhão. O 1º Batalhão de Artilharia, que ficava aquartelado no Salitre foi, em 1853, deslocado para o sul do país, para servir como tropa de infantaria na 11ª Brigada de Infantaria, por pedido do General em Chefe

---

<sup>19</sup> *O Militar*, ano I, edição n. 17, de 31 de março de 1855, p. 2.

<sup>20</sup> *O Militar*, ano I, edição n. 17, de 31 de março de 1855, p. 4.

<sup>21</sup> MOTTA, Jeovah. *Formação do Oficial do Exército: regimes e currículos na Academia Militar, 1810-1944*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2001, p. 100 e seguintes.

<sup>22</sup> *O Militar*, ano I, edição n. 17, de 31 de março de 1855, p. 4.

no Rio Grande do Sul. O articulista do *Indicador Militar* relembra que a instrução de artilharia do Salitre, em 1852, foi a única instrução prática existente até então.<sup>23</sup>

O próprio ministro da guerra, Manoel Felizardo, reconhece, em 1852, que os oficiais de artilharia no Salitre não sabiam atirar com um obus. Afirmo Felizardo que “convidei um capitão de Artilharia, a quem ninguém negará instrução teórica, a que fizesse um tiro de obus; ele confessou que nunca havia tido ocasião de atirar com bala ou bomba”.<sup>24</sup>

A desorganização do Exército era completa. Faltava, desta forma, não apenas uma organização e uma regulação: faltava também um discurso de si, que justificasse a profissão militar, não apenas através de seus significados práticos – a defesa territorial, por exemplo, mas também através de significados simbólicos e discursivos. Nos países europeus, a formação de uma identidade grupal estava a cargo das escolas militares, direcionadas a oficiais. No Brasil, a Academia Militar – posteriormente Escola Militar – parece não ter dado conta desta atribuição, visto que a frequência na Academia não era condição *sine qua non* para a efetividade de um oficial. A Escola Militar era um dos passos obrigatórios aos militares que desejavam seguir carreira nas armas científicas, engenharia e artilharia. Por volta de 1858, todos os oficiais destas armas (e também do estado maior, não considerado uma arma, mas efetivamente uma graduação) haviam concluído o curso superior da Escola Militar, enquanto somente 8,1% dos oficiais da infantaria e da cavalaria eram formados. Até 1891, em torno de 56% dos oficiais de cavalaria e infantaria eram formados pela Escola Militar.<sup>25</sup>

Assim, a Escola Militar de meados do século era uma instituição heterogênea: alferes, sargentos, soldados e cadetes eram alunos da Escola, e a frequência em seus cursos não era requisito para a inserção de um soldado no corpo de oficiais. Os critérios para a designação de patentes militares estavam muito mais ligados a concessões vinculadas à origem social ou política do candidato do que sua instrução militar em si. A Lei de Promoções, durante a administração Felizardo, procurou mudar este estado de coisas, inserindo a questão do mérito e da antiguidade para acesso ao

---

<sup>23</sup> *Indicador Militar*, ano I, Edição n. 16, de 16 de agosto de 1862, p. 294.

<sup>24</sup> Apud MOTTA, op. cit., p. 108.

<sup>25</sup> CASTRO, Celso. *Os Militares e a República. Um Estudo sobre a ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995, p. 28.

quadro de oficiais.<sup>26</sup> Estabelecia ainda a necessidade de todos os oficiais de todas as armas se formarem pela Escola Militar, nos respectivos cursos, instituindo a proposta de um quadro de oficiais permanente e profissional. A Lei, portanto, tinha como objetivo unificar as formas de acesso à carreira do oficialato militar, determinando que somente egressos dos cursos de cada arma poderiam ter a patente de capitão. Ou seja, a Escola passava a ser um requisito para a profissão de militar. A lei encontrou resistências, e em 1859 nova lei passou a permitir que somente um terço dos oficiais de infantaria e cavalaria tivesse os respectivos cursos da Escola Militar.<sup>27</sup>

A Escola Militar, no século XIX, foi objeto de inúmeros estudos que destacaram a insuficiência prática de seu ensino.<sup>28</sup> O ministro da Guerra Manoel Felizardo afirmou, perante a Assembleia, em 1851, que “a nossa escola tem todos os elementos para fazer sábios; poucos, porém para formar oficiais”.<sup>29</sup> Embora o ensino militar tenha sido ampliado, na década de 1850, o afastamento prático da Escola Militar na formação de oficiais perdurou, ao menos, até a década de 1910.

Logo, a imprensa militar pode ser compreendida como uma das aglutinadoras de um discurso sobre as funções da instituição militar: pela imprensa, grupos de oficiais procuraram dar uma unidade à instituição, por meio de um discurso que valorizasse as suas características positivas, procurando, com isso, criar um discurso de si, que enriquecesse a função da instituição militar no país e que ressaltasse todos os pontos positivos em *ser* militar.

Um dos problemas enfrentados pelo Exército durante todo o período do século XIX – e até o início do século XX, pelo menos – é a questão da imagem da instituição militar. Embora os redatores dos periódicos ressaltem, a todo tempo, as características positivas da instituição – o caráter honrado de um soldado, o amor pela pátria e a glória, por exemplo, existe a consciência dos problemas negativos da instituição.

---

<sup>26</sup> Lei n.º 585, de 6/09/1850 e regulamento aprovado pelo decreto n. 772, de 31/03/1851.

<sup>27</sup> MOTTA, op. cit., p. 100.

<sup>28</sup> A obra que mais oferece dados sobre o ensino militar é de Jeovah Motta, *Formação do Oficial do Exército*. O estudo oferece muitos dados quantitativos sobre a Escola e o ensino em geral, desde a sua formação. Destacamos ainda a tese de doutoramento de LIMA, Ana Paula Almeida. *Engenheiros fardados no Império: A modernidade no pensamento dos egressos da Escola Militar*. PUCRS, Porto Alegre. 2013. Também Celso Castro traz importantes informações sobre a Escola Militar, as vésperas do período republicano: CASTRO, Celso. *Os Militares e a República. Um Estudo sobre a ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

<sup>29</sup> MOTTA, op. cit., p. 100.

O discurso, em determinados pontos, pode parecer contraditório. Ao mesmo tempo que os redatores exaltavam as características positivas, também as características negativas eram abordadas nos periódicos. Os redatores tinham consciência dos sentimentos negativos que a instituição despertava na população. Essa tendência é observada, sobretudo durante a década de 1850, quando o discurso é mais incisivo. Tanto em *O Militar (1854)* quanto em *O Militar Briosso (1855)* os redatores consideram os pontos negativos da instituição, principalmente em relação aos soldados e às praças. Para os redatores da primeira, o soldado é sempre um elemento infeliz, que não possui a proteção dos poderosos ou um “vagabundo desmoralizado”, punido pelos crimes com o engajamento no Exército.<sup>30</sup> Em *O Militar Briosso*, a assertiva é similar: o soldado, para os redatores, possui uma condição pior que a do cativo<sup>31</sup>, e o Exército chega a ser considerado como uma casa de correção.<sup>32</sup>

A situação deixava os redatores claramente contrariados, independente das tentativas de construção de um discurso positivo sobre a instituição. A realidade acerca da condição dos soldados funcionava também como argumento contra as classes *togadas* e detentoras do poder político do país: a culpa do Exército ser um ajuntamento de “peraltas”<sup>33</sup> tinha relação específica com dois pontos a observar, ligados diretamente ao fazer político: para os redatores de ambos os periódicos, o código de conduta do Conde de Lippe, utilizado como código penal desde o final do século XVIII, e a falta de um sistema de recrutamento baseado em uma lei, era consequência da desorganização do Estado. Também é necessário ressaltar que os redatores entendiam que essa situação de abandono resultava, igualmente, da falta de militares envolvidos com o fazer político.

Já na primeira edição de *O Militar Briosso*, um artigo sobre o Regulamento militar do Conde de Lippe enumerava seus pontos negativos, e conclamava pela necessidade de modernização. O texto compreende que, frente ao triunfo das ideias liberais, não pode a corporação militar continuar com uma legislação tão “férrea e estúpida”<sup>34</sup> quanto o regulamento de Lippe. Embora a resposta para estar sob a égide de tais regulamentos não seja simples, os redatores são tentados a interpretá-la pelo

<sup>30</sup> *O Militar*, ano I, edição n. 3, de 12 de agosto de 1854, p. 5.

<sup>31</sup> *O Militar Briosso*, ano I, edição n. 3, de 14 de março de 1855, p. 4.

<sup>32</sup> *O Militar Briosso*, ano I, edição n. 16, de 3 de julho de 1855, p. 2.

<sup>33</sup> *O Militar Briosso*, ano I, edição n. 7, de 11 de abril de 1855, p. 1.

<sup>34</sup> *O Militar Briosso*, ano I, edição n. 1, de 28 de fevereiro de 1855, p. 2.

viés político: a culpa repousa sobre o governo. Os redatores militares entendem que o sacrifício da profissão é por demais exigido, as tiranias e as injustiças são árduos encargos para o cumprimento do dever:

Um regulamento brutal e desumano, organizado por um feroz estrangeiro para o exército português, então um agregado de facínoras indomáveis, que coloca o soldado em condição milhares de vezes inferior à do desgraçado escravo, é adotado sem a menor modificação para os nossos tão subordinados soldados, cuja índole obediente e pacífica é proverbial. De há muito Portugal proscreeu tal regulamento por considera-lo sobremodo rigoroso e inexecutável. O velho Portugal, os descendentes desses homens submissos, que nunca conheceram a distinção que havia entre seu rei e a divindade, souberam finalmente, graças à ilustração do século, que o exército não deveria ser um autômato, cego instrumento de seu rei, que a liberdade perigava quando a obediência sobrepujava a voz da consciência.<sup>35</sup>

O trecho tem passagens importantes, na verdade, palavras bastante significativas: em primeiro lugar, estabelece uma relação de opostos entre Brasil e Portugal, imputando aos portugueses características negativas (facínoras indomáveis) enquanto aos brasileiros são imputadas características positivas (obediente e pacífica). Em segundo lugar, entende a condição do soldado como inferior à do escravo, e, nessa comparação, transparece a consciência da desumanidade da escravidão. Ou seja, o tratamento dado ao soldado é tão vil que pode ser considerado pior àquilo que de pior existia na sociedade brasileira: a escravidão. E em terceiro lugar, o trecho deixa claro a influência das ideias ilustradas trazidas ao Brasil, principalmente, pelos brasileiros que daqui saíram para estudar na Europa, sobretudo em Coimbra. Ou seja, perante o conhecimento da Ilustração e das ideias liberais, como pode o Brasil manter seus militares ainda em condição pior àquela relegada aos escravos? Tal questão perpassa todo o pequeno artigo sobre o regulamento militar.

Ainda para os redatores de *O Militar Briosso*:

O soldado brasileiro não é um cidadão, que voluntário ou por arrolamento tem de servir à nação, não; é um infeliz recrutado, ou

---

<sup>35</sup> *O Militar Briosso*, ano I, edição n. 1, de 28 de fevereiro de 1855, p. 2.

porque não tem proteção, ou por ter sido arrastado a conspirar contra os dominadores de épocas; ao qual um revés condenou a servir por toda vida sob o domínio da chibata, e maus tratos de um desumano superior.<sup>36</sup>

Ao soldado não restava outra opção a não ser servir. Para o redator, sua condição como soldado estava associada aos desmandos de “dominadores”, que arrastavam homens à conscrição pelas suas diferenças políticas. Em outro trecho os redatores do mesmo periódico entendiam que:

O Exército é o ajuntamento de quanto peralta, vadio, prisioneiros de guerras civis, e daqueles, a quem se impondo uma chapa para votar em eleições, julga ter voto livre (...) pois no Brasil só o refugio da classe mais ordinária é digna de trazer o brilhante e honroso uniforme militar.<sup>37</sup>

A conscientização em torno do caráter severo do código de Lippe também demonstra outro fato: os redatores sabiam que este era um dos fatores primordiais para a falta de recrutas nas fileiras do Exército. Ou seja, sua disciplina cruel e tirânica – como definido pelos próprios militares – acabava por afastar possíveis recrutas, e imputava à instituição uma imagem de violência e degradação moral.

Em ambos os casos, a culpa não era do soldado em si ou da instituição militar. Para os redatores, a crítica tinha endereço certo: as classes dirigentes e políticas do país. A condição do soldado era triste e miserável por culpa do soldo extremamente baixo e raramente pago em dia pelo governo; o soldado era maltrapilho, porque os uniformes eram distribuídos somente uma vez ao ano e o material das confecções era de péssima qualidade. Este estado de coisas é justificado, não apenas, pela falta de militares em cargos públicos e pela própria falta de militares na participação política efetiva, mas também pelo desinteresse das classes dirigentes em propor soluções aos problemas militares. Em um primeiro momento, os redatores de *O Militar Brioso* culpavam a falta de representatividade política como causa do abandono: “O Exército

---

<sup>36</sup> *O Militar Brioso*, ano I, edição n. 2, de 7 de março de 1855, p. 2 e 3.

<sup>37</sup> *O Militar Brioso*, ano I, edição n. 7, de 11 de abril de 1855, p. 1.

não tem protetores natos, e interessados propugnadores de seus direitos, porque os militares que o podiam ser, são arredados da gerência dos negócios públicos”.<sup>38</sup> Em um segundo momento, foram os “homens magistrados, em ilustração e bons costumes” que criaram a situação de abandono.<sup>39</sup>

Em *O Militar*, assertivas similares são encontradas:

O soldado entre nós, ou é infeliz sem proteção, ou a vítima de torpe vingança, arrastado pelo recrutamento para as fileiras do Exército, ou é o vagabundo desmoralizado, e muitas vezes punido de crimes, ou o pobre esmagado pelos rigores de sua mal-aventurada sorte, que ambos vão procurar na praça, aquele um refúgio ou esquecimento de suas iniquidades, este o último recurso, que por ventura vê luzir (...)<sup>40</sup>

Alguns anos depois, em 1862, o periódico *Indicador Militar* apresenta assertivas similares em relação à condição e à qualidade do soldado brasileiro:

Um decreto, ou um simples aviso, pode obstar que as fileiras do exército continuem a ser o receptáculo de criminosos; que nelas o homem honesto, o bom servidor, o soldado brioso, se sinta humilhado por ter de ombrear, e muitas vezes ter mesmo de obedecer a indivíduos que uma vez se desonram cometendo crimes.<sup>41</sup>

Para Peter Beattie, do período colonial até o início do século XX, o recrutamento forçado deu à instituição militar um caráter penal e coercitivo. Para o autor, a instituição militar assumiu essa função justamente pela ausência de um estado intensivo de guerra que ameaçasse as elites imperiais.<sup>42</sup> Além de defender o país contra as ameaças externas e internas, a força militar, sobretudo o Exército, teve a seu cargo também a função penal. Para estabelecer a função negativa do Exército na sociedade, o autor parte da ideia de Roberto Da Matta, sobre a rua e a casa. A rua representa o espaço da libertinagem, da vadiagem, do infortúnio, da desordem e da

<sup>38</sup> *O Militar Brioso*, ano I, edição n. 2, de 7 de março de 1855, p. 3.

<sup>39</sup> *O Militar Brioso*, ano I, edição n. 7, de 11 de abril de 1855, p. 1.

<sup>40</sup> *O Militar*, ano I, edição n. 3, de 12 de agosto de 1854, p. 5.

<sup>41</sup> *Indicador Militar, ano I*, edição n. 8, de 16 de abril de 1862, p. 115.

<sup>42</sup> BEATTIE, Peter M. *Tributo de Sangue: Exército, Honra, Raça e Nação no Brasil 1864-1945*. São Paulo: EDUSP, 2009, p. 29.

desonra. A casa, representa o espaço privado, da honra familiar e da ordem. Nesse sentido, o quartel era o espaço do infortúnio. O próprio nome “praça” dado aos homens que se tornavam soldados, demonstra isso. A referência à praça tinha relação com a “praça de armas”, local destinado aos exercícios militares no período colonial. No entanto, para Beattie, o termo localizava linguisticamente os soldados no mundo da rua e da libertinagem.<sup>43</sup>

Essa função penal constrangia e incomodava os oficiais militares. Frequentemente, quando o assunto era a qualidade do soldado brasileiro, os redatores perguntavam-se como era possível manter um exército pronto para o combate, quando sua base de recrutamento era “o refugio da classe mais ordinária”.<sup>44</sup> Por outro lado, os recrutadores militares encontravam óbices ao recrutamento, também pela existência de redes de privilégios oriundas ainda do período colonial. Os privilégios permitiam que muitos indivíduos se esquivassem da conscrição, não apenas através de suas condições econômicas, mas frequentemente pelas condições sociais. As isenções aumentaram, principalmente, quando a Corte se mudou para o Rio de Janeiro, e prosseguiram sem alterações significativas durante o período independente.

Entre as profissões não recrutáveis, estavam mineradores, padeiros, carpinteiros, pescadores, lavradores e estudantes. Socialmente não eram recrutáveis o filho único de uma viúva, o filho mais velho de uma família órfã, aquele que possuísse mais de 6 escravos, membros da Guarda Nacional, além de homens que tivessem posses e pudessem pagar uma isenção. Desta forma, o Império possuía uma ampla gama de homens não recrutáveis.

O problema da massa recrutável e do tipo de recrutamento se relacionava também com a própria estrutura militar do período. Os redatores dos periódicos compreendiam, em maior ou menor medida, que a disciplina imposta pelo código do Conde de Lippe não era a mais apropriada de todas. Embora a disciplina fosse – e ainda é – uma forte característica da instituição militar, os redatores percebiam a necessidade de mudar o código penal baseado, em sua maior parte, em punições físicas. As punições físicas – surras e espancamentos, em sua maioria – reduziam os soldados à condição similar dos escravos. O paradoxo estava posto: como ser, ao

---

<sup>43</sup> BEATTIE, op. cit., p. 34.

<sup>44</sup> *O Militar Briosso*, ano I, edição n. 7, de 11 de abril de 1855, p. 1.



mesmo tempo, uma instituição responsável pela ordem e pela existência da nação, calcada nos princípios da honra e do patriotismo, e manter seus próprios membros em condições degradantes?

A existência do Código de Lippe e a possibilidade permitida de violência física de oficiais contra subordinados resultava, eventualmente, em abusos cometidos pelos oficiais. Em uma edição de *O Militar* (1854), os redatores reproduzem um fato contado por um leitor do Rio Grande do Sul. Embora os redatores ressaltem que a veracidade do fato não é garantida, sua publicação indica que, se não for verdade, ao menos corresponde àquilo que pode ser esperado da relação entre oficiais e subordinados. O autor da nota publicada entende que é necessário chamar a “atenção do governo sobre a maneira cruel e desapiadada, pela qual são tratadas as praças de pré de alguns corpos do Exército (...) há ali comandantes que, julgando-se paxás, arrogam-se o direito de vida e morte sobre os desventurados soldados”.<sup>45</sup> Conta, em seguida, que seguia com o 12º Batalhão de Infantaria, em direção ao Estado Oriental, um desertor, cuja pena de um ano de prisão foi dada por Conselho de Guerra. A pena estava prestes a acabar, mas o comandante, temendo a fuga de tal desertor, mandou ser amarrado ao tronco do soldado um cinto de couro fresco apertado. Com calor, o cinto foi contraindo-se sobre o tronco, impedindo a respiração do soldado, que marchava, ao longo do dia, com morosidade. Quando não podia caminhar era punido com varadas. Como demorava muito em sua marcha, mandou-o fazer alto, e “logo foi o desertor rigorosamente esbordado, com paus de barraca; findo o castigo, seguiu o Batalhão sua marcha”.<sup>46</sup> Entende o correspondente que fatos desta ordem necessitam punição da autoridade competente. “Eis o que é a vida militar no Brasil, país constitucional! Eis o modo porque são tratados quase no geral, os cidadãos que juram verter seu sangue em prol das instituições fundamentais do país. Mal pagos, mal vestidos, mal nutridos e por fim esbordados”.<sup>47</sup>

Diante de uma realidade de total desorganização institucional, acompanhada de uma caracterização tão negativa do soldado pela própria sociedade imperial, não causam espanto as frequentes tentativas dos redatores militares em caracterizar positivamente sua instituição. Os termos positivos eram usados com frequência, e

---

<sup>45</sup> *O Militar*, ano I, edição n. 11, de 12 de janeiro de 1855, p. 4.

<sup>46</sup> *O Militar*, ano I, edição n. 11, de 12 de janeiro de 1855, p. 5.

<sup>47</sup> *O Militar*, ano I, edição n. 11, de 12 de janeiro de 1855, p. 5.

podem ser encontrados na maioria dos periódicos aqui analisados. Portanto, a imprensa militar assume também a preocupação de reforçar – ou mesmo criar – um discurso institucional que afirme e reafirme tanto a função da instituição militar na sociedade quanto a própria razão de *ser* militar. As deformações na organização eram sentidas pelos redatores. Em *O Soldado e o Marinheiro* o redator entendia que a falta de preparação do Exército brasileiro foi fundamental para determinar a longa duração da guerra do Paraguai. Se o Exército estivesse organizado e preparado, muitas vidas teriam sido poupadas, na sua opinião.<sup>48</sup> Também os redatores de *O Militar Briosso* percebiam a ação danosa da desorganização durante o conflito com Rosas, em 1851, acusando o Exército de estar sem fardas, sem calçados, e mesmo sem armas para enfrentar as tropas inimigas.<sup>49</sup>

A questão da organização era tão grave que, ainda em 1878, os militares do *Echo Militar* tinham como principal objetivo de existência a discussão das leis e dos princípios de regulamentação da força militar. Se os militares estavam conscientes dessa necessidade, alertavam os redatores do *Echo*, que “entretanto, forçoso é confessarmos que (...) não tem sabido disto utilizarem-se os que se encarregam da alta administração do Estado”.<sup>50</sup>

Assim, faltava não apenas organização, mas também um discurso que legitimasse a função da instituição militar na ordem imperial. A *classe militar* adquire, portanto, importância no contexto de análise do trabalho, constituindo-se como elemento principal do discurso da imprensa militar durante a segunda fase aqui identificada.

### **3.2 A Classe Militar: a definição de um grupo**

A característica comum a todos os periódicos militares estudados aqui é justamente sua ligação com a *Classe Militar*. Todos os periódicos advogam sua relação com a Classe Militar, e é esta relação que irá guiar seus programas e sua

---

<sup>48</sup> *O Soldado e o Marinheiro*, ano I, edição n. 3, de 23 de outubro de 1869, p. 2.

<sup>49</sup> *O Militar Briosso*, ano I, edição n. 4, de 21 de março de 1855, p. 2.

<sup>50</sup> *Echo Militar*, ano I, edição n. 1, de 1º de outubro de 1878, p. 2.

política. A justificativa, em todos os casos, é sempre dada pela necessidade de existir um periódico que defenda os interesses da classe na arena da imprensa.

A primeira edição do periódico *O Militar* (1854) informa, em seu programa, a necessidade de uma folha que possa tratar das questões militares.<sup>51</sup> Ao longo das edições subsequentes, a justificativa de existência do periódico é sempre lembrada:

A publicação de um periódico Militar era uma necessidade de longo tempo sentida: sua aparição veio pois encher um vazio que só achava explicação no descrédito a que tem sido conduzida a imprensa por escritos dominados pelo rancor dos partidos e embotados por inimizades pessoais.<sup>52</sup>

A referência à necessidade de existência da imprensa militar é lembrada por todos os periódicos:

é bem definida a linha de conduta que cumpre à **imprensa Militar** guardar: (...) ela servirá para fazer com que **a classe inteira aprecie seus direitos**, calcule-lhes a extensão, e compreenda precisamente a importante posição que ocupa no Estado, e lhe asseguram as instituições que jurara [grifos do autor].<sup>53</sup>

“A nossa missão é árdua, porém justa, e tão justa que contamos desde já atingirmos ao nosso fim, que não é outro senão levantarmos **a nossa classe do abatimento e desprezo em que jaz e reivindicar** como dissemos os foros de todos os cidadãos, que indefesos suportam várias preterições em seus direitos (...) [grifos do autor].<sup>54</sup>

Fomos um daqueles, que muito aplaudiram a aparição do *Indicador Militar*, que veio **representar na imprensa legítimos e bem entendidos interesses de uma classe tão digna de respeito e consideração** pela completa abnegação que faz do mais precioso direito do homem – a liberdade: festejamo-lo por vir promover a emulação e brios militares, consolidando os bons princípios e apertando mais os laços fraternais entre os que pagam ao país o tributo de sangue (...) [grifos do autor].<sup>55</sup>

Aplaudamos cordialmente a auspiciosa aparição na imprensa de tão **legítimo órgão da desvalida classe** que somente nas ocasiões de

<sup>51</sup> *O Militar*, ano I, edição n. 1, de 14 de julho de 1854, p. 1.

<sup>52</sup> *O Militar*, ano I, edição n. 6, de 30 de setembro de 1854, p. 8.

<sup>53</sup> *O Militar*, ano I, edição n. 6, de 30 de setembro de 1854, p. 8.

<sup>54</sup> *O Militar Briosso*, ano I, edição n. 1, de 28 de fevereiro de 1855, p. 4.

<sup>55</sup> *Indicador Militar*, ano I, n. 8, de 16 de abril de 1862, p. 121.

perigo é festejada e distinguida; mas que, passado ele, é considerada..... um cancro da nação! [grifos do autor].<sup>56</sup>

Como órgão das classes militares, **O Soldado procurará demonstrar a sua opinião, e convencer aos inimigos das nossas classes** – que somos mais adeptos da civilização do que aqueles que pensam que as armas só se prestam a defesa da tirania [grifos do autor].<sup>57</sup>

**Ficará por esse modo a classe militar com um órgão de publicidade próprio**, que a represente condignamente no país e fora dele, e com uma fonte inesgotável de onde partam as inspirações de tantas cabeças pensantes da mesma classe, que por falta de recurso desta ordem não acham saída senão na imprensa alheia, que muitas vezes não as compreende. Além de tudo isso, a classe militar do Brasil não tinha um órgão seu [grifos do autor].<sup>58</sup>

Em termos gerais, a maior parte das citações se refere a dois pontos principais: a necessidade da existência de um periódico militar na arena da imprensa, e a defesa dos interesses e direitos à que a classe militar faz jus, sempre identificada pelos redatores como uma classe não aquinhoadada pelo poder político. Os periódicos, embora publicados por apenas um redator ou um grupo – conforme assinalado no segundo capítulo deste trabalho, consideravam-se representantes de toda classe militar. Todos os periódicos analisados aqui, sem exceção, mantinham essa assertiva, ponto central de sua existência.

Nos capítulos anteriores, demonstramos como essa foi uma característica fundamental da segunda fase da imprensa periódica militar. A característica militar do periódico está exposta não apenas em seu título, mas também em seu subtítulo, que se transforma em síntese dos objetivos do periódico. O título marca o *lugar* de fala dos redatores, e estabelece a quem se direciona o texto. Importante ainda compreender tal iniciativa como fruto do desenvolvimento de uma imprensa periódica internacional, voltada aos interesses militares, influenciada pelo intenso cientificismo do século XIX. Não menos importante é perceber esta imprensa como uma tentativa de institucionalizar as forças armadas, mesmo que tal iniciativa não seja de caráter

<sup>56</sup> *O Soldado e o Marinheiro*, ano I, n. 3, de 23 de outubro de 1869, p. 1.

<sup>57</sup> *O Soldado*, ano I, n. 3, de 22 de março de 1881, p. 1.

<sup>58</sup> *Tribuna Militar*, ano I, n. 12, de 11 de agosto de 1881, p. 1.

oficial. Era esforço dos redatores, portanto, apresentar a classe militar, e também seus objetivos, por meio de assertivas contundentes sobre *ser* militar no século XIX.

Importante assinalar também que, ao se referirem à “classe militar”, os redatores, em geral, se dirigiam a diversos representantes desta classe. Por vezes, os redatores incorporavam os membros da Guarda Nacional e dos corpos policiais – em geral, comandadas por oficiais do Exército - na definição de classe militar. Em outros momentos, incorporavam somente os membros do Exército e da Marinha. Após a Guerra do Paraguai, o corpo de Voluntários da Pátria também será um elemento constitutivo da classe militar. Os elementos que a compõem podem variar, mas sua definição é menos volátil, prendendo-se a questões como honra, patriotismo e abnegação. A partir da década de 1860 a maioria dos periódicos já reduz a abrangência do conceito de “classe militar”, compreendendo sua composição a partir do Exército e da Marinha. Na década de 1880, os Voluntários da Pátria passam também a integrar a classe militar, mas a Guarda Nacional perde importância como representante do grupo.

Na terceira edição do periódico *O Militar Briosso* (1855), um artigo fala, justamente, sobre a necessidade de se organizar exatamente as atribuições do Exército, da Guarda Nacional e da polícia. Para o redator, “a força armada, portanto, compõe-se das três classes, por nós indicadas, e o seu número deve ser fixado com precisão todos os anos, como se depreende do direito público geral e impõe o que é peculiar do Brasil”.<sup>59</sup> Em outro texto, no mesmo periódico, o redator mostra um sentimento de solidariedade com a situação do Corpo de Permanentes, denominação da força policial da Corte entre 1842 e 1858: “saibam esses infelizes oficiais [do corpo permanente] tão injustamente tratados por esse poder e política exclusivista que nos oprime e nos afronta quotidianamente, que nós os consideramos irmãos de infortúnios: os prazeres separam os homens, bem como a desventura os liga”.<sup>60</sup> Em 1881, escrevia um articulador de *O Soldado* que “era a classe militar, exército e marinha, que de mãos dadas, vinham confraternizar com o povo e dizer-lhe: nós também somos cidadãos”.<sup>61</sup>

---

<sup>59</sup> *O Militar Briosso*, ano I, n. 3, de 14 de março de 1855, p. 2.

<sup>60</sup> *O Militar Briosso*, ano I, n. 6, de 4 de abril de 1855, p. 2.

<sup>61</sup> *O Soldado*, ano I, n. 3, de 22 de março de 1881, p. 2.

Os redatores irão se esforçar, em muitos momentos, para definir as fronteiras de compreensão de comportamento, ação e função de uma força militar. E assim, definem também os termos daquilo que se julga *classe militar*. Embora possa existir uma dificuldade em definir os grupos que compõem a classe militar, o discurso dos periódicos dirigia-se, especificamente, aos militares da Marinha e do Exército. É difícil dizer que as intenções profissionalizantes do *Indicador Militar* (1862) estivessem, por exemplo, voltadas aos membros da Guarda Nacional. Ou compreender as frequentes reclamações sobre os mecanismos de promoção pelo viés do Corpo de Permanentes (tropa policial da Corte). Portanto, mesmo que a classe militar estivesse ainda em conflito sobre seus integrantes, o discurso dos periódicos estava, decididamente, voltado para os membros da Marinha e, principalmente, do Exército.

A classe militar é, a todo tempo, conclamada pelos redatores dos periódicos aqui estudados. Tal insistência – ou característica dos periódicos – se relaciona, fundamentalmente, com outras questões: o que é ser um militar para os redatores destes periódicos? Como é definida a *Classe Militar*? Como se caracteriza este militar na sociedade brasileira do século XIX em relação ou em oposição as outras classes existentes e identificadas?

Este capítulo guia-se por uma hipótese central apontada durante a pesquisa documental, que se relaciona, fundamentalmente, com os problemas apontados nesse capítulo: parte-se do pressuposto de que a década de 1850 foi primordial para o estabelecimento do discurso de formação da classe militar. Como demonstrado no primeiro capítulo dessa tese, a década de 1850 é, comparativamente, uma década de relativa calma política, elemento que favoreceu a existência de uma imprensa periódica militar mais permanente e favoreceu também a preocupação com um discurso comum.

Os periódicos localizados até o final da década de 1840, conforme tabela exposta no primeiro capítulo, careciam de periodicidade, e mesmo de foco; embora muitos se identificassem como órgãos da classe militar (como é o caso de *O Soldado Brasileiro*, de 1849), eles estavam envolvidos muito mais nas lutas provinciais das décadas de 1830 e 1840 do que realmente interessados na construção de um discurso – apesar de criticarem o fazer político de uma forma geral.<sup>62</sup>

---

<sup>62</sup> Exploramos alguns destes periódicos no segundo capítulo desta tese.

Por outro lado, a década de 1850 forneceu a estabilidade política necessária para que grupos de militares pensassem realmente sobre a instituição da qual faziam parte, e o seu papel na sociedade brasileira. Logo, os periódicos almejam pugnar pelos interesses da classe militar. Além dos interesses em comum, os periódicos buscavam também alcançar o futuro, e lutar por um horizonte próximo, quando a defesa de seus interesses teria alcançado as camadas políticas.

A década de 1850 se constituiu como um processo complementar de construção do Estado imperial e de fortalecimento das prerrogativas do executivo.<sup>63</sup> Constituiu-se ainda como período de centralização das atribuições estatais. Sob direção dos *Saquaremas* – adjetivo dado aos conservadores, o gabinete de 29 de setembro de 1848 juntou-se, em 1852, com o gabinete do Marquês do Paraná, consolidando a direção conservadora. O objetivo maior de uma série de reformas efetuadas foi, num primeiro momento, a organização de algumas instituições estatais, seguida da reorganização das esferas burocráticas do Estado. A Guarda Nacional foi reformada, passando a nomeação dos seus oficiais para o Ministério da Justiça, e o corpo diplomático brasileiro foi criado, por meio de uma lei específica.<sup>64</sup>

A melhor eficácia das forças armadas foi também um objetivo dentro das reformas institucionais. Uma grande reestruturação foi efetuada no Exército, começando pela lei de promoções e de acesso ao quadro de oficiais, passando em seguida para a criação do corpo de saúde e a criação das comissões de melhoramento para material. No ensino militar, foi criada uma escola de exercícios práticos de artilharia para a Marinha, e a criação de um curso de infantaria e cavalaria no Rio Grande do Sul para o Exército. As leis criminais militares também receberam alguns adendos, sobretudo em relação às penas e ao desenvolvimento do processo criminal (embora carecesse o Exército de um código penal militar próprio).<sup>65</sup>

Na organização burocrática do Império, houve modificações na estrutura de carreira do judiciário e também a reforma do Código de Processo Criminal. No âmbito estatístico, tentou o Império imprimir um censo, em 1851, e em 1852 regulava o registro de nascimentos e óbitos, passando para a esfera estatal e burocrática essa

---

<sup>63</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004, p. 152.

<sup>64</sup> Respectivamente, lei n. 602, de 19 de setembro de 1850 e lei n. 614, de 22 de agosto de 1851.

<sup>65</sup> Respectivamente, Lei n. 585, de 6 de setembro de 1850, decreto n. 601, de 19 de abril de 1849, decreto n. 663, de 24 de dezembro de 1849, decreto n. 713, de 18 de outubro de 1850 e decreto n. 634, de 10 de setembro de 1851. As penas foram alteradas pela lei n. 631, de 18 de setembro de 1851.

atribuição. Foi lançado também o Código Comercial do Império, a organização do Banco do Brasil e a reforma do Tesouro Público Nacional e da Tesouraria da Fazenda.<sup>66</sup> Ilmar Rohloff de Mattos lembra ainda a organização da escravidão por meio de uma série de decretos-leis, cujo maior expoente foi a Lei Eusébio de Queiróz, proibindo o tráfico interatlântico de escravos.<sup>67</sup>

Toda esta estruturação da forma estatal e centralização do poder teve relação com os gabinetes liberais e as próprias revoltas ocorridas durante o período regencial e depois, com o processo de Maioridade, em 1840. Para Adriana Barreto Souza:

Para a constituição de uma unidade e coesão em torno do pensamento conservador, foi fundamental a experiência das rebeliões provinciais. Em meio à crise, o grupo regressista (...) destacava-se pela capacidade de elaborar os acontecimentos e instituir um tipo específico de monopólio – o monopólio sobre os instrumentos de organização e expressão do mundo social.<sup>68</sup>

Logo, o regresso conservador de meados do século procurou responder às forças de descentralização que atuavam no interior do Estado. A década de 1850 nos parece ser o período de formação da identidade militar, que será criada, fundamentalmente, em oposição à existência de uma outra classe, identificada pelos redatores: a classe política. Ao caracterizar como funciona a política nacional, como agem os políticos e como a monarquia enfrenta o desafio da governabilidade, os redatores dos periódicos do período constroem um discurso fundamental baseado na antítese das duas classes: se o militar é honrado, o político é corrupto; se o militar é patriótico, para o político o patriotismo é apenas um elemento eleitoral. Esse discurso será fundamental para a compreensão daquilo que é ser militar, para esses elementos da sociedade.

É importante assinalar que, neste período, uma das medidas adotadas tanto pelos redatores de *O Militar* (1854) quanto de *O Militar Briosso* (1855) é escrever a palavra “Militar” sempre com a inicial maiúscula. O termo *Classe Militar* também era

<sup>66</sup> Código Comercial do Império pela Lei n. 556, de 25 de junho de 1850, organização do Banco do Brasil decreto n. 801, de 2 de julho de 1851 e as reformas no tesouro pelo decreto n. 736, de 20 de novembro de 1850.

<sup>67</sup> MATTOS, op. cit., p. 188.

<sup>68</sup> SOUZA, Adriana Barreto. *O exército na consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999, p. 38.



destacado por maiúsculas pelos redatores. Interessante perceber que nos periódicos das décadas seguintes esse detalhe não é mais notado, embora o discurso mantenha ainda similaridades. É possível perceber ainda que o discurso destas duas publicações é bem mais radical em comparação com o discurso dos periódicos das décadas posteriores, salvo, talvez, *O Soldado e o Marinheiro* (1869), concebido durante a Guerra do Paraguai. O combate dos redatores e dos próprios periódicos parece ter um objetivo: construir, discursivamente, o que é *ser militar* no Brasil naquele período. É representativo, por exemplo que, em 1854, os redatores de *O Militar* questionassem a função dos cursos da Escola Militar. Apesar da formação possibilitada pela Escola, era necessário definir as atribuições dos egressos que “ninguém no nosso país se *lembrou de definir*, em que os jovens que a ela se dedicam, depois de cinco longos anos de estudo sério, acham-se lançados no mundo numa posição indefinida”.<sup>69</sup>

Mas o que significa *classe* para os redatores dos diversos periódicos? Segundo o *Diccionario da Língua Brasileira* de Luiz Maria da Silva Pinto, de 1832, *classe* queria dizer “ordem de distribuição sistemática, graduação arbitrária, aula de estudo”.<sup>70</sup> No tradicional dicionário de Moraes Silva, do final do século XVIII, *classe* também é definida como uma graduação arbitrária ou uma ordem sistemática, incorporando significados de tradição científica e botânica.<sup>71</sup> No século XIX, “classe” passa a ser também sinônimo de diferentes grupos sociais, sobretudo através dos estudos dos liberais franceses como Guizot, que desenvolveram o conceito de “luta de classes”. O liberalismo francês encontrou muitos adeptos entre a elite política brasileira.<sup>72</sup>

A própria noção de *classe* tem relação com a classificação de um grupo social. Não é coincidência que a maioria dos dicionários do período atribui um significado taxonômico quando define a palavra *classe*. Logo, a *classe militar* ganha uma definição que modela sua interação dentro do todo social, distinguindo-se das outras classes. Mas quais são as características que a distinguem do todo? E como se

<sup>69</sup> *O Militar*, ano I, n. 3, de 12 de agosto de 1854, p. 3.

<sup>70</sup> PINTO, Luís Maria da Silva. *Diccionario da língua brasileira*. Tipografia de Silva: Ouro Preto, 1832, p. 244.

<sup>71</sup> SILVA, Antônio de Moraes. *Diccionario da Lingua Portuguesa* composto pelo padre D. Rafel Bluteau, reformado e acrescentado por Antônio de Moraes Silva. Tomo primeiro, na Oficina de Simão Tadeu Ferreira. Lisboa, 1789, p. 278.

<sup>72</sup> MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos. Imprensa, atores políticos e Sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo. HUCITEC, 2005, p. 65.

constrói essa distinção e as fronteiras do que pode ou não ser classificado na atribuição militar?

Para os redatores dos periódicos, o conceito de “classe” parece ter uma definição plural, mas com duas definições mais utilizadas: uma definição social, ligada à posição de cada grupo dentro da sociedade imperial; e uma definição política, ligada às possibilidades de representação dos diferentes grupos nas assembleias legislativas. A primeira definição pode ser observada em *O Militar* (1854), quando o autor entende que “classes produtoras e servidoras têm sido sacrificadas à vontade absoluta, ao domínio repugnante. É uma daquelas que, para dominar, tem corrompido todas as consciências, desvirtuado todas as inteligências”.<sup>73</sup> Refere-se o autor à atuação da classe política sobre as demais classes da sociedade imperial, diante do dilema da representatividade. Em termos sociais, a classe era definida pela divisão existente na sociedade imperial. Em 1862, um articulador do *Indicador Militar* pede providências para que seja regulado o uso da banda de lã - peça que simboliza o *status* de cadete ou particular do Exército, a fim de que “pessoas de ínfima classe, como pretos escravos” não fossem confundidos como soldados particulares.<sup>74</sup> Também percebe um redator de *O Militar Briosso* (1855), comentando sobre a crise econômica de 1855, a existência de outras classes na sociedade imperial: “o povo morre a fome, na miséria, consequência inevitável do monopólio e o governo dorme! O pão, principal elemento da classe média (e também da proletária) diminui de dia em dia”.<sup>75</sup>

Aos articuladores não escapou uma definição mais “profissional”: um articulador do *Indicador Militar* (1862) definiu que a classe era “a ordem ou número de pessoas do mesmo grau, qualidade ou ofício. Portanto, classe em referência aos oficiais do exército, é o agregado de todos os de um mesmo posto”.<sup>76</sup>

Por outro lado, a própria representatividade das classes era questionada. Um dos maiores objetivos de *O Militar Briosso* (1855) era requerer que “todas as classes sejam igualmente consideradas nas posições oficiais e que não sejam por mais tempo excluídas pela classe dos Srs. Magistrados que conquistaram todas as posições”.<sup>77</sup>

<sup>73</sup> *O Militar*, ano I, edição n. 3, de 12 de agosto de 1854, p. 2.

<sup>74</sup> *Indicador Militar*, ano I, n. 18, de 16 de setembro de 1862, p. 345.

<sup>75</sup> *O Militar Briosso*, ano I, n. 5, de 28 de março de 1855, p. 1.

<sup>76</sup> *Indicador Militar*, ano I, n. 23, de dezembro de 1862, p. 427.

<sup>77</sup> *O Militar Briosso*, ano I, n. 1, de 28 de fevereiro de 1855, p. 1.

As classes, além de definirem uma posição social, deveriam definir também uma posição política. Em *O Soldado* (1881), os redatores ainda clamavam pela participação de outras classes na política. Um colaborador chegava à conclusão de que “não só as classes operárias, o povo, tinha sido excluído das eleições, como também um grande número de cidadãos que haviam derramado o sangue pela Pátria”.<sup>78</sup>

Entende-se aqui, baseado nos estudos de E. P. Thompson, que a classe é um fenômeno histórico, é algo que ocorre efetivamente nas relações humanas. Sua ocorrência pode ser demonstrada justamente pela derivação histórica de sua constituição. A classe acontece quando um punhado de homens, cujas experiências são similares, articulam uma identidade entre si, em oposição a outros homens ou grupos com interesses opostos. A forma como as experiências serão tratadas em termos culturais forma a consciência de classe, relacionada com tradições, valores, significados e formas institucionais. Thompson é claro ao dizer que a classe é uma relação e é justamente a sua ligação histórica que atribui sentido ao termo. Um amontoado de homens, cita o autor, só se tornam classe se observarmos “padrões em suas relações, ideias e instituições”.<sup>79</sup> Logo, a classe é definida pelos homens em um determinado período histórico. E uma classe se forma, em essência, pela oposição de outro grupo ou classe.

A classe, como acentua Thompson, só existe se ligada a padrões sociais, notadamente institucionais. Assim, a classe militar está incondicionalmente ligada à instituição militar. A classe militar é fruto, e, ao mesmo tempo, formadora da própria instituição militar. A questão fica mais clara quando analisamos os periódicos. É possível perceber como os redatores, ao mesmo tempo em que estão caracterizando a classe militar, estão também caracterizando a própria instituição.

As instituições são um agrupamento social legitimado baseado em algum princípio geral de fundação.<sup>80</sup> As instituições não podem ter opiniões próprias, e são fruto do processo cognitivo de seus integrantes. Para Mary Douglas, a existência de uma sociedade ou comunidade é definida pelo pensamento e pelo sentimento comum de seus membros. Portanto, uma instituição não pode pensar por si própria, mas

---

<sup>78</sup> *O Soldado*, ano I, n. 3, de 22 de março de 1881, p. 3.

<sup>79</sup> THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária. A árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 12.

<sup>80</sup> DOUGLAS, Mary. *Como pensam as instituições*. Porto Alegre: Instituto Piaget, 2012, p. 69.

depende de uma construção cognitiva coordenada pelos seus membros, que constituem um agrupamento social. Logo, o agrupamento social é definido pelo estilo de pensamento que o une.<sup>81</sup>

Para existir, uma instituição precisa ser estruturada através da codificação de informações. Para codificar a informação e se legitimar, as instituições partem de analogias com a razão ou a natureza. Formam-se, assim, a partir de analogias e oposições. Para Douglas, “o princípio estabilizador é a naturalização das classificações sociais. Precisa haver uma analogia através da qual a estrutura formal de um conjunto de relações é fundada no mundo físico ou no mundo supranatural”.<sup>82</sup> Logo, quando as analogias estão naturalizadas no discurso, a instituição se torna mais forte e fundamentada. É o aparato cognitivo que permite o jogo das analogias entre a natureza e a razão.

Assim, as instituições conferem identidades a si: “As instituições concedem parecnça. As analogias socialmente baseadas atribuem itens díspares às classes e enchem-nas de conteúdos morais e políticos”.<sup>83</sup> Através dos periódicos militares, podemos observar o esforço na criação da identidade efetuado pelos redatores, sobretudo para definir a classe militar. É comum encontrarmos o seguinte jogo de analogias em diversos momentos da imprensa militar de segunda fase:

Militar	Político
Consciente	Negligente
Idôneo	Imoral
Honrado	Vergonhoso

Este conjunto de analogias frequentemente observado nos periódicos militares situa a classe militar em oposição à classe política, na construção do discurso, sugerindo classificações positivas para a primeira e negativas para a segunda. É assim, por exemplo, que os redatores de *O Militar Briosso* (1855) definiam a classe

---

<sup>81</sup> DOUGLAS, op. cit., p. 33 a 35.

<sup>82</sup> Ibid, p. 71.

<sup>83</sup> DOUGLAS, op. cit., p. 90.

política como “(...) os magnatas do poder (...) [que] tomam chá nos sarais [sic] dos colegas distribuindo os dias da semana nestes *fastidiosos* trabalhos (...)”<sup>84</sup>, enquanto a classe militar era definida como aquela que “(...) com quanto seja rica de brio e de dignidade, é pobre de dinheiro”.<sup>85</sup> Em *O Militar* (1854), os redatores deram um conselho aos seus leitores não militares: “Segui a vida de Militar e conhecereis seus martírios e, conosco, odiareis essa classe corrompida, que pesa como a fatalidade sobre a nossa infeliz pátria”.<sup>86</sup> A classe corrompida é a classe política. Portanto, enquanto o militar tem uma vida de martírio, a classe política pode ser uma classe corrompida, pelos acessos que tem ao poder. A referência ao ódio é sintomática do movimento de oposição: seguindo a vida militar, se aprende a odiar a classe política, que é corrompida e prejudicial aos interesses do país.

Em 1881, os redatores de *O Soldado* referiam-se ao patriotismo como “esse pobre palhaço das praças, que serve de brinquedo aos senhores do pleito governamental”.<sup>87</sup> O patriotismo era (e ainda é) um valor caro aos militares. Mas, para a classe política, a pátria serve apenas de “brinquedo”. Por outro lado, a classe militar é definida como aquela que “tem os nobres sentimentos do amor pátrio, que leva o cidadão aos maiores sacrifícios e o eleva pela grandeza das ações”.<sup>88</sup> A analogia e a oposição estão definidas: enquanto o político não é patriota, o militar o é, e é esse patriotismo que leva à grandeza de ações no campo de batalha.

Para Douglas, as analogias podem ser vistas em qualquer lugar e em qualquer ponto. No entanto, quando “uma analogia corresponde a uma estrutura de autoridade ou precedente, então o padrão social reforça os padrões lógicos e dá-lhes proeminência”.<sup>89</sup> O esforço intelectual e o esforço social se completam. Portanto, em qualquer organização, a estrutura é baseada no equilíbrio da oposição. Ainda para Douglas:

Os indivíduos, uma vez que selecionam e escolhem entre as analogias da natureza quais as que vão acreditar, estão também a selecionar e a escolher na mesma altura os aliados, os oponentes e o padrão das futuras relações. Ao constituírem a versão da natureza, estão a

<sup>84</sup> *O Militar Briosos*, ano I, n. 6, de 4 de abril de 1855, p. 1.

<sup>85</sup> *O Militar Briosos*, ano I, n. 2, de 7 de março de 1855, p. 4.

<sup>86</sup> *O Militar*, ano I, n. 18, de 14 de abril de 1855, p. 3.

<sup>87</sup> *O Soldado*, ano I, n. 5, de 29 de março de 1881, p. 3.

<sup>88</sup> *O Soldado*, ano I, n. 36, de 13 de outubro de 1881, p. 1.

<sup>89</sup> DOUGLAS, op. cit., p. 92.

monitorizar a constituição da sociedade. Resumindo, estão a construir uma máquina para pensar e tomar decisões em seu nome.<sup>90</sup>

Complementarmente, observa Thompson que a classe tem relação com um movimento de oposição. Para o autor, a classe se constitui quando alguns homens articulam a identidade de seus interesses entre si, geralmente em oposição aos interesses de outros homens ou grupos. Tais interesses são distintos, e o choque entre eles cria a ideia de identidade comum. Como referido anteriormente, é a década de 1850 que nos parece ser o período mais importante para a formação de uma identidade militar, que se constituirá em oposição à classe política. Desta forma, os militares forjam seu discurso baseado em antíteses, positivas e negativas, sobre o que é ser militar e o que é ser político.

É o processo de profissionalização e a burocratização das forças armadas que leva ao surgimento de questões específicas no relacionamento entre civis e militares. Para Celso Castro, tais questões “estão presentes, em maior ou menor número e grau, na história de todos os países. Através de conflitos políticos e oposições simbólicas com os civis, a instituição militar de cada país desenvolveu um *ethos* específico, embora mantendo elementos comuns a todos os países”.<sup>91</sup> O *ethos* pode significar também um *espírito militar* frequentemente referido pelos redatores militares. Para Castro, a Questão Militar nos anos 1880 foi um momento-chave desse processo. Para o autor, foi a primeira vez em que um grupo de militares afirmou publicamente a existência de uma “classe militar” opondo-se aos atos do governo: “A questão da honra tão acionada pelos militares, revela contradições de *status* que eles acreditavam viver no Império: louvados em um plano por sua honra social específica – o sacrifício nos campos de batalha – discriminados e inferiorizados em outro – a vida normal, cotidiana – através da pouca importância atribuída pelo governo à instituição”.<sup>92</sup>

Embora as perspectivas de Castro sejam brilhantes – sobretudo sua tese sobre a influência da Escola Militar no processo de derrubada da monarquia, a *classe militar* se constrói em oposição à classe política muito antes da Questão Militar e a imprensa militar será o principal canal da construção deste discurso de oposição de classes e

---

<sup>90</sup> Ibid, p. 89.

<sup>91</sup> CASTRO, op. cit., p. 97.

<sup>92</sup> Ibid, p. 97.

de definição da classe militar. Como vimos, são as práticas sociais que moldam um discurso e possibilitam a criação das classificações e analogias, que irão determinar a organização das estruturas institucionais.

A insistência na elaboração do discurso com a Questão Militar pode ter ligação, justamente, com a falta de percepção da participação dos militares na imprensa, sobretudo, através de uma imprensa própria. A Questão Militar ganha importância porque a discussão entre oficiais – e a defesa da honra militar, é efetuada pela imprensa. Mas os militares se utilizavam da imprensa como canal de discussão, e mesmo como espaço destinado à sociabilidade muito antes da década de 1880. Acentuamos nos capítulos anteriores justamente a existência e a importância da imprensa militar periódica nos estudos sobre militares. Acentuaremos aqui a importância de seu discurso formador sobre a instituição militar e o *ser* militar no século XIX.

John Schulz foi um dos principais articuladores da tese de que os oficiais militares constituíam-se como reformadores e opositores diretos da política imperial no período aqui analisado. Toda a análise de Schulz está baseada em duas prerrogativas principais: que os militares constituíam-se já em 1850 como grupo opositor organizado no cenário político nacional; e que os periódicos foram o principal meio de veiculação deste pensamento opositor, que culminou com a derrubada do regime monárquico, em 1889. Para o autor, a República e as transformações advindas com ela são resultado de um grupo de oficiais idealistas e instruídos que, durante quatro décadas, trabalhou para europeizar a sociedade brasileira e o Exército.

Para tanto, o autor fornece dados que comprovam sua tese, sugerindo que Benjamin Constant, Floriano Peixoto e Sólon Ribeiro – oficiais que tiveram importante participação nos acontecimentos de 1889 – foram profundamente afetados pelas crises da Escola Militar e, possivelmente, pelo próprio periódico *O Militar* (1854). Ainda de acordo com Schulz, onze, dos quarenta generais da nascente República, estudaram na Escola Militar entre o final da década de 1850 e o início da década de 1860 – período que o autor denomina de “segunda fase” da publicação de *O Militar*. Assim, para Schulz, a década de 1850 marca a participação ativa da oficialidade militar em assuntos políticos, principalmente através de canais da imprensa.<sup>93</sup> É neste

---

<sup>93</sup> SCHULZ, John. *O Exército na Política. Origens da Intervenção Militar (1850-1894)*. São Paulo. EDUSP, 1994, p. 39.

período, portanto, que os militares se colocam como grupo de oposição efetiva no cenário político imperial.

No entanto, como afirmamos nos capítulos anteriores, uma das principais características da imprensa militar de segunda fase era o caráter legalista dos periódicos. Nenhum dos periódicos aqui abordados procurou ameaçar o sistema monárquico do período. Em 1855, os redatores de *O Militar Brioso* afirmavam que “(...) os moços militares amam de coração ao jovem imperador a cujo lado cresceram e educaram-se, eles têm bastante sangue, bastante valor e bastante força para vencerem por ele e garantir-lhe o direito constitucional de escolher ministros e política”.<sup>94</sup> A figura do Imperador representava, ainda neste período, um símbolo de respeito para os redatores. A situação se mantém até a década de 1880, quando as críticas ao papel do Imperador serão mais contundentes. Mas então é necessário levar-se em conta o período em que *O Soldado* (1881), por exemplo, estava inserido e também seu lugar de fala: em alguns textos, um Voluntário da Pátria, oficial honorário do Exército, questionava as intenções do Imperador e as críticas eram mais contundentes.

A tese de Schulz tem ligação com um dado muito importante destacado pelo autor: a constatação de que o periódico *O Militar* (1854) era escrito por alunos da Escola Militar. Ora, no capítulo anterior demonstramos como alguns periódicos eram escritos por grupos ou mesmo por apenas um redator militar. As ligações com a Escola Militar parecem seguir em duas direções, conforme assinalamos anteriormente: ou os redatores eram egressos da Escola ou eram ligados a ela, não como alunos, mas como funcionários e professores. Ou seja, a tese de Schulz perde sustentação se considerarmos o periódico *O Militar* fruto de um funcionário ou apenas de um militar comissionado em algum órgão do Ministério da Guerra ou do Arquivo Militar, como é o caso de Umbelino Campos Limpo, redator de *O Militar Brioso* (1855). O autor chega a sugerir que alguns dos generais da república tenham tomado parte na redação de *O Militar* (1854).

É necessário ressaltar aqui a diferença dos contextos específicos da imprensa do século XIX: a maioria dos periódicos era publicada por somente um redator, sendo fruto do trabalho deste redator e do tipográfico, que ficava responsável pela montagem

---

<sup>94</sup> *O Militar Brioso*, ano I, n. 10, de 10 de maio de 1855, p. 4.



e impressão dos tipos. Nessa tendência, entre os periódicos aqui analisados, podemos ressaltar *O Militar Brioso* (1855), *O Soldado e o Marinheiro* (1869) e mesmo *O Soldado*, cujas primeiras edições são fruto do trabalho do alferes honorário Cândido Reinaldo da Rocha. A tese de Schulz peca, nesse sentido, ao analisar os periódicos fora de um contexto específico da imprensa periódica no Oitocentos, primeiro, enquanto imprensa e, depois, como imprensa periódica militar.

Embora a análise de Schulz seja relevante para reconhecermos a importância do grupo militar no período imperial, não concordamos totalmente com suas assertivas. A imprensa militar não se configura apenas como um espaço de efetiva oposição política ao Império, como sugere o autor, mas sim como espaço de construção de um discurso sobre a própria instituição militar. Este discurso tem relação com a definição de *classe militar* pelos redatores e, com isso, a formação de identidade em oposição a outros grupos existentes na sociedade brasileira do período. Se os periódicos forem lidos somente com o olhar da experiência política, seu discurso pode, de fato, ser interpretado como uma oposição feroz ao governo imperial. No entanto, uma análise mais cuidadosa, destacando o viés militar do discurso, pode revelar dados e interpretações diferenciadas.

O quadro abaixo, produzido a partir da análise do periódico *O Militar Brioso* (1855), é um exemplo que sintetiza a afirmação:

*Quadro 10: Quadro comparativo entre as características militares e políticas em O Militar Brioso (1855)*

<b>CARACTERÍSTICAS MILITARES</b>	<b>CARACTERÍSTICAS POLÍTICAS</b>
A instituição é sempre honrosa, é sempre digna;	A política é rotineira, é inerte e desmoralizadora;
O Exército é um elemento de ordem, paz e dignidade nacional;	A mediocridade e a desordem são características dos exercícios políticos;
A força militar é obediente ao governo legalmente constituído, mas não aos desmandos do poder;	Os homens do poder são acostumados a mandar e ser cegamente obedecidos;
O Militar é cheio de brio e cômico de seus deveres;	Os políticos são negligentes em relação aos negócios públicos;
O soldado é o sustentáculo da ordem e o filho da honra;	Os políticos são corruptos e só agem a bem de seus interesses;
O Militar é idôneo;	O político é imoral;

O militar é apto para discutir sobre todas as questões;	O político não compreende a classe militar;
Os militares são parte integrante da nação e habilitados para discutirem sobre todas as questões;	A maior parte dos políticos são como inteligências, que nada valem, que se não sabe a razão porque subiram tão alto;
Os militares não são escravos cegos e estúpidos do poder;	O governo sustenta a ignorância no exército nacional como um <i>meio</i> de obter a obediência cega, passiva e sem limites dos militares;
A Classe Militar sofre em silêncio e estoicamente; é submetida à nudez, a fome e ao frio;	A aristocracia do país habita no meio dos prazeres e das festas muitas vezes à custa das desgraças de seus semelhantes;
O soldado brasileiro é um sofredor;	Os políticos são os homens das graças honoríficas;
O soldado brasileiro sofre injúrias e mesmo assim conserva-se superior aos homens de toga;	Os políticos se julgam superiores aos homens de armas;
O Militar é honrado;	Os políticos são famélicos do poder e cadáveres em putrefação;
A Classe Militar sustenta o governo, mas é por ele esquecida e espinhada;	O governo é mantido pelo patronato, cuja existência é vergonhosa.

FONTE: A autora. (2013).

É possível observar no quadro acima uma série de oposições criadas pelos redatores nos diversos textos publicados no periódico. A oposição é originada a partir da atribuição de características à instituição militar ou à classe militar – da qual o soldado é um componente – sempre positivas. Ou seja, no jogo de classificações indicado por Douglas, os redatores criam uma série de características para definir as propriedades militares. Da mesma forma, são criadas características para a classe política, constituindo-se o discurso com um conjunto de analogias baseadas na oposição. As instituições não podem ter um pensamento próprio, pois são entidades socialmente construídas. Dependem, portanto, do trabalho cognitivo de seus membros, que se empenham na construção de um discurso, que irá determinar os aliados, os oponentes e o padrão das futuras relações institucionais.<sup>95</sup>

A oposição existe a todo o tempo, e é uma característica desta imprensa militar. Embora o discurso dos anos de 1850 seja mais radical nesse sentido, é possível observar, em 1881, com *O Soldado*, a oposição ainda presente:

<sup>95</sup> DOUGLAS, op. cit., p. 92.

Quadro 11: Quadro Comparativo entre as características militares e políticas em *O Soldado* (1881)

CARACTERÍSTICAS MILITARES	CARACTERÍSTICAS POLÍTICAS
A classe militar tem os nobres sentimentos do amor pátrio, que leva o cidadão aos maiores sacrifícios e o eleva pela grandeza das ações;	O patriotismo serve de brinquedo aos senhores do pleito governamental;
A instituição militar é o sustentáculo do respeito, sossego e firmeza da integridade nacional;	A corrupção dos governos é o maior perigo para as sociedades mal organizadas;
O Exército brasileiro é cheio de uma tradição gloriosa, de um valor e patriotismo que se tem tornado proverbial;	O Governo é traidor da causa publica, remisso, corrompido, covarde e audaz, que esmaga e dissolve a associação política de todos os Brasileiros;
O soldado não é uma máquina inerte de guerra; mas sim uma máquina inteligente e, movida pelo impulso próprio e pelo sentimento da honra e do dever;	A política serve para atender mais aos interesses particulares dos <i>compadres</i> do que as necessidades palpitantes do país;
O soldado é um cidadão benemérito da pátria a quem consagra a sua vida e a quem ela confia a defesa de sua honra;	Estas classes que se querem elevar por títulos, que não podem nobilitar o caráter nem a honra; de certo não poderão fazer a felicidade do país;
Os militares são os legítimos defensores da pátria; constituem a garantia da ordem; são o sustentáculo da dignidade e da honra nacional;	A política é um escárnio.

FONTE: A autora. (2013).

O número de assertivas entre os dois periódicos é bastante variável, e é possível perceber que, em 1881, muitas delas se repetem. A caracterização da classe militar está completa: a instituição é o sustentáculo da ordem e da integridade nacional, o soldado é filho da honra, e cheio de patriotismo, os militares não são escravos, mas sim homens impulsionados pelo sentimento de honra e dever.

Para Schulz, os oficiais militares eram o único grupo político disposto a desafiar a ordem política imperial, a partir de 1850.<sup>96</sup> De acordo com o autor, durante a década de 1850 e a derrubada da monarquia, nada ocorreu entre governo e militares que pudesse aplacar a sede de oposição do grupo. A falta de condições da instituição, o

<sup>96</sup> SCHULZ, op. cit., p. 18.

constante atraso nos soldos, a falta de aumentos nos vencimentos, a difícil posição dos militares durante a Guerra do Paraguai foram elementos que não ajudaram a melhorar a relação entre governo e militares.

No entanto, não nos parece correto compreender os militares somente como um grupo de oposição à política imperial, no sentido empregado pela maior parte dos autores que analisa este período. Duas são as razões principais que justificam a afirmativa: primeiro, os militares nunca formaram um grupo de oposição organizado à política imperial. Em 1871, Floriano Peixoto, então tenente Coronel, fundou o Instituto Militar. O instituto deveria ser um órgão responsável pela defesa dos interesses da instituição militar como corporação e órgão político. No entanto, sua fundação foi à revelia do comando do Exército, o instituto foi considerado uma ameaça à disciplina, e fechado, por decisão do Conselho de Estado. É somente no final do Império que os militares se institucionalizam em torno do Clube Militar, fundado em 1887. Segundo, se comparada a taxa de participação de oficiais na política, entre as décadas de 1850 e 1880, a participação é pequena.<sup>97</sup> Ou seja, os militares não se colocaram, na arena política, como oposição politicamente efetiva. No final do Império, a participação de oficiais na política, se comparada ao período de 1850, é relativamente pequena.<sup>98</sup>

A insistência em colocar o grupo militar como efetiva oposição política busca, num primeiro momento, responder ao empenho de encontrar num passado cíclico respostas para as contínuas intervenções militares na política, sobretudo, 1889. Assim, explica-se a derrubada da monarquia pelo viés militar como um episódio inevitável e lógico, dentro de uma perspectiva histórica que se arrastava desde a década de 1850.

Mas é possível falarmos em instituição militar ou em militares como algo uno e indivisível nesta análise? A resposta nos parece negativa. Não é possível considerarmos a instituição como um todo durante este período, assim como nos parece improvável creditar a queda da monarquia, em 1889, à influência dos militares redatores dos periódicos de 1850, como indica John Schulz.

A oposição entre a classe política e a classe militar exposta a todo momento nos periódicos aqui analisados – sobretudo do período de 1850 – parece ter relação

---

<sup>97</sup> SCHULZ, op. cit., p. 79.

<sup>98</sup> SCHULZ, op. cit., p. 28.

com duas prerrogativas principais: primeiro, a insistência na oposição deriva da necessidade de se constituir um discurso sobre a classe militar e, nesse sentido, a oposição é necessária para a constituição do discurso, conforme apontado por Thompson e Douglas; segundo, as crises políticas e militares ocorridas durante a década de 1850 respondem ao discurso mais radical dos periódicos, não observado nas décadas subsequentes e nos periódicos subsequentes. Ou seja, o radicalismo do discurso não é uma regra que se aplique a toda a imprensa periódica militar, sobretudo na segunda fase aqui observada.

Uma das hipóteses de pesquisa apresentadas no início deste trabalho tem relação exatamente com os momentos de crise experimentados pelos oficiais militares. Ou seja, alguns periódicos parecem surgir em momentos de crise específicos, e buscam, nesse sentido, reforçar o discurso de *ser e pertencer* a classe militar. Assim podem ser compreendidos *O Militar* (1854) e *O Militar Brioso* (1855), por exemplo, inseridos no contexto de reorganização do Estado imperial efetuada pelo gabinete conservador e pelo gabinete seguinte, do Marquês do Paraná. Mas a mesma assertiva não pode ser usada para se analisar, por exemplo, a *Tribuna Militar* (1881). A *Tribuna* dificilmente pode ser comparada, em termos de radicalismo, com os periódicos da década de 1850. Embora o discurso da *Tribuna* siga com as relações de oposição, seu conteúdo é menos dramático e menos radical. A existência da imprensa periódica militar tem relação com uma série de questões, principalmente aquelas apontadas nas hipóteses de trabalho expostas no primeiro capítulo.

Por outro lado, Schulz, em sua análise, não parece compreender corretamente o valor de algumas características militares, como a honra. Esta incompreensão pode ser fruto da insistência, da maior parte dos pesquisadores, em adequar perspectivas profissionalizantes do século XX ao Exército do século XIX, conforme foi discutido anteriormente. Para o autor, “no século passado a defesa da honra parece ter sido uma questão muito séria. Muitos dos oficiais que participaram das desordens ocorridas nos anos cinquenta e da questão militar dos anos oitenta agiram dessa forma por acreditarem sinceramente que estavam defendendo a dignidade da corporação”.<sup>99</sup> A honra, como será discutido, é um dos elementos principais do

---

<sup>99</sup> SCHULZ, op. cit., p. 43.

discurso formador daquilo que é *ser* militar neste período, e, por isso, não pode ser desprezada.

É ainda, na década de 1860, que muitos militares instruídos e talentosos deixam de ser leais ao Império, de acordo com Schulz. A afirmativa não está acompanhada de uma argumentação maior: paradoxalmente a esta afirmação, é nos anos de 1860 que alguns membros da oficialidade dão uma guinada e lançam o periódico *Indicador Militar*, com pouquíssimas críticas políticas e com objetivo de se equiparar aos seus congêneres estrangeiros, sobretudo a *Revista Militar* de Portugal.

Ao destacar somente os periódicos a partir da década de 1850, Schulz deixa para trás uma série de outros periódicos, que, embora não tenham durado no tempo ou não tenham constituído um discurso nacional, ainda assim clamavam pela existência da *Classe Militar* e da defesa de seus interesses. A compreensão de que a imprensa torna-se um campo de defesa de interesses e formação de discursos pode ser crucial para o entendimento do papel destes periódicos, na história política e militar do Brasil. Analisar os periódicos sem levar em conta a perspectiva de existência da imprensa militar é desconsiderar o padrão de publicações existentes durante o Império. Como observado no capítulo anterior, durante a segunda fase foram identificados mais de 25 periódicos escritos por militares, e voltados para a classe militar. Portanto, desprezar a existência de uma imprensa própria pode levar a diferentes interpretações na leitura dos periódicos.

A controversa explicação de Schulz pode ter ligação com a utilização do termo *militares* como um todo absoluto. Ora, demonstramos, na primeira parte desta tese, como a imprensa militar era obra de um ou mais redatores, e que, em hipótese alguma, o discurso veiculado por ela poderia ser considerado um discurso institucional. Embora os periódicos quisessem ser – e assim se denominassem – órgãos legítimos das classes militares, o pesquisador não pode tomar a afirmativa por fato, e transformá-la em dado concreto: os periódicos não exprimiam o *todo* da classe militar, embora fosse esse seu objetivo.

Por outro lado, acentuamos aqui como o termo *classe militar* exprimia, para a maior parte dos redatores, outras instituições com atribuições de segurança – interna ou externa, e não apenas o Exército ou a Marinha imperial. Em 1881, os redatores

de *O Soldado* consideravam a classe militar como a união do Exército e da Marinha.<sup>100</sup> Para Francisco Maria dos Guimarães Peixoto, um dos articulistas do *Indicador Militar*, a classe militar era uma “grande família, uma associação enfim, cuja missão é um inteiro sacrifício de toda a sua vida, tendo por chefe o primeiro cidadão do país, chefe que a reputa tão nobre e tão distinta”.<sup>101</sup> Embora os articulistas apresentassem a classe militar como uma família unida, não podemos considerar o termo como significativo de unidade. A classe militar poderia ser tudo ou ser apenas o Exército. O discurso é refinado ao longo das décadas, e podemos perceber uma definição mais homogênea dos grupos a partir dos anos de 1860, consolidando a classe militar como a junção do Exército e da Marinha.

A possível armadilha escondida sob a denominação *militares* foi também explorada por Adriana de Souza Barreto. Para a autora:

A nomenclatura *militares* constitui o primeiro problema analítico que envolve o tema. A presença do termo sedicioso ou a construção de uma imagem desorganizada do papel dos militares nos tumultuados anos da regência é uma constante em clássicos da literatura especializada e em toda sorte de manuais escolares. Acusados de envolvimento em inúmeras revoltas que caracterizam o período, os militares transformam-se num absoluto ao qual todos os historiadores acabam por render-se ao longo de sua narrativa.<sup>102</sup>

Segundo a autora, esse problema conceitual leva a interpretações correntes que generalizam momentos históricos distintos. Refere-se, especificamente, a Edmundo Campos Coelho, que homogeneizou o termo *militares* sob uma única ótica analítica, reduzindo “todo o período imperial acrescido dos primeiros 41 anos republicanos, a um único esquema analítico: a política de erradicação descreve com propriedade as atitudes básicas e o comportamento da elite política civil brasileira com relação ao Exército até a década de 1930’.”<sup>103</sup> A maior parte dos autores, portanto, como John Schulz, June Hahner, Nelson Werneck Sodré e Jeanne Berrance de

<sup>100</sup> *O Soldado*, ano I, edição n. 3, de 22 de março de 1881, p. 3.

<sup>101</sup> *Indicador Militar*, ano I, edição n. 7, de 1 de abril de 1862, p. 104.

<sup>102</sup> SOUZA, op. cit., p. 19.

<sup>103</sup> *Ibid*, p. 21.

Castro utilizaram desta premissa para a formulação de suas teses.<sup>104</sup> Logo, a grande contribuição de Coelho, para a autora, foi sistematizar dados e argumentos que permitem uma análise menos uniforme dos acontecimentos históricos.

Coelho refere-se, continuamente, a “política de erradicação” efetuada pelo governo Imperial seguido pelos governos da primeira república: ou seja, de acordo com Samuel Huntington, a política da erradicação ocorre quando as forças armadas, permanentes e numerosas, tornam-se uma ameaça à segurança, à liberdade e à democracia, e por isso são constantemente atacadas pelo poder civil. Durante o Império, acentua Coelho, a elite política praticou este tipo de ação de forma agressiva.<sup>105</sup> Tal política acentuou-se ainda pela repulsa ao elemento militar presente na população desde o período colonial. As formas agressivas de recrutamento e as atribuições militares nem sempre ligadas ao *métier* tornaram a força militar antipática.

Para Coelho, a política antimilitar se refletiu principalmente após a abdicação, com a redução de efetivos do Exército nacional, a criação da Guarda Nacional e a redução do orçamento. A criação da Guarda Nacional relegava ao Exército a defesa de fronteiras, e o afastava dos centros de decisão política. A Guarda Nacional também ganhou muito mais prestígio, ao recrutar seus membros entre as classes mais abastadas, enquanto o Exército enfrentava dificuldades para preencher seus claros determinados em lei. De acordo com Coelho, foi a “política de erradicação” que criou as condições para que o elemento militar pudesse cancelar o regime monárquico.<sup>106</sup>

No entanto, a posição da Guarda Nacional não parece ser esta que, a historiografia repete, de forma incessante. Para Adriana Barreto “A violência no recrutamento, assim como o patronato e as isenções não constituíam estratégias elaboradas e dirigidas com exclusividade para o Exército”.<sup>107</sup> A historiografia tradicional construiu a versão de uma animosidade existente entre o Exército e a Guarda Nacional no período imperial, que teria perdurado ainda durante o período republicano até a extinção do corpo, em 1917. Esta pesquisa não encontrou indícios,

---

<sup>104</sup> HAHNER, June. *Relações Entre Civis e Militares no Brasil 1889-1898*. Rio de Janeiro. Pioneira, 1979. CASTRO, Jeanne Berrance de. *A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1977. SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.

<sup>105</sup> COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*. São Paulo: Forense, 1976, p. 34.

<sup>106</sup> COELHO, op. cit., p. 45.

<sup>107</sup> SOUZA, op. cit., p. 22.



através do estudo da imprensa militar, deste caráter negativo imposto à Guarda Nacional. No início da pesquisa esta era uma preocupação e a caracterização da Guarda Nacional pelos periódicos seria uma categoria de análise. Dada a falta de dados que sugerissem ou não a validade das hipóteses tradicionais da historiografia, que comprovassem, ou indicassem a validade da “política de erradicação” imposta por Coelho, a categoria foi abandonada pela falta de dados suficientes. Ou seja, os redatores dos periódicos não consideravam a Guarda Nacional um elemento negativo, fruto de uma política imperial maliciosa, mas a enxergavam como uma instituição irmã, que também fazia parte da *classe militar*.

Em 1855 um artigo na segunda edição de *O Militar Briosso* falava, justamente, sobre a Guarda Nacional e as tarefas que, de fato, deveriam se imputadas a esta força. O redator assinalava que no Brasil três eram as forças de violência: o Exército, força de primeira linha, a Guarda Nacional e as polícias. O serviço da Guarda Nacional era considerado pelo autor vexatório e desigual, pois recaía somente sobre uma parcela dos cidadãos artífices da sociedade. O redator criticava ainda a falta de cidadãos em serviço na Guarda e que essa falta acabava por onerar o Exército, sobretudo nos serviços de guarda e vigilância das ruas.<sup>108</sup> É possível inferir, pelo texto, que faltava também à Guarda Nacional homens ao seu serviço e, assim, a força também carecia de estrutura. A Guarda Nacional, portanto, não ganha destaque nos periódicos aqui analisados, sendo sua relação com o Exército medida de forma satisfatória pela leitura.

Também Celso Castro aponta em sua análise sobre a derrubada da monarquia, o problema em considerar os militares como um grupo coeso. Tal consideração tem relação com uma historiografia que considera a inevitabilidade histórica de 1889 baseada, sobretudo, na ideia de unidade no seio militar. Para Castro, é preciso destruir a imagem conceitual de que a instituição é única, sem clivagens internas. Para isto, o autor utiliza, comumente, a expressão “um grupo de militares” ao invés de “os militares”, em toda a sua análise, pois tal diferença demonstra a consciência de que não havia unidade na instituição. Segundo Castro, sobre 1889, “não foi portanto a classe militar que deu o golpe, mas uma parcela muito específica”.<sup>109</sup>

---

<sup>108</sup> *O Militar Briosso*, ano I, edição n. 5, de 28 de março de 1855, p. 1 e 2.

<sup>109</sup> CASTRO, op. cit., p. 9.

Em consequência, observamos durante a segunda fase da imprensa periódica militar o esforço dos redatores dos diversos periódicos para conceber uma identidade da classe militar, através da criação de analogias e oposições com a classe política. As analogias tornam-se, assim, características da classe militar, que podem ser observadas no discurso de todos os periódicos aqui analisados. Logo, é fundamental inserir essa análise dentro da perspectiva de existência da imprensa periódica militar. A formação da classe militar tem relação específica com a formação do próprio discurso institucional, conforme indicado por Douglas. E a oposição com a classe política, no âmbito discursivo, será necessária para fundamentar a existência da instituição militar.

Em seguida, apresentaremos as características identificadas e mais expressivas no discurso dos periódicos.

### **3.3 As características da classe militar**

Vimos como a classe militar é dotada de definição, e, ao mesmo tempo, dotada de uma diversidade de membros que a caracterizam. Em alguns momentos, a Guarda Nacional ou o corpo de polícia provincial estava inserido na delimitação de *classe militar*. Mas, na maioria das vezes, os redatores estão tomando somente o Exército e a Marinha como formadores da classe militar – incorporando, no final do período imperial, ainda os Voluntários de Pátria.

Definida a *classe militar*, quais eram as suas características? O que era mais importante atribuir e classificar como característica desta classe e, por consequência, da própria instituição?

Em *O Militar*, uma citação dá conta de exprimir todo o sentimento e todo o sentido que, para os redatores, tinha a palavra *militar*:

O Militar é o verdadeiro amigo de sua pátria, é o melhor de seus filhos. Ele dá tudo quanto possui e pode possuir, presente, futuro, sangue e vida, todos os bens da terra pelo esplendor e integridade do seu país, pelo bem estar de seus compatriotas. O Militar lança-se no mais renhido do combate, não como se apenas fora uma máquina de guerra, segundo pensam alguns ingratos, mas sim procurando alcançar a todo transe a glória e independência de sua nação; e dessa lide ou volta mutilado e tinto em seu próprio sangue ou nela morre, esmagando ainda com o peso de seu corpo os inimigos de sua pátria. O militar não é um filho, é mais que um filho, é um mártir pronto sempre para ir ao sacrifício! Ingratos, mil vezes ingratos aqueles que nos desconhecem, nos desprezam e até... nos humilham”.<sup>110</sup>

Neste trecho encontramos todos os elementos enumerados no presente capítulo e em nossa análise, a que chamamos de características de classe e instituição: o militar é um patriota, livre de ambições, que busca a glória através de combate e do seu código de honra; é um mártir a serviço da nação, cujo sacrifício é recompensado com o abandono e a humilhação.

Nesta pesquisa, identificamos seis características atribuídas à instituição militar – e à própria profissão militar, bastante pontuadas pelos redatores dos periódicos durante o período aqui estudado. Todas estas características se repetem, em maior ou menor grau, nos periódicos. As características têm relação com a construção de um discurso positivo sobre *ser* militar, mas também tem relação com a constatação de alguns pontos negativos inerentes à instituição. Tais características negativas se relacionam com a questão política do país: de um lado, uma classe política desinteressada em assuntos militares, e que não hesita em prejudicar ainda mais a classe militar; e, por outro, a impossibilidade dos militares de participarem da arena política, tanto pela via eleitoral, quanto pelos caminhos da indicação política.

Aliás, é a política o fator determinante de toda a construção discursiva: é ela que, na maioria dos pontos, responde ou como causa ou como consequência no discurso dos periódicos, dentro do jogo de analogias e oposições.

Logo, a classe militar é definida pelos redatores de *O Militar Briosso* (1855) como uma “classe distinta, em todos os tempos respeitada e venerável, para quem os

---

<sup>110</sup> *O Militar*, ano I, edição n. 5, de 12 de setembro de 1854, p. 4.

governos não deixam de apelar nos momentos atribulados das agonias do poder”<sup>111</sup>, e pelos redatores de *O Soldado* (1881) como “a maior credora do Estado, a que mais direitos tem a benevolência governamental”.<sup>112</sup> O esforço de caracterizar e delimitar a classe militar está presente em todos os periódicos aqui estudados. A consulta ao apêndice metodológico anexado ao final deste trabalho pode demonstrar a afirmação. Em todos os periódicos, foi possível criar uma categoria intitulada “características militares”, e com ela traçar um painel analítico significativo em relação à caracterização feita pelos redatores da classe militar.

O quadro abaixo sintetiza as opiniões dos redatores sobre a classe militar. Os dados foram obtidos pelo fichamento e pela organização da categoria “características militares” em todos os periódicos. É possível observar, pelo quadro, a caracterização de cada periódico sobre a questão:

*Quadro 12: sinótico das características militares - sobre a Classe Militar nos periódicos.*

<p><b>Sobre a Classe Militar</b> <b>(O Militar, 1854)</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O Exército é fiel à nação e as suas instituições;</li> <li>• Os militares são fiéis mantenedores da constituição e amigos devotados da monarquia;</li> <li>• Vive no abandono e na orfandade;</li> <li>• É esquecida de forma criminosa;</li> <li>• A Classe Militar é a melhor garantia de ordem e integridade da nação;</li> <li>• A Classe militar está esquecida, abandonada e menoscabada desde 1831;</li> <li>• A Classe Militar, sobre a qual pesa o mais oneroso serviço, só pode lobrigar no futuro a miséria e o abandono para si e para sua família;</li> </ul>
<p><b>Sobre a Classe Militar</b> <b>(O Militar Brioso, 1855)</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A Classe Militar sofre em silêncio e estoicamente;</li> <li>• A Classe é infeliz;</li> <li>• Exemplo de obediência e sofrimento;</li> <li>• Classe desventurada;</li> <li>• É uma classe infortunada;</li> <li>• É rica de brio e dignidade e pobre de dinheiro;</li> <li>• É tratada com desprezo e indiferença;</li> <li>• A Classe Militar é tratada com desprezo e submetida à nudez, à fome e ao frio;</li> <li>• A Classe Militar é briosa;</li> <li>• A infeliz Classe tem direito de partilhar dos negócios do Estado;</li> </ul>

<sup>111</sup> *O Militar Brioso*, ano I, n. 15, de 19 de junho de 1855, p. 1.

<sup>112</sup> *O Soldado*, ano I, edição n. 13, de 26 de abril de 1881, p. 4.

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A Classe militar é cheia de privações, desprezos e sacrifícios;</li> <li>• A Classe Militar é patriótica;</li> <li>• A Classe Militar é digna;</li> <li>• A Classe Militar é vítima constante de injustiças;</li> <li>• A Classe Militar sustenta o governo, mas é por ele esquecida e espinhada;</li> <li>• A Classe Militar é constantemente amesquinhada;</li> <li>• A Classe Militar é distinta;</li> </ul>
<b>Sobre a Classe Militar</b> <i>(Indicador Militar, 1862)</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Espera, num futuro próximo, ter a consideração do governo e a estima da sociedade;</li> <li>• A classe militar é numerosa, valente, sofredora, dedicada à pátria, ao trono, às leis e em grande parte instruída;</li> <li>• É uma classe dedicada, essencialmente obediente;</li> <li>• A classe permuta seu sangue pela honra e a integridade da pátria;</li> <li>• A existência da Classe militar constitui um princípio de ordem e de civilização, e uma garantia para o progresso e o desenvolvimento;</li> </ul>
<b>Sobre a Classe Militar</b> <i>(O Soldado e o Marinheiro, 1869)</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• É uma classe distinta pela nobreza do seu desinteresse e pelo heroísmo e abnegação;</li> <li>• A classe vive condenada ao ostracismo, mas tem direitos de atuação política pela sua ilustração e patriotismo;</li> <li>• A classe militar é composta de mártires;</li> <li>• A classe militar representa perfeitamente a maneira de ver e sentir, de pensar e querer de toda a nação;</li> <li>• É uma das classes que serve o país, e a única desambiciosa;</li> <li>• É uma classe desvalida e amesquinhada, senão vilipendiada;</li> </ul>
<b>Sobre a Classe Militar</b> <i>(O Soldado, 1881)</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A classe militar não conhece obstáculos, porque para o conquistador só há uma única palavra de ordem: é vencer;</li> <li>• Entre nós é ela a garantia da estabilidade da ordem e segurança da liberdade;</li> <li>• A classe militar tem os nobres sentimentos do amor pátrio, que leva o cidadão aos maiores sacrifícios, e o eleva pela grandeza das ações;</li> </ul>
<b>Sobre a Classe Militar</b> <i>(A Tribuna Militar, 1881)</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A classe militar contribui com o penoso tributo de sangue;</li> <li>• A classe militar é anarquizada pelos homens políticos;</li> <li>• Tem por timbre a honra;</li> <li>• É dotada de consideração e prestígio;</li> <li>• Um dos direitos sagrados da classe militar é a recompensa pelos seus sacrifícios;</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O soldado merece a veneração e o respeito pelo seu sacrifício;</li> <li>• A classe militar é o vulcão das nações;</li> <li>• A classe militar não tem partido;</li> <li>• A classe é ilustrada e distinta;</li> <li>• É a garantia de estabilidade de todas as instituições.</li> </ul>
--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

FONTE: A autora (2014).

Pelo quadro, é possível perceber que a classe militar reúne uma série de características distintas, que acabam se materializando no discurso. É possível, ainda, perceber como o discurso dos anos 1850 e 1860 é mais incisivo que o discurso posterior, dos jornais da década de 1880. Algumas características são também comuns ao discurso ao longo do tempo, como a questão da estabilidade da ordem e do amor pátrio. Estas são apenas algumas assertivas similares no discurso de ambos os periódicos. Logo, algumas palavras-chave associam-se ao *ser* militar: honra, patriotismo/pátria, ordem, obediência, nação, amor, integridade, dever, respeito. Todas essas palavras repetem-se com frequência nos discursos aqui observados.

Assim, pontuamos as seguintes características identificadas pelos redatores, e atribuídas pelos periódicos à instituição militar e aos militares como classe. Todas estas características resumem aquilo que é *ser* um militar para os redatores destes periódicos. As características indicam formas de comportamento, mas também, formas de pensamento que devem caracterizar tanto a instituição quanto o próprio militar em si. São estas as características indicadas através de nossa análise: a) O militar é sempre honrado, brioso, fiel, desinteressado, cômico de seus deveres, profissional e obediente; b) O exército e a instituição militar são sempre fiéis aos princípios constitucionais, à nação e às suas instituições, sendo peça-chave para a existência da nação; c) Tanto a classe e, por consequência, a instituição militar, é abandonada, esquecida, desmoralizada, amesquinhada e sofredora; d) É a única classe que permuta o sangue pela honra e integridade da pátria, que vive de sacrifícios e que dá a vida pela pátria; e) O militar é um verdadeiro patriota, e o amor à pátria é uma nobre característica do soldado; f). Por último, é a classe que possui condições de administrar o país, pelo seu patriotismo e sua ilustração.

Em termos comparativos, a honra é a principal característica atribuída a classe militar destacada pelos redatores. Comparando-se as ocorrências de todas estas

características (de “a” até “f”), é a honra, e suas características tributárias, que mais é repetida pelos redatores em todos os periódicos. Em seguida, é a relação entre a instituição militar e o Estado que ganha destaque. Para os redatores, esta ligação é uma das bases da própria existência da instituição no meio político. Em terceiro lugar, está a ocorrência de características negativas para a instituição militar e a classe: abandonada pelo poder político, acaba se tornando sofredora e humilhada, contrastando, paradoxalmente, com o seu dever último: o sacrifício e a morte pela pátria. Em seguida, o amor à pátria é louvado e lembrado, seguido, por último, na insistência de que o militar é um administrador pela própria essência da profissão. O discurso construído através destas características é cíclico, sendo a honra e a relação com a entidade estatal os principais elos de ligação. Como causa e consequência, a política é o pano de fundo: seja a política *exclusivista* que afasta os militares da arena de debates, seja a política negativa, que desmoraliza a instituição e o soldado pelo abandono, pelos baixos soldos e pela desvalorização.

Dentre as características, é perceptível ao estudioso das instituições militares a falta de algum elemento relacionado à disciplina. A explicação repousa no próprio contexto em que o discurso dos periódicos é observado. A disciplina, como é definida hoje, não fazia parte do cabedal de características estritamente militares. É sintomático, por exemplo, a existência, ainda nos anos de 1870, dos castigos corporais como forma de manter a disciplina e a submissão das praças militares. Raoul Girardet observa que, no exército francês de Napoleão I, a disciplina era uma característica muito rara. Os casos de insubordinação eram, por isso, frequentes e resolvidos, em geral, pela violência.<sup>113</sup> A Prússia e sua incontestada disciplina foram um exemplo para os países europeus, mas esses países só puderam copiar em medida restrita a organização e subordinação dos exércitos prussianos. Em 1879, um colaborador do *Echo Militar* criticava a abolição do castigo da pranchada aos conscritos pela lei de recrutamento de 1874. Para o oficial, embora o castigo não fosse uma forma digna de tratamento com os soldados, sem seu auxílio era difícil disciplinar as hordas de ignorantes que se tornavam soldados, muitas vezes de forma compulsória. A pranchada, na opinião do autor, era uma forma eficiente de se manter a disciplina e a subordinação entre as praças do Exército.<sup>114</sup> A insubordinação estava

---

<sup>113</sup> GIRARDET, Raoul. *A sociedade militar de 1815 até nossos dias*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2000, p. 67.

<sup>114</sup> *Echo Militar*, ano I, edição n. 12, de 1º de outubro de 1878, p. 12.

presente também na imprensa: em 1863 noticiou-se, no *Diário do Rio de Janeiro*, a insubordinação de oficiais do 1º batalhão da Corte, conforme tratado no capítulo anterior. Portanto, a disciplina não era o principal ponto de referência para as características militares.

Por outro lado, a oposição em relação à classe política está presente a todo tempo, mas, sobretudo, quando os redatores enumeram as causas do abandono e do desprezo a que a classe militar é submetida. Esta oposição será crucial para a construção de todas as características aqui assinaladas. Estas características serão analisadas, com maior profundidade, no próximo capítulo.

A análise e a criação de categorias (características) de pesquisa foram possibilitadas graças ao método da análise de conteúdo, referido no capítulo anterior. Assim, todos os periódicos foram organizados em “Quadros Sinóticos” que puderam ser comparados e estudados entre si. Para os redatores de *O Soldado* (1881), por exemplo, a classe militar não conhece obstáculos, é garantia da ordem e da segurança, e é a única classe que leva o cidadão aos maiores sacrifícios, sendo elevado pela grandeza de suas ações. Para os redatores de *O Soldado e o Marinheiro* (1869), a classe militar é distinta pela nobreza, é composta de mártires, é a única classe “desambiciosa”, e, paradoxalmente, é condenada ao ostracismo político e vilipendiada em seus valores e direitos.<sup>115</sup> (Apêndice DD).

Em 1862, um articulista do *Indicador Militar* definia a classe militar como “numerosa, valente, sofredora, dedicada à pátria, às leis, ao trono e, em grande parte, instruída”.<sup>116</sup> Outro articulista do mesmo periódico indagava:

Em que classe se manifesta em mais subido grau o amor da pátria que em a nossa [sic]? Quem afronta perigos iminentes, e a própria morte para assegurar-lhe a integridade, e o estranho respeito, senão o soldado; e, com tudo, o soldado é homem, dotado das mesmas afeições e sentimentos naturais que qualquer outro.<sup>117</sup>

É possível compreender a existência dos periódicos militares também, e, por consequência do discurso neles veiculado, como uma tentativa de profissionalização

---

<sup>115</sup> *O Soldado e o Marinheiro*, ano I, edição n. 5, de 7 de novembro de 1869, p. 1.

<sup>116</sup> *Indicador Militar*, ano I, edição n. 18, de 16 de setembro de 1862, p. 347.

<sup>117</sup> *Indicador Militar*, ano I, edição n. 10, de 16 de maio de 1862, p. 171.



do Exército brasileiro no século XIX, conforme referenciado no primeiro capítulo deste trabalho. As referências ao papel desempenhado pelos periódicos no exterior são constantes, em todos os períodos, sobretudo em relação as revistas portuguesas e francesas.<sup>118</sup> Tal imprensa, no exterior, tinha um caráter bastante educativo, nesse sentido: a *Revista Militar*, publicada em Portugal em 1849 era dividida em tomos, compreendendo uma série de assuntos de interesse militar, como engenharia, topografia e história. Também nos Estados Unidos, a partir de 1863, passou a ser publicado o *Army and Navy Journal*, voltado a questões militares.

Para uma instituição militar, a construção de um discurso é elemento primordial para a profissionalização, e também para sua própria institucionalização. É reflexo do desenvolvimento de um sentido de identidade grupal, e de um sistema de administração próprio. A administração acaba por implicar na criação de um sistema ético, e em padrões de ação. Assim, falar de profissionalismo militar implica compreender que a direção de um conflito foi dada a pessoas que se comprometeram com este serviço, além de possuir uma instrução e competências próprias, aprendidas através de um processo lógico de educação e treinamento.<sup>119</sup> Para Adriana de Souza:

É possível encontrar nas duas publicações [*O Militar* e *A Defesa Nacional*] referências nítidas à necessidade de se estabelecer uma profissionalização da carreira militar, de se elaborar um conjunto de regras e práticas muito bem definidas, sob valores meritocráticos. Na verdade, seus colaboradores lançavam-se num combate aberto àqueles que identificavam como resistentes ao processo de modernização das instituições brasileiras e, por decorrência, das próprias forças armadas – à elite constituída basicamente por bacharéis de direito.<sup>120</sup>

Para Norman Fairclough, o discurso é o uso da linguagem como forma de prática social, e não individual. O discurso é, assim, uma forma de ação em que as pessoas agem sobre o mundo, e também sobre os outros. Pode ser considerado uma forma de representação. O discurso, como linguagem, também implica uma relação

---

<sup>118</sup> A *Revista Militar* de Portugal é constantemente citada na maior parte dos periódicos. O periódico *Army and Navy Journal*, americano, é citado pelos redatores de *O Soldado e o Marinheiro*, conforme informações do capítulo 1.

<sup>119</sup> JANOWITZ, op. cit., p. 14 e 15.

<sup>120</sup> SOUZA, op. cit., p. 26.

com a estrutura social: ou seja, o discurso não está isolado da variante social. Logo, a influência da estrutura social é capaz de moldar e restringir o discurso, seja pelas relações sociais que o criam, pelas relações institucionais, pelas convenções e padrões, por exemplo. Logo, “o discurso é socialmente constitutivo”.<sup>121</sup> Desta forma:

O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes. O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo um mundo em significado.<sup>122</sup>

O discurso é construtivo e, como tal, contribui para a construção de identidades sociais para sujeitos sociais. Contribui ainda para a construção de relações sociais entre os indivíduos e também para a construção de sistemas de crença e conhecimento. Assim, a imprensa periódica militar articula um discurso, não de efetiva oposição política ao Império, mas de discussão de valores, de construção de discursos sobre o que é *ser* militar, em um período em que o próprio Estado brasileiro – e a instituição militar, por consequência ainda não está consolidado. A oposição é consequência da necessidade de se formar um discurso sobre a classe militar.

São as trocas e as práticas sociais que moldam esse discurso:

(...) ao produzirem seu mundo, as práticas dos membros são moldadas, de forma inconsciente, por estruturas sociais, relações de poder e pela natureza da prática social em que estão envolvidos, cujos marcos delimitadores vão sempre além da produção de sentidos. Assim, seus procedimentos e suas práticas podem ser investidos política e ideologicamente, podendo ser posicionados por eles como sujeitos (e membros).<sup>123</sup>

Dessa forma, o discurso toma importância, e a imprensa foi o canal utilizado para a sua veiculação. A insistência dos redatores em construir um discurso sobre a instituição militar baseado na oposição à existência de outra classe – a classe política – não parece significar que os redatores quisessem, efetivamente, se transformar em

<sup>121</sup> FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: UNB, 2001, p. 91

<sup>122</sup> FAIRCLOUGH, op. cit., p. 91.

<sup>123</sup> Ibid, p. 100.

oposição política, dentro da lógica imperial. Tal concepção tem relação também com a heterogeneidade da forma textual: o significado de um texto é “um complexo de significados diversos, sobrepostos e algumas vezes contraditórios, de forma que os textos são, em geral, ambivalentes e abertos a múltiplas interpretações”.<sup>124</sup> A classe, como vimos, se compõe baseada na oposição. O sistema de classificação, como acentuou Douglas, é necessário para a existência institucional e para a formação do próprio discurso institucional.

Os redatores dos periódicos referem-se, frequentemente, ao “espírito de classe” em seus textos. Além de definir o que é a classe militar, os redatores identificam também um espírito militar, que é definido como aquilo que une os indivíduos dentro da classe militar. O espírito é dotado de características, e precisa ser cultivado. Não é algo que preexista nos indivíduos. Assim, os redatores de *O Militar* (1854) acreditavam que os exercícios práticos militares poderiam desenvolver “o espírito Militar”<sup>125</sup>, e que, por consequência, este espírito disporia os soldados e oficiais “a sofrer e afrontar os trabalhos e perigos da guerra”.<sup>126</sup> O redator acentua ainda que o espírito militar tem relação com a disciplina e a subordinação dos soldados aos oficiais, e dos oficiais subalternos aos oficiais superiores.

Em outra passagem do mesmo periódico, um redator pergunta por que a escola prática fundada na Corte não foi fundada no Rio Grande do Sul. Uma escola prática fora do Rio Grande, argumenta o autor, “se acha fora do seu elemento, por se achar distante do nosso maior foco militar, do teatro provável das nossas guerras, e onde existe o espírito militar, tão necessário a uma instituição desta ordem”.<sup>127</sup> Portanto, o espírito militar, na opinião dos redatores, era um elemento indispensável a instituição militar e, novamente, deveria ser cultivado nos elementos que se dedicavam à carreira das armas. Para o redator, o espírito militar é um “princípio vivificante”, que tem relação com a história militar, com as tradições militares e com as memórias militares.

O espírito militar não passou despercebido também aos articuladores do *Indicador Militar* (1862):

---

<sup>124</sup> FAIRCLOUGH, op. cit., p. 103.

<sup>125</sup> *O Militar*, ano I, n. 8, de 12 de setembro de 1854, p. 2.

<sup>126</sup> *O Militar*, ano I, n. 8, de 12 de setembro de 1854, p. 2.

<sup>127</sup> *O Militar*, ano I, n. 8, de 18 de novembro de 1854, p. 2.

Por tanto, para que tanto desanimo? Porque unindo-nos, não nos esforçamos um pouco, o que ainda não tentamos, à ver se alcançamos alguma consideração e prestígio? Haja da nossa parte um verdadeiro, e bem entendido espírito de corporação, cumpramos fielmente os nossos deveres, observemos e façamos observar a disciplina, sustente cada um a sua dignidade, não se prestando a serviços incompatíveis com o brio e o lustre das nossas dragonas; quando a ocasião se nos oferecer, elevemos de preferência aqueles dos nossos camaradas que pela sua inteligência, dedicação ao país, ao nosso adorado monarca, e ao reconhecido amor de classe se fizeram dignos, que algum dia havemos de colher o fruto da nossa paciência e sacrifícios.<sup>128</sup>

O espírito militar, sintetizado pelo espírito de corporação, deveria incentivar os militares a cumprirem os seus deveres e a observar a disciplina que sustenta a instituição militar. O espírito tinha relação também com o brio e o lustre dos símbolos militares, como a dragona referida pelo articulador. O amor à classe militar é também reconhecido como elemento primordial do espírito militar. Em outra passagem, um articulador do mesmo periódico entendia que:

No campo de manobras da escola e no seu polígono, a guarnição da corte poderia ser conservada em uma atividade sempre proveitosa ao vigor e disciplina do soldado, ao espírito militar e camaradagem dos oficiais; aprendendo uns e outros ao mesmo tempo o complicado serviço de campanha.<sup>129</sup>

Se existe um espírito militar ele precisa ser definido. Algumas características já são ali definidas pelo articulador: o vigor e a disciplina, a camaradagem entre os oficiais e a existência de um conhecimento específico do *métier* militar, sintetizado pelo “complicado serviço de campanha”. Ou seja, o espírito militar difere de outros pontos, justamente por possuir características próprias e previamente definidas. Em outro texto, essa diferenciação fica mais clara. Ao sugerir a construção de alojamentos próximos aos quartéis para a moradia de oficiais e suas famílias, o articulador entende que “o sistema da construção dependerá do apurado estudo e desenvolvimento, aos quais, certo, por espírito de classe, qualquer profissional se prestará de bom grado e

<sup>128</sup> *Indicador Militar*, ano I, edição n. 7, de 1 de abril de 1862, p. 107.

<sup>129</sup> *Indicador Militar*, ano I, edição n. 14, de 16 de julho de 1862, p. 249.

espontaneamente”.<sup>130</sup> É o espírito de classe que possibilita uma solidariedade inerente à classe à que pertencem seus membros. Portanto, a classe militar é possuidora de um espírito de classe, que reúne e envolve indivíduos em torno dos ideais da instituição militar.

Teóricos ou figuras militares importantes serviam também para definir a importância do espírito militar. Um articulador do *Indicador Militar* (1862) remete a uma passagem do Conde de Lippe sobre a importância da leitura e da instrução para a formação e o fortalecimento do espírito militar: “A leitura serve para formar-se o espírito militar, e prover-se de ideias: por ela se enriquece com as luzes e com a experiência dos outros”.<sup>131</sup>

O espírito de classe, ou espírito militar, é um elemento formador da classe militar, e sem o qual a classe não existe. É o conjunto de tradições, características e elementos formadores da classe militar. É definido em termos abrangentes, mas conserva ainda um significado subjetivo, ligado ao amor pela classe, e também ao sentimento de *pertença*. Os militares, portanto, entendiam a importância deste elemento na própria formação institucional do Exército. Aliado a influências internacionais, era assim o espírito militar um elemento da classe militar. Retoma-se aqui o problema antes constituído, sobre os grupos que compunham a classe militar. Ao referir-se ao espírito de classe, dificilmente os redatores estariam se expressando em relação a Guarda Nacional, por exemplo. A definição de um espírito militar só poderia dizer respeito ao Exército ou à Marinha.

O *ethos* ou o *espírito militar* configura-se assim como uma identidade social. À classe militar são atribuídas características específicas, cujo objetivo é diferenciá-la de outros grupos sociais que compõem a sociedade imperial. Para Raoul Girardet:

Com efeito, ao mesmo tempo em que as dragonas conferem àqueles que as portam uma igualdade recíproca e absoluta, elas os separam da massa de seus concidadãos, os “paisanos”, os “burgueses” e os colocam num plano moral diferente daquele do restante da nação. Impõe às suas consciências outras exigências, submetem suas vidas a outras leis que não aquelas que regem a existência da maior parte de seus concidadãos.<sup>132</sup>

<sup>130</sup> *Indicador Militar*, ano I, edição n. 14, de 16 de julho de 1862, p. 254.

<sup>131</sup> *Indicador Militar*, ano I, edição n. 15, de 1º de agosto de 1862, p. 272.

<sup>132</sup> GIRARDET, op. cit., p. 64.

O espírito militar, identificado pelos redatores do periódico, é uma representação social do militarismo, que constitui importante característica da identidade militar. Para Alfred Vagts, a distinção entre a forma militar e o militarismo é essencial. A forma militar (*the military way*) é essencialmente a concentração de homens e materiais, com o objetivo específico de alcançar a vitória contra um inimigo, utilizando o máximo de poder e a máxima eficiência, com a menor porcentagem de perdas possível. A forma militar é limitada, e possui qualidades essencialmente científicas. O militarismo, por outro lado, apresenta um vasto repertório de tradições, interesses, ações, e pensamentos associados aos exércitos e às guerras, que transcende o propósito militar.<sup>133</sup> A influência do militarismo é ilimitada, e pode permear toda a sociedade, desde a produção industrial até as artes, rejeitando o caráter científico da forma militar.

A forma militar e o militarismo são aspectos diferentes das forças armadas. O militarismo surgiu, inicialmente, na França, no II Império, utilizado pelos inimigos republicanos e socialistas do regime francês. A partir dos anos 1860, o termo militarismo passou a significar o domínio do homem militar sobre o homem civil, além da preponderância das demandas militares como política de Estado. O militarismo, portanto, é mais do que amar a guerra; ele cobre um complexo sistema de ideias, valores e sentimentos, quando as instituições militares e as suas tradições estão acima do modo de vida civil. A forma de agir e decidir estão carregadas de sentido militar dentro da esfera civil.<sup>134</sup>

É necessário ressaltar, no entanto, que as perspectivas da imprensa militar eram restritas. As opiniões veiculadas nos periódicos eram exclusivas do grupo de militares que compunham a redação, e não raro – como vimos no capítulo anterior deste trabalho – a opinião de apenas um redator. Mas é necessário também compreender que, mesmo nessas circunstâncias específicas, o discurso não deve ser desprezado, e deve ser compreendido em sua especificidade. Se o discurso atingia toda a classe militar é impossível mensurar; mas a imprensa militar ganha importância

---

<sup>133</sup> VAGTS, Alfred. *History of Militarism*. Civilian and military. London: Hollis e Carter, 1959, p. 13.

<sup>134</sup> VAGTS, op. cit., p. 17.

justamente por configurar-se como um espaço público de discussões e compartilhamento de discursos específicos sobre a classe militar.

Mais do que oposição ou efetivamente um discurso político, buscavam os redatores estreitar os laços de definição sobre conceitos até então não discutidos, como a “classe” ou o “espírito militar”. É necessário, portanto, atentar para estas especificidades exclusivas da imprensa militar.

Para Raoul Girardet, o espírito militar se forma “fundamentalmente pelo comportamento e por reflexos particulares, por uma concepção bem determinada da honra e do dever, por uma completa submissão a um certo tipo de ideal moral”.<sup>135</sup> Estes conceitos eram forjados, principalmente, nos quartéis e acampamentos militares, pelos oficiais subalternos e intermediários, como tenentes e capitães. É necessário lembrar que a maioria dos periódicos aqui trabalhados contava com um grande número de oficiais subalternos e intermediários em suas redações. Com exceção do *Indicador Militar* (1862), praticamente todos os outros periódicos eram formados por capitães, tenentes e alferes. Mesmo no *Indicador*, a proporção entre oficiais superiores e intermediários era significativa: eram 11 capitães entre todos os oficiais colaboradores da gazeta. A presença de um alto número de oficiais intermediários indica o sucesso da reforma no mecanismo das promoções efetuado por Felizardo de Souza e Mello, no início da década de 1850. Mas indica também que os oficiais subalternos e intermediários eram os responsáveis pela publicação e veiculação de ideias na imprensa militar.

O quadro abaixo sintetiza os dados sobre o *Indicador Militar*. Nele, é possível visualizar, por ordem de importância, a quantidade de colaboradores em relação ao posto ocupado dentro da hierarquia militar.

*Quadro 13: Relação de Oficiais e respectivo posto no Indicador Militar (1862).*

Posto	Quantidade
Brigadeiro Graduado	1
Tenente Coronel	4
Coronel	1

<sup>135</sup> GIRARDET, Raoul, op. cit., p. 67.

Major Honorário	3
Major	4
Capitão	11
Tenente	4
2º Cadete/ 2º sargento	1
Corpo de Saúde	2
Bacharel Civil	1
Armada	2
	TOTAL
	34

FONTE: a autora (2013).

Se considerarmos como militares somente aqueles que efetivamente sentaram praça no Exército (desconsiderando os oficiais honorários), os articuladores do *Indicador* somam 16 oficiais subalternos/intermediários contra somente 10 oficiais superiores. Se levarmos em conta que a significativa participação de oficiais superiores possa ter relação com a Escola Militar ou o Corpo de Engenheiros, podemos facilmente chegar à conclusão de que eram os oficiais intermediários os responsáveis não só pela formação da imprensa periódica militar, mas pela criação própria dos seus discursos.

A alta participação deste tipo de oficial na imprensa pode ter uma série de razões: o descontentamento com a carreira podia atingir mais os oficiais subalternos e intermediários, principalmente porque o interregno entre as promoções era variável e costumava atingir aqueles que tinham formação pelas escolas militares. No entanto, é possível observar, entre os redatores da *Alvorada* (1878), uma média de 3,8 anos entre a promoção de tenente a capitão, o que não se configura como aspecto negativo. Entre os articuladores do *Indicador Militar* (1862), a média de promoção de tenente para capitão era de 4,3 anos. Claro que os casos eram específicos, e é possível



observar que alguns militares levavam até 11 anos para completar o interregno. Mas a média, em geral, não era assim tão elevada. Talvez o descontentamento repousasse sobre os soldos, que, de maneira geral, eram poucos. Somente os oficiais superiores tinham rendimentos mais folgados.

Por outro lado, os oficiais intermediários não encontravam abrigo na política, a exemplo dos oficiais superiores que, seguindo o Marquês de Caxias, acabaram misturando suas atividades de militar com as atividades de político. A insatisfação, portanto, poderia ser de origem profissional e política. Adriana Souza entende que, durante a década de 1850, as insatisfações poderiam ter ligação com “a falta de oportunidade e diversas formas de preterições políticas” que ocorriam no interior da caserna.<sup>136</sup> A autora acentua ainda que, na década de 1870, os oficiais superiores recebiam salário equivalente ou maior que juizes instalados na Corte. Ou seja, os oficiais militares superiores equiparavam-se à elite política do Império, em termos salariais. Assim, os oficiais intermediários foram os responsáveis pela manutenção e pela criação deste discurso específico sobre o que é *ser* militar no século XIX.

Logo, a atribuição de características e de definições à classe militar é um dos objetivos da imprensa militar da segunda fase. Ao constituir o discurso baseado em analogias e oposições, os redatores dos periódicos estavam construindo um discurso institucional, embora os periódicos não fossem publicações institucionais. O esforço dos redatores estava permeado de influências internacionais – de existência da imprensa militar no exterior, do cientificismo típico do século XIX e da necessidade de um discurso de cunho profissionalizante, que distinguisse as funções e as características da classe militar. Constitui-se, assim, a *classe militar*, para os redatores, de um grupo dotado de características próprias e pertencente a sociedade do Brasil imperial.

No próximo capítulo, serão discutidas as características militares identificadas pelos redatores, e o peso que cada uma adquiriu no contexto histórico específico de cada publicação.

---

<sup>136</sup> SOUZA, op. cit., p. 167.

#### 4 UMA ESCRITA DE SI: AS CARACTERÍSTICAS DA CLASSE MILITAR

*O militar, entre nós, quer dizer nobre sem pão, quer dizer pobre a quem o estado impossibilita de fazer uma economia de precaução para as necessidades futuras. Ao militar, entre nós, dá-se tanto por dia quanto absolutamente seja necessário para o alimento frugal desse mesmo dia. Pode-se dizer, como a respeito do trabalhador irlandês – só lhe variam o salário quando varia o preço da batata. Diário do Rio de Janeiro, 28 de outubro de 1862, p. 1.*

Nobre sem pão. É assim que o redator do *Diário do Rio de Janeiro* define um militar. Nobre, nesse contexto, não tem relação com aristocracia ou pureza de sangue. A palavra nobre tem, provavelmente, ligação com a honra militar. Aquilo que torna um militar *nobre* é o sentimento de honra. A nobreza não é pecuniária; ela é simbólica. O militar é nobre, mas também é pobre: sua pobreza é comparada com a pobreza do trabalhador irlandês, do operário. A honra será, portanto, a maior riqueza do homem militar, pois sua nobreza não se traduz pela posse de bens.

A classe militar é dotada de uma série de características e tradições. Tais características fazem parte do *espírito militar* ou do *ethos* militar, e são uma consequência do próprio desenvolvimento institucional das forças armadas profissionais. O *ethos* surge para diferenciar o caráter militar do caráter civil da sociedade, distinção necessária a partir do processo de monopolização da violência

pelo Estado e da profissionalização das forças armadas. O militar não é apenas um cidadão que pega em armas; é um profissional qualificado a serviço do Estado. A violência militar é legitimada pela existência da instituição e pela atribuição de segurança legada ao grupo pelo Estado. Logo, é necessário ao elemento militar a diferenciação do elemento civil na sociedade.

As instituições formam-se baseadas na união de grupos cujos interesses são similares. Logo, é necessário existir um processo de estruturação institucional, baseado na codificação de informações, conforme acentuou Douglas.<sup>137</sup> A codificação por analogias e oposições cria a classe militar, e o grupo escolhido para compor o processo de estruturação institucional foi a classe política. O meio utilizado para a composição desse discurso específico foi a imprensa, sobretudo, a imprensa militar de segunda fase.

A imprensa militar aglutina, em sua volta, oficiais militares intermediários, que almejam algo mais que uma simples carreira militar. A existência de um grande número de periódicos observados aqui demonstra o interesse que a imprensa despertava nesses oficiais. O objetivo era defender os interesses da classe militar, invocando *classe* como uma composição social uníssona e homogênea. A imprensa militar deveria, portanto, representar os interesses legítimos da classe, escondida sob a ideia de unidade.

A seguir, daremos prosseguimento à análise das características militares, acentuando as principais ocorrências: a honra e o brio militares, a relação da pátria com a instituição armada, o abandono da instituição observado pelos redatores e o discurso positivo do homem militar como administrador político. Tais elementos têm relação com o discurso de formação da classe militar e de síntese das atribuições e características da instituição militar no século XIX, a partir da lógica dos redatores dos periódicos da segunda fase da imprensa militar.

---

<sup>137</sup> DOUGLAS, Mary. *Como pensam as instituições*. Porto Alegre: Instituto Piaget, 2012, p. 71.

#### 4.1 A honra e o brio militares

Uma das características mais significativas identificadas nesta pesquisa, e constantemente repetidas pelos redatores dos periódicos aqui estudados, é a existência da honra e do brio no interior da instituição militar. Esta será, na opinião dos redatores, uma das características mais importantes do homem militar brasileiro. Logo, a honra e o brio militar são a primeira característica da classe militar enumerada pelos redatores dos periódicos, e confirmada através de um sistema de ocorrências identificado dentro de nossa análise. De fato, o maior grupo que fez (e faz) uso dos preceitos da honra é o grupo militar. Tanto o Exército quanto a Marinha possuem códigos específicos de honra militar, que determinam comportamentos e ações. Os códigos de honra se aplicam, sobretudo, aos oficiais, embora muitos preceitos sejam comuns, tanto a oficiais quanto aos soldados.

A honra militar é uma ideia predominante da instituição militar. É um dos preceitos mais importantes e um dos primeiros que vai diferenciar um militar de um civil. A honra militar não existe fora da instituição: embora outros grupos profissionais e civis possam viver sob fundamentos éticos, a honra militar é característica única e constitutiva das forças armadas.

Os exércitos profissionais do século XX parecem ter modificado a noção de honra em prol da disciplina. De fato, a disciplina militar não era um valor tão forte no século XIX como foi no século XX – e permanece sendo no XXI. Da mesma forma, a honra é um valor constitutivo importante das forças armadas modernas do XIX.

A honra, como palavra, deriva do latim. Mas foi na idade média que sua importância cresceu, uma palavra que teve papel fundamental em todo o período. Os códigos de honra foram se ampliando desde então, mantendo sempre suas raízes primitivas. Este conjunto de expectativas e deveres sociais – cuja rigorosa observância condicionava a aceitação de um indivíduo em sua comunidade – surge na sociedade medieval vinculado às relações militares. A condição de nobre – ou aristocrata – poderia ser adquirida como forma de reconhecimento pelo valor dos serviços em combate, prestados em nome do rei ou das crenças religiosas, na Europa

do medievo. A condição de nobreza – uma honra conferida pelo monarca ou pela Igreja – implicava no reconhecimento da honra do cavaleiro pela comunidade.

Tanto em Portugal quanto na Espanha, a honra medieval tem relação com a sociedade cavaleiresca e nobre do período. Na Espanha, foi no século XIII que o rei Alfonso X ordenou a organização das leis e dos foros do reino, tendo como resultado um código jurídico específico. Tal código possuía um título específico sobre as condições de honra – de onde derivava a honra – e sobre os benefícios de ser honrado na sociedade medieval.

Havia ainda um código de valores cavaleiresco, que propunha o ideal do bom cavaleiro, que deveria ser seguido por todos os grupos sociais. O conceito de honra constituía pedra fundamental do código, cujas relações militares exigiam valores como a coragem, a valentia e a virtude que se associavam a outros sentimentos necessários, como a lealdade, a moderação e a sobriedade. O cavaleiro deveria combater pela justiça e defender a religião, em nome do monarca. O código de honra tinha profunda ligação também com linhagens familiares - que na Espanha estavam ligadas aos frequentes conflitos com os mouros, garantido prestígio social e material.<sup>138</sup>

Em Portugal, a honra terá também ligação com um código de cavalaria, que remete à Idade Média e às conquistas cristãs, tanto na Península Ibérica, quanto no período das cruzadas. Por ocasião das cruzadas, no século XII, surgem as Ordens Militares, agrupamentos de homens que, submetidos a rigorosos códigos disciplinares de origem monástica – abdicavam da vida comum em prol da defesa da cristandade no oriente, pela guerra e pelo combate. No século XIV surgirão as Ordens de Cavalaria, que, embora não submetidas ao ideal monástico de disciplina, eram ordens destinadas a recompensar serviços militares.

Seguir um código de honra específico era prerrogativa para o pertencimento às ordens medievais, mas é com os romances de cavalaria que a relação entre a honra, o exercício da violência militar e a fidelidade ao monarca serão solidificadas. O surgimento dos romances de cavalaria tem relação com as conquistas portuguesas

---

<sup>138</sup> MARTÍNEZ, María Victoria. A vueltas con la honra y el honor. Evolución en la concepción de la honra y el honor en las sociedades castellanas desde el medievo al siglo XVII. *Revista Borradores* – Vol. VIII – IX – Año 2008, p. 1-10. Disponível em <http://www.unrc.edu.ar/publicar/borradores/Vol8-9/pdf/A%20vueltas%20con%20la%20honra%20y%20el%20honor.pdf> acesso em 15/10/2014

no norte da África, e a necessidade de manter estas possessões. Para Fernanda Olival:

Foi igualmente neste contexto de interesse no retorno das Ordens Militares aos campos de batalha, e nos esforços de angariação de defensores para o Norte de África, com a conseqüente promoção dos ideais de cavalaria, que também importa olhar para a edição de novelas deste teor ao longo do século XVI e no limiar do XVII. Seriam essas histórias de Amadis e Palmeirins, gigantes e magas, textos puramente desinteressados e defasados do contexto português? Efetivamente, sob vários pontos de vista, não o foram. O eco desta literatura foi considerável até ao começo do século XVII, como destacaram – entre outros – Isabel Almeida e Aurelio Vargas Díaz-Toledo. A primeira Autora apontou as edições e reedições, o aproveitamento da temática no teatro vicentino e noutras obras, o seu acolhimento no interior de Portugal e no Império. Aurelio Vargas Díaz-Toledo tem assinalado o crescente número de novelas manuscritas deste perfil, que coexistiram com as que chegaram aos prelos tipográficos. Essa seria uma característica portuguesa: muitos textos circulavam por esta via.<sup>139</sup>

A literatura de cavalaria insistia nos feitos de armas, na lealdade e na honra da morte em combate. O medo da batalha deveria ser substituído pela honra e glória da morte, um fato que justificava em si mesmo a existência do combatente honrado. O combatente, sem a sua honra, de nada valia e nada significava.

Que um cavaleiro não devia ter medo é outra ideia estruturante a percorrer estes textos; um combatente devia desejar “contínua guerra”. Para além disso, realçavam uma série de tópicos que pautavam ou deviam pautar a vida do cavaleiro: a lealdade e verdade, a fidelidade à palavra dada, a coragem, o desejo de aventura, a deslocação para servir o rei. Globalmente exaltavam o guerreiro, a vida ativa por oposição à quietude e a liberalidade do monarca para recompensar os serviços.<sup>140</sup>

No Brasil do período colonial, os governadores gerais podiam fazer cavaleiros das ordens militares todos aqueles portugueses que fornecessem serviços bélicos na colônia. E as ordens militares de Portugal continuaram ativas ainda no Brasil imperial,

---

<sup>139</sup> OLIVAL, Fernanda. Honra, cavalaria e ordens (Portugal, séculos XVI-XVII): dos romances de cavalaria às práticas e das práticas aos textos. In: MONGELLI, Lênia Márcia (org). *De cavaleiros e cavalarias. Por terras de Europa e Américas*. São Paulo: Humanitas, 2012, p. 210. Disponível em <http://editora.fflch.usp.br/sites/editora.fflch.usp.br/files/205-214.pdf> Acesso em 18/10/2014

<sup>140</sup> OLIVAL, op. cit., p. 213.

já independente. Algumas foram introduzidas com a chegada da família real, em 1808. As ordens militares portuguesas de Avis, de São Tiago da Espada e de Nosso Senhor Jesus Cristo foram concedidas no Brasil, até o segundo reinado, tornando-se ordens do Estado brasileiro.

Em 1862, um articulador do *Indicador Militar* assim escrevia sobre a honra militar:

A profissão militar é nobre, porque os componentes de todas as outras aspiram e se lisonjeiam de obter um posto honorífico dos que distinguem as classes da oficialidade do exército; é nobre, porque esses diferentes títulos que classificam a fidalguia, em remotas e felizes épocas, dela tiraram sua origem; é nobre porque todos os príncipes e monarcas vestem a farda e cingem a espada que a simbolizam; é nobre finalmente, porque sem outro incentivo que os da glória e da honra, defendem e sustentam esses tronos, origem e respeito, segurança e prosperidade das nações mais fortes e civilizadas.<sup>141</sup>

Na citação, o autor revela todos os importantes elementos do discurso sobre a honra, e como ela se caracteriza como um elemento estritamente militar. A honra é objeto de desejo das outras classes, pois alguns elementos se tornam oficiais honoríficos do Exército, passando a distinguir-se pelo posto militar ocupado. O autor remonta ainda à tradição da honra, identificada por ele em “remotas e felizes épocas”, simbolizadas pela “fidalguia”. Por último, a honra é nobre, porque é o incentivo mais forte para aqueles que defendem o trono e a segurança das nações.

A característica é tão importante na formulação de um discurso sobre as características militares – e, em síntese, sobre o *ser* militar – que tornou-se, inclusive, título de um dos periódicos: *O Militar Brioso*, já referido muitas vezes nesta pesquisa e publicado durante o ano de 1855. O título do periódico é, por si só, a reafirmação da índole militar, qual seja, do orgulho em ser militar, sintetizado pelo vocábulo *brioso*. No segundo capítulo, apresentamos a polêmica ressaltada pelos redatores em relação ao título do periódico, que foi visto por alguns leitores como jocoso e zombeteiro. Os redatores foram rápidos em ressaltar que o objetivo era justamente o contrário: o título, provocativo, tinha como objetivo notabilizar a “classe desventurada que em todas as

---

<sup>141</sup> *Indicador Militar*, ano I, edição n. 6, de 16 de março de 1862, p. 15.

ocasiões tem prestado relevantes serviços à união do Império e às instituições que fazem a sua estabilidade”.<sup>142</sup> É importante sinalizar que o texto, e o periódico, em geral, não se refere apenas às condições de trabalho ou de remuneração, como pode parecer. O texto trata de aspectos talvez até mais importantes do que isso para a formação da instituição: refere-se à honra, ao brio e à consciência de classe dos militares. Tais fatos são relevantes, porque colocam a instituição em um quadro maior de análise: da sua própria institucionalização, de consciência de classe e de *ethos* militar.

Em 1855 os redatores de *O Militar Brioso* afirmavam uma das razões para pertencerem e cultuarem a instituição militar: “Eis porque tanto veneramos esta honrosa corporação sempre generosa, sempre digna! É honroso podermos dizer: o solo Brasília tem sido regado por nosso sangue, voluntariamente sacrificado a bem da paz e da ordem pública (...)”.<sup>143</sup> A honra era, portanto, uma das razões principais não só para a existência da instituição armada, mas também para justificar a morte e o sacrifício no campo de batalha.

A pesquisa indica ainda outro dado bastante importante: os militares utilizaram frequentemente o vocábulo *brio* em substituição à palavra honra. Embora, em alguns momentos, os redatores acabem por se referir à honra como característica militar, na maioria dos casos é o vocábulo *brio* que faz a ponte entre o sentimento e a característica militar. Possivelmente, tal diferenciação tem origem na própria tentativa de construção de um discurso essencialmente militar. Em *O Militar Brioso*, por exemplo, podemos perceber que, em geral, o uso do vocábulo *honra* está relacionado a distinções na sociedade, a características pessoais – como a honestidade e a pureza, e também com *lugares* de honra. Em contrapartida, o vocábulo *brio* está relacionado, em geral, a uma característica única e exclusiva pertencente à classe militar.<sup>144</sup> Tal ocorrência pode ser observada no apêndice metodológico anexado ao

<sup>142</sup> *O Militar Brioso*, ano I, edição n. 2, de 7 de março de 1855, p. 1.

<sup>143</sup> *O Militar Brioso*, ano I, edição n. 7, de 11 de abril de 1855, p. 2.

<sup>144</sup> Obtivemos os seguintes dados, ao analisar a ocorrência das palavras *honra* e *brio* nas 16 edições de *O Militar Brioso*: em 16 ocorrências registradas da palavra *Brio*, em 11 vezes o uso do vocábulo tem relação direta com qualificativos militares. Em relação à palavra *honra*, em 50 ocorrências foram observadas apenas 7 vezes o uso desta palavra como característica ou qualificação especificamente militar. Em termos proporcionais, a relação é de 4 para 3, ou seja, a cada quatro vezes em que a palavra *brio* é utilizada, em pelo menos 3 vezes seu uso se refere a uma característica militar; no caso da *honra*, essa proporção desce para 5:1, ou seja, a cada cinco vezes em que a palavra *honra* é utilizada, em somente 1 vez seu uso se refere à honra como uma característica militar.



final deste trabalho (apêndice Q e R). Esta é uma tendência que se repete na maior parte dos periódicos aqui estudados. O brio torna-se, assim, uma característica militar muito significativa para os redatores, cuja importância é digna de nota sempre que possível, inclusive em contraste com o uso da palavra *honra*.

Em 1862, o Coronel Vicente Piragibe reproduzia, no periódico *Indicador Militar* uma carta escrita pelo Dr. Justiniano José da Rocha, lente de direito militar da Escola Militar. Na carta, Rocha destina parte do seu conteúdo a questão do *brio* e do *pundonor* militares. Para Rocha:

Desde que as nações compreenderam a necessidade de exércitos permanentes; desde que a arte da guerra exigiu multiplicados exércitos, constantes preparos e a cooperação de muitas ciências e hábitos de vida diversos dos do comum dos cidadãos, compreendeu-se que para sufocar os sentimentos de vida para si e para os seus, de vida doméstica, pessoal, sedentária, tão poderosas, por serem tão naturais, cumpria invocar um sentimento mais forte, exalta-lo: **esse sentimento foi o do brio e do pundonor**. [grifos do autor]<sup>145</sup>

O brio e o pundonor são, assim, sentimentos fortes que podem competir e mesmo ocultar os sentimentos de vida pessoal, tornando o soldado um guerreiro capaz de colocar o *métier* militar acima de sua vida pessoal. Rocha refere-se ainda ao brio como uma característica indispensável ao militar: “e tanto mais admirável, tanto mais heroico é um exército quanto mais se vulgariza em suas fileiras essa qualidade”.<sup>146</sup> Portanto, o brio é uma qualidade intrínseca da instituição militar. A ligação entre o brio e o heroísmo feita pelo autor remete aos romances de cavalaria, principais responsáveis por esta relação.<sup>147</sup>

Assim, continua Rocha:

O brio e o pundonor constituem pois as qualidades que com mais esmero devem as nações promover nos seus exércitos. De feito, vejam-se as fardas, os bordados, as condecorações que se lhes prodigalizam, veja-se concedida ao militar a prerrogativa de andar armado no meio da cidade inerme, e compreender-se-á o esforço com que se procura despertar, fomentar enérgico o sentimento do brio, que

<sup>145</sup> *Indicador Militar*, ano I, edição n. 19, de 1º de outubro de 1862, p. 352.

<sup>146</sup> *Indicador Militar*, ano I, edição n. 19, de 1º de outubro de 1862, p. 352.

<sup>147</sup> MARTINEZ, op. cit., p. 3 e seguintes.

faça aceitar, cumprir com entusiasmo, o afanoso e constante dever dessa vida excepcional.<sup>148</sup>

O brio é, portanto, um sentimento que precisa ser “despertado” no militar e é simbolizado não apenas pelas suas ações, mas também pela farda, pelos bordados e pelas condecorações às quais o militar faz jus. Tais elementos, além de distinguir um homem militar de um homem comum, atribuem e despertam a honra e o brio, permitindo cumprir com entusiasmo a vida militar.

A honra é um sentimento compartilhado por todos, e que serve de ligação entre o soldado e a identidade da instituição. A honra deve ser “despertada” através da socialização, do treinamento e do convívio entre os homens que se tornam militares. É o treinamento, a socialização e o discurso que irão transformar um homem em militar.

A honra tem origem no latim e, como sentimento, possui uma vitalidade que pode mudar através dos tempos. Lucien Febvre distingue dois tipos de honra: uma honra exterior e uma honra interior. A honra exterior é aquela que vem de fora, dos outros homens e da sociedade à qual estamos ligados. Esta honra externa não é ligada à moral, logo, não é uma fonte de moral, e, assim, não é uma força motriz de moral. Esta honra é aquela ligada a distinções públicas típicas da sociedade ou mesmo às honras militares em termos de cerimonial.<sup>149</sup>

A honra interior é o sentimento que se desenvolve “a ponto de impor as mais duras renúncias, os mais heroicos sacrifícios, não somente de interesse material, mas de interesse pessoal; sacrifícios gratuitamente oferecidos a um ideal mais forte que chamamos de honra”.<sup>150</sup> Portanto, esta forma de honra está ligada ao sentimento interior que se desenvolve em cada um de nós. A distinção no uso dos vocábulos – embora *honra* e *brio* sejam, em última instância, sinônimos – parece ter relação justamente com a construção da ideia de *ser* militar, pelos redatores do periódico. Concluimos que a diferença nos vocábulos é uma forma de estabelecer a diferença entre o comportamento da classe militar e o comportamento de outros grupos que compõem a sociedade imperial, sobretudo o grupo político. Embora em última

---

<sup>148</sup> *Indicador Militar*, ano I, edição n. 19, de 1º de outubro de 1862, p. 352.

<sup>149</sup> FEBVRE, Lucien. *Honra e Pátria*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1998, p. 60.

<sup>150</sup> FEBVRE, op. cit., p. 61.

instância o significado de honra e brio seja similar, o uso do *brio* para se referir especificamente às qualidades militares e o uso da *honra* para referir-se a qualquer outro grupo ou situação não militar é um traço de diferenciação e articulação de identidade. É a honra interior que os redatores pretendem ressaltar e, para causar justamente uma diferenciação, o vocábulo brio é utilizado.

Conforme assinalamos no capítulo anterior, os anos de 1850 parecem cruciais para a elaboração deste discurso através da imprensa militar. É a década de consolidação do Estado imperial e a década de surgimento da imprensa militar de segunda fase. É durante este período que se observa o esforço frequente em usar o vocábulo brio sempre que a honra militar está em discussão. Nas décadas seguintes, essa característica permanece, mas aparece com menos frequência do que registrado em *O Militar* (1854) e, sobretudo, em *O Militar Brioso* (1855). O uso dos vocábulos em *O Militar* pode ser observado no apêndice I. Para os redatores de *O Militar*, o brio era a maior característica que um militar poderia ter: “(...) e abater a própria estima e o brio que todo o homem deve ter, e o Soldado mais que ninguém, porque é esta a qualidade que dá a coragem nos perigos, a resignação nas privações da vida Militar”.<sup>151</sup>

Para Febvre, a honra tem como raiz a imitação, pois é necessário aos candidatos que almejam a pertença a um grupo específico, alinhar-se em gestos e comportamentos aos outros confrades já pertencentes ao grupo. Os preceitos de honra são uma espécie de herança “de que gozam todos os membros de um grupo e que eles respeitam na medida em que têm necessidade de se sentir amparados, ajudados, guiados pela aprovação dos outros membros”.<sup>152</sup> Completa Febvre: “A honra é um sentimento pessoal interior? Não, a honra é o resultado de uma pressão aceita do grupo, da coletividade, sobre uma ou várias consciências individuais”.<sup>153</sup>

Para Janowitz, “a utilidade do soldado profissional para a liderança, tanto na instituição militar quanto fora dela, está centralizada na concepção do soldado como um dedicado servidor público, isento de corrupção pessoal”.<sup>154</sup> Ou seja, faz parte da honra e da tradição militar uma conduta ilibada, tanto pública quanto privada. Ao descrever, insistentemente, as características militares como positivas e as

---

<sup>151</sup> *O Militar*, ano I, edição n. 15, de 8 de março de 1855, p. 8.

<sup>152</sup> FEBVRE, op. cit., p. 63.

<sup>153</sup> Ibid, p. 65.

<sup>154</sup> JANOWITZ, Morris. *O Soldado Profissional*. Rio de Janeiro: GRD Editora, 1967, p. 194.

características políticas e públicas como negativas, os redatores estavam criando um discurso nesse sentido. Para Janowitz, a honra é o fundamento do sistema ideológico militar: “A honra militar é tanto um meio quanto um fim. O código de honra especifica como o oficial deve conduzir-se, mas ser honrado é um objetivo a ser alcançado por questão de propriedade. Quando a honra militar é eficiente, seu poder de coerção é considerável”.<sup>155</sup>

Para Alfred Vagts, o código de honra militar, além de ser um princípio de auto-regulação, ajudou a unificar os princípios militares e proteger a instituição das intervenções civis. Mas o que significa um código de honra militar? Quais seriam as características de um código de honra? Qual o comportamento esperado? Tais características têm relação não apenas com comportamentos específicos, mas também com a condição específica de desenvolvimento das forças armadas. Vagts cita, por exemplo, que na Inglaterra muito mais que no continente europeu, a honra militar tinha relação específica com um sentimento moral, desaguando, invariavelmente, em duelos entre militares e civis.<sup>156</sup> A prática de duelos em nome de um código de honra passa a ser combatida na metade do século XIX, sendo substituída por tribunais de conciliação e arbitragem. Na França, a honra militar tinha relação com sentimentos de respeito, bravura, conduta idônea, camaradagem e respeito à hierarquia militar.

A criação de um código de honra tem relação com a distinção necessária que o corpo de oficiais deseja estabelecer entre a sociedade militar e a sociedade civil. Serve também como uma forma de demonstrar uma pretensa superioridade em relação aos outros grupos da sociedade.<sup>157</sup> Este ponto, também reconhecido por Janowitz<sup>158</sup>, torna-se importante em nossa análise.

Para os redatores brasileiros, honra/brio militar são essencialmente morais, caracterizados por sentimentos como a consciência dos deveres políticos e militares perante a pátria e o governo, o caráter ilibado e nobre de suas ações – com forte carga moral, a dignidade, o respeito e a decência no trato às instituições nacionais. Para os

---

<sup>155</sup> JANOWITZ, op. cit., p. 213.

<sup>156</sup> VAGTS, Alfred. *History of Militarism*. Civilian and military. London: Hollis e Carter, 1959, p. 176.

<sup>157</sup> VAGTS, op. cit., p. 177.

<sup>158</sup> Em relação aos oficiais e militares, cita Janowitz: “além disso, passaram a crer que sob certos aspectos são superiores ao grosso da população. Mais secreta que publicamente, consideram-se depositários e conservadores de grandes tradições, num ambiente social em mutação”. JANOWITZ, op. cit., p. 80.

redatores de *O Militar* (1854), a única coisa pela qual o oficial deve pugnar é “por seu único patrimônio e riqueza: a honra”.<sup>159</sup>

Logo, a honra é um dos principais elementos do discurso militar, sobretudo no século XIX. A honra motivou romances e motivou uma intensa literatura, tanto de caráter civil, quanto militar.<sup>160</sup> A honra torna-se, assim, um deus “em torno do qual muitos deuses superiores tombaram”.<sup>161</sup> A honra é, portanto, um dos principais assuntos do século XIX, tendo Alfred Victor de Vigny um dos seus principais argumentadores.

Alfred de Vigny foi um dos intelectuais do século XIX que conseguiu apreender de forma lógica a relação entre soldados e a instituição militar. Na história literária sobre instituições militares, sua obra desfruta de notoriedade. Conta-se que, ainda na Primeira Guerra Mundial, os soldados franceses carregavam cópias de *Servidão e Grandeza Militares*.<sup>162</sup> A obra, publicada em 1835, foi a última de Vigny enquanto vivo. É uma síntese de três grandes características militares: a servidão, a resignação e a honra. O autor, de família militar, alistara-se no exército da restauração, em 1814, e participara da retirada do séquito de Luís XVIII, em 1815, para o exílio de cem dias.<sup>163</sup> Cansado da rotina de transferências militares e de manutenção da ordem interna, Vigny pediu dispensa, em 1827. *Servidão e Grandeza Militares* foi uma obra inspirada pelo contexto de vida pessoal do autor. Criado sob as vitórias de Napoleão, imaginava Vigny uma vida permeada de aventura e glória militar. No entanto, em seus anos de carreira, jamais chegou a vivenciar uma batalha, como aquelas que imaginou, ocorridas durante o período napoleônico:

---

<sup>159</sup> *O Militar*, ano I, edição n. 1, de 14 de julho de 1854, p. 4.

<sup>160</sup> O literato Joseph Conrad, inglês de origem polonesa, muito usou da *honra* em seus escritos. *Lord Jim* e *Os Duelistas*, escritos no início do século XX, tem como pano de fundo a questão da honra, sobretudo a honra militar, em *Os Duelistas*.

<sup>161</sup> *Indicador Militar*, ano I, edição n. 17, de setembro de 1862, p. 313.

<sup>162</sup> VIGNY, Alfred de. *Servidão e Grandeza Militares*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército 1960, p. XVIII.

<sup>163</sup> Luís XVIII, representante dos Bourbons, foi conduzido ao trono francês após a derrota de Napoleão, em 1814. Em 1815 Napoleão foge da ilha de Elba e retorna a França, convocando seus partidários, que ainda estavam servindo no exército de Luís XVIII. Por 100 dias Napoleão e suas forças dominam a França, até ser derrotado na batalha de Waterloo pela Sétima Coligação. De volta a França, Luís XVIII governou até sua morte, em 1824. Foi substituído pelo irmão, Conde de Artois, erguido ao trono com o nome de Carlos X. Hobsbawm assinala que, entre a derrota final de Napoleão e a Guerra da Crimeia, em 1854, não houve um grande conflito na Europa entre duas potências. HOBBSAWM, Eric. *A Era das Revoluções. 1789-1848*. Paz e Terra. São Paulo, 2010, p. 167-178.

Vigny empreende uma apologia e uma reabilitação do Exército. Ninguém mais que o soldado sofre com o papel de gendarme que lhes impõem os governos modernos. O bom soldado detesta a guerra e não encontra prazer no derramamento de sangue; vítima da obediência passiva, pratica atos de heroísmo constantes, vencendo os ditames da própria consciência e, desse ponto de vista, é um mártir da sociedade, tal qual esse outro pária moderno que é o poeta.<sup>164</sup>

O livro é dividido em três partes, que poderiam ser lidas e analisadas como três obras distintas. A inspiração para a obra veio, de acordo com Vigny, “das esquisitices da vida dos exércitos”. O tempo passado na instituição também justificava a escrita da obra, baseada em suas memórias e nas “memórias dos outros”.<sup>165</sup> A importância da obra de Vigny resulta, justamente, da sua vivência fora do campo de batalha. O livro, assim, constitui-se não como uma memória de feitos militares, mas, na opinião do próprio autor, dos “costumes másculos do Exército, onde não me foram poupados aborrecimentos e fadigas”.<sup>166</sup> A honra, como elemento, está presente ao longo de toda a narrativa, e é o principal assunto da conclusão do livro.

Vigny escreve sua obra em um momento de transição da instituição militar: quando a função de uma força militar ainda não está bem definida; quando a lealdade dessa mesma força militar ainda está dividida, entre a pátria e um soberano. Esta transformação trouxe para o autor a possibilidade de expor seus pensamentos sobre a própria organização da instituição militar. Para o autor, um exército moderno só tem função em períodos de guerra. A centralização e a obsessiva organização da instituição não encontram paralelo em tempos de paz; assim, “o exército moderno, mal deixa de estar em guerra, transforma-se numa espécie de gendarmaria. Sente-se envergonhado de si próprio, e não sabe nem o que faz nem o que é; pergunta continuamente de si para si se é escravo ou rei do Estado: este corpo procura sua alma por toda parte e não a encontra”.<sup>167</sup>

O soldado, para Vigny, é como o poeta: um mártir da sociedade, condenado a ser um pária. Servir ao exército é um análogo da escravidão: servir significa aceitar o destino, com todas as suas consequências, privações e frustrações. “A servidão militar

---

<sup>164</sup> VIGNY, op. cit., p. XV.

<sup>165</sup> VIGNY, op. cit., p. 17.

<sup>166</sup> VIGNY, op. cit., p. 29.

<sup>167</sup> Ibid, p. 32.

é pesada e inflexível como a máscara de ferro do prisioneiro sem nome, e dá a todo guerreiro um rosto uniforme e frio”.<sup>168</sup> Destaca que o grande caráter da majestade de um soldado é a abnegação. Esta característica significa a “espera contínua e indiferente da morte, a renúncia integral à liberdade de pensar e de agir (...) e a impossibilidade de acumular riquezas [que] produzem virtudes que são mais raras nas classes livres e ativas”.<sup>169</sup>

*Servidão e Grandeza Militares* é composta de três livros. O livro primeiro é um exemplo de servidão do soldado e do caráter pessoal dessa servidão; o livro segundo é um exemplo de honra e conduta pessoal. O primeiro e o segundo livros estão organizados com o subtítulo “recordações de servidão militar”. O terceiro livro é um exemplo da honra, mas não como no segundo; ressalta a honra como uma “religião viril”, um culto incontestado.<sup>170</sup> O terceiro livro tem como subtítulo “recordações de grandeza militar”. O livro é destinado a todos aqueles que sofrem dos “langores e dos desgostos da Servidão militar (...) por isso, ao lado das recordações em que mostrei o quanto há de bom e de honesto nos exércitos, mas onde relatei algumas das penosas pequenezas dessa vida, quero colocar outras que podem elevar as nossas fronteiras pela procura e consideração de suas grandezas”.<sup>171</sup> A grandeza militar reside, assim, na abnegação, na resignação e na virtude, sintetizada pela honra, que não possui nenhum paralelo com outro sentimento.

Colocam-se, assim, três histórias distintas que marcaram Vigny profundamente. Todas histórias contadas por homens militares que, em algum momento, cruzaram a vida de Vigny.

O segundo livro é um exemplo do caráter honrado que tem um soldado. O subtítulo do segundo livro é “os escrúpulos de honra de um soldado”, e conta uma história presenciada pelo próprio autor em 1819, quando servia em um quartel de artilharia em Vincennes. A honra, aqui, é sintetizada por Vigny na ação cuidadosa e quase religiosa de um soldado, nas horas que antecederiam uma revista de tropa em seu quartel. A morte do soldado foi consequência de sua conduta meticulosa: ao insistir em revisar os estoques de pólvora do quartel, pela segunda vez, durante a madrugada, o soldado deixou uma faísca cair e explodiu um dos depósitos de pólvora.

---

<sup>168</sup> Ibid, p. 36.

<sup>169</sup> Ibid, p. 37.

<sup>170</sup> Ibid, p. 313.

<sup>171</sup> VIGNY, op. cit., p. 194.

O fato, em si, evidenciou que o apreço pela honra e pelo caráter imaculado é superior aos possíveis riscos que tal conduta possa desencadear. Em conversa com um amigo oficial, chega Vigny a seguinte conclusão:

(...) porque o aço de uma espada contém para nos um imã. É uma atração irresistível que nos prende ao serviço contra a nossa vontade, e faz que aguardemos sempre um acontecimento ou uma guerra. Não sei se não se poderia dizer e escrever que há nos exércitos uma paixão que lhes é particular e lhes dá a vida; uma paixão que não se parece nem com o amor da glória, nem com a ambição; é uma espécie de corpo a corpo com o destino, uma luta que é na fonte de mil volúpias desconhecidas do resto dos homens e cujos triunfos íntimos estão cheios de magnificência; é, enfim, o amor do perigo.<sup>172</sup>

O terceiro livro reúne os dois aspectos tratados nos livros anteriores: a servidão, a abnegação do soldado e a honra, considerada pelo autor como o mais puro sentimento de um militar. Conta a história que ouviu de um capitão, nas ruas de Paris, em 27 de julho de 1830. Vigny, nesta ocasião, não era mais militar: havia pedido dispensa do serviço em 1827. É neste momento que o autor vai ocupar-se mais detidamente da discussão da honra, embora o sentimento esteja presente ao longo de toda a narrativa da obra. Para o autor, a honra

Não é uma fé nova, um culto de recente invenção, um pensamento confuso: é um sentimento nascido conosco, independente dos tempos, dos lugares e até das religiões; um sentimento altivo, inflexível, um instinto de incomparável beleza que só nos tempos modernos encontrou um nome digno dele, mas que já na antiguidade produziu sublimes grandezas, fecundando-a como esses belos rios que em sua fonte e em seus primeiros desvios ainda não tem denominação. Esta fé, que me parece sobrar ainda a todos e reinar como soberana nos exércitos, é a HONRA [grifo no original].<sup>173</sup>

Para Vigny, a honra reina soberana nos exércitos. Adquire assim característica de culto e mesmo de uma religião. O culto à honra é incontestado: “É uma religião viril, sem símbolo e sem imagens, sem dogma e sem cerimônias, e cujas leis não

---

<sup>172</sup> VIGNY, op. cit., p. 119.

<sup>173</sup> VIGNY, op. cit., p. 312.



estão escritas em lugar algum; pois como é possível que todos os homens tenham o sentimento do seu grave poder?”.<sup>174</sup>

Em seguida, continua o autor:

A honra é a consciência, mas a consciência exaltada. É o respeito de si mesmo e da beleza da própria vida levada à mais pura elevação e até a paixão mais ardente. Não vejo, é certo, nenhuma unidade em seu princípio; e cada vez que empreendem defini-la, perderam-se nos termos; mas não me parece que se tenha sido mais exato na definição de deus.<sup>175</sup>

A honra, portanto, é indefinível. Não está escrita e não pode ser mensurada, senão através de uma conduta dificilmente encontrada fora do meio militar, que inclui ainda a característica da servidão e da resignação. Todos estes sentimentos – e condutas, por fim – são desconhecidos de outras profissões, que, por isso mesmo, não compreendem a profissão militar.

Em 1862, um articulista do *Indicador Militar* considerava que “para a profissão do soldado a honra é alimento indispensável. A honra militar é uma flor delicada, que exige muito cuidado da parte de seus cultivadores”.<sup>176</sup> A honra aqui não está definida, mas é parte integrante da profissão militar, é indispensável ao homem militar. E, como tanto, precisa ser cultivada e cuidada.

De fato, a honra, para os redatores dos periódicos militares, é uma característica dada: em nenhum momento é definida pelos redatores, senão através de pequenas e indiretas assertivas. Assim como Vigny, para os redatores a honra e o brio não possuem uma definição única, mas podem ser reunidos sob uma série de outras características, como dignidade, moralidade, fidelidade, honestidade, disciplina e glória. O vocábulo honra apresenta ainda uma outra ligação que se destaca em nossa pesquisa: a relação com a *honra* da pátria e a *honra* nacional. A pátria também será uma fonte de honra para os redatores.

---

<sup>174</sup> Ibid, p. 313.

<sup>175</sup> Ibid, p. 314.

<sup>176</sup> *Indicador Militar*, ano I, edição n. 8, de 16 de abril de 1862, p. 115.

A questão política não passou despercebida a Vigny: enquanto a honra é o sentimento mais caro aos militares, para os políticos ela nada significa:

A palavra que frequentemente não passa de uma palavra para o homem da alta política torna-se um fato terrível para o guerreiro; o que aquele diz levianamente ou com perfídia, este o escreve na poeira com o seu sangue, e é por isso que é honrado por todos, acima de todos, e muitos devem baixar os olhos diante dele.<sup>177</sup>

A honra distingue-se assim, como um sentimento e uma característica, estritamente militares, para Vigny. E, assim, compreendiam os redatores dos periódicos militares.

Analisando o discurso militar dos periódicos que, a todo momento é repetido, a honra militar é contraposta com as características identificadas pelos redatores ao fazer político. Nesse sentido, torna-se interessante que a classe escolhida para compor esta pretensa superioridade seja a oposição à classe política e à magistratura. A oposição entre a classe militar e a classe política ocorre, justamente, quando os redatores insistem em caracterizar a política como corrupta e indigna, vocábulos que podem ser considerados opostos à noção de brio, e em consequência, a noção de honra. Os trechos abaixo nos fornecem um exemplo comparativo bastante interessante quando se referem a política e ao fazer político:

A negligencia de quem dirige os negócios públicos, a nenhuma responsabilidade da administração pelo desprezo da lei, são as principais causas do nosso estado presente.<sup>178</sup>

Na inevitável ruína em que se desce ao precipício é necessário um braço assaz forte, um César ou um Napoleão para que o país não seja imolado no altar do patronato e da corrupção.<sup>179</sup>

Obriga a conduzir o carro do Estado ao abismo da corrupção em que o talento real e útil morre de desanimo e de fome, para ser substituído pela mediocridade que cumprimenta, afaga, lisonjeia e importuna, mas

---

<sup>177</sup> VIGNY, op. cit., p. 316.

<sup>178</sup> *O Militar Brioso*, ano I, edição n. 3, de 14 de março de 1855, p. 4.

<sup>179</sup> *O Militar Brioso*, ano I, edição n. 5, de 28 de março de 1855, p. 1.

que visitando à noite goza a honra de tomar chá nas xícaras dos Srs. Ministros.<sup>180</sup>

Os três trechos, embora distintos, atribuem diferentes causas ao problema político identificado pelo autor. Enquanto no primeiro trecho a negligência e o desprezo são características comuns do fazer político, no segundo a causa da ruína do país são o patronato e a corrupção. O último trecho é quase uma junção dos dois primeiros: a mediocridade e a corrupção estão levando o país para o abismo, com uma novidade: a competência é substituída pela bajulação, aprofundando a crise política do país.

Em contrapartida, os militares oferecem outra visão de si e da sua instituição:

(...) capricha-se em expor, sem utilidade do serviço da nação, a mil privações e vexames, o Militar honrado, cuja dignidade não se pode compadecer com atos ilegais, e com uma época de corrupção.<sup>181</sup>

(...) da nobre e honrada classe militar, tão mal estipendiada, tão sobrecarregada de serviços, tão exposta a punições quais as que sofrem o soldado Brasileiro! Tao falta de recursos e tão cheia de despesas; classe onde parecia unicamente o merecimento deveria imperar e onde a proteção debaixo da capa desse mesmo merecimento tanto se aninha!<sup>182</sup>

No primeiro trecho, a intenção do autor é justamente contrapor a honradez do militar com o período de corrupção. O militar, além de ser honrado e se afastar da corrupção, é ainda vítima de privações – oriundas do próprio *métier* militar – e vexames, consequência da política de baixa valorização profissional. No segundo trecho, a relação quase se repete: a classe militar é nobre, honrada, e ainda sofre com as punições indiretas dadas pela política: a falta de recursos, a influência de aduladores e, em última instância, a presença negativa da política, ao favorecer homens pelo prestígio pessoal ao invés do merecimento.

Neste contexto, o *brio* desponta como uma das maiores características militares identificadas pelos redatores dos periódicos. De acordo com uma passagem no

<sup>180</sup> *O Militar Brioso*, ano I, edição n. 8, de 21 de abril de 1855, p. 1

<sup>181</sup> *O Militar Brioso*, ano I, edição n. 2, de 7 de março de 1855, p. 3.

<sup>182</sup> *O Militar Brioso*, ano I, edição n. 11, de 18 de maio de 1855, p. 4.

periódico *O Soldado* (1881), a classe militar é aquela “que tem por timbre a honra”.<sup>183</sup> Em *O Militar* (1854), o redator conclui que é somente “nas armas [que] está a glória e a nobreza e que a nossa classe, embora no Brasil se nos degrade, foi a verdadeira fonte das mais antigas e ilustres aristocracias”.<sup>184</sup> Também os redatores de *O Militar* definiram o comportamento militar: “(...) seja enfim a regra do vosso comportamento militar, a vossa divisa, o vosso dogma este: lealdade, honra, abnegação de vontade e sacrifício da vida”.<sup>185</sup> Acrescentavam ainda os redatores do *Indicador Militar* (1862): “Dai-me uma oficialidade sem brio nem pundonor e o exército em vez de ser o defensor e guarda da nação, ser-lhe-á um perigo permanente. Dai-me um exército cujo soldado seja destituído de brio e pundonor, perder-se-á com boa e briosa oficialidade, o poder de vigilante e rigorosa disciplina (...)”.<sup>186</sup>

Para os redatores de *O Soldado*, em 1881, a honra e o sentimento do dever são os valores que impulsionam os homens à guerra: logo, o soldado não é uma máquina inerte de guerra, e sim um cidadão movido pelo ímpeto da honra.<sup>187</sup> A honra e o brio militares, no entanto, perdem um pouco a importância neste período, quando os periódicos foram escritos pelos membros do Corpo de Voluntários da Pátria, a partir da década de 1880. Em *O Soldado*, o brio militar não é uma característica frequentemente lembrada e descrita pelos redatores: é, antes de tudo, uma característica comum não apenas ao militar como profissional, mas também ao brasileiro como cidadão.

É assim que, em edição de 1881, escrevia o redator de *O Soldado*:

Gritem antes por ai que o oficial honorário não é militar, por que isso nos agrada mais, porque nos gera a convicção de que somos simplesmente cidadãos que sabemos defender, sem interesse, com brio, denodo e valor, a honra e dignidade da pátria ultrajada. <sup>188</sup>

<sup>183</sup> *O Soldado*, ano I, edição n. 28, de 28 de junho de 1881, p. 2.

<sup>184</sup> *O Militar*, ano I, edição n. 5, de 12 de setembro de 1854, p. 6.

<sup>185</sup> *O Militar*, ano I, edição n. 20, de 19 de maio de 1855, p. 8.

<sup>186</sup> *Indicador Militar*, ano I, edição n. 19, de 1<sup>o</sup> de outubro de 1862, p. 353.

<sup>187</sup> “O soldado não é uma máquina inerte de guerra; mas sim uma máquina inteligente e, movida pelo impulso próprio e pelo sentimento da honra e do dever”. *O Soldado*, ano I, edição n. 24, de 3 de junho de 1881, p. 3.

<sup>188</sup> *O Soldado*, ano I, edição n. 35, de 21 de agosto de 1881, p. 4.

O vocábulo honra aparece aqui como um “lugar” de honra, legado à pátria, cuja dignidade havia sido ultrajada pela ação dos paraguaios que deflagraram o conflito nas fronteiras brasileiras. *O Soldado*, em sua existência, forneceu alguns dados sobre as características militares para esta análise, constituindo-se assim em um importante periódico da década de 1880.

Para Heitor Lyra, o sentimento de honra nos militares brasileiros era elástico. A honra, para o autor, tinha relação – e somente relação – com um sentimento de superioridade do elemento militar sobre o elemento civil. Assim, o militar agia conforme seus interesses:

Se era contrariado, se encontrava resistência por parte dos civis, revoltava-se, sublevava-se, provocava a insurreição armada, no falso pressuposto de estar defendendo a *honra* da classe, honra que nunca soube exatamente em que consistia, mas que devia ser uma coisa muito elástica, porque era sempre posta em jogo toda vez que um militar se via contrariado em seu interesse ou era alvo simplesmente de uma censura ou de uma crítica da autoridade civil.<sup>189</sup>

O autor, portanto, não compreende exatamente o sentido da *honra* na construção do discurso militar. A honra, como vimos, tem relação estrita com a força e com o homem de armas, relação que ganha sentido e importância durante a idade média. Com a centralização política do Estado e a institucionalização dos exércitos, a honra passou a ser uma característica intrínseca das forças armadas. O sentimento está presente, e ainda faz parte da maior parte do *ethos* – ou do espírito militar – das instituições armadas.

Em 1862, os redatores do *Indicador Militar* (1862) entendiam que: “O militar estoico sofre resignado seus trabalhos, dores e privações; mas cai desse grau de filosofia logo que lhe ferem o pundonor e a honra; porque a impassibilidade cessa assim que sente feridas as fibras mais sensíveis de seu coração”.<sup>190</sup> A honra, portanto, era considerada uma “fibra sensível” do coração de um militar, a única característica capaz de romper a passividade militar.

---

<sup>189</sup> LYRA, Heitor. *História da Queda do Império*. Tomo II. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1964, p. 36.

<sup>190</sup> *Indicador Militar*, ano I, edição n. 8, de 16 de abril de 1862, p. 128.

Para os redatores da *Tribuna Militar*, em 1881, a honra era um sentimento privado e individual: “A honra individual porém não sofre impunemente a agressão que a nacional despreza. O orgulho, o amor próprio ofendido, tem ímpetos que não conhece limites. O brioso general chama a juízo o autor da verrina (...)”.<sup>191</sup>

Basta lembrar que foi, justamente, o ataque à honra que motivou os intensos debates na imprensa depois de 1886, e que foram chamados de “questão militar”. Em 1881, os redatores de *O Soldado* assinalavam que a classe militar tinha por timbre a honra, ou seja, essa era sua principal característica.<sup>192</sup>

Ainda em 1862 escreviam os articulistas do *Indicador Militar*:

Todo indivíduo, pelo simples fato de jurar bandeiras, deve persuadir-se ter subido o primeiro degrau da escada que conduz ao generalato, e que, desenvolvendo a inteligência, e marchando a passo firme na senda de seus deveres, cedo ou tarde a justiça o conduzirá a esse ponto culminante, que se não é o da abundância, e independência, é o da honra e da glória, que visam as almas bem formadas.<sup>193</sup>

Ao jurar uma bandeira, o indivíduo está marchando a passos firmes para a condição maior da profissão militar: o grau de general. O autor compreende que ser general pode não trazer abundância pecuniária ao detentor do título, mas traz um sentimento muito maior: a honra e a glória militares. A relação é a mesma da epígrafe que abre este capítulo: o militar é nobre e rico, simbolicamente, pela honra, que é o sentimento mais representativo da instituição militar, e que carrega consigo somente características positivas.

A constatação de Lyra pode ter relação com a concepção desenvolvida pelo próprio autor em relação à mentalidade do corpo de oficiais nos anos finais da monarquia. Para Lyra, é somente nos últimos anos da monarquia que predomina entre os oficiais “a falsa concepção da superioridade da classe militar sobre as demais classes da Nação e a impossibilidade, portanto, de ela subordinar-se à autoridade civil”.<sup>194</sup> Ora, a própria noção de honra, e como esta característica é articulada pelos

<sup>191</sup> *Tribuna Militar*, ano I, edição n. 52, de 29 de dezembro de 1881, p. 3.

<sup>192</sup> *O Soldado*, ano I, edição n. 28, de 28 de junho de 1881, p. 2. “É sustentável semelhante doutrina em face das leis e regulamentos que devem ser obedecidos pela classe militar, que tem por timbre a honra, sem que dele se origine a sua degradação?”

<sup>193</sup> *Indicador Militar*, ano I, edição n. 4, de 16 de Fevereiro de 1862, p. 66.

<sup>194</sup> LYRA, op. cit., p. 36.

redatores, já pressupõe a superioridade moral dos militares frente a outras classes. Como assinala Janowitz, com a educação militar específica e a criação de um discurso próprio militar, os oficiais “passaram a crer que sob certos aspectos são superiores ao grosso da população. Mais secreta que publicamente, consideram-se depositários e conservadores de grandes tradições, num ambiente social em mutação”.<sup>195</sup> O código de honra militar será, portanto, um dos principais responsáveis pelas concepções de oposição identitária entre a classe política e a classe militar. Assim, os militares não se colocam superiores a qualquer classe, mas sim à classe política, objeto escolhido para a formação da identidade da própria classe militar, conforme assinalamos.

Para os redatores de *O Soldado* (1881), o governo poderia ser definido como “governo de áulicos e saltimbancos políticos, governo sem honra nacional e sem prestígio, governo que não merece apoio”.<sup>196</sup> Antes disso, em 1862 escrevia um articulista do *Indicador Militar* que a política tudo amesquinhava, inclusive a instituição armada, ao considerar o recrutamento forçado como arma política.<sup>197</sup> A política, portanto, agregava todos os sentimentos contrários e inversos à honra militar.

A honra era um sentimento caro aos militares brasileiros. Em sua homenagem, um periódico foi lançado: *O Militar Brioso* (1855), cujo título não era jocoso, mas significativo. O brio toma lugar da honra e briosos tornam-se os militares. No exemplo de Vigny a honra não pode ter uma definição estanque, pois significa uma série de características. Da mesma forma, para os redatores a honra poderia reunir uma série de outros vocábulos, como moralidade, fidelidade, honestidade, servidão e disciplina. Embora a definição fosse plural, o sentimento de honra era permanente e constantemente ressaltado através das páginas dos periódicos como uma das mais importantes características militares do período. A honra guarda ainda uma intrínseca relação com a pátria, característica que será analisada a seguir.

---

<sup>195</sup> JANOWITZ, op. cit., p. 80.

<sup>196</sup> *O Soldado*, ano I, edição n. 11, de 19 de abril de 1881, p.1.

<sup>197</sup> “Finalmente, a política, que amesquinha tudo no Brasil, levando com as eleições suas raízes corruptas a rodos os cantos, enchendo muitas vezes de consternação com a arma terrível do recrutamento forçado, famílias morigeradas que se abrigam em humildes palhoças”. *Indicador Militar*, ano I, edição n. 20, de 16 de outubro de 1862, p. 372.

## 4.2 A imprensa militar e a pátria

Uma das características mais importantes do militar no século XIX é o seu patriotismo. O amor pela pátria é condição essencial para qualquer homem que deseje seguir a carreira das armas. O assunto é bastante comentado pelos redatores dos periódicos. O Exército é a principal instituição ligada à pátria, seja pelo discurso, seja pelo sentimento de pertença. Em 1854, por exemplo, os redatores de *O Militar* consideravam “o soldado – defensor da pátria – garante da tranquilidade pública, o mantenedor da integridade do império!”.<sup>198</sup>

A utilização de Pátria associada às forças armadas nacionais é uma particularidade do discurso militar. Possivelmente, a ligação tem relação com a própria gênese das forças armadas nacionais, fruto da centralização estatal e do monopólio da violência objetivado pelo centralismo político. Portanto, o amor à pátria faz parte do espírito militar – ou *ethos* – da maior parte das forças armadas.

Um articulista do *Indicador Militar* (1862) sintetizou bem o sentimento pátrio nas páginas do periódico:

Esses mesmos que muitas vezes teriam dito nas saturnais do egoísmo – *minha pátria sou eu* – arrastados pelo entusiasmo da massa geral do exército – porque a massa geral do exército é sã, desinteressada e patriota – no momento supremo da luta, não poderem deixar de unir suas vozes à dos valentes que bradavam, pelejando em terra inimiga – *nossa pátria é nossa bandeira*.<sup>199</sup>

O trecho tem relação com à pátria, mas ainda assim remete às características militares observadas pelos redatores: a massa geral do exército é sã, desinteressada e patriota. O patriotismo qualifica os membros da instituição, da mesma forma que contribui para a formação do discurso positivo em relação a ser e pertencer à classe militar. O patriotismo acaba, assim, acompanhado de outras qualidades como o desinteresse e a integridade.

---

<sup>198</sup> *O Militar*, ano I, edição n. 3, de 12 de agosto de 1854, p. 2.

<sup>199</sup> *Indicador Militar*, ano I, edição n. 10, de 16 de maio de 1862, p. 159.



Lucien Febvre ressalta como o estudo da origem das palavras é importante para entendermos e compreendermos o seu significado em determinado período histórico. As palavras tendem, muito antes de aparecerem impressas, a existir, e o seu significado atribuído é fruto de décadas ou mesmo séculos de desenvolvimento. Além disso, é necessário atentar ainda para o complemento das palavras, pois uma palavra dificilmente está isolada: “uma palavra não tem valor para o historiador isolada das outras palavras que atraindo e que a atraem, ou que repele ou que a repelem”.<sup>200</sup> Nesse sentido, fizemos uma experiência com as palavras “pátria”, “nação”, “brío”, “honra” e “classe militar”, que pode ser consultada em nosso apêndice metodológico. As constatações aqui expressas são síntese do processo de análise, sobretudo em relação as palavras.

Discutir a existência da classe militar e de suas principais características – a honra e a relação com a pátria - é questionar o papel da imprensa periódica militar na formação deste discurso. Os diversos periódicos impressos durante a segunda fase da imprensa militar e a quantidade de ocorrências das palavras *honra* e *pátria* levam o pesquisador a questionar o significado destas palavras para os redatores. Como vimos, os militares não são um grupo homogêneo, são um grupo formado por diversos grupos distintos, com interesses distintos, sobretudo no século XIX, quando não existia uma formação padrão para o oficialato do Exército brasileiro. A honra é o caráter definidor da classe militar; é a honra, e seus atributos, que conferem nobreza ao militar. Mas, para os redatores dos periódicos, a pátria também é honrada. A honra, portanto, emana do espírito militar e também da pátria. O patriotismo e a honra, portanto, são os principais elementos que caracterizam e definem a classe militar em oposição à classe política imperial.

É em Homero que a palavra pátria tem a sua genealogia, e remete ao significado de “terra dos pais”. A pátria é um vocábulo ao mesmo tempo masculino e feminino: masculino porque relembra a presença do pai ao significar “terra dos pais”; gramaticalmente, a natureza da palavra é feminina, “como um corpo moral, mítico e místico, num jogo semântico que, evocando um ato pristino, visa interiorizá-la, sobretudo, como *mátria* (...) na qual os ‘irmãos’, os ‘patrícios’ são incitados a

---

<sup>200</sup> FEBVRE, op. cit., p. 30.

reconhecerem-se como filhos da pátria”.<sup>201</sup> Em Roma, a palavra significava a *res publica*, e toda a área urbana romana, assim como outras cidades próximas. Os juristas medievais retomam o uso da palavra, mas de forma restrita e erudita. Para Febvre, pátria é uma palavra muito mais recente, uma palavra de formação erudita, uma palavra do século XVI, que só começou a assumir seu verdadeiro sentido lentamente, junto às elites. O patriotismo do século XVI é essencialmente camponês e local. A palavra pátria passa a ser usada no francês por influência da língua italiana, no século XVI. Neste período, “a palavra, tem ressonâncias carnis e sentimentais profundas. Ela evoca a terra, os mortos; a terra, esse grande ossuário dos mortos”.<sup>202</sup> Ou seja, para o autor, a palavra pátria tem ligação com a terra, com a própria vivência em determinado local. A palavra só assume um sentido mais forte e amplo no século XIX, acompanhando o ideal da nação.

A pátria vai possuir também algumas variantes: patriota e patriotismo, por exemplo. O patriotismo é um neologismo da palavra pátria, e surgiu no contexto da cultura *res publicana* britânica. De acordo com Fernando Catroga, o século XVIII foi o século do *cosmopolitanismo*, e também do *patriotismo*. O termo surgiu por volta de 1726, e algumas décadas depois já era observado no francês e no castelhano. O autor ressalta que, entre 1770 e 1792, todos os movimentos revolucionários foram conhecidos como patriotas. Os textos de Montesquieu e Rousseau popularizaram o novo conceito de pátria:

Em Rousseau, o sentimento patriótico supunha o cariz pactível da sociedade política e aparece como o complemento afetivo e sociabilitário que terá de ser desenvolvido para se evitar os riscos de queda no atomismo social, inerentes a uma sociedade centrada no indivíduo. Para isso, propunha-se “santificar” o contrato social com o recurso ao que designou por “religião civil”, conjunto deístas de crenças, ritos e símbolos indissociável de um projeto de educação nacional.<sup>203</sup>

---

<sup>201</sup> CATROGA, Fernando. *Pátria e Nação*. In: VII Jornada setecentista, 2007. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/cedope/files/2011/12/P%C3%A1tria-e-Na%C3%A7%C3%A3o-Fernando-Catroga.pdf> Acesso em 25/11/2014.

<sup>202</sup> FEBVRE, op. cit., p. 151.

<sup>203</sup> CATROGA, op. cit., p. 19.

Para Rousseau, o patriotismo não seria resultado da relação dos indivíduos com a terra em que nasceram, e sim um sentimento que deveria ser desenvolvido nos cidadãos dos Estados. Jaucourt, responsável pelo verbete *patriotisme* na Enciclopédia de 1765, concluiu que o amor da pátria seria a melhor virtude da sociedade, aquela que seria o sustentáculo da sociedade política. A pátria, e sua definição, se inserem no vocabulário político dos revolucionários do século XIX, nas revoluções da península Ibérica e também nos processos de independência das colônias americanas. Para Catroga, foi a pátria – e o patriotismo – a força ideológica propulsora da consolidação do Estado-Nação, entre os séculos XVIII e XIX.

Durante a Revolução Francesa, a palavra retoma um significado iluminista, em defesa daquilo que é público, significando a defesa de uma “série de valores associados à liberdade política e compôs o elenco de mitos sobre a unidade dos franceses em torno de alguns princípios revolucionários”.<sup>204</sup> No mundo ibérico, a palavra passou por mutações, influenciada pelas reformas políticas efetuadas pelos Impérios ibéricos no século XVIII. No Império português, o uso corrente de pátria parece indicar local de nascimento, ao menos no início do século XIX. Marcia Barbel acrescenta que:

A Pátria do Antigo Regime ibérico é a do reformismo ilustrado: incentiva a fidelidade ao monarca, entendida como uma única forma de superar o atraso ou a decadência, e não valoriza os vínculos de solidariedade entre os súditos. Nesse sentido, a defesa da Pátria (valores morais e políticos) confunde-se com a defesa do Estado e distancia-se da defesa da nação (comunidade política imaginada). Além disso, a defesa da Pátria também se distancia (e por vezes se opõe) da defesa da pátria (o local de nascimento).<sup>205</sup>

Em Pernambuco, na revolução de 1817, Pátria (com maiúsculo) era utilizada com propósitos revolucionários. A palavra formava uma oposição ao despotismo do governo português, e conclamava, consigo, ideias de liberdade e também de república. Tinha, portanto, conotações revolucionárias.

---

<sup>204</sup> BERBEL, Marcia. Pátria e Patriotas em Pernambuco (1817-1822): Nação, identidade e vocabulário Político. In: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijui; Fapesp, 2003, p. 349.

<sup>205</sup> BERBEL, op. cit., p. 350.

Em 1854, os redatores do periódico *O Militar* definiram, em suas páginas, o que significava pátria:

O amor da pátria é uma das qualidades que deve caracterizar o homem de guerra; sem ele o dever pode ser cumprido, porém o heroísmo nunca se desenvolverá. E o que é a pátria? Será o torrão em que nascemos, a terra que pisamos? Não: é a habitação de nossas famílias, o túmulo de nossos maiores, são esses lugares que nos trazem à memória a lembrança de nossos avós, que nos recordam sempre seus exemplos e para os quais olharemos com total indiferença.<sup>206</sup>

A pátria pressupõe amor; e sem o amor não pode um soldado servir no campo de batalha heroicamente. O heroísmo só existe ligado ao amor à pátria. Os redatores também definem a pátria: uma definição territorial. A pátria carrega um sentido afetivo, sempre relacionado ao país dos pais ou país natal – um vínculo primário, portanto. A pátria tem relação com um pertencimento cultural, permeado de sentimentalismo e emoção.

O amor à pátria pressupõe ainda outras características e significados para os redatores. A morte no campo de batalha por amor à pátria produz glória ao soldado. A glória, como vimos, pode ser também um sentimento constitutivo da honra. Logo, a pátria é honrada e tanto o serviço quanto a morte produzem um sentimento ao homem militar que é inacessível a outras classes da sociedade. Se existir a vitória, os louros serão duradouros, e quase eternos. O amor pela pátria é familiar, é de filho para mãe:

No lar doméstico, acariciando a esposa e apreciando as pueris graças do filho, se soa a corneta e nesse som, talvez uma sentença de morte ele tudo esquece, fecha os olhos ao desolado pranto da esposa, serra os ouvidos aos pungentes ais do filho, e receoso da sorte, pungido pela dor acerba da saudade, corre ao campo da peleja a buscar ou um fim glorioso, ou os louros imarcescíveis da vitória: se a pátria folga, ele exulta; se a pátria geme, ele pranteia; é o verdadeiro tipo do amor filial, que abafa e faz calar todos os outros sentimentos!<sup>207</sup>

<sup>206</sup> *O Militar*, ano I, edição n. 4, de 26 de agosto de 1854, p. 4.

<sup>207</sup> *Indicador Militar*, ano I, edição n. 10, de 16 de maio de 1862, p. 175.

A pátria tem ligação com uma palavra irmã, a nação. A nação é tida, por uma forte corrente interpretativa, como uma criação do Estado moderno, uma entidade imaginada que serviu para legitimar os discursos de centralização política.<sup>208</sup> Não temos a intenção de revisitar a bibliografia sobre o tema, mas ressaltar apenas alguns pontos importantes. O objetivo, tampouco, é definir a nação em termos de significado. É consenso entre os historiadores e investigadores sociais a dificuldade em definir a nação, e mesmo as suas origens. A principal corrente de análise compreende que a nação é uma construção da modernidade, sobretudo a partir de 1789. Portanto, a ideologia e o simbolismo do movimento nacionalista são fruto da industrialização, da necessidade de legitimação das elites econômicas e também de novas formas de espaços culturais, como a imprensa, por exemplo. Os modernistas divergem quanto à forma, mas acreditam que o nacionalismo é um fenômeno moderno, tendo como referência a Revolução Francesa, em 1789, pois não existe uma ideologia relacionada à soberania e à questão da lealdade à nação antes disso. O nacionalismo é fruto, portanto, da idade moderna.<sup>209</sup> Embora o termo *nação* possa ser encontrado de forma relativamente frequente em escritos anteriores à Revolução Francesa, sua ligação com a soberania e com a política é moderna.

Para Hobsbawn, “a nação pertence exclusivamente a um período particular e historicamente recente. Ela é uma entidade social apenas quando relacionada a uma

---

<sup>208</sup> “Assim, dentro de um espírito antropológico, proponho a seguinte definição de nação: uma comunidade política imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana. Ela é *imaginada* porque mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão, ou sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles”. ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 32.

<sup>209</sup> O paradigma modernista pode ser dividido em três interpretações diferentes, por exemplo: a) Sociocultural, cujos principais autores são: GELLNER, Ernest. *Nations and Nationalism*. Oxford: Blackwell, 1983. HOBBSAWN, Eric. *Nações e Nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. b) Político, cujos principais autores são: BREUILLY, John. *Nationalism and the State*. Chicago: University of Chicago Press, 1994. MANN, Michael. *A Political Theory of Nationalism and its Excesses*. Madrid: Instituto Juan March de Estudios e Investigaciones, 1994. c) Etno-simbolista, cujos principais autores são: SMITH, Anthony. *Nacionalismo*. Lisboa: Teorema, 2006. HUTCHINSON, John (org.). *Understanding Nationalism*. Cambridge: Polity Press, 2001. Um panorama geral das correntes de estudos sobre o nacionalismo pode ser encontrado em SOBRAL, José Manuel. A formação das nações e o nacionalismo: os paradigmas explicativos e o caso português. *Análise Social*, vol. XXXVII, 2003, p. 1093-1126 e também em CURTO, Ramada et al. Nações e nacionalismos (a teoria, a história, a moral). *Tempo Social*, vol. 24, n. 2, 2012, p. 33 a 58.

certa forma de Estado territorial moderno, o Estado-nação; e não faz sentido discutir a nação e nacionalidade fora desta relação”.<sup>210</sup>

José Carlos Chiaramonte ressalta que, muito mais importante do que definir a nação, é compreender e interrogar “os seres humanos de cada momento e lugar que empregavam o conceito e indagar por que e como o faziam e a que realidades o aplicavam”.<sup>211</sup> Três empregos da palavra nação foram encontrados na pesquisa que o autor sugere: a palavra nação foi usada por muitos séculos como sinônimo étnico; surge com sentido político, a partir do século XVIII, excluindo qualquer referência étnica; e, paralelamente ao Romantismo, associa *nação* ao princípio étnico e político. Chiaramonte reforça que, na época das independências latino-americanas o conceito étnico não se relacionava com os conceitos de estado e nação. Prevalencia a ideia de nação como um grupo humano, unido por uma política independente. A Revolução Francesa foi responsável, portanto, pela difusão do caráter político de nação, além de associá-la com a ideia de soberania. Para Fernando Catroga:

Uma coisa é certa: os conceitos de pátria e de nação têm origem e significados diferentes. É que o primeiro supõe o ato de concepção, enquanto que o segundo indica o de nascimento. Todavia, na sua evolução semântica, é um fato que eles se cruzam. A nação está na pátria, pelo que exige um território (real ou imaginário) e uma população. Em simultâneo, para se afirmar como um “nós”, ela ter-se-á de narrar como um destino sacral, ditado pelas origens. Por isso, todos os mitos estruturantes das identidades nacionais reivindicam uma “linhagem como fase da comunidade política”. E sabe-se que a pátria é o alfa fundador de todas as filiações étnico-culturais e políticas, matriz que age como um apelo, ou melhor, como uma herança, cujo dever de transmissibilidade acena para contornos escatológicos.<sup>212</sup>

As elites políticas das antigas colônias ibéricas precisaram definir as características dos novos estados nacionais, após os processos de independência. A influência europeia e a ligação cultural com as metrópoles tornaram impossível o afastamento de características europeias na formação nacional dos novos países. A elite imperial brasileira procurou construir e definir uma identidade nacional a partir da

---

<sup>210</sup> HOBBSBAWN, Eric. *Nações e Nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 11 e seguintes.

<sup>211</sup> CHIARAMONTE, José Carlos. *Metamorfoses do conceito de nação entre os séculos XVII e XVIII*. In JANCSÓ, István (org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003, p. 82.

<sup>212</sup> CATROGA, op. cit., p. 11.

ideia da civilização europeia nos trópicos. As tentativas de legitimação do ideal nacional desdobraram-se em três estratégias autônomas na produção discursiva das elites ao longo do século XIX. Em muitos casos, tais estratégias coexistiram ao longo do período:

A primeira definia a identidade do Brasil por oposição à antiga metrópole, procurando encontrar na oposição a Portugal uma explicação e justificação da Independência; a segunda, inversamente, definia-a em termos da singularidade do novo país, que se exprimia na sua natureza tropical e paisagem luxuriante e na cultura e tradições das populações indígenas; e a terceira, por fim, procurava definir para a nova nação um projeto ou missão que consistiria , através da combinação de elementos europeus e americanos, na edificação e afirmação, através do Estado e da coroa, de uma civilização europeia nos trópicos.<sup>213</sup>

O romantismo introduziu o caráter indianista com mais afinco na produção intelectual brasileira, sobretudo, a partir de 1836, como convencionou a historiografia tradicional. Embora alguns elementos indianistas já estivessem presentes na literatura colonial do século XVIII, foi o romantismo que integrou em termos político-culturais o indianismo. O regresso conservador e a maior centralização política ocorrida no auge do período imperial resultaram na emergência de um discurso mais nacional, desqualificando a temática de oposição a Portugal. Para Rohloff de Mattos, o maior triunfo dos saquaremas foi afastar a problemática nativista que insistia, com seu discurso, em opor brasileiros e portugueses. O afastamento desta temática foi fundamental para a consolidação do Estado imperial.<sup>214</sup> A crise da escravidão, a partir da proibição oficial do tráfico de escravos pelo estado imperial, resultou na possibilidade de importação de imigrantes europeus para substituir o braço escravo.

Como referido anteriormente, para adquirir significado, uma palavra não pode ser analisada sozinha. O significado só pode ser atribuído a uma palavra através da análise do conjunto de palavras que a acompanham. Lucien Febvre destacou que “não se pode estudá-las apenas em si e por si mesmas. Deve-se estudá-las em relação com as palavras com que concordam e com aquelas a que se opõem”.<sup>215</sup>

---

<sup>213</sup> BERBEL, op. cit., p. 357.

<sup>214</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004, p. 164.

<sup>215</sup> FEBVRE, op. cit., p. 56.

Portanto, a análise do vocabulário pode ser uma forma privilegiada de pesquisa, que acentue a diversidade e a multiplicidade de discursos em determinado período.<sup>216</sup>

Tendo como exemplo esta percepção, foram elaborados quadros de ocorrência de algumas palavras nos periódicos abarcados pela pesquisa. As palavras *honra*, *nação* e *pátria* foram analisadas no discurso dos periódicos e quantificadas. O resultado pode ser visto no apêndice metodológico anexado no final deste trabalho.

O que os redatores dos periódicos militares entendiam por pátria?

Os redatores muitas vezes conferem significados similares à nação e à pátria – mesmo com sua definição particular a pátria é identificada com a nação em diversos momentos. Mas, em alguns casos, as definições indicam algumas diferenças sutis entre os vocábulos, indicando uma diferença de concepção. Esse padrão pode ser observado nos periódicos aqui estudados. Para os redatores de *O Militar Brioso* (1855), tanto a pátria quanto a nação precisam ser protegidas e precisam de força. A nação, assim como a pátria é exigente e exige, dos seus servidores, o tributo de sangue. A nação e a pátria só podem contar com os militares, pois esses são seus verdadeiros servidores. A pátria, assim como a nação, é honrada e o militar é filho da pátria. Logo, o militar é honrado pela relação estabelecida entre as partes. Um redator chegava à seguinte conclusão, em 1855:

O Militar serve à sua pátria e ao seu soberano pela consciência de que é digno de toda a consideração, que seus serviços serão justamente remunerados, que não jazerá no desprezo o mais insuportável: e é porque ele não tem sido devidamente lembrado, devidamente considerado, que não pode continuar a abafar em seu valoroso peito a ingratidão dos homens que monopolizam os direitos das diversas classes da sociedade e com especialidade da classe Militar.<sup>217</sup>

Para os redatores, a pátria tem ligação com o poder do monarca; portanto, o militar serve a pátria e ao soberano. A intensa caracterização da classe militar está aqui constituída também: o militar é sacrificado, e seus serviços não são remunerados

<sup>216</sup> Eric Hobsbawn escreve com o objetivo de precisar o conceito recente de nação: HOBBSAWN, op. cit. Também Pierre Villar, Lucien Febvre e José Carlos Chiaramonte escrevem com o objetivo de compreender o uso de palavras em determinados períodos históricos. VILLAR, Pierre. *Iniciación al vocabulário del análisis histórico*. Barcelona: Crítica, 1992. FEBVRE, op. cit; e CHIARAMONTE, op. cit.

<sup>217</sup> *O Militar Brioso*, ano I, edição n. 1, de 28 de fevereiro de 1855, p. 2.



de forma justa. Vive, portanto, em uma situação negativa, pressionado pelo monopólio da classe política.

A relação com a pátria passa também pelo fortalecimento da instituição. Os redatores acreditam que somente através do fortalecimento e da valorização da instituição pode o Brasil se transformar em uma nação de primeira ordem. É a instituição militar, sintetizada no amor à pátria, que levará o Brasil ao esteio do progresso: “nossa pátria então marchará sempre no progresso e será certamente respeitada externa e internamente: todos serão felizes e o Brasil entrará como deve, na lista das nações de primeira ordem, o que não sucederá sem um bem organizado Exército, bem pago (...) e sobretudo satisfeito! Uma boa armada, com os mesmos requisitos, e respeito às leis”.<sup>218</sup> Para o autor, a forma de governo é independente em relação ao progresso e à prosperidade; estas, se alcançam, com o cumprimento das leis nacionais estabelecidas, “o patriotismo e a honradez pública e privada”.<sup>219</sup>

Em linhas gerais, os redatores de *O Militar Brioso* entendem que um exército existe para servir à pátria; sem um exército, a pátria não tem condições de existir. No entanto, a pátria é uma entidade feminina, é mãe; a pátria é também família. A pátria possui honra, possui entranhas, possui também sangue; a pátria soluça e chora, possui características humanizadas. A pátria é honrada, e o militar é filho da pátria. Logo, o militar é honrado pela relação estabelecida, e é o sustentáculo da ordem e filho da honra. Por ser seu único defensor, o militar é o filho mais querido da pátria, e torna-se sua única esperança nos momentos de crise. Logo, a profissão militar pressupõe dedicação e amor incondicional à pátria. Por fim, a pátria pressupõe cidadania, a pátria é o lugar de nascimento, repouso da família.

A ligação da pátria com sentimentos interiorizados de maternidade e feminilidade confere um status psicológico à sua existência: a pátria chora, sofre, precisa ser defendida, e, ao mesmo, tempo, amada e protegida. Com estas características, não faz sentido morrer pela nação ou pelo Estado, e, sim, pela pátria.

Em contrapartida, a nação possui limites territoriais que precisam ser respeitados; o chefe da nação é o Imperador; a nação é política e econômica. Indica também o outro: as nações mundiais. A nação precisa do patriotismo para existir:

---

<sup>218</sup> *O Militar Brioso*, ano I, edição n. 7, de 11 de abril de 1855, p. 2.

<sup>219</sup> *O Militar Brioso*, ano I, edição n. 7, de 11 de abril de 1855, p. 2.

O nosso comercio está quase na totalidade entregue aos estrangeiros como todos sabem e veem; daqui segue-se que quase todos os brasileiros estão na dependência dos estrangeiros, e que os governos que no sistema representativo dependem do povo (que depende do estrangeiro) depende também do estrangeiro; esta dependência para o estrangeiro quer dos governantes quer dos governados obsta o **desenvolvimento do patriotismo, e a nação sem patriotismo, de nação só tem o nome**; isto quer dizer em termos claros, que por não termos nacionalizado o nosso comércio, o Brasil deixou de ser Colônia de Portugal para ser Colônia Universal” [grifos do autor].<sup>220</sup>

Nesta passagem, os conceitos de pátria e nação se cruzam: a nação é política e econômica, mas seu *espírito* é patriótico. Portanto, para os autores, uma nação só existe com patriotismo, ou seja, ela está na pátria. O lugar da nação e da pátria tem relação com a perspectiva populacional e territorial, pois uma pátria exige um território, pela própria definição dos autores.

A nação é também progresso e civilização. Em uma das edições, um redator de *O Militar Brioso* define o que é nação: “As nações são um todo composto de partes: o todo encerra-se em seus habitantes, em geral as partes nas diversas classes em que ela se divide”.<sup>221</sup>

O militar serve à nação, mas seu amor é pela pátria; a nação não é humanizada, não possui características humanas como a pátria. A nação é progresso, é civilização, é política e economia. A nação encerra-se politicamente, enquanto a pátria mantém suas características sentimentais:

(...) **e quando sua pátria gema na opressão**, uma voz interna que bem alto lhe vibrará no fundo do coração – És cidadão de tal país, tua pátria vive na opressão, teus parentes são escravos, e então este cosmopolita deixará de assim se apelidar e ainda que sua boca diga – patria mea est non ubi nascor, sed ubi pascor – seu coração bradará, minha pátria é o Brasil, minha pátria sofre, eu devo pugnar por ela [grifos do autor].<sup>222</sup>

<sup>220</sup> *O Militar Brioso*, ano I, edição n. 8, de 21 de abril de 1855, p. 5.

<sup>221</sup> *O Militar Brioso*, ano I, edição n. 4, de 21 de março de 1855, p. 2.

<sup>222</sup> *O Militar Brioso*, ano I, edição n. 16, de 3 de julho de 1855, p. 3. A citação em latim pode ser grosseiramente traduzida como “minha pátria não é onde nasci, mas onde me alimento”.

À pátria são conferidas características sentimentais: a pátria geme e vive na opressão; no homem militar, o amor à pátria desperta um sentimento no fundo do coração. A pátria é o Brasil. Utilizando o provérbio romano, o autor define a pátria como territorial, como lugar de pertença familiar. Nação e pátria se confundem. Mas, embora a nação também exija o serviço do homem militar, é somente pela pátria que se morre.

No mesmo período, os redatores de *O Militar* chegaram a conclusões similares, conforme pode ser visto no apêndice F e G. No entanto, a definição de *O Militar* está mais relacionada à pátria como entidade incondicional da instituição militar, ou seja, refere-se mais ao *ser* militar e à relação do militar com pátria. Para os redatores, o militar é o defensor e o garantidor legítimo da pátria, e é distinto pela nobreza de caráter. O soldado é também garantidor da tranquilidade pública e mantenedor da integridade do Império. O vínculo com a instituição sobressai na escrita dos redatores. Os textos são escritos com “a franqueza e sinceridade que é inerente à nobreza de caráter que distingue a mui honrosa profissão de defensor da pátria”.<sup>223</sup>

Os exemplos históricos seguidamente são usados para demonstrar vínculos com o amor pátrio no passado. É assim que os redatores de *O Militar* apresentam gregos e romanos como exemplos de povos guerreiros, que valorizaram a casta militar. O heroísmo destes povos só poderia ser fruto do amor pela pátria:

Porque houve tanto heroísmo nesses séculos remotos? Porque apareceram tão grandes homens? Porque tanto se elevaram essas antigas nações? Porque o amor da pátria era o primeiro e o mais sagrado sentimento de seus filhos. Porque elas souberam engrandecer e honrar a Classe Militar, e as recompensas a ela dadas eram próprias e dignas de homens que sabiam reconhecer e premiar o mérito.<sup>224</sup>

A pátria também é mãe, mas o melhor dos seus filhos é o militar. De acordo com a definição dos redatores de *O Militar Briosso*, a pátria é uma mãe exigente que cobra os serviços dos seus filhos. A pátria não é necessariamente território, mas sim

<sup>223</sup> *O Militar*, ano I, edição n. 1, de 14 de julho de 1854, p. 4.

<sup>224</sup> *O Militar*, ano I, edição n. 5, de 12 de setembro de 1854, p. 6.

lugar do núcleo familiar. Por outro lado, a nação é identificada com características políticas. Para os redatores de *O Militar*, a nação brasileira surgiu com a Independência, quando o laço com a coroa portuguesa foi desfeito. A nação possui instituições e comporta também tradições. No entanto, a nação não tem as características maternais e sentimentais da pátria. Observa-se também uma sobreposição de definições: a nação, assim como a pátria, também exige o sacrifício dos homens militares. A nação só pode existir, em última instância, com a presença do elemento militar: “mas a história prova-nos que uma nação não pode ser verdadeiramente grande e livre senão quando o exército que lhe serve de apoio tiver a força e a disciplina necessárias; e possuir uma instrução que esteja ao nível dos progressos do seu século”.<sup>225</sup>

Os militares, portanto, adquirem aqui uma posição especial em relação a outras classes do Império: sua ligação íntima com a pátria (quase uma ligação familiar adquirida de forma simbólica) os torna superiores. Um redator de *O Militar Brioso* assim perguntava aos seus leitores: “Por que razão sendo a profissão das armas uma profissão toda de dedicação, sendo ela a em que os filhos da pátria fazem a oferta de todos os seus cômodos em prol do país, hão de todos sem exceção de classes, pagar este tributo de sangue à nação?”.<sup>226</sup> Um dos objetivos do periódico *O Soldado e o Marinheiro* era comprovar que muitos militares haviam “consagrado [a vida] em sacrifício da pátria”<sup>227</sup>, enquanto outros, pelos seus erros políticos, especulavam “com as dores da pátria”.<sup>228</sup>

A ligação da pátria com o progresso tem relação também com as concepções de civilização e de Estado-Nação do século XIX. O desenvolvimento das nações era uma fase de progresso, e a evolução humana se inseria na concepção cientificista do evolucionismo. O progresso e o desenvolvimento das nações eram um objetivo a se alcançar, um estágio a completar, na ótica liberal do século XIX: “(...) o desenvolvimento das nações era inquestionavelmente uma fase do progresso ou da evolução humana que ao do pequeno ao grande grupo, da família à tribo, à região, à nação e, em última instância, ao mundo unificado do futuro”.<sup>229</sup>

<sup>225</sup> *O Militar*, ano I, edição n. 20, de 19 de maio de 1855, p. 7.

<sup>226</sup> *O Militar Brioso*, ano I, edição n. 16, de 3 de julho de 1855, p. 3.

<sup>227</sup> *O Soldado e o Marinheiro*, ano I, edição n. 4, de 30 de outubro de 1869, p. 1.

<sup>228</sup> *O Soldado e o Marinheiro*, ano I, edição n. 1, de 9 de outubro de 1869, p. 2.

<sup>229</sup> HOBBSAWN, op. cit., p. 50.

Em 1869, o redator de *O Soldado e o Marinheiro* também definia a pátria como uma entidade feminina, dotada de capacidades emocionais. A pátria é um culto cuja imagem se reflete no soldado; a classe militar é a única apta para morrer pela pátria. Em um texto intitulado “A Ingratidão da Pátria”, o autor define aquilo que entende por pátria: “moralmente a pátria do homem é a totalidade dos indivíduos que pertencem à sua mesma nacionalidade”.<sup>230</sup> O redator acentua que mesmo entre indivíduos que pertencem ao mesmo grupo existem aqueles que são diferentes. E estes indivíduos excepcionais se diferenciam, justamente, pela abnegação em diversas situações. “Entre todos os mártires cada classe teve sempre o seu representante; porém, aquela em que todos são mártires é a classe militar”.<sup>231</sup> O soldado ou o marinheiro é um homem excepcional que sacrifica até a própria existência pela bandeira. No entanto, depois que o inimigo é derrotado, e o soldado e o marinheiro terminam seu serviço, não lhes é possível ter uma vida digna e honrada. Se general, também vive amesquinhado. Para o autor, a classe política é ingrata, pois não reconhece os sacrifícios da classe militar.

Na última edição de *O Soldado e o Marinheiro*, os redatores ainda asseveravam a importância da situação:

Continuamos no nosso propósito de tornar bem sensível ao espírito público que, se os militares se acham banidos de um direito extensivo a todas as classes; se não podem hoje conquistar a cadeira curul nem a direção dos negócios inerentes à sua profissão, apesar de suas cicatrizes atestarem à nação e ao mundo uma série brilhante de triunfos; se o carro da vitória em que voltam laureados e ainda tintos do sangue que vertem as feridas gloriosas, abertas por amor à pátria, converte-se em um poste de ignomioso ostracismo, e a barraca de campanha, enfeitada de troféus, abrilhantada pelo continuo relampejar das bombardas, e arejada pelas tempestades da glória, no tugúrio abandonado da miséria, não é porque a deficiência de talento e ilustração, nem o zelo e honestidade no cumprimento do dever, os tenham tornados indignos do sufrágio popular e do reconhecimento da pátria.<sup>232</sup>

<sup>230</sup> *O Soldado e o Marinheiro*, ano I, edição n. 1, de 9 de outubro de 1869, p. 2.

<sup>231</sup> *O Soldado e o Marinheiro*, ano I, edição n. 1, de 9 de outubro de 1869, p. 3.

<sup>232</sup> *O Soldado e o Marinheiro*, ano I, edição n. 7 de 21 de novembro de 1869, p. 1.

Novamente aqui o autor constrói a antítese entre a atuação do político e do militar, embora de forma não tão clara: refere-se somente ao militar, mas sempre em contraposição: “(...) e sempre no seu posto de honra morreram, porém nunca transigiram, sepultaram-se no olvido, mas jamais traíram a pátria nem se ludibriaram sacrificando a verdade à mentira, levantando nas praças públicas cadafalsos à honra e glória dos seus cidadãos, mascarando-se para à sombra do incógnito assaltarem o poder e guilhotinarem a liberdade e a justiça”.<sup>233</sup> O autor afirma que, passada a onda da desgraça, irá apresentar os veteranos que podem ainda trabalhar para “sustentar o leme do estado”.<sup>234</sup>

Um dos objetivos de um articulista do *Indicador Militar*, em 1862, era “infiltrar e fortificar em (...) corações novos o amor da pátria, do trono e da nobre classe a que pertencemos”. O oficial ficou responsável por reunir uma série de frases chamadas “Máximas e Pensamentos”, um apanhado de fundo moralizante educador. As máximas tinham, em geral, seis ou sete linhas, não sendo superiores a um parágrafo. O oficial tencionava incutir ensinamentos que aprendeu em sua longa carreira aos oficiais mais novos. Ocupava, em geral, meia folha, e servia de encerramento das edições do *Indicador Militar*, sendo publicada em quase todos os números. Seu autor era Patrício Sepúlveda Everard, Brigadeiro do Exército, e, provavelmente, um dos militares mais antigos da instituição: sentou praça em janeiro de 1812 e, desde então, era militar. Formado pela Escola Militar, ocupava, em 1861, um cargo comissionado no Arquivo Militar do Rio de Janeiro. Em algumas publicações, o brigadeiro se excede, e as máximas tornam-se pequenos textos. Embora de tom moralizante e educativo, as máximas servem também como pequenas críticas à administração do Exército em si. Perguntava-se o oficial em uma das edições do periódico: “E essa pátria será mais desnaturada que menospreze tão acrisolada dedicação, tão dolorosos sacrifícios? Não, por certo; confiemos que ela acudirá sempre ao soldado; e quando ele sucumba, adotará sua família, pois assim devemos esperar da justiça dos que a representam, e da munificência daquele que por felicidade nossa dirige seus destinos”.<sup>235</sup>

Logo, a pátria deveria ter ainda a capacidade de atender às necessidades das famílias militares, como forma de agradecimento pelo sacrifício efetuado. No entanto,

<sup>233</sup> *O Soldado e o Marinheiro*, ano I, edição n. 7 de 21 de novembro de 1869, p. 1.

<sup>234</sup> *Indicador Militar*, ano I, edição n. 4, de 16 de Fevereiro de 1862, p. 66.

<sup>235</sup> *Indicador Militar*, ano I, edição n. 10, de 16 de maio de 1862, p. 176.

a realidade era bastante diversa: embora os textos clamassem pela ajuda da pátria de forma romântica e ingênua – como nos casos das “Máximas e Pensamentos” de Everard, na prática essa ajuda não existia. O governo imperial não destinava uma renda necessária para a manutenção de viúvas de militares, e a pensão que recebiam era bastante pobre.

A pátria também era capaz de despertar nos homens militares sentimentos profundos, como reconhece um articulista do *Indicador Militar* (1862):

(...) por apanágio a honra, a defesa da pátria e a abnegação não só das nossas mais caras afeições, como de todos os cômodos da vida, desse nome que tanto me seduziu na minha mocidade, e que ainda hoje ao me lembrar dele, me orgulho de ser soldado, militar, enfim.<sup>236</sup>

A defesa da pátria fazia parte de um apanágio de ideias juntamente com a honra e a abnegação, características que definiam o homem militar. A lembrança de tais características e a razão de se tornar militar – o amor e a defesa da pátria – ufanam o articulista, que se orgulha de ter escolhido a profissão das armas.

Em outro momento, um articulista demonstra o poder simbólico da pátria sobre a consciência militar: “Na ocasião do perigo, o general em chefe, como o ultimo soldado, deve todo o seu sangue à pátria e não tem o direito de poupar dele uma só gota”.<sup>237</sup> A pátria, portanto, exige sacrifícios aos quais ao militar não resta outra opção, senão a própria abnegação.

Embora os redatores se esforçassem para descrever as relações da pátria com a instituição militar – e mesmo as definições de pátria e nação ao longo dos textos, as relações com uma tradição nacional não foram criadas. A existência do Exército brasileiro era vista como consequência da separação de Portugal. Os militares, sempre patriotas, não estavam buscando construir as raízes dessa associação. Esforçavam-se, portanto, em compreendê-la, mas não em julgar-lhe características de nascença.

<sup>236</sup> *Indicador Militar*, ano I, edição n. 7, de 1º de abril de 1862, p. 105.

<sup>237</sup> *Indicador Militar*, ano I, edição n. 8, de 16 de abril de 1862, p. 118.

Os redatores não estavam, portanto, construindo um discurso nacional, ou buscando elementos para a legitimação do discurso; mas estavam fazendo a ligação da pátria – e da nação – com a instituição militar. Ao mesmo tempo em que o patriotismo e o amor pela pátria eram – e ainda são - um elemento formador do militar, a necessária defesa da pátria legitimava a função e a existência da instituição militar.

A exceção era feita em relação aos símbolos e elementos essencialmente militares, como a farda. O uniforme militar representava, ao mesmo tempo, símbolo da classe militar, mas também símbolo dos defensores da pátria, dos filhos mais amados. Ao menos, assim compreendia um redator de *O Militar* (1854), que lembra a um oficial que “a farda de defensor da Pátria enobrece e não avilta”.<sup>238</sup>

Outro símbolo identificado neste período era a bandeira. Em 1862, Vicente Piragibe, diretor do *Indicador Militar*, escreveu um texto dedicado somente à bandeira imperial e a seus significados. O texto inicia com um poema de D. Luís Rivera sobre a importância da bandeira no campo de batalha. Em seguida, Piragibe entende que “a bandeira que um povo adota quando se constitui Estado independente é o símbolo da nacionalidade desse povo; é o sobrescrito de sua carta de emancipação social; é o sinal característico de sua independência, de sua soberania, no grêmio da grande sociedade das nações”.<sup>239</sup> Para o autor, a presença da bandeira nacional em solo estrangeiro traz à lembrança do soldado a figura da pátria que lhe lembra “seus imprescritíveis deveres e o concita à prática dos grandes feitos que germinam ao influxo da energia moral do patriotismo e da dedicação cívica”.<sup>240</sup> A bandeira representa a pátria, e esse é o único pensamento que o soldado deve acalentar no campo de batalha. A bandeira nacional é, para Piragibe, um símbolo pátrio, mas acima de tudo, um símbolo também militar: “Entre nós, os militares brasileiros, felizmente a crença na religião do estandarte sagrado da pátria tem-se cada vez mais fortificado, a despeito da lepra do egoísmo que tem contaminado a sociedade em geral e – com dor o dizemos – as nossas mesmas fileiras”.<sup>241</sup> A pátria adquire, assim, características religiosas, coincidindo com a imagem criada pela Revolução Francesa. A pátria, assim como a honra, ganha status de culto, e o soldado é seu maior devoto.

Como dito anteriormente, os redatores não buscaram criar ou inventar tradições

<sup>238</sup> *O Militar*, ano I, edição n. 15, de 8 de março de 1855, p. 7.

<sup>239</sup> *Indicador Militar*, ano I, edição n. 10, de 16 de maio de 1862, P. 155.

<sup>240</sup> *Indicador Militar*, ano I, edição n. 10, de 16 de maio de 1862, P. 156.

<sup>241</sup> *Indicador Militar*, ano I, edição n. 10, de 16 de maio de 1862, P. 157.



militares neste período. As tradições do Exército brasileiro datam já do período republicano, sobretudo durante a década de 1930, após a criação da Academia das Agulhas Negras. Para Celso Castro, a relação entre Exército e nação buscou, no campo simbólico, afastar a instituição dos conflitos políticos e ideológicos da sociedade, estando, portanto, numa esfera maior de ação, acima de brigas e distensões durante os anos 1930.<sup>242</sup> É possível observar também a construção das origens da instituição no início do período republicano, sobretudo quando os militares passam a escrever a história da própria instituição.<sup>243</sup>

Em 1881, as definições não mudaram muito. Já na primeira edição de *O Soldado*, os redatores deixam claro que “nós [militares] que somos os legítimos defensores da pátria; nós, que constituímos a garantia da ordem; nós, que somos os sustentáculos da dignidade e honra nacionais”.<sup>244</sup> Os redatores se colocam ao mesmo tempo como defensores e como sustentáculos da dignidade nacional.

O contexto social e político da década de 1880 faz com que tanto os redatores de *O Soldado* quanto da *Tribuna Militar* voltem seus periódicos para outros grupos, além do grupo militar. Basta lembrar que, conforme assinalado no segundo capítulo desta tese, a *Tribuna Militar* foi um periódico voltado às classes militares e aos interesses gerais do país. *O Soldado* conclama a todo tempo “o povo”, embora não defina quem ou o que faz parte do “povo”. Em uma das edições de *O Soldado*, o redator sugere que o povo e os militares precisam ser companheiros “na luta e na glória”.<sup>245</sup> É necessário “acudir aos reclamos da pátria, porque representamos a sua legítima soberania; e no dia em que o sufrágio universal decidir da sorte dos governos, nós seremos os árbitros: manifestaremos com o voto a opinião sincera do país”.<sup>246</sup> Os militares, além de serem descritos como os únicos representantes e filhos da pátria, representam ainda a legítima soberania política. Para o autor, é neste dia que a

---

<sup>242</sup> CASTRO, Celso. *Exército e Nação: Estudos sobre a história do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2012, p. 118. A nova Academia Militar estava enquadrada na nova concepção de Exército que os revolucionários procuravam construir. Esta nova instituição seria o espelho da nova nação que seria construída a partir dela. Pessoa procurava construir uma nova mentalidade, homogênea no corpo de oficiais, que não fosse divorciada do serviço como foram as gerações anteriores, nascidas e criadas durante a primeira república.

<sup>243</sup> O assunto é extenso, e as pesquisas são escassas. Recomenda-se a consulta de NASCIMENTO, Fernanda de Santos. *Exército e Nação: A construção da nacionalidade brasileira e os militares*. In: *Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos do IPEA*. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area6/area6-artigo4.pdf> Acesso em 12/12/2014.

<sup>244</sup> *O Soldado*, ano I, edição n. 1, de 13 de março de 1881, p. 1.

<sup>245</sup> *O Soldado*, ano I, edição n. 3, de 22 de março de 1881, p. 1.

<sup>246</sup> *O Soldado*, ano I, edição n. 3, de 22 de março de 1881, p. 1.

aristocracia do dinheiro e de pergaminhos cairá. Aqui, o autor refere-se, provavelmente, à casta política nacional, identificada pela elite letrada política, envolvida com os negócios proveitosos da exportação de café, e formando-se nas faculdades de direito. “A aristocracia do dinheiro é muitas vezes formada à custa de prevaricações e usurpação de direitos alheios; a de pergaminhos é obtida à custa de carta de empenho, e alguns têm se curvado a passar pelas estreitas portas de um palácio, deixando no limiar das portas a dignidade, que os devia acompanhar”.<sup>247</sup> O autor acusa ainda que estas classes se querem elevar por títulos, mas que tais títulos não nobilitam nem o caráter, nem a honra de cada um. A honra, como bem lembrado, é um caráter próprio, digno dos defensores da pátria. Para o autor, aquele que se ilude com títulos não pode corresponder à confiança que lhe delega uma nação. “O homem do governo não deve ter ilusões nem vícios, para que no poder não sirva de instrumento daquelas, nem de patrono destes”.<sup>248</sup>

O *Furriel*, um dos articulistas de *O Soldado*, sentencia que: “os militares são olhados com muita indiferença lá por cima, mas agora eles estão dispostos a se fazerem respeitar. Agora não há mis *fum fum nem foles de ferreiro*, se somos para defender a mãe pátria também devemos ser para ter os seus carinhos. Apre! Que o soldado não foi feito só para carregar mochila. E quem não quiser assim não queira”.<sup>249</sup> Aqui, novamente a invocação da pátria como mãe e também como sentimento, mãe que retribui com carinhos o sacrifício dos defensores de seus interesses.

Em *O Soldado*, uma série de cartas destinadas a D. Pedro II são frequentemente publicadas. As cartas não são assinadas, mas seu remetente assume a alcunha de *Soldado*. Ao referir-se somente como *Soldado*, o remetente traz consigo, simbolicamente, toda a classe militar. A referência ao soldado aproxima o redator de seu público, e o afasta, também simbolicamente, da relação com o oficialato. O soldado é semelhante ao povo, e por isso representa a totalidade da instituição. O redator manda uma mensagem a Pedro II: “Senhor, o dia da vitória se aproxima para as classes militares e para o povo, estas vítimas que sofrem os golpes terríveis dos maus governos, e que assistem a degradação desta pátria, que um dia será erguida

---

<sup>247</sup> *O Soldado*, ano I, edição n. 3, de 22 de março de 1881, p. 1 e 2.

<sup>248</sup> *O Soldado*, ano I, edição n. 3, de 22 de março de 1881, p. 2.

<sup>249</sup> *O Soldado*, ano I, edição n. 4, de 25 de março de 1881, p. 2.

pelo próprio valor”.<sup>250</sup> A pátria, portanto, é degradada não pelo povo ou pela classe militar, mas pelo grupo que domina a política. Em outro trecho, assevera o mesmo autor: “Vossa Majestade (...) terá a longanimidade de proteger-nos *desde já* contra a fúria satânica e bestialidade feroz do *paternal governo* de Vossa Majestade, que ainda esta vez pode fingir-se vilmente apreensivo *dos créditos* da sua *autoridade* para mandar sangrar-nos na praça pública”.<sup>251</sup>

Os redatores de *O Soldado* possuem duas definições para a pátria: “E a Pátria? A Pátria não é vista, está por detrás do trono; só aparece quando algum terremoto ameaça destruir o trono onde ela se esconde. Ela é Santa Bárbara invocada na ocasião da guerra”. Em outro trecho, assinalam os redatores que “a Pátria não é propriedade nem deste nem daquele; ela pertence a todos, não só aqueles que tiveram nela o berço, como aos que vem conviver conosco”. Aqui, duas assertivas interessantes. A pátria configura-se como algo abstrato, que não pode ser visto, no entanto, permanece por detrás do trono, mantendo assim alguma relação com a figura política da monarquia. Não exige também a condição de nascimento, somente de morada. A pátria é territorial, portanto, tem relação com um sentimento de pertença ao território. A relação com Santa Bárbara invoca uma característica militar: a Santa é padroeira dos artilheiros por ser a protetora de raios e tempestades, na tradição portuguesa.

A nação também não escapou aos redatores de *O Soldado*. Assim, como nos outros periódicos, a nação é um ente político cujo representante maior é o imperador. A nação é formada pelo povo, e os militares são os defensores da integridade territorial da nação. Em maio de 1881, os redatores promoveram um teatro beneficente em favor de um Voluntário da Pátria que voltou mutilado dos campos do Paraguai, chamado Manoel Antônio da Silva. A campanha e a venda de ingressos movimentaram a redação do periódico. Silva era um herói, e representava a nação: “O herói que hoje beneficiamos simboliza uma nação; os esforços que empreendemos em seu favor vão recair no regaço da mãe pátria; olhai para ele: é um povo; vede esse povo: é uma nação: reparai nessa nação: É o Brasil!”.<sup>252</sup> Assim como com a pátria, a nação é o povo e os militares.

<sup>250</sup> *O Soldado*, ano I, edição n. 6, de 1 de abril de 1881, p. 1.

<sup>251</sup> *O Soldado*, ano I, edição n. 7, de 5 de abril de 1881, p. 1.

<sup>252</sup> *O Soldado*, ano I, edição n. 18, de 13 de maio de 1881, p. 3.

No mesmo período, um correspondente da *Tribuna Militar*, em Ouro Preto, escrevia que “que não tenho partido... amo sobretudo a minha pátria e aos grandes vultos que a engrandecem ou a engrandeceram e sou adepto daqueles que por ela se sacrificaram e se sacrificam”.<sup>253</sup> Para o autor, a pátria figura como seu único interesse político. Sendo militar, seu respeito era devido aos homens que, como ele, se sacrificavam pela pátria. Em outra passagem do mesmo periódico, o redator considerava o soldado brasileiro o maior patriota entre todas as nações mundiais.<sup>254</sup> A justificativa, claro, repousava na ação de soldados brasileiros na Guerra do Paraguai, especialmente no episódio ali narrado que se passou em Curupaiti.

As assertivas na *Tribuna Militar* já não são tão contundentes ou tão frequentes e a razão pode estar em sua administração: a *Tribuna* era um periódico voltado para outros interesses, além da classe militar. Como referido em nosso segundo capítulo, entre textos militares, a *Tribuna* publicava também folhetins, notícias diárias do Rio de Janeiro e anúncios. Ainda assim, não escapou aos redatores da *Tribuna* que a pátria tinha, também, maus filhos: “Isso pode ser patriotismo para os maus filhos do país, para aqueles que pelos interesses de uma política desregrada não duvidam sacrificar a honra da pátria”.<sup>255</sup> Os políticos, portanto, eram uma classe disposta a sacrificar a sagrada honra da pátria.

Portanto, o principal objetivo dos redatores dos periódicos da segunda fase da imprensa militar parece ser construir a ligação entre a pátria/nação e a própria instituição militar. O discurso, ao longo do tempo, não parece possuir grandes variações, girando, principalmente, em torno de três ideias-chave, naquilo que concerne à pátria: a) o tributo de sangue é uma exigência da pátria; b) o amor do militar pela pátria o caracteriza como membro da instituição; c) é a instituição militar a única capaz de defender a pátria, logo, sua existência é necessária. No caso da nação, a percepção é política, ligada principalmente à compreensão da nação como ente político. Em alguns pontos, nação e pátria se encontram, sendo quase sinônimos, sobretudo em relação à ligação do Exército com a nação e a necessidade de sua defesa.

---

<sup>253</sup> *Tribuna Militar*, ano I, edição n. 8, de 28 de julho de 1881, p. 2.

<sup>254</sup> “Pode haver país no mundo que se ufane de ter bons soldados, valentes e resignados; porém, não de permitir aos que nenhuma excede em dedicação e amor à pátria ao soldado brasileiro”. *Tribuna Militar*, ano I, edição n. 27, de 2 de outubro de 1881, p. 3.

<sup>255</sup> *Tribuna Militar*, ano I, edição n. 17, de 28 de agosto de 1881, p. 2.

### 4.3 A classe militar e o abandono

Outra característica comum ao discurso de *ser* militar existente nos periódicos é a questão do abandono. A classe militar – e assim a própria instituição – é abandonada, sofredora e desmoralizada. O militar, portanto, deve compreender a situação de abandono da classe. Essa assertiva está presente em todos os periódicos, e contrasta com tantas outras características, que elevam a classe militar, não apenas em relação ao seu papel prático, mas também em relação ao seu papel moral. Outros adjetivos fazem parte do mesmo argumento: a classe militar é amesquinhada, é desvalida e, também, é vilipendiada. Todos estes adjetivos são facilmente encontrados pelo pesquisador, durante a leitura dos textos nos periódicos da segunda fase da imprensa militar. A questão do abandono é um dos elementos principais para a construção de um discurso que usa a classe política como elemento de oposição na formação de um discurso militar. O abandono e o sofrimento são consequência da ação política; mas o desprezo acaba por reforçar o discurso da honra e da conduta ilibada do militar. O abandono, torna-se assim, uma característica militar: é o abandono e o estado crítico da instituição que estimula os redatores a ingressarem na arena da imprensa. Para os redatores de *O Militar Briosso* (1855), o país já está acostumado a ver “a classe Militar sofrer em silêncio e estoicamente quanta casta de desprezo e prepotência se lhe tem atirado a face”.<sup>256</sup> Logo, o surgimento do periódico e sua existência na imprensa são justificados pelo sofrimento da classe militar.

O abandono, como característica, pode variar ao longo da leitura dos periódicos. Embora o abandono seja reconhecido por todos os redatores, suas causas, e mesmo seu significado, variam em cada periódico. Os redatores, influenciados pelo momento em que estão inseridos e pela própria formação individual, definem o abandono de forma diferenciada. Mas a origem é sempre a mesma: o abandono é fruto da política imperial, que não inclui a instituição militar entre suas prioridades políticas.

Essa é uma das prerrogativas para a existência de *O Soldado e o Marinheiro* (1869). O texto de apresentação do periódico tem, como objetivo, demonstrar como se tem amesquinhado a classe militar, que, assim como outras, empenha seus

---

<sup>256</sup> *O Militar Briosso*, ano I, edição n. 1, de 28 de fevereiro de 1855, p. 1.

esforços na manutenção das instituições e da liberdade. O autor, em seguida, cita vários soldados famosos da história: Atila, Gengiskan, Temístocles, Aníbal e também os mais recentes, como Napoleão Bonaparte, Nelson Miles e William Sherman. Para o autor, foram os soldados os fundadores de todos os Estados, desde os tempos primitivos até a Idade Moderna. Cita tantos outros nomes de soldados famosos como Carlos Magno, Clóvis e mesmo D. João I, na batalha de Aljubarrota. As referências não devem soar estranhas ao leitor: como vimos no segundo capítulo desta tese, o redator de *O Soldado e o Marinheiro* (1869) era lente da disciplina de História Militar no curso preparatório da Escola Militar. O autor conclui que foram os soldados e os marinheiros que descobriram e povoaram o Brasil e que, tingindo a terra com seu sangue, fizeram a independência do Império. Por que é então a classe militar tão abandonada?

E qual será a causa do abandono de uma classe que só é lembrada para morrer pela pátria e nunca para viver por ela? Será a deficiência de conhecimentos que a inabilita para as altas funções do Estado? Não, porque hoje os militares são perfeitamente instruídos não só nas ciências físicas e matemáticas, abstratas e aplicadas, senão também no direito e economia política; não, porque ela encerra em si todos os ramos da engenharia, da indústria, do comércio, das artes e da agricultura, em que se baseia o desenvolvimento material do país; não, porque das escolas central, militar e de marinha saem moços formados em letras e ciências, que são distintos representantes do nosso desenvolvimento intelectual; e, se atendêssemos à estatística, poderíamos asseverar que é ela uma das classes mais ilustradas e que contém as primeiras inteligências e notabilidades científicas e literárias.<sup>257</sup>

Portanto, para o autor está claro: por que a classe militar não merece respeito se é ilustrada? Aqui a comparação é velada, e refere-se, certamente, à relação com a elite ilustrada e política do Império. A argumentação básica do autor é: as classes militares possuem direitos pela prestação do serviço a que se encarregam, pela sua alta ilustração e, por último, pelo acerbado patriotismo que seus membros possuem. O abandono tem relação com uma questão moral e política.

---

<sup>257</sup> *O Soldado e o Marinheiro*, ano I, edição n. 1, de 9 de outubro de 1869, p. 1.

Em um texto intitulado “O Militar Desfeito”, um redator do periódico *O Militar Briosso* (1855) queixava-se da “triste contingência em que se vê o Militar de brio e cômulo dos seus deveres” relegado à falta de estima e consideração que “à classe Militar não tem sido outorgada pelo poder executivo do Estado”.<sup>258</sup> O próprio título do texto já induz o leitor ao assunto principal da matéria: a situação ultrajante a que são submetidos os militares brasileiros. O texto trata da transferência do coronel Tamarindo, acusado de não cumprir ordens que lhe foram dadas. A transferência, sugere o autor, foi motivada por razões políticas, e indica, por si só, os mandos e desmandos do poder político ao qual os militares estão submetidos. O militar, para o redator, mesmo ultrajado, não pode “compadecer com atos ilegais, e com uma época de corrupção”. A justificativa repousa na honra, característica intrínseca do militar.

Em outro texto, cujo título é “Os Militares honrados desprezados”, o autor constata que todas as administrações têm feito do poder uma fonte para atender aos interesses privados dos homens da política. “Nos governos despóticos são os homens que governam; nos governos moderados são as leis. O nosso que deve ter as qualidades do segundo só pratica os abusos do primeiro. Em todos os governos são premiadas as boas ações e castigado o vício, no nosso pratica-se o contrário”.<sup>259</sup> Segue dando o exemplo do caso do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro. Durante a administração de Manoel Felizardo como Ministro da Guerra, foi descoberto um caso de corrupção no Arsenal. A responsabilidade, à época, foi atribuída ao secretário geral José Maria da Silva Bittencourt, um militar honrado e ilibado, de acordo com o redator. Bittencourt é então acusado de corrupção, e demitido de seu cargo. Para o autor, na época Bittencourt já era alguma coisa “quando o Sr. Manoel Felizardo nada era”.<sup>260</sup> Recorrendo à justiça, Bittencourt provou em nada estar envolvido com os indícios de corrupção no Arsenal. O escândalo terminou da pior forma possível: Manoel Felizardo continuou ministro da Guerra e Bittencourt teve que provar perante a justiça não estar relacionado ao roubo. O desprezo, referido no título, tem relação com a acusação descabida de Bittencourt, e a não responsabilização de Manoel Felizardo; a honra é o nobre sentimento que não permite ao militar uma conduta imoral. À guisa de conclusão, finaliza o autor:

---

<sup>258</sup> *O Militar Briosso*, ano I, edição n. 2, de 7 de março de 1855, p. 3.

<sup>259</sup> *O Militar Briosso*, ano I, edição n. 7, de 11 de abril de 1855, p. 3.

<sup>260</sup> Bittencourt era militar e político, havia sido entre 1850 e 1852 diretor do Arsenal de Guerra da cidade do Rio de Janeiro. Na década de 1870 foi comandante da Escola Central, falecendo em 1875.

O Sr. Manoel Felizardo continuou a ser ministro e quando deixou de o ser foi pelo Sr. Conselheiro Pedreira nomeado diretor geral das terras, com mais esses quatro contos de réis, e foi promovido por merecimento, pois não foi de pequeno merecimento o que ele fez no arsenal de guerra. Felizmente o Sr. Bittencourt ficou com o mesmo conceito de homem honrado e honesto.<sup>261</sup>

A honra e a honestidade contrastam com a corrupção e a política de privilégios do período; o desprezo e o abandono, no entanto, não são capazes de ferir a conduta militar. O abandono é medido aqui pelas circunstâncias morais, ligadas à questão da honra e da conduta militar.

Já na segunda edição de *O Militar Briosso* (1855), um texto chega à conclusão de que o abandono da classe ocorre porque os militares são “arredados da gerência dos negócios públicos e raramente se acham em posição de promover o bem-estar da classe, de imprimir-lhe aquela importância que lhe é inerente, finalmente, de salvar o Exército do abatimento a que o votaram.”<sup>262</sup> Logo, é a “negligência de quem dirige os negócios públicos, a nenhuma responsabilidade da administração pelo desprezo da lei, são as principais causas do nosso estado presente”.<sup>263</sup>

O quadro abaixo sintetiza a quantidade de adjetivos que podem acompanhar a questão do abandono. Todas as assertivas têm, como origem, os quadros sinóticos produzidos após o fichamento dos periódicos e anexados ao apêndice metodológico no final do trabalho. As críticas são mais severas durante a década de 1850. Como vimos no capítulo anterior, tanto *O Militar* (1854) quanto *O Militar Briosso* (1855) foram publicações bastante críticas em relação à questão política – e mesmo à questão do discurso militar como um todo. Esses periódicos ganham destaque dentro de uma lógica analítica que considera o período de 1850 como primordial para a formação do discurso sobre o que é ser militar, baseado nas analogias e na oposição.

<sup>261</sup> *O Militar Briosso*, ano I, edição n. 7, de 11 de abril de 1855, p. 3.

<sup>262</sup> *O Militar Briosso*, ano I, edição n. 2, de 7 de março de 1855, p. 3.

<sup>263</sup> *O Militar Briosso*, ano I, edição n. 3, de 14 de março de 1855, p. 4.



Quadro 14 - O "abandono" nos periódicos militares da segunda fase.

<b>O Militar (1854-1855)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Vive no abandono e na orfandade;</li> <li>• É esquecida de forma criminoso;</li> <li>• A Classe militar está esquecida, abandonada e menoscabada desde 1831;</li> <li>• É mal pago, mal vestido, mal nutrido e por fim esbordado, em contraposição ao juramento de verter seu sangue em prol das instituições fundamentais do país;</li> <li>• Possui um uniforme que em toda a parte infunde respeito e consideração, mas que no Brasil anda associado a ideia de miséria e aviltamento;</li> </ul>
<b>O Militar Brioso (1855)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A Classe Militar sofre em silêncio e estoicamente;</li> <li>• A Classe é infeliz;</li> <li>• Classe desventurada;</li> <li>• É uma classe infortunada;</li> <li>• É tratada com desprezo e indiferença;</li> <li>• A Classe Militar é tratada com desprezo e submetida à nudez, à fome e ao frio;</li> <li>• A Classe Militar é vítima constante de injustiças;</li> <li>• A Classe Militar é constantemente amesquinhada;</li> <li>• O soldado é olhado como o homem mais ínfimo da sociedade;</li> <li>• A condição de soldado brasileiro é pior do que a de cativo;</li> </ul>
<b>Indicador Militar (1862)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Espera, num futuro próximo, ter a consideração do governo e a estima da sociedade;</li> <li>• O Exército é sofredor;</li> <li>• É um receptáculo de criminosos que desonram a classe;</li> <li>• Não possui a devida consideração no país;</li> </ul>
<b>O Soldado e o Marinheiro (1869)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• É uma classe desvalida e amesquinhada, senão vilipendiada;</li> <li>• O militar é em nosso país como médico no lar doméstico; só nos momentos angustiosos é acariciado e mimoseado;</li> </ul>
<b>O Soldado (1881)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O Exército brasileiro é cheio de uma tradição gloriosa, de um valor e patriotismo que se tem tornado proverbial e acha-se completamente aniquilado;</li> <li>• A classe é amesquinhada.</li> </ul>
<b>A Tribuna Militar (1881-1882)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A Classe militar não tem preponderância no país, e desceu à mais mesquinha posição;</li> <li>• A classe é anarquizada e coagida.</li> </ul>

FONTE: a autora (2014)

Pelo quadro, é possível perceber que as assertivas mais contundentes estendem-se pelos anos 1850; mas é possível perceber também que, em geral, as

assertivas são similares: a classe militar é amesquinhada, por exemplo, para os redatores de *O Militar Brioso*, de *O Soldado e o Marinheiro*, e também para os redatores de *O Soldado*. As razões para essa constatação variam de acordo com o período histórico: para os redatores dos anos 1850, a classe é amesquinhada porque o sistema de promoções não funciona adequadamente; para o redator de *O Soldado e o Marinheiro*, escrito nos anos 1860, a classe tem esta característica por viver sob o monopólio do poder exclusivista da classe política; e para os redatores de *O Soldado*, é amesquinhada porque os governos não cumprem as suas promessas. O abandono, portanto, pode ser vislumbrado a partir de uma série de prerrogativas pelos redatores dos periódicos.

Em *O Soldado* (1881), o redator adverte que “os brios de uma classe injustamente amesquinhada não desapareceram: dia por dia mais se alimentam dos rigores da ingratidão, até que chegue a hora de tocar o clarim da reivindicação dos direitos”.<sup>264</sup> Esta publicação tem, no entanto, um caráter diferenciado: era composta, principalmente, por membros do corpo de Voluntários da Pátria que haviam servido na Guerra do Paraguai. A característica do abandono, para estes homens, estava ainda mais próxima: os redatores referem-se a todo momento às promessas não cumpridas do governo imperial, principalmente em relação ao auxílio de veteranos e do próprio corpo de Voluntários da Pátria.

Já na primeira edição deste periódico, o autor argumenta que as reformas e os regulamentos são mitos, utilizados por todos os governos para ludibriar, enquanto as classes que são nobres pelo serviço prestado à pátria ficam esquecidas: “nos iludem com promessas hipotéticas para garantirem a sua estabilidade, com a força de nossas armas. Reconhecem a nossa utilidade e calcam os nossos interesses. Somos, finalmente, uma classe olhada com o indiferentismo de todos”.<sup>265</sup> O caráter do indiferentismo está ligado ao abandono do Corpo de Voluntários.

Em *O Soldado*, existe uma coluna intitulada “O Soldado ao Imperador”, publicada em diversas edições, e sem autoria definida. A coluna tem por objetivo fazer conhecer as demandas dos Voluntários da Pátria – e da própria classe militar, através de cartas endereçadas a D. Pedro II. O Imperador parece ser, para os redatores, uma

<sup>264</sup> *O Soldado*, ano I, edição n. 5, de 29 de março de 1881, p. 1.

<sup>265</sup> *O Soldado*, ano I, edição n. 1, de 13 de março de 1881, p. 1.

figura mítica, que “tudo pode e manda”.<sup>266</sup> Para os redatores, pedir a D. Pedro significa ainda ter esperanças: “É um alívio, senhor, para aqueles que sofrem, ter ainda a esperança de um salvatério”.<sup>267</sup> A carta é escrita em tom de angústia e pedido: “Quantas misérias encobrem as telhas de um quartel e as cobertas de um navio de guerra! Quantos dissabores estão ocultos nos galões de muitos oficiais! Todos, senhor; todos, além de mal remunerados, são vítimas de injustiças!”. O tom da carta é também de alerta; acusa a opulência da Corte imperial e dos nobres que ocupam seus lugares na política, em prol da pobreza do soldado: “Que afronta a dignidade dos que sofrem! Tanta riqueza em uma corte, que tem por sustentáculo a miséria fardada com luxo!”.<sup>268</sup>

Mas as esperanças não devem ser confundidas com apreço ou mesmo uma fiel devoção ao Imperador: em uma carta sobre os problemas militares brasileiros comenta o redator que D. Pedro II não é “um tirano (...) sois antes um bonachão. E é por isso que sofrem os vossos soldados e voluntários que defenderam a pátria no campo da honra”.<sup>269</sup>

O tom das cartas vai se tornando cada vez mais radical, ressaltando sempre a questão do abandono da classe militar. Em diversas passagens diferentes, o redator dá conselhos a D. Pedro, e, não raro, os conselhos tornam-se sérias advertências. Em uma das cartas, o redator aconselha que o Imperador se afaste dos aduladores que desejam saciar apenas suas próprias ambições. E faz ainda uma previsão para D. Pedro: “preveni-vos, alguma coisa vos pode surpreender no final deste reinado”.<sup>270</sup> Em outro momento, ao final da carta, conclui o redator que quando não se dá a devida atenção àquele que sofre “o cordeiro torna-se leão: a vítima devora o algoz”.<sup>271</sup>

A sétima carta parece ser a mais grave: o Império, na opinião do redator, está saturado de discórdias, desde as classes mais altas até a ínfimas camadas da sociedade. A corrupção dos corpos políticos é consequência da própria política imposta pela casa imperial, e se faz necessária uma nova organização política. Para o redator, “é mister uma nova organização. É preciso inocular-se nas veias do povo

---

<sup>266</sup> *O Soldado*, ano I, edição n. 2, de 18 de março de 1881, p. 1.

<sup>267</sup> *O Soldado*, ano I, edição n. 2, de 18 de março de 1881, p. 1.

<sup>268</sup> *O Soldado*, ano I, edição n. 2, de 18 de março de 1881, p. 1.

<sup>269</sup> *O Soldado*, ano I, edição n. 3, de 22 de março de 1881, p. 1.

<sup>270</sup> *O Soldado*, ano I, edição n. 4, de 25 de março de 1881, p. 1.

<sup>271</sup> *O Soldado*, ano I, edição n. 5, de 29 de março de 1881, p. 1.

um sangue mais alentado e puro, que não tenha a gangrena de um cancro dinástico, nem as fezes de um corpo corroído pelo vício”.<sup>272</sup> O autor sentencia que as renovações são uma característica intrínseca das sociedades modernas, portanto, não pode a sociedade permanecer estacionária. Adverte que as grandes renovações derrubam tradições antigas, plantando novas instituições e novos costumes.

As constatações de abandono da classe militar, em *O Soldado* (1881), têm como pano de fundo a situação dos Corpos de Voluntários da Pátria, que serviram durante a Guerra do Paraguai. A mobilização de voluntários para a guerra foi uma necessidade imposta pelas circunstâncias ao Estado imperial. O parco efetivo do Exército e da Marinha não dariam conta, jamais, de enfrentar o moderno exército paraguaio de Lopes. A necessidade obrigou o Estado imperial a jogar com os interesses privados e regionais, de maneira a ganhar sua adesão para o esforço de mobilização.

Promessas pecuniárias foram feitas pelo gabinete imperial aos homens que incorporassem os corpos de Voluntários da Pátria, sobretudo através da lei específica de criação do corpo, o Decreto nº 3.371, de 7 de Janeiro de 1865.<sup>273</sup> O objetivo era atrair para as fileiras do Exército setores da população que até então estavam à margem do recrutamento militar. Entre as principais promessas que a lei ofereceria, estava a gratificação pela baixa, ao final da guerra, a possibilidade de ganhar terras em colônias agrícolas, o direito de empregos públicos e a pensão – se inválido ou morto em combate, para a família.

No entanto, as dificuldades em conseguir voluntários permaneciam, mesmo com os benefícios do decreto. Diante das dificuldades, o decreto foi estendido até o fim da guerra, e os benefícios do Corpo de Voluntários foram igualados também para os corpos da Guarda Nacional. Para Wilma Costa, “a extensão dos privilégios do voluntariado não era, porém, apenas um disfarce. Ela era uma expressão da dificuldade do Estado em mobilizar os cidadãos, na ausência de instrumentos que garantissem a monopolização da violência”.<sup>274</sup>

---

<sup>272</sup> *O Soldado*, ano I, edição n. 6, de 1º de abril de 1881, p. 1.

<sup>273</sup> O decreto completo pode ser consultado em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3371-7-janeiro-1865-554492-publicacaooriginal-73111-pe.html> Acesso em 16/12/2014.

<sup>274</sup> COSTA, Wilma Peres. *A espada de Dâmocles: o Exército, a guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo: HUCITEC, 1996, p. 236.

As promessas do decreto lei de criação do corpo de Voluntários da Pátria nunca foram cumpridas: antes do final da guerra, em todas as províncias, era possível encontrar veteranos esmolando nas ruas e pedindo caridade. Na Bahia, já em 1867, a imprensa noticiava a situação calamitosa de veteranos, entregues a pobreza e a própria sorte.<sup>275</sup> Em geral, eram os veteranos inválidos, feridos permanentes do campo de batalha ou detentores de moléstias incuráveis que grassavam pelos campos do Paraguai. O abandono, nos anos de 1880, tem bastante relação com a questão do corpo de Voluntários da Pátria, portanto.

As críticas mais sérias em relação ao papel de D. Pedro II ficarão mais evidentes – e mais sérias – somente nos anos 1880. É um erro supor continuidade do discurso de insatisfação como sendo o mesmo desde 1850, como sugere John Schulz, através da análise dos periódicos *O Militar* (1854) e *O Soldado* (1881).<sup>276</sup> Como demonstrado aqui, a insatisfação e o discurso contundente em *O Soldado* têm bastante relação com a situação do Corpo de Voluntários da Pátria.

O abandono, no entanto, não é uma prerrogativa somente da classe militar. Em determinado artigo, o redator de *O Militar* (1854) compreende que os interesses políticos são negativos também para as classes produtivas e servidoras do Estado: “classes produtoras e servidoras tem sido sacrificadas à vontade absoluta, ao domínio repugnante. É uma daquelas que, para dominar, tem corrompido todas as consciências, desvirtuando todas as inteligências”.<sup>277</sup> O abandono, portanto, seria consequência de uma mal intencionada política que acabava por favorecer somente os interesses da classe política: “No nosso país não há economia para o que diz respeito a esta classe bem conhecida”.<sup>278</sup>

Para o autor, a classe militar é despojada de seus interesses, porque apenas uma classe age monopolizando o governo e os canais políticos:

---

<sup>275</sup> RODRIGUES, Marcelo Santos. *Os (in)voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. A participação da Bahia no conflito. Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação de História da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2001, p. 82.

<sup>276</sup> “Tal como *O Militar* nos anos cinquenta, a imprensa militar da década de 80 defendia a abolição, a imigração, a construção de ferrovias e a proteção da indústria. Os oficiais lamentavam que o Brasil, em vez de expandir suas indústrias, estivesse se desindustrializando”. SCHULZ, John. *O Exército na Política*. Origens da Intervenção Militar (1850-1894). São Paulo. EDUSP, 1994, p. 87, sobretudo, capítulos 2 e 4.

<sup>277</sup> *O Militar*, ano I, edição n. 3, de 12 de agosto de 1854, p. 2.

<sup>278</sup> *O Militar*, ano I, edição n. 3, de 12 de agosto de 1854, p. 2.

Eis aí porque a Classe Militar e todas as outras se acham despojadas de tudo, colocadas em falsa posição, arrastando a vida na obscuridade, exausta de tudo, até do necessário, enquanto que aquela – a dominadora, vive vida fausta, cômoda, brilhante, que lhe granjeara o egoísmo, o monopólio, a usurpada influência e o criminoso exclusivismo.<sup>279</sup>

Surge aqui, novamente, a antítese de tudo: a obscuridade contrasta com a influência e o exclusivismo, a falta até do necessário contrasta com o fausto de vida das camadas públicas da sociedade: “Já em outra parte mostramos que em geral o ser soldado no Brasil não era uma carreira; porém o mesmo não acontece com o Oficial; para este o mister das armas é uma carreira, como o é a magistratura, o magistério, a advocacia, o comércio e a política entre nós”.<sup>280</sup>

Outro elemento que tem relação com a característica do abandono é a meritocracia. Embora a meritocracia possa ser vista como uma característica militar, ela deve ser entendida como uma demanda, e não como uma característica nos periódicos aqui analisados. Os redatores dos diversos periódicos são capazes de compreender a meritocracia como um elemento relacionado à organização – e mesmo à existência – da classe militar, mas imputam seu insucesso dentro e fora da instituição à questão política. Ou seja, os redatores reconhecem que, mesmo dentro da instituição militar, a meritocracia não é respeitada. Adquire assim aspectos de demanda para os redatores: é necessário instituir a meritocracia pelo bem público e pelo bem da organização política e militar. É assim que os autores compreendem o processo e ajustam suas demandas. Exemplos ao longo da leitura dos periódicos não faltam: diversas são as passagens sobre promoções preteridas, sobre a falta de reconhecimento através da nomeação em comissões, e mesmo na distribuição das mercês e graças honoríficas imperiais.

O não cumprimento ou a própria falta de meritocracia fora e dentro da instituição militar é justificada também pelo discurso do abandono: ou seja, o abandono a que os militares estão submetidos é tão grande, que alguns símbolos – como as condecorações e os títulos militares – são concedidos a todos que solicitam, sejam merecedores ou não. É assim que textos com sugestivos títulos como “O Militar

---

<sup>279</sup> *O Militar*, ano I, edição n. 4, de 26 de agosto de 1854, p. 2.

<sup>280</sup> *O Militar*, ano I, edição n. 4, de 26 de agosto de 1854, p. 2.

desfeito”, “Os Militares espoliados” e o “Exército brasileiro caluniado” tanto chamam para esta questão.

Em *O Militar Brioso* (1855), por exemplo, certo texto sobre questões políticas levanta a questão da meritocracia. Faz referências aos “homens das graças honoríficas” ao Estado que, rumando para a corrupção, deixa de empregar indivíduos competentes para empregar pelo favor, pelo personalismo e pela adulação:

(...) obriga a conduzir o carro do Estado ao abismo da corrupção em que o talento real e útil morre de desânimo e de fome, para ser substituído pela mediocridade que cumprimenta, afaga, lisonjeia e importuna, mas que visitando à noite goza a honra de tomar chá nas xícaras dos Srs. Ministros.<sup>281</sup>

O texto faz uma crítica direta ao Ministro do Gabinete do Império, Honório Hermeto Carneiro Leão, Marques do Paraná. Critica também outros políticos que, ocupando cargos públicos, demonstram sua inabilidade para lidar com os negócios do país.

Na edição n. 8 de *O Militar Brioso* (1855), um atento leitor envia uma correspondência ao redator que é por ele publicada. A indignação do leitor é esclarecedora sobre a relação da meritocracia como uma demanda e como uma virtude corrompida pelo poder político. Para o leitor, os postos militares servem para:

Recompensar serviços meramente políticos ou civis. Assim é que se tem introduzido o abusivo sistema de dar-se acesso a militares que sem serviço algum militar, pelo simples fato de haverem sido presidentes de províncias, Ministros ou terem assento em uma das duas câmaras, são considerados dignos das promoções que a bondade do Monarca ou a prepotência do Ministro e a escandalosa proteção e infração de lei, por parte do governo, lhes apraz conceder.<sup>282</sup>

Para o autor, nada é respeitado: nem a antiguidade, nem o tempo de serviço nos corpos na hora da promoção: “(...) atende-se somente ao patronato ou a serviços

<sup>281</sup> *O Militar Brioso*, ano I, edição n. 8, de 21 de abril de 1855, p. 1.

<sup>282</sup> *O Militar Brioso*, ano I, edição n. 8, de 21 de abril de 1855, p. 7.

de outra natureza que não militares, entre os quais figuram os eleitorais”.<sup>283</sup> Ou seja, o merecimento aqui se opõe às preferências pessoais, que acabam pesando mais que a meritocracia. Em outro trecho, o leitor é ainda mais contundente em sua carta:

(...) bem como tem-se feito também um uso abusivo do merecimento pois que oficiais de verdadeiro mérito, de serviços reconhecidamente importantes e valiosos tem-se visto esquecidos, enquanto que outros há que não tendo legitimo direito à farda de combatentes que vestem e tendo-se tornado celebres pelos seus atos praticados nos cofres nacionais, têm sido promovidos por merecimento (...) é duro que isso suceda e que o governo feche os olhos aos atos praticados no Arsenal de Guerra e reconheça merecimento no seu autor para promove-lo como ultimamente, mérito esse que ainda conservará e pelo qual muito breve será escolhido oficial general.<sup>284</sup>

O leitor refere-se, nesta passagem, ao ex-ministro da pasta de Guerra Manoel Felizardo de Sousa e Melo. O ex-ministro esteve à frente da pasta de guerra entre os anos de 1849 e 1853, e foi bastante criticado pelos redatores de *O Militar Brioso*, conforme exploramos no segundo capítulo deste trabalho. Sousa e Melo que, não sendo militar de formação, ganhou título honorário de capitão por ser lente da Escola Militar, galgou vários postos na instituição, até chegar a Ministro da Guerra. O texto faz ainda referência ao caso do Arsenal de guerra (“pelos seus atos praticados nos cofres nacionais”) e ao fato de Sousa e Melo ter sido promovido quando destituído do cargo de ministro (“tem sido promovidos por merecimento”). Sim, a referência é direta ao caso do Arsenal da Guerra e do envolvimento de Sousa e Melo.

As condecorações honoríficas do Estado Imperial brasileiro eram também inseridas na questão do abandono. Até neste quesito os militares eram abandonados e desprezados, na opinião da maior parte dos redatores. Em *O Militar Brioso* (1855), uma passagem lembra que aqueles que receberam títulos e distinções foram os amigos afeiçoados dos ministros, os bajuladores, os desonrados e os que não mereciam:

Entretanto, os verdadeiros servidores da nação ficaram à margem, não foram atendidos! O Exército mesmo, ainda desta vez, se viu esquecido; e se um ou outro Militar figura na relação dos agraciados

<sup>283</sup> *O Militar Brioso*, ano I, edição n. 8, de 21 de abril de 1855, p. 7.

<sup>284</sup> *O Militar Brioso*, ano I, edição n. 8, de 21 de abril de 1855, p. 8.



no dia 14 de março, isto parece ter tido lugar para tornar mais saliente a preferência que se dá aos indivíduos sem serviços mas que tem protetores, quando concorrem com os verdadeiros servidores do Estado.<sup>285</sup>

Como conclusão, este oficial acredita que a classe armada é amesquinhada e só quando os políticos dela necessitam procuram, submissos, o seu serviço. Tão logo resolvido o problema, voltam a desprezar e rebaixar a classe. O autor assina com a alcunha de *O Estacionário*, provavelmente uma referência ao longo período em que o oficial se encontra sem nenhuma promoção. Muito provavelmente, um oficial do corpo de Estado Maior.

Os redatores de *O Militar* (1854) também foram críticos em relação às comendas imperiais:

Qual dentre nós colocará sobre sua farda um hábito, uma comenda, que no momento de aparecer em público se não lembre com magoa que em outros peitos em que talvez jamais se abrigasse um sentimento puro, irá encontrar as mesmas condecorações outorgadas pela perigosa condescendência dos governos à baixeza dos que, impávidos, ostentam a força de seus protetores? (...) O que desejamos, é que se acabe com esse revoltante abuso, em virtude do qual todos se julgam no caso de usar dos uniformes dos soldados da pátria: bem alto o dizemos: não queremos confundir-nos com as baixas classes, que, ridicularizando a farda, pregam em seus punhos os galões que lhes apraz.<sup>286</sup>

A todo momento aquilo que justifica a ação dos redatores é a necessidade de criar um discurso de si. Mesmo ao tratar do abandono, das graças honoríficas ou dos problemas enfrentados pela instituição, os redatores acabam por reforçar um discurso que volta, invariavelmente, a caracterização da profissão militar. Um artigo em *O Militar* questiona já no título inicial: “*Qual a nossa importância?*”. A argumentação do autor está baseada no prestígio inerente à existência da classe militar. O texto não questiona exatamente a função da instituição, como leva a crer o título, mas interroga, a partir da questão do prestígio e da honra, cujo símbolos maiores são o uniforme militar e as comendas militares. O redator pergunta quais militares irão ostentar uma

<sup>285</sup> *O Militar Briosso*, ano I, edição n. 8, de 21 de abril de 1855, p. 3.

<sup>286</sup> *O Militar*, ano I, edição n. 2, de 20 de Julho de 1854, p. 4.

comenda no peito, que receberam pelo sacrifício efetuado, quando outros ostentam a mesma comenda sem nunca terem efetuado os mesmos sacrifícios? Não basta apenas que o militar se diferencie das outras classes da sociedade pela sua função e pelo seu código de honra, são necessários símbolos externos, que identifiquem sua profissão. Tais símbolos não devem ser ostentados ao título de prêmio ou concessão por serviços que não representem o sacrifício maior ao bem da pátria. A falta de caracterização da classe militar para o autor só pode ter como significado o abandono ao qual a classe é continuamente exposta. Para o autor, a definição do que é *ser militar* tem relação, invariavelmente, com estes símbolos:

O que é o Militar? É a honra, a fidelidade, o desinteresse. Como se manifesta essa honra, essa fidelidade, esse desinteresse no público? Pela singularidade nos seus uniformes, que, denotando-lhe a profissão, fazem-no respeitar, pelas condecorações que lhe brilham no peito e que o apontam como um homem a quem a pátria deve gratidão. Pois bem: tirai-lhe esses sinais que o caracterizam, confundido com essas baixas classes, que no Militar se extinguirá o amor a esse uniforme, que faz a sua glória, que contém sua riqueza, e vereis o Exército sem a consideração que lhe é devido, marchar rápido para seu ocaso.<sup>287</sup>

O discurso é capaz de unir todos os elos da ligação: a honra, a pátria, o abandono e o mérito. São esses os símbolos que distinguem o profissional das armas do homem comum, sobretudo do homem político.

A meritocracia é entendida pelos redatores dos periódicos, ao longo do tempo, de duas formas distintas: primeiro, quando ela é derivada de formação específica, que reserva ao detentor de um título acadêmico ou conhecimento formal o acesso às comissões e aos cargos públicos, como consequência própria da sua formação; segundo, quando o mérito é derivado da própria situação de sacrifício a que o candidato está ligado, tendo ligação direta com uma característica intrínseca da situação. Neste caso, o mérito deriva do sacrifício, como consequência desta relação. É o caso das aspirações meritocráticas do corpo de Voluntários da Pátria, por exemplo.

---

<sup>287</sup> *O Militar*, ano I, edição n. 2, de 20 de Julho de 1854, p. 4.

A questão da meritocracia tem também forte relação com o fazer político imperial, percebido pelos redatores. É assim que, novamente, em *O Militar Brioso* (1855) o redator faz uma crítica à meritocracia, e, como decorrência, ao fazer político imperial. As críticas, duras e contundentes, retomam a questão da corrupção, do patronato e do desmerecimento na escolha dos cargos públicos. Para o redator, “a mediocridade mais de uma vez foi acolhida ou procurada como precisa para alguns *exercícios políticos*, e a desordem moral não tardou em aparecer imperativamente, onde a imprudência colocou qualquer dessas mediocridades (...)”.<sup>288</sup> Em seguida, continua o autor, relatando a falta da meritocracia na escolha dos cargos políticos: “A mediocridade tem sido preferida com grande superioridade de número aos verdadeiros talentos, aos que estudam sacrificando-se em prol de seus compatriotas, do bem estar comum e das venturas da pátria (...)”.<sup>289</sup> Para o redator tais problemas, além de serem políticos, são consequências do próprio fazer político imperial, regulado pelo patronato, cuja exigência maior para uma carreira política repousa sobre a capacidade de relacionamentos interpessoais:

O patronato, o miserável patronato, aniquilador de todo o progresso, o assassino do talento que desabrocha sem a sombra do poderio ministerial é o maior inimigo com que tem de lutar todos os cidadãos a quem a corte não fez nascer no regaço do veludo e da riqueza. (...) E viva a mediocridade que salva a pátria das *ímpias* garras dos homens da ciência, dos artistas e poetas....<sup>290</sup>

O trecho é irônico e crítico ao mesmo tempo: ao saudar o patronato como salvador da pátria – de quem a premência das ligações pessoais são a maior importância, e não a inteligência e o mérito, o autor subverte a lógica, ao propor o afastamento dos homens da ciência e dos artistas do fazer político. Ironizando esta relação, o redator confere seu tom de criticidade e percepção sobre a política imperial do período, considerada medíocre e imoral.

<sup>288</sup> *O Militar Brioso*, ano I, edição n. 11, de 18 de maio de 1855, p. 1.

<sup>289</sup> *O Militar Brioso*, ano I, edição n. 11, de 18 de maio de 1855, p. 1.

<sup>290</sup> *O Militar Brioso*, ano I, edição n. 11, de 18 de maio de 1855, p. 2.

Em *O Militar*, a questão do mérito também não escapa aos redatores. Em um texto sobre a organização do Exército, o redator faz ainda um apelo à valorização do mérito na sociedade, fazendo uma comparação com a Europa:

Deve lembrar-se igualmente que só depois que o mérito foi atendido nas Nações de que falamos, elas se elevaram; e que em quanto o exclusivismo de uma classe pesou sobre elas, o regresso com todo o seu cortejo de corrupção e desmoralização os fez recuar séculos. Ela deve moralizar a viva lição que recebeu a Inglaterra em 1649 e a França em 1789: só o exclusivismo e a identidade do que entre nós existe seriam elementos capazes de produzir esses dois cataclismos sociais; e a história que nada esquece, e o filósofo que nada perde, tornaram esse exclusivismo responsável de todos os crimes cometidos nos regicídios de Carlos I e de Luís XVI e dos rios de sangue de 1793.<sup>291</sup>

O mérito, para o autor, é o contrário do exclusivismo: este exclusivismo tem relação com as nomeações políticas efetuadas pelos políticos e parlamentares do Império, com os cargos em comissões militares e até com a hierarquia militar, quando promoções de oficiais eram preteridas ou esquecidas de forma proposital. Em outro trecho, um redator entende que “enquanto existir entre nós o exclusivismo, sistematizado e estabelecido pelos senhores legistas, enquanto o ser legista e o patronato forem os únicos merecimentos para tudo, asseguramos-lhe que tal esperança será uma ilusão”.<sup>292</sup> O exclusivismo, portanto, é uma característica reconhecidamente negativa, e atrelada aos políticos do Império.

Embora a meritocracia seja uma demanda – e não uma característica bem definida, como argumentado anteriormente, ainda assim os redatores procuram estabelecer um discurso entre o positivo e o negativo. O exclusivismo é prejudicial, porque, além de desconsiderar o mérito, ele também não permite o acesso de outros grupos ao poder. Esta é uma das teses centrais dos redatores de *O Militar* (1854): o exclusivismo impede que os outros grupos sociais sejam favorecidos, no âmbito da política:

Srs. Becas inimigos da lei de *incompatibilidades*, dizendo o contrário dizem: “O Exército é o pinhal do governo” mas quem é o governo há trinta anos? Sois vós, unicamente vos, que excluístes todas as outras

<sup>291</sup> *O Militar*, ano I, edição n. 6, de 30 de Setembro de 1854, p. 3.

<sup>292</sup> *O Militar*, ano I, edição n. 7, de 26 de outubro de 1854, p. 2.

classes, somente em proveito de vossas pessoas, e não tendes feito o menos benefício ao país.<sup>293</sup>

Mas qual seria o oposto destas relações, na opinião dos redatores militares? Algumas pistas são dadas ao longo dos textos aqui analisados. Em um texto publicado em *O Militar* (1854), o redator entende uma sociedade perfeita a partir dos princípios do patriotismo, da virtude e da glória pessoal, em oposição à opulência. As características positivas esperadas são, invariavelmente, características do código de honra militar, do *ser* militar:

Em uma sociedade em que todos tenham igual interesse na causa pública; em que o patriotismo tenha chegado a ponto de fazer o sentimento do bem geral sobrepujar o do bem particular; em que o egoísmo seja um crime e a dedicação uma virtude; em que os serviços sejam recompensados e o crime unido; em que a glória e não o ouro seja o incentivo dos caracteres.<sup>294</sup>

Também na *Tribuna Militar* (1881), encontramos essa comparação. Para um redator, um perfeito partido político, operando com precisão e energia, deveria manifestar uma intensa disciplina, além de uma “consciência perfeita da sua missão patriótica e da sua responsabilidade política”.<sup>295</sup> Para o redator, a consciência patriótica só poderia ser fortificada “pela fé nos princípios, pela retidão na conduta e pela intuição do seu dever cívico”.<sup>296</sup> Ora, os elementos necessários para se formar um perfeito partido político nada mais são do que elementos que caracterizam o discurso militar, encontrados a todo tempo nos periódicos. O amor cívico, a retidão e uma conduta moral elevada são elementos que caracterizam o discurso militar. Logo, os elementos positivos militares são os elementos perfeitos para o bom andamento da política e, por consequência, do país.

Em *O Militar Briosso* (1855), um redator, ao escrever o obituário do Tenente Coronel Dr. Joaquim José de Oliveira, asseverava que “não foi o patronato que o elevou a esse lugar de honra, não, senhores: foram provas, provas muito exigentes

<sup>293</sup> *O Militar*, ano I, edição n. 7, de 26 de outubro de 1854, p. 2.

<sup>294</sup> *O Militar*, ano I, edição n. 7, de 26 de outubro de 1854, p. 4.

<sup>295</sup> *Tribuna Militar*, ano I, edição n. 42, de 24 de novembro de 1881, p. 2.

<sup>296</sup> *Tribuna Militar*, ano I, edição n. 42, de 24 de novembro de 1881, p. 2.

que lhe aquilataram os grandes merecimentos”.<sup>297</sup> Ou seja, o contrário das influências negativas do patronato era o merecimento; porque o lugar de honra que era ocupado por Joaquim de Oliveira havia sido conquistado pelos intensos esforços intelectuais. Embora a instituição fosse abandonada e amesquinhada, na opinião dos redatores, o lugar de honra que ocupava pelo mérito se configurava em prestígio, em termos de honra e merecimento.

O periódico *Alvorada*, em 1879, dedica uma série de artigos às “causas do desprestígio da instituição militar no Brasil”. O redator argumenta, com base na história do país, a favor das necessidades de se manter a força armada pronta para o conflito, numerosa e equipada. Relembra as guerras do período regencial, e ainda os tumultos ocasionados pela tentativa de colocar em uso a lei do sistema métrico, em 1872, sobretudo nas províncias do norte.<sup>298</sup> Qual é a instituição que consegue debelar tais conflitos? O autor cita a Guarda Nacional, mas adverte que o governo não pode confiar em seus serviços, porque a Guarda esteve ao lado dos revoltosos em diversos conflitos regenciais. A intervenção do Exército, na opinião do autor, restitui as riquezas do Estado, e garante a conservação da integridade territorial do Império. Portanto, não pode o Exército ser abandonado, como é, pelo governo Imperial. Para o redator, “os legisladores no Brasil mantêm esse desprestígio do exército não decretando o seu aumento nem remunerando-o como devem, sob pretexto de que num país livre o exército é supérfluo. Acabamos neste segundo capítulo, de demonstrar a estultice dos nossos legisladores”.<sup>299</sup> As frequentes políticas de diminuição do efetivo anual, após a Guerra do Paraguai, são um típico exemplo do abandono, de acordo com o autor. Sugere, portanto, que o governo crie colônias militares nas fronteiras, para guarnecê-las e, ao mesmo tempo, aumentar os efetivos da instituição.

O discurso do abandono tem dois momentos distintos, durante a segunda fase da imprensa periódica militar: antes e depois da guerra do Paraguai. Antes do conflito paraguaio, o abandono tem bastante relação com as questões meritocráticas e também com a participação de militares na política; ou seja, o abandono se reflete

---

<sup>297</sup> *O Militar Briosso*, ano I, edição n. 1, de 28 de fevereiro de 1855, p. 3.

<sup>298</sup> A revolta ganhou o nome de “quebra-quilos” e surgiu nas províncias do norte do Império contra a tentativa de unificar o sistema métrico brasileiro, a partir da adoção do padrão francês. A revolta ocorreu entre 1874 e 1876, sobretudo na província da Paraíba. Sugestão de leitura: SECRETO, Maria Verônica. *(des)medidos: a Revolta Dos Quebra-quilos (1874-1876)*. São Paulo: Mauad, 2012.

<sup>299</sup> *Alvorada*, ano I, edição n. 5, de 1º de março de 1879, p. 8.

pela falta de consideração com os militares que não são valorizados pela sua ilustração e que, ao mesmo tempo, não fazem jus ao pretense sistema meritocrático Imperial. Os militares, assim, consideram-se abandonados por não receber as graças honoríficas do Império, por exemplo, da mesma forma que não possuem acesso aos cargos políticos.

Após a Guerra do Paraguai, sobretudo nos anos de 1880, o abandono tem relação com o corpo de Voluntários da Pátria. *O Soldado* (1881) é o principal periódico inserido dentro dessa lógica. Na *Tribuna Militar* (1881), as críticas são mais sutis, nesse sentido: não se percebe tanto a influência do corpo de Voluntários no periódico.

Por outro lado, o abandono nem sempre é material. Ou seja, ao referir-se ao abandono, e a todos os elementos que acompanham esse estado de coisas, os redatores nem sempre percebem o abandono material da instituição. Em muitos casos, o abandono é uma característica simbólica, frequentemente ligada as questões de honra e apreço da instituição. O sentimento de abandono significa a falta de reconhecimento do governo imperial aos constantes sacrifícios feitos pela classe e pela instituição; o abandono, assim, tem também relação com a falta de reconhecimento aos serviços militares, sendo de caráter honorífico.

Muitas vezes, os redatores procuram soluções para o abandono, sempre utilizando como exemplo as forças armadas europeias. Um articulista do *Indicador Militar* (1862) esperava que o atual governo:

Concorra para que, adotando-se os recentes exemplos das nações mais cultas e civilizadas, se lhe melhore o destino [da classe militar], arbitrando-se remunerações de serviços a todas as praças e postos, proporcionadas a seu tempo e qualidade; e que incorporadas aos soldos, passem a seus herdeiros por lei habilitados – medida tão justa e equitativa granjeará a gratidão e cobrirá de bênçãos do velho soldado, da desolada viúva e do inocente órfão.<sup>300</sup>

Portanto, esperavam os redatores que a política imperial fosse capaz de reverter a situação de abandono em que se encontrava a classe militar. O abandono, pela quantidade de vezes em que aparece em nossa análise, ganhou assim um status

---

<sup>300</sup> *Indicador Militar*, ano I, edição n. 10, de 16 de maio de 1862, p. 177.

de característica militar: todo o discurso de formação da classe militar passa pelo abandono. A característica é justificativa para a entrada na imprensa, para o despreço dos militares na sociedade, e também para o estado em que se encontra a instituição – sempre aqui tratado de forma simbólica, com intrínseca ligação com a relação moral da honra militar. O abandono serve também para justificar a necessidade dos militares em concorrer a cargos políticos, para que oficiais políticos e legisladores possam legislar a favor da classe militar. É o abandono que nos leva à próxima característica importante do discurso militar do período: a condição que os militares possuem em ser administradores e políticos.

#### **4.4 A política e a classe militar: os militares como administradores**

A última característica presente no discurso indicada nesta análise - mas não menos importante, é a demanda pela participação política. A demanda possui três argumentos principais, frequentemente citados pelos redatores dos periódicos aqui estudados: a necessidade da participação política de militares no parlamento e nas esferas estatais é justificada pelo abandono em que se encontra a classe militar; a participação de militares na política é justificada pelo patriotismo, pela ilustração e pelo caráter ilibado dos membros da classe militar em relação ao bem público; e, por último, a classe militar deve participar da política, porque a participação deve ser livre a todas as classes e a todos os cidadãos do Império, constituindo-se assim em direito. Seguindo estas três argumentações, os redatores constroem um discurso positivo ao longo do tempo, conferindo características sempre positivas ao trabalho político efetuado por militares, e consolidando a ideia do militar não apenas como um profissional das armas, mas também, como administrador inato.

Os redatores insistem em caracterizar como elementos militares premissas que não pressupõem argumentos complexos, como, por exemplo, a premissa de que militares não possuem ambição ao poder político. A ambição, assim como o poder,



são parte do complexo conjunto de características negativas atribuídas ao fazer político imperial, e não são características do *ser* militar.<sup>301</sup>

Entre *O Militar Brioso* (1855) e *O Soldado e o Marinheiro* (1869), alguns pontos são comuns, no discurso, sobretudo, a insistência na relação da participação política como direito da classe militar. Em 1855, o redator argumentava sobre a necessidade da classe militar perceber que “tanto direito tem ela de representar seu país como qualquer outra”<sup>302</sup>, enquanto um redator em 1869 argumentava que a classe militar está a “exigir para este povo iludido e acorrentado ao libambo da ignomia a carta de liberdade de seus direitos, e com ela a perfeita igualdade de todas as classes”.<sup>303</sup>

Uma das causas identificadas pelos redatores dos periódicos era o *exclusivismo*. Esta característica política soava como uma das mais prejudiciais aos interesses do país e aos interesses das diferentes classes que compunham o país. O termo *exclusivismo* foi utilizado com frequência pelos redatores de *O Militar* (1854/55), *O Militar Brioso* (1855) e *O Soldado e o Marinheiro* (1869). Para os redatores do *Indicador Militar* (1862), o termo parece não ter tido muita importância, embora essa seja, reconhecidamente, uma característica política. O Tenente-Coronel do corpo de Engenheiros Antônio José de Araújo questiona, em tom de crítica, até quando “legislaremos sempre e sempre com vistas nas circunstâncias do dia, do lugar e de um pensamento exclusivo”, ao invés “de resolver as grandes necessidades nacionais em referência à nação e não aos escravos fugidos de alguns fazendeiros?”.<sup>304</sup> A crítica é contumaz. Faz claramente alusão às instâncias do público e do privado, demonstrando como a instância pública é posta a serviço de interesses privados, ou seja, em busca de escravos fugidos, ou, ainda, a conta do “pensamento exclusivo”.

Em *O Militar Brioso*, um texto ganha o título de “O Legislador Militar”, e seu argumento central parte da premissa de que os militares são instruídos e, por isso, devem participar dos negócios públicos. A classe militar, assim como outras classes, tem por direito constitucional a participação na política. Para o redator:

---

<sup>301</sup> Em *O Soldado e o Marinheiro*, afirma o redator: “(...) de que foram os militares que, com esse desamor à vida e desambição ao poder que tanto os caracteriza [os revolucionários], lutaram com a onda revolucionária e conseguiram conte-la até o nível de onde havia saído”. Edição n. 5, de 7 de novembro de 1869, página 1.

<sup>302</sup> *O Militar Brioso*, ano I, edição n. 2, de 7 de março de 1855, p. 2.

<sup>303</sup> *O Soldado e o Marinheiro*, ano I, edição n. 6, de 12 de novembro de 1869, p. 1.

<sup>304</sup> *Indicador Militar*, ano I, edição n. 5, de 1º de março de 1862, p. 71.

Pensando bem atentamente acerca da utilidade e conveniência de existir no grêmio da representação nacional, Militares instruídos e provecos nas ciências das armas, que de considerações se nos oferecem, e sugere o nosso espirito ao meditarmos na quase total exclusão em que os vemos da gerencia dos negócios públicos. Parece que esta classe de cidadãos foi condenada eternamente a não legislar jamais, e ser apenas mera executora das deliberações da magistratura, que quase que exclusivamente é o poder legislativo do império.<sup>305</sup>

Para os redatores, a classe identificada como “exclusivista” é a classe de magistrados. São os magistrados que ocupam o parlamento, os ministérios do Império e os empregos públicos de alto escalão. Em outra passagem de *O Militar Brioso*, o maior problema enfrentado pelo Império, óbice ao seu progresso, é a falta de uma casta política que seja competente em suas ações. Mas como se compõem esta casta política? Na opinião do redator, a representação nacional é composta de magistrados, que, “embora adestrados nas leis que estudaram, não podem conhecer a fundo as precisões das diversas classes do povo”.<sup>306</sup> Logo, é necessário que todas as classes tenham representantes na assembleia imperial, porque só assim se “salvará o país desta calamidade vergonhosa em que atualmente definha, desta descida acelerada em que vai e que ninguém sabe até onde chegará!”.<sup>307</sup>

A influência negativa das práticas políticas era sentida também no interior da instituição. Em *O Militar* (1854), os redatores culpam o patronato pela falta de oficiais nos comandos do interior do país. Enquanto para o Ministro da Guerra o problema se explicava pela falta de instrução prática e também de internato na Escola Militar, para os redatores, a causa pode ser outra: do excesso de oficiais que, sem estar ligados a nenhum corpo militar, permanecem na Corte, pelo sistema do patronato, “muitos sob diversos e especiosos pretextos, se aglomeram na corte, ficando assim os corpos reduzidos a um pequeno número deles (...)”.<sup>308</sup> A crítica aqui é aos oficiais que não possuem em sua ficha serviço ativo nos corpos militares. Ou seja, a política exclusivista e o patronato – características da classe política – também estendiam sua influência negativa para o interior da instituição militar.

<sup>305</sup> *O Militar Brioso*, ano I, edição n. 2, de 7 de março de 1855, p. 2.

<sup>306</sup> *O Militar Brioso*, ano I, edição n. 9, de 3 de maio de 1855, p. 1.

<sup>307</sup> *O Militar Brioso*, ano I, edição n. 9, de 3 de maio de 1855, p. 2.

<sup>308</sup> *O Militar*, ano I, edição n. 1, de 14 de julho de 1854, p. 3.

Em outro trecho, confessavam os redatores de *O Militar* (1854):

(...) porque nausea-nos ver o país sofrer o peso de um exclusivismo tanto mais perigoso, quanto afrouxados todos os laços de honestidade, abertos todos os diques ao desregramento, só podemos entrever no prisma do futuro um Brasil sem nacionalidade, um povo sem estímulos, um império sem glória, uma nação sem tradições.<sup>309</sup>

O exclusivismo, na opinião dos autores, traria sérias consequências ao futuro do país: a falta de estímulos políticos ao povo, a falta de glória para o Império e a falta de tradições para a nação brasileira.

*O Militar Brioso* (1855) foi, provavelmente, o periódico com o discurso mais crítico neste sentido, justamente pelo período em que estava inserido: muitas das críticas ao fazer político e aos magistrados, como única classe política, tem relação com a crise do Gabinete da Conciliação. No próprio estatuto de publicação do periódico, em seu primeiro número, consta como reivindicação e bandeira a participação de outras classes na política nacional, que deve ser representativa da sociedade.<sup>310</sup>

As críticas em torno da administração política e também em relação à classe política foram sempre notáveis: “o quanto tem sido eles fatais ao país e favoráveis à meia dúzia de saltimbancos que sem trabalho querem esbanjar os dinheiros públicos, julgando muito lícito e honroso roubar a nação a bem de seus próprios interesses”.<sup>311</sup> Em seguida, continua o autor assinalando que “a corrupção porém é tal, e a imoralidade dessas fezes de homem, que ainda em cima ostentam uma conduta reprovada, que nada menos importa que o enchimento da barriga à custa do homem laborioso, das classes industriosas”.<sup>312</sup> Ou seja, além de tornar a política uma arena somente de uma classe, os homens dessa mesma classe perpetuam a corrupção e a imoralidade.

<sup>309</sup> *O Militar*, ano I, edição n. 4, de 26 de agosto de 1854, p. 1.

<sup>310</sup> “Queremos que todas as classes sejam igualmente consideradas nas posições oficiais e que não sejam por mais tempo excluídas pela classe dos Srs. Magistrados que conquistaram todas as posições”. *O Militar Brioso*, ano I, edição n. 1, de 28 de fevereiro de 1855, p. 1.

<sup>311</sup> *O Militar Brioso*, ano I, edição n. 11, de 18 de maio de 1855, p. 2.

<sup>312</sup> *O Militar Brioso*, ano I, edição n. 11, de 18 de maio de 1855, p. 3.

A política exclusivista, segundo o redator, teve efeitos danosos também na guerra de 1851 contra Oribe e Rosas. O perigo na guerra, representado por um Exército pobre de recursos e de homens, tinha relação com o Ministério da Guerra e a administração de Souza e Mello, considerado, pelo redator, como um “paisano militarizado pela política exclusivista dos togas”, responsável pela organização caótica do Exército ainda em 1855.<sup>313</sup>

Assim, a política deveria conduzir ao bem comum de todos os cidadãos de um país. As situações de crise derivavam do exclusivismo e do personalismo, sob forma dos interesses pessoais. Quando certos interesses eram postos acima do bem comum, “(...) aparece a guerra, a anarquia, e a guerra de extermínio”.<sup>314</sup> Para os redatores de *O Militar Brioso*, era necessário abrir caminho à maior participação política de outros grupos, entre eles, os militares: “O Militar é um cidadão profissional, e como tal deveria tomar parte na confecção das leis Militares, e auxiliar as outras classes que devem compor o corpo legislativo”.<sup>315</sup>

A prevalência de magistrados e juristas na política imperial era consequência da própria herança colonial portuguesa no Brasil. Desde a fundação da universidade de Coimbra, em Portugal, tanto a administração quanto a política portuguesa alcançaram uma desejada homogeneidade, propiciada pela formação conferida por Coimbra. José Murilo de Carvalho acentua como, em Portugal, juristas e magistrados sempre tiveram um papel importante, deslocando essa realidade para o Brasil.<sup>316</sup> Coimbra tinha predileção pelo direito romano, cujo ápice era a justificação do poder dos reis. Os monarcas que lutaram para constituir o estado moderno português geralmente estavam acompanhados de legistas e juristas. Portanto, dadas as condições econômicas de Portugal, sua elite política era majoritariamente burocrática. Por outro lado, a homogeneidade das elites garantia ainda processos mais estáveis e ordenados de formação do estado. No caso de Portugal, a homogeneidade era garantida pelo estudo comum em Coimbra, quando, muitas vezes, a elite política não provinha da aristocracia ou mesmo de grupos nobres. Para Carvalho,

---

<sup>313</sup> *O Militar Brioso*, ano I, edição n. 4, de 21 de março de 1855, p. 1.

<sup>314</sup> *O Militar Brioso*, ano I, edição n. 11, de 18 de maio de 1855, p. 4.

<sup>315</sup> *O Militar Brioso*, ano I, edição n. 2, de 7 de março de 1855, p. 2.

<sup>316</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Record, 2003, p. 31. Também GAUER, Ruth M. Chittó. *A Construção do Estado Nação no Brasil*. Curitiba: Juruá, 2009.

A homogeneidade ideológica e o treinamento foram características marcantes da elite portuguesa, criatura e criadora do estado absolutista. Uma das políticas desta elite foi reproduzir na colônia uma outra elite feita à sua imagem e semelhança. A elite brasileira, sobretudo na primeira metade do século XIX, teve treinamento em Coimbra, concentrado na formação jurídica, e tornou-se, em sua grande maioria, parte do funcionalismo público, sobretudo da magistratura e do exército. Essa transposição de um grupo dirigente teve talvez mais importância que a transposição da própria corte portuguesa e foi fenômeno único na América.<sup>317</sup>

Essa tendência da elite se reproduziu no período após a independência, com a formação dos cursos de Direito no Brasil, pela obrigatoriedade da passagem pela magistratura e também por cargos políticos. Logo, o processo de homogeneização teve continuidade após a independência, dessa vez, em terras brasileiras. Este corpo técnico, formado tanto em Coimbra quanto nos cursos de direito brasileiros – sobretudo após a década de 1830, teve papel fundamental na formação da legislação brasileira, na fundação de academias científicas e na própria administração política do país.

As escolas de direito foram formadas pelos egressos de Coimbra, e copiaram, naquilo que podiam, a instituição portuguesa. Os códigos criminal, comercial e a Constituição de 1824 foram todos escritos por egressos de Coimbra. Os dados apresentados por Carvalho indicam uma elite política extremamente instruída. Entre os ministros, a média de instrução superior era de 91%. Entre os senadores a média era de 76%. “No Brasil imperial, a educação era marca distintiva da elite política. Havia um verdadeiro abismo entre essa elite e o grosso da população em termos educacionais”.<sup>318</sup> Os dados são interessantes: durante o período imperial, o país chegou a ter uma taxa superior a 80% de analfabetos, entre a população livre. Na população escrava, a taxa era superior a 99%.

Em relação à formação da elite, a geração Coimbra dominou o primeiro e o segundo período, estendendo-se até 1850. No gabinete da Conciliação, quase não existiam mais políticos egressos de Coimbra. Mas eles se destacam, justamente, no período de consolidação da independência, e, posteriormente, do Estado brasileiro.

---

<sup>317</sup> CARVALHO, op. cit., p. 37.

<sup>318</sup> Ibid, p. 79.

Após a década de 1850, a elite política passa a ser formada pelas escolas de direito de São Paulo e Recife.

No Brasil, a elite política circulava pelo legislativo, executivo e judiciário. O judiciário era, via de regra, o canal de ascensão política das famílias menos influentes. Ingressando na magistratura iniciavam-se os contatos buscando transferências para localidades ricas ou mesmo a candidatura para cargos políticos. A magistratura era ainda a via de acesso para a presidência das províncias. No caso das províncias, mencionava D. Pedro II a própria profissionalização do cargo, de acordo com Carvalho. Ainda de acordo com o autor, a presidência da província “apesar dos esforços do imperador em contrário, era cargo muito mais político do que administrativo, como indica a grande mobilidade de presidentes e o pouco tempo que permaneciam nos postos”.<sup>319</sup>

Para Carvalho, a circulação geográfica da elite política tinha um sentido integrador e unificador, em um país de dimensões gigantescas. A mobilidade geográfica permitia, além do treinamento, a circulação entre cargos nos círculos da elite:

O mais difícil era entrar. Um diploma de estudos superiores, sobretudo em direito, era condição quase *sine qua non* para os que pretendessem chegar aos postos mais altos. A partir daí vários caminhos podiam ser tomados, o mais importante e seguro sendo a magistratura, secundariamente a imprensa, a advocacia, a medicina, o sacerdócio. Em alguns casos, a influência familiar era suficiente forte para levar o jovem bacharel diretamente à câmara. O apoio familiar e dos amigos e o patronato de líderes já estabelecidos era, aliás, presença constante em todos os passos da carreira. Correndo um pouco por fora havia apenas os militares que em geral não passavam pela Câmara: entravam diretamente para o Ministério ou para a presidência de províncias.<sup>320</sup>

Para Carvalho, os dados apresentados sobre a educação, a ocupação e a carreira demonstraram existir no Brasil um grupo especial de políticos distintos daquilo que se formou nos países da América espanhola. A especificidade do grupo não era social, mas sim fruto da educação e do treinamento burocrático garantindo, determinada concepção de Estado e de governo. Em todos os pontos centrais, liberais

---

<sup>319</sup> CARVALHO, op. cit., p. 123.

<sup>320</sup> Ibid, p. 125.

e conservadores concordavam: a manutenção da escravidão, da monarquia, da ordem, do sistema representativo e a condenação de governos militares caudilhescos, a exemplo dos países vizinhos. No entanto, discordavam sobre modelos de organização do estado liberal. Aqui, entretanto, as discordâncias tinham também ligação com interesses econômicos divergentes. A homogeneidade passou a se alterar somente a partir de 1871.

Mas a educação não era um privilégio somente da elite política imperial: para os redatores de *O Soldado e o Marinheiro* (1869), a classe militar deveria participar da política, por ser uma classe extremamente instruída e competente: “(...) porque hoje os militares são perfeitamente instruídos não só nas ciências físicas e matemáticas, abstratas e aplicadas, senão também no direito e economia política; (...) poderíamos asseverar que é ela uma das classes mais ilustradas e que contém as primeiras inteligências e notabilidades científicas e literárias”.<sup>321</sup>

Sobre este ponto, o periódico *O Soldado e o Marinheiro*, de 1869, traz uma série interessante de escritos, publicados a partir da segunda edição, sempre com destaque na página inicial. O objetivo, segundo o próprio redator, era apresentar alguns militares que exerceram cargos políticos, e como sua administração foi positiva. Nas palavras do redator, o único fim “é apresentar os militares que ocuparam os altos cargos do Estado e provar que, quando eles não prestaram no exercício dessas funções serviços notáveis, cumpriram o seu dever (...)”, em clara comparação com “(...) aqueles que exclusivamente hoje os ocupam até com grave preterição de nossos direitos”.<sup>322</sup> O primeiro militar administrador descrito pelo redator foi o regente Francisco de Lima e Silva. O objetivo do autor é demonstrar a competência de Lima e Silva em um momento de crise política nacional, após a abdicação de D. Pedro I, em 1831. O redator esclarece que os militares, na sua opinião, não possuem aspirações políticas ligadas a interesses privados, sendo seu desejo unicamente “alcançar dos poderes do Estado e de toda a nação mais justiça e consideração aos militares, e menos ofensa às suas regalias políticas”.<sup>323</sup> O embate aqui é similar a algumas demandas da década anterior: ampliar a participação dos militares na arena política. A concepção geral entre os redatores dos periódicos até aqui estudados

---

<sup>321</sup> *O Soldado e o Marinheiro*, ano I, edição n. 1, de 9 de outubro de 1869, p. 1.

<sup>322</sup> *O Soldado e o Marinheiro*, ano I, edição n. 2, de 16 de outubro de 1869, p. 1.

<sup>323</sup> *O Soldado e o Marinheiro*, ano I, edição n. 2, de 16 de outubro de 1869, p. 1.

(talvez com exceção do *Indicador Militar*) é de que a instituição militar é também desmoralizada, porque não participa da política.

Outro militar lembrado pelos redatores é José Joaquim Machado de Oliveira, nascido em São Paulo em 1790. Após a participação nos embates de 1817 e 1822, Oliveira ingressou na política, em 1826, sendo deputado para a Assembleia Geral do Império, por diversas províncias. Até 1841, foi também presidente de várias províncias. A referência a este militar é intencional, como o próprio autor ressalta: serve para demonstrar como os militares podem ser excelentes administradores também:

Enfeixemos em um conciso bosquejo as proporções agigantadas de tão grande homem de estado, mostrando primeiro os seus serviços de militar, e logo após sua aptidão, sua perícia seu talento consumado como homem que soube manobrar o baixel da administração civil. Fica aqui uma prova *a posteriori* do quanto enunciemos acerca da habilidade e natural vocação do militar em matéria de governança, direção de negócios políticos de mais ou menos alcance social.<sup>324</sup>

A posição do redator é clara: José Joaquim soube manobrar os interesses políticos da administração civil como militar. A referência ao caráter civil da administração é interessante, pois denota, de forma indireta, a diferenciação entre o caráter militar e o caráter civil na administração. Para o redator, este fato é uma prova conclusiva da habilidade natural dos militares como administradores públicos.

O autor descreve Oliveira como um homem honesto, independente e inteligente. Conta que, em certa ocasião, Oliveira votou no parlamento contra o ministro da Guerra, general Oliveira Alvares, “esquecido de que como militar podia vir a sofrer consequências de sua dignidade, para lembrar-se somente que representava o mandato popular, isto é, a fiscalização dos negócios do estado”.<sup>325</sup> Ou seja, o exemplo de Machado de Oliveira deve ser um exemplo a ser contrabalanceado com o político civil comum. Por isso, os aspectos positivos do caráter de Machado de Oliveira são expostos ao longo do texto.

---

<sup>324</sup> *O Soldado e o Marinheiro*, ano I, edição n. 3, de 23 de outubro de 1869, p. 1.

<sup>325</sup> *O Soldado e o Marinheiro*, ano I, edição n. 3, de 23 de outubro de 1869, p. 1.



Depois da carreira política, após a maioridade, o oficial serviu ainda em diversos cargos administrativos, sendo cônsul geral do Brasil no Peru e na Bolívia, e diretor geral dos Índios, cargo que ocupou até 1853. Foi nomeado ainda diretor geral das terras públicas, “em cujo lugar, como em tantos outros, foi sempre o mesmo homem pelo talento, pelas virtudes e pelo trato ameno e simpático, que sabia atrair e prender”.<sup>326</sup> Além disso, o militar era membro do Instituto Histórico e Geográfico do Brasileiro (IHGB), e participou ativamente de diversas revistas. Para o autor, Machado de Oliveira “foi um cidadão prestadio na larga escala de cargos importantes que desempenhou com honra e fama. Seja pois este artigo a primeira palavra do protesto que lavramos em prol da classe militar”.<sup>327</sup> As qualidades aqui enumeradas são muitas: o militar era um excelente administrador, um homem equilibrado e de trato simpático e dedicado ao serviço das letras e da história, através de seu trabalho junto ao IHGB.

*O Soldado e o Marinheiro*, diferentemente da maioria dos periódicos aqui estudados, procurava atender às demandas de ambos os grupos militares, marinheiros e soldados. O próximo exemplo de militar e administrador trazido pelo redator foi Miguel de Souza Mello e Alvim, oficial de Marinha que fez as campanhas de 1812, 1816 e 1817 no Rio de Prata. Foi Intendente da Marinha, e secretário dos negócios desta repartição. Foi nomeado presidente da província de Santa Catarina, entre dezembro de 1829 e abril de 1831. Foi nomeado deputado para a assembleia provincial em Santa Catarina, e, em 1839, comandou as forças navais contra os farroupilhas. Em 1841, foi nomeado presidente da província de São Paulo. Os elogios tecidos pelo redator ao oficial são muitos, sobretudo em relação à sua conduta política:

Durante o tempo de sua administração, esse ilustre marinheiro prestou benefícios que tornaram sensível a sua retirada; e, nem um instante deslizando-se da integridade e justiça, ornamentos preciosos daquele espírito unicamente inspirado pela causa do bem, o seu nome foi por muitos anos abençoado pelo povo paulistano como um talismã de veneração e saudosa recordação.<sup>328</sup>

---

<sup>326</sup> *O Soldado e o Marinheiro*, ano I, edição n. 3, de 23 de outubro de 1869, p. 1.

<sup>327</sup> *O Soldado e o Marinheiro*, ano I, edição n. 3, de 23 de outubro de 1869, p. 1.

<sup>328</sup> *O Soldado e o Marinheiro*, ano I, edição n. 4, de 30 de outubro de 1869, p. 1.

A comparação é indireta, suscitada ao leitor pela contínua utilização dos elogios à conduta de Mello e Alvim. O redator ressalta o fato de que, dada a sua atuação ilibada, o nome do oficial da Armada foi por muito tempo lembrado pelos moradores da província de São Paulo. No último parágrafo do texto, o redator faz uma ode à vida de Mello e Alvim, destacando todas as suas características positivas no trato com uma política considerada corrupta, desmoralizadora e vergonhosa:

A sua vida é a história do lidador incansável, ceifando com a espada loiros para a pátria adotiva; governando com sabedoria como um nauta experimentado o baixel do Estado (...) a sua morte foi o triunfo de uma alma pura contra as seduções da carne; o tombar da matéria cansada por uma atividade infatigável; o voo de uma consciência satisfeita da sua missão ao reino da eternidade e da glória.<sup>329</sup>

Os exemplos eram uma forma didática de expor os argumentos pela participação dos militares na política. Esta participação, no entanto, não tinha relação, por exemplo, com a forma de regime – se republicano ou monárquico – ou mesmo com a participação direta de militares como representantes do Estado. A participação política era uma demanda justificada pelo discurso frequente do abandono e da desmoralização da classe militar. Na opinião dos redatores de *O Soldado e o Marinheiro*, assim como de *O Militar* (1854), os interesses da classe militar só seriam atendidos com a efetiva participação de militares no parlamento imperial. Por outro lado, o discurso também servia para forjar um elemento bastante comum do discurso em relação àquilo que é *ser* militar, forjado pelos redatores: a questão da competência política de um militar, em comparação – e também em oposição – à competência política dos legisladores e dos “homens de beca” – referência aos grupos políticos atuantes na política imperial.

O elemento intelectual e administrador no discurso é mais um elo dentro de uma lógica circular, que parece fazer todo o sentido para os redatores: os militares seriam o grupo mais preparado para a administração pública, mas dela são continuamente expurgados e impedidos de participação; paralelo a isso, são os militares que se sacrificam pela manutenção da ordem e pelo amor à pátria, expostos,

---

<sup>329</sup> *O Soldado e o Marinheiro*, ano I, edição n. 4, de 30 de outubro de 1869, p. 1.

devido ao caráter da profissão, a uma vida de renúncia e abnegação. O trecho abaixo é revelador nesse sentido:

Incumbimo-nos de provar que a classe militar sempre conteve e ainda contém membros notáveis pela inteligência, ilustração e importantes serviços prestados no exercício das mais elevadas funções do Estado; incumbimo-nos de provar que é ela uma das classes que tem servido ao país e a única que, desambiciosa, arrostando a miséria e o desprezo das outras, para cuja felicidade só concorrerá, as tem salvado muitas vezes da dissolução e da anarquia, e lavrando no campo da glória, adquirira para a pátria esses feitos que fazem a admiração do mundo e a tornam respeitada perante o estrangeiro.<sup>330</sup>

Se a sequência de textos ressaltando a figura pública de militares que foram administradores não atingisse seu completo fim – isto é, elevar alguns cidadãos militares ao título de participantes diretos da política, o autor ficaria contente somente com o registro do serviço destes homens à pátria, deixando patente e “lavrado o protesto contra a ingratição e flagrante injustiça com que a pátria remunera os seus serviços”.<sup>331</sup>

Em 1855, os redatores de *O Militar Briosso* (1855) escreveram uma série de textos sobre a administração da Alfândega, no Rio de Janeiro. Na edição número 15 uma carta é publicada questionando o interesse dos redatores, como militares, em expor tão detalhadamente o caso da Alfândega. Por que um periódico militar deveria se empenhar em discutir questões administrativas? A resposta dos redatores não poderia ser outra: o caso da Alfândega foi apresentado porque os militares estão aptos a discutir as questões de Estado, já que tais questões necessitam de moralidade e circunspeção para análise, características intrínsecas do militar:

Todas as questões do estado, hoje estão afetas ao militar, porque ele é também a vítima de todos os seus maus resultados. Os expedientes ministeriais, as câmaras, a agricultura, os produtos industriais manufatureiros, as *alfandegas* e todas as repartições públicas, estão sob as suas vigílias, presta-lhe toda a atenção, para que não venham mais tarde e às vezes sem remédio, trazerem-lhe novos sacrifícios, quando a anarquia perturbar seus trabalhos pela desmoralização e

<sup>330</sup> *O Soldado e o Marinheiro*, ano I, edição n. 5, de 7 de novembro de 1869, p. 1.

<sup>331</sup> *O Soldado e o Marinheiro*, ano I, edição n. 5, de 7 de novembro de 1869, p. 1.

imprudência de *chefes ignorantes* e incompetentes sob o ponto de vista da lógica e do bom senso.<sup>332</sup>

Ou seja, o trecho não poderia ser mais claro: os militares têm opinião e deveriam ter participação na política, justamente por serem por ela atingidos, e influenciados por suas decisões; é a compreensão de que a política precisa andar de mãos dadas com os interesses militares, para que “(...) o sangue derramado por todo solo imperial e *ainda fora dele* (...)”<sup>333</sup> não seja uma consequência de políticas mal administradas pelo estado imperial. Logo, o militar deveria ser um elemento importante dentro da administração imperial.

Em outro trecho, entendiam os redatores que:

Os interesses do estado, tanto gerais como especiais, já são por *eles* [militares] analisados, pensados e discutidos, porque eles não são mais os escravos cegos e estúpidos do poder, os negros réprobos da nação, agora regeneram-se; - são parte integrante *Dela* [a nação], cidadãos duplamente respeitáveis pela sua heroica missão, dignamente ilustrados e portanto suficientemente habilitados para escreverem e discutirem sobre todas as questões, compatíveis com seus conhecimentos (*quanto mais em questões de algarismo*) com a moralidade e circunspecção que professam e com os variados estudos que forma o curso de sua escola-acadêmica.<sup>334</sup>

A insistência é no valor acadêmico da formação militar: ou seja, se os militares são habilitados cientificamente, por que não podem partilhar a direção do Estado? O trecho é significativo, pois evoca, ao mesmo tempo, o abandono e a honra como justificativa para a inserção de militares como administradores públicos.

Os redatores do *Echo Militar* (1879) também acreditavam que, para determinadas províncias, um administrador militar seria melhor. Em um artigo sobre a província do Amazonas, o redator faz uma dura crítica ao presidente da província que é paisano, e gerencia negócios militares, “com amplo direito e poder de perpetuar aquilo que bem lhe aprouver, sem receio da mais tênue responsabilidade”.<sup>335</sup> O autor

<sup>332</sup> *O Militar Brioso*, ano I, edição n. 15, de 19 de junho de 1855, p. 1.

<sup>333</sup> *O Militar Brioso*, ano I, edição n. 15, de 19 de junho de 1855, p. 1.

<sup>334</sup> *O Militar Brioso*, ano I, edição n. 15, de 19 de junho de 1855, p. 1.

<sup>335</sup> *Echo Militar*, ano II, edição n. 1, de 1º de janeiro de 1879, p. 4.

chama o presidente repetidas vezes de “Criançola”, e insinua que, no Brasil, o diploma de bacharel em direito é o único caminho para chegar-se à política. Assim, o estado imperial prefere um “criançola” ao invés de “um militar, que lhe está sujeito, dispendo muitas vezes de maior soma de conhecimentos, com bastante prática e portanto apto para bem desempenhar qualquer cargo, que lhe seja confiado”.<sup>336</sup> Para o autor, é um absurdo deixar florescentes províncias sob responsabilidade de políticos sem experiência. “Tem-se notado que as províncias presididas por militares, tem erguido sobranceiramente a cabeça e não tem tombado de sua altura ao inclinado plano de descredito”.<sup>337</sup> Logo, as províncias fronteiriças deveriam ser administradas sempre por militares, em nome da boa administração política e de defesa. O redator alerta que os políticos só têm interesse no futuro e nas oportunidades políticas que tal cargo possa conceder.

Durante o período imperial, foi feita uma tentativa de estabelecer a conscrição universal para o serviço militar. A Lei n. 2556, de 26 de Setembro de 1871, foi promulgada por influência da Guerra do Paraguai, diante da dificuldade em obter recrutas e voluntários que se dignassem a defender o país nos campos de batalha. É necessário lembrar que esta lei tornou-se letra morta do direito brasileiro, pouco depois de promulgada. Ou seja, a conscrição obrigatória, de fato, nunca chegou a existir, durante o período Imperial.<sup>338</sup> Em *O Soldado* (1881), os redatores se empenharam em discutir os problemas da lei de conscrição, e advertem: “Não queremos militarizar o país, nem propagar ideias de governos militares. O nosso único desejo é defender os interesses da nossa classe, promovendo a reforma da legislação que nos rege, para que tenhamos a boa disciplina e a organização necessária no exército”.<sup>339</sup> Para os redatores, era necessário prevenir-se contra a falta de cumprimento da lei de conscrição, porque “amanhã a declaração de uma guerra poderá nos surpreender, e a lei não poupará este nem aquele; todos serão militares, e terão de marchar ao cumprimento do dever”.<sup>340</sup> Para os autores, a conscrição parece ser a resolução de muitos problemas para o exército, desde a falta de recrutas – causada até então pela falta de uma lei, e a própria questão da nacionalidade,

---

<sup>336</sup> *Echo Militar*, ano II, edição n. 1, de 1º de janeiro de 1879, p. 4.

<sup>337</sup> *Echo Militar*, ano II, edição n. 1, de 1º de janeiro de 1879, p. 4.

<sup>338</sup> BEATTIE, Peter M. *Tributo de Sangue: Exército, Honra, Raça e Nação no Brasil 1864-1945*. São Paulo: EDUSP, 2009.

<sup>339</sup> *O Soldado*, ano I, edição n. 11, de 19 de abril de 1881, p. 1.

<sup>340</sup> *O Soldado*, ano I, edição n. 11, de 19 de abril de 1881, p. 1.

embora esta última ainda não esteja tão aparente no texto. Logo, os redatores vão apresentar uma série de artigos esclarecendo a lei da conscrição aos seus leitores. “A classe militar parece também pouco cuidadosa dos seus direitos: conserva-se indiferente a tudo; esquece-se da sua grande função no país e deixa que a autoridade dos bacharéis aumente mais o péssimo sistema burocrático, já tão desastroso aos nossos interesses”.<sup>341</sup> Para os redatores, o sistema burocrático que engendrou a lei de conscrição pouco conhecia sobre as realidades militares, e esse erro era a causa da falta de aplicabilidade da lei.

Em 1881, o periódico *Tribuna Militar* passa a fazer propaganda de candidatos militares a cargos políticos. Os textos de apresentação possuem uma interessante característica: os militares eram vistos como excelentes candidatos políticos, justamente porque nunca haviam militado na esfera política. Em 1881, o coronel Catão Augusto dos Santos Roxo concorreu a uma vaga à câmara legislativa, para o ano de 1882. Foi descrito da seguinte forma: “O dr. Catão Roxo nunca pleiteou, nem militou ainda na legião da cabala; jamais concorreu para que fossem agraciados os guerrilheiros eleitorais; não conhece as tricas da chicana do voto; não consta, até hoje, que tenha combatido na imprensa a favor dos dogmas partidários”.<sup>342</sup>

A não familiaridade com o fazer político se constituía como atributo do candidato militar. Esperava-se que, com isso, fosse menos afeito as práticas políticas, consideradas sempre como negativas. O passado de Roxo, assegurava um redator, era de lealdade e harmonia com as leis e o dever. O candidato militar oferecia, assim, todos os atributos desejados – e esperados – pela classe: franco, leal, cumpridor do dever e da justiça, e batalhador pelos interesses da classe. Assim também compreendia um redator do *Echo Militar* (1879), ao referir-se à capacidade política de um militar: “entendo que se há quem possa ser indiferente à esta ou àquela política, é o militar, porque qualquer que seja o governo no cimo do poder, não tem receio de, inesperadamente, andar pelas ruas apanhando gandaias, por uma demissão acintosa que sofreu, em face do mundo político”.<sup>343</sup> O mundo político, para o redator do *Echo Militar* é simbolizado pela paixão, pela corrupção, pelo capricho, pelo ódio e, também, pela vingança.

---

<sup>341</sup> *O Soldado*, ano I, edição n. 11, de 19 de abril de 1881, p. 1.

<sup>342</sup> *Tribuna Militar*, ano I, edição n. 32, de 20 de outubro de 1881, p. 1.

<sup>343</sup> *Echo Militar*, ano II, edição n. 1, de 1º de janeiro de 1879, p. 3.

O discurso, de caráter positivo, procura conceder determinadas características aos membros da classe militar. O afastamento da política era visto como um atributo desejado ao oficial que se dedicasse à política. Por outro lado, a participação de oficiais na política, como administradores, traria um elemento positivo à conduta política. O ideal do homem militar, do *ethos* simbolizado por um elevado código de honra – que incluía o respeito pelo bem público – deveria moralizar a política. Além disso, a participação era desejada também para afastar o fantasma do abandono e do descrédito que rondava as instituições militares - Marinha e Exército, conforme era opinião geral dos redatores dos periódicos.

#### **4.5 A classe militar: uma classe definida pela imprensa periódica militar**

Vimos, até aqui, como a imprensa forneceu o meio necessário para a institucionalização de um discurso sobre a classe militar e a própria instituição militar, durante o Segundo Reinado. Este período coincide com aquilo que chamamos de segunda fase da imprensa periódica militar, observada durante o Oitocentos. A imprensa militar configura-se, portanto, como um importante espaço público de discussão e debates, utilizada largamente por militares, durante o século XIX. A imprensa é, assim, dotada de grande importância, nesse período.

Os militares buscaram destacar não apenas as características da classe militar, mas a própria função da instituição militar, em uma nação soberana. O discurso visa, nesse sentido, atribuir também o papel e a função do Exército na sociedade.

Em *O Militar* (1854), os redatores entendem os exércitos permanentes como necessidade dos estados. Exércitos organizados e numerosos são, portanto, necessários para obter e conservar a paz interna e externa: “Daí nascera a necessidade dos exércitos permanentes, como os únicos capazes de oferecer a garantia da manutenção da paz; e nova tática também viera ocupar ilustradas capacidades e não pequeno número de pensadores”.<sup>344</sup> Além de obter a paz e manter

---

<sup>344</sup> *O Militar*, ano I, edição n. 4, de 26 de agosto de 1854, p. 1.

a paz, um exército permanente acha-se ainda ligado, intrinsecamente, à independência de um país:

Assim, se uma Nação não pode abstrair dos magistrados e dos estadistas, não pode também dispensar o Militar, que mais de uma vez a história no-lo tem apontado, acumulando ao mesmo tempo todas essas categorias. Mas no Brasil por acaso tem ele essa importância? Sua utilidade tem-se feito sentir? Foi ele criado conforme mandavam suas circunstâncias locais e políticas?<sup>345</sup>

Por outro lado, o fato de revoltas serem contínuas no interior do país, a maior parte delas por fatores eleitorais, e a constante desorganização dos países fronteiriços, prova a necessidade de manter um exército mais vultuoso do que o existente. “Províncias fronteiras, como já as têm feito sofrer os vexames de invasões súbitas e parciais, aniquilando muitas fortunas; teremos provado a impossibilidade de dispensar-se um Exército mais numeroso talvez do que comportam as finanças do país (...)”.<sup>346</sup>

Em outro trecho assinalam os redatores de *O Militar que*:

A Classe Militar não foi criada para destruir os homens, mas sim para conserva-los; não para calcar suas leis e direitos, mas sim para garanti-los, não para aniquilar a paz, independência e integridade das nações, mas para sustenta-las, opondo barreiras às suas injustas agressões, e forçando-as a mutuamente se respeitarem. Não foi pois a classe Militar criada para levar e alimentar a guerra entre os povos, mas sim para sustar, combater e destruir esse terrível flagelo. Eis o que nos dita a razão analisando os fatos da história universal.<sup>347</sup>

Em um texto intitulado “Necessidade de um Exército bem organizado” o autor explica que, se o Brasil deseja estar inserido no mapa das grandes nações mundiais, deve possuir um Exército organizado e disciplinado, pois a história demonstra que, sem esta força, muitos fatos teriam tenebrosas consequências.

<sup>345</sup> *O Militar*, ano I, edição n. 4, de 26 de agosto de 1854, p. 2.

<sup>346</sup> *O Militar*, ano I, edição n. 5, de 12 de setembro de 1854, p. 1.

<sup>347</sup> *O Militar*, ano I, edição n. 5, de 12 de setembro de 1854, p. 4.



O Brasil, país novo, de extenso território, sem ter espalhado a semente da civilização por todo o seu interior, eivado de potentados locais, imbuídos nas ideias do feudalismo que herdamos dos donatários portugueses, necessita de uma força convenientemente organizada, que sobranceira a essas influências perniciosas, faça chegar a ação governamental a esses asilos do crime e da barbaria.<sup>348</sup>

Por fim, conclui o autor que a existência de um exército organizado é um passo na direção do progresso. Se um país deseja ser respeitado como nação soberana, precisa possuir uma Marinha numerosa e um Exército forte e disciplinado. Foram os militares que “com suas espadas impediram a dissolução do Império e talvez também da Monarquia, que enfim sustentaram e salvaram a dignidade e a honra nacional, duvidada e escarnecida no sul da América”.<sup>349</sup>

Em *O Soldado e o Marinheiro* (1869), também o redator se prontifica a demonstrar a importância da existência de uma força armada nacional. Inserido no contexto da Guerra do Paraguai, o periódico compreende que os soldados foram responsáveis pela independência, e também pela desforra da honra nacional nos campos do Paraguai, “páginas de glória nessa luta imortal da civilização contra a barbária do novo Cunhambebe, páginas de inextinguível heroísmo e desinteresse, que tornarão o Brasil talvez a maior potência civilizadora dos tempos modernos”.<sup>350</sup>

Em outro texto, novamente o autor volta a falar da importância do militar, e, novamente, deixa claro a quem o texto se dirige: aos políticos. Utiliza-se novamente da história, demonstrando como, desde a antiguidade, o legislador precisou do militar. “O fundamento racional e histórico das constituições dos povos tem a sua origem no prestígio do elemento militar, que é a primeira base do direito público toda vez que um povo quer ser livre e proclamar a sua liberdade. As instituições políticas não se constituem sem o seu auxílio”.<sup>351</sup> Para o autor, portanto, o próprio estado moderno fixa-se em bases militares. Retoma a história, novamente, para construir a argumentação de sua tese. Foca, então, no período romano. Conclui que a decadência romana teve sua origem na desmoralização da sociedade de paisanos devassos, e juizes togados que se aviltaram. O autor demonstra erudição, ao citar

<sup>348</sup> *O Militar*, ano I, edição n. 6, de 30 de setembro de 1854, p. 1.

<sup>349</sup> *O Militar*, ano I, edição n. 6, de 30 de setembro de 1854, p. 8.

<sup>350</sup> *O Soldado e o Marinheiro*, ano I, edição n. 1, de 9 de outubro de 1869, p. 1.

<sup>351</sup> *O Soldado e o Marinheiro*, ano I, edição n. 1, de 9 de outubro de 1869, p. 1.

Cícero, Sêneca, Tito-Lívio, Voltaire, D’Alambert e Diderot. Para o autor, à guisa de conclusão, as vitórias da espada são tão legítimas quanto as vitórias da inteligência. “No estado atual dos negócios desta nação, dois corretivos a poderão salvar: a constância do Imperador e a tenacidade militar na defesa dos brios nacionais”.<sup>352</sup> O recurso ao binômio força X inteligência parece, novamente, uma crítica velada à elite política e letrada imperial. Para o autor, em todos os séculos a inteligência fez esforços para conquistar uma posição de destaque, governando desde a tribuna antiga até a tribuna moderna. Mas no momento de força desta inteligência, adverte o autor, dela se aproveitarão Cesar, Carlos Magno e Napoleão. A referência a clássicos conquistadores da história não é gratuita: inserido no contexto da guerra do Paraguai, *O Soldado e o Marinheiro* recorre ao discurso comum construído pela elite política de que o Império brasileiro foi assaltado, e assim é ameaçado por Solano Lopez.

Um articulista do *Indicador Militar* (1862) lembrava nas páginas do periódico que:

O exército é o defensor e o protetor de nossas liberdades, de nossas belas instituições constitucionais. Dele se pode dizer com toda razão o que nas câmaras francesas disse em 1834 um dos seus mais eloquentes oradores [refere-se aqui o autor a Lamartine] – *o exército hoje é a última razão da própria liberdade. Tendo garantido completamente a ordem social, ele perseverará nessa tarefa: cumpre fortifica-lo.* [grifo no original]<sup>353</sup>

Para os redatores de *O Soldado* (1881), era “nos exércitos bem organizados que estão a segurança e garantia das nações”.<sup>354</sup> O atributo de defesa da nação era, portanto, geral no discurso dos redatores do periódico. A função militar e a necessidade de sua existência ganhavam exatidão, não apenas para os redatores, mas também para a própria institucionalização do Exército imperial. Coincidia, assim, com a formação da classe militar e do discurso necessário à sua legitimação.

<sup>352</sup> *O Soldado e o Marinheiro*, ano I, edição n. 1, de 9 de outubro de 1869, p. 2.

<sup>353</sup> *Indicador Militar*, ano I, edição n. 22, de 16 de novembro de 1862, p. 413.

<sup>354</sup> *O Soldado*, ano I, edição n. 11, de 19 de abril de 1881, p. 1.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*A honra individual porem não sofre impunemente a agressão que a nacional despreza. O orgulho, o amor próprio ofendido, tem ímpetos que não conhece limites. O brioso general chama a juízo o autor da verrina (...). Tribuna Militar, edição n. 48, de 1881, p. 1.*

Buscamos, ao longo das páginas deste trabalho, dois objetivos distintos e complementares: primeiro, demonstrar a existência da imprensa periódica militar como objeto e campo de estudo específico durante o Brasil do Oitocentos. Os periódicos militares formam um padrão ao longo do período, de forma que nos parece impossível analisar os periódicos longe da perspectiva de existência da imprensa militar como um campo de estudo. Logo, os periódicos precisam ser compreendidos dentro desta perspectiva. Segundo, era nosso objetivo demonstrar como a imprensa militar foi primordial para a formação de um discurso institucional que definisse uma identidade de si. Ou seja, os redatores dos periódicos buscaram, através do tempo, definir a classe militar em um período quando, tanto a instituição militar quanto o próprio Estado brasileiro, estavam, ainda, em definição.

A imprensa militar no século XIX como um todo (incluindo aqui a produção internacional) pode ser vista como consequência de dois fatores principais: uma tendência internacional de aprimoramento profissional militar, fruto da própria institucionalização das forças armadas e do desenvolvimento do Estado; e a influência

do racionalismo e do cientificismo moderno, que caracteriza a guerra como uma ciência. A existência da imprensa periódica militar internacional era percebida pelos redatores dos periódicos brasileiros, pois inúmeras referências foram registradas nesta pesquisa. Os periódicos franceses e portugueses eram comumente citados, inclusive na imprensa periódica do Rio de Janeiro. Portanto, o surgimento da imprensa periódica no Brasil está inscrito numa tendência mundial de estruturação e profissionalização dos exércitos nacionais, influenciados pela crença no racionalismo e no cientificismo.

No Brasil, a imprensa periódica militar surge em dois momentos distintos: identificamos a primeira fase, que teria duração até o final da década de 1840 e que foi caracterizada como uma imprensa episódica e envolvida nas lutas políticas do período regencial. Os periódicos, aqui, inscrevem-se ainda nos primeiros anos do governo de D. Pedro II, influenciados pelos ávidos debates políticos, sobretudo na cidade do Rio de Janeiro.

Uma segunda fase foi identificada a partir de 1850, quando a imprensa periódica militar ganha periodicidade e adesão de diversos militares, que se tornam redatores destes periódicos. A década de 1850 forneceu o contexto propício para a consolidação dos militares na arena da imprensa, através da publicação de periódicos próprios, voltados ao público militar. Três hipóteses foram levantadas para explicar a segunda fase da imprensa militar: a extinção das revoltas internas, que durante muito tempo mobilizaram as tropas da coroa, no período regencial, e, posteriormente, nas revoltas liberais; uma maior profissionalização do Exército brasileiro, com as reformas efetuadas pelo gabinete conservador, sobretudo durante o mandato de Manuel Felizardo de Sousa e Melo como ministro da Guerra; e o desenvolvimento de uma cultura intelectual baseada no racionalismo e no cientificismo do século XIX.

A maior profissionalização dos exércitos, no início do século XIX, desencadeou também a criação de escolas militares nos países europeus, e, por consequência, no Brasil, quando ocorreu a transferência da corte para o Rio de Janeiro, em 1808. O ambiente da Escola Militar se tornou, assim, favorável para o desenvolvimento da cultura científica típica do Oitocentos. Logo, a imprensa militar da segunda fase tem ainda intensa relação com o grau de instrução dos redatores dos periódicos. Foi possível compreender que a maioria dos redatores identificados possuía dois tipos de vínculos com a Escola militar: ou os redatores eram egressos da Escola e estavam

empregados em repartições no Rio de Janeiro e no interior das províncias; ou os redatores eram funcionários da Escola Militar.

É durante a segunda fase que observamos, ainda, uma complexa rede de contatos entre os periódicos militares. Muitos periódicos existiram de forma concomitante, e era razoavelmente comum um redator conhecer a existência de outros periódicos similares ao seu. É assim, por exemplo, que os redatores trocavam edições entre si, e, constantemente, publicavam textos de outros periódicos militares, em suas páginas. A tendência pode ser observada na *Revista Marítima Brasileira* (1851), em *O Militar* (1854), no *Indicador Militar* (1862), no *Echo Militar* (1878) e também em *O Soldado* (1881) e na *Tribuna Militar* (1881).

Para configurar e explorar a existência da imprensa periódica militar no Brasil, algumas hipóteses foram levantadas ao longo do trabalho: a) a imprensa militar surge de forma anônima, influenciada pelo momento histórico nacional, sobretudo durante o período regencial; b) os periódicos se identificam, em um segundo momento, com os ideais de profissionalização militar; c) o surgimento dos periódicos pode ter relação com momentos de crise da história nacional, e mesmo da própria instituição militar; d) a imprensa militar está inserida em um contexto internacional de profissionalização dos exércitos e de debates de concepções científicas; e) a imprensa militar tem como principal objetivo construir discursos sobre aquilo que é *ser militar*, caracterizando a classe militar em um momento quando nem o Estado nem a instituição estão completamente consolidados.

A última hipótese representa o objetivo principal do trabalho: demonstrar como o jogo de oposições, baseado no entendimento de formação institucional teorizado por Mary Douglas, foi o principal argumento utilizado para se construir a caracterização da classe militar durante o século XIX. A caracterização era algo tão importante que todos os periódicos aqui observados intitulavam-se como órgão das classes militares. Ou seja, a característica visível principal de todo periódico era, justamente, conclamar-se como único representante de toda a classe militar.

A afirmação causa espanto ao pesquisador, pelo poder simbólico que carrega: deixa perceber que os redatores tinham necessidade de caracterizar-se, de conferir uma identidade de si, como classe militar, e a instituição, como entidade profissional. Logo, é possível inferir que os redatores buscavam construir um discurso de si que soasse positivo em uma sociedade que não aceitava bem as atribuições militares –

basta lembrar dos castigos corporais e da ojeriza que o recrutamento forçado despertava na população, sobretudo do interior das províncias.

Ao longo das décadas, o discurso configura-se sob alguns pilares principais, tornando-se cíclico e de fácil compreensão, podendo ser facilmente sintetizado da seguinte forma: o militar é sempre honrado e brioso, e esta característica lhe confere também a idoneidade moral, pois a honra e o brio estão indistintamente ligados a qualidades morais; os militares são sempre patrióticos, e amam sua pátria, considerada mãe de todos, sendo o militar o melhor dos seus filhos; o militar é um mártir da sociedade, e garantidor da existência do Estado político, incluindo aí suas instituições e o próprio poder monárquico; embora seja o mártir da sociedade, e garantidor da ordem pública, o militar está abandonado pelo mesmo poder que ajuda a conservar; logo, a profissão é amesquinhada e aviltada, embora seja a profissão que confere maior honra ao homem; pela sua ilustração, o militar deve ser considerado um administrador natural, e, assim, deve partilhar da direção do Estado, com os homens políticos; a participação do militar na administração pública confere idoneidade e moralidade à política, pois os militares são sempre honrados, briosos e moralmente idôneos. A caracterização termina, assim, da forma como iniciou: calcada no sentimento de honra que é a maior característica da classe militar durante o século XIX.

Por outro lado, a construção do discurso só pode ser efetuada através da analogia e da oposição. As instituições são agrupamentos sociais legitimados, em princípios gerais de fundação, que dependem do processo cognitivo de seus integrantes. Ora, o canal escolhido para a construção da legitimidade institucional dos militares, durante o século XIX, foi a imprensa. Os autores buscam, a todo tempo, codificar e legitimar dados importantes, a fim de conferir uma identidade à classe militar. As analogias e oposições serão utilizadas neste processo, e o grupo escolhido para compor tal oposição será a classe política. É assim que os redatores compõem um discurso positivo em relação à classe militar, e negativo em relação a classe política.

Embora a caracterização da classe militar tenha similaridade durante o período aqui analisado, as causas que influenciam o argumento tendem a mudar. É o caso, por exemplo, da questão do abandono: todos os periódicos entre 1854 e 1881, percebem e teorizam o abandono ao qual a classe militar estaria relegada, mas as

causas variam, ao longo do tempo. Em 1855, os redatores de *O Militar Brioso* acreditavam que uma das causas para o abandono da classe militar era a falta de participação de militares na política. Era necessário, portanto, que os militares exercessem seus direitos políticos como cidadãos do Império, para corrigir este problema. Em 1881, os redatores de *O Soldado* também teorizaram sobre o abandono: mas, naquele contexto, o problema tinha bastante relação com o Corpo de Voluntários da Pátria e o não cumprimento das promessas imperiais, que levava os membros do corpo ao abandono e à condição aviltante de mendigos, pelas diversas províncias do Império.

É necessário compreender também que, na maior parte das vezes, os redatores não buscaram criar tradições ou solidificar discursos originários sobre a classe militar. A percepção natural era que o Exército brasileiro havia surgido com a Independência, e ponto. O processo de construção de uma história oficial do Exército e de tradições será efetuado mais tarde, sobretudo durante o período republicano. Os redatores buscavam, portanto, definir apenas como se caracterizava a classe militar, naquele período, e pelo que a mesma classe ansiava.

Embora a classe militar fosse definida, muitas vezes, de forma ampla nas páginas dos periódicos, os redatores buscavam, a todo momento, reduzi-la a dois grupos principais: ao Exército e à Marinha. Portanto, a busca era direcionada também à própria definição dos grupos formadores da classe militar, durante o Segundo Reinado.

É necessário ainda lembrar que o discurso dos periódicos não pode ser tomado como verdade. Ou seja, embora os redatores insistissem na caracterização positiva da instituição militar e de seus integrantes, é necessário compreender que a caracterização talvez não correspondesse à realidade. Sucessivos escândalos nos Arsenais de Guerra da Corte e de outras províncias ganharam as páginas dos jornais cariocas, durante o Segundo Reinado. Embora os responsáveis pela corrupção nunca fossem julgados e processados, é possível inferir que tais escândalos contassem com a participação dos comandantes militares. Logo, nem todos os militares eram briosos e idôneos, como o discurso buscava demonstrar. Mas a caracterização, bem como a homogeneização, eram dados necessários. Assim, os redatores tomavam tais escândalos como uma afronta à honra militar, e prosseguiram na caracterização positiva da classe, como ocorreu em *O Militar Brioso* (1855).

Portanto, nos parece claro que, muito antes da Guerra do Paraguai (1865) ou mesmo da Questão Militar (1886), os militares já possuíam um intenso espírito de corpo, sintetizado, sobretudo, na crença da honra e do patriotismo, como elementos definidores principais da classe militar. Embora não seja possível tomarmos o discurso dos periódicos como o discurso de toda a classe – como era objetivo dos redatores demonstrar, a repetição de muitas características, ao longo do tempo, nos permite inferir que as percepções eram, de fato, consolidadas entre a maior parte dos militares.

É necessário, portanto, agregar novas pistas ao estudo das relações entre militares e sociedade, durante o século XIX. A imprensa militar como fonte e objeto é capaz de adicionar novos dados para a compreensão dessa relação, sobretudo sobre a caracterização que os próprios militares faziam de si e de sua instituição, durante o período. A participação na imprensa marca, definitivamente, a inserção de militares brasileiros na produção intelectual, que no período republicano resultará em uma intensa produção bibliográfica sobre a própria instituição.



## REFERÊNCIAS

- ABREU, Marcia. Duzentos anos: os primeiros livros brasileiros. In: BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Marcia (orgs.). *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Editora UNESP, 2011.
- AMARAL, Antônio José do. *Indicador da Legislação Militar*. 2ª Edição. Tipografia Nacional: Rio de Janeiro, 1872.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- AZEVEDO, Moreira de. *Rio da Prata e Paraguay. Quadros Guerreiros*. Eduardo e Henrique Laemmert: Rio de Janeiro, 1871.
- BARBOSA, Marialva. *História cultural da Imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.
- BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2007.
- BEATTIE, Peter M. *Tributo de Sangue: Exército, Honra, Raça e Nação no Brasil 1864-1945*. São Paulo: EDUSP, 2009.
- BERBEL, Marcia. Pátria e Patriotas em Pernambuco (1817-1822): Nação, identidade e vocabulário Político. In: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003.
- BLAKE, Augusto Victorino Alves de Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893.
- BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Marcia (orgs.). *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Editora UNESP, 2011.
- \_\_\_\_\_. Antônio Isidoro da Fonseca e Frei José Mariano da Conceição Veloso: Precursores. In: BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Marcia (orgs.). *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Editora UNESP, 2011.
- BREUILLY, John. *Nationalism and the State*. Chicago: University of Chicago Press, 1994.
- CABRAL, Alfredo do Valle. *Annaes da Imprensa Nacional do Rio de Janeiro de 1808 a 1822*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1881.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida; MORAES, Rubens Borba de. *Bibliografia da Imprensa Régia do Rio de Janeiro (1808-1822)*. São Paulo: Kosmos, 1993. 2 v.
- CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia Coelho. *O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de S. Paulo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- CASTRO, Celso. *Os Militares e a República*. Um Estudo sobre a ação política. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 1995.
- CASTRO, Celso; KRAAY, Hendrik; IZECKSOHN, Vitor (orgs.). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

\_\_\_\_\_. *Exército e Nação: Estudos sobre a história do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro. FGV, 2012.

CASTRO, Jeanne Berrance de. *A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1977.

CATROGA, Fernando. *Pátria e Nação*. In: VII Jornada setecentista, 2007. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/cedope/files/2011/12/P%C3%A1tria-e-Na%C3%A7%C3%A3o-Fernando-Catroga.pdf> Acesso em 25/11/2014.

CHIARAMONTE, José Carlos. Metamorfoses do conceito de nação entre os séculos XVII e XVIII. In: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003.

\_\_\_\_\_. *Nación y Estado em Iberoamerica*. El lenguaje político em tempos de las independencias. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2004.

CIDADE, Francisco de Paula. *Síntese de três séculos de literatura Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1953.

CONRAD, Joseph. *Os Duelistas*. Porto Alegre: LPM Editores. 2012.

CREVELD, Martin van. *Ascensão e declínio do Estado*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

CLAUSEWITZ, Carl von. *Da Guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*. São Paulo: Forense, 1976.

COSTA, Wilma Peres. *A espada de Dâmocles: o Exército, a guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

DIAS, Claudete Maria Miranda. *Balaios e Bem-te-vis: aguerrilha sertaneja*. EDUFPI: Teresina, 2010.

DOUGLAS, Mary. *Como pensam as instituições*. Porto Alegre: Instituto Piaget, 2012.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2002.

DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves. (orgs.) *Política, nação e edição*. O lugar dos Impresses na construção da vida política. São Paulo: Annablume, 2006.

DUTRA, Eliana de Freitas. Leitores de Além mar: a editora Garnier e sua aventura editorial no Brasil. In: BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Marcia (orgs.). *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: UNB, 2001.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. Formação do patronato político brasileiro. 3ª ed. São Paulo: Globo, 2001.

FEBVRE, Lucien. *Honra e Pátria*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1998.

FONSECA, Gondin da. *Biografia do jornalismo carioca: (1808-1908)*. Rio de Janeiro: Quaresma, 1941.

- GAUER, Ruth M. Chittó. *A Construção do Estado Nação no Brasil*. Curitiba: Juruá, 2009.
- GELLNER, Ernest. *Nations and Nationalism*. Oxford: Blackwell, 1983.
- GIRARDET, Raoul. *A sociedade militar de 1815 até nossos dias*. Rio de Janeiro: BIBLIX, 2000.
- GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- GOMES, Luiza das Neves. A Marinha Brasileira no pós-guerra do Paraguai – Uma análise da partir da imprensa militar. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *Anais do XXVI Simpósio Nacional da ANPUH – Associação Nacional de História*. ANPUH-SP: São Paulo, 2011.
- GUERRA, Isabel Carvalho. *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo*. Sentidos e formas de uso. Estoril: Príncipia Editora, 2006.
- HAHNER, June. *Relações Entre Civis e Militares no Brasil 1889-1898*. Rio de Janeiro: Pioneira, 1979.
- HALEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: EDUSP, 2012.
- HAYES, Robert. *Nação Armada*. A Mística Militar Brasileira. Rio de Janeiro: BIBLIX, 1991.
- HOBBSAWM, Eric. *A Era das Revoluções: 1789-1848*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- \_\_\_\_\_. *Nações e Nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- HUNTINGTON, Samuel. *O Soldado e o Estado*. Rio de Janeiro: BIBLIX, 1996.
- HUTCHINSON, John (org.). *Understanding Nationalism*. Cambridge: Polity Press, 2001.
- \_\_\_\_\_. *O Cerne da Discórdia*. A Guerra do Paraguai e o núcleo profissional do Exército. Rio de Janeiro: E-papers. 2002.
- JANOTTI, Maria de Lourdes. *A Balaiada*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- JANOWITZ, Morris. *O soldado profissional*. Um estudo social e político. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1967.
- KRAAY, Hendrik. *Race, State and Armed Forces in independence-Era Brazil*. California: Stanford University Press, 2001.
- KEEGAN, John. *Uma história da guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- KRIPPENDORFF, Karl. *Metodología de análisis de contenido*. Teoria e Prática. Barcelona: Paidós, 1990.
- LINDOSO, Dirceu. *A utopia armada*. Rebeliões de pobres nas matas do tombo real. Maceió: EDUFAL, 2005.
- LOVEJOY, Arthur O. *A grande cadeia do ser: um estudo de história de uma ideia*. São Paulo: Palíndromo, 2005.

LUCA, Tania Regina (org.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

\_\_\_\_\_. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

LUSTOSA, Isabel (org.) *Imprensa, história e literatura*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008.

LYRA, Heitor. *História da Queda do Império*. Tomo II. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1964.

MAGALHÃES, João Batista. *A Evolução Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: BIBLIX, 1998.

MANN, Michael. *A Political Theory of Nationalism and its Excesses*. Madrid: Instituto Juan March de Estudios e Investigaciones, 1994.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina (orgs.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São. Paulo: Hucitec, 2004.

MENDES, Fábio Faria. *Recrutamento Militar e Construção do Estado no Brasil Imperial*. Curitiba: Argumentum, 2010.

MINDLIN, José. Imprensa Régia: seus significados e suas realizações. In: BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Marcia (orgs.). *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

MORAES, Roque. Análise de Conteúdo: possibilidades e limites. In: ENGERS, M .E. A. *Paradigmas e Metodologias de pesquisa em Educação*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994.

MOTTA, Jehovah. *Formação do oficial do Exército*. Rio de Janeiro: BIBLIX, 1998.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos*. Imprensa, atores políticos e Sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840). São Paulo: HUCITEC, 2005.

\_\_\_\_\_. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

\_\_\_\_\_. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina (orgs.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

NAVARRO, Pablo; DÍAZ, Capitolina. Análisis de Contenido. In: DELGADO, J. M; GUTIÉRREZ, J. (orgs.). *Métodos y técnicas cualitativas de investigación en ciencias sociales*. Madrid: Editorial Síntesis, 1995.

NASCIMENTO, Fernanda de Santos. Exército e Nação: A construção da nacionalidade brasileira e os militares. In: *Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos do IPEA*. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area6/area6-artigo4.pdf> Acesso em 12/12/2014.

NISBET, Robert. *Os filósofos sociais*. Brasília: Universidade de Brasília, 1982.

OAKESHOTT, Michael. *Sobre a História e outros ensaios*. Rio de Janeiro: TopBooks, 2003.

OLABUÉNAGA, José Ignacio Ruiz. *Metodología de La investigación cualitativa*. Bilbao: Universidad de Deusto, 1999.

OLIVAL, Fernanda. Honra, cavalaria e ordens (Portugal, séculos XVI-XVII): dos romances de cavalaria às práticas e das práticas aos textos. In: MONGELLI, Lênia Márcia (org.). *De cavaleiros e cavalarias*. Por terras de Europa e Américas. São Paulo: Humanitas, 2012. Disponível em <http://editora.fflch.usp.br/sites/editora.fflch.usp.br/files/205-214.pdf> Acesso em 18/10/2014.

PESSOA, Sabino Eloy; GAMA, Luiz Philippe de Saldanha da Gama (orgs.). *Catálogo Metódico da Biblioteca da Marinha*. Rio de Janeiro: Tipografia Esperança, 1879.

PINTO, Luis Maria da Silva. *Diccionario da Língua brasileira*. Outo Preto9: Tipografia de Silva, 1832.

SANTOS, Murilo. *O Caminho da Profissionalização das Forças Armadas*. Rio de Janeiro: Gráfica Editora do Livro, 1991.

SCHNEIDER, Fernand. *História das Doutrinas Militares*. São Paulo: DIFEL, 1975.

SCHULZ, John. *O Exército na Política*. Origens da Intervenção Militar (1850-1894). São Paulo: EDUSP, 1994.

SMITH, Anthony. *Nacionalismo*. Lisboa: Teorema, 2006.

SECRETO, Maria Verônica. *(des)medidos: a Revolta dos Quebra-quilos (1874-1876)*. São Paulo: Mauad, 2012.

SILVA, Alfredo P. M. *Os Generais do Exército Brasileiro, 1822 a 1889*. Rio de Janeiro: M. Orosco & Co., 1906.

SILVA, Inocencio Francisco. *Dicionário Bibliográfico Português*. Estudos de Inocencio Francisco da Silva aplicáveis a Portugal e ao Brasil. Tomo oitavo. Lisboa: Imprensa Nacional, 1867.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

\_\_\_\_\_. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: INTERCOM; Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

SOUZA, Adriana Barreto de. *O Exército na Consolidação do Império*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

\_\_\_\_\_. Trajetórias, redes e práticas políticas: os conselheiros do Conselho Supremo Militar e de Justiça (Rio de Janeiro, 1808-1922). Disponível em <http://www.iict.pt/pequenobreza/arquivo/Doc/t8s2-03.pdf>. Acesso em 18/05/2013.

STEPAN, Alfred. *Os Militares na Política*. São Paulo: Artenova, 1975.

STUDART, Guilherme. *Dicionário Bio-bibliográfico Cearense*. Fortaleza: Editora da Universidade Federal do Ceará, 1980. Reimpressão facsimilar da primeira edição de 1910.

THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária*. A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VAGTS, Alfred. *History of Militarism*. Civilian and military. London: Hollis e Carter, 1959.

VIANA, Oliveira. *O ocaso do Império*. Brasília: Edições do Sendo Federal, 2010.

VIGNY, Alfred de. *Servidão e Grandeza Militares*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército 1960.

VILLAR, Pierre. *Iniciación al vocabulário del análisis histórico*. Barcelona: Crítica, 1992.

WEBER, Max. A Política como Vocação. In: *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: LTC, 2002.

WEIGLEY, Russel F. (org.). *Novas dimensões da História Militar*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981, p. 25.

## ALMANAQUES

*Almanak Militar* para o ano de 1861. Organizado na Repartição do Ajudante-General. Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert, 1861.

*Almanak Administrativo Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro, organizado e redigido por Eduardo Laemmert* dos anos de 1851 a 1856. Disponível em <http://www.crl.edu/brazil/almanak>. Acesso em 25/08/2013

*Almanak do Ministério da Guerra*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1871.

*Almanak do Ministério da Guerra no ano de 1878*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1878.

*Almanak do Ministério da Guerra no ano de 1884*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1884.

*Almanak do Ministério da Guerra no ano de 1881*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1881.

*Almanak Militar*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional 1880.

*Anais da Biblioteca Nacional*. Vol. 85, 1965.

## ARTIGOS EM REVISTAS CIENTÍFICAS

ARIAS NETO, José Miguel. Revista Marítima Brasileira: 1851-1855: A liberdade de pensamento na Marinha imperial e o projeto de nação no século XIX. *Revista Brasileira de História Militar*. Ano III. No. 8, Agosto de 2012, p. 4-29.

\_\_\_\_\_. A Imprensa Militar no século XIX: um balanço preliminar. *Revista Navigator*. Volume 9, No. 18, dezembro de 2013, p. 55-64.

\_\_\_\_\_. Imprensa Militar nos Oitocentos: A Revista Marítima Brasileira 1851-1855. In: *Anais 9º Encontro Nacional de História da Mídia: História da Comunicação ou História da Mídia Fronteiras Conceituais e Diferenças*, 2013. Disponível em <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/9o-encontro->

[2013/artigos/qt-historia-da-midia-imprensa/imprensa-militar-nos-oitocentos-a-revista-maritima-brasileira-1851-1855](#) . Acesso em 25/04/2014.

ASSIS, José Luís. Ciência e Literatura na Revista Militar (1849-1910). Ciência, Cultura e Sociedade – Discursos de Saberes Científicos. *Revista Militar*. Edição de Outubro de 2006. Disponível em [http://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art\\_id=140](http://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art_id=140). Acesso em dezembro de 2012.

CONSTANTINO, Núncia. Pesquisa histórica e análise de conteúdo: Pertinência e possibilidades. *Estudos Ibero-Americanos*. Junho 2002.

CURTO, Ramada; et al. Nações e nacionalismos (a teoria, a história, a moral). *Tempo Social*, v. 24, n. 2, 2012, p. 33-58.

DUDLEY, William S. Institutional Sources of Officer Discontent in the Brazilian Army, 1870-1889. *Hispanic American Historical Review*, Vol. 55, No. 1, February 1975, p. 44-65.

IZECKSOHN, Vitor. Resistência ao recrutamento para o Exército durante as guerras civil e do Paraguai. Brasil e Estados Unidos na década de 1880. *Estudos Históricos*, n° 27, 2001.

MARTÍNEZ, María Victoria. A vueltas com la honray el honor. Evolución em la concepción de la honra y el honor em las sociedades castellanas desde el medioevo al siglo XVII. *Revista Borradores – Vol. VIII – IX – Año 2008*, p. 1-10. Disponível em <http://www.unrc.edu.ar/publicar/borradores/Vol8-9/pdf/A%20vueltas%20con%20la%20honra%20y%20el%20honor.pdf> acesso em 15/10/2014.

OLIVEIRA, Rodrigo Perez. A imprensa oficial do Exército brasileiro entre a “questão militar” e a consolidação da República oligárquica: um estudo comparativo. In: *Anais do XV Encontro Regional de História da Anpuh-Rio*. 2012. Disponível em [http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1332700733\\_ARQUIVO\\_artigoparaanpuhregional-2012.pdf](http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1332700733_ARQUIVO_artigoparaanpuhregional-2012.pdf) Acesso em 25 de junho de 2013.

\_\_\_\_\_. A publicação de narrativas testemunhais de veteranos da Guerra do Paraguai na Revista do Exército Brasileiro: o projeto de construção de uma memória oficial (1882-1888). *Revista ARS História*. V. 1, n. 2, jul.- dez. 2010, p. 98-113. Disponível em [http://www.ifcs.ufrj.br/~arshistorica/dezembro2010/doc/arshistorica02\\_a12.pdf](http://www.ifcs.ufrj.br/~arshistorica/dezembro2010/doc/arshistorica02_a12.pdf) Acesso em 25/10/2014.

*Revista trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo XXIX. B. L. Garnier Editor. Rio de Janeiro, 1866.

ROCHA, Décio; DEUSDARÁ, Bruno. Análise de Conteúdo e Análise de Discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória. *Revista ALEA*, volume 7, número 2. Julho-dezembro 2005, p. 305-322.

SEBASTIÁN, Javier Fernandez. Estado, Nación y Pátria en el lenguaje político español. Datos lexicométricos y notas para uma história conceptual. *Patria, Nación, Estado*. núm. extraordinário da *Revista de História Militar*. 2002, p. 159-219.



SOBRAL, José Manuel. A formação das nações e o nacionalismo: os paradigmas explicativos e o caso português. *Análise Social*, vol. XXXVII, 2003, p. 1093-1126.

## LEIS E DECRETOS

BRASIL Decreto nº 601 de 19 de abril de 1849, (organiza o corpo de Saúde do Exército), disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-601-19-abril-1849-559784-publicacaooriginal-82182-pe.html> Acesso em 13/01/2015.

BRASIL Decreto nº 634 de 10 de setembro de 1851 (organiza a Escola de Aplicação do Exército), disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-953-5-abril-1852-559021-publicacaooriginal-80821-pe.html> Acesso em 15/01/2015.

BRASIL Decreto nº 663 de 24 de dezembro de 1849 (organiza a comissão de Melhoramentos do Exército), disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-663-24-dezembro-1849-559956-publicacaooriginal-82463-pe.html> Acesso em 13/01/2015.

BRASIL Decreto nº 713 de 18 de outubro de 1850 (organiza uma escola prática para a Artilharia), disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-713-18-outubro-1850-560111-publicacaooriginal-82688-pe.html> Acesso em 13/01/2015.

BRASIL Decreto nº 736 de 20 de novembro de 1850, (reformas no Tesouro nacional) disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-736-20-novembro-1850-560158-publicacaooriginal-82782-pe.html> Acesso em 13/01/2015.

BRASIL Decreto nº 801 de 2 de julho de 1851, (organização do Banco do Brasil) disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-801-2-julho-1851-559446-publicacaooriginal-81664-pe.html> Acesso em 13/01/2015.

BRASIL Decreto nº 3.371, de 7 de Janeiro de 1865, disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3371-7-janeiro-1865-554492-publicacaooriginal-73111-pe.html> Acesso em 13/01/2015.

BRASIL Decreto nº 5.885, de 8 de março de 1875, disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-5884-8-marco-1875-549868-publicacaooriginal-65402-pe.html> Acesso em 18/12/2014.

BRASIL Lei nº 556 de 25 de junho de 1850 (Código Comercial do Império) disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-556-25-junho-1850-501245-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em 13/01/2015.

BRASIL Lei nº 585 de 6 de setembro de 1850, (regula o acesso de oficiais aos diferentes postos da carreira), disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-585-6-setembro-1850-559825-publicacaooriginal-82236-pl.html> Acesso em 13/01/2015.



BRASIL Lei n° 602 de 19 de setembro de 1850 (organização da Guarda Nacional do Império) disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-602-1850-559843-publicacaooriginal-82255-pl.html> Acesso em 13/01/2015.

BRASIL Lei 614 de 22 de agosto de 1851 (organiza o corpo diplomático brasileiro), disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-614-22-agosto-1851-559304-publicacaooriginal-81470-pl.html> Acesso em 13/01/2015.

BRASIL Lei n° 631 de 18 de setembro de 1851 (penas e processos para alguns crimes militares) disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-631-18-setembro-1851-559322-publicacaooriginal-81490-pl.html> . Acesso em 15/01/2015.

*Colecção das Decisões do Governo do Império do Brasil 1859*. Typografia Nacional: Rio de Janeiro, 1859, p. 251 e 252.

## TESES E DISSERTAÇÕES

BARONE, Adelaide Cristina Brandão. *O discurso sobre o golpe de 1964 e o regime militar: análise da revista A Defesa Nacional (1990-2004)*. Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.

CAPELLA, Leila. *As malhas de aço no tecido nacional: A revista A Defesa Nacional e o Serviço Militar Obrigatório*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1985.

FERREIRA, Maria Isabel Lopes. *José Daniel Rodrigues da Costa (1755/56-1832): um autor a serviço da educação dos povos*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa, 2011. Disponível em <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/6787> Acesso em 25/10/2014.

LIMA, Ana Paula Almeida. *Engenheiros fardados no Império: A modernidade no pensamento dos egressos da Escola Militar*. Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.

NASCIMENTO, Fernanda de Santos. *A Revista A Defesa Nacional e o projeto de modernização do Exército brasileiro (1931-1937)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da PUC/RS. Porto Alegre, 2010.

RODRIGUES, Marcelo Santos. *Os (in)voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. A participação da Bahia no conflito. Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação de História da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2001.

RODRIGUES, Neuma Brilhante. *Nos caminhos do Império: a trajetória de Raimundo José da Cunha Mattos*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade de Brasília. Brasília, 2008.

SILVA, Adhemar Lourenço da. *As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas*. PUCRS, 2004. Tese de Doutorado.

SOUZA, Simone Cristina Mendonça de. *Primeiras impressões: romances publicados pela Imprensa Régia do Rio de Janeiro (1808-1822)*. Tese de Doutorado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Teoria e História Literária da UNICAMP. Campinas, 2007. Disponível em <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000416452&fd=y>.

## PERIÓDICOS CONSULTADOS

*O Tareco Militar*, 1833.

*O Soldado Aflicto*, 1833.

*O Torto da Artilharia*, 1833.

*O Militar no Rio de Janeiro*, 1833.

*Le Spectateur Militaire, recueil de science, d'art e d'histoire militaires*. Publié sous la direction de M. Noiro. (1826 a 1834) Disponível em <https://play.google.com/store/books/details?id=V7tKAAAACAAJ> Acesso em 15/09/2013.

*O Militar*, 1839.

*O Soldado Brasileiro, jornal político e militar*, 1849.

*Revista Marítima Brasileira*, 1851.

*O Militar*, 1854.

*O Militar Brioso*, 1855.

*Correio Mercantil, Instrutivo, Político e Universal*, 1850-1860.

*Indicador Militar*, 1862.

*Diário do Rio de Janeiro*, 1862 -1864.

*Army and Navy Journal* – 1868-1869.

*O Soldado e o Marinheiro*, 1869.

*A Reforma*, Órgão democrático, 1869.

*Echo Militar*, 1878.

*Alvorada*, 1879.

*O Soldado*, 1881.

*Tribuna Militar*, 1881-1882.

*Revista do Exército Brasileiro*, 1882.

*O Grito do Povo*, 1885.

## APENDICE A - anúncios do *Indicador Militar* no *Diário do Rio de Janeiro* durante o ano de 1863

O *Diário do Rio de Janeiro* publicava com frequência anúncios do *Indicador Militar*.

- Domingo, 22 de junho de 1862, p. 2 e 3: foi publicado, (a pedido) o artigo *Os inválidos* de Joaquim Antônio Ferreira da Cunha, que havia sido publicado no *Indicador Militar* No. 12, de 16 de junho de 1862.
- 6 de janeiro de 1863, p. 1: *Indicador Militar*: publicou-se o no. 1 do 2º ano deste periódico contendo: O *Indicador Militar* – sistema militar do Brasil – A antiguidade como base de promoções.
- 21 de janeiro de 1863, p. 2: indica a publicação do 2º volume do *Indicador Militar* do ano de 1863. Os artigos são: As bases da promoção – Artilharia – O exército – apontamentos coligidos da História militar – Nota sobre o emprego do infinito no ensaio das matemáticas elementares.
- 26 de janeiro de 1863, p. 1: o *Diário do Rio de Janeiro* publica um artigo de Conrado Maria da Silva Bittencourt, publicado no *Indicador Militar* No. 20, do ano de 1862. O artigo, grande, ocupa duas folhas do *Diário*.
- 20 de fevereiro de 1863, p. 1: “*Indicador Militar* – publicou-se o n.4 do 2º ano desta interessante revista, contendo: os regulamentos do serviço interno dos corpos; reflexões sobre a atualidade – notas sobre o emprego do infinito no ensino das matemáticas elementares”.
- 10 de março de 1863, p. 1: “*Indicador Militar* – publicou-se o n. 5 do 2º ano do *Indicador militar*, contendo: material de guerra – o brado de armas da sentinela nacional dos corpos de Guarda – as bases da promoção – tecnologia militar – Ainda a conveniência de fortificar-se os portos, costas dos estados marítimos – notas sobre o emprego do imposto no ensino das matemáticas elementares”.
- 5 de junho de 1863, p. 1: “*Indicador Militar* – publicou-se o n.11 do *Indicador Militar*, contendo: Das diferentes espécies de corpos – algumas reflexões sobre o direito criminal militar – colégios militares e meios soldos a todas as viúvas dos oficiais do exército – Material de Guerra – Breve resposta as breves reflexões do Ilm. Sr. Geraldo Candido Martins, 1º tenente da armada nacional”.
- 24 de junho de 1863, p. 1: “*Indicador Militar* – publicou-se o no. 12 do *Indicador Militar* contendo: estudos militares – aos leitores do *Indicador Militar* – apontamentos coligidos da história militar – breve resposta as breves reflexões do Sr. Geraldo Candido Martins, 1º tenente da armada nacional”.
- 23 de julho de 1863, p. 1: “*Indicador Militar* – publicou-se o n. 14 do 2º ano, contendo: - figura de terra – artilharia – apêndice à nota sobre o infinito – ensino de geometria elementar – máximas e pensamentos”.
- 15 de outubro de 1863, p. 1: “Carta do Sr. Francisco da Costa Aguiar e Silva, redator do *Indicador Militar*, remetendo os ns. 16, 17 e 18 deste jornal”.
- 9 de novembro de 1863, p. 1: “*Indicador Militar*. – publicou-se ontem o n. 21 do *Indicador Militar*, contendo: *Artilharia (morteiros e pedreiros)* por Ernesto Augusto da Cunha Mattos, 2º tenente de artilharia. *Necessidades do Exército*, por Paulo José Pereira, major de engenheiros. *Instrução para uso do óculo micrométrico de Rochon*, por P.P. Xavier de Brito, major de engenheiros; *Máximas e pensamentos*, por P.A. de Sepúlveda Everard, brigadeiro graduado de engenheiros”.

- 25 de dezembro de 1863, p. 1: “Indicador *Militar* – publicou-se o n.23 do *Indicador Militar*, contendo: o indicador da legislação militar do Sr. Capitão Antônio José do Amaral – as promoções – a transferência dos oficiais do exército – apontamentos coligidos da Escola Militar”.

## APÊNDICE B – Características em *O Militar* (1854-1855/1860)

### CARACTERÍSTICAS MILITARES

- “Ninguém poderá contestar que à fidelidade do Exército tem devido a nação a manutenção de suas instituições”. (edição n° 1, p.1).
- “(...) o Exército, alheio a tantas alternativas, tem feito respeitar a autoridade, e com energia firmado na cabeça do Sr. D. Pedro a coroa (...)”. (edição n° 1, p. 1).
- “Fieis mantenedores da constituição, amigos devotados da monarquia, nunca de nossa pena se ouvirá essa virulência de palavras, que profanando o santuário da imprensa, desacredita o princípio da autoridade”. (edição n° 1, p.1).
- “(...) triunfar a causa desses infelizes sacrificados pelo escandaloso patronato que tão fatalmente tem dominado no Brasil”. (edição n° 1, p. 2)
- “Continue esse sistema estabelecido pelo patronato, e nunca teremos oficiais: muitos, sob diversos e especiosos pretextos, se aglomeram na corte (...)”. (edição n° 1, p.3).
- “(...) certo de que contamos que curará com desvelo da classe militar, que até hoje tem vivido no abandono e na orfandade”. (edição n° 1, p.3).
- “(...) o caminho da honra e do brio que caracteriza o soldado (...)”. (edição n° 1, p.3).
- “(...) não pode pugnar pelo que o Militar mais preza, pelo seu único patrimônio, sua única riqueza, a HONRA!”. (edição n° 1, p.4).
- “(...) a franqueza e sinceridade que é inerente à nobreza de caráter que distingue a mui honrosa profissão do defensor da pátria (...)”. (edição n° 1, p.4).
- “(...) honestos e briosos oficiais (...)”. (edição n° 2, p.1).
- “(...) honestos e briosos irmãos d’armas (...)”. (edição n° 2, p.2).
- “(...) disciplina, principal base de toda a organização militar.”. (edição n° 2, p.3).
- “Um general precisa de um grande caráter e um grande caráter não se desenvolve sem o desinteresse, amor à gloria e dedicação a seu país”. (edição n° 2, p.3).
- “O que é o Militar? É a honra, a fidelidade, o desinteresse”. (edição n° 2, p.4)
- “Sabe-se que a vida Militar exige a obediência, e ela chega a tal ponto, que o indivíduo, sabendo que vai morrer, é obrigado a obedecer a ordem do seu superior”. (edição n° 3, p. 2).
- “O soldado entre nós, ou é infeliz sem proteção, ou a vítima de torpe vingança, arrastando pelo recrutamento para as fileiras do Exército, ou é vagabundo desmoralizado, e muitas vezes punido de crimes, ou o pobre esmagado pelos rigores de sua mal-aventurada sorte (...) Eis pois o que é o soldado – defensor da pátria – o garante da tranquilidade pública, o mantenedor da integridade do Império!”. (edição n° 3, p.5).
- “(...) devem lastimar tudo o mais menos a falta de valor, interesse e dedicação de nossas tropas, que mesmo no revez, sabem provar que eram dignas de melhor sorte”. (edição n° 4, p.2).
- “(...) nobre e interessante atributo do garantidor de nossa pátria”. (edição n° 4, p.2).
- “Não se diga que queremos renegar uma das primeiras virtudes militares – o desprezo da riqueza (...)”. (edição n° 4, p.2)

- “O amor da pátria é uma das qualidades que deve caracterizar o homem de guerra; sem ele o dever pode ser cumprido, porém o heroísmo nunca se desenvolverá”. (edição n° 4, p.4).
- “Ser-nos-á permitido excogitar a causa por que até hoje tem jazido no mais criminoso esquecimento o bem estar da Classe Militar (...)”. (edição n° 4, p.7).
- “O Exército e a Armada tem missões altas e especiais (...) tem deveres nobres e desinteressados (...). (edição n° 4, p.7).
- “(...) assim como ela é [a classe militar] para a Nação o melhor garante da ordem e da integridade”. (edição n° 4, p.7).
- “Escusa determinarmos nomes repelentes, visto como todos conhecemos viúvas ou filhas de Militares prostituídas pela necessidade e oh! Escarnio, vítimas da economia política que só permite esbanjarem-se os dinheiros públicos com a justiça”. (edição n° 4,p.7).
- “O espírito de severa justiça que a disciplina Militar transmite àqueles que ela sujeita (...)”. (edição n° 5, p.1).
- “O Exército, que deverá ter a garantia das liberdades públicas, tem-se tornado instrumento de paixões políticas e de mera compressão (...)”. (edição n° 5, p.1).
- “Para que tanto afã, tanto interesse, tantos esforços a fim de provar a utilidade e benefícios de semelhante medida em prol dessa classe tão manifestadamente esquecida, abandonada e menoscabada desde 1831?” (edição n° 5, p.3).
- “O Militar é o verdadeiro amigo de sua pátria, é o melhor de seus filhos (...)o Militar não é um filho, é mais que um filho, é um mártir pronto sempre para ir ao sacrifício!”. (edição n° 5, p. 5).
- “(...) uma corporação que ganha o seu pão a troco de suor, sacrifícios e sangue!” (edição n° 5, p. 7).
- “(...) os Exércitos têm por missão a defesa da ordem, a manutenção das instituições e tornam-se as muralhas da Pátria”. (edição n° 6, p.4).
- “(...) a toga representa, como dissemos, o papel de leão e os Militares o de cordeiro.” (edição n° 6, p.6).
- “(...) em que de novo seremos sangrados em nossa dignidade e amor próprio”. (edição n° 6, p.6).
- “O Exército é um elemento indispensável para a segurança, prosperidade e existência das nações (...)”. (edição n° 7, p.3).
- “(...) proporcionar-lhe o meio de justificar seu comportamento perante o país, e fazer aquilatar a pureza de sua conduta, de sua honra e brios”. (edição n° 7, p.8).
- “O Sr. Coronel Severo, como Militar brioso e que não se presta a ser instrumento de quem quer que seja”. (edição n° 7, p.8).
- “(...) mormente ligando-se eles à honrosa vida das armas, que com tantos sacrifícios e incômodos seguimos”. (edição n° 7, p.8).
- (...) com que se procura extinguir no oficial brasileiro o pundonor, o brio, que herdados de seus antepassados, vieram achar novo alimento nessa vida gloriosa (...) à sombra do pátrio pavilhão” (edição n° 9, p.8).
- “Eis o que é a vida militar no Brasil, país constitucional! Eis o modo porque são tratados quase no geral, os cidadãos que juram verter seu sangue em prol das instituições fundamentais do país. Mal pagos, mal vestidos, mal nutridos e por fim esbordados”. (edição n° 11, p.5).

- “(...) sentido sua vocação para a gloriosa, mas infeliz profissão das armas (...)” (edição n° 11, p. 5).
- “A natureza do serviço que pesa sobre a Classe Militar, superior por sem dúvida ao de todas as outras (...)” (edição n° 14, p. 2).
- “O amor à pátria, essa santa e nobre qualidade que caracteriza o soldado brioso (...)” (edição n° 14, p.2).
- “(...) para o desvalido Militar que, sempre e sem murmurar, está disposto a baratear seu sangue pelo País e por suas instituições”. (edição n° 16, p.2).
- “(...) ao passo que a Militar, sobre a qual pesa o mais oneroso serviço, só pode lobrigar no futuro a miséria e o abandono para si e para sua família”. (edição n° 18, p.1).
- “(...) todo gênero de especulações e lucros, sempre incompatíveis com o brilho que refletem os dourados da farda militar”. (edição n° 19, p.2).
- (...) que não veem no exército uma garantia de ordem e estabilidade (...) (edição n° 19, p.2).
- “(...) uniforme que em toda a parte infunde respeito e consideração, mas que entre nós anda associado a ideia de miséria e aviltamento”. (edição n° 23, p.2).
- “Os militares já se interrogam com voz baixa: - quem é o verdadeiro inimigo nosso que tantas afrontas nos faz e tanto desprezo nos vota? (...) os sinceros amigos da ordem respondem: - não é ninguém, e nem os governos, é o espírito da época”. (edição n° 71, p. 4).
- “(...) o monarca não pode querer que assim se trate aos sustentáculos do trono, da integridade do império, da dignidade nacional e da paz”. (edição n° 71, p. 4).

### **CARACTERÍSTICAS PÚBLICAS/POLÍTICAS**

- (...) que no meio da geral corrupção das ideias, no centro do interesse próprio (...). (edição n° 1, p.1).
- “(...) soube com seu valor no campo de batalha, reduzir ao nada esse Nero americano, e com sua moralidade no território estrangeiro, provar ao mundo a civilização do Brasil”. (edição n° 1, p.1).
- “(...) sacrificados pelo escandaloso patronato que tão fatalmente tem dominado no Brasil”. (edição n° 1, p. 2)
- “Mas que importa que não tenhamos tudo isso? Não temos por ventura todos os anos 200 doutores que farão a felicidade do país?” (edição n° 1, p.3).
- “Em um país como o nosso, regido por instituições puramente liberais (...)”. (edição n° 1, p.3).
- “(...) irá encontrar as mesmas condecorações outorgadas pela perigosa condescendência dos governos à baixeza dos que, impávidos, ostentam a força de seus protetores?”. (edição n° 2, p.4).
- “(...) para prova, ai estão todas as medidas tendentes ao exclusivismo e à corrupção pelas quais muitos personagens ganham celebridade”. (edição n° 3, p.2).
- “(...) ou o descaro com que os Srs. Togados exercem o monopólio do poder (...)”. (edição n° 3, p.3).
- “Ora, o recrutamento é fácil iludi-lo nas capitais, onde a Guarda Nacional e o patronato prestam quase que seguro refúgio à grande parte dos que a lei tem designado para tal fim”. (edição n° 3, p.6).

- “(...) eis aí porque a Classe Militar e todas as outras se acham despojadas de tudo, colocadas em falsa posição, arrastando a vida na obscuridade, exausta de tudo, até do necessário, enquanto que aquela – a dominadora, vive vida fausta, cômoda, brilhante, que lhe granjeara o egoísmo, o monopólio, a usurpada influencia e o criminoso exclusivismo”. (edição n° 4, p.2)
- “(...) É com pesar que notamos a inconsideração da maioria dos membros da câmara quatrienal, sempre que se trata de questões Militares; é doloroso ver-se a pouca atenção que merece à representação do país o futuro do Exército e Armada”. (edição n° 4, p.3).
- “A máscara é a mais certa das armas modernas, e quando manejada por uma de nossas inteligências políticas, produz as mais profundas chagas”. (edição n° 4, p.4).
- “Ninguém mais que o legislador deve com a reflexão cunhar seus atos, porque dele depende a formação da sociedade e as bases em que se ela assenta; desde o momento em que esse predicado lhe falta, não pode atingir os fins a que se propõe.” (edição n° 1, p. 4).
- “Não se votam todos os dias pensões a viúvas de magistrados e de empregados públicos, e o que mais é, viúvas que habitam na corte, no bairro da aristocracia e do luxo, e que tem carruagens?”. (edição n° 4, p.4).
- “Ou vós não sabeis o que era a Classe de reformados no serviço Militar, ou muito de propósito quisestes desmoralizar o Exército, agregando-lhe homens saturados de mãos costumes, embora com isto aumentasse os gastos do tesouro”. (edição n° 4, p.5).
- “Nem o ensino nem a religião são uma missão; **a classe dominadora tem desvirtuado os fins destes dois fanais da sociedade; a corrupção deve servir de base a tudo que exista, deve ser o característico do Estadista, do Legislador, do Magistrado, do empregado civil e Militar** e de todos os graus de hierarquia eclesiástica; quem não for corrupto, tiver consciência e caráter, e der um destino moral ao homem, deve abandonar estas plagas e buscar alguma onde tais dotes sejam apreciados; a virtude entre nós é flor cujo aroma acaba sempre por ser pútrido” (edição n° 6, p.1).
- “(...) corrupção e mais corrupção; e o que não for eleições, de certo não ocupará a mente, as previsões, as vistas de um tal governo”. (edição n° 6, p.2).
- “**Não é impolítico desgostar homens tais [legisladores] e uma Classe [legisladores] a que deveis a existência de vossa política exclusivista contra a qual tantas vezes se tem rebelado o país e que a quase totalidade dos cidadãos paisanos repele?**” edição n° 6, p.8).
- “(...) no poder fizeram fortuna, que legalizaram o contrabando de escravos, que no mercado puseram as graças e a justiça, que tornaram a desmoralização o atributo inerente ao governo representativo”. (edição n° 7, p.2).
- “Bem sabemos que as nossas ideias não acharão eco entre os que dirigem os destinos do país, e nem é nosso fim convencer tais homens que, surdos à tudo quanto pode tender para o engrandecimento do que não é a magistratura, só tratam de assegurar por todos os meios seu ominoso domínio (...)” (edição n° 7, p.5).
- “(...) e o egoísmo dos togados que, para não desviarem seus filhos e apaniguados da política e dos grandes empregos que lhes preparam os estudos de direito, tem feito pesar todo o ônus do serviço Militar sobre as classes laboriosas e produtoras”. (edição n° 7, p.5).



- “Não escrevemos para os comissários do governo, os eleitos da polícia (...)” (edição n° 7, p.7).
- “Nela o princípio mui comezinho e governamental dos senhores legistas – reformar para os afilhados” (edição n° 8, p.1).
- “(...) tolera e consente que a mão de ferro dos caducos materialistas espedace tudo o que temos de mais caro e santo em nossa lei constituinte”. (edição n° 8, p.6).
- “(...) à esses que tudo comprometem no país, menos..... seus interesses privados”. (edição n° 8, p. 8)
- “Mas como legistas, podem o Sr. Wanderley e seus colegas cometer quantos desatinos lhes vierem a cabeça, pois contam de antemão com a aprovação do governo”. (edição n° 9, p. 8.)
- “(...) mas o patronato, esse flagelo do nosso país, é que determina a nomeação de tais empregados”. (edição n° 10, p. 5).
- “(...) onde finalmente só impera o mais refinado egoísmo, o mais nefando e pérfido exclusivismo dessa classe togada, que por infelicidade nossa domina o país, usurpando às demais classes todas as posições oficiais!”. (edição n° 14, p.3).
- “(...) presidentes legistas, grosseiros e sem educação (...)”.(edição n° 18, p.2).
- “Segui a vida de Militar e conhecereis seus martírios e, conosco, odiareis essa classe corrompida, que pesa como a fatalidade sobre a nossa infeliz pátria”. (edição n° 18, p.3).
- “(...) se não se entregasse o futuro das províncias a meninos enfatuados, que nas academias de direito nem sempre aprendem a ser bem educados, o país não estaria desmoralizado ao ponto que em que se acha”. (edição n° 18, p.8).
- “(...) e os ilustres dispensadores o sabem, mas eles são legistas, e o dever do legista é não tratar senão de si e dos seus. Os que não pensam assim são aberrações que aparecem em toda parte”. (edição n° 19, p.2).
- “(...) desacorçoamento e aniquilação que lhe preparou essa classe usurpadora de seus direitos e regalias – a magistratura!”. (edição n° 23, p.1).

## **CARACTERISTICAS DE O MILITAR**

- “(...) nossas ideias são muito fixas, nossas convicções muito profundas, nossos caracteres muito independentes, consinta-se que o digamos, para assim procedermos. (...). (edição n° 1, p.1).
- “Como Militares, julgamos um dever comunicar aos nossos camaradas todas as ideias em benefício e melhoramento do Exército, embora sejam elas acanhadas”. (edição n° 2, p.2).
- “(...) assim como também temos a firme convicção de que esta é a quadra mais própria para fazermos sentir nossas mais urgentes necessidades.”. (edição n° 4, p.1).
- “A publicação de um periódico Militar era uma necessidade de longo tempo sentida: sua aparição veio pois encher um vazio que só achava explicação no descrédito a que tem sido conduzida a imprensa por escritos dominados pelo rancor dos partidos e embotados por inimizades pessoais”. (edição n° 6, p.8).
- “é bem definida a linha de conduta que cumpre à imprensa Militar guardar: (...) ela servirá para fazer com que a classe inteira aprecie seus direitos, calcule-lhes a extensão, e compreenda precisamente a importante posição que ocupa no Estado, e lhe assegurem as instituições que jurara” (edição n° 6, p.8).

- “Vimos em adiantamento citar fatos, e com eles provar que o recurso à imprensa, sendo uma garantia da nossa sociedade que cabe à todo o cidadão Brasileiro, tem para a Classe Militar o merecimento de (...) proporcionar-lhe o meio de justificar seu comportamento perante o país (...)”. (edição n° 7, p.8).
- “Nobre tarefa é esta sem dúvida; mas muito árdua e espinhosa, porque além dos obstáculos com que me diz V. ter já lutado, o governo não deixará de levantar-lhe tropeços, pois que V. não se sujeitará a tecer-lhe louvores que não merece e de que tanto gosta” (edição n° 8, p. 6).
- “Não podemos deixar de chamar-vos bem vindos, a vós que vencendo obstáculos, talvez insuperáveis, fizestes aparecer um periódico alheio as misérias disso a que chamam os homens das posições – partidos políticos – mas que nós pediremos vênua para talvez com mais acerto denominar interesses mesquinhos”. (edição n° 9, p.8).
- “Eu saúdo ao *Militar* único campeão na imprensa da Nobre Classe, defensora dos direitos e dignidade da Nação (...) **Combatendo essa classe egoísta e exclusivista**, tornou-se órgão não só do Exército, mas da grande maioria da Nação, (...) imparcial e independente”. (edição n° 11, p.6).
- (...) corre-nos o dever de, como jornalista e órgão do Exército, apontarmos as causas (...) (edição n° 13, p.2).
- “Temos lido com a mais aturada atenção diversos número do periódico *O Militar* que se publica na corte, como órgão sincero da nobre Classe do mesmo nome (...) (edição n° 13, p.3)
- (...) apreciem a energia e independência com que fala o órgão distinto dos defensores das leis e do país. (edição n° 13, p.4).
- “Cabe- nos nesta ocasião, como membros e órgão do Exército Brasileiro, render a S. Ex. as devidas graças por mais este benefício” (edição n° 13, p.5).
- “Honrado por vós, escolhido pela redação dessa folha que se ergue com nobreza dentre as ruínas de um Exército descabido pela **animosidade de uma Classe** (...) (edição n° 18, p.7).
- “Esperemos, prontos sempre no nosso posto para falar sobre as questões Militares com independência e imparcialidade”. (edição n° 19, p.2).
- “(...) nossos respeitosos cumprimentos, como órgão da Classe Militar agradecido”. (edição n° 21, p.1).
- “(...) é nós indispensável deixar de recorrermos aos nossos amigos a fim de serem prontos em contribuir com o importe de suas assinaturas para a sustentação do único órgão que pugna pela dignidade da classe militar”. (n edição n° 68, p.4).
- “(...) recorrermos aos nossos amigos afim de serem prontos em contribuir com o importe de suas assinaturas para a sustentação do único orgão que pugna pela dignidade da classe militar. (edição n° 69, p.4).
- “Uma ausência imprevista que nos obrigou a deixar a corte por algum tempo, fez com que interrompêssemos a publicação da nossa folha e que podemos dizer também da classe militar, porque é seu órgão genuíno na imprensa”. (edição n° 70, p.4).

## **CARACTERÍSTICAS DA NAÇÃO**

- “(...) porque nenhum povo se sujeita de bom grado a pagar só o tributo de sangue, as mais das vezes derramado para garantir aos ricos e poderosos, principalmente os que não concorrem para aquele tributo”. (edição n° 1, p.3).
- “(...)E não concluireis que a este respeito o Brasil é a antítese das nações civilizadas?”. (edição n° 2, p.4).
- “Neste Abençoado torrão, onde a corrupção incrementada pela desmoralização dos mandões avulta em progressão e vai caminhando do regresso às mais belas instituições” (edição n° 9, p.6).
- “(...) fazendo com que não fosse a nação lesada e os direitos do soldado desprezados?”. (edição n° 18, p.4).

**APÊNDICE C - Quadro sinótico das características Militares em *O Militar* (1854-1855)**

<b>Sobre a Classe Militar</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O Exército é fiel à nação e as suas instituições;</li> <li>• Os militares são fiéis mantenedores da constituição e amigos devotados da monarquia;</li> <li>• Vive no abandono e na orfandade;</li> <li>• É esquecida de forma criminosa;</li> <li>• A Classe Militar é a melhor garantia de ordem e integridade da nação;</li> <li>• A Classe militar está esquecida, abandonada e menoscabada desde 1831;</li> <li>• A Classe Militar, sobre a qual pesa o mais oneroso serviço, só pode lobrigar no futuro a miséria e o abandono para si e para sua família;</li> </ul>
<b>Sobre o Militar</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A única riqueza e o único patrimônio do militar é a honra;</li> <li>• A franqueza e a sinceridade são características inerentes à nobreza de caráter do militar;</li> <li>• O militar é a honra, a fidelidade, o desinteresse;</li> <li>• É obediente;</li> <li>• Despreza a riqueza material;</li> <li>• O Militar é o verdadeiro amigo de sua pátria, é o melhor de seus filhos é um mártir pronto sempre para ir ao sacrifício;</li> <li>• É mal pago, mal vestido, mal nutrido e por fim esbordado, em contraposição ao juramento de verter seu sangue em prol das instituições fundamentais do país;</li> <li>• Possui um uniforme que em toda a parte infunde respeito e consideração, mas que no Brasil anda associado a ideia de miséria e aviltamento;</li> </ul>
<b>Sobre o Soldado</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O soldado é brioso e honrado;</li> <li>• O soldado é infeliz sem proteção ou é vagabundo desmoralizado;</li> <li>• O amor à pátria é a santa e nobre característica do soldado;</li> </ul>
<b>Sobre a Instituição Militar</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O Exército e a Armada têm missões altas e especiais; tem deveres nobres e desinteressados;</li> <li>• É uma corporação que ganha o seu pão a troco de suor, sacrifícios e sangue;</li> <li>• Tem por missão a defesa da ordem, a manutenção das instituições e tornam-se as muralhas da Pátria;</li> <li>• É um elemento indispensável para a segurança, prosperidade e existência das nações.</li> </ul>

**APÊNDICE D - Quadro sinótico das características Públicas/Políticas em O  
Militar (1854-1855)**

<b>Sobre a Política</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• É exclusivista e formada somente de uns poucos togados;</li> <li>• É corrupta e efetuada somente em torno de interesses pessoais;</li> <li>• O princípio da política é legislar para os agregados;</li> </ul>
<b>Sobre o governo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• É caracterizado como corrupto, cujo interesse único são as eleições;</li> </ul>
<b>Sobre os políticos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• São togados e possuem o monopólio do poder;</li> <li>• Vivem uma vida fausta, cômoda, brilhante, cuja consequência é o egoísmo, o monopólio, a usurpada influencia e o criminoso exclusivismo;</li> <li>• Desprezam as necessidades da Classe Militar;</li> <li>• A corrupção é característica do estadista, do legislador e do magistrado;</li> <li>• Fizeram fortuna no poder, legalizaram o contrabando de escravos e tornaram a desmoralização o atributo inerente ao governo representativo;</li> <li>• São surdos a tudo quanto pode tender para o engrandecimento do que não é a magistratura, só tratam de assegurar por todos os meios seu ominoso domínio;</li> <li>• Não comprometem seus interesses privados em prol do bem público;</li> <li>• Contam com a aprovação do governo para cometer desatinos;</li> <li>• O dever do legista é não tratar senão de si e dos seus. Os que não pensam assim são aberrações que aparecem em toda parte.</li> </ul>

**APÊNDICE E - Quadro comparativo características Militares e Políticas em *O Militar***

<b>CARACTERISTICAS MILITARES</b>	<b>CARACTERISTICAS POLÍTICAS</b>
O Exército é fiel a nação, mantenedor da constituição e mantenedor das instituições imperiais	Os caducos materialistas espedaçam tudo de mais santo e caro na constituição
O Exército respeita a autoridade de D. Pedro II	Os homens políticos são mascarados
A Classe Militar vive no abandono e na orfandade	O patronato é escandaloso e tem dominado o Brasil.
O Soldado é caracterizado pela honra e pelo brio	A corrupção é característica do Estadista, do Legislador e do Magistrado.
O soldado é o defensor da pátria	A magistratura só tem interesse em assegurar o seu domínio.
Uma das primeiras virtudes militares é o desprezo pela riqueza	A classe política vive uma vida fausta, cômoda e brilhante
O amor à pátria caracteriza o homem de guerra	A política é exclusivista e corrupta.
A Classe Militar é esquecida	O patronato tem seus interesses privados sempre defendidos
O Militar é um mártir sempre pronto ao sacrifício.	A política habita a aristocracia e o luxo
O exército é um elemento indispensável para a segurança, prosperidade e existência das nações	A magistratura é uma classe usurpadora de direitos.
A profissão das armas é gloriosa, mas infeliz pelo seu estado	Os homens do poder fazem fortuna às custas da desmoralização do tesouro.

**APÊNDICE F – Ocorrência da palavra *pátria* em *O Militar* (1854-1855/1860)**

<b>Ocorrência</b>	<b>Acompanhamento principal</b>	<b>Trecho</b>
1). Edição n° 1, página 2.	Dignidade.	“(…) vistas das questões que diretamente afetavam a dignidade e interesse da pátria, conduzimos à necessidade de ler no futuro o imenso (...)”
2). Edição n° 1, página 4.	Defensor.	“(…) uma incoerência com a franqueza e sinceridade que é inerente à nobreza de caráter que distingue a mui honrosa profissão de defensor da pátria? Por certo que ninguém nos negará uma tal asserção”.
3). Edição n° 2, página 4.	Salvar.	“(…) a expensas de nosso sangue e da desgraça de nossas famílias, salvar a pátria dos perigos que a ameaçam?”
5). Edição n° 2, página 4.	Soldados.	“(…) se julgam no caso de usar dos uniformes dos soldados da pátria; bem alto o dizemos: não queremos confundir-nos com as baixas classes, que, ridicularizando a frada, pregam em seus punhos os galões que lhes apraz”.
6). Edição n° 2, página 4.	Integridade.	“Como deixar nas trevas da ignorância os filhos dos que morreram combatendo pela integridade de nossa pátria? (...)”
8). Edição n° 2, página 4.	Mártires.	“(…) vê esses restos dos mártires da pátria reduzidos a um miserável meio soldo, mendigando o pão (...)”
9). Edição n° 3, página 4.	Serviço/ Filhos.	“Ele começa a servir ao alvorecer da juventude; esse é o tempo marcado para o cidadão prestar à sua pátria o mais oneroso e relevante serviço, que por ventura ela possa exigir dos seus filhos.”
10). Edição n° 3, página 2.	Soldado.	“Eis pois o que é o soldado – defensor da pátria – o garante da tranquilidade pública, o mantenedor da integridade do Império!”
11). Edição n° 4, página 1.	Querida	“(…) uma nuvem negra venha obscurecer o anilado céu de nossa querida pátria; nós,

		côncio de nosso dever – aferrado a nossa missão (...)”
12). Edição n° 4, página 2.	Exército.	“Quanto à importância do Exército, melhor fora cobrir com denso véu, que patentear a nudez e a orfandade deste nobre e interessante atributo garantidor de nossa pátria”.
13). Edição n° 4, página 4.	Amor.	“O amor da pátria é uma das qualidades que deve caracterizar o homem de guerra; sem ele o dever pode ser cumprido, porém o heroísmo nunca se desenvolverá. E o que é a pátria? Será o torrão em que nascemos, a terra que pisamos? Não: é a habitação de nossas famílias, o tumulto de nossos maiores, são esses lugares que nos trazem à memória a lembrança de nossos avós, que nos recordam sempre seus exemplos e para os quais olharemos com total indiferença, se lhes tirardes essas recordações, essas saudades”.
14). Edição n° 4, página 8.	Servidores.	“Temos convicção de que esses servidores da pátria serão contemplados na disposição do artigo acima dito (...)”
15). Edição n° 5, página 4.	Amor.	“(…) qual o de nossas viúvas e filhos se, pelejando no campo da batalha, viermos a perder a vida pelo amor da pátria?”
16). Edição n° 5, página 5.	Amigo / filho.	“O Militar é o verdadeiro amigo de sua pátria, é o melhor de seus filhos. Ele dá tudo quanto possui e pode possuir, presente, futuro, sangue (...)”
17). Edição n° 5, página 7.	Defensores.	“(…) à religião, ao brio de uma classe que em todos os pontos do mundo civilizado goza de honras somente conferidas aos defensores da pátria (...)”
18). Edição n° 5, página 10.	Mártir.	“E se estas dores das úlceras internas me fizerem mártir da pátria no leito dos vermes (...)”
19). Edição n° 6, página 7.	Militar / Filho.	“(…) que respondereis às censuras das nações civilizadas onde o órfão do Militar é filho bem querido da pátria?”
20). Edição N. n° 9, página 8.	Honra / integridade.	“Ninguém mais do que nós se compenetra dos deveres que ao homem cidadão impõe os



		uniformes de defensor das leis, de mantenedor da honra e integridade da pátria (...)"
21). Edição n° 7, página 1.	Brasil/ Desinteresse.	"(...) porque nossa pátria é o Brasil, e no altar dela queremos queimar o puro incenso do desinteresse, da moralidade (...)"
22). Edição n° 13, página 4.	Defesa	"(...) a coragem com que hão desembainhado as suas espadas em defesa da pátria e de seus direitos, viessem um dia para a imprensa – dar uma prova significativa de que o Militar – o soldado também pensa e sofre (...)"
23). Edição n° 13, página 5.	Serviços.	"De um bravo e ilustre General, cuja longa fileira de serviços prestados à Pátria recomenda-o ao respeito e consideração de seus compatriotas (...)"
24). Edição n° 14, página 2.	Soldado.	"A necessidade de estimular o Soldado a práticas feitos heroicos que o ilustrem, e engradem a pátria, nos move a apresentar aqui as nossas ideias (...)"
25). Edição n° 14, página 2.	Amor.	"O amor da pátria, essa santa e nobre qualidade que caracteriza o Soldado brioso, seguramente influi bastante nas ações de heroísmo (...)"
26). Edição n° 14, página 8.	Serviço.	"(...) o veterano curvado pelos anos e o jovem mutilado, vão curar as cicatrizes que adquiriram no serviço da pátria (...)"
27). Edição n° 14, página 8.	Salvadores.	"(...) então somos os salvadores da pátria, denodados heróis! Tudo se nos promete, de tudo somos merecedores (...)"
28). Edição n° 15, página 2.	Serviço e defesa.	"(...) soldado veterano, consumido e inutilizado no serviço e defesa da Pátria e não deixar que continue a ser uma <i>cova de caco</i> , do despotismo (...)"
29). Edição n° 15, página 7.	Defensor/Enobrece	"(...) e é um oficial superior que se esquece que a farda de defensor da Pátria enobrece e não avilta (...)"
30). Edição n° 23, página 1.	Defensores	"(...) a nobre Classe a que pertencem! Nossos oficiais Gerais, encanecidos no serviço da pátria, são obrigados, como comandantes de armas (...)"

**APENDICE G – Ocorrência da palavra *nação* em *O Militar* (1854-1855/1860)**

<b>Ocorrência</b>	<b>Acompanhamento principal</b>	<b>Trecho</b>
1). Edição n° 1, página 4.	Exército.	“Ninguém poderá contestas à fidelidade do Exército tem devido a nação e a manutenção de suas instituições (...)”
2). Edição n° 3, página 2.	Sacrifício.	(...) combinado que consiste no exclusivismo, no sacrifício de todas as classes no sacrifício da nação, a punica classe que nos tem governado (...)”
3). Edição n° 3, página 5.	Tributo.	“O soldado no Brasil não é aquilo que dissemos; não! Não é cidadão na flor da juventude pagando o tributo, imposto pela lei suprema da Nação a todos os indivíduos que a compõem (...)”
4). Edição n° 3, página 6.	Civilizada.	“(...) assim deve o governo lançar mão do meio digno de uma nação civilizada, digno do século em que vivemos (...)”
5). Edição n° 3, página 7.	Classe Militar	“Desde a mais alta antiguidade tem sido a classe militar honrada, respeitada, bem compensada de seus sacrifícios e julgada a mais útil e necessária a uma nação (...)”
6). Edição n° 4, página 1.	Magistrados/estadistas/Militares.	“Assim, se uma Nação não pode abstrair dos magistrados, e dos estadistas, não pode também dispensar o Militar, que mais d’uma vez a história no-lo tem apontado, acumulando ao mesmo tempo todas essas categorias”.
7). Edição n° 4, página 1.	Existência.	“Desde então não houve uma só nação, que abandonasse ao estrangeiro mercenário a importantíssima tarefa de manter sua tranquilidade e existência”.
8). Edição n° 4, página 5.	Emancipada.	“(...) o papel importantíssimo que, como nação recentemente emancipada, lhe estava reservado no novo mundo (...)”

9). Edição n° 4, página 5.	Modelo.	“Na Inglaterra, que é vossa nação modelo, não se encontra uma lei semelhante; socorrestes-vos com o exemplo da Prússia (...)”
10). Edição n° 4, página 5.	Independente.	“(...) estavam bem longe de, sendo seu fim conservar o predomínio da coroa portuguesa, satisfazer suas necessidades, como Nação independente”.
11). Edição n° 4, página 4.	Tradição.	“(...) porque náusea-nos ver o país sofrer o peso de um exclusivismo tanto mais perigoso, quanto afrouxados todos os laços de honestidade, abertos todos os diques ao desregramento, só podemos entrever no prisma d futuro um Brasil sem nacionalidade, um povo sem estímulos, um império sem glória, uma nação sem tradições”
12). Edição n° 6, página 2.	Serviços/Brasileira.	“Por ventura, se continuar a marcha em que vamos, poderá ele elogiar-se de ter prestado serviços à Nação brasileiras e de (...)”
13). Edição n° 6, página 4.	Forte.	“Uma nação forte por sua população, importante por sua Marinha, distinta pela falta de escrúpulo que a caracteriza (...)”
14). Edição n° 6, página 5.	Soberana/progresso .	“(...) um passo na estrada do progresso, se quiser ver respeitados seus direitos como nação soberana, deve descansar nos braços de uma Marinha numerosa (...)”
15). Edição n° 6, página 8.	Defesa.	“(...) atributo mais notável é a defesa da nação e a manutenção da ordem, que forma a base em que repousa o progresso e desenvolvimento próspero do país”.
16). Edição n° 7, página 4.	Exército	“Um exército ilustrado nunca ataca à Nação, nunca ataca os direitos, as instituições, e as liberdades públicas; é sempre uma espada, nunca um vil punhal”.
17). Edição n° 13, página 5.	Exército	“(...) De um bravo e ilustre General, cuja longa fileira de serviços prestados à Pátria recomenda-o ao respeito e consideração de seus compatriotas, aguarda a Nação e o Exército (...)”

18). Edição n° 20, página 5.	Respeitável/Exército .	“(...) exigiria muita ilustração no Exército, se tão somente a essência de Exército de uma Nação respeitável não a demandasse”.
19). Edição n° 20, página 7.	Grande/Livre/ progresso	“Mas a história prova-nos que uma nação não pode ser verdadeiramente grande e livre senão quando o exército que lhe serve de apoio tiver a força e a disciplina necessárias; e possuir uma instrução que esteja ao nível dos progressos do seu século”.
20). Edição n° 1, página 1.	Empregado.	“Por esta ocasião diremos, uma vez por todas – a missão do empregado da nação é servir o país que para isso lhe paga; e não torcer direitos, praticas injustiças para que aproveite ao afilhado, ao filho (...)”
21). Edição n° 68, página 4.	Sangue.	(...) ao menos por gratidão a classe importante que não poupa a vida quando a nação necessita de seu sangue para defende-la (...)”

### APÊNDICE H – Ocorrência da palavra *honra* em *O Militar* (1854-1855/1860)

Ocorrência	Acompanhamento principal	Trecho
1). Edição n° 1, página 3.	Soldado.	“(…) aqueles que desviando-se do caminho da honra e do brio que caracteriza o soldado, se lançam (...)”
2). Edição n° 2, página 4.	Honestidade.	“(…) nascidas sob o teto da honra e destinadas por exemplos domésticos a girarem pudibundas no círculo da honestidade”
3). Edição n° 2, página 4.	Bandeira (sentido de patriotismo).	“No Brasil o que se vê? Um grande número de viúvas desses valentes, que depois de renhida luta, já nada podendo em prol da bandeira por cuja honra combatiam, já nada valendo em defesa da Monarquia Americana (...)”
4). Edição n° 2, página 4.	Militar/Fidelidade.	“O que é o Militar? É a honra, a fidelidade, o desinteresse. Como se manifesta essa honra, essa fidelidade, esse desinteresse? (...)”
5). Edição n° 3, página 7.	Moralidade.	“(…) Vós que deveis ser os primeiros a fazer respeitar e manter ilesas a honra e a paz das famílias, que deveis firmar a moralidade pública (...)”
6). Edição n° 3, página 7.	Moralidade.	“(…) ou então a abusar da confiança das famílias arrancando de seus braços uma virgem pura para atira-la desumano no tumulto da honra.”
7). Edição n° 3, página 8.	Fidelidade.	“(…) gemerem debaixo do peso da opressão e serem mártires da fidelidade e honra de seus princípios”.
8). Edição n° 4, página 4.	Família.	“(…) porque não terão um nome a manter imaculado, a honra de uma família a sustentar, nem a formar o coração de um filho, ensinando-lhe desde a infância (...)”
9). Edição n° 4, página 5.	Patriotismo/virtude.	“(…) estes são pelo contrário respeitados por todos, e acolhidos atenciosamente, onde quer que habite o patriotismo, a honra e a virtude!”.

10). Edição n° 4, página 5.	Virtude	“(…) para quem só almejava poder exalar o derradeiro suspiro no regaço da honra e da virtude (…)”
11). Edição n° 4, página 6.	Reputação.	“(…) que queira no derradeiro quartel da vida ver sua reputação manchada, sua honra deslustrada, embora cruel, roedora e pungente necessidade lhe constanja e dilacere o magoado coração?”
12). Edição n° 4, página 6.	Insígnias.	“(…) tirai-lhe as insígnias de honra, como já uma vez o dissemos, e arremessai-o para longe daquele como os arrojaís para longe de vós (…)”.
13). Edição n° 4, página 7.	Desinteresse.	“(…) o que porem nos diriam se retorquíssemos – também a honra e o desinteresse deveriam faltar aqueles e conte-los nos ímpetos da impaciência?”
14). Edição n° 6, página 3.	Nacional.	“(…) sob cuja sombra descansam o lar doméstico, a segurança pública, a honra nacional, não podeis negar a vantagem dos exércitos permanentes”
15). Edição n° 6, página 7.	Honestidade.	“(…) a pobreza é uma infâmia, a honra e a honestidade nada valem, enriquecei a todo transe se quereis atenções”.
16). Edição n° 6, página 8.	Militar.	“(…) e nem mesmo pudemos aliar, sem um desabafo público e solene, a ideia de honra e pundonor Militar com o do injusto comportamento (…)”
17). Edição n° 6, página 8.	Nacional.	“(…) que enfim sustentaram e salvaram a dignidade e a honra nacional, duvidada e escarnecida no sul da América?”
18). Edição n° 6, página 8.	Oficial Brasileiro.	“(…) mais com que se poderá contar muitas vezes para melhor ser apreciada a vida do soldado, a honra e o futuro do Oficial Brasileiro”.
19). Edição n° 7, página 1.	Classe Militar	“Para a honra da Classe Militar, para remorsos do Brasil, o soldado brasileiro sofrendo injurias do tempo e dos homens tem-se mostrado superior a esses togados (…)”.
20). Edição n° 7, página 8.	Brios/Conduta.	“(…) o cidadão Brasileiro tem para a Classe Militar o merecimento de, não indo de encontro às regras da mais austera disciplina,

		proporcionar-lhe o meio de justificar seu comportamento perante o país e fazer aquilatar a pureza de sua conduta de honra e brios”.
21). Edição n° 9, página 8.	Pátria.	“(…) de mantenedor da honra e integridade da pátria; mas nem por destarte pensamos (...)”
22). Edição n° 9, página 8.	Moralidade.	“(…) o puro incenso do desinteresse, da moralidade e da honra; porque nausea-nos ver o país sofrer o peso de um exclusivismo tanto mais (...)”
23). Edição n° 11, página 2.	No sentido de Moralidade.	“Veitados pelo contágio geral da impudência e venalidade que tudo tem invadido, em vez de serem, como deveram, os garantes da prosperidade, da honra, e da fazenda dos seus concidadãos, muito ao contrário grande parte deles se tem tornado o flagelo, o açoite, o atropelo dos seus concidadãos, o salteador da honra, da vida e da propriedade, o primeiro o mais encarnizado inimigo (...)”
24). Edição n° 11, página 3.	Honestidade.	“(…) senão para os pequenos empregados públicos, para aqueles que vivem com honra e honestidade (...)”
25). Edição n° N. 11, página 8.	Medalhas	“(…) brilham medalhas de honra que indicam haverem exposto suas vidas pela Pátria em terra estranha (...)”
26). Edição n° N. 11, página 8.	Espada	“(…) vemos agora uma espada de honra. Vemos mais alguma coisa, que nem todos vêm (...)”
27). Edição n° 20, página 8.	Lealdade.	“(…) seja enfim a regra do vosso comportamento militar, a vossa divisa, o vosso dogma este: - lealdade, honra, abnegação de vontade e sacrifício da vida”.
28). Edição n° 21, página 7.	Insígnias.	“(…) Recebei estas insígnias que confio a vossa honra, ao vosso valor, ao vosso patriotismo”.
29). Edição n° 23, página 2.	Dragonas.	“As dragonas, instintivo de honra, que depois de tantos e tão árduos serviços chegamos a adquirir”
30). Edição n° 23, página 4.	Zelo.	“(…) todavia estes Oficiais nada têm perdido de seu merecimento e são mais zelos de sua

		honra que ambiciosos de enriquecer à custa da etape do misero soldado (...)"
31). Edição n° 70, página 1.	Posto.	"Felizmente, já lá vão dois anos em que nos temos mantido no nosso posto de honra, e sempre merecemos toda (...)



**APÊNDICE I – Ocorrência da palavra *brioso/brio* em *O Militar* (1854-1855/1860)**

<b>Ocorrência</b>	<b>Acompanhamento principal</b>	<b>Trecho</b>
1). Edição n° 1, página 2.	Desinteressados.	“(…) pelo peso dos anos e cercados de uma família proletária e muita vez numerosa, seios briosos e desinteressados feitos”.
2). Edição n° 2, página 1.	Militar.	“(…) lhe dão plena absolvição, poderá este brioso Militar continuar a servir sob as ordens de quem assim o procurou denegrir?”
3). Edição n° 4, página 5.	Classe Militar	“(…) mas conceda-se nos antes que não devamos cometer ingenuidades, nem poluir a briosa Classe Militar (…)”
4). Edição n° 4, página 5.	Honrado.	“Não! O reformado é o antípoda daquele que inculcais, é um velho honrado e brioso, ou um jovem mal aventureiro e digno de melhor sorte”.
5). Edição n° 6, página 4.	Militar.	“(…) porque um Militar brioso, cômico de sua posição, não se sujeita a caprichos de homens a quem as vezes (…)”
6). Edição n° 7, página 8.	Militar.	“(…) O sr. Coronel Severo como Militar brioso e que se não presta a ser instrumento de quem quer que seja (…)”
7). Edição n° 14, página 2.	Soldado.	“O amor da pátria, essa anta e nobre qualidade que caracteriza o Soldado brioso, seguramente influi bastante nas ações de heroísmo (…)”
8). Edição n° 14, página 3.	Militar.	“(…) deste modo, o Militar brioso e ávido de glória, envidará os esforços que estiverem ao seu alcance (…)”
9). Edição n° 10, página 8.	Mocidade.	“(…) precárias as circunstâncias dessa briosa e digna mocidade condenada a funções árduas e laboriosas, quanto obscuras (…)”
10). Edição n° 13, página 2.	Oficialidade/ Exército Brasileiro.	“(…) sim, infelizmente e por uma triste fatalidade assas desairosa à briosa Oficialidade de nosso Exército (…)”
12). Edição n° 13, página 4.	Classe.	“A política saquarema fez da Classe Militar um instrumento das suas paixões; e não contente

		ainda de haver degredado essa briosa Classe de bravos e valentes Soldados (...)”.
13). Edição n° 15, página 8.	Militar.	“(...) como ao de toda nobre Classe Militar, o brioso procedimento distinta a Divisão Brasileira em Montevideo (...)”
14). Edição n° 18, página 7.	Oficial.	“(...) ilustrado Tenente Coronel Oliveira. Geral saudades desperta a memória desse brioso oficial (...)”
15). Edição n° 1, página 3.	Soldado.	“(...) do Exército aqueles que, desviando-se do caminho da honra e do brio que caracteriza o soldado, se lançam no insondável abismo (...)”
16). Edição n° 3, página 5.	Zelo	“(...) brio e zelo de seu chefe um rancho senão excelente, ao menos bem suportável (...)”.
17). Edição n° 4, página 1.	Lealdade	“O país se acha desassombrado de todo e qualquer receio; nós acabamos de provar-lhe ainda uma vez a nossa lealdade e o nosso brio na luta (...)”
18). Edição n° 5, página 7.	Classe Militar.	“(...) à moral, à religião, ao brio de uma classe que em todos os pontos do mundo civilizado goza de honras somente conferidas aos defensores da pátria (...)”
19). Edição n° 5, página 3.	Militar.	“(...) mas qual será nesta circunstância o Militar que, tendo brio, queira ser d’hoje em diante o mero escravo de mil caprichos (...)”
20). Edição n° 5, página 4.	Valor.	“(...) sim, uma vez somente, não por falta de valor e brio do nosso Exército, mas por uma errônea e péssima (...)”
21). Edição n° 9, página 8.	Oficial.	“(...) com que se procura extinguir no Oficial brasileiro o pundonor, o brio, que herdamos de seus antepassados vieram achar novo alimento (...)”
22). Edição n° 15, página 8.	Estima/Homem.	“(...) e abater a própria estima e o brio que todo o homem deve ter, e o Soldado mais que ninguém, porque é esta a qualidade que dá a coragem nos perigos, a resignação nas privações da vida Militar”.

23). Edição n° 20, página 1.	Disciplina.	“(…) o brio e a disciplina de que tem dado provas esta parte do Meu Exército são dignos de especial louvor”.
24). Edição n° 20, página 8.	Oficiais.	“(…) a coragem dos nossos soldados que igualam aos das melhores tropas, não obstante a capacidade e o brio dos nossos oficiais (…)
25). Edição n° 7, página 8.	Brios/Conduta.	(…) tem para a Classe Militar o merecimento de, não indo de encontro as regras da mais austera disciplina, proporcionar-lhe o meio de justificar seu comportamento perante o país e fazer aquilatar a pureza de sua conduta, de sua honra e brios”.
26). Edição n° 68, página 4.	Classe Militar.	“Não é o General Fuão que viemos purificar; são os brios da classe militar, ultrajada pelo regulamento que pretendemos defrontar (…)

## APÊNDICE J – Características em *O Militar Brioso* (1855)

### CARACTERÍSTICAS MILITARES

- “(...) quando o país está acostumado a ver a classe militar sofrer em silencio e estoicamente quanta casta de desprezo e prepotência se lhe tem atirado a face”. (edição n°1, p.1).
- “O Militar é um cidadão comum como qualquer outro tendo demais e a seu cargo o ônus de sustentar a ordem pública, as regalias de todos os brasileiros; e assim jamais pode ser um terrível instrumento de vinganças e caprichos, de ódios e de extermínio (...)”. (edição n°1, p.1).
- “O Exército não é um agregador de autômatos que se movem à semelhança dos elefantes de que trata a história de Roma (...)”. (edição n°1, p.1).
- “O Militar serve à sua pátria e ao seu soberano pela consciência de que é digno de toda a consideração, que seus serviços serão justamente remunerados, que não jazerá no desprezo o mais insuportável” edição n°1, p.2).
- “(...) ao total desprezo que a esta corporação (...) há votado o governo”. (edição n°1, p.2).
- “O Exército brasileiro já tem em seu seio distintos jovens, esperanças da pátria, que repugnam tanta humilhação [referência ao código de Lippe]”. (edição n°1, p.2)
- “Outrossim agradecemos desde já o bom acolhimento que contamos achar na nossa classe, assim como em todas as outras tão infelizes como a Militar”. (edição n°1, p.4).
- “O Militar brasileiro, exemplo de obediência e sofrimento (...)” (edição n° 2, p.1).
- “(...) o quanto o país deve a esta classe desventurada (...)”. (edição n° 2, p.1).
- “O Militar é um cidadão profissional (...)”. (edição n° 2, p.2).
- “(...) o soldado é olhado como o homem mais ínfimo da sociedade (...)”. (edição n° 2, p.3).
- “(...) o Militar de brio e cômico de seus deveres!”. (edição n° 2, p.3).
- “(...) o Militar honrado, cuja dignidade não se pode compadecer com atos ilegais e com uma época de corrupção.” (edição n° 2, p.3).
- “(...) quando o povo e nós Militares, classe infortunada (...)”. (edição n° 2, p.4).
- “(...) sentindo também a Militar, que com quanto seja rica de brio e de dignidade, é pobre de dinheiro;”. (edição n° 2, p.4).
- “(...) que a condição do soldado brasileiro é pior que a de um cativo e seu passadio inferior ao dos sentenciados”. (edição n° 3, p.4).
- “(...) do Exército e da armada, desses dois grandes elementos da paz, da ordem e da dignidade nacional”. (edição n° 4, p.1).
- “(...) o Militar é um cidadão como qualquer outro (...)”. (edição n° 4, p.2).
- “(...) a força militar é essencialmente obediente (...) a um governo legalmente constituído (...) obedecer à lei mas não aos desmandos do poder (...)”. (edição n° 4, p.4).
- “Não bastava o desprezo e indiferentismo que se tem votado a classe Militar (...)”. (edição n° 6, p. 2).
- “(...) ter dignidade e brio, condições indispensáveis do *idôneo* Militar.”. (edição n° 6, p.4).

- “O Exército é o ajuntamento de quanto peralta, vadio, prisioneiros de guerras civis, e daqueles, a quem se impondo uma chapa para votar em eleições, julga ter-se voto livre”. edição n° 7, p.1).
- “(...) Brilhante e honroso uniforme militar”. (edição n° 7, p.1).
- “(...) pois sendo ele [o exército] um motor de ordem e morigeração”. (edição n° 7, p.1).
- “pois os homens que pensarem não fugirão à nudez, à fome, ao frio, ao desprezo com que é tratada nossa milícia?” (edição n° 7, p. 1).
- “O soldado brasileiro sofrendo injurias do tempo e dos homens tem-se mostrado superior a esses togados” (edição n° 7, p. 1).
- “(...) tão bravo como honrado Exército para defender a integridade e o trono”. (edição n° 7, p.1).
- “(...) todos nós que temos a honra de pertencer à briosa classe Militar” (edição n° 7, p.1).
- “(...) só almejamos mostrar os incontestáveis direitos que tem a infeliz classe, que por gosto abraçamos e que por longo tempo tem sido a de nossos pais e parentes, a partilhar a direção dos negócios do Estado (...)” (edição n° 7, p. 2).
- “(...) essa classe [militar] cheia de privações, de sacrifícios, mesmo de desprezos”. (edição n° 7, p. 2).
- “(...) nascente classe militar já tão patriótica (...)”.(edição n° 7, p. 2)
- “(...) honrosa corporação sempre generosa, sempre digna (...)”. (edição n° 7, p. 2)
- “(...) nossa briosa classe (...)”.(edição n° 7, p. 2)
- “a fim de ver se se poe um dique à essa torrente de abusos que por desgraça do país ameaça, tão ousada, a digna classe Militar!” (edição n° 7, p. 4)
- “(...) ao menos pela briosa classe a que pertence S.S. (...)”.(edição n° 7, p. 4)
- “(...) não posso deixar de notar com dor as injustiças de que é vitima constante a nossa classe, graças as prepotencias dos ministros da guerra”. (edição n° 8, p.7).
- “(...) desgraçadamente porem o exemplo parte sempre do governo que é o primeiro a postergar os direitos adquiridos pela classe que sustentando-o, e da qual depende a salvação do Estado, é por ele esquecida e espinhada”. (edição n° 8, p. 8).
- “(...) que vai por ai contra a nossa classe, que dela não se cuida e só se trata de a amesquinhar (...)”. (edição n° 8, p. 8).
- “(...) vem com apelo às armas empunhadas por essa nobre e distinta porção de cidadãos (...)”. (edição n° 8, p. 8).
- “ (...) recruta-se a classe ínfima da sociedade, os corruptos desmoralizadores, os assassinos, os salteadores, os nefandos réprobos da nação, os que não sabem ler, nem escrever, nem pensar, nem falar, nem ver, mas aos que sabem prestar-se facilmente ao movimento da máquina estúpida, inertes do espírito, mas que desengatilham sem temor os feixes dos fuzis apontados ao peito de seus compatriotas” (edição n° 10, p.1).
- “Tudo está substituído! Em vez de um lugar de honra, a que todo o bom cidadão se deveria ufanar de pertencer, como outrora na antiga Roma, fez-se do exército um corpo de correção, ou casa de castigo corporal!”. (edição n° 10, p.1).
- “(...) os moços militares amam de coração ao jovem imperador a cujo lado cresceram e educaram-se, eles têm bastante sangue, bastante valor e bastante força para vencerem por ele e garantir-lhe o direito constitucional de escolher ministros e política”. (edição n° 10, p. 4)

- “(...) da nobre e honrada classe militar, tão mal estipendiada, tão sobrecarregada de serviços, tão exposta a punições quais as que sofrem o soldado Brasileiro! Tao falta de recursos e tão cheia de despesas; classe onde parecia unicamente o merecimento deveria imperar e onde a proteção debaixo da capa desse mesmo merecimento tanto se aninha!” (edição n° 11, p. 4).
- “O ilustrado deputado condoído deste Império infeliz, afrontosamente empurrado pelo gabinete atual para o fundo de um abismo do qual nem todos os esforços dos militares, que pagam sempre com seu sangue os desvarios de ministros pertinazes, poderão salva-lo (...)”. (edição n° 12, p. 2).
- “(...) as necessidades que sofrem os infelizes oficiais obrigados a viverem do soldo (...)”. (edição n° 12, p. 4)
- (...) os desgraçados filhos do Brasil, e mais particularmente para aqueles que têm a dupla infelicidade de vestir uma farda de defensor da pátria”. (edição n° 12, p. 4).
- “(...) e os direitos de seus camaradas tão postergados nestes últimos e calamitosos tempos, em que para os infelizes militares não há constituição, não há direitos práticos (...)”. (edição n° 14, p. 4).
- “O militar, essa classe distinta, em todos os tempos respeitada e venerável, para quem os governos não deixam de apelar nos momentos atribulados das agonias do poder (...)”. (edição n° 15, p.1)
- “Os interesses do estado, tanto gerais como especiais, já são por *eles* [militares] analisados, pensados e discutidos, porque eles não são mais os escravos cegos e estrupidos do poder, os negros réprobos da nação, agora regeneram-se; - são parte integrante *Dela* [a nação], cidadãos duplamente respeitáveis pela sua heroica missão, dignamente ilustrados e portanto suficientemente habilitados para escreverem e discutirem sobre todas as questões, compatíveis com seus conhecimentos (*quanto mais em questões de algarismo*) com a moralidade e circunspecção que professam e com os variados estudos que forma o curso de sua escola-acadêmica”. (edição n° 15, p. 1).
- “(...) dessa classe que tem sido tão desprezada pelo governo, mas da qual ele tem medo em qualquer época de alguma agitação”. (edição n° 15, p. 4).
- “(...) e o exército a casa de correção ou penitenciária, onde os seus asseclas devem ser contidos ou corrigidos de crimes que cometeram brutalmente (...)” (edição n° 15, p. 2).
- “(...) com as armas brancas que se defende o verdadeiro sustentáculo da ordem, o filho da honra – o soldado (...)” (edição n° 16, p.2).
- “Daqui já se vê pois os maus elementos desse todo chamado exército brasileiro, todo, maxime atualmente sem nexos e desconchavado.” (edição n° 16, p.3).
- “(...) repelindo as agressões dos estrangeiros, manterem a ordem e segurança no Estado (...)”. (edição n° 16, p.3)

### **CARACTERÍSTICAS PÚBLICAS/POLÍTICAS**

- “(...) e pelos juizes letrados que monopolizam as cadeiras da representação nacional”. (edição n° 2, p. 2).
- “Acostumados os homens do poder a mandar e ser cegamente obedecidos (...)”. (edição n° 2, p.3).
- (...) cuja dignidade não se pode compadecer com atos ilegais e com uma época de corrupção”. (edição n° 2, p.3).

- “(...) esses senhores da magistratura que entendem que a saia preta lhe dá a omnisciência (...)” (edição n° 3, p.1).
- “(...) a aristocracia do país habita no meio dos prazeres e das festas muitas vezes à custa das desgraças de seus semelhantes”. (edição n° 3, p. 2).
- “A negligencia de quem dirige os negócios públicos (...)”. (edição n° 3, p.4).
- “(...) pela política exclusivista dos togas (...)”. (edição n° 4, p.1).
- “A política rotineira, inerte e desmoralizadora (...)”. (edição n° 5, p. 1).
- “(...) para que o país não seja imolado no altar do patronato e da corrupção.”. (edição n° 5, p. 1).
- “Uma falta só do governo atrasa o progresso de uma nação inteira (...)”. (edição n° 5, p.1).
- “(...) os magnatas do poder (...) tomam chá nos sarais dos colegas distribuindo os dias da semana nestes *fastidiosos* trabalhos (...)”. (edição n° 6, p. 1).
- “(...) tão injustamente tratados por esse poder e política exclusivista que nos oprime e nos afronta quotidianamente (...)”. (edição n° 6, p. 2).
- “A culpa é vossa, senhores, que vos julgais superiores aos homens de armas (...)” (edição n° 6, p. 2).
- “se passadas administrações do país tem feito do poder uma fonte para seus interesses, antes do que buscarem o bem do país, a de hoje mais que nunca tem abusado do poder”. (edição n° 7, p. 3)
- “Nos governos despóticos são os homens que governam: nos governos moderados são as leis. O nosso que deve ter as qualidades do segundo só pratica os abusos do primeiro. Em todos os governos são premiadas as boas ações e castigado o vício, no nosso pratica-se o contrário”. (edição n° 7, p.3)
- “(...) a decadência do império e a morte da moralidade social”. (edição n° 8, p. 1)
- “(...) homens das graças honorificas (...)”. (edição n° 8, p. 1)
- “(...) obriga a conduzir o carro do Estado ao abismo da corrupção em que o talento real e útil morre de desanimo e de fome, para ser substituído pela mediocridade que cumprimenta, afaga, lisonjeia e importuna, mas que visitando à noite goza a honra de tomar chá nas xícaras dos Srs. Ministros”. (edição n° 8, p. 1)
- “(...) deste estado de descontentamento geral a que está reduzido por esta *política sem política*, inconvenientíssima no sistema representativo”. (edição n° 8, p. 6).
- “(...) o que faz o governo para sustentar essa garantia do *direito*? Conserva e sustenta a ignorância uma nescia boçalidade no exército nacional como um *meio* de obter a obediência cega, passiva e sem limites (...)”. (edição n° 10, p. 1)
- “(...) enquanto os Srs. Do poder saboreiam os *bolinhos* e o chá que retribuitivamente se ofertam (...)”. (edição n° 10, p. 2).
- (...) desta existência vergonhosa, em que só o patronato impera, em que o pedante adulator é sustentado no lugar em que a imprudência de um ministério o tem colocado contra todos os interesses particulares e da nação (...)” (edição n° 10, p. 2).
- “Indivíduos que nada são como inteligências, que nada valem, que se não sabe a razão porque subiram tão alto (...)”. (edição n° 10, p. 2).
- “A mediocridade mais de uma vez foi acolhida ou procurada como precisa para alguns *exercícios políticos*, e a desordem moral não tardou em aparecer imperativamente, onde a imprudência colocou qualquer dessas mediocridades (...)”. (edição n° 11, p. 1).
- “O patronato, o miserável patronato, aniquilador de todo o progresso, o assassino do talento que desabrocha sem a sombra do poderio ministerial é o maior inimigo com

que tem de lutar todos os cidadãos a quem a corte não fez nascer no regaço do veludo e da riqueza”. (edição n° 11, p. 2).

- “O quanto tem sido eles [políticos] fatais ao país e favoráveis à meia dúzia de saltimbancos que sem trabalho querem esbanjar os dinheiros públicos, julgando muito licito e honroso roubar a nação a bem de seus próprios interesses”. (edição n° 11, p. 2).
- “A corrupção porem é tal, e a imoralidade dessas fezes de homem, que ainda em cima ostentam uma conduta reprovada, que nada menos importa que o enchimento da barriga à custa do homem laborioso, das classes industriosas”. (edição n° 11, p. 3).
- “(...) e a nossa política, como diz a Revista dos Dois Mundos, é vaga e baseada em promettimentos a todo mundo (...)”. (edição n° 11, p. 4).
- “(...) porque sendo pela maior parte paisanos, pouco ou nada podem saber dos miseráveis vencimentos dos desgraçados oficiais, e só veem uma grande despesa nesta repartição (...)”. (edição n° 12, p. 4).
- “Quanto se enganam esses famélicos do poder, esses cadáveres em putrefação”. (edição n° 16, p. 4).

### **CARACTERISTICAS DE O MILITAR BRIOSO**

- “(...) sua missão é mais alta e mais nobre, é uma luta de opiniões que vai agitar seus prelos”. (edição n° 1, p. 1)
- “A nossa missão é árdua, porém justa, e tão justa que contamos desde já atingirmos ao nosso fim que não é outro senão levantarmos a nossa classe do abatimento e desprezo em que jaz e reivindicar (...)”. (edição n° 1, p. 4)
- “(...) satisfazer as mais palpitantes necessidades que tem a classe Militar de um órgão que acompanhe os movimentos e alterações que for mister imprimir e lembrar”. (edição n° 1, p. 4).
- “O que nós, órgão dos sentimentos da classe nobre e sofredora queremos (...)”. (edição n° 2, p. 1).
- “(...) quando tomamos a pena juramos sufocar em nossa alma todos os sentimentos do medo, que pudessem obstar nossos pensamentos (...)”. (edição n° 5, p. 4).
- “O *Militar Briosos* em seu posto de honra aguarda não só o discurso da Coroa, afim e saber o que ela exige a bem do país e da classe, como as discussões das câmaras para aprecia-las devidamente e cumprir o seu dever”. (edição n° 9, p. 4).
- “(...) O *Militar Briosos* em seu posto de honra aguarda não só o discurso da Coroa, a fim de saber o que ela exige a bem do país e da classe (...)”. (edição n° 9, p. 4).
- “(...) muito penhorou os militares e nós como seu eco, publicamente agradecemos a S. Ex.”. (edição n° 14, p. 9).
- “(...) e continuar assim o periódico que tanto os tem incomodado, por ser o verdadeiro eco da classe militar (...)”. (edição n° 15, p. 4)
- “O *Militar Briosos* continua pois, como antes da deportação do seu distinto camarada, porque não só tem à sua frente militares briosos e de alta posição, contra os quais o governo não pode ter ação alguma, como porque sendo uma necessidade da classe militar não faltaria quem tomasse a peito essa digna e importante tarefa”. (edição n° 15, p. 4).



## CARACTERÍSTICAS DA NAÇÃO

- “(...) para os nossos tão subordinados soldados, cuja índole obediente e pacífica é proverbial.” (edição n° 1, p.2).
- “Nunca o país se viu a braços com tanta miséria, apesar dos decantados melhoramentos materiais (...)”. (edição n° 2, p. 4).
- “No estado atual do nosso país, na triste posição em que vivemos (...)”. (edição n° 3, p.3).
- “(...) lamentam o modo porque o país caminha definhando (...)”. (edição n° 5, p. 1).
- “O povo de hoje enxerga, calcula e estuda a fim de não sujeitar-se como o de Roma (...) os brasileiros não são exigentes, querem apenas o que lhes compete (...)”. (edição n° 5, p. 1).
- “(...) a riqueza proverbial do Brasil vai trocando-se pelo pauperismo (...)”. (edição n° 6, p. 1).
- “A sociedade, que começa debaixo dos melhores auspícios, morre atrofiada, imatura e intempestivamente” (edição n° 6, p. 1)
- “O país está em crise, crise medonha porque ela mina encoberta como um vulcão sob as cinzas (...)”. (edição n° 6, p. 1).
- “Onde tem tremulado o pavilhão auri-verde, por mar e por terra, que não tenha sido com glória, e que não tenhamos mostrado que amamos nossa terra acima da vida?”. edição n° 7, p. 2).
- “(...) nossa pátria então marchará sempre no progresso e será certamente respeitada externa e internamente (...)”. (edição n° 7, p. 2).
- “(...) é que esse tratado que coloca os Brasileiros na triste condição de trabalhadores do estrangeiro, vigora em todas as suas disposições!” (edição n° 8, p. 5).
- “e a nação sem patriotismo, de nação só tem o nome (...)”. (edição n° 8, p. 5).
- “(...) arraiais de guerra e derramamento de sangue brasileiro, que com magoa e dor tem-se visto no nosso país, muitas vezes para sustentar caprichos da administração”. (edição n° 8, p. 8).
- “(...) a necessidade de um útil desenvolvimento que coloque a nação no ponto culminante de progresso (...)”. (edição n° 9, p. 1)
- “(..) salvará o país desta calamidade vergonhosa em que atualmente definha, desta descida acelerada em que vai e ninguém sabe até onde chegará”. (edição n° 9, p. 1).
- “A nação porem não morrerá porque a salvação agora apresenta-se no horizonte, porque a mocidade forte e ativa une-se hoje, disposta a lutar contra todos os obstáculos (...)”. (edição n° 9, p. 1).
- “(...) desta pobre nação que vê impassível e muda diminuir seus rendimentos (...)”. (edição n° 10, p. 2).
- “Arrastam este pobre império pela rua da amargura (...)”. (edição n° 10, p. 2).
- “(...) esta terra de paz e obediência (...)”.(edição n° 12, p. 2).
- “O ilustrado deputado condoído deste Império infeliz (...) (edição n° 12, p. 2)
- “Pobre nação! Fatais ministros!”. edição n° 13, p.1).
- “(...) os brasileiros são tão pouco exigentes (...)”. (edição n° 14, p. 2).
- “(...) a felicidade da pátria enobrecida (...)”. (edição n° 15, p. 1).
- “(...) nação constitucional, independente e soberana (...)”. (edição n° 15, p. 1).
- “(...) deste país tão digno da melhor sorte (...)”. (edição n° 15, p. 2).

**APÊNDICE K - Quadro sinótico das características Militares em *O Militar Brioso* (1855).**

<b>Sobre a Classe Militar</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A Classe Militar sofre em silêncio e estoicamente;</li> <li>• A Classe é infeliz;</li> <li>• Exemplo de obediência e sofrimento;</li> <li>• Classe desventurada;</li> <li>• É uma classe infortunada;</li> <li>• É rica de brio e dignidade e pobre de dinheiro;</li> <li>• É tratada com desprezo e indiferença;</li> <li>• A Classe Militar é tratada com desprezo e submetida à nudez, a fome e ao frio;</li> <li>• A Classe Militar é Briosa;</li> <li>• A infeliz Classe tem direito de partilhar dos negócios do Estado;</li> <li>• A Classe militar é cheia de privações, desprezos e sacrifícios;</li> <li>• A Classe Militar é patriótica;</li> <li>• A Classe Militar é digna;</li> <li>• A Classe Militar é vítima constante de injustiças;</li> <li>• A Classe Militar sustenta o governo, mas é por ele esquecida e espinhada;</li> <li>• A Classe Militar é constantemente amesquinhada;</li> <li>• A Classe Militar é distinta;</li> </ul>
<b>Sobre o Militar</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O Militar serve à sua pátria e ao seu soberano pela consciência;</li> <li>• O Militar é um cidadão profissional;</li> <li>• O Militar de brio e cômico de seus deveres;</li> <li>• O Militar é honrado;</li> <li>• O Militar é um cidadão como qualquer outro;</li> <li>• O Militar é idôneo;</li> <li>• Os jovens Militares amam o imperador;</li> <li>• Os militares não são escravos cegos e estúpidos do poder;</li> <li>• Os militares são parte integrante da nação e habilitados para discutirem sobre todas as questões;</li> </ul>
<b>Sobre o Soldado</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O soldado é olhado como o homem mais ínfimo da sociedade;</li> <li>• A condição de soldado brasileiro é pior do que a de cativo;</li> <li>• O uniforme militar, símbolo da classe, é brilhante e honroso;</li> <li>• O soldado brasileiro sofre injúrias e mesmo assim conserva-se superior aos homens de toga;</li> <li>• O soldado brasileiro é um sofredor;</li> <li>• O soldado é o sustentáculo da ordem e o filho da honra;</li> </ul>

<b>Sobre a Instituição Militar</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• É votada com desprezo pelo governo;</li><li>• O Exército não é um agregador de autômatos;</li><li>• Conta com distintos jovens que repugnam tanta humilhação;</li><li>• O Exército é um elemento de ordem, paz e dignidade nacional;</li><li>• A força militar é obediente ao governo legalmente constituído, mas não aos desmandos do poder;</li><li>• O Exército é o ajuntamento de quanto peralta, vadio, prisioneiros de guerras civis;</li><li>• O Exército é um motor de ordem e morigeração;</li><li>• O Exército é honrado;</li><li>• A instituição é sempre honrosa, é sempre digna;</li><li>• O Exército é um corpo de correção ou uma casa de castigo corporal;</li><li>• O Exército é uma casa de correção ou penitenciária;</li><li>• O Exército mantém a ordem e a segurança no Estado;</li></ul>
------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

**APÊNDICE L - Quadro sinótico das características políticas em *O Militar Brioso* (1855).**

<p><b>Sobre a Política</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A política é rotineira, inerte e desmoralizadora;</li> <li>• A política é exclusivista e oprime e afronta os militares;</li> <li>• A administração tem abusado do poder em benefício próprio;</li> <li>• A política gera descontentamento, pois não é política;</li> <li>• A mediocridade e a desordem são características dos exercícios políticos;</li> <li>• O patronato é o maior inimigo do cidadão e do progresso;</li> <li>• A política é vaga e baseada em promessas a todo mundo;</li> </ul>
<p><b>Sobre o governo</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atos ilegais do governo e corrupção;</li> <li>• Uma falta só do governo atrasa o progresso de uma nação inteira;</li> <li>• Nos governos despóticos são os homens que governam: nos governos moderados são as leis. O nosso que deve ter as qualidades do segundo só pratica os abusos do primeiro. Em todos os governos são premiadas as boas ações e castigado o vício, no nosso pratica-se o contrário</li> <li>• O império está decadente e ocorre a morte da moralidade social;</li> <li>• O governo está no abismo da corrupção, onde a adulação vale mais que o merecimento;</li> <li>• O governo sustenta a ignorância no exército nacional como um <i>meio</i> de obter a obediência cega, passiva e sem limites dos militares;</li> <li>• O governo é mantido pelo patronato, cuja existência é vergonhosa;</li> </ul>
<p><b>Sobre os políticos</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Os juízes letrados monopolizam as cadeiras da representação nacional;</li> <li>• Os homens do poder são acostumados a mandar e ser cegamente obedecidos;</li> <li>• Os Magistrados entendem que a saia preta lhe dá a omnisciência;</li> <li>• Os políticos são negligentes em relação aos negócios públicos;</li> <li>• Realizam uma política exclusivista dos “togas” (uma política em benefício próprio);</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"><li>• A aristocracia do país habita no meio dos prazeres e das festas muitas vezes à custa das desgraças de seus semelhantes</li><li>• Os magnatas do poder (...) tomam chá nos sarais dos colegas distribuindo os dias da semana nestes <i>fastidiosos</i> trabalhos;</li><li>• Se julgam superiores aos homens de armas;</li><li>• Os políticos são os homens das graças honoríficas;</li><li>• Os políticos são os homens que não trabalham;</li><li>• A maior parte dos políticos são como inteligências, que nada valem, que se não sabe a razão porque subiram tão alto</li><li>• Os políticos são corruptos e só agem a bem de seus interesses;</li><li>• O político é imoral;</li><li>• O político não compreende a classe militar;</li><li>• Os políticos são famélicos do poder e cadáveres em putrefação;</li></ul>
--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

**APÊNDICE M - Quadro comparativo das características Militares e Políticas em  
O Militar Brioso (1855).**

<b>CARACTERÍSTICAS MILITARES</b>	<b>CARACTERÍSTICAS POLÍTICAS</b>
A instituição é sempre honrosa, é sempre digna;	A política é rotineira, é inerte e desmoralizadora;
O Exército é um elemento de ordem, paz e dignidade nacional;	A mediocridade e a desordem são características dos exercícios políticos;
A instituição é sempre honrosa, é sempre digna;	A política é vaga e baseada em promessas a todo mundo;
A força militar é obediente ao governo legalmente constituído, mas não aos desmandos do poder;	Os homens do poder são acostumados a mandar e ser cegamente obedecidos
O Militar é cheio de brio e cômescio de seus deveres;	Os políticos são negligentes em relação aos negócios públicos
O soldado é o sustentáculo da ordem e o filho da honra;	Os políticos são corruptos e só agem a bem de seus interesses;
O Militar é idôneo;	O político é imoral;
O militar é apto para discutir sobre todas as questões.	O político não compreende a classe militar;
Os militares são parte integrante da nação e habilitados para discutirem sobre todas as questões;	A maior parte dos políticos são como inteligências, que nada valem, que se não sabe a razão porque subiram tão alto
Os militares não são escravos cegos e estúpidos do poder;	O governo sustenta a ignorância no exército nacional como um <i>meio</i> de obter a obediência cega, passiva e sem limites dos militares;
A Classe Militar sofre em silêncio e estoicamente; é submetida à nudez, a fome e ao frio;	A aristocracia do país habita no meio dos prazeres e das festas muitas vezes à custa das desgraças de seus semelhantes;
O soldado brasileiro é um sofredor;	Os políticos são os homens das graças honoríficas;
O soldado brasileiro sofre injúrias e mesmo assim conserva-se superior aos homens de toga;	Os políticos se julgam superiores aos homens de armas;
O Militar é honrado;	Os políticos são famélicos do poder e cadáveres em putrefação;
A Classe Militar sustenta o governo, mas é por ele esquecida e espinhada;	O governo é mantido pelo patronato, cuja existência é vergonhosa;

**APÊNDICE N - Ocorrência da palavra *pátria* em *O Militar Brioso* (1855).**

<b>Ocorrência</b>	<b>Acompanhamento principal</b>	<b>Trecho</b>
1). Edição n° 1, página 1	Militar	“O Militar serve à sua pátria e ao seu soberano pela consciência de que é digno de toda a consideração, que seus serviços serão justamente remunerados, que não jazerá no desprezo (...)”
2). Edição n° 1, página 2.	Esperanças	“O exército brasileiro já tem em seu seio distintos jovens, esperanças da pátria, que repugnam tanta humilhação”.
3). Edição n° 1, página 3.	Exército	“(...) é um bravo perdido para o exército de nossa pátria, um amigo perdido para as afeições de nossa alma!”.
4). Edição n° 1, página 4.	Esperança	“Esse homem, esperança da pátria, cuja honra nunca foi desmentida!”.
5). Edição n° 2, página 1.	Classe Militar.	“Temos fé que a GRANDE ILUSTRAÇÃO que preside aos destinos de nossa pátria não podem ter escapado as bravuras e os sofrimentos da classe Militar”.
6). Edição n° 2, página 4.	Entranhas.	“(...) privam dos meios que saciam a fome devoradora desses abutres que dilaceram as entranhas da nossa pátria?”
7). Edição n° 3, página 2.	Serviço.	“(...)o asilo de inválidos em uma palavra é a morada eterna da vida dos bravos Militares que se inutilizaram no serviço da pátria”.
8). Edição n° 3, página 2.	Amor.	“(...)ombreado com a força de linha, exércitos de cidadãos guardas nacionais, que por amor da pátria vão expor suas vidas (...)”
9). Edição n° 3, página 3.	Serviço.	“O Militar inutilizado para o serviço da pátria e que quer utilizar-se do asilo que o Estado garante, jamais é chamado a prestar serviço (...)”
10). Edição n° 4, página 3.	Serviço.	“(...) por certo que não consagraria tão amplamente iguais direitos a todos os

		brasileiros, sem outra distinção que não seja seu saber, virtudes e serviços à pátria”.
11). Edição n° 5, página 1.	Bem.	“(…)unem-se para derrubar os velhos preconceitos políticos, que ainda restam, e que não concorrem de modo algum para o bem da pátria”.
12). Edição n° 6, página 1.	Sangue.	“O senhor que compra valendo-se da miséria é tão vil como o desgraçado que em vez de morrer de fome, como herói, vende a liberdade por um pedaço de pão ázimo amassado com o sangue da pátria”.
13). Edição n° 7, página 2.	Marchar. Ocorrência Secundária: progresso.	“(…) nossa pátria então marchará sempre no progresso e será certamente respeitada externa e internamente: todos serão felizes, e o Brasil entrará, como deve (…)”
14). Edição n° 8, página 3.	Salvando.	“(…) do estado, salvando a pátria de uma crise monetária, de um <i>déficit pavoresco</i> pelo que já teve a glória (…)
15). Edição n°8, página 7.	Afeições.	“(…) mandaram nossos camaradas para tão longe de sua pátria, afeições e famílias?”
16). Edição n°10, página 1.	Filhos.	“(…) os brados agonizantes dos filhos da pátria gritando por luz – gritos clamantes, aterrados, e febricitados de horror (…)
17). Edição n° 10, página 2.	Defesa.	“(…) para a velhice, para quando a defesa da pátria lhe houver exigido um braço ou uma perna tendo aonde morra nos braços da religião (…)”
18). Edição n° 10, página 2.	Defesa/Madrasta	“(…) defesa da pátria, desta pátria madrasta que não prepara os seus filhos mais laboriosos, nem sequer um pão ázimo, com que afoguem os soluços do pranto faminto da desmantelada noite da vida?”
19). Edição n° 10, página 2.	Sangue.	“A mediocridade, a miserável mediocridade, como um parasita sorve a gota o sangue da pátria, deixando-a exausta como um cadáver!”



20). Edição n° 11, página 1.	Compatriotas	“(...) e indo-se em prol de seus compatriotas, do bem estar comum e das venturas da pátria e não se cuida de por uma barreira (...)”
21). Edição n° 11, página 2.	Salvar.	“(...) E viva a mediocridade que salva a pátria das <i>ímpias</i> garras dos homens da ciências, dos artistas, dos poetas...”
22). Edição n° 11, página 2.	Esperança; sol.	“(...) uma nova luz de esperança e conforto. Nuvens louradas, preceptoras de um sol radioso e belo que aviventa a pátria, se aglomeram junto do nascente (...)”
23). Edição n° 11, página 2.	Soluça e chora.	“(...) ai a pátria soluça e chora e apenas lima os olhos para ver esses meteoros que rompendo as negras e espessas (...)”
24). Edição n° 11, página 2.	Inteira. (militares)	“Oxalá que o nosso esperar não seja em vão e que nós e a pátria inteira possamos ajoelhar-nos agradecidos como ao verdadeiro sol (...)”
25). Edição n° 12, página 2.	Defensores.	“As províncias servem de Cartago e os novos defensores da pátria terão como Mario uma fase predileta para exprimir a sua ausência da capital”.
26). Edição n° 12, página 4.	Serviço.	“(...) de sustentar a um filho que já presta serviços à pátria, e serviço da natureza dos do soldado?”
27). Edição n° 12, página 4.	Defensor.	“(...) sua benéfica vista para os desgraçados filhos do Brasil e mais particularmente para aqueles que tem a dupla infelicidade de vestir uma farda de defensor da pátria”.
28). Edição n° 15, página 1.	Felicidade; família; madrasta.	“(...) a felicidade da pátria enobrecida e a ventura geral, é seu único alvo, não é mais, entre nós, essa família de ciganos abastardados, para quem a pátria servia de madrasta e a quem não era concedido nem sequer a liberdade de raciocínio”.
29). Edição n° 15, página 3.	Defensores.	“(...) por que este periódico leva a peito advogar a causa dos defensores da pátria e clamar contra os abusos e injustiças de que eles têm sido vítima”.
30). Edição n° 16, página 2.	Defensor.	“(...) com o fuzil do verdadeiro defensor da pátria, o punhal do sicário, com as armas brancas com que se defende o verdadeiro

		sustentáculo da ordem, o filho da honra – o soldado”.
31). Edição n° 16, página 2.	Defensor.	“(…) com as vestes e armaduras do defensor da pátria, eis um criminoso introduzido nas fileiras no nosso exército como soldado (…)”
32). Edição n° 16, página 3.	Defensor.	“(…) como pode ser bom soldado, defensor da honra e da pátria, um mau filho? Se ele desconhece os deveres mais naturais (…)

**APÊNDICE O - Ocorrência da palavra *nação* em *O Militar Briosso* (1855).**

<b>Ocorrência</b>	<b>Acompanhamento principal</b>	<b>Trecho</b>
1). Edição n° 2, página 1	Ordem.	“(…) que a força armada, é posta pela lei à disposição do governo, para sustentar a dignidade e a honra nacional ante o estrangeiro e garantir a ordem nos limites da nação;”
2). Edição n° 2, página 1.	Força.	“(…) a força que uma nação deve ter a sua disposição, como inexpugnável baluarte para sua defesa e garantia, divide-se em força de linha, guarda nacional e polícia”.
3). Edição n° 2, página 1.	Segurança.	“(…) um país como o outro é o ponto mais apropriado para a maior permanência da força de linha, principalmente quando a segurança pública e da nação podem ser ameaçadas”.
4). Edição n° 2, página 2.	Servir.	“O soldado brasileiro não é um cidadão, que voluntário ou por arrolamento tem de servir à nação, não; é um infeliz recrutado, ou porque não tem proteção, ou por ter sido arrastado a conspirar contra os dominadores de épocas (…)”
5). Edição n° 2, página 3.	Serviço.	“Capricha-se em expor, sem utilidade do serviço da nação, a mil privações e vexames o Militar honrado, cuja dignidade não se pode compadecer com atos ilegais e com uma época de corrupção”.
6). Edição n° 2, página 3.	Serviço.	“Haja vista o estado do nosso Exército no Sul, em referência ao soldado, que quilhasse descalço e esfarrapado, se presta ao serviço que a nação dele exige”.
8). Edição n° 2, página 4.	Imperador.	“Console-se pois o Sr. Coronel Tamarindo com os seus companheiros d’armas que tanto tem sofrido e resignando-se, porque um dia Deus, o imperador e a nação se lembrarão de nós”.
9). Edição n° 3, página 2.	Imunidade.	“(…) momento se organizavam batalhões que eram outras tantas coortes que marchavam a par da força de linha para fazer respeitar a

		imunidade de uma nação em seus justos limites”.
10). Edição n° 3, página 3.	Serviço.	“Se o asilo de inválidos é pois a última habitação do Militar e velho e mutilado, perdido para o serviço da nação (...)”
11). Edição n° 3, página 3.	Recompensa.	“O militar que se recolhe ao asilo de inválidos não vai mendigar uma esmola do Estado, vai gozar antes da última recompensa que a nação lhe pode conceder (...)”
12). Edição n° 3, página 3.	Serviço.	“(...) então o Militar inutilizado e alquebrado pelo peso doa anos, mendigar quotidianamente nas ruas e praças públicas o pão que lhe mate a fome, e alguns andrajos que mal cubram as carnes mutiladas e perdidas no serviço da nação”
13). Edição n° 3, página 4.	Brios.	“Mas sempre os brios da nação protestaram contra a injustiça de degredar-se o soldado brasileiro que se bate denodamente para exaltar-se o estrangeiro (...)”
14). Edição n° 3, página 4.	Servidor.	“(...) inerentes aos diretos que tem, imponha-se lhe obrigações justas e compatíveis com a dignidade do servidor da nação, que não precisaremos em tempo nenhum engajar estrangeiros”.
15). Edição n° 3, página 4.	Serviço.	“(...) damos com semelhante modo de pensar; nunca faltam ao serviço da nação, quando o governo o sabe avaliar, soldados dedicados e valentes (...)”
16). Edição n° 4, página 2.	Todo/partes	“As nações são um todo composto de partes: o todo encerra-se nos seus habitantes em geral, as partes nas diversas classes em que ela se divide”.
17). Edição n° 4, página 3.	Serviços	“(...) Militar das posições oficiais do país, nas quais se podia manter e prestar valiosos serviços à nação sem incompatibilidade alguma, se aqueles que julgam lícito e muito moral (...)”.
18). Edição n° 4, página 3.	Chefe	“(...) não o arredassem do pensamento do chefe da nação para outras comissões; assim

		os Militares sofrem duplamente em seu próprio país (...)"
19) Edição n° 4, página 3.	Chefe.	"Os ministros e só os ministros que mal informam ao seu chefe dos serviços que se prestam ao país, é que devem responder pelos abusos do poder que lhes fora confiado pelo chefe da nação".
20). Edição n° 4, página 3.	Servidores. Ocorrência secundária: Exército.	"(...) quem se julga honrado sem o merecer; entretanto que os verdadeiros servidores da nação ficaram à margem, não foram atendidos! O exército mesmo, ainda desta vez se viu esquecido (...)"
21). Edição n° 4, página 4.	Brios	"(...) agente do governo, porem o decoro e os brios da nação, se em tempo não forem solvidas as dúvidas e prevenções que ainda possam existir (...)"
22). Edição n° 4, página 4.	Dignidade.	"(...) qualquer luta, sem quebra da dignidade da nação. Hoje não entraremos neste exame, porem o faremos em outra ocasião depois de acurado estudo".
23). Edição n° 5, página 1.	Progresso.	"Uma falta só do governo atrasa o progresso de uma nação inteira em todas as suas generalidades".
24). Edição n° 7, p. 1.	Riqueza. Ocorrência secundária: Exército.	"Nações menos ricas que o Brasil sustentaram, sustentam e pagam melhor seu exército de que nós ricos (...)"
25). Edição n° 7, página 2.	Primeira ordem.	"(...) todos serão felizes, e o Brasil entrará como deve, na lista das nações de primeira ordem, o que não sucederá, sem um bem organizado exercito (...)"
26). Edição n° 7, página 2.	Prosperidade.	"Não são as formas do governo que fazem a prosperidade das nações, mas sim o cumprimento das leis nacionais estabelecidas, o patriotismo e a honradez pública e privada".
27). Edição n° 7, página 2.	Honra.	Querem fatos e fatos revoltantes, que provem o que dissemos? Nós vo-lo apresentamos. Todo o homem destinado a dirigir os negócios

		públicos deve esclarecer a Nação com seus talentos e honra-la com suas virtudes (...)”
28). Edição n° 8, página 1.	Progresso.	“(…) percebidos por aqueles que atendem à marcha dos acontecimentos da nação, ao progresso da sociedade e que esperam a honra em que reassumindo a posição (...)”
29). Edição n° 8, página 3.	Progresso. Ocorrência secundária: civilização.	“Desde que as nações caminhando na estrada do progresso e da civilização, reconheceram que a humanidade não foi criada para mutuamente destruir-se (...)”
30). Edição n° 8, página 3.	Toda/cidadão.	“Não é nosso intensão atacar indivíduos ou partidos quando tratamos uma questão que é do interesse de toda Nação e de cada cidadão isoladamente”.
31). Edição n° 8, página 5.	Patriotismo.	“(…) e a nação sem patriotismo, de nação só tem o nome; isto quer dizer em termos claros, que por não termos nacionalizado nosso comércio (...)”.
32). Edição n° 8, página 6.	Chefe.	“(…) e acreditou que o Chefe Supremo da Nação com a oportunidade que espera ia salvar o país das consequências deste estado (...)”
33). Edição n° 9, página 1.	Progresso.	“(…) por longo tempo no círculo da luta política, porque a necessidade de um útil desenvolvimento que coloque a nação no ponto culminante do progresso (...)”.
34). Edição n° 9, página 2.	Representantes.	“(…) verdadeiros representantes da nação e assim reabilitadas poderem todas, sem vexame, concorrer ao fim preciso; pôr o nosso Império em paralelo com as nações mais cultas do Universo”.
35). Edição n° 10, página 1.	Respeitável.	“(…) direito que lhe assiste como parte importante e respeitável da nação, para que ele cego, quase idiota, despedace a golpes de espada ou a tiros de espingarda seus próprios irmãos (...)”.

36). Edição n° 10, página 2.	Pobre.	“(...) pobre nação que vê impassível e muda diminuir seus rendimentos porque um capricho fatal e inconsequente quer a todo transe (...)”
37). Edição n° 10, página 2.	Farda (no sentido de peso).	“(...) como vagabundo desonrado por tal guisa a farda da nação que teve sobre os ombros, nodoando as cicatrizes que houver recebido na defesa da pátria, desta pátria madrasta (...)”
38). Edição n° 10, página 3.	Ribeirinha.	“(...) não queria desafrontar a honra nacional, não queria terminar a questão dos nossos limites e navegação como nação ribeirinha, outro era seu propósito (...)”
39). Edição n° 10, página 4.	Exército.	“(...) seguramos que ao menos aceno do soberano a nação e o exército se levantará como um só gigante e com a dedicação de um soldado raso (...)”
40). Edição n° 11, página 2.	Honroso.	“(...) públicos, julgando muito licito e honroso roubar a nação a bem de seus próprios interesses; e é tal a se cerimonia desses parasitas (...)”
41). Edição n° 11, página 3.	Todas.	“A população e as riquezas são os dois objetos das leis políticas e econômicas. Em todas as nações, em todos os séculos e em todas as espécies (...)”
42). Edição n° 12, página 3.	Coroa.	“(...) e se o empregado pode subtrair à nação alguns contos de reis, o militar, muito mais pode fazer, como seja prejudicar totalmente a nação e por consequência a coroa (...)”
43). Edição n° 12, página 4.	Segurança.	“(...) muitas vezes nessas emergências, e dele se faz por muitas vezes depender o bem estar e a segurança da nação”.
44). Edição n° 13, página 1.	Pobre.	“A guerra no Prata se repetira portanto muitas vezes, e o Brasil terá ali a causa latente do desaparecimento de suas forças vitais e do engrandecimento de vertes fortunas particulares. Pobre nação! Fatais ministros!”
45). Edição n° 13, página 1.	Brasileira.	“(...) em fim da nação brasileira, bradou-se a guerra! E sem mais consideração tudo se dispôs para leva-la de novo ao Rio da Prata”.

46). Edição n° 14, página 1.	Sujeitar	“(...) Ver-se uma nação como a nossa sujeita às vontades e inacreditáveis exigências de um Lopez (...)”
47). Edição n° 14, página 1.	Ribeirinha.	“(...) deixando-se perder tão intempestivamente os direitos que tínhamos a essa navegação como nação ribeirinha!”
48). Edição n° 15, página 1.	Constitucional, independente e soberana.	“(...) servir de motor ao nosso desenvolvimento de nação constitucional, independente e soberana, porque <i>hoje</i> já não seguimos as pegadas desses guias levianos (...)”
49). Edição n° 15, página 3.	Comercial.	“Quem haverá ali, que desconheça a posição do Brasil como nação eminentemente comercial?”
50). Edição n° 16, página 3.	Sangue	“(...) os seus cômodos em prol do país, não há de todos sem exceção de classes, pagar este tributo de sangue à nação?”



**APÊNDICE P - Ocorrência da palavra *honra* em *O Militar Brioso* (1855).**

Ocorrência	Acompanhamento principal	Trecho
1). Edição n° 1, página 2	País.	“O exército brasileiro já tem em seu sio distintos jovens, esperanças da pátria, que repugnam tanta humilhação. Nós esperamos, que por honra do país, não continue por muito tempo tão vexatório código Militar”.
2). Edição n° 1, página 3.	Lugar.	“Não foi o patronato que o elevou a esse lugar de honra, não, senhores: foram provas, provas muito exigentes que lhe aquilataram os grandes merecimentos”.
3). Edição n° 1, página 4.	Nacional.	“E nós senhores, como último testemunho de amizade, como honra a tamanho merecimento nacional, deponhamos nessa sepultura uma flor e murmuremos uma oração”.
4). Edição n° 2, página 1.	Nacional.	“(…) publicistas que a forma armada, é posta pela lei a disposição do governo, para sustentar a dignidade e a honra nacional ante o estrangeiro e garantir a ordem nos limites da nação (...)”
5). Edição n° 3, página 3.	Posto.	“(…) da batalha, os anos de serviço consumidor em seu posto de honra, e mais que tudo a magoa de se verem perdidos (...)”
6). Edição n° 4, página 1.	Armas/Soldados.	“(…) chegada a época de mostrar ao país para que se previna do perigo em que esteve a honra de suas armas e a vida de seus soldados na guerra oriental de 1851 (...)”
7). Edição n° 4, página 3.	Títulos.	“Longe de nós a convicção de que os títulos, as honras e as distinções em recompensa de serviços prestados ao Estado, não são (...)”
8). Edição n° 4, página 3.	Serviço.	“(…) quando a indivíduos sem os serviços que S. Ex. prestou em quatro ou cinco presidências, sendo duas em épocas críticas, se deu o de visconde com as mesmas honras?”
9). Edição n° 4, página 4.	Serviços/pública.	“(…) e a consideração pública dos Srs. Jeronimo e Mello que já tiveram a honra de serem ministros da coroa”.

10). Edição n° 5, página 3.	Honestidade.	“(…) três qualidades, que tanto mais apreciamos quanto mais raras se vão elas tornando entre nossos estadistas de primeira altura; e vem a ser nímia bondade de coração, honradez e honestidade”.
11). Edição n° 5, página 3.	Fazer.	“Estamos convencidos que S. Ex. que não pode ver tudo simultaneamente, e bondoso como é, nos fará a honra de reparar no que levamos dito, e remediará o mal como melhor poder ou lhe consentirem”.
12). Edição n° 7, página 1.	Classe Militar	“Para a honra da classe militar, para remorsos do Brasil, o soldado brasileiro sofrendo injurias do tempo e dos homens tem-se mostrado superior a esses togados (...)”
13). Edição n° 7, página 1.	Pertencer.	“Estamos convencidos que todos nós temos a honra de pertencer à briososa classe Militar, de que é um dos órgãos o periódico Militar Bioso (...)”
14). Edição n° 7, página 3.	Limpo e puro.	“(…) saiu limpo e puro da lama que atirada em alguém veio salpicar-lhe a honra”
15). Edição n° 8, página 1.	Gozar	“(…) substituto pela mediocridade que o cumprimenta, afaga, lisonjeia e importuna mas que visitando a noite goza a honra de tomar chá nas xícaras dos Srs. Ministros.”
16). Edição n° 8, página 4.	Homens	“(…) não por essa ambição que honra aos homens, por essa ambição que na idade das paixões generosas prendem os moços (...)”
17). Edição n° 9, página 4.	Posto.	“O Militar Bioso em seu posto de honra aguarda não só o discurso da Coroa, afim de saber o que ela exige a bem do país e da classe, como as discussões das câmaras para aprecia-las devidamente e cumprir o seu dever”.
18). Edição n° 9, página 4.	Lugar de. Ocorrência secundária: Exército.	“Tudo está prostituído! Em vez de um lugar de honra a que todo o bom cidadão se deverá ufanar de pertencer, como outrora na antiga Roma, fez-se do exército um corpo de correção ou casa de castigo corporal”.

19). Edição n° 10, página 3.	Nacional.	“(…) não queria desafrontar a honra nacional, não queria terminar a questão dos nossos limites e navegação como nação ribeirinha (…)”
20). Edição n° 10, página 3.	Nacional.	“(…) comprometedor já dos oficiais comandantes, e já da honra e da consideração nacional, em que estado devemos supor que eles (…)”
21). Edição n° 11, página 2.	Homem.	“(…) do papel que degrada a um homem de honra, que o faria correr de vergonha. A corrupção porem é tal, e a imoralidade dessas fezes de homem, que ainda em cima ostentam (…)”
22). Edição n° 11, página 3.	Posto.	“(…) firmes em seu posto de honra repelem com dignidade as ofertas de um poder que não governa segunda (…)”
23). Edição n° 11, página 3.	Parlamento.	“(…) e para honra do parlamento Brasileiro vozes houveram que se levantaram a favor dessa classe só procurada em críticas circunstancias”.
24). Edição n° 13, página 3.	Nacional.	“E chamam-se estadistas os homens que traçam planos semelhantes, empenho inutilmente a honra nacional, a gloria da nossa marinha, a vida e a saúde de tantos bravos!”
25). Edição n° 14, página 4.	(No sentido de posto)	“(…) honra pois ao General que apesar de estar altamente colocado não se esqueceu de seus companheiros de infortúnio.”
26). Edição n° 15, página 3.	Moral/Homem	“(…) não se declame quando se tratar da honra e capacidade intelectual e moral do homem público (…)”
27). Edição n° 15, página 4.	Modelo/virtude/moraliza	“(…) que todos os outros sejam como ele um modelo de honra, virtudes, moralidade e inteligência nas suas respectivas repartições.”
28). Edição n° 16, página 2.	Soldado	“(…) com que se defende o verdadeiro sustentáculo da ordem, o filho da honra – o soldado – não é isto uma ilusão, desgraçadamente (…)”

29). Edição n° 16, página 3.	Patriotismo.	“(…) que sentimentos de honra e de patriotismo podem ter tais indivíduos? Que amor de pátria?”
30). Edição n° 16, página 3.	Soldado/pátria.	“(…) Como pode ser bom soldado, defensor da honra e da pátria, um mau filho? Se ele desconhece os deveres os mais naturais (...)”
31). Edição n° 16, página 3.	Família.	“(…) mais bem guardada a honra e família do plebeu do que ele mesmo; o rico e o pobre também têm deveres à cumprir na sociedade, interesses (...)”

**APÊNDICE Q - Ocorrência da palavra *honrada/honrado* em *O Militar Brioso* (1855).**

Ocorrência	Acompanhamento principal	Trecho
1). Edição n° 2, página 3.	Militar	“Capricha-se em expor, sem utilidade do serviço da nação, a mil privações e vexames, o Militar honrado, cuja dignidade não se pode compadecer com atos ilegais, e com uma época de corrupção”.
2). Edição n° 2, página 4.	Homem	“Amargurada há de ser sem dúvida a sua existência, porque não há nada que mais acabrunhe e muito desgoste ao homem honrado, que na sociedade não vive como o caloteiro, do que a miséria em que se veja no meio das privações e dos exíguos recursos!”.
3). Edição n° 4, página 3.	Comissão	“(…) e das autoridades na escolha não só dos representantes do país, como para qualquer outra comissão honrosa, não o excluíssem em épocas eleitorais de suas combinações (…)”
4). Edição n° 4, página 3.	_____	“(…) sobretudo atendeu-se a quem não dá sem receber, a quem se julga honrado sem o merecer: entretanto que os verdadeiros servidores da nação ficaram à margem, não foram atendidos!”
5). Edição n° 7, página 1	Homem	“Não é obrigar a não ser homem honrado, não pagando bem seu exército, não o considerando quase que riscando-o de algumas posições para que estão aptos alguns jovens Militares brasileiros?”
6). Edição n° 7, página 1.	Exército	“(…) mostrará a esses que superiores se julgam ao soldado, que nossa existência seria efêmera, se não tivéssemos um tão bravo como honrado Exército para defender a integridade e o trono”.
7). Edição n° 7, página 2.	Militar.	“Obedecer e crer cegamente, abandonar seus interesses os mais caros aos caprichos de outro julgar-se honrado com seu aviltamento e escravidão, encarar como verdades e virtudes os erros e vícios os mais contrários à sua natureza e dignidade, eis enfim as palavras, a história de nosso presente”

8). Edição n° 7, página 2.	Corporação. Ocorrência Secundária: generosa.	“Eis porque tanto veneramos esta honrosa corporação sempre generosa, sempre digna! É honroso podermos dizer: o solo brasílico tem sido regado por nosso sangue (...)”
9). Edição n° 7, página 3.	Homem	(...) ignomioso procedimento a um homem honrado o Sr. Marechal Bittencourt, que depois de um tão longo período de vida honrada viu-se acusado de roubo”.
10). Edição n° 8, página 7.	Ministro.	“(...) Os epigramas chovem de todos os lados sobre o nosso honrado ministro, sobre nossa bandeira e sobre nossa individualidade. É necessário tirar o exército dessa tão má posição e que tanto dinheiro”.
11). Edição n° 11, página 3.	Honesto	“Estamos convencidos que S. Ex. honrado e honesto como é não pediu espontaneamente semelhante autorização; se S. Ex. fosse ministro da guerra de direito e de fato, com o bom senso que tem reconheceria que isolado e impopular como está é atualmente no Exército (...)”
12). Edição n° 11, página 3.	Homem de Bem.	“(...) organizar nada do Exército que S. Ex. só conhece em teoria, para o que haja visto para a escola prática. Ah! Se S. Ex. não fosse tão honrado, se não tivesse tão bom coração e finalmente, se não fosse tão homem de bem!”.
13). Edição n° 11, página 4.	Classe Militar.	“(...) em desfavor da nobre e honrada classe militar, tão mal estipendiada, tão sobrecarregada de serviços, tão expostas a punições (...)”
14). Edição n° 12, página 3.	Orador	“(...) resultar o insulto curvou o dorso fingindo conversar com o Sr. Deputado Candido Borges e apresentou ao honrado orador a parte menos decente de seu corpo”.
15). Edição n° 13, página 4.	Honesto	“(...) S. Ex. pode desfazer-se desse colega, quando lá muito vem lhe parecer e poder nós com isso pouco nos importamos por que ele (por honra nossa) tem sido sempre honrado e honesto; quanto à sua administração (...)”

16). Edição n° 14, página 4.	Honesto	“(...) Sr. Ministro da Guerra, colega, condescenda conosco, seja dócil mais uma vez, sua reputação de honrado e honesto, e além disso a impossibilidade de provar-se que estes dinheiros não foram gastos pela sua repartição em nada o comprometerá fora de sua consciência”.
17). Edição n° 14, página 4.	Honesto.	“Viva S. Ex. da marinha que arranhou tudo; e faça-se a devida justiça ao Sr. Ministro da Guerra que apesar de tudo é e será sempre homem honrado e honesto como sempre (...)”
18). Edição n° 15, página 4.	Honesto	“(...) que um vilão enfronhado em cavaleiro, afim de desquitar-se do descrédito passado, lhes navalhassem a fama de honesto, honrado e bom servidor do estado....”
19). Edição n° 16, página 1.	Presidente.	“(...) além de menos dispendioso, causaria mais dores de barriga ao honrado, presidente do que mesmo a visão da esquadra invisível e a luta do Amazonas com o Paraguai”.

**APÊNDICE R - Ocorrência da palavra *brio/brioso* em *O Militar Brioso* (1855).**

Ocorrência	Acompanhamento principal	Trecho
1). Edição n° 1, página 2.	Classe Militar.	“(…) e quando um dia de posse dele convença ao país que nada mais almejava que fazer respeitar seus brios, o gozo dos mesmos direitos que a constituição do império conferiu a todos os cidadãos e a ela por consequência que também faz parte da comunhão brasileira”
2). Edição n° 2, página 3.	Militar	“Com dor e profundo sentimento lamentamos a triste contingência em que se vê o Militar de brio e cômico dos seus deveres!”
3). Edição n° 2, página 4.	Dignidade	“(…) também a Militar, que com quanto seja rica de brio e de dignidade, é pobre de dinheiro; por que os seus vencimentos não são correspondentes às suas necessidades e nem o governo (…)”
4). Edição n° 3, página 4.	Nação; Soldado Brasileiro.	“(…) Mas sempre os brios da nação protestaram contra a injustiça de degredar-se o soldado brasileiro que se bate denodamente, para exaltar-se o estrangeiro, que fora da sua terra, não se empenha no campo da peleja”.
5). Edição n° 4, página 4.	Nação.	“(…) porém o decoro e os brios da nação, se em tempo não forem solvidas as dívidas e prevenções, que ainda possam existir da parte do governo da república (…)”
6). Edição n° 5, página 2	Força Armada.	“A força armada devemos um bem sumo, a segurança da vida e propriedade dos habitantes do país: trata-la com toda a consideração, não ofende-lo em seus brios (…)”
7). Edição n° 6, página 2.	Oficiais.	“Não pensam os briosos Oficiais desse corpo que, o que vamos dizer acerca do seu comando seja uma prova de desafeição nossa (…)”
8). Edição n° 6, página 4.	Dignidade. Ocorrência secundária: Idôneo militar.	“(…) um militar amarrado à continua dependência ministerial, ter dignidade e brio, condições indispensáveis ao idôneo Militar”.



9). Edição n° 8, página 7.	(No sentido de orgulho)	“(…) colocarem o exército em tão aviltante posição? Por ventura o hábito de suportar insultos não apaga o brio? Será conveniente ao serviço de nosso país esse remendo nauseabundo (…)”
10). Edição n° 16, página 3.	Coração.	“(…) virtude, que só devem ser impelidos pelo brio e pundonor pela cabeça e coração não pelos pés e pela força (…)”
11). Edição n° 16, página 3.	Pátria.	“(…) sustentar erguidos os brios da pátria, repelindo as agressões dos estrangeiros, manterem a ordem e segurança no Estado, não deve ser composto (…)”
1). Edição n° 2, página 3.	Distinta/Sofredora.	“(…) distintos Militares, porque receava um pronunciamento da classe no dia 7 de setembro próximo, rompimento que se tinha origem, ela só emanava da abjeção a que queiram sujeitar uma classe tão briosa, distinta e sofredora”.
2). Edição n° 7, página 1.	Classe Militar	“Estamos convencidos que todos nós que temos a honra de pertencer à briosa classe Militar, de que é um dor órgãos, o periódico Militar Brioso, devemos concorrer com nosso (…)”
3). Edição n° 7, página 1.	Classe Militar.	“E autorizará isto, o nosso estado atual? Certamente que não: nossa briosa classe conta seu seio capacidades em todos os ramos administrativos, civis e militares (…)”
4). Edição n° 7, página 4	Classe.	“Todavia, se não por si, ao menos pela briosa classe a que pertence, S.S. deve lançar mão dos recursos, que a lei lhe faculta no art. 31 do regulamento (…)”
5). Edição n° 15, página 4.	Militares	“O Militar Brioso continua pois, antes da deportação do seu distinto camarada, porque não só tem à sua frente, militares briosos e de alta posição, contra os quais o governo (…)”

## APÊNDICE S – Características em *Indicador Militar* (1862)

### CARACTERÍSTICAS MILITARES

- “O regulamento feito no 1º ano da 2ª metade deste século não podia afastar das promoções os oficiais que não estivessem no serviço ativo do exército, mas que (...) em outros serviços concorrem poderosamente para o desenvolvimento das prosperidades material e moral do país”. (edição n° 9, p. 138).
- “É um veterano do exército que milhares de vezes expôs a vida e derramou o sangue em prol da ordem e da integridade do Império!”. (edição n° 3 p. 40).
- “(...) cujas ações jamais serão guiadas por essa virtude primordial, fecunda, sublime, donde todas as virtudes sociais, e especialmente os militares, trazem sua origem; por essa virtude em suma, que se chama amor da pátria”. (edição n° 3, p. 44).
- “Sustentar a independência e a integridade do Império, e defende-lo dos seus inimigos externos ou internos, eis a principal senão única missão do exército”. (edição n° 3 p. 44).
- “Desde então nos dias de frenesi das paixões políticas que desgraçadamente dividiram por tão longo tempo o país, ou quando chamado em face do estrangeiro para fazer respeitar os direitos da nação, tem sempre sustentado dignamente a divisa – abnegação, honra e valor”. (edição n°5, p. 68).
- “A classe militar está longe de ter adquirido a importância a que atingiu no primeiro período do império, tão curto quando glorioso”. (edição n° 5, p.69).
- “As insígnias e honras militares, as condecorações, tem sido prodigalizadas a indivíduos menos dignos” (edição n° 5, p. 69).
- “(...) e o exército (...) será o mais forte sustentáculo da independência do país e a mais eficaz garantia da ordem”. (edição n° 6, p. 86).
- “Então a classe militar, confundindo os seus inimigos, alcançará a altura que lhe compete, e ver-se-á rodeada da consideração do governo e da estima da sociedade. Confiamos no futuro”. (edição n° 6, p. 86).
- “Em abono deste exército tão sofrido, cuja abnegação não foi ainda excedida, nem talvez igualada por nenhum outro qualquer que seja a sua nacionalidade (...)”. (edição n° 7, p. 100).
- “O homem dotado de caráter nobre acha compensação aos males, as contrariedades que experimenta, quando pode dizer: *isto é preciso para o bem do meu país. Sofro para servi-lo, e se não obtenho nenhum efeito do seu reconhecimento, sei ao menos que este me é devido*. Eis o balsamo que cicatriza as feridas do bravo e suaviza as privações do bivaque”. (edição n° 7, p.101)
- “Um decreto, ou um simples aviso, pode obstar que as fileiras do exército continuem a ser o receptáculo de criminosos; que nelas o homem honesto, o bom servidor, o soldado brioso, se sinta humilhado por ter de ombrear, e muitas vezes ter mesmo de obedecer a indivíduos que uma vez se desonram cometendo crimes”. (edição n°8, p. 115).
- “Para a profissão de soldado, a honra é alimento indispensável. A honra militar é uma flor delicada, que exige muito cuidado da parte dos seus cultivadores”. (edição n° 8, p. 115).
- “[O exército é] o principio conservador mais enérgico de todos os elementos da civilização”. (edição n° 10, p.161).

- “Este exército, repetimos, cuja abnegação não tem sido excedida pela de nenhum outro; cujo valor firmou a Independência da pátria nos campos de Pirajá, glorificou o pendão nacional nas campinas do Rio Grande do Sul e de Montevideo, fez fugir o tirano dos estados do Prata e lançou por terra em Monte Caseros os seus mais fortes baluartes; cuja disciplina foi mais uma vez admirada por todos na última expedição ao estado oriental”. (edição nº17, p. 300).
- “A profissão militar é nobre (...) porque sem outro incentivo que os da gloria e da honra, defendem e sustentam esses tronos, origem do respeito, segurança e prosperidade das nações mais fortes e civilizadas”. (edição nº 6, p. 99).
- “O militar estoico sofre resignado seus trabalhos, dores e privações; mas cai desse grau de filosofia logo que lhe ferem o pundonor e a honra; porque a impassibilidade cessa assim que sente feridas as fibras mais sensíveis de seu coração”. (edição nº8, p. 128).
- “Em qual classe se manifesta em mais subido grau o amor da pátria que em na nossa? Quem afronta perigos iminentes e a própria morte para assegurar-lhe a integridade e o estranho respeito, senão o soldado”. (edição nº 10, p. 175).
- “A classe militar é numerosa, valente, sofredora, dedicada à pátria, ao trono, às leis e em grande parte instruída”. (edição nº 18, p. 346)
- “(...) a peito descoberto, combatermos o ostracismo a que, em nosso país somente, foi votada a mais poderosa e preponderante arma dos exércitos aguerridos da velha e culta Europa”. (edição nº 9, p. 149).
- “(...) pensar um pouco nessa carreira de sonhos dourados da minha infância, que com tanto prazer adotei, que com tanta ambição encetei, e que tantas decepções me tem causado!” (edição nº 7, p. 103).
- “O arrependimento de haver adotado uma carreira toda cheia de contrariedades, e sem a devida consideração no país; é o que naturalmente se segue a esse momento de desgosto e de abatimento”.(edição nº 7, p. 103)
- “O nosso soldado, verdadeiro mártir da sociedade, é forçado pela especialidade de seu serviço, a transpor todos os gozos sociais para dedicar-se exclusivamente ao cumprimento de seus deveres; (edição nº9, p.144).
- “(...) por passatempo o que todos com razão considerariam como o mais insano trabalho, iludido ou modificado pelo capricho inerente à classe, amor da pátria e ambição de glória, que lhe são inatas”. (edição nº 9, p.147).
- “(...) e que colocamos em frente da robusta e esperançosa mocidade da geração atual, que brilha com fulgor do patriotismo nas fileiras do nosso valente exército e no tombadilho dos navios de nossa corajosa armada”. (edição nº 10, p. 157).
- “O soldado é a personificação do sacrifício e da abnegação”. (edição nº 11, p. 201).
- “O governo deve ter na maior consideração os interesses de nossa classe, visto como é aquela que o serve, com menor dispêndio, e maiores sacrifícios. Este princípio é a todas axiomático, e de que, pela convicção, ninguém pode afastar-se”. (edição nº 12, p. 217)
- “O militar sustenta as leis, o trono, e a integridade do seu território; por tanto presta-lhes os mais relevantes serviços”. (edição nº 12, p. 217).
- “Será um lenitivo aos males que pesam sobre a existência de uma classe dedicada, e essencialmente obediente, de uma classe que permuta seu sangue pela honra, e integridade pátria”. (edição nº 12, p. 218).

- “O exército representa em uma nação um papel muito mais importante do que infelizmente no nosso país se tem considerado, apesar de se haverem já experimentado suas vantagens”. (edição n° 12, p. 222).
- “(...) a força armada é uma das colunas visíveis do edifício social, e que essa coluna deve ser levantada sobre bases que apresentem condições de segurança, eficácia e proficuidade”. (edição n° 14, p. 244)
- “Só o militar pode ter completa abnegação a todas as comodidades da vida: porque, desde que veste a farda apenas reconhece uma família composta de tantos irmãos, quanto os indivíduos que constituem o exército”. (edição n° 14, p. 260).
- “Tanto é verdade, que o oficial brasileiro em todas as ocasiões em que é chamado à cumprir seu árduo dever tem sabido mostrar-se superior a privações, quaisquer que elas sejam. A resignação é virtude inata do soldado brasileiro.” (edição n° 18, p. 343)
- “o soldado brasileiro é dócil, subordinado, resigna-se facilmente às circunstâncias imprevistas de uma vida nômade, e toda cheia de privações, e o que é mais, sem esperança muitas vezes de uma retribuição (...)”. (edição n° 21, p. 406)
- “(...) sua existência [da classe militar] é antes pelo contrário um princípio de ordem e de civilização, e uma garantia para o progresso e desenvolvimento do nosso comércio (...)”. (edição n° 21, p. 408).

### **CARACTERÍSTICAS POLÍTICAS/PÚBLICAS**

- “Fomentar o trabalho, aumentar por todos os modos as forças produtivas do país, promover o bem estar geral do povo, eis os mais importantes deveres dos altos poderes do Estado”. (edição n° 3, p. 45).
- “A Monarquia como se acha definida no pacto fundamental satisfaz completamente aos brasileiros,” (edição n° 6, p. 86).
- “Legislaremos sempre e sempre com vistas nas circunstâncias do dia, do lugar e de um pensamento exclusivo, ou terá chegado o tempo de resolver as grandes necessidades nacionais em referência à nação e não aos escravos fugidos de alguns fazendeiros?” (edição n° 5, p. 71)
- “Temos viva fé em quem hoje tão dignamente dirige os nossos destinos”. (edição n° 15, p. 278).
- “E o que desejamos é que o soldado seja soldado, e que o seja aquele que a lei não isenta, mas que inconvenientemente acoberta o patronato; o mal entendido privilégio e o bem conhecido interesse particular, disfarçado com a máscara do patriotismo”. (edição n° 17, p. 308).
- “Finalmente, a política, que amesquinha tudo no Brasil, levando com as eleições suas raízes corruptoras a todos os recantos, enchendo muitas vezes de consternação com a arma terrível do recrutamento forçado, famílias morigeradas que se abrigam em humildes palhoças” (edição n° 20, p. 372).

### **CARACTERÍSTICAS DA NAÇÃO**

- “Medidas casuísticas são fatais pela instabilidade que acarretam, multiplicidade que as confundem, tergiversação que as enrama e morte prematura que as surpreende.

Os homens pela nação, As resoluções pela nação. A nação pela nação”. (edição n° 5, p. 74).

- “(...) não só da parte dos outros povos que comungam nos grandes princípios de direito internacional, mas ainda, e especialmente, das corporações que fazem parte da nação simbolizada pela bandeira, e de cada um dos súditos essa nação”. (edição n° 10, p. 155).
- “Nos corpos da força armada de mar e terra é onde a ficção de alta conveniência social de que a bandeira da nação é a nação mesma, tem assumido um caráter tal que a realidade não produziria efeitos mais profícuos”. (edição n° 10, p. 155).
- “(...) E com efeito, para o militar, as glórias de sua pátria estão encarnadas nas glórias de sua bandeira” (edição n° 10, p. 155).
- “O Brasil marcha com passos de gigante para o progresso; os melhoramentos materiais, as ideias e tudo quanto concorre para o engrandecimento de uma nação, experimentam grande desenvolvimento e por tanto é de indeclinável necessidade, que possua uma força militar capaz de destruir quaisquer barreiras (...)”. (edição n° 12, p. 222).
- “(...) com o estado de abatimento moral e de pobreza, em que existia nestes últimos anos a nossa mãe pátria, apesar da história gloriosa dos feitos sobre-humanos dos primeiros portugueses!”. (edição n° 14, p. 258)

### **CARACTERÍSTICAS DO INDICADOR MILITAR**

- “Era nosso pensamento que se publicasse desde logo uma gazeta dedicada exclusivamente a propagar a instrução no exército, e advogar os interesses do mesmo exército e da armada na parte propriamente constitutiva, regulamentar, administrativa e disciplinar”. (edição n° 15, p. 274)
- “Uma gazeta que, sem distinção, franqueia suas páginas a todas as pessoas do exército, para com modéstia, critério e guardado o devido respeito as autoridades e instituições pátrias advogarem a causa de seus irmãos de armas; uma gazeta que presta suas folhas a todos que pretendem manifestar ideias e pensamentos tendentes a melhorar a organização e disciplina do exército; uma publicação que tem sabido manter ileso seu programa de ordem, decência, respeito e reciprocas considerações entre aqueles que, conhecendo-lhe o mérito e conveniência, tem ocupado suas colunas, não com frívolos objetos, mas com doutrinas de interesse e importância, é um símbolo, uma demonstração de apreçamento pela classe”. (edição n° 15, p. 277)
- “Ainda uma vez, depois de tantas e cruéis decepções, renasce em nós uma bem lisonjeira esperança! Com a aparição do – *Indicador Militar* – que se nos apresenta sob a proteção e guarda de tão nobres e distintos caracteres, temos fé em que, não por nós que não avultamos em tão distinta plêiade de prestimosos cavalheiros. Mas sim por eles, chegará nossa voz ao alvo e que desejamos atingir”. (edição n° 9, p. 149).
- “Hoje que a classe militar pode advogar seus interesses em um jornal especial, e quando já as questões militares soem ser discutidas científica e racionalmente no vasto campo da imprensa, cometeríamos uma cobardia recuando ante qualquer dificuldade”. (edição n° 14, p. 262)
- “Fomos um daqueles, que muito aplaudiram a aparição do *Indicador Militar*, que veio representar na imprensa legítimos e bem entendidos interesses de uma classe tão

digna de respeito e consideração pela completa abnegação que faz do mais precioso direito do homem – a liberdade: festejamo-lo por vir promover a emulação e brios militares, consolidando os bons princípios e apertando mais os laços fraternais entre os que pagam ao país o tributo de sangue, e pois cumpre-nos também aproveitando da franqueza com que ele largueia suas páginas, ir concorrendo com o nosso contingente, posto que fraco, afim de ter todo o incremento desejável”. (edição n° 8, p. 121)

- “(...) que devemos àqueles que se dignaram convidar-nos a prestar esse fraco contingente à folha que tem por fim tornar patentes as necessidades do Exército brasileiro, a que nos desvanecemos de pertencer”. (edição n° 20, p. 378)
- “Não nos exorta a fatuidade; move-nos, sim, o desejo de contribuir com o nosso pequeno contingente para a sustentação de um jornal, de tantas esperanças para o exército”. (edição n° 5, p. 80)
- “[o *Indicador Militar*] que entusiasta pela nossa classe, nos facilita um meio seguro de promover a sua reabilitação [do exército]. (edição n° 7, p. 108)
- Hoje porem que o – *Indicador Militar* – nos faculta suas colunas, tendemos que não nos podemos furtar ao dever de concorrer para o bem de nossa classe, sem incorrer no conceito de pouco zelosos por ela”. (edição n° 9, p.144).
- Fazendo nossas fracas observações a bem do triunfo de nossas ideias tendentes à disciplina, e moralização do exército; **e o faremos de longe, entrincheirado nas páginas de nossa humilde gazeta**”. (edição n° 19, p. 348)
- “O *Indicador Militar*, cujo programa é a apresentação, apreciação e discussão daquelas necessidades, já alguma coisa tem feito nesse sentido, e acreditamos que continuará a fazê-lo: se profícua se improficuamente, há de dizer-no-lo o futuro”. (edição n° 22, p. 418).

**APÊNDICE T - Quadro sinótico das características militares no *Indicador Militar (1862)*.**

<b>Sobre a Classe Militar</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Espera, num futuro próximo, ter a consideração do governo e a estima da sociedade;</li> <li>• A classe militar é numerosa, valente, sofredora, dedicada à pátria, ao trono, às leis e em grande parte instruída;</li> <li>• É uma classe dedicada, essencialmente obediente;</li> <li>• A classe permuta seu sangue pela honra e a integridade da pátria;</li> <li>• A Existência da Classe militar um princípio de ordem e de civilização e uma garantia para o progresso e o desenvolvimento;</li> </ul>
<b>Sobre o Militar</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Derrama o sangue em prol da ordem e da integridade do Império;</li> <li>• Uma de suas ações principais é o amor à pátria;</li> <li>• É dotado de honra, é a honra um alimento indispensável;</li> <li>• A profissão militar é nobre;</li> <li>• É estoico;</li> <li>• O militar sustenta as leis, o trono e a integridade do território;</li> <li>• Tem completa abnegação sobre todas as comodidades da vida;</li> </ul>
<b>Sobre o Soldado</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• É um bravo;</li> <li>• É brioso;</li> <li>• É um mártir da sociedade;</li> <li>• A ambição do soldado é a glória;</li> <li>• O soldado é a personificação do sacrifício e da abnegação;</li> <li>• Possui uma família chamada exército;</li> <li>• A resignação é virtude inata do soldado brasileiro;</li> <li>• É dócil e subordinado;</li> </ul>
<b>Sobre a Instituição Militar</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sustentar a independência e a integridade do império e defende-lo de seus inimigos internos ou externos;</li> <li>• É abnegada, possui honra e valor;</li> <li>• É o sustentáculo mais forte da independência e a mais eficaz garantia de ordem;</li> <li>• O Exército é sofredor;</li> <li>• É um receptáculo de criminosos que desonram a classe;</li> <li>• O exército é o princípio conservador mais enérgico de todos os elementos da civilização;</li> <li>• Defende e sustenta o trono e garante a segurança e a prosperidade da nação;</li> <li>• Não possui a devida consideração no país;</li> <li>• O Exército é valente;</li> <li>• É uma das colunas visíveis do edifício social;</li> </ul>

**APÊNDICE U - Quadro sinótico das características políticas no *Indicador Militar (1862)*.**

<b>Sobre a Política</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• A política amesquinha tudo no Brasil, levando com as eleições suas raízes corruptoras.</li><li>• É comandada pelo patronato, que usa a máscara do patriotismo;</li></ul>
<b>Sobre o governo</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• A monarquia satisfaz completamente os brasileiros;</li></ul>
<b>Sobre os políticos</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Legislam de forma exclusivista, movidos pelos seus interesses.</li></ul>



**APÊNDICE V - Quadro comparativo das características militares/políticas no  
Indicador Militar (1862).**

CARACTERÍSTICAS MILITARES	CARACTERÍSTICAS POLÍTICAS
A Classe Militar é numerosa, valente, sofredora, dedicada à pátria, ao trono, às leis e em grande parte instruída.	A política amesquinha tudo no Brasil, levando com as eleições as suas raízes corruptoras.
A Classe permuta seu sangue pela honra e a integridade da pátria. Uma de suas ações principais é o amor à pátria.	É comandada pelo patronato, que usa a máscara do patriotismo.
É o militar que sustenta as leis, o trono e a integridade do território.	A monarquia satisfaz completamente os brasileiros
O soldado é a personificação do sacrifício e da abnegação.	[os políticos] legislam de forma exclusivista, movidos pelos seus interesses.

**APÊNDICE W - Ocorrência da palavra *pátria* no *Indicador Militar (1862)*.**

<b>Ocorrência</b>	<b>Acompanhamento principal</b>	<b>Trecho</b>
1). Edição n° 3, página 11.	Servidores.	“(…) do Rio Grande do Sul; então a prática e a experiência me convenceram de que os destinos dos servidores da pátria não deviam ser confiados a mãos inexperientes de moços, aliás hábeis (...)”
2). Edição n° 3, página 12.	Serviços.	“Perguntai ainda qual a sua vida passada que ouvireis a história da pátria, pois ele conta com os dias por serviços prestados à ela (...)”
3). Edição n° 4, página 6.	Amor.	“Patriotismo, porque, quando mal se distingue em remoto horizonte a esperança da apreciação da verdade que se anuncia, só a superabundância do amor da pátria faz alijar sangue para convencer aos que se obstinam em ser convencíveis”.
5). Edição n° 4, página 7.	Amor.	“(…) tantas ilustrações militares eloquentemente se denunciam em força, ciência, amor da pátria e do monarca: vamos com ele, o futuro é de Deus, e a vontade transluz aqui e ali nos atos de quem governa.”
6). Edição n° 4, página 11.	Chão.	“Temos barateado o que de melhor temos em nossa pátria que é o chão!”.
8). Edição n° 4, página 16.	Amor.	“(…) serviços, esperando que, benevotos, desculpem a insuficiência da redação, atento o justo fim, a que me proponho, – infiltrar, e fortificar em seus corações noveis o amor da pátria, do trono e da nobre classe a que pertencemos.”
9). Edição n° 5, página 2.	Solo.	“(…) de gloria nos campos de Pirajá; tornou memorável dia 2 de julho de 1823, em que denodadamente afastou para sempre do colo a pátria a mão estranha que a sufocava”.
10). Edição n° 5, página 7.	União e comunhão.	“Calculai a imensa vantagem da fusão dessas massas errantes em torno da união e comunhão pátria, pela ausência dessas

		vantagens no estado atual que é o da ausência de todo o sistema para conseguir tais fins, e quem sabe?”.
11). Edição n° 6, página 16.	Defender/ Interesses.	“O militar é obrigado a intervir, tanto nas guerras intestinas, como nas externas; nestas defende a pátria e procura coagir o estranho a respeitá-la; naquelas sustenta sua integridade, busca obrigar seus concidadãos a que acatem as leis, e o sistema de governo adotado; em ambas presta relevantes serviços; em ambas triunfa o heroísmo; em ambas a vitória lhe franqueia louros; mas que diferença! Os destas são virentes e cobertos de gala; os daquela emurchecidos pelo pranto do parente, e do amigo e cobertos de crepe: infeliz triunfo mas necessário! Oxalá que lições tão árduas conduzam os ambiciosos, e inovadores ao conhecimento dos verdadeiros interesses da pátria, e da humanidade”.
12). Edição n° 7, página 6.	Honra/Defesa.	“(…) por apanágio a honra, a defesa da pátria e a abnegação não são das nossas mais caras afeições, como de todos os cômodos da vida, desse nome que tanto me seduziu na minha mocidade, e que ainda hoje ao me lembrar dele, me orgulho de ser soldado, militar enfim”.
13). Edição n° 7, página 15.	Defesa.	(…) e nacionais interesses; logo ao governo compete sua educação militar para, com vantagem, empunharem as armas a prol da defesa do trono, e da pátria; assim o entendeu, e praticou a nação modelo(…)”.
14). Edição n° 7, página 16.	Sacrifícios.	(…) o pranto do órfão e da viúva, que mal os alimenta e que, ao governo, cumpre aumentar e adoçar, visto que em prol da pátria se consumam tão dolorosos sacrifícios.”
15). Edição n° 8, página 3.	Sangue.	“(…) mas também todos devem obedecer diariamente. Na ocasião do perigo o general em chefe, como o último soldado, deve todo o seu sangue à pátria e não tem o direito de poupar dele uma só gota”.
16). Edição n° 9, página 17.	Serviços.	“Demais, dela tem sabido grande número desses bravos e respeitáveis generais bem conhecidos, que, tanto na guerra como na paz,

		tem prestado à pátria relevantes serviços, e que tanta glória(...).”
17). Edição n° 9, página 17.	Amor.	“(...) considerariam como o mais insano trabalho, iludido, ou modificado pelo capricho inerente à classe, amor da pátria, e ambição de glória, que lhe são inatas”.
18). Edição n° 10, página 2.	Solo sagrado.	“Aí ele vê o solo sagrado da pátria na pequena bandeira: e no brando murmúrio dele, ao tremular à mercê dos ventos sobre sua cabeça, ouve a voz da nação que lhe lembra seus imprescritíveis deveres, e o concilia à prática de grandes feitos (...)”.
19). Edição n° 10, página 2.	Bandeira.	“O sublime pensamento de que a bandeira representa a pátria: pensamento que o soldado alimenta sob as tendas do acampamento, no repouso; sob o céu livre, nas marchas (...)”.
20). Edição n° 10, página 3.	Estandarte sagrado.	“Entre nós, os militares brasileiros, felizmente a crença na religião do estandarte sagrado da pátria tem-se cada vez mais fortificado, a despeito da lepra do egoísmo que tem contaminado a sociedade em geral e – com dor o dizemos – as nossas mesmas fileiras”.
21). Edição n° 10, página 4.	Exército/bandeira.	“esses mesmos que muitas vezes teriam dito nas saturnais do egoísmo – <i>minha pátria sou eu</i> – arrastados pelo entusiasmo da massa geral do exército – porque a massa geral do exército é sã, desinteressada e patriota – no momento supremo da luta, não poderem deixar de unir suas vozes à dos valentes que bradavam, pelejando em terra inimiga – <i>nossa pátria é nossa bandeira</i> ”.
22). Edição n° 10, página 7.	Serviço.	“(...) ao mesmo tempo moral e física da boa educação que forma para o serviço da pátria cidadãos verdadeiramente dignos deste nome, e da política que deve ser ativa e previdente (...)”
23). Edição n° 10, página 21.	Amor (sentimento)	“(...) se a pátria folga, ele exulta; se a pátria geme, ele pranteia; é o verdadeiro tipo do amor filial, que abafa (...)”
24). Edição n° 10, página 21.	Amor/Militar.	“Em que classe se manifesta em mais subido grau o amor da pátria que em a nossa? Quem afronta os perigos eminentes e a própria morte

		para assegurar-lhe a integridade e o estranho respeito, senão o soldado; e com tudo, o soldado é homem, e dotado das mesmas afeições e sentimentos naturais que qualquer outro”.
25). Edição n° 10, página 22.	Mãe.	“E essa pátria será mãe desnaturada, que menospreze tão acrisolada dedicação, tão dolorosos sacrifícios? Não, por certo: confiemos que ela acudirá sempre ao soldado; e quando ela sucumba, adotará sua família (...)”
26). Edição n° 11, página 23.	Soberania e Direitos.	“Em quanto o geral dos homens procura melhorar a sua sorte e a sua posição, ele se conserva firme em seu posto, contribuindo para a manutenção da ordem e da tranquilidade pública, oferecendo o seu peito às balas do inimigo para sustentar a dignidade, a soberania e os direitos da pátria”.
27). Edição n° 12, página 16.	Honra e Integridade.	“(...) será um lenitivo aos males que pesam sobre a existência de uma classe dedicada e essencialmente obediente, de uma classe que permuta seu sangue pela honra e integridade da pátria”.
28). Edição n° 12, página 19.	Integridade.	“(....) estendendo sua mão calejada pelo manejo das armas com que defendeu a integridade de sua pátria, para receber – <i>uma esmola</i> – que lhe é atirada a maior parte das vezes acompanhada de um olhar de desprezo (...)”
29). Edição n° 13, página 9.	Serviços.	“(....) a quem nossa florescente pátria deve os mais relevantes serviços. Não nos propomos senão a estudar se convém dar ao ensino de desenho (...)”
30). Edição n° 14, página 1.	Sagrado.	“(....) do concurso destes poderosos elementos de ação surgiram um exército e uma esquadra. Esse exército e essa esquadra expeliram do solo sagrado da pátria as legiões lusitanas (...)”
31). Edição n° 14, página 3.	Defensores.	“(....) no posto da honra das fileiras dos defensores da pátria, uma regalia inapreciável (...)”
32). Edição n° 14, página 16.	Mãe.	“(....) de abatimento moral e de pobreza em que existia nestes últimos anos a nossa mãe pátria,

		apesar da história gloriosa dos feitos sobre humanos dos primeiros portugueses!”.
33). Edição n° 18, página 14.	Defesa.	“(....) no entanto que a guarda nacional sendo muito capaz de derramar seu sangue em defesa da pátria quando ela o reclama, como tem provado em todas as circunstancias”.
34). Edição n° 16, página 17.	Feitos d’armas.	“(....) meus antepassados me enobreceram por feitos d’armas em prol da pátria, das leis e do trono (...)”
35). Edição n° 17, página 8.	Defesa.	“(....) adestrar o maior número daqueles que terão de expor as vidas em defesa da pátria nos campos de peleja e que tanto a baratearão, mais francamente”.
36). Edição n° 17, página 23.	Honrosa.	“(....) o soldado de engenheiros também tem ocasiões brilhantes de mostrar a sua coragem desprezando perigos e desenvolvendo uma atividade honrosa em prol da pátria e do seu monarca (...)”
37). Edição n° 21, página 7.	Honra e Liberdade.	“(....) defensor ardente dos direitos da humanidade, da honra e da liberdade da pátria; porque só ela contemplando tudo que é útil, tudo que concorre para o bem estar das nações e da humanidade”.
38). Edição n° 24, página 5.	Glória e Independência.	“(....) estrito que o vínculo de subordinação que obriga o soldado a seguir o chefe e a bandeira em nome da glória e da independência da pátria”.
39). Edição n° 24, p. 6.		“(....) confiando na ardente mocidade, em cujo coração ferve o santo amor da pátria, contemplando nas áreas dessa praia, onde está a fonte dos seus conhecimentos militares (...)”

**APÊNDICE X - Ocorrência da palavra *nação* no *Indicador Militar (1862)*.**

<b>Ocorrência</b>	<b>Acompanhamento principal</b>	<b>Trecho</b>
1). Edição n° 3, página 16.	Segurança.	“(…) respeito da admissão de estrangeiros no serviço militar: mas os postos, as armas, a segurança da nação, não devem ser confiados senão a nacionais”.
2). Edição n° 4, página 16.	Interesses.	“Em matéria de interesses vitais da nação, quem sabe se preferível uma resolução pronta e franca, ainda que diametralmente oposta ao bem do estado, a um zig-zaguear de evasivas de circunstâncias e de resoluções dúbias?”.
3). Edição n° 5, página 2.	Direitos.	“(…) chamado em face do estrangeiro para fazer respeitar os direitos da nação, tem sempre sustentado dignamente a divisa – abnegação, honra e valor”.
4). Edição n° 5, página 5.	Necessidades nacionais.	“Legislaremos sempre e sempre com vistas nas circunstâncias do dia, do lugar, e de um pensamento exclusivo, ou terá chegado o tempo de resolver as grandes necessidades nacionais em referência à nação e não aos escravos fugidos de alguns fazendeiros?”.
5). Edição n° 5, página 7.	Forças.	“Não pretendemos, não queremos levantar o aparelho que tapa a chaga horrível que entorpece, tolhe e retrograda as forças da nação, privando-a de muitos de seus membros adequados aos labores das armas e do campo!”.
6). Edição n° 5, página 8.	União.	“Os homens pela nação. As resoluções pela nação. A nação pela nação”.
7). Edição n° 6, página 3.	Soldado.	“Este prejuízo se desvanece com o exame atento dos fatos, visto como oficiais, que habilmente tem sabido levantar trincheiras, levar com a espada, o fuzil e o canhão a morte às fileiras dos inimigos da nação; que tem engrandecido o país com a abertura (…)”

8). Edição n° 6, página 3.	Território.	“(...) bem trarão à sociedade. Reciprocamente, uma força armada simplesmente belicosa, instrumento cego da defesa e do ataque, embora defenda o território da sua nação, embora ainda faça recuar os limites desse território, sem um poder político(...)”.
9). Edição n° 7, página 15.	Rica.	“(...) para a educação militar dos filhos dos militares! A nação é rica, e eliminando, ou diminuindo extraordinárias despesas de duvidoso ou negativo proveito, sobrar-lhe-ão recursos para tão vantajosos(...)”.
10). Edição n° 10, página 1.	Bandeira.	“A bandeira que um povo adota quando se constitui Estado independente, é o símbolo da nacionalidade desse povo; é o sobrescrito de sua carta de emancipação social; é o sinal característico de sua independência, de sua soberania, no grêmio da grande sociedade das nações. E, pois, à bandeira de um povo, com emblema da nação constituída por esse povo, competem de direito todas as demonstrações de honra, e de consideração, não só da parte dos outros povos que comungam nos grandes princípios de direito internacional, mas ainda, especialmente, das corporações que fazem parte da nação simbolizada pela bandeira, e de cada um dos súditos dessa nação”.
11). Edição n° 10, página 4.	Espírito do soldado.	“A herança de respeito e veneração à soberania da bandeira sobre o espírito do soldado, herança que nos legou a cavalheirosa nação portuguesa, ainda se conserva intacta entre nós, porque a hidra da reforma, e do desprezo do que recebeu de nossos avós o batismo da suprema adesão, ainda não poluiu com sua baba impura, peçonhenta e sacrílega esse artigo do nosso credo militar”.
12). Edição n° 10, página 6.	Honra Nacional.	“Parece-nos porém que não deve assim continuar. Muito convém, por honra da nação, e por gloria de nossas armas, que se mantenham ilesos, o respeito e a veneração consagrados à bandeira.”
13). Edição n° 12, página 20.		“O Brasil marcha com passos de gigante para o progresso; os melhoramentos materiais, as ideias e tudo quanto concorre para o engrandecimento de uma nação,



		experimentam grande desenvolvimento e portanto é de indeclinável necessidade (...)”.
14). Edição n° 14, página 18.		“Tais homens poderão por ventura tomar algum interesse por esse serviço, que vão prestar provisoriamente à nação, lembrando-se que, em quanto estiverem destacados, suas famílias estarão sofrendo milhares de privações?”.
15). Edição n° 17, página 11.		“(…) considerar aqueles que as empregam como janizaros de um déspota, quando o augusto chefe da nação inexistente identificado com o povo, zelando, e promovendo seus interesses (...)”.
16). Edição n° 17, página 17.	Mãe.	“Baseados nestas ideias e firmes na convicção de que prestamos um real serviço à nação que nos fez a honra de adotar-nos como filho, oferecemos as seguintes emendas ao regulamento do 1 de Maio de 1858”.
17). Edição n° 19, página 5.		“(…) abalo é disciplina, e ataques à hierarquia, especialmente em ocasiões de guerra, deve ser economizada: cumpre não escrever com sangue as páginas de código nenhum de uma nação civilizada”.
18). Edição n° 20, página 5.		“Dai-me uma oficialidade sem brio nem pundonor, e o exército em vez de ser o defensor e guarda da nação, ser-lhe-á um perigo permanente.”
19). Edição n° 21, página 14.		“Uma nação quanto mais livre e independente, tanto mais suscetível deve ser dos seus direitos, e de sua independência, e não é, quando o perigo está iminente, mas sim durante a paz e tranquilidade que um país desfruta, que, repetimos, os meios devem ser proporcionados ao fim que se propõem”.

**APÊNDICE Y - Ocorrência da palavra *honra* no *Indicador Militar (1862)*.**

<b>Ocorrência</b>	<b>Acompanhamento principal</b>	<b>Trecho</b>
1). Edição n° 4, página 16.	Glória.	“I – Todo o indivíduo, pelo simples fato de jurar bandeiras, deve persuadir-se a ter subido o primeiro degrau da escada que conduz ao generalato, e que, desenvolvendo a inteligência, e marchando a passo firme na senda de seus deveres, cedo ou tarde a justiça o conduzirá a esse ponto culminante, que se não é o da abastança, e independência, é o da honra e da gloria, que visam as almas bem formadas”.
2). Edição n° 5, página 2.	Abnegação/Valor.	“Desde então nos dias do frenesi das paixões que desgraçadamente dividiram por tão longo tempo o país, ou quando chamado em face do estrangeiro para fazer respeitar os direitos da nação, tem sempre sustentado dignamente a divisa – abnegação, honra e valor”.
3). Edição n° 5, página 14.	Honestidade e Valor.	“Se, por infelicidade nossa, se derem no exército do Brasil algumas tristes exceções da honra, da honestidade e do valor, sejam dele expelidas (...)”.
4). Edição n° 6, página 15.	Glória.	“A profissão militar é nobre, porque os componentes de todas as outras aspiram e se lisonjeiam do obter um posto honorífico dos que distinguem as classes da oficialidade do exército; é nobre, porque esses diferentes títulos que classificam a fidalguia, em remotas e felizes épocas, dela tiraram sua origem: é nobre porque todos os príncipes e monarcas vestem a farda e cingem a espada que simbolizam: é nobre finalmente, porque sem outro incentivo que os da glória e da honra, defendem e sustentam esses tronos, origem de respeito, segurança e prosperidade das nações mais fortes e civilizadas”.
5). Edição n° 8, página 1.	Soldado/Militar.	“Para a profissão do soldado a honra é alimento indispensável. A honra militar é uma flor delicada, que exige muito cuidado da parte dos seus cultivadores”.

6). Edição n° 8, página 2.	Exército.	“Sem honra nada é um exército; porque a ele confiam os povos seus interesses mais sagrados. Nele fundam o seu bem estar e cifram a salvaguarda do seu decoro, dignidade e preponderância”.
7). Edição n° 8, página 14.	Militar.	“O militar estoico sofre resignado seus trabalhos, dores e privações; mas cai desse grão de filosofia logo que lhe ferem o pundonor e a honra; porque a impossibilidade cessa assim que sente feridas as fibras mais sensíveis de seu coração”.
8). Edição n° 8, página 16.	Homem de armas.	“Um bom Soberano não carece de tais demonstrações para ser amado, porém o leal, e reconhecido homem d’armas nelas junta a seus deveres o da gratidão, pela honra recebida, que tanto o liga quanto os próprios juramentos”.
9). Edição n° 9, página 16.	Classe [militar]	“Iniciamos a ideia; os homens habilitados que a julguem. Continuaremos a estudar, levado pelo desejo de sermos útil à classe, a que temos a honra de pertencer”.
10). Edição n° 10, página 5.	Dragonas.	“(…) do emblema da pátria; porque o oficial que o conduzir tem presente nos lances supremos, três gloriosos incentivos de sublimes feitos – a honra de sua bandeira, a honra do corpo a que pertence, a honra de suas dragonas”.
11). Edição n° 12, página 16.	Sangue/integridade	“(…) fara redobrar esforços no desempenho de deveres; será um lenitivo aos males que pesam sobre a existência de uma classe delicada, e essencialmente obediente, de uma classe que permuta seu sangue pela honra, e integridade pátria”.
12). Edição n° 14, página 6.	Posto.	“(…) ajudaram-no a conquistar a independência desse Império, concedendo a eles, e a seus sucessores no posto de honra das fileiras dos defensores da pátria, uma regalia inapreciável (...)”.
13). Edição n° 14, página 9.	Espada.	“(…) nela ensinadas, e nos exércitos do Salitre mostrastes que a mão que impunha a espada da honra sabe também manejar destramente os instrumentos mecânicos empregados nos trabalhos (...)”.

14). Edição n° 15, página 11.	Posto.	“(…) lábios não saíra o anátema, nem blasfêmia alguma, conservar-nos-emos sempre no nosso posto de honra, e na altura a que o soldado brasileiro soube se colocar por sua inegável bravura, abnegação e lealdade”.
15). Edição n° 17, página 6.	Glória.	“(…) de batalha o conhecimento dos verdadeiros meios de vencer os inimigos da pátria, conduzindo sempre o exército pelo caminho da honra e da gloria”.
16). Edição n° 17, página 17.	Bandeira.	“(…) e sustentar a honra da bandeira que lhe foi confiada; compreende-se que o oficial mercante nada saiba além da necessária prática de conduzir o seu navio com favor de deus”.
17). Edição n° 19, página 7.	Militares/brio	“(…) nociva influencia para fins de perseguição: dificilmente um tribunal de militares, isto é, de homens de honra e de brio, tendo de julgar um companheiro de armas, prestar-se a ser cego(…)”.
18). Edição n° 21, página 7.	Pátria.	“(…) pode preparar convenientemente o homem desde menino para ser defensor ardente dos direitos da humanidade, da honra e da liberdade da pátria; porque só ela contemplando tudo o que é útil (…)”.
19). Edição n° 22, página 6.	Farda.	“(…) policiais a contento das autoridades judiciárias superiores, em que de ordinário mais se esmeram do que em manter integralmente os preceitos que constituem o padrão de honra da farda que vestem”.
20). Edição n° 24, página 11.	Nacional.	“(…) longa paz e uma boa administração interior. Fora dos casos em que a sustentação da honra nacional exigir o emprego dos recursos (…)”

**APÊNDICE Z - Ocorrência da palavra *brio/brioso* no *Indicador Militar (1862)*.**

<b>Ocorrência</b>	<b>Acompanhamento principal</b>	<b>Trecho</b>
1). Edição n° 7, página 9.	Dragonas.	“(…) sustente cada um a sua dignidade, não se prestando a serviços incompatíveis com o brio e o lustre das nossas dragonas”.
2). Edição n° 7, página 16.	Militar.	“(…) o brio militar deve poupar-se; e naqueles que o possuem uma admoestação particular produz mais efeito que um ano de prisão naqueles que o desconhecem”.
3). Edição n° 8, página 9.	Cumprimento do dever.	“(…) aqueles que por circunstâncias continuam na arma o fazem sem entusiasmo, sem a menor dedicação, somente com o zelo e brio do cumprimento do dever”.
4). Edição n° 19, página 4.	Soldado.	“(…) a penalidade deve ter outra base: a condição essencial do soldado é o brio; ao brio deve-se especialmente dirigir a penalidade”.
5). Edição n° 19, página 6.	Oficialidade.	“(…) pessoal, sedentária, tão poderosas, por serem tão naturais, cumpria invocar um sentimento mais forte, exalta-lo; esse sentimento foi do brio e do pundonor”.
6). Edição n° 19, página 6.	Oficialidade.	“Dai-me uma oficialidade sem brio nem pundonor e o exército em vez de ser o defensor e guarda da nação, ser-lhe-á um perigo permanente. Dai-me um exército cujo soldado seja destituído de brio e pundonor, perder-se-á com boa e briosa oficialidade, o poder de vigilante e rigorosa disciplina (...)”
7). Edição n° 19, página 7.	Militares.	“(…) dificilmente um tribunal de militares, isto é, de homens de honra e de brio, tendo de julgar um companheiro de armas (...)”
1). Edição n°8, página 1.	Soldado.	“Um decreto ou um simples aviso pode obstar que as fileiras do exército continuem a ser o receptáculo de criminosos; que nelas o homem honesto, o bom servidor, o soldado brioso, se sinta humilhado por ter de ombrear (...)”.
2). Edição n° 14, página 19.	Exército.	“É uma ideia que certo a muitos terá ocorrido, mas que me animo a apresentar, porque a considero vantajosa aos interesses do Estado,

		ao engrandecimento do brioso exército a que pertença (...)"
3). Edição n° 17, página 23.	Batalhão.	"Não restará pois dúvida de que, se preciso for, um brioso batalhão de engenheiros guarnecerá postos militares por ele fortificados (...)"
4). Edição n° 18, página 24.	Exército.	"Da união procede a força; unamo-nos pois; e fazendo-nos a justiça que por ventura alguém nos negue, patenteemos, ao país, que a classe militar conta inteligências notáveis que refulgirão advogando os interesses do brioso e denodado exército brasileiro".
5). Edição n° 14, página 9.	Mocidade Militar.	"(...) o profundo respeito aos preceitos disciplinares demonstrado pelos alunos, despertaram em nós grandes esperanças, quanto ao futuro de tão briosa mocidade (...)"
6). Edição n° 15, página 10.	Oficial Brasileiro.	"(...) poderia impelir a negar apoio a uma publicação na qual até agora e sempre se tem acatado as leis e o trono; se tem tratado unicamente dos melhoramentos dessa briosa porção de súditos, que desvelados cumprem a missão honrosa de sustenta-los (...)"
7). Edição n° 17, página 1.	Briosa Oficialidade.	"O exército brasileiro conhece os seus grandes deveres, e deseja achar-se em circunstâncias de poder bem cumpri-los; a briosa oficialidade sabe perfeitamente que não há direitos (...)"

## APÊNDICE AA – Articulistas do *Indicador Militar (1862)*.

**ACHÉ**, Philippe H. Bacharel. 1º Tenente Honorário da Armada Imperial e Opositor da Escola de Marinha.

**ALENCASTRO**, José Maria de. Capitão de Artilharia. Bacharel em Matemática pela Escola Militar. Sentou praça em 5 de abril de 1842. Foi promovido a 2ª Tenente em 23 de julho de 1844. Em 30 de abril de 1852 foi promovido a primeiro tenente. Em 2 de dezembro de 1854 foi promovido a Capitão. Em julho de 1860 era capitão de artífices da Corte. Indicado a receber a Ordem de Aviz. Almanak Militar para o ano de 1861. Organizado na Repartição do Ajudante-General. Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert, 1861. P. 106. Boletim do Expediente do Governo – Ministério do Império - Ministério da Guerra, julho de 1860. Tomo 12 p. 14. Na época do *Indicador Militar* estava lotado na Fábrica de Pólvora da Corte, conforme assinado em seu primeiro artigo, na edição n. 9 da gazeta.

**AMARAL**, Antônio José do. Capitão de artilharia, por volta de 1860. Bacharel em Matemática pela Escola Militar. Sentou praça em 25 de março de 1842 no exército. Foi **Alferes Aluno** em 11 de março de 1843 e 2º Tenente em 14 de março de 1844. A 27 de agosto de 1849 recebeu o posto de 1º Tenente. Em 30 de abril de 1852 foi a capitão. Comandava o 1º Batalhão de Artilharia a Pé. Em fevereiro de 1860 ofereceu a Comissão de Melhoramentos um manuscrito sobre o sistema de exercício e manobras para a instrução das baterias de campanha. Boletim do Expediente do Governo – Ministério do Império - Ministério da Guerra, fevereiro de 1860. Tomo 7 p. 7. Na edição 11, de junho de 1860, em 22 de junho, informa a expedição de ofício da Comissão de Melhoramentos agradecendo o manuscrito enviado por Antônio José do Amaral sobre a instrução e manobras para as baterias de campanha do Exército. Fonte: Boletim do Expediente do Governo – Ministério do Império - Ministério da Guerra, junho de 1860. Tomo 11 p. 21. Em julho de 1860 requer, por ofício, ao comandante da Escola Militar ser designado bibliotecário da Escola, cuja proposta é aprovada. Boletim do Expediente do Governo – Ministério do Império - Ministério da Guerra, julho de 1860. Tomo 12 p. 20. Oferece novamente a Comissão de Melhoramentos, em outubro de 1860, novo opúsculo sobre a nomenclatura de artilharia para uso do ensino na escola militar. Fonte: Boletim do Expediente do Governo – Ministério do Império - Ministério da Guerra outubro de 1860. Tomo 15 p. 18. Seus trabalhos foram, de fato, mandados imprimir as expensas do Exército, para serem utilizados como material didático na Escola Militar, conforme ordem publicada em 19 de janeiro de 1861. Boletim do Expediente do Governo – Ministério do Império - Ministério da Guerra, janeiro de 1861. Tomo 18 p. 20. Foi condecorado, em junho de 1861, com o hábito da Ordem de São Bento de Aviz. Foi nomeado repetidor da Escola Militar em outubro de 1861. Boletim do Expediente do Governo – Ministério do Império - Ministério da Guerra outubro de 1861. Tomo 27 p. 7.

Cavaleiro da Ordem de São Bento de Aviz, Cavaleiro da Ordem de Cristo, Medalha da Primeira divisão que assistiu a batalha de Monte Caseros em fevereiro de 1852 (fita azul). De acordo com o Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e provincia do Rio de Janeiro para o ano de 1865. Fundado por Eduardo von Laemmert. P.253. Almanak Militar para o ano de 1861. Organizado na Repartição do Ajudante-General. Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert, 1861. P. 106.

**ARAÚJO**, Antônio José de. Tenente Coronel do corpo de Engenheiros. Recebeu o título de Doutor em Ciências Físicas e matemáticas em 1847, em sessão solene. Sentou praça no Exército em 6 de dezembro de 1825. 2º Tenente em 18 de janeiro de 1828 por antiguidade. Em 27 de setembro de 1833 foi a 1º Tenente. Em 13 de dezembro de 1837 recebeu promoção a Capitão. Foi Major Graduado em 14 de março de 1844 e Engenheiro em 1847. Tenente Coronel em 2 de dezembro de 1856. Por volta de 1858 era professor extraordinário da Escola Militar, e era Major. Tenente Coronel em 1860, do corpo de Engenheiros Militares. (Fonte: Boletim da Sociedade Brasileira de Cartografia. Janeiro de 2003, no. 50. Disponível em <http://www.cartografia.org.br/boletim/Boletim50.pdf>)

Por esta época, junto com o Major Francisco da Costa Araújo e Silva e com o Capitão Manoel Francisco Coelho de Oliveira Soares, era responsável pela elaboração da planta da cidade do Rio de Janeiro. Fonte: Boletim do Expediente do Governo – Ministério do Império Ministério da Guerra, março de 1860. Tomo 8 p. 14. Disponível em

<http://memoria.bn.br/docreader/hotpage/hotpageBN.aspx?bib=231444&pagfis=2360&pesq=&esrc=s&url=http://memoria.bn.br/docreader#>

Consta no Almanak Militar de 1861 que estava em comissão no Arquivo Militar. Almanak Militar para o ano de 1861. Organizado na Repartição do Ajudante-General. Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert, 1861. P. 10-11.

**BACELLAR**, João Roberto da Cunha. Capitão de Artilharia. Curso da Arma de Artilharia da Escola Militar. Sentou praça em 6 de junho de 1850. **Alferes Aluno** em 15 de maio de 1852 e 2º Tenente em 18 de junho de 1853. 1º Tenente em 2 de dezembro de 1854. Capitão em 2 de dezembro de 1861. Instrutor na Escola Geral de Tiro do Campo Grande, no Rio de Janeiro, em maio de 1862. Fonte: Boletim do Expediente do Governo – Ministério do Império Ministério da Guerra, maio de 1862. Tomo 34 p. 14. Almanak Militar para o ano de 1861. Organizado na Repartição do Ajudante-General. Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert, 1861. P. 111-112.

**BITTENCOURT**, Conrado Maria da Silva. Capitão de Artilharia. Possui curso de artilharia da Escola Militar Sentou praça em 16 de abril de 1843. 2º tenente em 7 de setembro de 1847. 1º tenente em 30 de abril de 1852. A 2 de dezembro de 1855 foi a capitão. Almanak Militar para o ano de 1861. Organizado na Repartição do Ajudante-General. Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert, 1861. P. 108-109. Ajudante do Comandante da Escola Militar.

**BRASIL**, Antônio Leite. 2º Cadete 1º Sargento do 3º Regimento de Cavalaria Ligeira.

**BRITO**, Pedro Torquato Xavier de. Major do Corpo de Engenheiros. Conforme o Almanaque Militar de 1861, estava neste período nomeado como empregado do Arquivo Militar e era membro da Comissão de exame da Casa da Moeda. Ainda conforme o Almanaque, sentou praça em 2 de dezembro de 1839 como 2º Tenente, 1º tenente em 23 de julho de 1844. Capitão por antiguidade em 27 de agosto de 1849, Major em 2 de dezembro de 1856. Conta tempo de serviço desde 3 de março de 1837, quando foi matriculado na Escola Militar. Possuía o curso completo da Escola Militar para a arma de Engenharia, bacharel em matemáticas, conforme os estatutos de 1839.

**CARVALHO**, José Carlos de. Major Honorário, doutor em matemática, lente catedrático da Escola Militar. Sentou 1ª Praça em 2 de dezembro de 1839. 2º Tenente a 2 de dezembro de 1839. 1º Tenente por antiguidade em 7 de setembro de 1847. Capitão em 3 de fevereiro de



1855. Responsável pela cadeira do 2ª ano, Major de Engenheiros Dr. José Carlos de Carvalho. In Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e província do Rio de Janeiro para o ano de 1865. Fundado por Eduardo von Laemmert.

Cavaleiro da ordem de São Bento de Aviz, Cavaleiro da ordem de Cristo e cavaleiro da Ordem da Rosa. De acordo com Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e província do Rio de Janeiro para o ano de 1865. Fundado por Eduardo von Laemmert.p. 253

Almanak Militar para o ano de 1861. Organizado na Repartição do Ajudante-General. Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert, 1861. P. 14-15.

**CARVALHO**, Manoel Feliciano Pereira de. Cirurgião Mor do Exército. Pereira de Carvalho foi cirurgião-mor do Corpo de Saúde do Exército, com a patente de Brigadeiro, tendo atuado na guerra do Paraguai, onde seu filho veio a falecer, vítima de cólera. É o patrono da cadeira número 37 da Academia Brasileira de Medicina Militar. **Tuoto, E. A.** "Manuel Feliciano Pereira de Carvalho (Biografia)." In: *Biografias Médicas by Dr Elvio A Tuoto* (Internet). Brasil, 2009. Consulta em [dia, mês, ano]. Disponível em:

<http://medbiography.blogspot.com/2009/02/manuel-feliciano-pereira-de-carvalho.html>

**CHAGAS**, Francisco Manoel das. Bacharel. Formado em Direito pela faculdade de São Paulo. Chefe da seção da primeira diretoria geral da secretaria de estado do Ministério da Guerra. Boletim do Expediente do Governo – Ministério do Império Ministério da Guerra, fevereiro de 1862. Tomo 31 p. 16.

**COSTA**, João de Souza da Fonseca. Tenente Coronel do corpo de Estado Maior da 1ª Classe. Bacharel em Matemática pela Escola Militar. Sentou praça em 19 de março de 1842. **Alferes Aluno** em 11 de março de 1843, 2º Tenente em 14 de março de 1844 e 1º Tenente em 23 de julho de 1844. Capitão em 19 de julho de 1852. Major por merecimento em 2 de dezembro de 1856. Tenente Coronel em 2 de dezembro de 1857 por merecimento. Em 1861 era chefe da 1ª seção da 2ª diretoria geral da secretaria de estado dos negócios da Guerra e empregado no gabinete do Ministro da Guerra. Almanak Militar para o ano de 1861. Organizado na Repartição do Ajudante-General. Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert, 1861. P. 36 e 37.

**CUNHA**, Joaquim Antônio Ferreira da. Capitão de Artilharia. Completou vários anos na Escola Militar, embora não tenha terminado o curso completo. Sentou praça em 23 de maio de 1848, 2º tenente em 27 de agosto de 1849, 1º Tenente em 2 de dezembro de 1854, Capitão em 2 de dezembro de 1860. Almanak Militar para o ano de 1861. Organizado na Repartição do Ajudante-General. Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert, 1861. P. 112 e 113.

**DELIMAL**, Porfírio. Major Honorário do Corpo de Engenheiros. Encarregado da fabricação de Pólvora na Fábrica de Pólvora de Estrela. Almanak Militar para o ano de 1861. Organizado na Repartição do Ajudante-General. Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert, 1861. P. 45.

**EMERICH**, Maximiliano. Major Honorário. Instrutor de 1ª Classe da Escola Militar, É estrangeiro, formado em escola militar europeia. Boletim do Expediente do Governo – Ministério do Império Ministério da Guerra, maio de 1861. Tomo 22 p. 25. Também de acordo com Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e província do Rio de Janeiro

para o ano de 1865. Fundado por Eduardo von Laemmert.p. 254. Nos anos de 1880 lançou, pela Livraria Universal, uma biografia de Guilherme I, Imperador da Alemanha.

**EWBANK**, Luiz Henrique de Oliveira. Capitão de Artilharia. Curso de Artilharia na Escola Militar, conforme estatutos de 1845. Praça em 3 de abril de 1844. Alferes Aluno a 7 de setembro de 1847. 1º Tenente em 30 de abril de 1852. Capitão em 14 de abril de 1855. Oficial de Ordens da Escola Militar, em 1865. Major em 22 de setembro de 1866 por atos de bravura na Guerra do Paraguai. **Cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro**, Cavaleiro da Ordem de São Bento de Aviz, Medalha da Campanha do Uruguai de 1851 e 1852, Medalha concedida ao exército em operações na república do Uruguai (1865). IN Almanak do Ministério da Guerra, organizado na repartição de ajudante general. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1868, p. 76 e 77.

**EWERARD/ EVERARD**, Patrício Antônio de Sepúlveda. Brigadeiro graduado do corpo de Engenheiros Militares, Curso completo da antiga Academia Militar comendador da ordem de São Bento Aviz e Oficial da Ordem da Rosa. 1ª Praça em 17 de janeiro de 1812, 2º Tenente em 6 de fevereiro de 1818 e 1º Tenente em 4 de julho de 1818. Capitão em 24 de junho de 1822. Major Graduado em 12 de outubro de 1823 e Major Engenheiro em 22 de julho de 1826. Tenente Coronel por antiguidade em 18 de julho de 1841. Coronel Graduado em 14 de março de 1844 e Engenheiro em 14 de março de 1847. Em comissão no Arquivo Militar. Almanak Militar para o ano de 1861. Organizado na Repartição do Ajudante-General. Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert, 1861. P. 8 e 9. De acordo com Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e província do Rio de Janeiro para o ano de 1865. Fundado por Eduardo von Laemmert.p. 275

**EWERARD/ EVERARD**, Raymundo Máximo de Sepúlveda. Capitão Graduado de estado maior de 1ª classe. Curso de Estado Maior de 1ª Classe da Escola Militar. Sentou praça em 12 de janeiro de 1848, Alferes em 20 de agosto de 1853. 1º tenente em 14 de março de 1858 por antiguidade. Serve de subalerno no batalhão de Engenheiros. Almanak Militar para o ano de 1861. Organizado na Repartição do Ajudante-General. Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert, 1861. P. 42-43. Esteve envolvido na Campanha do Paraguai, Compunha o Estado Maior do Comando em Chefe. MADUREIRA, A. de Sena. Guerra do Paraguai. Typografia do Imperial Instituto Artístico, Rio de Janeiro. 1870. p. 61  
<http://books.google.com.br/books?id=0NQ5AQAAMAAJ&pg=RA2-PA62&lpg=RA2-PA62&dq=brigadeiro+ewerard&source=bl&ots=M159bWpSXX&sig=UAhPsZ1UTUILLu5M3KEOSM8pv5M&hl=pt-BR&sa=X&ei=4DEdUuHeOrTG4AP30YHwDA&ved=0CEgQ6AEwBq#v=onepage&q=ewerard&f=false>

**FERNANDES**, Ataliba Manoel. Tenente da cavalaria. Em fevereiro de 1860, Fernandes é feito imediato da 1ª Companhia de Alunos do Batalhão de Engenheiros da Escola Militar e de Aplicação, além de exercer conjuntamente o lugar de instrutor de 2ª Classe de Cavalaria. Mestre de Equitação na mesma escola. Boletim do Expediente do Governo – Ministério do Império Ministério da Guerra, fevereiro de 1860. Tomo 7 p. 12. De acordo com o Almanak, recebeu Medalha do Exército no Estado Oriental do Uruguai, de Prata (concedida a oficiais) por serviços na Guerra da Cisplatina. Era ainda mesário da Imperial Irmandade de Santa Cruz dos Militares entre os anos de 1863 e 1864. De acordo com Almanak Administrativo, Mercantil

e Industrial da Corte e província do Rio de Janeiro para o ano de 1865. Fundado por Eduardo von Laemmert.p. 254 e p. 374.

**FERREIRA**, Miguel Vieira. 2º Tenente do Corpo de Engenheiros. Não terminou o curso completo da Escola Militar, mas concluiu até o 4º ano. 1ª Praça em 23 e janeiro de 1855. **Alferes Aluno** em 14 de março de 1857 e 2º Tenente em 4 de junho de 1859. Não terminou o curso completo da Escola Militar, mas concluir até o 4º ano. Em maio de 1862 recebe autorização para prestar seleção de provimento de vaga para repetidor da seção de Matemática da Escola Militar. Boletim do Expediente do Governo – Ministério do Império Ministério da Guerra, maio de 1862. Tomo 32 p. 16. Praticante do Observatório Astronômico entre 1859 e 1860. Almanak Militar para o ano de 1861. Organizado na Repartição do Ajudante-General. Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert, 1861. P. 17 (parte II)

**LIMA**, Cypriano da Rocha. Tenente Coronel de Infantaria. Sentou praça em 19 de junho de 1823, alferes em 21 de abril de 1823, tenente em 20 de agosto de 1838, capitão em 2 de dezembro de 1839. Major graduado em 7 de setembro de 1847, tenente Coronel em 2 de dezembro de 1861 por merecimento. Cavaleiro da Ordem de Aviz, Oficial da Ordem da Rosa, Medalha concedida pela guerra da Independência em 1823, na Bahia e possuidor da Medalha de Campanha do Uruguai em 1851 e 1852. Comandante do Batalhão do depósito, no Rio de Janeiro. IN Almanak do Ministério da Guerra, organizado na repartição de ajudante general. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1868, p. 52 e 53.

**MACEDO**, Manoel do Rego. Médico, lente da Academia Imperial de Medicina, nomeado em 12 de setembro de 1859, também Cirurgião Mór de Divisão do Corpo de Saúde do Exército e médico do hospital militar da guarnição da corte, no Rio de Janeiro. Boletim do Expediente do Governo – Ministério do Império Ministério da Guerra, setembro de 1859. Tomo 2 p. 8.

**MAIA**, Ernesto Gomes Moreira. Capitão do Corpo de Engenheiros. Bacharel em Matemática. Sentou praça em 28 de abril de 1849. **Alferes Aluno** em 6 de abril de 1850. 2º. Tenente em 6 de junho de 1853. 1º tenente em 2 de dezembro de 1854. Capitão em 2 de dezembro de 1858. Entre 1859 e 1860 foi também professor de desenho da Escola Central. Almanak Militar para o ano de 1861. Organizado na Repartição do Ajudante-General. Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert, 1861. P. 18 e 19. Foi professor de Matemática e Desenho Geométrico na Academia de Belas Artes do Rio de Janeiro. Boletim do Expediente do Governo – Ministério do Império Ministério da Guerra, março de 1860. Tomo 8 p. 11. Em agosto de 1860 pede demissão dos serviços como oficial do Exército. Boletim do Expediente do Governo – Ministério do Império Ministério da Guerra, agosto de 1860. Tomo 13 p. 23.

**MATTOS**, Ernesto Augusto da Cunha. Sentou praça na arma de artilharia em 2 de março de 1857. 2º tenente a 2 de dezembro de 1861. Possuía o curso de artilharia pelo regulamento de 1860, e mais a 2ª cadeira do 3º ano pelo regulamento de 1858. Estava, em 1863, no 1º Regimento de Artilharia a Cavalos, na corte. De acordo com Almanak Militar para o ano de 1863. Organizado na Repartição do Ajudante-General. Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert, 1863, p. 176 e 177. Esteve envolvido na Guerra do Paraguai.

**PEIXOTO**, Francisco Maria dos Guimarães. Curso de Arma de Infantaria, conforme os Estatutos de 1845. Sentou praça em 22 de fevereiro de 1844. Alferes em 7 de setembro de 1847. Tenente em 2 de dezembro de 1856. Capitão em 2 de dezembro de 1859. Capitão do

1º Batalhão de Infantaria, 7ª Companhia. Almanak Militar para o ano de 1861. Organizado na Repartição do Ajudante-General. Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert, 1861. P. 206 e 207. Nasceu a bordo da nau “Pedro I em viagem do Rio de Janeiro para a Bahia, o seu pai Domingos Ribeiro era cirurgião-mor do reino, e acompanhava imperador Pedro I e a imperatriz Leopoldina na excursão, em 1826. Teve como padrinhos de batismo os imperadores e a sua filha mais velha d. Maria da Glória, o batizado ocorreu na capela imperial do Palácio de São Cristóvão. Lutou na Guerra do Paraguai como major do exército. Fidalgo Cavaleiro da Casa Imperial; Capitão da 2ª Companhia de Fuzileiros. Recebeu patente de Tenente Coronel ainda na Guerra do Paraguai, comandante do primeiro corpo de infantaria. Morreu em decorrência de ferimentos recebidos. (1866 ou 1868). Em 1864, ainda como capitão, foi condecorado com a Ordem de São Bento de Aviz. Diário Oficial do Império do Brasil, 17 de maio de 1864, n. 108, 1864. P. 1. [http://historiar.net/images/pdfs/186405\\_2a\\_quinzena\\_cor.pdf](http://historiar.net/images/pdfs/186405_2a_quinzena_cor.pdf)

<http://historiar.net/>

*Filho do Barão de Iguarassú, D.º Domingos Ribeiro dos Guimarães Peixoto.*

Fonte: genealogia da Família Guimarães Peixoto. <http://filipelinscaldas.blog.terra.com.br/>

**PEREIRA**, Paulo José. Sentou praça em 8 de abril de 1842, 2º tenente em 11 de setembro de 1843, 1º tenente em 23 de julho de 1844. Capitão graduado em 27 de agosto de 1849, major a 2 de dezembro de 1856 por merecimento. Bacharel em matemáticas, aluno da Escola Militar desde 1º de Março de 1839. Em 1863, servia na Província do Rio Grande do Sul. Almanak Militar para o ano de 1863. Organizado na Repartição do Ajudante-General. Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert, 1863. P. 20 e 21.

**PESSOA**, Sabino Eloy. Capitão Tenente da Armada Imperial.

**PIRAGIBE**, Vicente Ferreira da Costa. (Brigadeiro reformado do Exército). Coronel de Estado Maior de 1ª Classe. Bacharel em Matemática. Faleceu em 13 de janeiro de 1874. Nascido em 22 de janeiro de 1810, em São Vicente das Lavras (atual Lavras de Mangabeira, CE). Recrutado durante as lutas que se seguiram à Independência, foi mandado ao Recife, assentou praça no 1º Batalhão de Caçadores de 1ª linha, sendo promovido a cabo quatro dias depois e a furriel a 6 de Abril de 1829. A 7 de Agosto do mesmo ano foi promovido a 2º sargento e neste posto seguiu com seu batalhão para a Corte, onde chegou a 30 de Janeiro de 1830. Passou a frequentar a Escola Militar em 1834. Esteve envolvido nos embates da Revolução Farroupilha, entre 1836 e 1837. Completou o curso na Escola Militar em 1841. A 7 de Setembro de 1847 foi promovido a Capitão e a Major a 2 de Dezembro de 1854, com antiguidade de 25 de Janeiro. A 2 de Dezembro de 1857 foi promovido a Tenente-Coronel por merecimento. Em 1859 recebeu a carta de Bacharel em Matemáticas pela antiga Escola Central. A 2 de Dezembro de 1861 foi promovido ao posto de Coronel por merecimento. Por adoecer gravemente da vista, obteve a 1 de Janeiro de 1863 uma licença para tratamento da saúde, que foi sucessivamente prorrogada até que, voltando da Europa, onde fora curar-se sem resultado, requereu a aposentadoria, que lhe foi concedida a 22 de Outubro de 1864, sendo também nesta data reformado no posto de Brigadeiro. “Deixou alguns trabalhos sobre legislação militar publicados no *Indicador Militar*, revista dirigida por ele e da qual foram impressos 28 números in-8”. IN STUDART, Guilherme. Dicionario Bio-bibliographico Cearense. Editora da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 1980. Reimpressão

facsimilar da primeira edição de 1910. P. Também em <http://www.ceara.pro.br/cearenses/listapornomedetalhe.php?pid=32163>

**RAPOSO**, Francisco Antônio. Tenente Coronel do Corpo de Engenheiros. Doutor em matemática. Praça em 2 de dezembro de 1839, 2º tenente em 2 de dezembro de 1839, 1º Tenente Graduado em 14 de março de 1844 e 1º tenente Engenheiro em 3 de junho de 1846. Capitão 7 de setembro de 1847. Major por merecimento em 13 de julho de 1852. Tenente Coronel em 2 de dezembro de 1858. Lente da Escola Militar e empregado nas obras civis e militares da repartição da Marinha. Almanak Militar para o ano de 1861. Organizado na Repartição do Ajudante-General. Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert, 1861. P. 10 e 11. Oficial da Ordem da Rosa. Forneceu pareceres para a construção do Porto de Pernambuco, da Escola Naval, da reforma da Casa da Moeda. Encarregado da repartição de obras civis e militares da Marinha, entre 1859 e 1861, quando pede exoneração em maio de 1861. Boletim do Expediente do Governo – Ministério do Império Ministério da Guerra, abril de 1860. Tomo 9 p. 28. Também foi lente da Escola Militar, de acordo com Boletim do Expediente do Governo – Ministério do Império Ministério da Guerra, março de 1861. Tomo 20 p. 18

**RIBEIRO**, Felício Paes. Sentou praça em 1º de março de 1848, Alferes em 30 de abril de 1853, 2º tenente em 18 de junho de 1853, 1º tenente em 2 de dezembro de 1856, capitão em 2 de dezembro de 1861. Foi Major por merecimento em 18 de janeiro de 1868, por ações na guerra do Paraguai. Possui curso completo de artilharia pelo regulamento de 1855. Comandou o 1º batalhão de artilharia a pé no 20 corpo de exército em operações contra o governo do Paraguai. IN Almanak do Ministério da Guerra, organizado na repartição de ajudante general. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1868, p. 76 e 77.

**RODRIGUES**, Domingos José. Capitão de Engenheiros. Bacharel em Matemáticas. 1ª praça em 31 de maio de 1850, **Alferes Aluno** em 15 de maio de 1852, 2º tenente em 2 de dezembro de 1854 e 1º tenente em 2 de dezembro de 1856. Capitão em 2 de dezembro de 1859. Estava em Pernambuco. Participou da comissão exploradora das localidades para a demarcação de limites ao norte do império, em 1860. Boletim do Expediente do Governo – Ministério do Império Ministério da Guerra, abril de 1860. Tomo 9 p. 22 Em 1861 estava na Província da Paraíba, a fim de fazer projeto para um quartel para o corpo fixo da província. Boletim do Expediente do Governo – Ministério do Império Ministério da Guerra, abril de 1861. Tomo 21 p. 14

**SILVA**, Domingos de Araújo e. Tenente do corpo de estado maior de 1ª classe. Curso de Estado Maior da Escola Central. Empregado na repartição de obras públicas do Rio de Janeiro, Sentou praça em 15 de novembro de 1848, **Alferes Aluno** em 2 de dezembro de 1855. Tenente em 14 de março de 1858 por antiguidade. Almanak Militar para o ano de 1861. Organizado na Repartição do Ajudante-General. Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert, 1861. P. 42. Boletim do Expediente do Governo – Ministério do Império Ministério da Guerra, novembro de 1860. Tomo 16 p. 15. Em dezembro de 1860 requer autorização para concorrer a vaga de adjunto para a disciplina de engenheiro civil na Escola Central. Em janeiro de 1861 foi empregado no arquivo militar. Em setembro de 1861 foi nomeado repetidor interino da Escola Central. É admitido por concurso como repetidor efetivo da Escola Central em maio de 1862.

**SILVA**, Francisco da Costa Araújo e. Major do Corpo de Engenheiros. Doutor em matemáticas. 1ª Praça em 28 de fevereiro de 1839, **Alferes Aluno** em 18 de julho de 1841, 2º Tenente em 11 de setembro de 1843 e 1º Tenente em 23 de julho de 1843. Capitão em 13 de julho de 1852. Major em 2 de dezembro de 1858 por Antiquidade. Almanak Militar para o ano de 1861. Organizado na Repartição do Ajudante-General. Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert, 1861. P. 14-15. Fazia parte da comissão para levantamento da planta da cidade do Rio de Janeiro, junto com o Capitão Manoel Francisco Coelho de Oliveira Soares e o tenente Coronel Antônio José de Araújo. A comissão foi extinta em 18 de abril de 1860. Empregado no Arquivo Militar em 1860, na cidade do Rio de Janeiro. Fonte: Boletim do Expediente do Governo – Ministério do Império Ministério da Guerra, abril de 1860. Tomo 9 p. 21. Encarregado do exame de obras militares em 1865, Cavaleiro da Ordem de São Bento de Aviz. Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e província do Rio de Janeiro para o ano de 1865. Fundado por Eduardo von Laemmert. P. 265. Faz parte da redação do *Indicador Militar*.

**VIANNA**, Antônio de Castro. Sentou praça em 1º de dezembro de 1835, 2º tenente em 12 de julho de 1837, 1º tenente em 2 de dezembro de 1839 e capitão em 23 de julho de 1844. Major em 2 de dezembro de 1859 e tenente coronel em 22 de janeiro de 1866 por antiguidade. Possui curso completo de engenharia pelo regulamento de 1845 e é bacharel em matemáticas pela Escola Militar. Cavaleiro da Ordem de S. Bento de Aviz, Cavaleiro da Ordem de Cristo e possuidor da Medalha de Campanha do Uruguai de 1851 e 1852. IN Almanak do Ministério da Guerra, organizado na repartição de ajudante general. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1868, p. 72 e 73. Em 1859 era comandante interino do Batalhão de engenheiros, e Comandante efetivo do Corpo de Artífices da Corte. Fonte: Boletim do Expediente do Governo – Ministério do Império Ministério da Guerra, novembro de 1859. Tomo 4 p. 10.

**APÊNDICE BB – Autores e seus respectivos artigos no *Indicador Militar* (1862).**

<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Numero</b>
Tenente Coronel Dr. A. J. de Araújo (Antônio José de Araújo)	Algumas Palavras	N.1
	Colônias Militares	N.4
	Colônias Militares (continuação)	N.5
	Sr. Auditor de guerra Dr. Magalhães Castro	N.7
Coronel Vicente Ferreira da Costa Piragibe	Voluntários, engajamento, substituições, eximções.	N.1
	Antiguidades Militar proveniente de tempo de estudos	N.3
	Noticia Bibliográfica	N.3
	A disciplina militar	N.4
	O sargento	N.6
	Antiguidade Militar proveniente do tempo de estudos	N.9
	A bandeira	N.10
	A Companhia de enfermeiros	N.11
	Antiguidade Militar proveniente do tempo de estudos	N.12
	Ginastica sem instrumentos	N.13
	A Suprema regalia constitucional dos oficiais de mar e terra	N.14
	As posições capitais dos oficiais do Exército	N.15
	O meio soldo que a lei dá às famílias dos oficiais do exército falecidos	N.16
	As transgressões da disciplina militar e a sua punição	N.18
	Os códigos militares penal e do processo criminal (com uma carta do Dr. Justiniano José da Rocha)	N.19
	O Batalhão de engenheiros	N.20
Breves considerações sobre a arma de infantaria	N.22	
As graduações de Posto	N.23	
Major A. de C. Vianna	O recruta	N.2
	A Classe dos Cadetes	N.3
Major Dr. F. da C. Araújo e Silva	Corpo de Engenheiros	N.2
	Corpo de Engenheiros (continuação)	N.4
	Arquivo Militar	N.6
	Notas da Redação	N.6
	Corpo de Engenheiros	N.10
	Os lentes militares	N.13
	Observação Bibliográfica	N.15
	O meio soldo das viúvas ou órfãos dos oficiais do exército - Os graus superiores da ordem de São Bento de Aviz.	N.19
	Observações sobre o primeiro discurso do cirurgião mor do exército acerca dos castigos corporais	N.20

	As condecorações da ordem de São Bento de Aviz	N.23
Major Honorário Dr. J. C. de Carvalho	Sistema Militar do Brasil Sistema Militar do Brasil (continuação) Sistema militar do Brasil (continuação) Sistema Militar do Brasil (continuação) Sistema Militar do Brasil (continuação) Sistema Militar do Brasil (continuação) Sistema militar do Brasil (continuação) Sistema militar do Brasil (continuação) Sistema militar do Brasil (continuação) Sistema militar do Brasil (continuação) Sistema militar do Brasil (continuação) Sistema militar do Brasil (continuação) Considerações sobre o mapa estatístico anexo ao n.2 do Indicador Militar Sistema militar do Brasil (continuação) Sistema Militar do Brasil Breves considerações sobre as vias de comunicação	N.2 N.3 N.5 N.6 N.7 N.8 N.10 N.12 N.14 N.15 N.17 N.20 N.21 N.24 N.24
Capitão A. J. do Amaral	O Canhão la Hite O Canhão la Hite (continuação) Artilharia O almanaque Militar Apontamentos Coligidos da história Militar Indicador da legislação militar Apontamentos Coligidos da história Militar (continuação) Habito de Aviz Bibliografia	N.2 N.3 N.8 N.12 N.18 N.20 N.21 N.22 N.23
Cirurgião Mor de divisão Dr. M do R. Macedo	Instrução prática do corpo de saúde do Exército	N.3
Tenente D. de Araújo e Silva	Duas páginas negras	N.3
Brigadeiro Graduado P.A. de S. Ewerard (Patrício Antônio de Sepúlveda Ewerard)	Ao Exército. Máximas e Pensamentos Máximas e Pensamentos (continuação) Máximas e pensamentos (continuação) Máximas e pensamentos (continuação) Máximas e pensamentos (continuação) Máximas e pensamentos (continuação) Máximas e pensamentos (continuação) Algumas linhas sobre o monte pio militar Ainda algumas linhas sobre o monte pio militar Colégios Militares Quarteis para a oficialidade do Exército Máximas e pensamentos (continuação) Ao Indicador Militar Máximas e pensamentos (continuação) Exércitos fortes convenientes na paz e na guerra Máximas e pensamentos (continuação)	N.4 N.5 N.6 N.7 N.8 N.9 N.10 N.11 N.12 N.13 N.14 N.14 N.15 N.16 N.17 N.18



	Máximas e pensamentos (continuação)	N.20
	Máximas e pensamentos (continuação)	N.21
	Máximas e pensamentos (continuação)	N.23
	Máximas e pensamentos (continuação)	N.24
Tenente Coronel J. de S. da F. Costa	Antiguidades Militar Proveniente de tempo de estudos	N.5
	Antiguidade Militar proveniente do tempo de estudos	N.11
	Antiguidade Militar proveniente do tempo de estudos	N.13
Capitão Graduado R.M. de S. Ewerard	Instrução do Exército	N.5
	O Cadete	N.9
	Aumento do Exército	N.14
	Remuneração de serviços	N.24
Capitão F. P. Ribeiro	As reformas	N.5
Capitão F.M. dos G. Peixoto	Algumas Considerações	N.7
	Algumas considerações sobre o pessoal do nosso exército	N.21
Capitão D. J. Rodrigues	Corpo de Engenheiros	N.8
	Corpo de Engenheiros	N.17
	Corpo de Engenheiros	N.18
Major Honorário P. Delimal	Quelques mots sur la poudre-coton	N.8
	Nouveau mode de la dessecation de la poudre	N.21
Capitão L. H. d'O Ewbank	Arma de Artilharia no Brasil	N.9
	Artilharia	N.14
	As viagens de instrução para os oficiais das diferentes armas do exército	N.23
Capitão J.A. F. da Cunha	As Mulheres dos Soldados	N.9
	Os inválidos	N.12
Capitão J.M. de Alencastro	Artilharia	N.9
	Artilharia	N.15
	Artilharia (continuação)	N.16
Bacharel F.M das Chagas	O meio soldo que a lei dá às famílias dos oficiais do exército falecidos	N.11
	A repartição eclesiástica do Exército	N.23
Tenente Honorário da Armada E.H. Aché	Escola de Marinha	N.12
	Escola de Marinha	N.16
	Escola da Marinha	N.17
Tenente A.M. Fernandes	Apontamentos sobre a cavalaria	N.13
	Apontamentos sobre a cavalaria	N.15
	Apontamentos sobre a cavalaria	N.20
	Apontamentos sobre a cavalaria	N.22
Capitão E. G. M. Maia	Do desenho nas escolas militares	N.13
	Do desenho nas escolas militares (continuação)	N.14
	Do desenho nas escolas militares (continuação)	N.19
Tenente Coronel F. A. Raposo	Avaliação das pilhas das balas	N.16

Major Honorario M. Emerich	O batalhão de engenheiros	N.17
Capitão-Tenente S.E. Pessoa	Escola da Marinha	N.18
2º Tenente M.V. Ferreira	Considerações sobre o mapa estatístico anexo ao n.2 do Indicador Militar	N.18
2ª cadete 1º sargento A. L. Brasil	Os inferiores e particulares dos corpos do exército a bordo dos vapores e transportes de guerra Apontamentos sobre a arma de cavalaria	N.18 N.23
Cirurgião mor do exército conselheiro Dr. M.F.P de Carvalho	Primeiro discurso do cirurgião mor do exército conselheiro Dr. M.F.P de Carvalho acerca dos castigos corporais usados no exército e na armada Os castigos corporais usados no exército e na armada (continuação)	N.19 N.20
Capitão C. M. da S. Bittencourt	Pessoal e organização de artilharia	N.20
Tenente Coronel C. da R. Lima	Infantaria	N.20
Capitão J.R. da C. Bacellar	Mosquetão raiado de 14mm	N.22

## APÊNDICE CC – Características em *O Soldado e o Marinheiro* (1869)

### CARACTERÍSTICAS MILITARES

- “(...) uma classe tão distinta pela nobreza de seu desinteresse e pelo heroísmo da abnegação com que rasga as próprias veias, e lava com seu sangue as nodoas de qualquer afronta porventura irrogada à honra da pátria”. (edição n° 1, p.1).
- “O soldado (...) é sempre um propugnador do engrandecimento pelas conquistas, ou dos direitos legítimos de sua nacionalidade”. (edição n°1, p. 1).
- “E esta classe tão simpática à nação vive no Brasil condenada ao ostracismo dos grandes quinhões do Estado, e de certas posições e importância a que indubitavelmente tem direito por seus serviços, ilustração e patriotismo”. (edição n° 1, p.1).
- “Entre todos os mártires cada classe teve sempre o seu representante; porém, aquela em que todos são mártires é a classe militar”. (edição n° 1, p.3).
- “(...) o incentivo às grandes aspirações dessa classe toda devotada ao bem comum e o bom êxito das batalhas, que é a vitória do direito e da autonomia das nações” (edição n° 2, p.2).
- “Eles representam perfeitamente a maneira de ver e sentir, de pensar e querer de toda a nação”. (edição n° 2, p.2)
- “(...) desvalida classe que comente nas ocasiões de perigo é festejada e distinguida; mas que, passado ele, é considerada.... um cancro da nação!”. (edição n° 3, p.1).
- “O militar é em nosso país como médico no lar doméstico: só nos momentos angustiosos é acariciado e mimoseado; mas ainda assim.....” (edição n° 3, p.2).
- “(...) a força armada é a primeira garantia de ordem e sossego público, a condição indispensável para que possa subsistir a nossa sociedade, a ela se dedica”. (edição n° 3, p.3)
- “(...) incumbimo-nos de provar que é ela uma das classes que tem servido ao país e a única que, desambiciosa, arrostando a miséria e o desprezo das outras (...). (edição n° 5, p.1).
- “Faremos passar um por um pelos olhos desta pátria indiferente aos males que devoram-lhe as entranhas, os filhos que mais por ela se desvelam, e que menos fruem do lauto banquete das remunerações”. (edição n° 5, p.1).
- Foram os militares que, com esse desamor à vida e desambição ao poder que tanto os caracteriza [os revolucionários], lutaram com a onda revolucionária e conseguiram conte-la até o nível de onde havia saído”. (edição n° 5, p.1).
- Foi presidente do Maranhão e mais uma vez mostrou que os militares são os melhores administradores”. (edição n° 5, p.1).
- “É em síntese brilhante o militar a estátua do dever, a espada da justiça, o sustentáculo da ordem, a paz das famílias, e a coluna da imortalidade de uma nação!”. (edição n° 6, p.1)
- “Não quer o exclusivismo, e se põe em relevo os serviços desta classe desvalida e amesquinhada, senão vilipendiada, é porque vê a opinião geral condenar e querer erguer-se contra o monopólio do poder”. (edição n° 6, p.1)
- “(...) não fazemos política, nem somos mercenários e por isso não nos cega a paixão e capricho, nem vivemos de ferir injustamente reputações e caracteres que merecem ser respeitados; unicamente visamos como militares, firmar certo pontos principais do

alicerce de um edifício, que infalivelmente se desmoronará, se forem enfraquecidos e abalados”. (edição n° 6, p.2).

### **CARACTERÍSTICAS POLÍTICAS**

- “A política é como Baal tudo absorve. Sórdido egoísmo! Desbriada época!”. (edição n° 2, p.1)
- “(...) cedem ainda uma vez o passo à indébita influência da classe que entre nós tudo tem sabido monopolizar!”. (edição n° 3, p.1).
- “Pela rotina que desgraçadamente domina esta nação de tanta seiva e tantos recursos, mas não aproveitados”. (edição n° 5, p.1).

### **CARACTERÍSTICAS DA NAÇÃO**

- “E nós, filhos de um torrão abençoado, havemos de esbanjar, calcar aos pés e perder os tesouros do nosso país?” (edição n° 2, p.2).
- “A força das nações é o seu exército e sua armada”. (edição n° 3, p.2).
- “(...) e quanto melhor constituído for o governo, e mais bem organizada a força, de tanto maior prosperidade fruirá a nação”. (edição n° 3, p.2).
- “Pátria infeliz que não tens história, nem feito, nem glórias a comemorar”. (edição n° 6, p.3).
- “O Brasil, nação civilizada, embora por espíritos tacanhos retardada em seu movimento moral e um pouco desviada da carreira de seus altos destinos (...) (edição n° 6, p.3)
- “Tanta força e tanta seiva nesta natureza, tanta uberdade e riqueza neste solo, tanta beleza neste céu, tanto encanto nestas matas, tanta promessa nestes rios, não se fizeram para a morte!” (edição n° 7, p.1)
- “O Brasil, pela sua vastidão e seus imensos recursos, como o mais poderoso Estado da América do Sul, é chamado a exercer e exercerá grande preponderância nos destinos desta parte do continente”. (edição n° 7, p.3).

### **CARACTERÍSTICAS DO PERIÓDICO**

- “Aplaudamos cordialmente a auspiciosa aparição na imprensa de tão legitimo órgão da desvalida classe que comente nas ocasiões de perigo é festejada e distinguida; mas que, passado ele, é considerada..... um cancro da nação!”. (edição n° 3, p.1).
- “Para essa união já temos brilhante canal – O Soldado e o Marinheiro; por isso, o saudamos do intimo d’alma”. (edição n° 3, p.2).
- “Nem os ministros da guerra, nem os respectivos comandantes, nem os jornais, acertaram esta ideia, a qual temos o dever de apresentar, porque este jornal não vem a polémica senão para suprir lacuna na história desta guerra, e defender os soldados e marinheiros, a corporação militar, enfim, a armada e o exército”. (edição n° 4, p.3).
- “Nesta liça vão ser de grande alcance as vistas do *Soldado e o Marinheiro*, que provará mais uma vez ao mundo, que não é só no ardor da luta dos combates, que ele serve à causa nacional; porem também fazendo a história imparcial e justa (...)”.(edição n° 6, p.1).
- “(...) e *O Soldado e o Marinheiro*, humilde órgão dessa classe” (edição n° 6, p.3).
- “*O Jornal Militar* [acredito que refere-se aqui a si mesmo] é uma neutralidade armada. Essa declaração serve para tranquilizar o governo a bem definir a nossa posição, o fim da empresa”. (edição n° 6, p.4).

**APÊNDICE DD – Quadro sinótico das características Militares em *O Soldado e o Marinheiro* (1869)**

<b>Sobre a Classe Militar</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• É uma classe distinta pela nobreza do seu desinteresse e pelo heroísmo e abnegação;</li> <li>• A classe vive condenada ao ostracismo, mas tem direitos de atuação política pela sua ilustração e patriotismo;</li> <li>• A classe militar é composta de mártires;</li> <li>• A classe militar representa perfeitamente a maneira de ver e sentir, de pensar e querer de toda a nação;</li> <li>• É uma das classes que serve o país, e a única desambiciosa;</li> <li>• É uma classe desvalida e amesquinhada, senão vilipendiada;</li> </ul>
<b>Sobre o Militar</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O militar é em nosso país como médico no lar doméstico; só nos momentos angustiosos é acariciado e mimoseado;</li> <li>• Foram os militares que, com esse desamor à vida e desambição ao poder que tanto os caracteriza [os revolucionários], lutaram com a onda revolucionária e conseguiram conte-la até o nível de onde havia saído;</li> <li>• Os militares são os melhores administradores;</li> <li>• É em síntese brilhante o militar a estátua do dever, a espada da justiça, o sustentáculo da ordem, a paz das famílias, e a coluna da imortalidade de uma nação;</li> </ul>
<b>Sobre o Soldado</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O soldado é sempre um propugnador do engrandecimento pelas conquistas.</li> </ul>
<b>Sobre a Instituição Militar</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A força armada é a primeira garantia de ordem e sossego público, a condição indispensável para que possa subsistir a nossa sociedade;</li> </ul>

**APÊNDICE EE – Quadro sinótico das características Públicas/Políticas O Soldado e o Marinheiro (1869)**

<b>Sobre a Política</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• A política é como Baal tudo absorve. Sórdido egoísmo! Desbriada época;</li><li>• Pela rotina que desgraçadamente domina esta nação de tanta seiva e tantos recursos, mas não aproveitados.</li><li>• A política é cega pela paixão do interesse;</li></ul>
<b>Sobre o governo</b>	
<b>Sobre os políticos</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Cedem ainda uma vez o passo à indébita influência da classe que entre nós tudo tem sabido monopolizar;</li><li>• Os homens de estado não possuem ciência política;</li></ul>

**APÊNDICE FF – Quadro comparativo das características  
Militares/Políticas *O Soldado e o Marinheiro* (1869)**

<b>CARACTERÍSTICAS MILITARES</b>	<b>CARACTERÍSTICAS POLÍTICAS</b>
A força armada é a primeira garantia de ordem e sossego público, a condição indispensável para que possa subsistir a nossa sociedade;	A política é como Baal tudo absorve. Sórdido egoísmo! Desbriada época;
Os militares são os melhores administradores;	Pela rotina que desgraçadamente domina esta nação de tanta seiva e tantos recursos, mas não aproveitados.
É uma das classes que serve o país, e a única desambiciosa; É uma classe distinta pela nobreza do seu desinteresse e pelo heroísmo e abnegação;	A política é cega pela paixão do interesse;
É em síntese brilhante o militar a estátua do dever, a espada da justiça, o sustentáculo da ordem, a paz das famílias, e a coluna da imortalidade de uma nação;	Os homens de estado não possuem ciência política.
A classe vive condenada ao ostracismo, mas tem direitos de atuação política pela sua ilustração e patriotismo;	Cedem ainda uma vez o passo à indébita influência da classe que entre nós tudo tem sabido monopolizar.

**APÊNDICE GG – Ocorrência da palavra *pátria* em *O Soldado e o Marinheiro* (1869)**

<b>Ocorrência</b>	<b>Acompanhamento principal</b>	<b>Trecho</b>
1). Edição n° 1, página 1.	Honra.	“(…) que rasga as próprias veias, e lava com seu sangue as nodoas de qualquer afronta porventura irrogada à honra da pátria; intentamos (…)”.
2). Edição n° 1, página 1.	Morrer.	“E qual será a causa do abandono de uma classe que só é lembrada para morrer pela pátria, e nunca para viver por ela?”.
3). Edição n° 1, página 2.	Dores.	“(…) falso dos erros políticos destes últimos tempos; não, não é esse nosso propósito, mas uma voz parte da consciência para execrar que especulam com as dores da pátria”.
4). Edição n° 1, página 2.	Nacionalidade.	“Moralmente a pátria do homem é a totalidade dos indivíduos que pertencem à sua mesma nacionalidade. Ora, esses indivíduos têm índoles (…)”.
5). Edição n° 1, página 3.	Brios/segurança.	“Enquanto o inimigo ameaça os brios e a segurança da pátria, e o seu braço tem vigor para manejar a lança, a espingarda (…)”.
6). Edição n° 1, página 3.	Defesa.	“(…) em que vê-se a frouxo e a flux a mão que ergue-se alta na defesa do território da pátria, abaixar-se humilde pedindo pão!”.
7). Edição n° 1, página 3.	Serviços.	“(…) ali como a pátria paga os bons serviços dos que por ela sacrificaram os penates e os afetos do lar, as alegrias da vida e os sonhos do futuro”.
8). Edição n° 1, página 4.	Sangue.	“(…) lágrima, porque derramou seu sangue em prol da pátria”.
9). Edição n° 1, página 4.	Ferida.	“Apareceu no Norte o grito da pátria ferida pelo invasor, que entrava com pés de lã no Mato Grosso, Braz Bispo alistou-se como voluntário, e fez-se marujo”.



10). Edição n° 2, página 3.	Defesa.	“A classe militar, tão trabalhada em perigos e na defesa da pátria, não tem ainda, que o saibamos nós, um futuro garantido. Não tem cor política (...)”.
11). Edição n° 2, página 3.	Saudade.	“Anhambahy, cuja guarnição além de ter direito à piedade e a uma consternadora saudade da Pátria, deve merecer uma recompensa de Deus (...)”.
12). Edição n° N. 3, página 3.	Defesa.	“(…) pela instrução, saúde, bem-estar dos que consagraram seus peitos dedicados à sustentação da honra e dignidade nacional, e se votam com entusiasmo à defesa da pátria”.
13). Edição n° 4, página 1.	Sacrifício.	“Mais um vulto assoma nesta galeria de soldados e marinheiros distintos, cuja vida foi toda consagrada em sacrifício da pátria, e cujos efeitos da aplicação desse zelo(...)”.
14). Edição n° 4, página 3.	Amor.	“(…) heroísmo nos combates, a sua resignação no sofrimento, e o seu sacrifício no seu amor pela pátria, a quem consagraram a sua existência”.
15). Edição n° 5, página 3.	Serviço.	“(…) melhor remuneração para os que se dedicam ao serviço da pátria, arriscando a vida com verdadeira abnegação: aos militares, que bem servem, as leis garantem o acesso na hierarquia (...)”.
16). Edição n° 6, página 1.	Soldado.	“(…) e para garantir essa vida e esse culto vai o soldado, que é a imagem da pátria, e representa (...)”.
17). Edição n° 6, página 1.	Cidadãos/ Felicidade.	“Empenha-se como os outros cidadãos pela felicidade da pátria, e por isso acompanha com interesse todas as lutas políticas, estuda o caráter (...)”.
18). Edição n° 6, página 3.	Mãe/Glórias/Desgraçada	“(…) e as doçuras da ternura de uma mãe extremada por seus filhos dedicados! Pátria desgraçada, que não tens história, nem feitos, bem glórias a comemorar!”.
19). Edição n° 7, página 1.	Honra.	“(…) no seu posto de honra morreram, porém nunca transigiram, sepultaram-se no olvido, mas jamais traíram a pátria, nem se ludibriaram (...)”.

20). Edição n° 7, página 1.	Amor.	“(...) gloriosas, abertas por amor da pátria, converte-se em um poste de ignominioso ostracismo, e a barraca da campanha, enfeitada de troféus (...)”.
--------------------------------	-------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

**APÊNDICE HH – ocorrência da palavra *nação* em *O Soldado e o Marinheiro* (1869)**

<b>Ocorrência</b>	<b>Acompanhamento principal</b>	<b>Trecho</b>
1). Edição n° 1, página 2.	Sociedade.	“Quem há ai que ignore si é homem entendido e ilustrado, que os elementos de que se compõe uma nação, representam fielmente uma sociedade?”.
2). Edição n° 1, página 2.	Autonomia.	“(…)tentaremos a necessidade daquela porque a autonomia de uma nação eleva-se, engrandece-se, ilustra-se nas letras e nas ciências, mas artes (…)”.
3). Edição n° 1, página 4.	Honra e dignidade.	“(…) para defender contra o estrangeiro a independência, os direitos, os interesses, a honra e a dignidade da nação e para sustentar no interior os direitos(…)”.
4). Edição n° 1, página 4.	Estado.	“Hoje principalmente a guerra nas relações de Estado a Estado é o meio de obrigar qualquer nação ou soberano a observar as regras de direito (…)”.
5). Edição n° 1, página 4.	Direitos.	“Saber defender direitos de uma nação; fazer respeitar a constituição de um povo – só o México nos ensinou”.
6). Edição n° 2, página 1.	Estado.	“(…) aspirações, e unicamente desejamos alcançar dos poderes do Estado e de toda a nação mais justiça e consideração aos militares, e menos ofensa às suas regalias políticas”.
7). Edição n° 2, página 3.	Política.	“Se aqueles fortes-fracos tivessem merecido cuidado do governo, se a política do Império fosse a política da nação, estamos certos de que as colônias militares estariam naquela linha limítrofe (…)”.
8). Edição n° 3, página 2.	Força/exército/ armada.	“Sem a força, por conseguinte, jamais florescerá uma nação, e a força das nações é o seu exército e sua armada”.
9). Edição n° 4, página 3.	Brios/Defesa.	“Em uma pugna de honra como esta, em que tantos heróis levantaram os braços brandindo as armas em defesa dos brios da nação (…)”.
10). Edição n° 5, página 3.	Brios.	“(…) que ali colocará um governo intruso, levantou os brios de sua nação, fez-se novamente governo(…)”.

11). Edição n° 5, página 4.	Sacrifícios.	“Que sacrifícios importa à nação, a existência de uma marinha militar em harmonia com as necessidades do serviço naval, e com os recursos do erário?”.
12). Edição n° 6, página 1.	Força Armada.	“(…) e tiranizar os povos; porque quando se diz militar, deve entender-se uma força armada legítima e a força armada legítima é a expressão armada da nação”.
13). Edição n° 6, página 3.	Civilizada.	“O Brasil, nação civilizada, embora por espíritos tacanhos retardada em seu movimento moral e um pouco desviada da carreira de seus altos destinos”.
14). Edição n° 7, página 1.	Honra.	“Depois de em retrospecto apresentarmos aqueles que se finaram no serviço da nação, e sempre no seu posto de honra morreram, porém nunca transigiram, sepultaram-se no olvido (…)”.

**APÊNDICE II – ocorrência da palavra *honra* em *O Soldado e o Marinheiro* (1869)**

Ocorrência	Acompanhamento principal	Trecho
1). Edição n° 1, página 1	Dignidade/ Merecimento.	“(…) que cegam a verdade para endeusar a mentira, da qual se faz um calabouço de torturas contra o merecimento, a honra, a dignidade, e o pudor”.
2). Edição n° 1, página 4.	Glória.	“(…) o soldado no Paraguai cobre-se de glória e morre no campo da honra coberto de moscas – eis o que se diz por ai, negando a ação edificante da glória, que enrobustece, anima e vivifica”.
3). Edição n° 2, página 2.	Glória.	“Para o Brasil, que urgentemente precisa terminar com a glória a magna questão de honra da Guerra do Paraguai e da realização do tratado (...)”
4). Edição n° 2, página 3.	Militar.	“A resposta honra ao militar – não hei de resistir, disse em nome do Brasil que defendo!”.
5). Edição n° 2, página 3.	Glória.	“(…) e no entretanto este mesmo navio retalhado de balas – cicatrizes de honra e glória vai ser vendido (...)”
6). Edição n° 3, página 2.	Nacional/ Soldado.	“(…) Lomas Valentinas, patenteou ao mundo inteiro que na sustentação dos brios e na desafronta da honra nacional, o soldado brasileiro não tem rival, recolhe-se silencioso a modesto retiro”.
7). Edição n° 3, página 3.	Farda.	“(…) põe-se em contato com o soldado, cuja farda honra vestindo-a, percorre quartéis, hospitais, asilos, escolas (...)”
8). Edição n° 3, página 3.	Dignidade nacional.	“(…) pela instrução, saúde, bem estar dos que consagram seus peitos dedicados à sustentação da honra e dignidade nacional, e se votam com entusiasmo à defesa da pátria”.
9). Edição n° 4, página 1.	Liberdade/Classe Militar.	“A liberdade a honra – adornos que faltarão à frente de Augusto e de seus continuadores – eis o presente que a classe militar fez à pátria de Catão”.

10). Edição n° 4, página 4.	Militar.	“Os generais Pellessier e Camrobert, nos quais a bravura andou ao lado da honra militar, não se eximirão de torpezas lançadas aos seus soldados (...)”
11). Edição n° 5, página 2.	Brios.	“(...) deixar os nossos brios e a nossa honra entregues aos cuidados de um governicho sem governados, sem força e sem prestígio (...)”.
12). Edição n° 5, página 3.	Nacional.	“(...) mundo inteiro que, na sustentação e defesa dos brios e honra nacional ainda os anima todo o vigor da mocidade (...)”.
13). Edição n° 6, página 4.	Nacional.	“(...) a honra nacional defendida, respeitada e salva: eis em que deveis ocupar-vos estadistas manhosos”.
14). Edição n° 7, página 1.	Posto/nação.	“Depois de em retrospecto apresentarmos aqueles que se finarão no serviço da nação, e sempre no seu posto de honra morrerão, porem nunca transigirão (...)”.
15). Edição n° 7, página 1.	Glória.	“(...) à mentira, levantando nas praças públicas cadafalsos à honra e glória de seus concidadãos (...)”.
16). Edição n° 7, página 3.	Glória.	“(...) sustentáculo do partido <i>colorado</i> o general Flores tem direito a uma página de honra nos fastos das nossas glórias militares”.

## APÊNDICE JJ – Características em *O Soldado* (1881)

### CARACTERÍSTICAS MILITARES

- “(...) não serão mais acoimados de sustentáculo da tirania e sim respeitados como soldados da liberdade e defensores da pátria” (edição n° 1, p.1);
- “A classe militar não conhece obstáculos porque para o conquistador só há uma única palavra de ordem: é vencer”. (edição n° 1, p.1);
- “Nós que somos os legítimos defensores da pátria; nós, que constituímos a garantia da ordem; nós, que somos os sustentáculos da dignidade e honra nacionais, não podemos ficar indiferentes ao movimento que se opera”. (edição n° 1, p. 1)
- “A vontade soberana do povo está mantida por nós. Representamos a garantia da igualdade perante a lei e dos deveres perante o direito. Cumpramos o nosso mandato” (edição n°1, p.1)
- “As armas não são simples elementos de destruição, não, são antes os elementos de estabilidade da ordem”. (edição n° 1, p.1).
- “Nós, que somos os únicos representantes da pátria, nos campos da batalha; que atravessamos as vicissitudes da guerra, abandonando a própria família; que sofremos as contrariedades de uma disciplina rigorosa, por amor desse sangue que nos corre nas veias; nós, os militares, que antepomos a tudo os nossos deveres patrióticos, temos direito a merecer mais do que nos querem dar” (edição n° 1, p.2)
- “O exército não é um autômato, não é só um instrumento de guerra e reação; é mais do que isso: é a garantia das liberdades populares, da ordem, da segurança e tranquilidade do povo”. (edição n° 1, p. 2)
- “Os interesses imediatos de nossa classe estão ligados por laços indissolúveis aos interesses comuns da sociedade brasileira. Somos a força que fazemos respeitar o direito; somos o direito constituído na força”. (edição n° 3, p.1).
- “Devemos acudir aos reclamos da pátria, porque representamos a sua legítima soberania; e no dia em que o sufrágio universal decidir da sorte dos governos, nós seremos os árbitros: manifestaremos com o voto a opinião sincera do país”. (edição n° 3, p.1)
- “O soldado é tido como um automato, como uma simples maquina de guerra para manter opiniões impostas”. (edição n° 4, p. 2).
- “Tudo aquilo desapareceu com a paz, mas a dignidade e os brios de uma classe injustamente amesquinhada, não desapareceram: dia por dia mais se alimentam dos rigores da ingratidão, até que chegue a hora de tocar o clarim da reivindicação dos direitos”. (edição n° 5, p.1).
- “Representamos uma classe, que por culpa dos vossos governos, não tem a instrução que deveria ter; mas é justo que assim aconteça; se os soldados fossem instruídos, saberiam conhecer os seus direitos e, no momento em que estes lhe fossem usurpados, reivindicá-los-iam com as próprias armas que servem para garantir os direitos nacionais, que são também os deles”. (edição n° 5, p.1).
- “O soldado não é um servo da gleba, é um cidadão, tem deveres a cumprir e direitos a gozar”. (edição n° 6, p.1).
- “O Exército brasileiro, cheio de uma tradição gloriosa, de um valor e patriotismo que se tem tornado proverbial – este exército que há bem pouco tempo hasteou o pendão

auriverde sobre os muros de Assunção e do Humaitá – acha-se completamente aniquilado”. (edição n°20, p.3).

- “O soldado não é uma máquina inerte de guerra; mas sim uma máquina inteligente e, movida pelo impulso próprio e pelo sentimento da honra e do dever”. (edição n° 24, p.3).
- “(...) e não as de desorganizar serviços tendentes à manutenção do exército e armada que são o sustentáculo do respeito, sossego e firmeza de sua integridade”. (edição n° 24, p.4).
- “A nossa missão não se deve limitar ao simples papel de guardas da tranquilidade e ordem do Império, devemos também concorrer para o desenvolvimento progressivo, assegurando sempre a estabilidade da ordem e garantia da liberdade”. (edição n° 29, p. 1).
- “Se bem que em outros países os grandes exércitos permanentes tem sido instrumentos do despotismo, entre nós são eles a garantia da estabilidade da ordem e segurança da liberdade.” (edição n° 31, p.1).
- “O soldado já não é um títere; o soldado, hoje, está nobilitado, é um cidadão benemérito da pátria a quem consagra a sua vida e a quem ela confia a defesa de sua honra”. (edição n° 32, p.1).
- “A classe que representamos na imprensa tem os nobres sentimentos do amor pátrio, que leva o cidadão aos maiores sacrifícios e o eleva pela grandeza das ações”. (edição n° 36, p.1).

## CARACTERÍSTICAS POLÍTICAS

- “Quando a tirania ilude a opinião, legislando em prol da aristocracia do dinheiro e pergaminhos” (edição n° 1, p. 1)
- “Temos na história a página aureolada da destituição de um tirano, que vinha antepor à nossa liberdade o seu domínio execrando; como, pois, poderemos tolerar a tirania nos corroendo de perto?” (edição n° 1, p.1)
- “A aristocracia do dinheiro é muitas vezes formada a custa de prevaricações e usurpação de direitos alheios; a de pergaminhos é obtida à custa de carta de empenho, e alguns tem se curvado a passar pelas estreitas portas de um palácio, deixando no limiar das portas a dignidade, que os devia acompanhar” (edição n° 3, p.2).
- “Estas classes que se querem elevar por títulos, que não podem nobilitar o caráter nem a honra; de certo não poderão fazer a felicidade do país”. (edição n° 3, p.2).
- “O voto não é uma doação, é um direito inalienável adquirido pelo cidadão”. (edição n° 4, p.2).
- “(...) o Estado é a grande associação constituída pelo elemento nacional e nacionalizado, sem exclusão do rico ou do pobre, do sábio ou do ignorante, do plebeu ou do fidalgo”. (edição n° 4, p.2).
- “Qual foi o deputado ou senador, estes pseudo representantes da Nação, que já se lembrou de pedir o cumprimento desta lei?”. (edição n° 5, p. 1).
- “E assim é tudo nesta terra, onde mais se atende aos interesses particulares dos *compadres* do que as necessidades palpitantes do país”. (edição n° 5, p.2).
- “E depois querem falar em patriotismo, esse pobre palhaço das praças, que serve de brinquedo aos senhores do pleito governamental”. (edição n° 5, p.3).



- “Já é tempo de se curar dos interesses daqueles a quem todas as portas se fecham, e que não tem o cofre das graças imperiais, que só servem para a ostentação de uma corte e para amordaçar os que se votam ao serviço de uma boa causa”. (edição n° 6, p.1).
- “Vossa Majestade (...) terá a longanimidade de proteger-nos *desde já* contra a fúria satânica e bestialidade feroz do *paternal governo* de Vossa Majestade, que ainda esta vez pode fingir-se vilmente apreensivo *dos créditos* da sua *autoridade* para mandar sangrar-nos na praça pública”. (edição n° 7, p.1).
- “A época é toda de agitação, o país atravessa a triste fase de manter um governo impopular, que a viva força quer executar uma reforma autocrática, usurpadora e até conspiradora”. (edição n° 7, p.3).
- “Os governos do segundo reinado tem geralmente se assinalado pela incúria e pouco caso da lei. Nada lhes merece tão menosprezo como o cumprimento do que é sancionado pela imperial assinatura”. (edição n° 8, p.1).
- “O governo de Vossa Majestade, com rara exceção (...) é o balcão onde se almoeda a dignidade cívica, onde se marca e desonra o brio brasileiro” (edição n° 10, p.2).
- Governo sem glória e sem patriotismo! Governo traidor da causa publica, remisso, corrompido, covarde e audaz governo, que esmaga e dissolve a associação política de todos os Brasileiros”. (edição n° 10, p.2).
- “Fechem-se as portas das conveniências antes o cinismo de um governo antipatriótico e venal” (edição n° 11, p.1)
- “Governo de áulicos e saltimbancos políticos, governo sem honra nacional e sem prestígio, governo que não merece o apoio de homens sérios, porque se mantém pela mentira”. (edição n° 11, p.1)
- “O Brasil atravessa o mais triste período de sua vida nacional. Entregue os destinos da pátria a um governo que concorre para o abatimento moral da nacionalidade, a nossa atitude como brasileiros e patriotas deve ser a do mais enfezado revolucionário”. (edição n° 12, p.1).
- “A corrupção dos governos é o maior perigo para as sociedades mal organizadas. Governados por um sistema que se presta a todos os manejos de uma má política, somos as vítimas de repetidos abusos, resultantes do caráter pouco leal dos homens que infelizmente tem em suas mãos os nossos interesses”. (edição n° 13, p.1).
- “A verdade é que os bacharéis em direito vão usurpando todas as pastas em detrimento até de sua pessoa, a questão é de ser ministro. Ora, nós vemos médicos envolvidos com negócios de marinha... é mesmo um escárnio!”. (edição n° 19, p. 3).
- “(...) para dar lugar ao filhotismo – em quanto que o paternal governo do Sr. D. Pedro II só com as eleições, abandonando os interesses mais palpantes da pátria, isto é, a sua segurança interna e externa!”. (edição n° 20, p.3)
- “Enquanto o governo *liberal* faz a digestão dos banquetes com que felicita o seu estomago, e a nação, os súditos do Sr. D. Pedro II, no estrangeiro, são vitimados pelas próprias autoridades, que comandam os bandos assassinos”. (edição n° 21, p.1).
- “No estado a que chegou o país, simples *fazenda* de umas certas famílias, nada há de admirar nesta escolha do genro do Sr. Paranaguá para *remendo* do ministério do Sr. Dantas, que para divertir-se mais à vontade, colocou à sua frente o Sr. Saraiva, velho camarada à quem habituou-se a guiar”. (edição n° 21, p.2).

- “Quem sobe as altas posições como os nossos homens, pelos caprichos do rei, pelo servilismo, pelas transações inconfessáveis, não acorda esperanças e não tem direito, se quer, a uma expectativa simpática”. (edição n° 21, p.2).

## CARACTERÍSTICAS DO PERIÓDICO

- “Os prejuízos que tem sofrido as classes militares, nos seus mais vitais interesses, reclamam e exigem um órgão que possa profligar as arbitrariedade e injustiça de que somos vítimas”. (edição n° 1, p.1)
- “E é justamente por isso que o *Soldado* vem fazer sentinela nas fronteiras da opinião. A nossa linha de conduta está traçada; a nossa missão está sintetizada em duas palavras: batalhar e reagir!” (edição n° 1, p.1)
- “O vosso jornal, portanto, Sr. Redator, tem a cumprir uma grande missão: ele será a bandeira em torno do qual se hão de agrupar corações generosos para, com uma arma legal - o pensamento propugnarem e reivindicarem seus direitos”. (edição n° 2, p.3).
- “Como órgão das classes militares, *O Soldado* procurará demonstrar a sua opinião, e convencer aos inimigos das nossas classes – que somos mais adeptos da civilização do que aqueles que pensam que as armas só se prestam a defesa da tirania”. (edição n° 3, p. 1).
- “O nome do conhecido paladino está superior à todo o elogio, o país já o conhece por suas obras jurídicas, e nós, **que representamos a opinião militar**, o abraçamos pela sinceridade de suas convicções”. (edição n° 3, p. 1).
- “*O Soldado* foi criado para defender os nossos interesses comuns e, neste campo, procurará manter a moderação na linguagem, a verdade na exposição dos fatos e o patriotismo na manifestação dos pensamentos”. (edição n° 4, p. 1)
- “Este *Soldado* já tem feito coisas, que contadas, ninguém acredita. Pois não é que as praças já andam meias de cabeça virada, quero dizer.... Vão já conhecendo alguma coisa que não sabiam. O governo é que não há de gostar da brincadeira, mas quem não gosta come menos para não ter indigestão”. (edição n° 6, p.3).
- “*O Soldado*, porém, não se acovarda diante destes atos revoltantes, e sempre de frente há de investi-los com firmeza inabalável”. (edição n° 8, p.4).
- “Não queremos ter a pretensão de reformistas, somente desejamos cumprir o dever a que nos impusemos na imprensa, advogando o que for justo”. (edição n° 9, p. 2).
- “Não olvidaremos os nossos deveres; somos órgão do exército e armada, de todas as classes militares, e como tais, procuraremos cumprir o que nos obrigamos”. (edição n° 9, p.2).
- “Como órgão nacional e destinado aos interesses das classes militares, *O Soldado* tem o dever de propugnar pela manutenção da ordem no interior, e da paz no exterior”. (edição n° 11, p.1).
- “*O Soldado*, sem ser um órgão definitivamente político, tem o dever de se manifestar, porque a todos nós brasileiros é justo fiscalizarmos a administração pública, pois à ela se prendem todos os interesses”. (edição n° 13, p.1).
- “Depois, por isso que somos órgão de uma classe ativa, é nosso dever nos interessas pela felicidade do país, a quem o duplo dever de Brasileiros e soldados nos obriga a zelar pela sua integridade”. (edição n° 13, p. 2).

- “Sr. Redator do *Soldado!* Nós o cumprimentamos pela sincera e enérgica abnegação com que advoga os grandes interesses públicos, implicitamente compreendidos nos interesses das nobres classes militares, que são, enfim, o extremo baluarte da nossa Independência e Integridade”. (edição n° 18, p.3).
- “Assim, isentos de paixão partidária, sem os ódios mesquinhos dos gladiadores políticos que negam justiça aos adversários, nós teremos sempre bastante franqueza para enunciar o nosso juízo contra ou a favor de quem o merecer”. (edição n° 24, p.2).
- *O Soldado* só tem motivo para se mostrar credor dos militares, pelo modo porque tem sabido defender na imprensa os seus direitos; e do mesmo modo se orgulha, pela maneira simpática com que tem sido recebido pelo exército e pela armada”. (edição n° 29, p.1).
- “O amor devotado que temos a classe militar nos faz consagrar todos os nossos esforços para a manutenção de um jornal, que seja o órgão dos seus interesses”. (edição n° 36, p.1).
- “*O Soldado* tem por si a abnegação de uma classe respeitada, que não deixará sem dúvida de auxiliá-lo, pois ele será o interprete das generosas opiniões do século”. (edição n° 36, p.1).
- “Nós os sabemos apontar a opinião, especialmente aqueles que concorrem para o bem da classe de que somos órgão na imprensa”. (edição n° 36, p.2).

## CARACTERÍSTICAS DA NAÇÃO

- “A pátria é a cruz das nossas convicções. Trabalhem, pois, para salva-la das garras dos famintos tiranos”. (edição n° 1, p.1).
- “a pátria! Pobre vítima, que encobre a hipocrisia de falsos patriotas! A pátria! Misera mãe abraçada pelo filho desgraçado e desprezada pelo orgulhoso e opulento. A pátria, senhor, esta mãe comum por quem estremecemos, serve de repasto a corvos de brasões. E estes serão os primeiros a cavar a decadência do vosso trono” (edição n° 2, p.1).
- “Ah! Senhor! Dói no coração do verdadeiro patriota ver até que ponto chegou o abatimento do caráter nacional. A pátria já não é o ídolo do povo, é antes a cruz dos tolos”. (edição n° 2, p.1)
- “(...) porque o Estado representa essa grande família, essa comunhão geral, que se chama – sociedade brasileira”. (edição n° 3, p.1).
- “É portanto, uma nação de áulicos, de aristocratas, que está atualmente constituída com a lei de 9 de julho”. (edição n° 4, p. 2).
- “(...) por ai podem ver as injustiças de que são vítimas os defensores dessa infeliz pátria sinistramente governada”. (edição n° 5, p. 2).
- “(...) faltando ao cumprimento dos deveres contraídos com a opinião sensata da nação, que mais uma vez foi iludida em suas vistas”. (edição n° 13, p.1)
- “Tenhamos lágrimas.... Lagrimas por esta infeliz Pátria governada por corvos!”. (edição n° 14, p. 3).
- “A nação não pode mais suportar as atrocidades políticas da situação dominante”. (edição n° 16, p.1).
- “Nos horizontes da pátria aparecerá então uma nova autora radiante de glória que nos anunciará a entrada no porto do salvamento de uma Nau, a republica desfraldando a bandeira da liberdade; ela trará a seu bordo a regeneração para esta infeliz nação

digna de melhor sorte e só então seremos um povo livre e civilizado!”. edição n° 16, p. 4).

- “Pobre país? Querem te cavar a ruína por todos os lados”. (edição n° 20, p.3).
- “A nação, tomada de susto, de horror, oprimida, explorada, faminta, deixou-se cair olhando estupidamente para o céu”. (edição n° 22, p.1).
- “A nação continuará a viver a sua vida triste, miserável, enquanto os saltimbancos do *Circo Reforma*, arranjam melhor a ninhada”. (edição n° 24, p.2).
- “É na luta pela vida e na dedicação aos interesses comuns de uma Nação, que os verdadeiros patriotas se distinguem, elevando-se pelo próprio valor e mérito das ações”. (edição n° 31, p.1).
- “O patriotismo esta amortecido, não há sentimento do bem, não há o amor à ordem, nem se trata de garanti-la”. (edição n° 33, p.1).
- “A Pátria é quem mais tem direito de exigir o nosso sacrifício, e o cidadão que assim não pensar não pode ter os grandes sentimentos que elevam a nobreza d’alma e o mérito das ações do homem. Sejam todos unidos em pensamento em favor da pátria: ela é a cruz de nossas convicções e o estandarte da liberdade”. (edição n° 33, p.1).

**APÊNDICE KK - Quadro sinótico das características Militares em *O Soldado* (1881)**

<b>Sobre a Classe Militar</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A classe militar não conhece obstáculos porque para o conquistador só há uma única palavra de ordem: é vencer;</li> <li>• Entre nós é ela a garantia da estabilidade da ordem e segurança da liberdade;</li> <li>• A classe militar tem os nobres sentimentos do amor pátrio, que leva o cidadão aos maiores sacrifícios e o eleva pela grandeza das ações;</li> </ul>
<b>Sobre o Militar</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Os militares são como soldados da liberdade e defensores da pátria;</li> <li>• Os militares são os legítimos defensores da pátria; constituem a garantia da ordem; são o sustentáculo da dignidade e da honra nacional;</li> <li>• Os militares são os únicos representantes da pátria, nos campos da batalha;</li> </ul>
<b>Sobre o Soldado</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O soldado não é um servo da gleba, é um cidadão, tem deveres a cumprir e direitos a gozar;</li> <li>• O soldado não é uma máquina inerte de guerra; mas sim uma máquina inteligente e, movida pelo impulso próprio e pelo sentimento da honra e do dever;</li> <li>• O soldado, hoje, está nobilitado, é um cidadão benemérito da pátria a quem consagra a sua vida e a quem ela confia a defesa de sua honra;</li> </ul>
<b>Sobre a Instituição Militar</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O exército é a garantia das liberdades populares, da ordem, da segurança e tranquilidade do povo;</li> <li>• O Exército brasileiro é cheio de uma tradição gloriosa, de um valor e patriotismo que se tem tornado proverbial e acha-se completamente aniquilado;</li> <li>• A instituição militar é o sustentáculo do respeito, sossego e firmeza da integridade nacional;</li> </ul>

**APÊNDICE LL - Quadro sinótico das características políticas em *O Soldado* (1881)**

<p><b>Sobre a Política</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A política serve para atender mais aos interesses particulares dos <i>compadres</i> do que as necessidades palpitantes do país;</li> <li>• O patriotismo serve de brinquedo aos senhores do pleito governamental;</li> <li>• A política é um escárnio;</li> <li>• A política atual é comandada por poucas famílias, como se fosse objeto privado;</li> </ul>
<p><b>Sobre o governo</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O governo é impopular e quer forçar uma reforma autocrática, usurpadora e até conspiradora;</li> <li>• Os governos do segundo reinado tem geralmente se assinalado pela incúria e pouco caso da lei. Nada lhes merece tão menosprezo como o cumprimento do que é sancionado pela imperial assinatura;</li> <li>• O governo de Vossa Majestade, com rara exceção (...) é o balcão onde se almoeda a dignidade cívica, onde se marca e desonra o brio brasileiro;</li> <li>• Governo sem glória e sem patriotismo!</li> <li>• O Governo é traidor da causa publica, remisso, corrompido, covarde e audaz, que esmaga e dissolve a associação política de todos os Brasileiros;</li> <li>• É um governo antipatriótico e venal;</li> <li>• É um governo sem honra nacional e sem prestígio, governo que não merece o apoio de homens sérios, porque se mantém pela mentira;</li> <li>• A corrupção dos governos é o maior perigo para as sociedades mal organizadas;</li> </ul>
<p><b>Sobre os políticos</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estas classes que se querem elevar por títulos, que não podem nobilitar o caráter nem a honra; de certo não poderão fazer a felicidade do país;</li> <li>• Qual foi o deputado ou senador, estes pseudo representantes da Nação, que já se lembrou de pedir o cumprimento desta lei?</li> <li>• Os políticos são áulicos e saltimbancos;</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"><li>• Os cidadãos são vítimas de repetidos abusos, resultantes do caráter pouco leal dos homens que infelizmente tem em suas mãos os nossos interesses;</li><li>• Os políticos sobem as altas posições pelos caprichos do rei, pelo servilismo, pelas transações inconfessáveis;</li></ul>
--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

**APÊNDICE MM - Quadro comparativo das características militares/  
políticas em *O Soldado* (1881)**

CARACTERÍSTICAS MILITARES	CARACTERÍSTICAS POLÍTICAS
A classe militar tem os nobres sentimentos do amor pátrio, que leva o cidadão aos maiores sacrifícios e o eleva pela grandeza das ações;	O patriotismo serve de brinquedo aos senhores do pleito governamental;
A instituição militar é o sustentáculo do respeito, sossego e firmeza da integridade nacional;	A corrupção dos governos é o maior perigo para as sociedades mal organizadas;
O Exército brasileiro é cheio de uma tradição gloriosa, de um valor e patriotismo que se tem tornado proverbial;	O Governo é traidor da causa publica, remisso, corrompido, covarde e audaz, que esmaga e dissolve a associação política de todos os Brasileiros;
O soldado não é uma máquina inerte de guerra; mas sim uma máquina inteligente e, movida pelo impulso próprio e pelo sentimento da honra e do dever;	A política serve para atender mais aos interesses particulares dos <i>compadres</i> do que as necessidades palpitantes do país;
O soldado é um cidadão benemérito da pátria a quem consagra a sua vida e a quem ela confia a defesa de sua honra;	Estas classes que se querem elevar por títulos, que não podem nobilitar o caráter nem a honra; de certo não poderão fazer a felicidade do país;
Os militares são os legítimos defensores da pátria; constituem a garantia da ordem; são o sustentáculo da dignidade e da honra nacional;	A política é um escárnio.



**APÊNDICE NN – Ocorrência da palavra *pátria* em *O Soldado* (1881)**

<b>Ocorrência</b>	<b>Acompanhamento principal</b>	<b>Trecho</b>
1). Edição n° 1, página 1.	Defensores.	“Nós, que somos os legítimos defensores da pátria; nós, que constituímos a garantia da ordem; nós, que somos os sustentáculos da dignidade e honra (...)”.
2). Edição n° 1, página 1.	Salva-la.	“A pátria é a cruz das nossas convicções. Trabalhem, pois, para salvá-la das garras dos famintos tiranos”.
3). Edição n° 1, página 2.	Representantes.	“Nós, que somos os únicos representantes da pátria, nos campos da batalha; que atravessamos as vicissitudes da guerra (...)”.
4). Edição n° 1, página 2.	Amor.	“Se a pátria um dia precisar dos filhos destes, que conselhos terão eles? Deixai os cânticos mitológicos do amor da pátria(...)”.
5). Edição n° 1, página 3.	Brios.	“(…) do mesmo modo que o temos sido sempre que os brios da pátria têm exigido o imposto de sangue nos campos peleja”.
6). Edição n° 1, página 4.	Servidores.	“Temos todas as probabilidades da vitória: somos servidores da pátria, nunca se disse que um soldado passou letras falsas (...)”.
7). Edição n° 2, página 1.	Ameaça.	“E a pátria? A pátria não é vista, está por detrás do trono; só aparece, quando algum terremoto ameaça de destruir o trono onde ela se esconde. Ela é a Santa Barbara invocada na ocasião da guerra”.
8). Edição n° 2, página 1.	Amor.	“(…) cartas de empenho! Compedeei-vos, senhor, dos que sofrem por amora pátria, que os condenou a viver de armas ao ombro prontos para defende-la!”.
9). Edição n° 3, página 1.	Propriedade/ Pertence.	“A Pátria não é a propriedade deste nem daquele; ela pertence a todos, não só aqueles que tiveram nela o berço, como aos que vêm conviver conosco”.
10). Edição n° 3, página 1.	Soberania.	“Devemos acudir aos reclamos da pátria, porque representamos a sua legítima soberania; e no dia em que o sufrágio universal (...)”.
11). Edição n° 3, página 2.	Amor.	“(…) conversou o amor à pátria, e por ela morreu. E o seu procedimento talvez fosse conveniente(...)”.

12). Edição n° 3, página 3.	Defensor.	“(…) um Soldado, defensor da pátria, não levanta armas contra defuntos. Nada, que isto não são <i>menezarias</i> indigestas”.
13). Edição n° 3, página 4.	Amor.	“(…) que o militar é cidadão, e a primeira, a maior de todas as disciplinas, é a que se inspira no amor da Pátria”.
14). Edição n° 4, página 2.	Defensor.	“(…) abnegação! Deixou a cadeira de professor, onde desempenhou com ilustração o magistério público, e tomou a legenda de defensor da pátria”.
15). Edição n° 4, página 3.	Amor.	“Sim, filhos, para que serve uma nação, que não possui o verdadeiro amor da pátria? Deus. Família e Pátria, eis o trilho do verdadeiro homem de ideias elevadas”.
16). Edição n° 4, página 4.	Mãe.	“Agora não há mais <i>fum fum nem foles de ferreiro</i> , se somos para defender a mãe pátria também devemos ser para ter os seus (...)”.
17). Edição n° 5, página 1.	Defensores.	“Nenhum. Nada se tem feito, e os defensores da Pátria bem cedo foram esquecidos”.
18). Edição n° 5, página 1.	Poder.	“A Pátria é representada por um poder constituído em homens, o que será a ingratição da Pátria...?”.
19). Edição n° 6, página 2.	Defendem.	“Quem nunca viu um campo de batalha, poderá hoje ver a que perigo se atiram os que defendem a Pátria (...)”.
20). Edição n° 6, página 4.	Mãe.	“(…) ainda se ressentem muito dos erros e absurdos da velha mãe pátria. Dela herdamos muita coisa boa (...)”.
21). Edição n° 7, página 2.	Ferida.	“(…) guerreiros, a voz soluçante da Pátria ferida, uma como visão de luz, um como espasmo de glória!”.
22). Edição n° 8, página 2.	Honra.	“O filho inutilizado no combate pela honra da Pátria, certamente, merecerá da caridade (...)”.
23). Edição n° 8, página 4.	Honra.	“(…)Brasil, é crime ser-se pobre; é crime se servir a Pátria com honra”.
24). Edição n° 10, página 3.	Defensor.	“S. Ex. não devia negar a outro, quanto mais a um defensor da Pátria, que se inutilizou na campanha”.

25). Edição n° 11, página 2.	Honra.	“(…) tão forte era o entranhável desejo de vir às mãos com o Paraguai, e vingar a honra da nossa Pátria (...)”.
26). Edição n° 12, página 1.	Mãe.	“(…) mãe, a quem ainda alguns tolos, como nós, chamam – mãe Pátria”.
27). Edição n° 12, página 2.	Defensor.	“Considerou os deveres do cidadão sob o melhor ponto de vista. Estatuo o dever de cada cidadão ser um defensor da Pátria”.
28). Edição n° 14, página 1.	Honra.	“(…)reliquias do exército de bravos, que com tanto brilho, e denodo tinham vingado a honra de nossa Pátria”.
29). Edição n° 17, página 4.	Honra.	“(…) política, pois, como ministro, só podia servir a sua Pátria com honra, e a honra é a justiça(...)”.
30). Edição n° 18, página 1.	Honra.	“(…) esses mártires da gloria, que se imortalizaram, vingando e defendendo a honra da Pátria”.
31). Edição n° 18, página 3.	Mãe.	“(…) um dos filhos queridos da mãe pátria é lisonjear seu coração materno (...)”.
32). Edição n° 22, página 1.	Dignidade.	“Lá a nossa honra, a honra do Brasil, a dignidade de nossa pátria, pouco importa ao governo liberal.”.
33). Edição n° 26, página 2.	Honra.	“(…)honram a sua pátria por sua ilustração e honestidade. Foi um dos poucos portugueses”.
34). Edição n° 28, página 1.	Honra.	“(…) sério, que convém concluir-se com a honra para si e felicidade para a pátria.”.

**APÊNDICE OO – Ocorrência da palavra *nação* em *O Soldado* (1881)**

<b>Ocorrência</b>	<b>Acompanhamento principal</b>	<b>Trecho</b>
1). Edição n° 1, página 1.	Integridade.	“(…) sobre nossos cadáveres pisarem os inimigos; nada nos devem, porque cumprimos o nosso dever de defensores da integridade da Nação”.
2). Edição n° 1, página 2.	Militar.	“Assim como na guerra representamos a Nação, com o risco de nossa vida, é justo que na paz a representemos também, com a força do nosso amor pátrio e com a dignidade, que é atributo de todo homem”.
3). Edição n° 2, página 1.	Representa.	“É a vossa coroa também pesa, porque ela representa a Nação, cuja felicidade está depositada na consciência da cabeça que a sustém”.
4). Edição n° 2, página 2.	Pacífica.	“Por mais pacífica que seja uma nação, nunca poderá dispensar um exército para se fazer respeitar”.
5). Edição n° 2, página 2.	Farda.	“ <i>Naval</i> – Homem, vocês querem saber de uma coisa, nesta terra não se pode vestir farda para servir a nação”.
6). Edição n° 4, página 3.	Amor.	“Sim, filhos, para que serve uma nação, que não possui o verdadeiro amor da pátria? Deus, Família e Pátria, eis o trilho do verdadeiro homem de ideias elevadas”.
7). Edição n° 5, página 1.	Representantes.	“Qual foi o deputado ou senador, estes pseudos representantes da Nação, que já se lembrou de pedir o cumprimento desta lei?”.
8). Edição n° 7, página 1.	Honra.	“Vossa Majestade o assinara, convocando as armas para defender a honra da Nação, não os <i>pergaminhos e nobres lacaios</i> de libré amarela que cercam (...)”.
9). Edição n° 12, página 1.	Representar.	“Nada representamos como Nação perante o mundo: somos uma porção de escravos, ao serviço de um senhor prodigo de graças”.

10). Edição n° 13, página 2.	Brios.	“É sem dúvida deprimir os brios e altivez de uma nação, aureolado pelos louros dos combates, jungir seus súditos ao carro da mais vil e ignominiosa opressão”.
11). Edição n° 15, página 1.	Brasil.	“ <i>Finanças da regeneração</i> , que serviu de carta ao ministro mais petulante e prejudicial, que tem visto o Brasil desde que se constituiu Nação”.
12). Edição n° 16, página 3.	Imperador.	“É verdade, que os empregos públicos não são propriedade individual de Vossa Majestade, nem dos seus ministros, e sim da Nação, e para aqueles, que tiverem talento, serviços e virtude!”.
13). Edição n° 18, página 3.	Povo.	“O herói que hoje beneficiamos simboliza uma nação; os esforços que empreendemos em seu favor vão recair no regaço da mãe pátria; olhai para ele; é um povo; vede esse povo; é uma nação: reparei nessa nação: é o Brasil! Cidadãos ajudemos nosso irmão, que em sua pessoa ajudamos nossa pátria”.
14). Edição n° 23, página 1.	Imperador.	“Vossa Majestade é o primeiro representante da nação; deve respeitar e cumprir liberalmente as pátrias leis, conformando-se (...)”.
15). Edição n° 27, página 1.	Honra.	“(…) teatro das operações para vingar a honra da nação ultrajada, é certamente digna da admiração e respeito de todos os patriotas e da maior atenção(...)”.
16). Edição n° 27, página 1.	Defender.	“O militar ao jurar bandeira, sabe que tem por dever defender a nação em todos os lances, cumpre-lhes achar-se onde perigar(...)”.

**APÊNDICE PP – Ocorrência da palavra *honra* em *O Soldado* (1881)**

<b>Ocorrência</b>	<b>Acompanhamento principal</b>	<b>Trecho</b>
1). Edição n° 1, página 1.	Nacionais.	“Nós, que somos os legítimos defensores da pátria; nós, que constituímos a garantia da ordem; nós, que somos os sustentáculos da dignidade e honra nacionais(...)”.
2). Edição n° 1, página 2.	Voluntários da Pátria.	“São voluntários da pátria, são aqueles que tiverem a honra de vos ver alistado em seus batalhões, na rendição de Uruguaiana”.
3). Edição n° 3, página 1.	Pátria.	“E é por isso que sofrem os vossos soldados e os voluntários que defenderam a pátria no campo da honra”.
4). Edição n° 7, página 1.	Nação.	“Vossa Majestade o assinara, convocando às armas para defender a honra da Nação, não os pergaminhos e nobres lacaios”.
5). Edição n° 7, página 2.	Pátria.	“(…)à loucura; parecia que o nome do meu Soberano, como símbolo da honra da Pátria, nos comunicava novos brios; e a vitória foi nossa!”
6). Edição n° 7, página 3.	Farda.	“(…) baixa de praça, e tiro de uma vez esta farda, que não honra ninguém; passarei a ser estrangeiro no país estrangeirado”.
7). Edição n° 7, página 4.	País.	“(…) mais exequível, a conscrição, por meio da qual todo o cidadão se presta a defender a honra e a integridade do país, concorrendo igualmente”.
8). Edição n° 8, página 2.	Pátria.	“O filho inutilizado no combate pela honra da Pátria, certamente, merecerá da caridade publica a mão piedosa (...)”.
9). Edição n° 10, página 3.	Nacional.	“(…) mostrar, que no coração do Sr. Barão Homem de Mello não existe o menor sentimento de patriotismo e honra nacional”.
10). Edição n° 11, página 1.	Nacional.	“Governo de áulicos e saltimbancos políticos, governo sem honra nacional e sem prestígio, governo, que não merece apoio(...)”.

11). Edição n°N. 11, página 1.	Pátria.	“(...) tão forte era o entranhável desejo de vir às mãos com o Paraguai, e vingar a honra da nossa Pátria (...)”
12). Edição n° 14, página 1.	Pátria.	“(...)renumerações prometidas as gloriosas relíquias do exército de bravos, que com tanto brilho, e denodo tinham vingado a honra de nossa Pátria”.
13). Edição n°15, página 1.	Nacional.	“(...) ao seu desapego às questões de honra e dignidade nacional, devemos as complicações que estão aparecendo (...)”
14). Edição n° 16, página 2.	Patriótica.	“(...) pedem a Deus que lhes tire a vida; já que a honra patriótica de Vossa Majestade lhes tirou a Pátria, os braços, os olhos, as forças e toda e qualquer esperança (...)”
15). Edição n° 18, página 1.	Pátria.	“(...) pão, que assoberbaram e sofreram esses mártires da glória, que se immortalizaram, vingando e defendendo a honra da Pátria”.
16). Edição n° 23, página 1.	Brasil.	“Lá a nossa honra, a honra do Brasil, a dignidade de nossa pátria, pouco importa ao governo liberal.”
18). Edição n° 24, página 4.	Exército.	“(...) o de honra, que nos coube o centro, assim devíamos também em tempo de paz, termos um lugar que nos fosse lícito viver com dignidade (...)”
19). Edição n° 27, página 1.	Pátria.	“(...) sinalados e relevantes serviços de guerra, derramando seu sangue pela honra e integridade da pátria”.
20). Edição n° 28, página 2.	Classe Militar.	“É sustentável semelhante doutrina em face das leis e regulamentos que devem ser obedecidos pela classe militar, que tem por timbre a honra, sem dele se origine a sua degradação?”.
21). Edição n° 35, página 2.	Pátria.	“(...)simplesmente cidadãos que sabemos defender, sem interesse, com brio, denodo e valor, a honra e dignidade da Pátria ultrajada”.

**APÊNDICE QQ – Ocorrência da palavra *brio/brioso* em *O Soldado* (1881)**

Ocorrência	Acompanhamento principal	Trecho
1). Edição n° 9, página 4.	Militar.	“Existe albergado num quarto do quartel pequeno no campo de Sant’Anna, um distinto oficial, um militar brioso, cego, e carregado de numerosa família”.
2). Edição n° 21, página 1.	Oficial.	“O desgosto desse brioso oficial é patente, e tanta desconsideração a seus serviços, senão é uma ingratidão é causa da justiça (...)”.
3). Edição n° 26, página 4.	Oficial.	“(…) de tratar de fatos, que podem comprometer à reputação de um chefe brioso como é o coronel Frota”.
4). Edição n° 35, página 2.	Militar.	“S. Ex. na sua classe sempre um brioso militar, devidamente considerado por superiores e subalternos”.
5). Edição n° 10, página 2.	Brasileiros.	“(…) no dia em que foram chamados o patriotismo e o brio dos brasileiros para defender e desafrontar a honra nacional”.
6). Edição n° 10, página 2.	Brasileiro.	“(…) longe em longe, é o balcão onde se almoeda a dignidade cívica, onde se merca e desonra o brio brasileiro”.
7). Edição n° 35, página 4.	Oficial.	“Gritem antes por aí que o oficial honorário não é militar, por que isso nos agrada mais, por que nos gera a convicção de que somos simplesmente cidadãos que sabemos defender, sem interesse, com brio, denodo e valor, a honra e dignidade da Pátria ultrajada”.



## APÊNDICE RR – características na *Tribuna Militar* (1881/1882).

### CARACTERÍSTICAS MILITARES

- “A Classe militar, que não tem tido preponderância no país, não obstante contribuir com o mais penoso tributo, o de sangue, desceu à mais mesquinha posição durante o nefasto governo do Sr. Visconde de Pelotas”. (edição n° 8, p.2).
- “E por esta forma se tem anarquizado a classe militar, coagida pelas perseguições, pelas injustiças dos chefes criados por S. Ex. à tomar parte ativa em uma política que é forçada a trilhar, medindo passo a passo os exemplos funestos que de cima partem”. (edição n° 8, p. 2).
- “É sustentável semelhante doutrina em face das leis e regulamentos que devem ser obedecidos pela classe militar, que tem por timbre a honra, sem que dele se origine a sua degradação?”. (edição n° 5, p.2).
- “Ministro algum desferiu mais profundos golpes na consideração e prestígio da classe militar do que o Sr. Visconde de Pelotas”. (edição n° 5, p. 3).
- “O mais sagrado dos direitos da classe militar é o de recompensa legítima a seus reais sacrifícios”. (edição n° 7, p. 2).
- “(...) as vítimas primeiras fomos nós – os militares – e temos receios de continuar a ser o circo do expiatório da desídia e do erro dos nossos governos”. (edição n° 24, p.1).
- “Quem mais do que o soldado merece a veneração, o respeito e até o sacrifício? Ninguém”. (edição n° 25, p. 1).
- “A classe militar, que é o vulcão das nações europeias, no Brasil traduz-se pelo bom senso, e sua aplicação ao que é útil”. (edição n° 26, p. 2).
- “A classe militar não tem partido. Nós representamos modestamente o elemento dela, e por isso repetimos: qualquer que seja o governo, desde que em seus atos presidir o critério, desde que o bem da nação seja sua norma de proceder, a *Tribuna Militar* estará ao lado desse governo”. (edição n° 40, p. 1).
- “O exército, ora acordado da penosa letargia a que fora condenado pela indiferença de uns e má vontade de outros, ocupa o seu lugar de honra na ordem social, por quanto homens bem intencionados, em quem o amor da pátria não tem sido apenas uma convenção política, um meio de vida como qualquer outro, empregam e tem empregado todos os seus esforços e toda a sua influência para esse fim”. (edição n° 8, p. 1, de 1882).
- “(...) da ilustrada e mui distinta classe militar, dessa plêiade de nobres servidores da Nação”. (edição n° 16 de 1882, p. 1).
- “É pois urgente readquirir (...) o lugar honroso que nos compete (...) tanto mais quando sempre e muito contou com os nossos serviços, e com o nosso valimento, que tem sido a sua maior garantida de estabilidade para todas as suas instituições” (edição n° 16 de 1882, p. 1)

### CARACTERÍSTICAS POLÍTICAS

- “(...) os proprietários territoriais (...) e os negociantes formam a massa *da gente que tem o que perder*; eles constituem a nação brasileira, *essencialmente agrícola*, e deles é que saem os eleitores e os vereadores, os *Fagundes* e os pais da pátria, os comendadores e os barões. O mais tudo é fosforo, é gente que não tem o que perder. São, como já dissemos, nove milhões de analfabetos”. (edição n° 3, p.1).
- “A *Tribuna Militar* nunca cogitou de achar uma ocasião em que pudesse louvar governo algum no Brasil, pelo desânimo com que viu sempre fugir a moralidade do lado em

que todos os governos se achavam. A indiferença pelo que é útil tem sido norma dos governos que nos tem regido (...). (edição n° 4, p.1).

- “Temos fé, que os interesses particulares – formidável barreira diante da qual o patriotismo se detém muitas vezes – acharão no caráter do ministro um baluarte seguro que os destrua”. (edição n° 7, p.1).
- “Isso pode ser patriotismo para os maus filhos do país, para aqueles que pelos interesses de uma política desregrada não duvidam sacrificar a honra da pátria”. (edição n° 17, p. 2).
- “(...) mesmo muito o mais pútrido da política, que faria a um pobre ente vomitar toda a vereança?”.
- “Não há dúvida alguma que a política vai virar o Brasil de cambalhota (...)” (edição n° 28, p. 3).
- “Não saindo da política encontramos de passagem muitas que empregam entre si os partidos – *esbanjadores dos dinheiros públicos – proteção escandalosa* (...)”. (edição n° 34, p. 4).
- “O temperamento, a índole, a tendência natural do bom homem brasileiro arrastaram-no sempre para longe dessa comédia política e parlamentar, onde com grave prejuízo para a causa pública, com grande escândalo para a moral política e séria perturbação a governança do Estado, ficaram dando as cartas os parlapatões, os parladores, os patoteiros”. (edição n° 42, p. 2).

## CARACTERÍSTICAS DO PERIÓDICO

- “A nós cumpre-nos lembrar somente estas e outras anomalias que chegarem à nossa apreciação; e prometemos sempre pressa em dar-lhe toda a publicidade. É este o nosso programa”. (edição n° 2, p.1).
- “A *Tribuna Militar* não tem partido, e assim como louva o bem, censura o que por ventura desagrade ao espírito público. Não é governista, mas também não é oposicionista”. (edição n° 4, p.1).
- “A redação da *Tribuna Militar* curva-se respeitosa ante o cadáver do venerado ancião que baixou ao tumulto legando à classe de que ela é órgão, um nome imaculado e honroso, de um soldado valente e aguerrido”. (edição n° 9, p.1).
- “Ficará por esse modo a classe militar com um órgão de publicidade próprio, que a represente condignamente no país e fora dele, e com uma fonte inesgotável de onde partam as inspirações de tantas cabeças pensantes da mesma classe, que por falta de recurso desta ordem não acham saída senão na imprensa alheia, que muitas vezes não as compreende. Além de tudo isso, a classe militar do Brasil não tinha um órgão seu”. (edição n° 12, p.1).
- “A Classe militar, da qual nos consideramos um fraco órgão, tem justos motivos para confiar na atual administração do Estado”. (edição n° 13, p.1)
- “A classe militar, sendo excepcional, pela natureza de sua honrosa missão, tendo deveres e direitos peculiares, possuindo um foro especial, por isso que muitas circunstancias que são atenuantes no civil, são agravantes no militar não pode, por isso, dispensar um órgão de publicidade exclusivamente dedicado aos seus interesses”. (edição n° 19, p. 1).
- “Fiel ao nosso programa, e na esfera de nossas atividades, pugnamos sempre pelos que nas agonias da pátria compreenderam a elevada missão do cidadão soldado”. (edição n° 25, p. 2).

- “A imprensa militar no Brasil tem tido e continuará a ter um fim muito nobre: elevar o exército e facilitar a boa administração com os esclarecimentos e luzes que trazem as discussões sensatas”. (edição n° 25, p. 1).

### **CARACTERÍSTICAS DA NAÇÃO**

- “Para a pátria, essa pobre mãe desventurada (...)”. (edição n° 3, p.1).
- (...) e tome a energia dos filhos que defendem até a morte, a esse ente querido que se chama – a pátria.” (edição n° 4, p.1).
- “O país passa por uma transformação benéfica, que muito o honra. O indiferentismo parece que foge acutilado pela instrução e educação do povo; se o exemplo parte do alto, do governo, que é a cabeça da nação, não surpreende que o resto do corpo seja dominado pelo seu influxo”. (edição n° 19, p.1).
- “Somos o país mais atrasado na instrução, na indústria e em tudo quanto determina a riqueza de outras nações. Tudo importamos, nada sabemos exportar”. (edição n° 24, p.1).

**APÊNDICE SS – Quadro sinótico das características Militares na  
*Tribuna Militar (1881-1882).***

<b>Sobre a Classe Militar</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A classe militar contribui com o mais penoso tributo de sangue.</li> <li>• A classe militar tem sido anarquizada e coagida por perseguições;</li> <li>• A classe militar tem por timbre a honra;</li> <li>• O mais sagrado dos direitos da classe militar é o de recompensa legitima a seus reais sacrifícios.</li> <li>• A classe militar é o vulcão das nações europeias.</li> <li>• A classe militar não tem partido;</li> <li>• A classe militar é ilustrada e muito.</li> <li>• A classe militar é a maior garantia de estabilidade para todas as suas instituições</li> </ul>
<b>Sobre o Militar</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Os militares são servidores da nação.</li> </ul>
<b>Sobre o Soldado</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O soldado merece a veneração, o respeito e até o sacrifício;</li> </ul>
<b>Sobre a Instituição Militar</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O exército ocupa o seu lugar de honra na ordem social;</li> <li>• O amor pela pátria é ara o exército uma convenção política.</li> </ul>

**APÊNDICE TT – Quadro sinótico das características Políticas na  
*Tribuna Militar* (1881-1882).**

<b>Sobre a Política</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Os interesses particulares fazem barreira ao patriotismo e acabam suplantando as boas ações.</li><li>• A política desregrada sacrifica a honra da pátria em prol dos interesses particulares.</li><li>• A política é pútrida.</li><li>• A política vai virar o Brasil de cambalhota</li><li>• A comédia política e parlamentar, onde com grave prejuízo para a causa pública, com grande escândalo para a moral política.</li></ul>
<b>Sobre o governo</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Governo algum pode ser louvado no Brasil pelos seus atos.</li><li>• A moralidade não faz parte de nenhum governo.</li><li>• A indiferença é regra em todos os governos até agora ocorridos.</li></ul>
<b>Sobre os políticos</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Os partidos políticos são esbanjadores dos dinheiros públicos.</li></ul>

**APÊNDICE UU – Quadro comparativo das características  
Militares/Políticas na *Tribuna Militar* (1881-1882).**

<b>CARACTERÍSTICAS MILITARES</b>	<b>CARACTERÍSTICAS POLÍTICAS</b>
A classe militar tem sido anarquizada e coagida por perseguições;	Os interesses particulares fazem barreira ao patriotismo e acabam suplantando as boas ações.
A classe militar é a maior garantia de estabilidade para todas as suas instituições	A política vai virar o Brasil de cambalhota
O amor pela pátria é para o exército uma convenção política.	A política desregrada sacrifica a honra da pátria em prol dos interesses particulares.
A classe militar tem por timbre a honra;	A moralidade não faz parte de nenhum governo.
A classe militar é ilustrada e muito distinta.	A política é pútrida.
A classe militar contribui com o mais penoso tributo de sangue.	A comédia política e parlamentar, onde com grave prejuízo para a causa pública, com grande escândalo para a moral política.
O mais sagrado dos direitos da classe militar é o de recompensa legítima a seus reais sacrifícios	A indiferença é regra em todos os governos até agora ocorridos.
A classe militar não tem partido;	Os partidos políticos são esbanjadores dos dinheiros públicos
A classe militar é o vulcão das nações europeias.	Governo algum pode ser louvado no Brasil pelos seus atos.

**APÊNDICE VV – Ocorrência da palavra *pátria* na *Tribuna Militar* (1881/1882).**

Ocorrência	Acompanhamento principal	Trecho
1). Edição n° 3, página 2	Pobre mãe	“Para a pátria essa pobre mãe desventurada porque com as irradiações brilhantíssimas de seu (...)”
2). Edição n° 3, página 3.	Perigo.	“Se porem a guerra for nacional e perigar a pátria o seu efetivo será aumentado (...)”
3). Edição n° 4, página 1.	Abandono.	“Mendigam o pão, porque não o podem manipular; dormem ao relento, porque não tem albergue onde possam eximir-se às intempéries e – coitados! – ninguém lhes aceita os serviços, porque nossa sociedade encara-os como a homens inúteis que a própria pátria abandonou”.
4). Edição n° 5, página 2.	Perigo.	“Foi esse o grande crime a que o batalhão deve a condenação à uma marcha, determinada com a presteza que se exigiria para um movimento, cujo fim fosse acudir à pátria em momentoso perigo”.
5). Edição n° 6, página 1.	Cabeça da pátria.	“Bittencourt da Silva foi o sol que bateu as brumas que velavam a cabeça da pátria dos sabrios”
6). Edição n° 8, página 1.	Honrado.	“Probo, honrado e amante de sua pátria como é S. Ex. só lhe pedimos uma coisa, porque está no caráter (...)”
7). Edição n° 8, página 1.	Moços.	“(...) uma falange de moços patriotas, trabalhando com desinteresse e com anelo pela regeneração da pátria brasileira”.
8). Edição n° 8, página 2.	Amor.	“Sabes que não tenho partido... amo sobretudo a minha pátria e aos grandes vultos que a engrandecem ou a engrandeceram e sou adepto daqueles que por ela se sacrificaram e se sacrificam”.
9). Edição n° 19, página 2.	Brasileiros.	“Para nós brasileiros a pátria fez-se com a independência, e o peso das tradições impõem-nos a data de 7 de setembro, como ligada a formulação desse grande fato”.

10). Edição n° 19, página 2.	Servidor.	“O major José Alexandre Nunes de Mello era um benemérito, um patriota, um servidor da pátria, um cidadão honrado e desvelado republico!”.
11). Edição n° 22, página 3.	Amor.	“Quem apreciou os nossos homens de guerra na famosa campanha do Paraguai (...) reconhecerá que ao militar brasileiro sobravam-lhe muita bravura, muita constância no perigo, muito amor à pátria, mas faltava-lhe também muita instrução militar (...)”
12). Edição n° 27, página 3.	Soldado brasileiro.	“Pode haver país no mundo que se ufane de ter bons soldados, valentes e resignados; porém, não de permitir aos que nenhuma excede em dedicação e amor à pátria ao soldado brasileiro”.
13). Edição n° 32, página 2.	Progresso.	“Deseja todos os progressos da pátria, porém, como função do tempo e do espaço, fatores indispensáveis às curvas da evolução social”.
14). Edição n° 32, página 3.	Filhos.	“Quando a pátria um dia precisou do concurso de seus filhos, achou-me no campo empunhando uma arma em sua defesa”.
15). Edição n° 33, página 3.	Defensor.	“Essa viúva de um bravo defensor da pátria esmola à caridade pública e jaz num estrado de madeira doente e acabrunhada pela extrema pobreza!”
16). Edição n° 34, página 1.	Amante da pátria.	“O brasileiro amante da pátria o eleitor que não se deixa cegar pela paixão partidária, ao lançar a vista calma e refletida (...)”
17). Edição n° 34, página 1.	Amor desinteressado.	“Procuremos homens aptos a estudos sérios, a dedicações patrióticas, não pelo pergaminho oficial, mas pelo trabalho aturado e amor desinteressado à pátria”.
18). Edição n° 35, página 2.	Defensores.	“A <i>Tribuna Militar</i> porta voz dos defensores da pátria que lidam nos campos de batalha, naturalmente esposa a causa do povo, que também é a sua, em outro qualquer campo”.
19). Edição n° 39, p. 4	Combatendo.	“Foi sempre combatendo pela pátria que o major Graça ilustrou o seu nome na guerra e conquistou seus nobres galões (...)”



20). Edição n° 39, p. 4	Direitos.	“(...) para rechaçar os inimigos e para salvaguardar os sagrados direitos da pátria (...)”.
21). Edição n°44, p. 1	Honra.	“E tão sagrada como a honra da família e tão pura como a dela, nós os brasileiros devemos conservar a honra da pátria”.
22). Edição n° 44, p. 1	Defesa.	“Convençam-se também os futuros chefes e generais do nosso exército que podem entregar sem resistência as praças, cuja defesa lhes confiar a pátria, que por isso serão galardoados (...)”
23). Edição n° 03, p. 3, de 1882.	Amor.	“O exército, ora acordado da penosa letargia a que fora condenado pela indiferença de uns e má vontade de outros, ocupa o seu lugar de honra na ordem social, por quanto homens bem intencionados, em quem o amor da pátria não tem sido apenas uma convenção política, um meio de vida como qualquer outro, empregam e tem empregado todos os seus esforços e toda a sua influência para esse fim”.

**APÊNDICE WW – Ocorrência da palavra *nação* na *Tribuna Militar* (1881/1882).**

Ocorrência	Acompanhamento principal	Trecho
1). Edição n° 1, página 3.	Inerente.	“(…) por isso que, dependem do gênio inerente a cada nação, assim como das artes, das ciências, e da civilização à cujos progressos (…)”.
2). Edição n° 2, página 2.	Agrícola.	“Eles e os negociantes formam a massa <i>da gente que tem que perder</i> ; eles constituem a nação brasileira, <i>essencialmente agrícola</i> (…)”.
3). Edição n° 4, página 3.	Caráter.	““(…) quais os aperfeiçoamentos devidos ao gênio de um grande soberano, de um grande general ou do caráter particular de uma nação”.
4). Edição n° 6, página 3.	Sorte.	“A batalha é um grande drama em que engaja-se a sorte de uma nação e que termina pela vitória ou pela derrota”.
5). Edição n° 10, página 1.	Cofres.	“A ideia do preclaro e invicto ministro era retirar das folhas uma expressão desnecessária, por isso que nenhum argumento trazia aos cofres da nação”.
6). Edição n° 19, página 1.	Governo.	“O indiferentismo, parece que foge acutilado pela instrução e educação do povo; e se o exemplo parte do alto, do governo, que é a cabeça da nação, não surpreende que o resto do corpo seja dominado pelo seu influxo”.
7). Edição n° 19, página 1.	Felicidade.	“(…) e temos os mais sinceros desejos de que sua permanência no poder vá até ver completa a transfiguração de nossos costumes, que são –a felicidade geral da nação”.
8). Edição n° 20, página 3.	Destinos.	“Ah! Se outro fosse o homem que dirigisse os destinos da nação e as operações dos exércitos paraguaios, - encetando-se a campanha nas condições em que se achavam os beligerantes em fins de 1864 e primeiros meses de 1865, - talvz que tivéssemos ficado corrigidos, para sempre, de sermos tão descuidados e imprevidentes em assuntos militares (…)”.
9). Edição n° 21, página 1.	Brasileira.	“Se eles aborrecem a nossa forma de governo, pelo fato de acharem a sua mais perfeita, não se segue daí que não respeitem e muito ao representante da nação brasileira”.

10). Edição n° 22, página 3.	Maioria.	“A ideia da criação da <i>academia</i> , e do <i>instituto militar</i> , é na opinião do autor e na da maioria da nação uma necessidade palpável, e como tal urgente”.
11). Edição n° 27, página 4.	Chefe.	“É justo quererem como sabichões concordarem com o soberano chefe da nação, para que seja restituído o diretor dos soldados e assim é de uma urgente necessidade os soldados em todos os pontos, quando é bom e bravos generais e verdadeiros defensores da causa pública (...)”.
12). Edição n° 30, página 3.	Chefe.	“Ainda nos campos paraguaios não estão corroídas as ossadas dos bravos que ali pereceram, ainda no país sangram as feridas dos que lograram sair com vida; ainda sofrem outros as moléstias adquiridas nessa árdua campanha; e já tão esquecidos vão os seus serviços pelo povo, pelo governo, e pelo chefe da nação!”.
13). Edição n° 31, página 1.	Parcialidade.	“ O exército e a armada, mais do que qualquer outra parcialidade da nação, medindo o grande alcance de mandarem ao parlamento militares que, escolhidos pelo prestígio da espontaneidade dessas corporações, estejam habilitados a discutir com profissionalismo todos os problemas atinentes aos melhoramentos razoáveis destas duas especialíssimas instituições nacionais, pretendem enviar a assembleia geral, pelo município neutro, dois distintos representantes”.
14). Edição n° 35, página 1.	Progresso Geral.	“ O progresso geral da nação despendendo da evolução parcial dos seus elementos constituintes, claro se torna que para alcançá-lo é preciso aperfeiçoar todas as peças do sistema político social brasileiro”.
15). Edição n° 35, página 1.	Independente.	“Nem a lição de meio século de existência como inculcada nação independente ainda nos escarmenta das perniciosas doutrinas que tem mantido o pobre Brasil no estado de país <i>essencialmente agrícola</i> .”
16) Edição n° 40, página 1.	Bem.	“A classe militar não tem partido. Nós representamos modestamente o elemento dela, e por isso repetimos: qualquer que seja o governo, desde que em seus atos presidir o critério, desde que o bem da nação seja sua norma de proceder, a <i>Tribuna Militar</i> estará ao lado desse governo”.

17) Edição n° 40, página 1.	Direito.	“Queremos ser independentes, e havemos de sê-lo, e que no meio do jornalismo eivado da paixão partidária que esfacela o país, ergue-se a <i>Tribuna Militar</i> como a espada da justiça em defesa do direito da nação, e como uma ameaça ao desregramento de seus vícios”.
18) 1882. Edição n° 1, página 1.	Bem estar.	“O comércio, a lavoura, a indústria, e todas as artes mecânicas e liberais, terão nas páginas da <i>Tribuna Militar</i> uma guarda avançada pronta a sacrificar-se pelo bem estar que é o bem estar da nação”.

**APÊNDICE XX – Ocorrência da palavra *honra* na *Tribuna Militar* (1881/1882).**

Ocorrência	Acompanhamento principal	Trecho
1). Edição n° 1, página 2.	Dever.	“O Soldado não é uma máquina inerte de guerra; mas sim uma máquina inteligente, movida pelo impulso próprio, e pelo sentimento da honra e do dever”.
2). Edição n° 5, página 2	Dignidade.	“Poderá o militar, que tem por dever de juramento firmar os seus atos nos sentimentos da honra e da dignidade, deixar de protestar por meios regulares contra alguma calúnia com que querem nodoa-lo?
3). Edição n° 5, página 2	Doutrina.	“É sustentável semelhante doutrina em face das leis e regulamentos que devem ser obedecidos pela classe militar, que tem por timbre a honra, sem que dele se origine a sua degradação?”
4). Edição n° 9, página 3.	Palavra de Honra.	“A vida dos prisioneiros é sagrada, porém a tentativa de evasão, e pretensões a motinar as tropas será punida com a morte; o mesmo deve acontecer com todo aquele que empenhando sua palavra de honra de não tomar mais as armas não a cumprir”.
5). Edição n° 16, página 3.	Dever.	“A imprensa, instruindo a juventude e ilustrando a senilidade, rompe as brumas da ignorância, quebra a trave do indiferentismo, ilumina a estrada da honra e do dever (...)”.
6). Edição n° 17, página 2.	Defesa.	“Na opinião desse articulista o Sr. Visconde de Pelotas não pode continuar no governo, porque não lhe sendo possível colocar o país nas condições militares que ele considera necessárias para a defesa da honra e integridade do Império na atualidade, cometeria um grave erro se assumisse a responsabilidade tremenda da falta de meios de defesa no momento do perigo!”.
7). Edição n° 19, página 1.	Sustentáculo.	“Há muito que sentia a falta de um órgão, na imprensa da capital do Império, que abrindo campo à aparição de hábeis penas, que por falta de exercício estavam se enferrujando, viesse pugnar pelos interesses de uma classe importantíssima, grande, e sustentáculo da honra e tranquilidade do país”.
8). Edição n° 20, página 1.	Honrado	“O major José Alexandre Nunes de Mello era um benemérito, um patriota, um servidor da

		pátria, um cidadão honrado e desvelado republico!”.
9). Edição n° 27, página 3.	Reputava.	“O brasileiro cobria-o de carícias, e reputava uma honra para si (...)”
10). Edição n° 43, página 3.	Posto.	“Numa dessas manhãs, o 42º de Voluntários marchava para ocupar seu posto de honra na bateria da extrema direita”.
11). Edição n° 44, página 1.	Pátria.	“É tão sagrada como a honra da família, e tão pura como a dela, nós os brasileiros devemos conservar a honra da pátria”.
12). Edição n° 46, página 1.	Honra do Soldado.	“Ser tão garantidora da honra do soldado quanto severa e enérgica na punição, uma vez provada a sua desonestidade”.
13). Edição n° 52, página 1.	Classe Militar.	“Assim procedendo, não procura S. Ex. outra coisa além do desejo de acertar, porquanto, nunca temos deixado de ser o eco das opiniões mais geralmente aceitas na classe que pretendemos ter a honra de representar”.
14). Edição n° 1, página 1, 1882.	Dever.	“Tem cumprido o seu dever: como uma sentinela firme no caminho da honra (...)”.
15). Edição n° 3, página 3, 1882.	Dignidade/Brios	“Pode, também fazer ideia do apoio, da proteção que encontra nas leis e na administração superior do exército, o oficial injusta e insultuosamente afrontado em sua honra, dignidade e brios”.

**APÊNDICE YY – Ocorrência da palavra *brio* na *Tribuna Militar* (1881/1882).**

Ocorrência	Acompanhamento principal	Trecho
1). Edição n° 45, página 1.	Militar.	“(…) que era obtido por meio da caça nas praças públicas e no interior de nossas matas, ou pondo em almoeda o brio militar acenando se com dinheiro aos relapsos que quisessem pertencer às fileiras do exército”.
2). Edição n° 49, página 4.	Militar.	“(…) restabeleceu-se da grave ferida recebida, e escreveu uma carta a Arthur confessando que este era um militar de brio e que lhe desse a honra de considera-lo seu amigo”.
3). Edição n° 1, página 1.	Oficiais.	“Já dissemos e nunca o deixaremos de repetir: o comandante e oficiais do brioso corpo militar”
4). Edição n° 33, página 3.	Oficial.	“Oficial inteligente e brioso, caráter inquebrantável e patriótico, literato distinto e militar respeitado por seus superiores e inferiores, recomenda-se por sua atividade e reconhecida ilustração”.
5). Edição n° 40, página 1.	Valente/ general.	“O fim da reunião era conhecer qual o grau de simpatia que merecia a escolha do brioso e valente general, que conta seus dias por serviços relevantes à causa nacional”.
6). Edição n° 46, página 1.	General/ reto.	“(…) foi mandado inspecionar por um general brioso e reto era seu ajudante o capitão Saturnino Ribeiro da Costa”.
7). Edição n° 48, página 1.	Oficial.	“A honra individual porem não sofre impunemente a agressão que a nacional despreza. O orgulho, o amor próprio ofendido, tem ímpetos que não conhece limites. O brioso general chama a juízo o autor da verrina (…)”
8). Edição n° 52, página 3.		“(…) em primeiro escrutínio este nosso presado amigo e colega. Saudamos com efusão ao valente militar e brioso soldado cuja vida tem sido uma serie de não interrompidos serviços (…)”

## APÊNDICE ZZ – Articulistas do periódico *Alvorada* (1879)

**ALENCAR**, Carlos Augusto Peixoto de. Praça em 7 de abril de 1869, alferes em 13 de junho de 1876. Estava no 5º regimento de cavalaria no **Rio Grande do Sul**. IN *Almanak Militar*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional 1878, p. 100.

**BUENO**, Franco: praça em 15 de dezembro de 1868, alferes em 2 de fevereiro de 1870 por atos de bravura, Cavaleiro da Ordem de Cristo. Alferes do 13º Batalhão de infantaria no **Rio Grande do Sul**. IN *Almanak Militar*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional 1878, p. 155.

**CÂMARA**, João Pedro Xavier da: Praça em 15 de novembro de 1858, alferes aluno em 16 de janeiro de 1865, alferes em 11 de janeiro de 1866, tenente em 1º de junho de 1867 e capitão em 18 de janeiro de 1868. Possuía curso de infantaria e cavalaria pelo regulamento de 1863. Lotado no 17º batalhão, 4ª companhia em 1878 **em Santa Catarina**. Medalha de Mérito (1868), Medalha comemorativa da terminação da guerra do Paraguai, com passador de 5 anos de campanha, Medalha concedida ao exército em operações na república do Uruguai (1865), Cavaleiro da Ordem de Cristo, Cavaleiro da Ordem de São Bento de Aviz e Oficial da Ordem da Rosa. IN *Almanak Militar*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional 1878, p. 111.

**CAMPELLO**, José de Miranda Ferreira: praça em 4 de novembro de 1864, alferes em 20 de fevereiro de 1869 por atos de bravura, tenente por estudos em 31 de maio de 1875, capitão em 27 de outubro de 1877 por estudos. Possuía curso de infantaria e cavalaria pelo regulamento de 1874, na Escola Militar de Porto Alegre. Estava lotado no 3º batalhão de infantaria, 8ª companhia no **Rio Grande do Sul**. Recebeu Medalha de Mérito (1868), Medalha comemorativa da terminação da guerra do Paraguai, com passador de 5 anos de campanha, Cavaleiro da Ordem de Cristo. IN *Almanak Militar*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional 1878, p. 127.

**COSTA**, João Severiano Maciel da. Cavaleiro da Ordem de Cristo, Oficial Ordem da Rosa, Cavaleiro Ordem de São Bento de Aviz, Medalha de Mérito (1868), Medalha concedida ao exército em operações na república do Uruguai (1865). Praça a 15 de dezembro de 1857, alferes a 18 de fevereiro de 1865, tenente 20 de fevereiro de 1869 por atos de bravura, capitão graduado em 14 de abril de 1871. 10º batalhão de infantaria, 1ª companhia no **Rio de Janeiro**. Tem o 1º ano da extinta escola do Rio Grande do Sul pelo regulamento de 1860. IN *Almanak Militar*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional 1878, p. 115.

**DANTAS**, Francisco Clementino de Santiago: sentou praça em 18 de janeiro de 1863, 2º tenente em 18 de janeiro de 1868, 1º tenente em 14 de abril de 1871. Capitão em 27 de novembro de 1872. Curso de estado maior de 1ª classe pelo regulamento de 1863 e mais a 2ª cadeira do 5º ano da escola central, Bacharel em matemáticas e ciências físicas. Servindo na comissão de engenheiros da província **do Rio Grande do Sul** em 1878. Por volta de 1879-1880 era professor da escola de infantaria e cavalaria do Rio Grande do Sul. IN *Almanak Militar*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional 1878, p. 66.

**GUIMARÃES**, Arthur Oscar Andrade: Praça 5 de janeiro de 1864, alferes em 10 de fevereiro de 1869 por atos de bravura, tenente graduado em 14 de abril de 1871, capitão 28 de junho de 1876 por estudos. 3º batalhão de infantaria, 2ª companhia, no **Rio Grande do Sul**. Curso de infantaria e cavalaria da escola do Rio Grande (Porto Alegre) pelo regulamento de 1874. Medalha de Mérito (1868), Medalha comemorativa da terminação da guerra do Paraguai, com



passador de 2 anos de campanha, Oficial da Ordem da Rosa. IN *Almanak Militar*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional 1878, p. 124.

**GUIMARÃES**, Carlos Eugenio de Andrade: bacharel em matemáticas e ciências físicas, curso de engenharia militar pelo regulamento de 1874. Sendo do estado maior de artilharia foi transferido para este corpo. Praça em 22 de janeiro de 1866, 2º tenente graduado em 18 de outubro de 1871. 1º tenente em 25 de janeiro de 1873 e capitão em 31 de maio de 1875. **Estava no Rio de Janeiro**. IN *Almanak Militar*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional 1878, p. 19.

**LIMA**, Francisco Teixeira Peixoto de Abreu e: Praça a 17 de junho de 1858, 2º tenente a 22 de janeiro de 1866. 1º tenente em 1º de junho de 1867, capitão graduado em 14 de abril de 1874. Curso de Engenharia militar pelo regulamento de 1874, bacharel em matemáticas e ciências físicas. Transferido para a arma de artilharia em 1877. **Professor do curso preparatório da escola do Rio Grande em 1878**. Ordem de Cristo Grau Cavaleiro, Medalha de Mérito (1868) Medalha comemorativa da terminação da guerra do Paraguai, com passador de 5 anos de campanha, Medalha concedida ao exército em operações na república do Uruguai (1865). IN *Almanak Militar*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional 1878, p. 26.

**TORRES HOMEM**, Joaquim de Salles: filho de Francisco de Sales Torres Homem, 1º visconde de Inhomirim. Sentou praça em 10 de dezembro de 1868, Alferes Aluno em 13 de março de 1872, 2º tenente em 25 de janeiro de 1873, 1º tenente em 21 de março de 1874 e capitão em 13 de junho de 1876. Possuía o curso de estado maior de 1ª classe pelo regulamento de 1863. Pertencia a arma de artilharia e por isso foi transferido para o 2º batalhão, em 1877. Em 1879-1880 estava no Arquivo Militar, no **Rio de Janeiro**. IN *Almanak Militar*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional 1878, p. 25.

**VASCONCELLOS**, José Bernardino de: Medalha comemorativa da terminação da guerra do Paraguai, com passador de 5 anos de campanha. Praça em 4 de março de 1862, alferes em 18 de janeiro de 1868, tenente 29 de julho de 1877, no 13º batalhão de infantaria, no **Rio Grande do Sul**. IN *Almanak Militar*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional 1878, p. 144.